

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**LUIS PEDRO DRAGÃO JERONIMO**

**Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais.**

Versão Corrigida

**Volume 1**

São Paulo  
2020

LUIS PEDRO DRAGÃO JERONIMO

**Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais.**

Versão Corrigida

**Volume 1**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Maria Silveira Barbuy.

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inez Machado Borges Pinto.

São Paulo  
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

J56m	<p>Jerônimo, Luis Pedro Dragão Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais. / Luis Pedro Dragão Jerônimo ; orientadora Heloisa Maria Silveira Barbuy. - São Paulo, 2020. 716 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.</p> <p>1. PATRIMÔNIO CULTURAL (VERTENTE PATRIMÔNIO HISTÓRICO). 2. CULTURA MATERIAL. 3. TEATRO. 4. PRIMEIRA REPÚBLICA. 5. ESTADO DE SÃO PAULO. I. Barbuy, Heloisa Maria Silveira, orient. II. Título.</p>
------	---



**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): Luis Pedro Dragão Jeronimo**

**Data da defesa: 07/05/2020**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloisa Maria Silveira Barbuy**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04/07/2020

---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

**JERONIMO, Luis Pedro Dragão. Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*À Ophélia (in memoriam), avó e  
primeira incentivadora.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Oswaldo e Sandra, meus pais muito amados, pelos valores passados, por sempre me apoiarem em todos os sentidos e por terem me ensinado a ter fé. Também agradeço às minhas irmãs, Thaciana e Priscilla, pela imensa ajuda que me prestaram em várias ocasiões.

À Mery, minha grande companheira, que está ao meu lado nas horas boas e ruins, celebrando comigo cada conquista e que sempre tem uma palavra de conforto, me ajudando a enfrentar todos os desafios.

À Heloisa Maria Silveira Barbuy, orientadora, que não apenas me deu a chance de continuar o estudo do Theatro Municipal, mas fez ele muito mais abrangente e significativo. Seu respeito pela pesquisa, confiança e atenção aos detalhes foram inestimáveis, e seus questionamentos me instigaram a me tornar um pesquisador melhor.

À Maria Inez Machado Borges Pinto, co-orientadora, pelas sugestões na pesquisa e incentivo. Sua gentileza em nos acompanhar nesse trabalho contribuiu de forma determinante para o sucesso do mesmo.

À Sara Albieri, estimada professora da Graduação, pelo auxílio num dos momentos mais importantes desse Mestrado.

À Ana Luiza Martins, ao Elias Tomé Saliba e à Maria Lúcia Bressan Pinheiro, membros da Banca Examinadora, pela gentileza e generosidade e pelos importantes direcionamentos.

À Ana Paula Cavalcanti Simioni, Ana Cláudia Scaglione Veiga de Castro, Joana Mello de Carvalho e Silva e Fernanda Arêas Peixoto, professoras da Pós-graduação, pelas sugestões na pesquisa.

À Bia, ao Guilherme e ao Sérgio, amigos queridos de São João, por todo apoio e por compreenderem minhas ausências. E ao Cláudio, pelas revisões e conversas.

Aos meus nobres amigos da graduação, Renan, Raíssa, Mayara e, claro, Léa. À última, sempre minha gratidão por ter me incentivado a seguir na pesquisa.

Aos colegas da pós-graduação, pelo intercâmbio de informações e pelos comentários gentis.

Aos colaboradores dessa pesquisa, que foram muitos, e que temo não os mencionar em sua totalidade. Dentre eles, um agradecimento especial: ao Dr. Joaquim Cândido e à Gisele, do Jornal *O Município*; à Glória, do Arquivo Histórico Matildes Rezende Lopes Salomão; à Lucilene, do Museu Histórico e Pedagógico Armando de Salles Oliveira; ao Antônio Carlos, do Museu de Arte Sacra de São João da Boa Vista; ao Guilherme, pesquisador amador da história sanjoanense; ao Alexandre, do Arquivo Morto da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista; à Ana Paula e à Solange, da Associação dos Amigos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista; à Ana Laura e ao Nilson, arquiteta e engenheiros responsáveis pelo restauro do Theatro Municipal; ao Romeu, artista plástico que restaurou os ornatos da fachada do Theatro Municipal; ao Orlando, do 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista; à Adriana, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista; aos funcionários do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Interdições e Tutelas de São João da Boa Vista; à Adriana, à Carolina e ao Joel, do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista; ao Hélio, do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista; ao Carlos, do Cemitério Municipal de São João da Boa Vista; à Norma e à Elizabeth, do Condephaat; à Tomico e à Vera, do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo; à Eliana, bisneta do construtor Antônio Lansac; ao Jurandyr, bisneto do marmorista José Pucci; ao Rodrigo, bisneto do engenheiro José Pucci; ao Cauê, do TrickFoto; e a todos os que, em breves conversas ou indicações, contribuíram para esse trabalho.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de História, pela agilidade com o qual atenderam pedidos e sanaram dúvidas.

Ao CNPq, pelo fundamental apoio na bolsa de pesquisa concedida, que me permitiu me dedicar integralmente à pesquisa.

Àquela a quem sempre recorri nos momentos de maiores dificuldades, agradeço ao manto protetor da Mãe do Perpétuo Socorro.



*“Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está nas suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão (...) [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e do nascimento de dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, das nações”*  
(John Ruskin)

*“À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”*  
(Ecléa Bosi)

*“Em pleno coração da cidade (...) ergue-se majestoso (...) o Teatro Municipal que, silencioso, guarda uma tradição de quase um século, num vastíssimo e precioso passado (...) Esse monumento arquitetônico é (...) o orgulho e a tradição do povo sanjoanense”*  
(Ana Laura Barcellos Amaral Zenun)

JERONIMO, Luis Pedro Dragão. **Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais.** Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

**RESUMO:** O Theatro Municipal de São João da Boa Vista é um dos principais palcos culturais de sua região e importante marco para a comunidade sanjoanense. Um interesse em compreender o processo de restauração pelo qual o Teatro passou nos anos 1980, levou à constatação de que ainda era necessária uma pesquisa para compreensão mais aprofundada das características e valores impressos no edifício construído no início do século XX (1914-1925) – patrimônio tangível e intangível –, que viriam a ser ressignificados cerca de oito décadas mais tarde (1980-2014). Não se tratava, porém, de realizar uma pesquisa sobre todo o percurso do Teatro e sim de relacionar sua retomada, nos anos 1980 ao contexto inicial de sua implantação. Daí ter-se adotado uma abordagem em dois tempos. O objetivo estabelecido foi a produção de um estudo que refletisse o Teatro em suas dimensões sociocultural, identitária, material e utilitária dentro da comunidade em que está inserido. Uma pesquisa sistemática de fontes primárias dos períodos abordados, a partir de acervos de instituições privadas e repartições públicas formou um amplo banco de fontes, que vem sendo constantemente posto em diálogo com bibliografia correlata, cujo exame havia começado na Iniciação Científica. O trabalho tornou possível a construção de novas interpretações acerca dos significados do Teatro em diferentes perspectivas interligadas: ocupações anteriores do seu terreno e construção do edifício no contexto dos “melhoramentos urbanos” típicos do início do século XX; identificação do grupo social envolvido na iniciativa, com nuances inéditas; características do edifício, seus primeiros e multifacetados usos físicos e simbólicos – identificação de seu caráter de politeama – e sua relação com outros teatros brasileiros do mesmo período; representação de um ideal e da sua sociedade a partir de seu aspecto arquitetônico, restauro e atuais usos. Também espera-se fornecer subsídios para a elaboração de políticas culturais pelos atuais gestores do Theatro Municipal. A pesquisa deve oferecer contribuições inovadoras para a interpretação da história do edifício, sua relação com a história da cidade e com a sua comunidade, além de mostrar um espaço muito mais complexo do que supõe a historiografia, tanto no que se refere aos seus usos quanto aos seus significados. Esta dissertação foi construída numa perspectiva de exercício de cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** PATRIMÔNIO CULTURAL (VERTENTE PATRIMÔNIO HISTÓRICO); CULTURA MATERIAL; TEATRO; PRIMEIRA REPÚBLICA; ESTADO DE SÃO PAULO.

JERONIMO, Luis Pedro Dragão. **A memory and a space restored in two stages: The Municipal Theater of São João da Boa Vista at the time of its construction (1914) and from its restoration, from the 1980s to the present day.** Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

**ABSTRACT:** The Municipal Theater of São João da Boa Vista is one of the main cultural stages of its region and an important landmark for the sanjoanense community. An interest in understanding the restoration process that the theater underwent in the 1980s led to the realization that it was still a research to understand more about the resources and values printed in the building built in the early twentieth century (1914-1925) - heritage tangible and intangible - which will be re-signified about eight decades later (1980-2014). However, it is not a matter of conducting research overall course of the Theater and relating its reform in the 1980s to the initial context of its implementation. Hence, he took a two-step approach. The established objective was the production of a study that reflected the theater in its sociocultural, identity, material and utilitarian dimensions within the community in which it operates. A systematic survey of primary sources of estimates approached from public services and public departments formed in a broad source bank, which has been posted in dialogue with a correlate bibliography, whose initial examination was initiated at the Scientific Initiation. The work has enabled the construction of new interpretations of the meanings of the Theater in different perspectives: previous occupations of its terrain and construction of the building in the context of the “urban improvements” typical of the early twentieth century; identification of the social group involved in the initiative, with unprecedented nuances; characteristics of the building, its first multifaceted physical and symbolic uses - identification of its character of “Polytheama” - and its relationship with other Brazilian theaters of the same period; representation of an ideal and its society from its architectural aspect, restoration and current uses. It is also expected to provide input for cultural policy-making by the current managers of the Municipal Theater. The research must offer innovative contributions to the interpretation of the building's history, its relation with the history of the city, the community, besides showing a much more complex space than historiography supposes, as far as its uses, and its concepts are concerned and meanings. This Master dissertation was built from a perspective of exercising citizenship.

**KEYWORDS:** CULTURAL HERITAGE (STRAND HISTORICAL HERITAGE); MATERIAL CULTURE; THEATER; BRAZILIAN FIRST REPUBLIC; STATE OF SAO PAULO.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- A Guarda Nacional em São João da Boa Vista (c.1905).....	618
Fotografia 2 - Cautela de ações - sem preenchimento - da Companhia Theatral Sanjoanense.....	619
Fotografia 3 - Cautela de ações integralizadas - com preenchimento em nome de Manoel dos Santos Cabral - da Companhia Theatral Sanjoanense.....	619
Fotografia 4 - O Livro de Empréstimos Sem Juros, com destaque para os nomes dos acionistas Manoel dos Santos Cabral e J. D. Martins.....	620
Fotografia 5 - O Livro de Accionistas, com destaque para os nomes dos acionistas Manoel Vilela de Carvalho Junqueira e de Manoel dos Santos Cabral.....	620
Fotografia 6 - O Livro de Transferência de Acções, em sua primeira folha.....	621
Fotografia 7 – Capa do Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Fotografia 8 – Primeira página Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Fotografia 9 – Segunda página Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Figura 10 – Terceira página Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Fotografia 11 – Quarta página Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Fotografia 12 – Primeira página do extrato do Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Fotografia 13 – Segunda página do extrato do Contrato de Compra e Venda entre Câmara e CTS 1913.....	621
Fotografia 14 - Matrícula do Imóvel nº 2.040 – Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista. ....	623
Fotografia 15 – Igreja Matriz e seu jardim (c.1900).....	623
Fotografia 16 – Pormenor da imagem da Igreja Matriz e seu jardim (c. 1900).....	623
Fotografia 17 – Vista da Torre da Matriz a partir do jardim do Grupo Escolar Joaquim José (c. 1910).....	623
Fotografia 18 – Vista da Praça Joaquim José a partir do jardim do Grupo Escolar Joaquim José (c. 1920).....	623
Fotografia 19 – Primeira página do contrato de Compra e Venda entre Dona Fermina Castorina e a Câmara Municipal em 1911.....	624

Fotografia 20 - Segunda página do contrato de Compra e Venda entre Dona Fermina Castorina e a Câmara Municipal em 1911.....	624
Fotografia 21 - Terceira página do contrato de Compra e Venda entre Dona Fermina Castorina e a Câmara Municipal em 1911.....	624
Fotografia 22 - Quarta página do contrato de Compra e Venda entre Dona Fermina Castorina e a Câmara Municipal em 1911.....	624
Fotografia 23- A Fazenda Jaguary (c.1870), em localização aproximada atual, a partir de Guilherme Rehder, Salomão e Silva (1976), Andrade (2003) e Azevedo (2009).....	625
Fotografia 24 - A Chácara de Misael Tavares (c.1900), em localização aproximada atual, a partir de Guilherme Rehder, Salomão e Silva (1976), Andrade (2003) e Azevedo (2009).....	625
Fotografia 25 - As propriedades da Família Tavares - Fazenda Jaguary (c.1870) e Chácara de Misael Tavares (c.1900) -, em localização aproximada atual, a partir de Guilherme Rehder, Salomão e Silva (1976), Andrade (2003) e Azevedo (2009) .....	626
Fotografia 26 - As propriedades da Família Tavares – Fazenda Jaguary (c.1870) e Chácara de Misael Tavares (c.1900) - em comparação à extensão da área urbana de São João da Boa Vista (c.1900) .....	626
Fotografia 27 – Passaporte do homônimo José Pucci “marmorista” .....	528
Fotografia 28 – Passaporte do homônimo José Pucci “marmorista” .....	528
Fotografia 29 – O engenheiro José Pucci.....	530
Fotografia 30 – Planta do térreo do Theatro Municipal assinada pelo projetista.....	531
Fotografia 31 – Pormenor da planta assinada por José Pucci.....	532
Fotografia 32 – Pedido de Edificação - AHMSP OP/1906/001.061.....	533
Fotografia 33 – Aprovação de Edificação - AHMSP OP/1906/001.061.....	533
Fotografia 34 – Planta da Edificação - AHMSP OP/1906/001.061.....	533
Fotografia 35 – Documento Anexo - AHMSP OP/1906/001.061.....	533
Fotografia 36 – Projeto AHMSP OP/1906/000.165.....	535
Fotografia 37 – Projeto AHMSP OP/1910/000.215.....	535
Fotografia 38 – Projeto AHMSP OP/1910/002.370.....	535
Fotografia 39 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1906/000.580.....	538
Fotografia 40 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1906/000.165.....	538
Fotografia 41 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1906/001.061.....	538
Fotografia 42 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1910/002.370.....	538
Fotografia 43 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1910/000.215.....	538

Fotografia 44 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1911/000.648.....	538
Fotografia 45 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1913/000.930.....	539
Fotografia 46 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1913/000.929.....	539
Fotografia 47 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1914/001.458.....	539
Fotografia 48 – Assinatura do Pedido AHMSP OP/1915/003.664.....	539
Fotografia 49 – Assinatura do Pedido AHMSP Processo 34.353/28.....	539
Fotografia 50 – Assinatura do Pedido AHMSP Processo 43.722/28.....	539
Fotografia 51 – Planta de 1913 da residência de Sábado Oriá.....	540
Fotografia 52 – Planta de 1913 da residência de José Pucci.....	540
Fotografia 53 – Planta de 1928 da residência de José Pucci.....	540
Fotografia 54 – Pormenor de assinatura da planta de 1913 da residência de Sábado Oriá.....	541
Fotografia 55 – Pormenor de assinatura da planta de 1913 da residência de José Pucci.....	541
Fotografia 56 – Pormenor de assinatura da planta de 1928 da residência de José Pucci.....	541
Fotografia 57 – A letra “P” do engenheiro José Pucci.....	544
Fotografia 58 – A assinatura de José Pucci em italiano.....	544
Fotografia 59 – As anotações de José Pucci em fotografias de obras.....	545
Fotografia 60 - Planta do Térreo e corte transversal do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.....	93
Fotografia 61 - Desenho da fachada do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.....	93
Fotografia 62 – Crônica do Jornal <i>O Município</i> de 20 de dezembro de 1913.....	683
Fotografia 63 - Crítica à CTS do jornal <i>O Município</i> de 21 de fevereiro de 1914.....	683
Fotografia 64 – Retratação da Crítica à CTS do jornal <i>O Município</i> em 08 de março de 1914.....	683
Figura 65 - Diferença de preços praticados no Theatro Municipal em maio de 1916.....	104
Fotografia 66 - Os trabalhos de Antenor de Almeida .....	685
Fotografia 67 - Carta de Ettore Adriano Fabri à redação do Jornal <i>O Município</i> .....	685
Fotografia 68 - O formato em ferradura da sala de espetáculos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c. 1915).....	114
Fotografia 69 – A fachada do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c.1920).....	114

Fotografia 70 – Nota sobre inauguração do Theatro Municipal de São João da Boa Vista no Jornal <i>O Município</i> – 31/10/1914.....	685
Fotografia 71 - Crônica da inauguração do Theatro Municipal de São João da Boa Vista no Jornal <i>O Município</i> – 07/11/1914.....	685
Fotografia 72 - Exemplo do cabeçalho das tabelas do levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> .....	571
Fotografia 73 - Cabeçalho do periódico <i>O Município</i> de 24 de maio de 1912.....	572
Fotografia 74 - Cabeçalho do periódico <i>O Município</i> de 31 de janeiro de 1914.....	572
Fotografia 75 - O “Expediente” do periódico <i>O Município</i> de 03 de novembro de 1913.....	572
Fotografia 76 - A sessão “Rabiscos...” de 24 de julho de 1920.....	574
Fotografia 77 - Tabela de preços de alimentos do Mercado Municipal em 29/12/1917.....	576
Fotografia 78 - Preços das assinaturas anual e semestral do <i>O Município</i> em 29/12/1917.....	576
Fotografia 79 – Exemplo de fonte “Bodoni”.....	578
Fotografia 80 – Exemplo de fonte “Garamond”.....	578
Fotografia 81 - Caracteres em estilo <i>Bodoni</i> – <i>O Município</i> .....	578
Fotografia 82 – Primeira página do periódico “O Município” de 30 de outubro de 1915.....	579
Fotografia 83 – Segunda página do periódico “O Município” de 30 de outubro de 1915.....	579
Fotografia 84 – Terceira página do periódico “O Município” de 30 de outubro de 1915.....	579
Fotografia 85 – Quarta página do periódico “O Município” de 30 de outubro de 1915.....	579
Fotografia 86 – Clichê em ilustração em edição de 12 de fevereiro de 1916.....	580
Fotografia 87 – Clichê em ilustração em edição de 03 de março de 1918.....	580
Fotografia 88 - Exemplo do cabeçalho das tabelas do levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>A Cidade de São João</i> .....	581
Fotografia 89 - Caracteres em estilo <i>Bodoni</i> – <i>A Cidade de São João</i> .....	583

Fotografia 90 - Caracteres em estilo <i>Bodoni</i> – <i>A Cidade de São João</i> .....	583
Fotografia 91 - Primeira página <i>A cidade de São João</i> de 24 de janeiro de 1914.....	584
Fotografia 92 - Segunda página <i>A cidade de São João</i> de 24 de janeiro de 1914.....	584
Fotografia 93 - Terceira página <i>A cidade de São João</i> de 24 de janeiro de 1914.....	584
Fotografia 94 - Quarta página <i>A cidade de São João</i> de 24 de janeiro de 1914.....	584
Fotografia 95 - Primeira página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 96 - Segunda página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 97 - Terceira página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 98 - Quarta página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 99 - Quinta página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 100 - Sexta página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 101 - Sétima página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 102 - Oitava página <i>A cidade de São João</i> de 04 de outubro de 1924.....	585
Fotografia 103 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>O Município</i> – 24/04/1915.....	686
Fotografia 104 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>O Município</i> – 15/05/1915.....	686
Fotografia 105 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>O Município</i> – 25/09/1915.....	686
Fotografia 106 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>O Município</i> – 11/12/1920.....	686
Fotografia 107 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>O Município</i> – 10/10/1925.....	686
Fotografia 108 - Anúncios de baile de carnaval do Theatro Municipal no periódico <i>A Cidade de São João</i> – 03/02/1924.....	688
Fotografia 109 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>A Cidade de São João</i> – 03/02/1924.....	688
Fotografia 110 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>A Cidade de São João</i> – 09/03/1924.....	688
Fotografia 111 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>A Cidade de São João</i> – 23/03/1924.....	688
Fotografia 112 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>A Cidade de São João</i> – 05/10/1924.....	688



Fotografia 113 - Anúncios de espetáculos e filmes do Theatro Municipal no periódico <i>A Cidade de São João</i> – 21/12/1924.....	688
Fotografia 114 - Previsão de reabertura do Theatro Municipal após o enfraquecimento da epidemia de Gripe Espanhola no município – Jornal <i>O Município</i> de 07/12/1918.....	690
Fotografia 115 - Reabertura do Theatro Municipal após o enfraquecimento da epidemia de Gripe Espanhola no município – Jornal <i>O Município</i> de 21/12/1918.....	690
Fotografia 116 - Uso do Grupo Escolar Joaquim José como hospital - Jornal <i>O Município</i> de 16/11/1918.....	690
Fotografia 117 - Fechamento do Grupo Escolar Joaquim José como hospital - Jornal <i>O Município</i> de 07/12/1918.....	690
Fotografia 118 – Crônica sobre a Gripe Espanhola – Jornal <i>A Cidade de São João</i> de 03/11/1918.....	691
Fotografia 119 - Crônica sobre a Gripe Espanhola – Jornal <i>O Município</i> de 02/11/1918.....	691
Fotografia 120 - O Theatro Municipal como sede da Rádio Cultura.....	692
Fotografia 121 - O Theatro Municipal como sede da Guarda Municipal Provisória durante a Revolução de 1924.....	692
Fotografia 122 – Crônica no <i>O Município</i> sobre o Theatro Municipal em 04/07/1914...	693
Fotografia 123 – Nota no <i>O Município</i> sobre o Theatro Municipal em 17/05/1919.....	693
Fotografia 124 - Nota no <i>O Município</i> sobre o Theatro Municipal em 20/12/1919.....	693
Fotografia 125 - Nota no <i>O Município</i> sobre o Theatro Municipal em 24/04/1920.....	693
Fotografia 126 - Nota no <i>O Município</i> sobre o Theatro Municipal em 06/10/1923.....	693
Fotografia 127 – Nota no <i>O Município</i> sobre bailes no Theatro Municipal em 27/02/1915.....	694
Fotografia 128 - Nota no <i>O Município</i> sobre bailes no Theatro Municipal em 19/05/1917.....	694
Fotografia 129 - Nota no <i>O Município</i> sobre bailes no Theatro Municipal em 06/02/1918.....	694
Fotografia 130 - Nota no <i>O Município</i> sobre bailes no Theatro Municipal em 15/11/1919.....	694
Fotografia 131 – Nota no <i>O Município</i> sobre Conferência com Martins Fontes no Theatro Municipal em 21/03/1925.....	695
Fotografia 132 - Nota no <i>O Município</i> sobre Conferência com Ulysses Reymar no Theatro Municipal em 09/12/1922.....	695

Fotografia 133 - Críticas à qualidade dos filmes exibidos no Theatro Municipal no Jornal <i>O Município</i> em 28/12/1918.....	695
Fotografia 134 - O Theatro Municipal e seu uso enquanto cinema (c.1928).....	146
Fotografia 135 – Festa Junina (c.1930) – pormenor do palco.....	149
Fotografia 136 – Festa Junina (c.1930) – vista do palco.....	149
Fotografia 137 – Festa Junina (c.1930) – vista da plateia.....	149
Fotografia 138 - Auditório da Rádio Difusora em 1960.....	151
Fotografia 139 - Biblioteca Jaçanã Altair (c. 1980).....	151
Fotografia 140 – Aspectos do CineTheatro (c.1980) – tela de projeção.....	152
Fotografia 141 – Aspectos do CineTheatro (c.1980) – vista parcial andares superiores.....	152
Fotografia 142 – Aspectos do CineTheatro (c.1980) – plateia.....	152
Fotografia 143 - Os <i>fícus</i> e o CineTheatro (c.1982).....	155
Fotografia 144 - Fachada deteriorada do CineTheatro (c.1982).....	155
Fotografia 145 - Aspecto do BarTheatro e foyer (c.1982).....	156
Fotografia 146 - Aspecto do BarTheatro (c.1982).....	156
Fotografia 147 – Aspecto do foyer e das portas de acesso à sala de cinema.....	156
Fotografia 148 – Aspecto do foyer e da bilheteria.....	156
Fotografia 149 – Aspecto da ferradura da sala de cinema.....	156
Fotografia 150 – Aspecto dos andares da sala de cinema.....	156
Fotografia 151 – Aspecto da tela de projeção do cinema.....	156
Fotografia 152 - A <i>Folha de São Paulo</i> noticia a ameaça de demolição do antigo Theatro Municipal – 28/04/83.....	695
Fotografia 153 – Abaixo-assinado promovido por Ronaldo Marin e Zeza Freitas.....	627
Fotografia 154 - Abaixo-assinado promovido por Ronaldo Marin e Zeza Freitas.....	627
Fotografia 155 - Abaixo-assinado promovido por Ronaldo Marin e Zeza Freitas.....	627
Fotografia 156 - Abaixo-assinado promovido por Ronaldo Marin e Zeza Freitas.....	627
Fotografias 157 - crônica se posicionando contrária ao “tomamento” do antigo Theatro Municipal - 11/05/83.....	696
Fotografia 158 - crônica se posicionando contrária ao “tomamento” do antigo Theatro Municipal - 24/09/83.....	696
Fotografia 159 - A aquisição do Theatro Municipal pela Prefeitura Municipal em 1984 – 14/01/84.....	696

Fotografia 160 - A aquisição do Theatro Municipal pela Prefeitura Municipal em 1984 – 21/01/84.....	696
Fotografia 161 - Consulta popular sobre a destinação do antigo Theatro Municipal – 24/04/84.....	697
Fotografia 162 - Consulta popular sobre a destinação do antigo Theatro Municipal – 05/05/84.....	697
Fotografia 163 - Consulta popular sobre a destinação do antigo Theatro Municipal – 26/05/84.....	697
Fotografia 164 - Chamado à população para contribuir com o projeto de restauro - 25/02/84.....	697
Fotografia 165 - Chamado à população para contribuir com o projeto de restauro - 22/11/85.....	697
Fotografia 166 - Convenção do Partido Republicano Paulista (c.1919).....	172
Fotografia 167 – Pormenor das janelas originais remanescentes – janela do balcão da fachada principal.....	173
Fotografia 168 – Pormenor das janelas originais remanescentes – janela lateral da fachada principal .....	173
Fotografia 169 – Pormenor das janelas originais remanescentes – janela da fachada lateral.....	173
Fotografia 170 – Portão lateral - detalhe.....	174
Fotografias 171 – Pormenor das portas originais remanescentes – fachada principal.....	175
Fotografias 172 – Pormenor das portas originais remanescentes – Biblioteca Municipal.....	175
Fotografias 173 – Pormenor das portas originais remanescentes – frisa.....	175
Fotografias 174 - Repercussões sobre a notícia do Tombamento do Theatro Municipal pelo Condephaat – 22/12/85.....	698
Fotografias 175 - Repercussões sobre a notícia do Tombamento do Theatro Municipal pelo Condephaat –24/12/85.....	698
Fotografias 176 - Repercussões sobre a notícia do Tombamento do Theatro Municipal pelo Condephaat –25/12/85.....	698
Fotografias 177 - Repercussões sobre a notícia do Tombamento do Theatro Municipal pelo Condephaat –25/12/85.....	698
Fotografia 178 – Visita do Diretor Regional da SPHAN ao edifício – 04/06/86.....	699

Fotografia 179 - Fase inicial de obras internas (c.1987/1988) – escavação feita com auxílio de máquinas.....	191
Fotografia 180 - Fase inicial de obras internas (c.1987/1988) – aspecto das obras vista do palco.....	191
Fotografia 181 - Fase inicial das obras internas (c.1988/1989) – vista parcial dos andares.....	192
Fotografia 182 - Fase inicial das obras internas (c.1988/1989) –vista parcial dos andares e palco.....	192
Fotografias 183 – Pormenor das tesouras do telhado (c.1987).....	193
Fotografias 184 – Pormenor dos pilares aparentes (c.1987).....	193
Fotografias 185 – Pormenor da alvenaria (c.1987).....	193
Fotografias 186 – Pormenor das fundações de cantaria (c.1987).....	193
Fotografia 187 – Vista angular das fachadas (c.1985).....	595
Fotografia 188 – Pormenores dos medalhões de Carlos Gomes e Giuseppe Verdi (c.1985).....	595
Fotografia 189 – Pormenores dos medalhões de Richard Wagner e Charles Gounod (c.1985).....	595
Fotografia 190 – Pormenores da águia central e da inscrição THEATRO na platibanda (c.1985).....	595
Fotografia 191 – Desenho da fachada do Theatro Municipal para os trabalhos de Romeu Paulucci Buzon Filho em 1992.....	597
Fotografia 192 – Vista angular das fachadas em 2018.....	599
Fotografia 193 – Pormenores dos medalhões de Carlos Gomes e Giuseppe Verdi em 2018.....	599
Fotografia 194 – Pormenores dos medalhões de Richard Wagner e Charles Gounod em 2018.....	599
Fotografia 195 – Pormenor do balcão, platibandas com inscrições “THEATRO” e “MVNICIPAL” e águia central em 2018.....	599
Fotografia 196 – Pormenor da porta central e colunas em 2018.....	599
Fotografia 197 – Pormenor da fachada principal superior esquerda e inscrições “MVSICA” e “THEATRO” em 2018.....	599
Fotografia 198 – Pormenor da fachada principal superior direita e inscrições “MVNICIPAL” e “DRAMA” em 2018.....	599
Fotografia 199 – Pormenor dos ornatos da fachada em 2018.....	599

Fotografia 200 - Pormenor dos ornatos da fachada em 2018.....	599
Fotografia 201 - Pormenor dos ornatos da fachada em 2018.....	599
Fotografia 202 – Pormenor da águia central em 2018.....	599
Fotografia 203 – Fachada principal do Theatro Municipal de São João da Boa Vista em 2018.....	599
Fotografia 204 – Crônica “O Teatro” – 02/05/87.....	699
Fotografia 205 – Seção “Algumas” – 25/05/87.....	700
Fotografia 206 - Os integrantes do grupo “Vestindo a Camisa” (1999).....	199
Fotografia 207 – Vista do palco (c.2000).....	200
Fotografia 208 – Vista parcial dos andares (c.2001).....	200
Fotografia 209 – Instalação elétrica na área da plateia (c.2001).....	200
Fotografia 210 – Colocação do piso na área da plateia (c.2001).....	200
Fotografia 211 – Vista da colocação de curva de visibilidade na galeria (c.2001).....	200
Fotografia 212 – Medalhão de Carlos Gomes (c.1984).....	203
Fotografia 213 – Início da decapagem dos arabescos do medalhão (c.2001).....	203
Fotografia 214 – Medalhão e arabescos parcialmente restaurados (c.2001).....	203
Fotografia 215 – Medalhão a arabescos após o restauro (c.2001).....	203
Fotografia 216 – Adições no restauro – espelhos do foyer.....	205
Fotografia 217 – Adições no restauro – ramas de café nas tabeiras.....	205
Fotografia 218 – Vista do palco (c.2002).....	206
Fotografia 219 – Vista parcial dos andares (c.2002).....	206
Fotografia 220 – Execução da pintura do foyer (c.2002).....	206
Fotografia 221 – Vista dos camarotes, frisas e plateia com as poltronas (c.2002).....	206
Fotografia 222 – Planta do andar térreo após o restauro.....	209
Fotografia 223 – Plantas do 1º e 2º pavimentos após o restauro.....	209
Fotografia 224 – Fachada do Theatro Municipal em 2006, por Fritz Nagib.....	210
Fotografia 225 – Vista parcial da sala de espetáculos e palco em 2006, por Fritz Nagib.....	210
Fotografia 226 – Vista da plateia em 2006, por Fritz Nagib.....	210
Fotografia 227 – Vista do corredor das frisas em 2006, por Fritz Nagib.....	210
Fotografia 228 – Vista da Sala de Múltiplo Uso “Dilo Gianelli” em 2006, por Fritz Nagib.....	210
Fotografia 229 – Vista parcial do subsolo do Theatro Municipal em 2008.....	210
Fotografia 230 – Vista parcial do subsolo do Theatro Municipal em 2008.....	210

Fotografia 231 - Crônica “Theatro Municipal” - 16/08/1985.....	700
Fotografia 232 – Anúncios e crônicas de atrações em 1/2 de página – 15/04/2008.....	701
Fotografia 233 – Anúncios e crônicas de atrações em ¾ de página – 04/06/2008.....	702
Fotografia 234 – Anúncios e crônicas de atrações ocupando página inteira – 08/09/2004.....	703
Fotografia 235 – Anúncios e crônicas de atrações ocupando Capa– 06/09/2006.....	704
Fotografia 236 – Anúncios e crônicas de atrações ocupando páginas interiores – 06/09/2006.....	704
Fotografia 237 – Anúncios e crônicas de atrações de página inteira – 19/02/2014.....	706
Fotografia 238 – Anúncios e crônicas de atrações de 1/10 de página – 12/12/2009.....	707
Fotografia 239 – Anúncios e crônicas de atrações em capa – 11/01/2014.....	708
Fotografia 240 – Anúncios e crônicas de atrações editorial– 11/01/2014.....	708
Fotografia 241 – Anúncios e crônicas de atrações em Caderno cultural – 11/01/2014.....	708
Fotografia 242 – Anúncios e crônicas de espetáculos na Coluna Social – 04/06/2005...	711
Fotografia 243 – Crônica de meia página sobre o Theatro Municipal – 09/07/2014.....	712
Fotografia 244 – Crônica de menos de meia página sobre o Theatro Municipal – 20/10/2010.....	713
Fotografia 245 – Crônica de 1/3 de página sobre o Theatro Municipal – 30/10/2013.....	714
Fotografia 246 – O Theatro Municipal em notícia “Local” – 14/07/2004.....	715
Fotografia 247 – O Theatro Municipal em editorial – 04/01/2012.....	716
Fotografia 248 – Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – Empresa Fortress – 24/06/2009.....	282
Fotografia 249 – Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – Empresa Uniodonto – 24/06/2009.....	282
Fotografia 250 – Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – Empresa Mais Saúde – 24/06/2009.....	282
Fotografia 251 – Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – Empresa Soufer – 24/06/2009.....	282
Fotografia 252 – Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – Empresa Vivo – 19/09/2009.....	284
Fotografia 253 – Usos iconográficos do Theatro Municipal no aniversário do JOM – março de 2014 – 1º página.....	288

Fotografia 254 – Usos iconográficos do Theatro Municipal no aniversário do JOM – março de 2014 - editorial.....	288
Fotografia 255 – Usos iconográficos do Theatro Municipal no aniversário do JOM – março de 2014 – arte lateral.....	288
Fotografia 256 – Usos iconográficos do Theatro Municipal no aniversário do JOM – março de 2014 – histórico do edifício.....	288

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A composição da Diretoria da CTS: ocupações.....	74
Gráfico 2 – A composição da Diretoria da CTS e a política.....	74
Gráfico 3 – Participação acionária CTS – nº de acionistas e ações por grupo.....	75
Gráfico 4 – Participação dos acionistas com investimentos superiores a um conto de réis – nº de acionistas e ações.....	77
Gráfico 5 – Participação dos acionistas com investimentos superiores a um conto de réis por grupo de análise – nº de acionistas e ações.....	78
Gráfico 6 – Participação acionária de imigrantes e/ou descendentes de imigrantes– nº de acionistas e ações.....	79
Gráfico 7 – Participação de filmes, outras atrações, festivais e bailes no Theatro Municipal entre os anos de 1914 e 1925.....	126
Gráfico 8 – A participação de eventos no Theatro Municipal por sua natureza, a partir do Jornal <i>O Município</i> – 2004 a 2014.....	238
Gráfico 9 – Crônicas e textos sobre o Theatro Municipal no Jornal <i>O Município</i> – 2004 a 2015.....	268
Gráfico 10 - Comparativo entre a menção à realização de eventos no Theatro Municipal e as crônicas sobre os mesmos, a partir do Jornal <i>O Município</i> – 2004 – 2014.....	271



## LISTA DE PLANTAS

Planta 1 - O trajeto da sociabilidade sanjoanense do início do século XX.....	605
Planta 2 - O sobrado dos Tavares, em localização a partir da Planta da Cidade de São João da Boa Vista (c.1900).....	606
Plantas 3 – O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – térreo.....	607
Planta 4 - O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – 1º piso.....	607
Planta 5 - O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – 2º piso.....	607
Planta 6 - O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – subsolo.....	607
Planta 7 - O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – corte transversal fachada.....	611
Planta 8 - O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – corte transversal fundos.....	611
Planta 9 - O CineTheatro quando da sua aquisição desenhadas por Sílvio em 16/08/86 – corte longitudinal.....	611
Planta 10 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Coelho em setembro de 1987 – térreo.....	613
Planta 11 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Coelho em setembro de 1987 - 1º piso.....	613
Planta 12 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Coelho em setembro de 1987 - 2º piso.....	613
Planta 13 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Coelho em setembro de 1987 – subsolo.....	613
Planta 14 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Coelho em setembro de 1987 - pormenores do térreo.....	613
Planta 15 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Coelho em setembro de 1987 - pormenores do 2º piso.....	613
Planta 16 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Ana Laura em setembro de 1987 - corte transversal fachada.....	616
Planta 17 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Ana Laura em setembro de 1987 - corte transversal fundos.....	616

Planta 18 – Projeto de Restauração e Reciclagem desenhadas por Ana Laura em setembro de 1987 - corte longitudinal.....	616
--	-----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos no Theatro Municipal entre os anos de 1914 e 1925.....	379
Quadro 2 – As nacionalidades das atrações apresentadas no Theatro Municipal entre 1914 e 1925.....	381
Quadro 3 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2004 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	444
Quadro 4 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2005 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	446
Quadro 5 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2006 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	448
Quadro 6 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2007 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	451
Quadro 7 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2008 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	454
Quadro 8 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2009 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	456
Quadro 9 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2010 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	459
Quadro 10 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2011 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	462
Quadro 11 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2012 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	465
Quadro 12 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2013 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	468
Quadro 13 – Eventos no Theatro Municipal no ano de 2014 a partir do periódico bissemanal <i>O Município</i> .....	471
Quadro 14 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2004.....	492
Quadro 15 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2005.....	492
Quadro 16 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2006.....	494
Quadro 17 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2007.....	496

Quadro 18 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2008.....	497
Quadro 19 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2009.....	499
Quadro 20 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2010.....	500
Quadro 21 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2011.....	502
Quadro 22 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2012.....	504
Quadro 23 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2013.....	506
Quadro 24 – Eventos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2014.....	508
Quadro 25 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2004.....	510
Quadro 26 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2005.....	510
Quadro 27 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2006.....	511
Quadro 28 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2007.....	512
Quadro 29 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2008.....	513
Quadro 30 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2009.....	513
Quadro 31 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2010.....	514
Quadro 32 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2011.....	515
Quadro 33 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2012.....	515
Quadro 34 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissetmanal <i>O Município</i> no ano de 2013.....	516

Quadro 35 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2014.....	518
Quadro 36 - Levantamento das crônicas sobre o Theatro Municipal/AMITE no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2015.....	524

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O quadro acionário da Companhia Theatral Sanjoanense até nov. 1914.....	349
Tabela 2 - Acionistas desistentes até nov. de 1914.....	356
Tabela 3 - O quadro acionário da Companhia Theatral Sanjoanense a partir das ocupações de seus acionistas.....	356
Tabela 4 - As metragens dos teatros nos casos paulista e fluminense.....	557
Tabela 5 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1913.....	356
Tabela 6 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1914.....	357
Tabela 7 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1915.....	357
Tabela 8 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1916.....	359
Tabela 9 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1917.....	361
Tabela 10 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1918.....	362
Tabela 11 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1919.....	364
Tabela 12 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1920.....	367
Tabela 13 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1921.....	368
Tabela 14 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1922.....	370
Tabela 15 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1923.....	372
Tabela 16 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1924.....	374
Tabela 17 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>O Município</i> no ano de 1925.....	376
Tabela 18 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico semanal <i>A Cidade de São João</i> entre os anos de 1912 e 1925.....	378

Tabela 19 - Número de mortes por Gripe Espanhola no município de São João da Boa Vista – janeiro de 1918 a dezembro de 1919.....	588
Tabela 20 - Valores atualizados de compra do antigo CineTheatro.....	603
Tabela 21 - Valores atualizados de verbas de restauro do Theatro Municipal.....	603
Tabela 22 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2004.....	383
Tabela 23 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2005.....	388
Tabela 24 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2006.....	393
Tabela 25 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2007.....	398
Tabela 26 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2008.....	403
Tabela 27 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2009.....	408
Tabela 28 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2010.....	414
Tabela 29 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2011.....	419
Tabela 30 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2012.....	425
Tabela 31 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2013.....	431
Tabela 32 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2014.....	437
Tabela 33 - Levantamento dos registros sobre o Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>O Município</i> no ano de 2015.....	443
Tabela 34 – Menções anuais ao Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>Jornal O Município</i> entre 2004 e 2015.....	226
Tabela 35 – Conteúdo temático dos espaços com menções ao Theatro Municipal no periódico bissemanal <i>Jornal O Município</i> - 2004 e 2015.....	230
Tabela 36 – As participações publicitárias dos eventos por natureza no periódico bissemanal <i>Jornal O Município</i> – 2004 a 2015.....	233

Tabela 37 – A participação de eventos no Theatro Municipal por sua natureza, a partir do Jornal <i>O Município</i> – 2004 – 2014.....	239
Tabela 38 – As participações de eventos eruditos e voltados aos públicos infantis e infanto-juvenis no Theatro Municipal a partir do periódico bissemanal Jornal <i>O Município</i> – 2004 – 2014.....	239
Tabela 39 – Realização de eventos diversos entre 2004 a 2014.....	243
Tabela 40 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2004.....	474
Tabela 41 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2005.....	475
Tabela 42 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2006.....	477
Tabela 43 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2007.....	478
Tabela 44 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2008.....	480
Tabela 45 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2009.....	481
Tabela 46 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2010.....	483
Tabela 47 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2011.....	485
Tabela 48 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2012.....	487
Tabela 49 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2013.....	488
Tabela 50 – Registros sobre espetáculos no Theatro Municipal a partir do Borderô de Eventos AMITE para o ano de 2014.....	490
Tabela 51 – Total de realização de espetáculos e número de público entre os anos de 2004 e 2014.....	252
Tabela 52 – As concentrações de realização e de público nos espetáculos a partir de sua natureza – 2004 a 2014.....	252
Tabela 53 – Média de público entre os anos de 2004 a 2014.....	253



Tabela 54 – As atrações com público acima da média entre os anos de 2004 e 2014: participação na realização total e no público geral.....	254
Tabela 55 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público acima da média – 2004 a 2014.....	255
Tabela 56 – % de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público acima da média – 2004 a 2014.....	256
Tabela 57 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público abaixo da média – 2004 a 2014.....	256
Tabela 58 – % de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público abaixo da média – 2004 a 2014.....	257
Tabela 59 – Participação na realização e público dos espetáculos eruditos no Theatro Municipal – 2004 a 2014.....	260
Tabela 60 – Participação na realização e público dos espetáculos infantis e infanto-juvenis no Theatro Municipal – 2004 a 2014.....	263
Tabela 61 – As participações de grupos nos textos analisados no Jornal <i>O Município</i> – 2004 a 2015.....	268
Tabela 62 – Participação por assunto nas crônicas do periódico <i>O Município</i> – 2004 a 2015.....	292

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHMSP – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

AMITE – Associação dos Amigos do Theatro Municipal

Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

Condephic – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São João da Boa Vista

CTS – Companhia Theatral Sanjoanense

FON – Fundação Oliveira Neto

GMP – Guarda Municipal Provisória

G&TM – Cine Guarany e Theatro Municipal de São João da Boa Vista

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JOM – Jornal *O Município*

SPHAN/Pró-Memória – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TMSJ – Theatro Municipal de São João da Boa Vista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	39
<b>O PRIMEIRO TEMPO: UM THEATRO, MELHORAMENTO URBANO INDISPENSÁVEL À CIDADE COSMOPOLITA, É CONSTRUÍDO. NELE, A MODERNIDADE É ENCENADA EM SEU EDIFÍCIO E EM SUA PROGRAMAÇÃO.</b>	
<b>CAPÍTULO I. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E URBANÍSTICO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>45</b>
I. 1. DUAS FORÇAS FAZEM A CIDADE CRESCER: O CAFÉ E A FERROVIA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA.....	46
I. 2. ENTRE ITALIANOS, ESPANHÓIS E PORTUGUESES: OS IMIGRANTES URBANOS EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	48
I. 3. DAS FAZENDAS DE CAFÉ, O GRANDE PODER POLÍTICO: OS VEREADORES-FAZENDEIROS-ACIONISTAS.....	52
I. 4. OS MELHORAMENTOS EM SÃO JOÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	57
<b>CAPÍTULO II – O THEATRO. A GÊNESE DO ESPAÇO: CONSTRUÇÃO DO THEATRO MUNICIPAL SANJOANENSE E SEUS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>63</b>
II. 1. OS RECURSOS. OS PROMOTORES DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA.....	63
<i>II.1.1. O empréstimo de Mil Contos de Réis e a criação da Companhia Theatral Sanjoanense.....</i>	<i>63</i>
<i>II.1.2. Os acionistas da CTS e suas ocupações: novas perspectivas sobre os promotores do Theatro Municipal.....</i>	<i>69</i>
II. 2. O TERRENO. OCUPAÇÕES ANTERIORES DE UM LOCAL CENTRAL.....	81
<i>II. 2. 1. Uma questão interessante: o terreno do Theatro Municipal de São João da Boa Vista antes do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.....</i>	<i>81</i>
II. 3. O EDIFÍCIO, SUA CONSTRUÇÃO.....	91
<i>II. 3. 1. A CTS e os percalços financeiros iniciais na construção do empreendimento.....</i>	<i>91</i>

II. 3. 2. <i>As características físicas de um edifício tradicional e moderno</i> .....	101
II. 3. 3. <i>A linguagem de sua arquitetura: um Theatro Municipal eclético</i> .....	109
II. 4. A IMPRENSA LOCAL E O THEATRO MUNICIPAL. A IMPRENSA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX E OS PERIÓDICOS <i>O MUNICÍPIO</i> E A <i>CIDADE DE SÃO JOÃO</i> : NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO.....	117
II. 4. 1. NAS PÁGINAS DOS JORNAIS, OS USOS, SIGNIFICADOS E A AGENDA DE APRESENTAÇÕES DO THEATRO MUNICIPAL.....	117
II. 4. 1. 1. <i>Epidemia e Revolução: as interrupções de funcionamento</i> .....	119
II. 4. 1. 2. <i>Cinema, Teatro ou Politeama: os variados usos de um mesmo espaço</i> .....	126
II. 4. 1. 3. <i>Algumas considerações acerca dos usos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista</i> .....	136

**O SEGUNDO TEMPO: UM NOVO THEATRO SURGE DE UM RESTAURO MATERIAL E SIMBÓLICO. NELE, OS MÚLTIPLOS USOS POR MÚLTIPLOS PÚBLICOS SÃO NOVAMENTE UMA REALIDADE.**

**CAPÍTULO III – O Espaço Restaurado: uma breve história da restauração do Theatro Municipal Sanjoanense**.....147

III. 1. O THEATRO MUNICIPAL ENTRE OS ANOS DE 1925 E 1982: UMA EFERVESCÊNCIA CULTURAL RESISTE NUM ESPAÇO DESCARACTERIZADO.....	148
III. 2. A SOCIEDADE SE MOBILIZA E O PODER PÚBLICO RESPONDE: TEREMOS UM <i>TEATRO SANJOANENSE</i> .....	159
III. 3. O PROJETO, O TOMBAMENTO E AS OBRAS: A RECUPERAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO.....	170
III. 3. 1. <i>Novo chamado à população e o projeto de um novo teatro</i> .....	170
III. 3. 2. <i>O edifício reconhecido: o tombamento do Theatro Municipal sanjoanense pelo Condephaat</i> .....	177
III. 3. 3. <i>Um longo processo: o restauro do Theatro Municipal</i> .....	188
III. 4. UMA ADMINISTRAÇÃO PARA O THEATRO: A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO TEATRO - AMITE E SUAS ATRIBUIÇÕES.....	217
<b>CAPÍTULO IV – O ESPAÇO APROPRIADO. Considerações sobre os novos usos e significados do Theatro Municipal Sanjoanense, a partir do Jornal <i>O Município</i> e no Borderô de Eventos da AMITE</b> .....	221

IV. 1. OS EVENTOS EM <i>O MUNICÍPIO</i> . A PRESENÇA E OS USOS DO THEATRO MUNICIPAL NOS ANOS DE 2004 A 2015 NO JORNAL <i>O MUNICÍPIO</i> .....	222
IV. 1. 1. <i>Uma visão geral do periódico, entre os anos de 2004 a 2015, e do seu levantamento</i> .....	222
IV. 1. 2. <i>Os números do levantamento: menções ao Theatro Municipal, suas características e frequências</i> .....	225
IV. 1. 3. <i>Os eventos e sua publicidade</i> .....	232
IV. 1. 4. <i>Os eventos e suas realizações: musicais, cênicos, eruditos, infantis e infanto-juvenis</i> .....	234
IV. 1. 5. <i>Os eventos diversos e algumas considerações gerais</i> .....	242
IV. 2. O PÚBLICO A PARTIR DO BORDERÔ DE EVENTOS AMITE. A FREQUÊNCIA DO PÚBLICO ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2014.....	249
IV. 2. 1. <i>Os espetáculos com público acima e abaixo das médias anuais: dados gerais e as naturezas das atrações</i> .....	253
IV. 2. 2. <i>Os espetáculos eruditos e infantis e infanto-juvenis e algumas considerações</i> .....	259
IV. 3. AS CRÔNICAS SOBRE O THEATRO MUNICIPAL E SEUS DIFERENTES SENTIDOS.....	266
IV. 3. 1. <i>Os textos no Jornal O Município de acordo com suas temáticas</i> .....	267
IV. 3. 2. <i>As crônicas dos eventos no Theatro Municipal</i> .....	270
IV. 3. 3. <i>As diversas citações ao Theatro Municipal</i> .....	278
IV. 3. 4. <i>As crônicas sobre a AMITE e o Theatro Municipal</i> .....	291
IV. 3. 4. 1. <i>As crônicas referentes à AMITE</i> .....	293
IV. 3. 4. 2. <i>As crônicas referentes ao Theatro Municipal</i> .....	301
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	317
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	325
<b>APÊNDICE A - TABELAS E QUADROS</b> .....	349
<b>APÊNDICE B – ESTUDOS INCIDENTAIS</b> .....	525
<b>ANEXO A – PLANTAS</b> .....	605
<b>ANEXO B – FOTOGRAFIAS</b> .....	618
<b>ANEXO C – DOCUMENTOS ESCRITOS</b> .....	628



## INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa ao exame de um patrimônio cultural específico, o Teatro Municipal de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, como marco sociocultural, material, histórico, arquitetônico e identitário dentro da comunidade em que está inserido. Vamos refletir sobre ele em dois tempos: o período em que foi construído e seus primeiros anos de funcionamento; depois, aquele que se segue a partir de seu longo processo de restauro, que duraria quase duas décadas, até sua atualidade, como local de cultura, memória e pertencimento. A partir destes dois recortes temporais e dos valores que foram atribuídos ao edifício, visamos entendê-lo a partir de sua materialidade e os significados imateriais que lhe são intrínsecos, isto é, desde suas características construtivas e decorativas, detentoras de uma mensagem, até seus significados dentro do sentimento de parte da comunidade sanjoanense - que hoje nutre por seu Teatro Municipal um profundo respeito e admiração - nos momentos de seu salvamento, na década de 1980, e nos seus múltiplos usos atuais.

Com o título *Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Theatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, entre os anos 1980 aos dias atuais*, buscamos realizar um estudo que aborde tanto questões materiais quanto simbólicas, tanto questões sociais quanto questões econômicas e tanto questões da gênese do espaço quanto dos seus mais recentes usos. Ao elegermos dois tempos tão distantes, visamos compreender o contexto de sua criação e a forma como as características e valores estabelecidos naquele período inicial puderam ser retomados, interpretados e ressignificados no processo que definiu o tombamento do edifício pelo Condephaat e direcionou sua restauração. Também nos debruçamos sobre os usos de um mesmo edifício tanto no início de sua história quanto no seu período atual, nos seus 11 primeiros anos e nos seus 11 últimos anos de funcionamento. Dessa forma, a despeito dos contextos históricos distantes, um fio condutor da primeira à última página pode ser entendido por uma pergunta bastante simples: “O que o Theatro Municipal representa para São João da Boa Vista?”. A partir desse questionamento, pudemos delinear os contornos de um lugar de valor inestimável no plano Histórico, Memorial, Cultural.

Esse estudo, então, pretende contribuir para a História da Cultura, no campo do Patrimônio Histórico e Cultural, na perspectiva da Cultura Material<sup>1</sup>, associada à História Sociocultural. Tivemos como objetivo o estudo do Teatro Municipal enquanto importante espaço histórico e cultural de São João da Boa Vista, além de buscarmos refletir sobre a relação que a sociedade sanjoanense mantém com o edifício nos diferentes *tempos* explorados, a partir de uma análise sobre aspectos socioeconômicos, culturais, simbólicos e utilitários que permeiam tal relação e que resultam na apropriação multifacetada deste espaço pela comunidade. Muitas sociedades sanjoanenses passaram desde o ano de 1914 e estabeleceram com o edifício relações e essas passam por modificações ao longo de sua história (a construção ora foi considerada como objeto dignificante, ora considerada edificação aviltante dentro do arranjo urbano da cidade) e é nesta perspectiva que todo esse esforço de investigação se justifica.

Dessa forma, estudando um bem que foi restaurado em sua materialidade e em sua dimensão simbólica – ele é símbolo de um passado glorioso, de uma “civilização” sanjoanense passada que demonstraria uma espécie de “predestinação” do local em se desenvolver como centro em sua região e é também símbolo de uma “sanjoanidade” construída em meio à dissolução paulatina de diversos marcos de identidades locais pela globalização -, restauramos também sua *história* e a *memória* de seus usuários.

A presente dissertação também visa constituir, para além de um estudo sobre a relação da comunidade com o seu bem, uma revisão de teses a respeito do Teatro. Isso posto, para a realização de tal pesquisa, de caráter exploratório, iniciamos um longo percurso no Arquivo Histórico Matildes Rezende Lopes Salomão, no Arquivo Morto da Prefeitura de São João da Boa Vista, nos Cartórios da cidade – Registro de Imóveis e Anexos e Tabelião de Notas e Ofícios -, nos arquivos dos Departamentos de Cultura, de Engenharia e de Planejamento, nos arquivos do Jornal *O Município*, nos arquivos da AMITE - Associação dos Amigos do Teatro, nos arquivos pessoais dos responsáveis pelas obras de restauro, nos arquivos do Museu Histórico e Pedagógico Armando de Salles Oliveira, nos arquivos eletrônicos de sites como o *Memória Sanjoanense* e os da Biblioteca Nacional, do Ministério da Fazenda, do IBGE, do Arquivo Público do Estado

---

<sup>1</sup> “Os estudos de cultura material não se fazem apenas com base em fontes materiais (embora sejam prioritárias), mas em todas aquelas que possibilitem a compreensão de universos materiais. E que quadros materiais não se esgotam em si mesmos, mas são, isto sim, expressões de universos mais amplos e complexos – culturais – que envolvem mentalidades, entre outros elementos. (BARBUY, 2006 : 23, grifo nosso).



de São Paulo, entre outros. O fornecimento, pelo Condephaat, de uma cópia do processo de tombamento do edifício, foi de grande importância para a pesquisa. Também nossa Iniciação Científica<sup>2</sup> foi uma base sólida para nos lançarmos nesta investigação. É válido assinalar que a grande maioria dos arquivos sanjoanenses consultados não estão catalogados, tornando bastante complexa a pesquisa, porém tal dificuldade foi em grande parte diminuída pelo empenho, solicitude e atenção de funcionários desses arquivos, que prestaram grande ajuda no decorrer do trabalho.

Ao trilharmos esse percurso, nos deparamos com uma enorme massa de documentação, que foi organizada de modo a constituir um arquivo de formato digital, a ser disponibilizado a qualquer interessado em pesquisar nosso objeto de estudo. Este arquivo já foi constituído não somente para esta pesquisa, mas também para que venha a ser uma das formas de se promover o acesso a este material de pesquisa, ocorrendo assim uma contribuição para que o conhecimento disponível acerca do tema e os dados não se percam e circulem de forma mais ativa.

A dimensão de material inédito obtido foi bastante expressiva, possibilitando-nos, inclusive, oferecer novas perspectivas em diversos aspectos da história do Theatro Municipal, principalmente no que se refere aos seus primeiros anos de funcionamento e antes disso, ainda quando era apenas uma *ideia*. A utilização dos arquivos dos já referidos Jornal *O Município* e AMITE possibilitou também a criação de análises quantitativas e qualitativas de eventos ocorridos no Theatro Municipal, oferecendo subsídios para a construção de uma interpretação sobre seus usos físicos e simbólicos entre os anos de 1914 a 1925 e de 2004 a 2015.

Além dos arquivos, reunimos muito ampla bibliografia sobre os diversos temas abordados (com enfoque em palavras-chave como “pertencimento”, “cultura”, “lugar de memória”, “restauro”, entre outras que se encaixam em nosso estudo), utilizando desde autores consagrados nas temáticas tratadas até os autores sanjoanenses que tratam da evolução da cidade e do próprio Theatro Municipal (graças aos esforços destes autores, conseguimos elaborar novas explicações e considerações, jamais desprezando, mas por vezes refutando – com toda a vênia –, algumas posições cristalizadas). Neste sentido, no

---

<sup>2</sup> Com apoio FAPESP e orientação de Maria Inez Machado Borges Pinto, a Iniciação Científica intitulada “*Em cena, o espetáculo: restauro, cultura e memória no Centenário do Theatro Municipal de São João da Boa Vista*” visou o estabelecimento de bases conceituais para o estudo do edifício sanjoanense em sua fase de restauro.

plano das produções locais, demos especial atenção aos escritos de Neusa Menezes (2014) e de Mattos Júnior (2000), pilares da historiografia do Theatro Municipal, além de outros autores sanjoanenses angulares na historiografia do período, tais como Andrade (1973; 2003), Azevedo (2009), Falconi (2010), Marcondes (2011), Salomão e Silva (1976) e Splettstoser Júnior (2003; 2008). Tantas informações reunidas proporcionaram a construção de um texto que vai em diferentes direções, produzindo novas interpretações a partir de documentos inéditos sobre o centenário teatro sanjoanense.

No que se refere à divisão do texto a seguir, o Volume 1 apresenta quatro capítulos, sendo os dois primeiros capítulos referentes ao primeiro tempo do Theatro Municipal, entre os anos anteriores à sua construção até o ano de 1925, na qual tratamos dos aspectos econômicos, políticos e socioculturais que estavam presentes no momento em que a construção daquele espaço foi pensada, discutida e concluída, quando a cidade se inseria num contexto de modernidade e cosmopolitismo, e na sua primeira década de usos. Já o segundo tempo, formado pelos terceiro e quarto capítulos, trata, respectivamente, dos aspectos técnicos e sociais do restauro do edifício (processo que durou cerca de 20 anos) e dos atuais usos daquela construção, seja no plano utilitário, seja no plano simbólico, enquanto lugar de entretenimento e lugar de memória e de pertencimento e identidade. Já o Volume 2 apresenta dois apêndices e quatro anexos, dedicados, respectivamente, a apresentar ao leitor: tabelas e quadros essenciais para pesquisa; estudos incidentais que aprofundam questões que permeiam o estudo do Theatro Municipal; plantas da cidade e do edifício; uma iconografia que embasa o estudo; alguns documentos transcritos; e, por fim, excertos de notícias veiculadas nos principais periódicos da cidade, que se relacionam à análise do edifício. A seguir, uma descrição sucinta dos capítulos que integram a presente dissertação.

O primeiro capítulo (que trata dos últimos anos de século XIX aos primeiros anos do século XX) apresenta informações sobre as características econômicas da cidade naquela virada para o século XX, para depois introduzir o imigrante enquanto importante ator social e econômico da São João da Boa Vista dos anos de 1900. Aqui, analisamos o grupo dos mandatários políticos, em sua maioria homens de grande fortuna, que possibilitam a inserção de melhoramentos urbanos na cidade, dentre eles um teatro de grandes dimensões, indispensável “melhoramento” cosmopolita.

Já o segundo capítulo (que trata dos anos de 1913 a 1925), refere-se ao período em que o Theatro Municipal deixa de ser uma ideia e passa a ser uma realidade.

Começamos, em primeiro lugar, com a revisão da questão dos agentes que possibilitaram a construção do empreendimento (o empréstimo municipal, a cotização de uma ampla gama de indivíduos), depois avançamos para a questão do terreno em que se erigiu a edificação, para a questão das suas características físicas e da sua linguagem arquitetônica. Por fim, sob a perspectiva de anúncios publicitários de periódicos do período, nos debruçamos sobre a questão dos usos e significados daquela construção pela e para a sociedade sanjoanense do período.

Quanto ao terceiro capítulo (que trata do início dos anos de 1980 até 2004), fornecemos um panorama sobre os usos do edifício entre os anos de 1925 a 1982, quando, alguns anos após a extinção da CTS, foram encerradas as operações do cinema no local e sobre a decadência material daquele espaço, com obras que o descaracterizaram e tiraram dele seu antigo esplendor. Seguimos com uma análise da mobilização popular (e as opiniões a favor e contra) em relação à preservação do edifício, à elaboração do projeto, ao seu tombamento e à realização das obras de restauro, apresentando farto material iconográfico e textual, em grande parte inéditos, concluindo com apontamentos sobre as características de funcionamento da AMITE, a Associação dos Amigos do Theatro, que tem por missão zelar pela permanência do edifício no tecido urbano sanjoanense.

No quarto capítulo (que trata do período entre 2004 e 2014), visamos contribuir para elucidar a relação atual da comunidade com o seu bem, a partir de análises de seu uso físico e simbólico. Num primeiro momento, analisamos a frequência de aparecimento e a realização de espetáculos expressos num periódico sanjoanense, depois analisamos a preferência de público a partir de diversos espetáculos com bilheteria realizados e, por fim, analisamos, por meio de crônicas daquele mesmo periódico, a relação de grupos sanjoanenses com o edifício.

Esse estudo, portanto, visa dar subsídios às futuras pesquisas, revolvendo somente a camada mais superficial de um terreno tão amplo quanto é a relação do Theatro Municipal com seu lugar, com seu povo, com sua cultura. Esse multifacetado espaço centenário, de usos e significados múltiplos, sobrevive às duras passagens do tempo, dos modismos, das ideias, adaptando-se sempre às demandas atuais de uso e aos anseios da sociedade sanjoanense, sua proprietária, e que é, em última análise, sua principal razão de existir. Foi a partir dos anseios dela que um teatro foi construído, que o mesmo foi restaurado e que até hoje permanece como um dos centros culturais não apenas do município, como da região em que se encontra.

Por fim, essa dissertação visa contribuir para o atendimento dos anseios do arquiteto Aduino Moraes, parecerista do Condephaat no Processo 23.125/84, que tombaria o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, quando aquele mostra a necessidade de estudos sobre casas de espetáculos interioranas do estado de São Paulo:

A necessidade de maiores esclarecimentos da história dos Teatros de Estado de São Paulo (...) é de fundamental importância para o reconhecimento do valor cultural do conjunto dos Teatros construídos, e principalmente, para subsidiar a apreciação dos edifícios remanescentes do início do século (...) Do interior do Estado pouco se sabe, sendo necessário um estudo sistemático para reunir documentos, iconografias e informações dos Teatros, das peças e artistas que se apresentavam fora da capital (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 43)

Depois disso, um importante trabalho sobre os teatros paulistas foi realizado por Paulo Roberto Masseran, *Theatro Paulista (1840-1930): fundamentos da arquitetura teatral em São Paulo* (2012), do qual nos beneficiamos. Na construção do conhecimento acadêmico, a presente dissertação visa contribuir para uma maior compreensão sobre esses tão importantes locais de sociabilidade, cultura e entretenimento do interior paulista, oferecendo um estudo específico sobre o Theatro Municipal de São João da Boa Vista.

**O PRIMEIRO TEMPO: UM THEATRO, MELHORAMENTO URBANO INDISPENSÁVEL À CIDADE COSMOPOLITA, É CONSTRUÍDO. NELE, A MODERNIDADE É ENCENADA EM SEU EDIFÍCIO E EM SUA PROGRAMAÇÃO.**

## **CAPÍTULO I. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E URBANÍSTICO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.**

São João da Boa Vista é uma cidade do interior do estado de São Paulo que atualmente conta com cerca de pouco mais de noventa mil habitantes<sup>3</sup>. Fundada em 1824 e elevada à condição de Vila em 1859, sua história muda na década de 1880, quando os primeiros cafeeiros foram plantados em sua fértil terra, fato que foi aprofundado pela chegada da Mogiana, em 1º de outubro de 1886. Com isso, de pequenina vila no Caminho Velho de Goiás (CARBONARA, 1998 : 11), transformou-se numa Cidade-Centro<sup>4</sup> em sua região, então na divisa<sup>5</sup> com o estado de Minas Gerais. Com a prosperidade do café, levadas de imigrantes chegaram à cidade, elites econômicas se cristalizaram no poder e conduziram a cidade a um intenso processo de urbanização, que, entre outras obras, erigiriam um grande teatro. São João da Boa Vista seria, então, a partir da riqueza do café, conectada a um universo cosmopolita de cidades “civilizadas”.

Compartilhando características de enriquecimento e desenvolvimento a partir do plantio do café estão outras cidades situadas na região da Mogiana, tais como Campinas, Amparo, Espírito Santo do Pinhal, São Simão e Ribeirão Preto. Nesta região vemos aqueles e outros importantes centros cafeicultores surgirem a partir da segunda metade do século XIX, conservando o plantio de café uma enorme relevância econômica até meados dos anos 30 do século XX. Diferentemente de outras regiões econômicas paulistas, que possuíam grau elevado de diversificação de lavoura ou implementação tardia do café como cultura principal, a região da Mogiana se especializou amplamente

---

<sup>3</sup> ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2017. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2017/estimativa\\_dou\\_2017.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf)

<sup>4</sup> O município de São João da Boa Vista do início do século XX representa o atual município de São João da Boa Vista e seus antigos distritos, as atuais Vargem Grande do Sul, Águas da Prata e Aguai, emancipadas em 1921, 1935 e 1944, respectivamente.

<sup>5</sup> Consideramos divisa uma vez que o atual município de Águas da Prata pertencia a São João da Boa Vista, alcançando sua independência administrativa apenas em 1935. Até então, configurava um bairro, nascido a partir da doação de terras de uma fazenda de um dos coronéis do período.

na cultura do café. Na verdade, o café *fez* a região e o poderio econômico de elites e propiciou o surgimento de uma camada remediada que viria a se constituir numa importante burguesia citadina, composta também de imigrantes e com o compromisso de levar aos sertões da Mogiana valores de civilidade e novas ideias de progresso. Dessa forma, os recursos da lavoura contribuíram para que essa parte do estado paulista possuísse uma cultura muito própria, na qual os grandes centros nacionais e internacionais se estabeleceram como referências para uma elite que se esforçava em se colocar como ilustrada, atuando na conformação dessas cidades, que se modificavam, dando boas-vindas aos ideais higienistas e à remodelação, parcial, de suas vias, de suas praças e a construção de novos, imponentes e modernos edifícios. Nesse sentido, ainda que bastante ricas, poucas cidades puderam ostentar um teatro de grandes dimensões como o sanjoanense. O objeto de estudo dessa dissertação é, portanto, esse colosso de estilo eclético<sup>6</sup> e sua relação com a cidade e seus habitantes.

## I. 1. DUAS FORÇAS FAZEM A CIDADE CRESCER: O CAFÉ E A FERROVIA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA.

Em São João da Boa Vista, crescimento econômico e populacional só foram impulsionados tão grandemente por uma das maiores – senão a maior – obras de tráfego que a região já teve: a construção do Ramal de Caldas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Kiellander (1908)<sup>7</sup> descreve este importantíssimo meio de comunicação/transporte de cargas e pessoas que movimenta a economia sanjoanense naqueles últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX:

A estação de São João da Boa-Vista, bem conhecida pelo grande número de turistas que, de todas as regiões do Brasil, demandam as águas thermaes de Caldas é a que serve a cidade do mesmo nome. Justo é apresentar-se a descrição de um dos mais poderosos elementos de prosperidade, quer material, quer intelectual. É uma das cinco estações da Mogiana estabelecidas

---

<sup>6</sup> Analisaremos a construção material mais à frente. O que podemos adiantar é que o Theatro Municipal apresenta em sua materialidade elementos da arquitetura eclética, mas já com elementos do *Art Nouveau*.

<sup>7</sup> Esta publicação constitui-se em um livreto, produzido pelo Clube dos Lavradores do município de São João da Boa Vista, em 1908, por ocasião da Exposição Nacional de 1908. Editado na Oficina Tipográfica C. Kiellander & Irmão, do tipógrafo de origem alemã Carlos Kiellander, na cidade de São João da Boa Vista, o livreto traz importantes informações no que se refere à conjuntura econômica sanjoanense do período. Em suas cem páginas, a publicação cuida da produção de café, batata, aguardente e outros gêneros no município, além de nos informar o tamanho e a produção detalhada de cada uma das 31 fazendas escolhidas para demonstrar o avanço econômico do município.

no município, cujo commercio é também servido por outras estabelecidas nas comarcas circunvizinhas (...)

A inauguração desse trecho da Estrada de Ferro Mogyana deu-se a 22 de Outubro de 1886 com a presença de S. M. o Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Thereza Christina. Os festejos da recepção à família imperial foram promovidos pelo povo e pela Câmara Municipal de que era presidente o Coronel José Procópio de Azevedo Sobrinho.

(...) O Ramal de Poços de Caldas tem uma extensão de 77 km, a partir do entroncamento da linha já em tráfego, isto é, da estação de Cascavel que fica no kilometro 128.

Esse ramal compõe-se de duas partes bem distintas, uma de 42,0 k. do Cascavel à raiz da Serra de Caldas e outra de 35,0 k. em que sobe a mesma serra com declives fortes, de 3%, curvas apertadas e importantes obras de arte. (KIELLANDER, 1908 : 40, grifo nosso)

Extremamente importante para o desenvolvimento econômico sanjoanense, caminho para o novo e o moderno, ligando a Serra da Mantiqueira ao mundo, a ferrovia chega a São João da Boa Vista e modifica profundamente a realidade local. Com a ligação dos trilhos, vemos a consolidação dessa localidade enquanto próspero município. Segundo Ana Luiza Martins (2012),

(...) paralelamente às cidades nascidas com o café, já havia núcleos urbanos originários dos tempos da Colônia, desenvolvidos em função da catequização, do avanço colonizador, da exploração de ouro, do comércio, do pouso de tropas, da produção da cana e do cultivo do arroz. Muitas dessas vilas preexistentes acabaram por se consolidar, em função da economia cafeeira. Outras surgiram, de fato, por conta do avanço dos cafezais, sobretudo em sua itinerância para as frentes pioneiras” (MARTINS, 2012 : 143, grifo nosso).

Consolidando sua existência, vemos que o plantio de café nas terras sanjoanenses<sup>8</sup>, no período entre a década de 1880 e 1890, passou por enorme crescimento, sendo que já no início século XX, na década de 1910, houve um encaminhamento para a estabilização do plantio e o decréscimo na abertura de novos cafezais. Segundo dados contidos nos almanaques editados por Antônio Gomes Martins<sup>9</sup> no início do século XX,

---

<sup>8</sup> São João da Boa Vista se inseria numa das mais dinâmicas áreas econômicas do estado paulista e, conseqüentemente, do Brasil, no conhecido “Oeste novo” paulista. Martins (2012), sobre o assunto, afirma que haveria dois “Oestes”: um velho e o outro novo. Segundo a autora, “(...) O Oeste antigo corresponde às regiões de Campinas, Limeira, Rio Claro, Araras, Descalvado e Casa Branca. O Oeste novo, às regiões de Ribeirão Preto, Pinhal, São João da Boa Vista, Casa Branca, São Simão, Cajuru, Batatais e Franca” (MARTINS, 2012 : 69).

<sup>9</sup> Os almanaques de 1901 e 1910 foram editados por Antônio Gomes Martins, na cidade de São João da Boa Vista, em tipografia da cidade. Constituem importantes fontes de pesquisa, já que contém diversas informações sistematizadas como o nome e a ocupação dos habitantes ativos economicamente, o que nos auxiliou na determinação das ocupações dos acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense. Compostos por 207 páginas (1901) e 101 páginas (1910), têm o intuito de ser um guia sanjoanense,

em 1901 o município sanjoanense possuía 10.361.790 pés de café e colhia 380.450 arrobas de café, enquanto que em 1909 o município possuía 10.426.886 pés de café e colhia 639.195 arrobas de café. Pelo grande incremento na produção em relação ao pequeno aumento do plantio, podemos considerar que os cafezais sanjoanenses eram em sua maioria bastante jovens e ainda não haviam alcançado sua produção máxima.

Um aumento tão grande na produção da rubiácea demandaria o emprego de grande contingente de trabalhadores, além de criar um ambiente propício às atividades econômicas urbanas. Dessa forma, seja para trabalhar nas lavouras ou nas fazendas de café ou produtoras de gêneros alimentícios de primeira necessidade, vemos um aporte muito significativo de mão-de-obra, principalmente de imigrantes, que fariam parte de uma complexa sociedade que orbitava o cafezal. O café, o imigrante e a ferrovia, então, impulsionariam a cidade a um lugar de desenvolvimento econômico e de poderio político, social e cultural como nunca antes havia experimentado. Nesse aspecto, analisaremos a influência do imigrante urbano, novo agente socioeconômico, em São João da Boa Vista do início do século XX.

## I. 2. ENTRE ITALIANOS, ESPANHÓIS E PORTUGUESES: OS IMIGRANTES URBANOS EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Conjuntamente ao aumento da produção de café entre os anos de 1900 a 1909, vemos o aumento da população sanjoanense entre os anos de 1900 e 1909 em cerca de 29,5% (de 23.953 habitantes para 31.010 habitantes, respectivamente), provocada pelo aporte de imigrantes e brasileiros empregados no cultivo da rubiácea para exportação nas grandes fazendas, no cultivo de gêneros de primeira necessidade nas pequenas propriedades ou interessados em se dedicar ao comércio, indústria e outras profissões, tanto na cidade quanto nos distritos. Nesse aspecto, vemos que o imigrante não se torna responsável apenas pelo incremento da produção da lavoura sanjoanense, mas também contribui de forma decisiva enquanto um importante agente no crescimento e desempenho das atividades econômicas das áreas urbanas, sendo este imigrante urbano um dos precursores da industrialização brasileira, e contribuindo também grandemente

---

também com informações sobre solos, história, sociedade – o primeiro almanaque apresenta mais indicações de entretenimento que o segundo.



para a urbanização do país (FAUSTO, 2006 : 132). É sobre esse último grupo cidadão que devemos nos concentrar.

Um interessante indicativo da grande presença de imigrantes na cidade é a existência de clubes de imigrantes. Esses clubes demonstram a existência de redes de mútua assistência entre os emigrados e denotam a presença marcante desses grupos na cidade. No município de São João da Boa Vista (a partir do mencionado em Godoy, 1911)<sup>10</sup>, além da “Sociedade Italiana Príncipe de Napoli”, da “Sociedade Italiana Conde di Torino”<sup>11</sup> e do “Clube Germânia”, havia também a “Sociedade União Síria” e a “Sociedade Beneficente Espanhola”. Isso mostra que havia na cidade um contingente muito expressivo de imigrantes de origem italiana, alemã, sírio-libanesa e espanhola. Nesse sentido, o elevado número de imigrantes daquelas 4 nacionalidades pode ser visto no almanaque Martins (1910), que fornece o número residentes em São João da Boa Vista com origem e/ou ascendência imigrante. Os números apontam que no município sanjoanense, em 1909, viviam 23.920 brasileiros, 4.215 italianos, 1.597 espanhóis, 796 portugueses, 197 alemães, 97 sírios, 82 austríacos, 30 suecos, 17 argentinos, 13 dinamarqueses, 13 franceses, 7 poloneses, 6 africanos, 5 holandeses, 4 americanos, 3 cubanos, 2 belgas, 2 gregos, 2 russos e 1 suíço (MARTINS, 1910 : 31), totalizando 31.010 habitantes.

Aqueles imigrantes que se fixaram nas áreas urbanas de São João constituíram a base comercial do município, exercendo uma considerável influência econômica já nos anos 1900. Dentro desse comércio, o pequeno artesão autônomo tem grande peso na economia local. Segundo Pinto (1994), de forma geral, grupos compostos de pequenos artesãos tinham caráter

heterogêneo [formado] de pequenos empreendedores (...) muitos deles imigrantes e seus descendentes (...) que produziam mercadorias ou prestavam serviços, pressupondo um certo grau de qualificação. Era muito comum famílias de artesãos especializados e que pretendiam mudar de ramo ao

---

<sup>10</sup> O *Almanach do Amparo para 1912 e o Almanach do Amparo para 1914*, disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, editados em Amparo por Jorge Pires de Godoy, contém “informações sobre cerca de 25 municípios do Est. de S. Paulo e alguns de Minas” (GODOY, 1911 : 1) e utilizam informações coletadas no almanaque sanjoanense de 1910, de autoria de José Gomes Martins.

<sup>11</sup> Estas duas associações correspondiam a diferentes regiões da Itália: grosso modo, a Conde di Torino representava os imigrantes do norte da península, enquanto que a Príncipe di Napoli representava os imigrantes do sul da península, incluindo seus descendentes já nascidos no Brasil. Interessante considerar, a partir da existência destas duas associações, o “grupo de imigrantes italianos” estava longe de ser homogêneo.

imigrarem voltarem a sua profissão de origem no novo país, assim que percebiam a fragilidade de seus antigos planos e vislumbravam uma possibilidade de sobreviver à base das antigas habilidades. A observação dos acontecimentos miúdos da vida diária da cidade nos permite citar uma enorme profusão de pequenos profissionais autônomos, entre os quais: vidraceiros, pintores especializados, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, ourives, gravadores de placas, pintores de quadros, de aquarelas, de retratos a bico de pena, mestres de caligrafia, escultores, gravateiros, sapateiros, fazedores de luvas, de chapéus, seleiros, confeccionadores de arreios, de laços e artigos de couro para montaria e fazenda, cabeleireiros, barbeiros, alfaiates, costureiras etc. (...) o desenvolvimento desses pequenos ofícios autônomos, exercidos em geral pelo próprio dono, estava ligado à necessidade de pouco capital para iniciá-lo, ao clima favorável de progresso econômico da metrópole paulistana e a expansão de um mercado consumidor que requeria produtos mais especializados e sofisticados (PINTO, 1994 :114/115).

Pinto (1994), para além da caracterização das ocupações, dá preciosas informações no que se refere ao funcionamento desses empreendimentos, que geralmente começavam pequenos e com o emprego de familiares:

Dependendo do vulto do negócio, o seu dono era auxiliado pelo grupo familiar: a mulher, os filhos, algum parente idoso, conterrâneos e agregados, que na maioria das vezes trabalhavam a troco do aprendizado da profissão, de roupa e comida. Utilizando mão de obra doméstica, não assalariada, o pequeno artesão barateava ao mínimo os custos de sua atividade, livrava-se dos encargos econômicos mensais devido aos empregados, reduzindo suas despesas fixas, e fazia com que todos os componentes da família, em idade de trabalhar, se tornassem produtivos. A manutenção da estrutura de trabalho familiar dava mais flexibilidade ao pequeno empreendimento, possibilitando a sua maior adaptação às flutuações abruptas da demanda” (PINTO, 1994 : 115)

Dentro do emprego de familiares, pode-se perceber a “hereditariedade do negócio”<sup>12</sup>, que é abordada pela autora. Neste aspecto,

o fato de as crianças, desde pequenas, serem introduzidas no aprendizado e utilizadas como ajudantes de seus pais, fazia com que muitas dessas profissões adquirissem uma tradição hereditária e estivessem ligadas a uma cultura familiar que passava de geração a geração. Grupos familiares tornavam-se notórios, ganhavam fama e preferência dos fregueses, como habilidosos e tradicionais marceneiros, seleiros, alfaiates, costureiras etc. (PINTO, 1994 : 115).

---

<sup>12</sup> De fato, no grupo que nos interessa – o dos imigrantes – há uma enorme prevalência de empresas familiares que duram por pelo menos duas gerações: temos como exemplo de sapateiros os Padovan; como exemplo de relojoeiros os Dattoli; como exemplo de comerciantes de materiais de construção os Blasi; como exemplo de marmoristas, os Furlanetto; e como exemplo de joalheiros os de Rosa.

Seyfert (2011), quando analisa a imigração em território catarinense no final do século XIX, considera, diferentemente de Pinto (1994), outros segmentos de imigrantes, não necessariamente o segmento dos pobres, mas de um imigrante que se constituiria como uma classe remediada já nos primeiros momentos de seu estabelecimento no Brasil. Segundo a autora, no que se refere à política de colonização, esta

privilegiou a vinda de agricultores e artesãos como imigrantes preferenciais. Na prática, entraram profissionais diversos e, na imigração espontânea, indivíduos dispostos de pequenos recursos que permitiram iniciar um negócio (...) houve ampla diversificação com o surgimento de pequenas indústrias e oficinas de artesãos, mas prevaleceu o estabelecimento dos comerciantes mais abastados, nas cidades, que iniciaram a industrialização em fins do século XIX. (SEYFERT, 2001 : 57, grifo nosso)

Se de um lado Pinto (1994) trata do imigrante pobre que se estabelece na cidade e sobrevive com seu ofício, Seyfert (2011) analisa o imigrante que já chega com recursos próprios. Longe de serem conflitantes, se completam, já que, como se pode supor, o grupo de comerciantes imigrantes que aqui tratamos era composto tanto de imigrantes “sobreviventes” quanto de imigrantes “privilegiados”.

Com grande presença na economia e nas artes sanjoanenses, numerosos imigrantes chegados ao Brasil no fim do século XIX e início do século XX, nos anos 1910 - após um processo de acumulação de capital –, participariam da formação da Companhia Theatral Sanjoanense – CTS, como acionistas. Neste aspecto, Pinto (1994) afirma que imigrantes em geral, ao conquistarem

vasta clientela endinheirada, muitos daqueles que montavam negócio por conta própria conseguiam expandir economicamente, chegando à posição de pequenos empregadores que contratavam alguns poucos assalariados fixos (...) A ascensão social alcançada por estes prósperos artesãos autônomos, muitos deles de origem imigrante, e sua situação econômica privilegiada em relação à maioria de “operários da classe mais pobre”, faziam com que gozassem de grande respeitabilidade e admiração (PINTO, 1994 : 116).

Seyfert (2011) também trata do enriquecimento do imigrante, ao afirmar que

a classe dos comerciantes foi a única que enriqueceu no contexto colonial (...) o crescimento urbano e a diferenciação social ocorreu ao mesmo tempo num contexto de desenvolvimento econômico; e a formação de segmentos médios

revela também a heterogeneidade dos imigrantes no que diz respeito à profissão e à escolaridade. Artesãos de todos os tipos preferiram deixar o lote colonial para abrir oficinas familiares ou simplesmente atender às demandas por serviços especializados nas cidades (...) poucos comerciantes de maior expressão tiveram origem rural ou artesanal. Outros estavam longe do perfil do imigrante comum por que possuíam recursos e/ou alta escolaridade (SEYFERT, 2011 : 57).

Percebem-se aqui aproximações de Seyfert (2011) com Pinto (1994): a possibilidade de enriquecimento do imigrante que se dedica às atividades econômicas na cidade; o estabelecimento do imigrante nas cidades, com maior potencial de enriquecimento; e a presença de oficinas familiares na tentativa de diminuir gastos, maximizar lucros e conseguir ascensão social e econômica. A partir das considerações das duas autoras, citamos como exemplo de famílias imigrantes de São João da Boa Vista, que enriqueceram e se tornaram acionistas da CTS, os Fillardi, Blasi, os Datoli, os Mancini e os Rehder (dedicados, respectivamente, ao comércio de materiais de construção, à relojoaria, ao comércio varejista e à lavoura).

Após um certo tempo, essas famílias emigradas, enriquecidas pelo trabalho na lavoura e nas áreas urbanas, iriam dividir com as famílias tradicionais o prestígio social, os investimentos na nova cidade que surgia com a remodelação da velha São João da Boa Vista (inclusive compondo o quadro acionário da Companhia Theatral Sanjoanense) e o poder político, por meio de suas eleições para cargos políticos. A seguir, analisaremos a elite política sanjoanense e a sua relação com a construção do Theatro Municipal.

### I. 3. DAS FAZENDAS DE CAFÉ, O GRANDE PODER POLÍTICO: OS VEREADORES-FAZENDEIROS-ACIONISTAS.

O real detentor do poder naquela São João da Boa Vista dos anos de 1910 era o cafeicultor. Esse poder tinha uma dimensão econômica, social e, é claro, política. Quando falamos em dimensão política do poder, falamos em decisões, em orçamentos, em obras, e em impactos a toda população do município, seja ela da cidade de São João da Boa Vista, seja ela dos distritos de Sant'Anna de Vargem Grande ou de Cascavel, ou do bairro da Prata.

Antes de fornecer um panorama sobre a política sanjoanense do período, devemos pormenorizar a inclinação republicana dessa elite política, antes mesmo do 15 de novembro de 1889. Uma das indicações sobre essa inclinação política da elite vem de

Andrade (1973)<sup>13</sup>, que relata a visita do Imperador Pedro II a São João da Boa Vista quando da inauguração do Ramal de Caldas da Mogiana:

Aproveitando o ensejo da inauguração do ramal de Caldas, o Imperador D. Pedro II e sua nobre e augusta consorte, D. Tereza Cristina, resolveram visitar as cidades então servidas de estradas de ferro e assistir às respectivas solenidades. No dia marcado, chegada a composição férrea conduzindo Suas Majestades, o Conde D'eu, jovens príncipes e respectivas comitivas, diretores da Mogiana e convidados, deu-se a inauguração da estação com as formalidades de estilo (...) Nas solenidades da inauguração estiveram presentes os edis Cap. José Procópio de Azevedo Sobrinho, Joaquim José de Oliveira, Theodor Higino Brandão, Cap. José Jacinto do Amaral Pinto, Cap. Antônio Pinto Fontão, José Procópio de Andrade, Cap. Francisco Tavares Coimbra e Francisco de Azevedo Junqueira, faltando Cândido José Soares; presentes também os juízes de paz Gabriel Joaquim de Oliveira, Lourenço Antônio Ferreira da Costa, Benahias Pereira de Mello e Joaquim Feliciano de Andrade, o delegado de polícia Dr. Antônio Benedito dos Santos e o subdelegado Joaquim José dos Santos Cunha. Nessa ocasião, segundo voz geral, em conversação com Dom Pedro II, que se manifestava reconhecido e grato pelo acolhimento e simpatia demonstrados pelo Povo, que ele sabia ter pendores republicanos, foi que Joaquim José, com a diplomacia que lhe era característica, pediu vênias para observar que o Imperador estava sendo recebido por uma Câmara de maioria republicana (ANDRADE, 1973 : 127, grifo nosso).

O mesmo autor indica repetidas vezes em sua obra a importância do político Joaquim José<sup>14</sup>, futuro chefe político da cidade. Em uma delas, ao citar o oferecimento do custeio de uma construção para servir de escola em 1882 pelo fazendeiro<sup>15</sup>, afirma que

---

<sup>13</sup> Theóphilo Ribeiro de Andrade, autor do *Subsídios à História de São João da Boa Vista* vol. I (1973) e vol. II (2003) constitui importante fonte no estudo da implantação da Santa Casa de Misericórdia de São João da Boa Vista, inclusive sendo o segundo volume de sua principal obra dedicada grandemente a historiar aquela instituição de caridade. Sua obra deriva de artigos publicados no jornal *A Cidade de São João*, de São João da Boa Vista, entre 1951 e 1953.

<sup>14</sup> Segundo o livreto *Uma recordação de família*, "Joaquim José nasceu na Fazenda Moinho, Comarca de Caldas, a 11 de março de 1830 e faleceu em S. João da Boa Vista a 23 de abril de 1903. Foram seus pais Joaquim José de oliveira e d. Francisca Cândida de Oliveira. Casou-se pela primeira vez em Baependy com Helena Junqueira (...) do primeiro matrimônio nasceu-lhe um filho Joaquim Cândido de Oliveira. Morrendo a primeira esposa, passou-se Joaquim José a segundas núpcias, casando com a exma. D. Anna Gabriella da Silva Oliveira. Nasceram-lhe os filhos Gabriel, Francisca, Amadeu de Oliveira, Elias e Maria Ignez (Tita)" (UMA RECORDAÇÃO, 1929 : 5/6). O livreto ainda fornece outras ligações familiares do potentado local, sendo ele irmão do Coronel Ernesto de Oliveira, um dos mais ricos fazendeiros da região, e do 1º Barão e depois Visconde de Caldas, Luís Antônio de Oliveira. O seu irmão, Coronel Ernesto de Oliveira, e seus filhos, Maria Ignez (Tita) de Oliveira e o Coronel Joaquim Cândido de Oliveira, figuram entre os acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense, como veremos a seguir, e que construiria o Theatro Municipal sanjoanense, sendo o último o primeiro presidente, por aclamação, daquela companhia.

<sup>15</sup> O reconhecimento se deu pouco tempo depois dessa doação: "o governo imperial como prova de reconhecimento quiz agraciá-lo com o título de Barão de S. João. Joaquim José rejeitou o título por causa de suas convicções republicanas. Trabalhando pela queda da Monarquia opinava que para um

naquela época “Joaquim José era um dos chefes do Partido Republicano, fundado neste Município, que já constituía uma grande força eleitoral e que poucos anos depois venceu as eleições municipais” (ANDRADE, 1973 : 114). Figura de proa da política sanjoanense entre os anos de 1870 e 1903, Martins (1910) afirma que o fazendeiro Joaquim José

milidou durante muitos annos nos arraiaes do antigo partido liberal, tendo feito profissão de fé republicana em 1865. Data dessa época o seu trabalho de arregimentação do partido, que, ainda em plena vigência do regimen monarchico, bateu os dois partidos – liberal e conservador – colligados, numa das eleições de maior empenho de que há memória” (MARTINS, 1910 : 38).

O texto do livreto “Uma recordação de família”<sup>16</sup>, de autoria desconhecida e datando de 1929, afirma que

Logo ao chegar a S. João [em 1870], filiou-se ao partido liberal. Verificou-se em 1870, como é sabido, a publicação do manifesto dos republicanos do Rio de Janeiro; em 1873 realizou-se a convenção dos republicanos de São Paulo, em Ytú. Joaquim José deu imediatamente adhesão calorosa á nova corrente partidária. Consagrou-se de corpo e alma ao desenvolvimento da villa; tornou-se dentro em pouco o fazendeiro de mais prestígio e mais popular na zona” (UMA RECORDAÇÃO, 1929 : 6).

Adotando os ideais republicanos muito antes de ser esse regime instaurado no país, e se constituindo num dos mais ricos e poderosos fazendeiros da região, sendo patriarca de uma extensa família de potentados locais, o fato é que o Coronel Joaquim José se constituía numa figura de imenso capital político, inclusive influenciando outros nomes importantes da localidade a se tornarem republicanos. Tanto poder rendeu-lhe a prestigiosa alcunha de “Patriarcha de São João” e homenagens como o seu nome na principal praça da cidade e Grupo Escolar, além de uma estátua de bronze, após seu falecimento.

A dominação política dos fazendeiros em São João da Boa Vista, como se vê no caso exemplar do Coronel Joaquim José, se reflete na repetição de nomes nas diferentes legislaturas – quando o fazendeiro não era eleito vereador, se achava como suplente e, assim, dentro das salas das decisões políticas da mesma forma – e na repetição dos

---

republicano receber das mãos do governo da monarquia qualquer título nobiliarchico era incoherencia, fraqueza ou traição aos próprios princípios” (UMA RECORDAÇÃO, 1929 : 6/7).

<sup>16</sup> Agradecemos ao Dr. Joaquim Cândido de Oliveira, bisneto do Coronel Joaquim José de Oliveira, pela cessão deste material.

sobrenomes: os homens das famílias Andrade, Azevedo e Oliveira eram os potentados locais, de imensas fortunas e influência política, integrantes em sua maioria do Partido Republicano Paulista e que governaram a cidade de São João da Boa Vista por praticamente toda a Primeira República.

A participação política diminuta ou inexistente de outros setores socioeconômicos que vemos na política sanjoanense e, em geral, na política brasileira desses primeiros anos do século XX, tem lugar na análise de Sevcenko (1999), que afirma que

(...) apesar do crescimento econômico global no Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção de recursos gerados era muito limitada. Assim como muito limitada e até decrescente era a participação política. As elites agrárias, beneficiárias e procedentes da tradicional divisão internacional artificial do trabalho, constituíam um sistema oligárquico semifechado, que, de conformidade com círculos plutocráticos urbanos, monopolizavam os postos diretivos e as atividades mais rendosas (SEVCENKO, 1999 : 50).

Tal situação de domínio de fazendeiros na política sanjoanense muda apenas em meados da década de 1920, com a participação de grupos que, na virada do século XIX para o XX, eram marginalizados politicamente, composto de imigrantes e, quanto à ocupação, de comerciantes e de profissionais liberais. Tal abertura na participação política aponta tanto para um enfraquecimento da hegemonia do grupo tradicional no poder quanto para o enriquecimento e aumento de prestígio social daquele grupo outrora afastado das decisões políticas.

Isto posto, devemos voltar a atenção para uma importante característica da política sanjoanense no início do século XX. Num período em que o público e o privado não tinham as fronteiras bem definidas, havia um ambiente que permitia e mesmo naturalizava a utilização da máquina pública em proveito de projetos de particulares sem que isso acarretasse qualquer dano à imagem do legislador, uma vez que se entendia serem ações em benefício da municipalidade e não apenas dos idealizadores. No caso em estudo, estabelecer brevemente a relação entre os ocupantes da Câmara Municipal<sup>17</sup> e os acionistas é, assim, uma parte necessária para compreendermos o sucesso do empreendimento, que visava dotar São João da Boa Vista de seu tão aguardado Teatro Municipal.

---

<sup>17</sup> A repetição de nomes dentro destas legislaturas e do quadro de vereadores-acionistas, indica tanto a concentração do poder de uma elite extremamente bem constituída e sólida dentro da política sanjoanense quanto na participação da mesma em um empreendimento, enquanto acionistas, de grande impacto para a cidade.

Quando analisamos os ocupantes da Sexta Câmara (1908-1911), dos oito vereadores e dos oito suplentes listados por Azevedo (2009)<sup>18</sup>, quatro vereadores e quatro suplentes se tornariam acionistas: os vereadores Américo de Oliveira Costa, José Procópio de Azevedo Neto, João Joaquim Braga e Theóphilo Ribeiro de Andrade e os suplentes Joaquim Thereziano Vallim, Gabriel Rabello de Andrade, João Cândido Brandão e Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade. Na Sétima Câmara (1911-1913), dos oito vereadores e dos oito suplentes listados, cinco vereadores e cinco suplentes se tornariam acionistas: os vereadores José Procópio de Azevedo Neto, João Joaquim Braga, Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade, Manoel Luis Osório de Oliveira e Joaquim Thereziano Vallim e os suplentes Theóphilo Ribeiro de Andrade, Alípio Noronha, José Evangelista de Almeida, Procópio do Amaral Pinto e José Pires de Aguiar. Na Oitava Câmara (1914-1916), dos oito vereadores e dos dois suplentes listados – Azevedo (2009) não fornece lista completa da vereança -, sete vereadores e dois suplentes eram acionistas: os vereadores Domingos Theodoro de Azevedo, Procópio do Amaral Pinto, Luis Rodrigues Teixeira, Gabriel Rabello de Andrade, Antônio de Oliveira Fontão, Manoel dos Santos Cabral e João Joaquim Braga e os suplentes Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade e Affonso Osório de Oliveira.

No que se refere à Nona Câmara (1916-1920), dos oito vereadores e dos oito suplentes listados, seis vereadores e cinco suplentes eram acionistas: os vereadores Joaquim Cândido de Oliveira, Theóphilo Ribeiro de Andrade, Alípio Noronha, João Osório de Andrade Oliveira, Joaquim Thereziano Vallim, Domingos Theodoro de Azevedo Sobrinho e os suplentes João Cândido Brandão, José Alexandre de Almeida, João Jacinto Pereira Júnior, Alfredo Emílio Pacheco de Mello e João Batista da Boa Vista. Na Décima Câmara (1920-1924), dos oito vereadores e dos oito suplentes listados, cinco vereadores e cinco suplentes são acionistas: os vereadores João Joaquim Braga, Antônio Cândido de Oliveira Filho, Joaquim Thereziano Vallim, Joaquim Osório de Azevedo e José Procópio de Andrade Júnior e os suplentes Lauro Maciel de Godoy, José Alexandre

---

<sup>18</sup> Esta publicação, *História Administrativa e Política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)*, de José Osório de Oliveira Azevedo composta por dois volumes em sua primeira edição, de 1974, constitui-se num dos maiores – senão o maior - instrumentos no estudo da política sanjoanense e dos feitos das Câmaras no período em que o autor se dedica, abrangendo os últimos anos do século XIX até o fim da Primeira República. Trata-se, desta forma, de uma “compilação dos artigos que eram publicados com regularidade sob o título ‘Assuntos Municipais’ no jornal A Cidade de São João” (AZEVEDO, 2009 : 19) a partir de temas de relevância que marcaram a história do desenvolvimento do município, inclusive servindo de referência indispensável na análise do percurso das obras de saneamento e urbanização de São João da Boa Vista nos anos de 1890 e 1910, de que mais à frente trataremos.



de Almeida, Ângelo Pires Cardoso, Manoel da Costa Patrão e Manoel dos Santos Cabral. Consideramos, então, que a Sexta Câmara era composta por 50% de acionistas; a Sétima Câmara era composta por 62,50% de acionistas; a Oitava Câmara era composta por pelo menos 63% de acionistas; a Nona Câmara era composta por 68,75% de acionistas; e a Décima Câmara era composta por 68,75% de acionistas.

Participando ativamente da constituição do quadro acionário da companhia que construiria e administraria o Theatro Municipal, esses, poderosos edis, antes mesmo de se tornarem acionistas, conduziram a cidade de São João da Boa Vista a um processo de imensa transformação urbana, ao dotá-la de inovações tecnológicas, obras de saneamento e melhoramentos.

#### I. 4. OS MELHORAMENTOS EM SÃO JOÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.

A expansão cafeeira, que provoca toda a construção de uma infraestrutura de serviços indispensáveis ao setor exportador de modo geral (FAUSTO, 2006 : 26), pode ser considerada a responsável pelos projetos que visaram tornar São João da Boa Vista<sup>19</sup> mais salubre e apresentável aos “forasteiros”<sup>20</sup> antes ainda do início do século XX. Neste sentido, percebemos em São João da Boa Vista aquele processo definido por Boris Fausto: “(...) a urbanização é um processo que ocorre à sombra do fortalecimento da economia agrário-exportadora, que a longo prazo conformará o Estado à sua própria imagem (...)” (FAUSTO, 2006: 29-30). Fausto, em outra publicação, mas tratando do mesmo período, afirma que

a partir da segunda metade do século XIX e durante todo o período da República Velha, teve lugar no Sul do país principalmente (ou seja, nas regiões enriquecidas pelo café) importante surto de urbanização, isto é, de multiplicação e crescimento dos núcleos urbanos, juntamente com um crescimento demográfico rápido, processos que precederam de muito no Brasil a industrialização (FAUSTO, 2006 : 201).

Azevedo (2009) fornece importantes dados sobre a evolução da urbanização sanjoanense, que se inicia, mais precisamente, na mudança de local do Cemitério, com as

---

<sup>19</sup> Tratamos, neste subcapítulo, apenas dos melhoramentos referentes à cidade de São João da Boa Vista e não do município em sua totalidade.

<sup>20</sup> Já com o Theatro Municipal de São João da Boa Vista em pleno funcionamento, existe nos editores do *Jornal O Município* a enorme preocupação em passar aos visitantes da cidade uma imagem de civilização, de desenvolvimento e de poder da mesma dentro de seu contexto regional, como veremos à frente.

primeiras ideias surgidas já em 1892 e regularizada a compra do terreno em 1896 (AZEVEDO, 2009, 49). A mudança de local do Cemitério se dava por três motivos: a necessidade de ampliação do número de covas; a necessidade de transferir o cemitério para um local sem moradores no entorno e, assim, a diminuição do risco de contaminação; e a implementação da primeira tentativa de um embelezamento das vias já existentes próximas à Igreja Matriz e à abertura de outras vias.

A mesma lógica do Cemitério, então, foi utilizada na construção da Santa Casa: deveria ser construída o mais distante possível do centro da cidade, numa medida de prevenção a epidemias. Seu terreno, de doação de Conrado Marcondes, ficava numa área relativamente elevada e erma, e sua construção foi praticamente toda sustentada por doações de particulares. A doação de Dona Carolina Malheiros – feita em testamento e na quantia de 30 contos de réis (FALCONI, 2010 : 193)<sup>21</sup> – e a campanha do banqueiro João Osório de Oliveira foram fundamentais para a construção do edifício. No que se refere ao banqueiro, Andrade (2003) afirma que este “conseguiu fosse consignado no orçamento anual do Estado verba para auxiliar a manutenção da Santa Casa” (ANDRADE, 2003 : 37). A Santa Casa seria mantida pela Irmandade de Misericórdia de São João da Boa Vista, que teve seus estatutos aprovados em abril de 1897 e constituída em associação jurídica em 07 de fevereiro de 1900 (ANDRADE, 2003 : 33), tendo tal irmandade inaugurado em 06 de agosto de 1899 o edifício da Santa Casa<sup>22</sup>.

Além do deslocamento do Cemitério do centro da cidade e do início da construção da Santa Casa de Misericórdia, o final do século XIX é um momento de projetos que visavam à urbanização e ao desenvolvimento sanjoanense, tais como a construção de uma sede definitiva para o Grupo Escolar, a primeira tentativa de uma série de malogrados projetos de eletrificação da cidade, bem como a primeira tentativa de dotar a cidade de serviço telefônico.

Em novembro de 1896 a Câmara determina a reunião de todas as escolas da parte urbana da cidade de São João da Boa Vista, com a criação do primeiro Grupo Escolar, de

---

<sup>21</sup> Rodrigo Rossi Falconi lança, em 2010, uma monumental obra intitulada *Logradouros de São João da Boa Vista*, donde fornece informações acerca das personalidades que nomeiam as ruas sanjoanenses. Mesmo sendo um estudo mais concentrado na genealogia e biografia dos indivíduos retratados, o livro de Falconi é fonte de variadas informações e imagens sobre a história da cidade, constituindo indispensável fonte de pesquisa.

<sup>22</sup> Esta construção respeitaria o determinado pelo Decreto nº 233, de 02/03/1894, mais conhecido como Código Sanitário de 1894. Este decreto e a construção serão retomados mais adiante, quando abordaremos a ocupação anterior do terreno do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.

nome “Grupo Escolar Joaquim José”, funcionando em edifício de propriedade particular, já sendo em 1901 autorizada pela Câmara a construção de edifício próprio, inaugurado em 1903 (SALOMÃO E SILVA, 1976 : 312/313)<sup>23</sup>. Este edifício se situa em local onde antes existia o antigo Cemitério da Fábrica de São João, dividindo terrenos daquele Cemitério com as atuais praças Roque Fiori e Coronel Joaquim José<sup>24</sup>.

No mesmo ano de 1896 deu-se a negociação para a concessão de serviços de eletrificação da cidade, ficando autorizada a concessão da Câmara Municipal em abril de 1896 ao engenheiro Alfredo Pacheco de Mello – o mesmo que, alguns anos depois, seria acionista e diretor técnico na primeira diretoria da Companhia Theatral Sanjoanense – e a José Pinheiro Ulhôa (AZEVEDO, 2009 : 56-57). Ao que parece, as obras de eletricidade não foram realizadas por falta de capacidade técnica para a execução dos serviços, por parte da empresa contratada, sendo novamente a concessão de energia elétrica colocada em oferta em março de 1899, participando dela as empresas do engenheiro elétrico Carlos Cruz, a empresa Arens Irmãos e a empresa de Henry Dina e João Cândido Brandão – farmacêutico, vereador e acionista da Companhia Theatral Sanjoanense –, sendo vencedora a empresa dos últimos (AZEVEDO, 2009 : 81). A tentativa fracassou e em 1902 aparece outro requerimento de concessão, em janeiro, tendo como responsável o engenheiro Carlos Cruz, aceito pela 3ª Câmara Republicana, que também não logrou sucesso. Apenas em outubro de 1902 novo pedido de concessão foi feito à Câmara Municipal, sendo aceita a proposta de Henry Dina que, em agosto de 1903, envia um ofício “dando conhecimento à Câmara de se acharem terminados os trabalhos de instalação da luz, devendo esta ser inaugurada no dia 15 [daquele mês]” (AZEVEDO, 2009 : 147).

No que se refere aos serviços telefônicos, o primeiro contrato em São João da Boa Vista data de 1896, entre a Câmara Municipal e Antônio Salgado Jr. e Bonifácio de Carvalho Jr., funcionando este serviço pelo menos até 1898, quando a empresa passou para Cristiano Parreira e depois para o engenheiro Newton de Castro<sup>25</sup>. Quando Castro

---

<sup>23</sup> Matildes Rezende Lopes Salomão (pesquisa) e Maria Leonor Alvarez Silva (texto) produziram, em 1976, um estudo intitulado *História de São João da Boa Vista*, obra de fôlego e ainda hoje pertinente. O cuidado das autoras com as fontes torna ele uma das grandes obras de referência para a historiografia sanjoanense.

<sup>24</sup> Voltaremos brevemente à análise do início da história do Grupo Escolar sanjoanense mais à frente, ao discutirmos a ocupação anterior do terreno do Theatro Municipal.

<sup>25</sup> Além de pioneiro do telefone nas terras sanjoanenses, Newton de Castro é também conhecido por ser o precursor da radiodifusão na cidade. Sobre este assunto, Salomão e Silva (1976) apontam que “o primeiro aparelho de rádio difusão de São João da Boa Vista foi instalado por esse pioneiro, em 1921, à

assume a empresa telefônica, a cidade contava com 50 linhas, estando várias delas queimadas, tendo o futuro engenheiro se dedicado à recuperação das linhas.

Também levamos em conta as obras que configuram a base de todo um sistema que visava ao aumento da salubridade na cidade: os serviços de águas e esgotos. Segundo Azevedo (2009), a implantação do abastecimento de água se inicia em 30 de maio de 1901<sup>26</sup>, com solicitação da Câmara Municipal ao engenheiro Cristiano Carneiro Ribeiro da Luz para que este viesse à cidade e projetasse serviço de abastecimento de água, com contrato de exploração desse serviço pelo mesmo engenheiro, sendo os trabalhos iniciados já após a reunião naquele dia, com escolha do manancial da Fazenda Aliança em 7 de julho de 1901. Em 15 de novembro de 1901 o serviço de abastecimento é inaugurado na Praça da Matriz.

No que se refere ao esgoto, em 15 de agosto de 1908, em sessão da Câmara, a proposta do vereador Theóphilo de Andrade é discutida e aprovada sobre implantação de serviço de esgotos na cidade. Em 15 de maio de 1909 vence a proposta de implantação de serviço de esgotos do engenheiro Amadeu de Oliveira, que também passa a explorar a concessão de abastecimento de água.

Destacamos também o início do paisagismo em grande escala no centro da cidade que, aliado à crescente urbanização da mesma, dá a ela um aspecto de cidade-modelo para a região, com ruas bem traçadas, arborizadas, macadamizadas<sup>27</sup> e com praças de jardins planejados. Alguns dos principais pontos da cidade de São João da Boa Vista neste período foram o Largo da Estação, a Praça Coronel Joaquim José, a Praça da Matriz, a Avenida Dona Gertrudes e o Clube Recreativo Sanjoanense. Um trajeto de sociabilidade<sup>28</sup>

---

Rua Jorge Tibiriçá. Esse aparelho atraía ao local grande número de curiosos, que permaneciam ali até altas horas da noite, ouvindo notícias do país e do estrangeiro (...). Mais tarde ele transferiu esse aparelho para os altos do Theatro Municipal, com uma antena ligada à torre da Igreja Matriz (...)" (SALOMÃO E SILVA, 1976 : 451).

<sup>26</sup> A questão é mais antiga: "Na sessão de 13 de agosto de 1895, a Câmara tomou conhecimento do relatório, orçamento e plantas do serviço de abastecimento de água para a cidade, os quais foram elaborados pelos competentes e conceituados engenheiros Drs. Antônio Cândido Rodrigues e Emilio Lafite. A água seria tirada da nascente do Ribeirão das Pedras, na região da Serra do Prata" (ANDRADE, 1973 : 227).

<sup>27</sup> O macadame consiste num sistema de calçamento de estradas de rodagem, composto por uma camada de pedra britada de aproximadamente 30 cm de espessura, que é aglutinada e comprimida (FERREIRA, 1995 : 1057). Ao contrário do macadame, que é uma pedra britada, o pavimento de paralelepípedo é composto de pedras inteiras, se desgastando bem menos que o primeiro pavimento.

<sup>28</sup> Bresciani (1984), tratando das modificações das cidades europeias na segunda metade do século XIX, cita o exemplo de Viena e a forma como as construções guardavam uma dimensão simbólica da modernidade, onde "o Parlamento, a Prefeitura, a Universidade e o Teatro Municipal, símbolo de uma cultura laica e burguesa, construções sólidas, pesadas, majestosas, em uma palavra, *sublimes*, tinha um

se desenvolve na cidade, pela ligação entre esses pontos e tendo como eixo a avenida Dona Gertrudes.

Longe de encontrar seu fim nas obras mostradas neste período abordado, anterior à construção do Theatro Municipal e que abrange os anos de 1890 a 1910, a profunda remodelação de São João da Boa Vista continuaria por cerca de dez anos, impulsionada por um enorme empréstimo de mil contos de réis<sup>29</sup> contraído pela Câmara Municipal, visando dotar a cidade dos melhoramentos então considerados faltantes: um novo Matadouro (inaugurado em 1912), um novo Mercado Municipal (inaugurado em 1917), uma Cadeia Pública e Fórum (com obras iniciadas em 1918) e um Teatro Municipal, além de alterações profundas nas vias principais da cidade<sup>30</sup>, bem como de seus jardins centrais eram os alvos do ambicioso desejo de transformar a cidade, antes periférica, em um centro cosmopolita<sup>31</sup> na sua região.

Por fim, dentro de todo o exposto, trazemos a planta da cidade de São João da Boa Vista (Planta 1, ANEXO A, p.605), com alguns dos principais pontos que foram criados ou modificados no período entre os anos de 1890 e 1910. Para melhor compreensão, o dividimos em 3 grupos nas cores branca, azul e vermelha. Os círculos na cor branca

---

para além de suas atribuições institucionais a finalidade de servir de cenário para o *corso* das famílias ricas. O conjunto arquitetônico composto pela avenida circular e por estes edifícios, aos quais seguiram-se outros também projetados com igual desprezo a qualquer harmonia de estilo, isolava a antiga cidade exterior da parte mais nova. Isolar dispensando muros, esta foi a estratégia escolhida (...)” (BRESCIANI, 1984 : 45). Guardadas as devidas proporções, há em São João da Boa Vista do início do século XX a aplicação da mesma estratégia da Viena da metade do século XIX: com a construção de novos edifícios públicos grandiosos – para o padrão sanjoanense – tal como o Theatro Municipal e a abertura/reforma de novas avenidas e praças, tais como a Avenida dona Gertrudes e as praças Coronel Joaquim José e da Matriz, podemos perceber o isolamento desta parte relativamente nova da cidade em relação aos núcleos mais antigos de ocupação – o bairro do Rosário é o principal exemplo, donde se iniciou em seu território a ocupação da área da atual cidade de São João da Boa Vista –, sendo nesta área mais nova de ocupação urbana, e que recebe estas construções *sublimes*, onde as famílias ricas fariam seu *corso*.

<sup>29</sup> Este empréstimo será tratado de forma detida mais à frente, no subcapítulo que trata da Companhia Theatral Sanjoanense.

<sup>30</sup> O calçamento misto da cidade foi determinado em sessão de 15 de outubro de 1917, onde se adotava “o sistema misto, macadamização nas ruas, travessas e avenidas cuja declividade for menor que 10% e a paralelepípedos nas que tiverem maior declividade” (AZEVEDO, 2009 : 426) sendo abrangida uma área de 50 mil metros quadrados – que só foi cumprida na Legislatura posterior, e apenas de paralelepípedos –.

<sup>31</sup> “(...) as leis da evolução garantiam um *pertencimento* à civilização, mesmo para os países mais atrasados, o que implicava um sentimento de solidariedade universal (...) O cosmopolitismo começou a ser identificado como uma civilização de empréstimo na qual valia sobretudo a cópia da fachada, da aparência. O importante era estar em dia com os detalhes, com a moda, com o cotidiano das cidades europeias, principalmente Paris” (OLIVEIRA, 1990 : 113-114). Neste mesmo sentido, Bresciani (1984) afirma, ao relacionar o cosmopolitismo com as elites daquele período, que “a intuição burguesa de estar iniciando um tempo novo traduzira-se em avenidas cortando a cidade de formas variadas e em edifícios monumentais onde se demonstrava gritantemente a capacidade da tecnologia realizar, com os modernos materiais, a síntese de toda a cultura universal” (BRESCIANI, 1984 : 45).

representam esses pontos, e um trajeto de sociabilidade que se desenvolve na cidade e seu percurso, em amarelo, é formado: I) pela Estação Ferroviária; II) pelo Clube Recreativo Sanjoanense; III) pela Praça da Matriz; IV) pelo Theatro Municipal (nesta planta, de dez anos antes de sua construção, outra edificação ocupa seu lugar); V) pela Praça Cel. Joaquim José; e VI) pela Avenida Dona Gertrudes. Estes locais de sociabilidade eram conectados entre si pelas linhas em amarelo, que representam: I) Rua São João; e II) trechos da Rua Marechal Deodoro, da Praça da Matriz e da Avenida Dona Gertrudes. Os círculos na cor azul representam as construções: I) Santa Casa de Misericórdia; II) Cemitério São João Batista; e III) Grupo Escolar Cel. Joaquim José. Os três polígonos na cor vermelha, na planta, indicam três das áreas periféricas da cidade naquele período: I) o bairro do Pratinha (cortado ao meio pelo Ribeirão da Prata); II) o Cubatão (situado numa área de várzea do córrego São João); e III) a Vila Conrado (loteamento que abriga a Santa Casa e o Cemitério).

Outros locais, longe deste trajeto, receberam, no período aqui destacado, pouca ou nenhuma atenção, como é o caso da região do “Cubatão” (incluindo o Morro das Lavadeiras e o Morro da Canjica) ou do “Pratinha”, que abrigava o Matadouro Municipal. Mesmo que tenha havido um enorme esforço em prover a cidade de São João da Boa Vista de serviços e melhoramentos, tal realidade observada na parte central da cidade, no eixo Estação Ferroviária-Clube Recreativo-Praça da Matriz-Praça Joaquim José-Avenida Dona Gertrudes, não pode ser afirmada nas outras regiões de ocupação das classes mais baixas. Em São João da Boa Vista deste período haveria um melhoramento parcial, concentrado nos locais frequentados pelas elites e pelos visitantes, não sendo atingidos por essa onda modernizadora e urbanizadora os locais que não guardavam qualquer relação direta com aqueles grupos.

Ao citarmos as obras públicas de saneamento e urbanização de São João da Boa Vista, pretendemos assinalar que a construção do Theatro Municipal não foi algo isolado, mas antes um dos aspectos de modernização e remodelação de uma cidade que se via inundada de imigrantes, novas tecnologias e leis e amplos recursos, e que se tornaria, a partir da década de 1890, um símbolo da riqueza que o café proporcionava. No caso, seu centro foi remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, traduzindo todo o discurso cosmopolita de então, e tal centro seria gozado, dali para frente, sobretudo por uma burguesia multiétnica, multifacetada e de diversos graus de riqueza, mas sempre tributária

– direta ou indiretamente – do café, compartilhando entre si praticamente o mesmo senso de requinte e os mesmos referenciais de civilização – a Europa.

De fato, nada combinava mais com uma cidade que se pretendia fazer cosmopolita, governada por uma elite enriquecida sobretudo pela exportação do café e inundada de imigrantes e novas ideias, do que um novo e belo e imponente teatro. Com ele, a *Belle Époque* sanjoanense alcançaria seu auge.

## **CAPÍTULO II – O THEATRO. A GÊNESE DO ESPAÇO: CONSTRUÇÃO DO THEATRO MUNICIPAL SANJOANENSE E SEUS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO.**

### **II. 1. OS RECURSOS. OS PROMOTORES DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA.**

#### *II.1.1. O empréstimo de Mil Contos de Réis e a criação da Companhia Theatral Sanjoanense.*

Como uma espécie de atestado de civilidade, de riqueza e de desenvolvimento, foi dentro das Câmaras e nos salões do Clube Recreativo Sanjoanense que a ideia de construir um Teatro Municipal ganharia eco. O primeiro passo para a realização deste desejo foi a criação de dispositivos legais que garantissem o sucesso do empreendimento e, em seguida, seria dado o passo de se constituir uma empresa responsável por dotar São João da Boa Vista de um espaço cultural maior e mais bem-acabado que os então existentes na cidade<sup>32</sup>.

No capítulo anterior, percebemos a enorme presença de futuros acionistas nas Legislaturas de São João da Boa Vista durante aproximadamente 16 anos - entre os mandatos da Sexta Câmara (1908-1911) e da Décima Câmara (1920-1924). São estes vereadores que fomentaram e autorizaram, por exemplo, a Câmara Municipal a contrair empréstimos para a implantação, entre outras obras, de um teatro na cidade. Segundo Azevedo (2009)

---

<sup>32</sup> São João da Boa Vista contava com três cinemas - Ideal, Bijou e Guarany, todos eles de propriedade de italianos- e dois outros teatros - o Teatro São João e Teatro Recreio - além de um salão no Centro Recreativo (MENEZES, 2014 : 31). Estes cinemas e teatros ainda não foram objeto de nenhum estudo, sendo uma investigação ainda por se fazer aos futuros pesquisadores.

Na sessão de 30 de março de 1911, os vereadores José Procópio de Azevedo Neto e Manuel Luis Osório de Oliveira Azevedo apresentaram minucioso projeto de lei autorizando o prefeito a contratar, com quem maiores vantagens oferecer, um empréstimo da quantia de 800:000\$000, a juro módico e por prazo não inferior a 30 anos. O empréstimo poderá ser contraído mediante emissão de títulos ao portador ou por escritura pública, garantido pela totalidade dos impostos de indústrias e profissões, predial e terrenos, consignando-se no orçamento outros impostos quando necessários. O produto líquido do empréstimo será aplicado: a) no pagamento da dívida municipal; b) em obras municipais decretadas; c) na desapropriação de imóveis para construção do paço municipal; abertura de ruas, praças e avenidas; mercado e teatro municipal; calçamento das ruas e praças da cidade; d) auxílio ou garantia de juros a estabelecimentos industriais que se fundarem no município (...) Na sessão de 15 de maio de 1911, surgiu uma indicação de Manuel Luis Osório de Oliveira, José Procópio de Azevedo Neto e Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade modificando a lei votada, passando o valor do empréstimo para 1.000 contos de réis (1.000:000\$000). (AZEVEDO, 2009 : 297, grifo nosso).

O mais interessante do trecho aqui reproduzido é a preocupação da Câmara dos Vereadores com o provimento de melhorias ao município, visando não apenas o pagamento da dívida municipal como descrito na aplicação “a” (o pagamento da dívida municipal), ou seja, este empréstimo tinha por objetivo também o investimento em melhorias que dessem retorno financeiro ao município. A abertura de ruas, praças e avenidas se relaciona com a expansão sanjoanense e sua urbanização, enquanto que o auxílio às indústrias se refere à crescente necessidade de diversificação de receitas, tanto públicas quanto privadas, ao invés de apenas contar-se com o café. Ainda no aspecto edílico da questão, o autor transcreve a sessão que determina, em 30 de setembro de 1911, a forma como a Câmara Municipal conseguiria os recursos:

Em vista de não se ter realizado o empréstimo de acordo com a lei decretada pela Câmara Municipal, e considerando que há vantagens em modificar o sistema de empréstimo, indicamos que a Prefeitura Municipal seja autorizada a emitir letras de valor nominal de cem mil réis cada uma até a quantia de 1.000 contos de réis. As letras vencerão juros de 8% e deverão ser emitidas à proporção que se tornem necessárias para o pagamento da Empresa Melhoramentos de São João, assim como para outros pagamentos de obras a se executarem. O prazo será de quarenta anos para a amortização, pagando-se os juros semestralmente. (AZEVEDO, 2009 : 298)

Ao lado da autorização de 1911 da Câmara Municipal para emissão de títulos da dívida com o fim de levantar-se a quantia de 1.000 contos de réis (que podemos considerar a materializadora financeira da ideia de um grande teatro na cidade), há outra lei



fundamental na história da construção do Theatro Municipal de São João da Boa Vista. Essa segunda lei versa sobre garantias de juros a quem se compromettesse na instalação de um teatro na cidade, garantia essa caucionada por aquele empréstimo. Esta lei foi aprovada no ano de 1912, na segunda tentativa, sendo a primeira tentativa de aprová-la ainda em setembro de 1911. Segundo Azevedo (2009),

na sessão de 15 de setembro de 1911, o vereador Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade, tendo tido conhecimento da existência de uma Companhia Cinematográfica em São Paulo, com a finalidade de montar casas de diversão pelo interior do Estado, propôs à Câmara se oficiasse a essa companhia oferecendo-lhe favores para a construção de um edifício para esse fim, isentando-a de impostos por dez anos e também um auxílio a critério da Câmara; a proposta foi aprovada na sessão seguinte. Não tendo surtido efeito esse projeto, o mesmo vereador, na sessão de 15 de abril de 1912 ‘atendendo ao grande impulso que esta cidade tem tomado nestes últimos anos, e não possuindo um teatro de acordo com seu progresso’ propõe que a Câmara isente de impostos municipais e garanta de juros de 9% ao ano, pelo prazo de dez anos, a quem construir um teatro até a quantia de 150 contos de réis. A comissão de finanças, reduzindo os juros a 8%, opina favoravelmente, tendo sido aprovada a proposta. Afinal, apareceu na sessão de 30 de setembro de 1912, um requerimento do major José Evangelista de Almeida pedindo garantia de juros para o capital de 80 contos de réis, a aplicar-se na construção de um teatro nesta cidade, requerimento que foi deferido com a garantia de 8% de juros e outros favores na sessão de 30 de outubro de 1912 (AZEVEDO, 2009 : 318).

Esta lei, de 30 de setembro de 1912, é reproduzida em imagem por Menezes (2014 : 33)<sup>33</sup>, sem referência à fonte, nos seguintes termos:

**CÂMARA MUNICIPAL.**

**Lei de 30 de setembro de 1912.**

*Concede favores e garantia de juros ao Major José Evangelista de Almeida ou empresa que organizar para construir um teatro nesta cidade.*

O Major Joaquim Thereseano Vallim, Prefeito Municipal em exercício nesta Cidade de São João da Boa Vista, etc.

Faço Saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1º - Ao Major José Evangelista de Almeida ou empresa que organizar para construir um teatro ou polytheama nesta cidade, concede a Câmara Municipal além dos favores constantes na lei municipal de 15 de julho de 1912<sup>34</sup>, garantia de juros de 8% sobre [ilegível].

<sup>33</sup> Neusa Maria Soares Menezes lança, em 2014, no centenário do Theatro Municipal, seu livro *Theatro Municipal de São João da Boa Vista (1914-2014) 100 anos*, uma importante publicação que trata do centenário do nosso objeto de estudo. Como se vê, é um dos pilares da historiografia sobre o Theatro Municipal.

<sup>34</sup> Não há qualquer referência a esta lei em sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de São João da Boa Vista.

Art. 2º - O concessionário ou empresa que organizar fica obrigado a apresentar preliminarmente as plantas do teatro ou polytheama á aprovação da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - A garantia de juros de que tracta esta lei será concedida pelo praso de dez annos e começará a vigorar na data da iniciação das obras do teatro ou polytheama.

Art. 4º - Ficam em vigor com referênciá á presente concessão, em tudo quanto forem applicáveis, as disposições das leis municipaes de 15 de julho de 1909 e de 30 de abril deste anno<sup>35</sup>.

Art. 5º - Fica marcado o praso de trinta dias para a assignatura do respectivo contracto na Prefeitura Municipal.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa-Vista, 1 de outubro de 1912

JOAQUIM THERESEANO VALLIM.

Segundo Azevedo (2009), a partir da publicação desta lei,

cresceu o entusiasmo pela construção do teatro. Eis como a Cidade de São João, de 2 de março de 1913, dá a notícia da constituição da Empresa Theatral Sanjoanense: ‘Realizou-se no dia 14 do mês próximo findo, às 6 da tarde, no Salão Nobre de Centro Recreativo, a assembleia geral para a constituição da sociedade anônima Cia. Theatral Sanjoanense, com a presença de 112 acionistas, representando 667 ações, ou sejam, mais de dois terços do capital subscrito, que é de 100 contos de réis’. Foram incorporadores da empresa os srs. Coronel Joaquim Cândido de Oliveira e major José Evangelista de Almeida, que cederam à empresa a concessão que lhes foi feita pela Câmara Municipal (AZEVEDO, 2009 : 319, grifo nosso).

Ao trazer um trecho de notícia publicada na época do início da Companhia Theatral Sanjoanense, Azevedo (2009) traz três problemas de interpretação (ou imprecisão): o primeiro se refere ao número de ações; o segundo se refere, indiretamente, à data de criação da CTS, e o terceiro, e mais importante, se refere ao número de acionistas presentes na criação da referida companhia.

No que se refere ao número de ações, a notícia dá conta daquelas já adquiridas, em número de 667, ou seja, este número não indica a totalidade das ações da Companhia, mas sim as já adquiridas por 112 acionistas na data apontada pelo autor. O número total de ações da CTS, segundo seu Estatuto, era de 1000, especificado no Capítulo Segundo, que transcrevemos integralmente abaixo:

## Capítulo II

---

<sup>35</sup> Não há quaisquer referências a estas duas leis em sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de São João da Boa Vista.

Artigo 6º - O capital social será de (cem contos de réis) 100:000\$000, fracionado em 1000 acções de 100\$000 cada uma, podendo ser elevado à juízo de assembleia geral e realizado em prestações de 10% sobre o valor de cada acção, sendo a 1ª prestação paga no acto da assignatura dos estatutos.

Artigo 7º - As acções são nominativas e somente poderão ser transferidas por termos nos livros da Companhia.

Parágrafo único: As acções enquanto não estiverem integralizadas não poderão ser transferidas.

Artigo 8º - As acções ou cautellas que as representam serão assignadas pelos directores, presidente e vice-presidente. (ESTATUTO DA COMPANHIA THEATRAL SANJOANENSE, 1913 : 2)

No que se refere ao problema da data de criação da CTS, a matéria reproduzida por Azevedo (2009) aponta a fundação da Companhia em 14 de fevereiro de 1913, porém no seu “Livro de Accionistas”<sup>36</sup>, no campo “Data”, aparece o mês de Janeiro de 1913 como o mês da compra de ações da Companhia, havendo, portanto, um lapso de cerca de 2 meses entre a compra de ações e a própria formação da Companhia Theatral Sanjoanense. Isso se explica pelo Capítulo I do seu estatuto, mais precisamente no Artigo 5º:

**Capítulo I – da Companhia, seus fins, sua séde e duração.**

Artigo 1º - Fica constituída uma sociedade anonyma com a denominação de Companhia Theatral Sanjoanense, que se regerá pelos presentes estatutos, para os fins nelles declarados e approvados.

Artigo 2º - A Companhia terá sua séde e fôro na cidade de São João da Bôa Vista, estado de São Paulo.

Artigo 3º - A Companhia terá por fim:

- a) Construir nesta cidade de São João da Bôa Vista um theatro moderno, denominado “Theatro Sanjoanense”;
- b) Explorar nelle todos e quaesquer divertimentos, inclusive o cinematographo;
- c) Proporcionar aos habitantes da cidade a vinda de companhias de qualquer espécie de representação, facilitando o augmento da renda do theatro com contratos lucrativos;

Artigo 4º - O anno social terminará em 31 de dezembro, epocha em que se organizará o balanço annual.

Artigo 5º - A duração da Companhia será de 20 annos, a contar de 1º de Janeiro de 1913, podendo ser prorrogado por deliberação da assembléa geral. (ESTATUTOS DA COMPANHIA THEATRAL SANJOANENSE, 1913 : 1, grifo nosso)

No tocante ao número de acionistas, a notícia trazida por Azevedo (2009) afirma apenas que, na data de sua criação, a CTS contava com 667 ações adquiridas por 112 acionistas, não afirmando que a Companhia Theatral Sanjoanense era composta por 112

---

<sup>36</sup> Este livro está sob a guarda do Arquivo Histórico Matildes Rezende Lopes Salomão.

acionistas com um capital fracionado em 667 ações. É uma questão de interpretação, de fato, da notícia, e, no entanto, é recorrente a citação em várias publicações sobre o Theatro Municipal do número de 667 ações e 112 ou, mais comumente, 113 acionistas. Segundo Menezes (2014) que apenas reproduz a notícia que consta em Azevedo (2009),

em março de 1913, houve convocação da sociedade sanjoanense para uma assembleia geral, que foi realizada no salão nobre do Centro Recreativo Sanjoanense. Dali surgiu a Sociedade Anônima COMPANHIA THEATRAL SANJOANENSE (CTS), com a presença de 113 acionistas (houve a necessidade, mais tarde, de acrescentar mais acionistas). Finalizada a reunião e preenchida as demais formalidades e com a presença dos acionistas, representando 677 ações, ou seja, mais de dois terços do capital subscrito no valor de cem contos de réis, foi eleita a primeira diretoria (...) (MENEZES, 2014 : 33).

Aqui também se nota que a autora não afirma que a Companhia Theatral Sanjoanense era composta por 113 acionistas e 677 ações, mas sim que em data de sua criação, estavam presentes 113 acionistas que adquiriram a quantidade de 677 ações.

Por fim, diante de tantos desencontros referentes ao número de acionistas presentes, ao número de ações adquiridas e a data de criação da Companhia Theatral Sanjoanense, apresentamos a “Acta da Assembléa de Constituição da ‘Companhia Theatral Sanjoanense’”, que reproduzimos na íntegra no Anexo C (p.628). Nesse sentido, não restam dúvidas quanto ao número correto de acionistas presentes: 103. Destes 103 acionistas, 78 permaneceram até o momento da assinatura do Livro de Actas da Companhia Theatral Sanjoanense, enquanto que os outros 25 ausentes foram representados por procuração (p.p.) pelos presentes<sup>37</sup>. Também não restam dúvidas quanto ao número correto de ações adquiridas pelos 103 acionistas presentes (677 ações), assim como fica clara a data de criação de CTS, em 24 de fevereiro de 1913. Nota-se, portanto, duas importantes retificações a serem feitas nos escritos que tratam do Theatro Municipal. Em primeiro lugar, a criação da Companhia Theatral Sanjoanense, responsável pela construção do edifício e por sua administração, não foi criada em 14 de

---

<sup>37</sup> Sobre esta questão, as Tabelas 1 e 2 (APÊNDICE A, p.349-356) demonstram, por asteriscos e antífen, os 103 acionistas presentes na abertura da Assembleia de 24 de fevereiro de 1913 (os nomes seguidos de antífen são aqueles representados por procuração pelos presentes, enquanto que os nomes seguidos por asteriscos são aqueles presentes na assinatura da ata). As marcações foram feitas a partir do que consta nos Anexos do Estudo de Tombamento do Processo nº 23125/1984 referente ao Theatro Municipal de São João da Boa Vista pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat.

fevereiro de 1913, mas em assembleia no dia 24 de fevereiro de 1913. Em segundo lugar, não participaram desta assembleia nem 112, nem 113 acionistas, mas sim 103, ainda que muitos deles (cerca de 25%) tenham sido representados por procuração pelos presentes.

### *II.1.2. Os acionistas da CTS e suas ocupações: novas perspectivas sobre os promotores do Theatro Municipal.*

Após as considerações sobre a constituição da CTS, devemos nos concentrar na composição da mesma. Menezes (2014) fornece listagem com os nomes dos acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense, sendo provavelmente obtida a partir de Beraldo (2004 : 6/8)<sup>38</sup>. Tal relação apresenta 163 nomes, que apontamos como sendo um número menor do que aquele que apuramos a partir do “Livro de Accionistas” da CTS.

Supondo que não houvesse um quadro maior de acionistas, levamos em consideração a listagem de Menezes (2014) e procedemos ao levantamento das ocupações dos acionistas e de suas origens – imigrantes e/ou descendentes de imigrantes. Ressaltamos quatro aspectos deste levantamento: o primeiro aspecto se refere à produção de uma listagem completa dos acionistas, baseada no “Livro de Accionistas” da Companhia Theatral Sanjoanense; o segundo aspecto se refere ao recorte temporal das ações, sendo constantes, na lista seguinte, apenas os acionistas que cotizaram a CTS antes da inauguração do edifício do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (aqueles acionistas que participaram da CTS após novembro de 1914 não estão presentes neste levantamento); o terceiro aspecto se refere à própria ocupação dos acionistas presentes nesta lista, no sentido de terem sido obtidas algumas vezes a partir de genealogias e histórias orais, no desejo de alcançar o máximo possível de precisão na determinação das ocupações; e o quarto aspecto se refere às fontes utilizadas<sup>39</sup> para as determinarmos, utilizando, sobretudo, as informações contidas em almanaques<sup>40</sup> e em jornais disponíveis

---

<sup>38</sup> O então deputado estadual Sidney Beraldo, em 2004, no aniversário de 90 ano do edifício, lança um livreto intitulado *90 anos Theatro Municipal*. Ao lado de Mattos Júnior (2000), foi uma das primeiras publicações a tratar do objeto desse estudo, sendo importante referência na historiografia.

<sup>39</sup> Os seguintes almanaques foram consultados: *Almanach de São João da Boa Vista para o Anno de 1901*, *O município de São João da Boa Vista - 1910*, *Almanach do Amparo para 1912*, no *Almanach do Amparo para 1914*, *Almanach do Amparo para 1918*, *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1918*, *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1922*, *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial de 1924*, e *Almanak Henault: Annuário Brasileiro Commercial Illustrado de 1912/1913*.

<sup>40</sup> Como se nota na Tabela de Acionistas, usamos os almanaques como principais fontes de informações. Neste aspecto, Trizotti (2008) afirma que “esses almanaques continham informações úteis sobre o estado de São Paulo, anúncios grandes e pequenos de produtos, textos sobre a história do Brasil, aspectos geográficos e econômicos (...) Percebe-se assim que por essa diversidade de tipos, os almanaques tornam-

no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em jornais disponíveis no Acervo Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto e no Arquivo Histórico Matildes Rezende Lopes Salomão, assim como em livros<sup>41</sup> que não tratam do Theatro Municipal, mas que fornecem informações quanto às ocupações de seus acionistas, além de outros materiais contidos no Arquivo Morto da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, a nomear os livros de *Imposto de Indústrias e Profissões*. Este trabalho consumiu grande tempo para ser realizado, mas consideramos ter este esforço um valor especial: dos 196 acionistas que cotizaram a CTS, incluindo os 5 desistentes, apenas 3 (Hortência Horta Pereira, Ana Contaldi e Symphoroso Delgado) não tiveram suas ocupações levantadas<sup>42</sup>.

Para este estudo, constituímos duas tabelas (Tabela 1, e 2 - APÊNDICE A, p.349-356). A Tabela 1 foi desenvolvida tendo por base a lista disponível em Menezes (2014) e informações de nosso levantamento em “Livro de Acionistas” da Companhia Theatral Sanjoanense. Esse “Livro de Accionistas”, as cautelas integralizadas (preenchidas ou não), o Livro de Empréstimos Sem Juros e o Livro de Transferências de Ações estão reproduzidas no Anexo B (Fotografias 2, 3, 4, 5 e 6 – ANEXO B, p.619-621). Nessa tabela, se inscreve o número e o nome de cada acionista, o número de ações que cada acionista possuía, sua ocupação e sua data de entrada na cotização da Companhia Theatral Sanjoanense – mês e ano. Já a Tabela 2 se refere aos 5 acionistas que desistiram das ações, a partir da inscrição disponível no “Livro de Acionistas”, com o mesmo cabeçalho da tabela anterior, porém indicando a qual acionista foram transferidas as ações dos desistentes.

Quando concluímos o levantamento referente às ocupações dos acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense, a enorme diversidade de ocupações foi uma surpresa e teve um impacto enorme dentro das próprias perspectivas interpretativas que

---

se inventários minuciosos acerca dos pormenores da vida cotidiana de muitas cidades, além de abarcar ainda personagens mais específicos, com a nomeação de pessoas ilustres das localidades, que tiveram ligação não só com o financiamento do café e estradas de ferro, mas também acionistas de casas bancárias e ligadas à produção intelectual da época” (TRIZOTTI, 2008 : 310).

<sup>41</sup> Andrade (1973, 2003), Andrade (2003), Azevedo (2009), Falconi (2010), Salomão e Silva (1976), Splettstoser Júnior (2003) e Splettstoser Júnior et al (2008). Jaime Splettstoser, tanto no seu *Alemães, Suecos, Dinamarqueses e Austríacos em São João da Boa Vista* quanto no *Cem Anos de Indústria em São João da Boa Vista*, este último com colaboração de Maria Izabel Sares e de Sérgio V. Dragão, se constitui num autor de grande importância na historiografia sanjoanense, sendo considerados seus trabalhos obras de referência nos diversos campos em que incidem.

<sup>42</sup> Válido dizer que as ocupações se referem ao período mais próximo encontrado do momento de cotização da CTS. Em vários casos, a partir do acúmulo de capital, esses acionistas mudaram de ramo de atuação ao longo dos anos.

supúnhamos estarem corretas. Como já apontado anteriormente, dizer que foram os fazendeiros que construíram o Theatro Municipal de São João da Boa Vista é a mais difundida, mais fácil, porém menos completa das explicações. É impossível desprezar os três grandes grupos que, ao lado dos fazendeiros, tornaram possível o empreendimento: o comerciante, o manufatureiro/industrial e as demais profissionais reunidos<sup>43</sup>. A seguir, faremos uma breve descrição desses 4 grandes grupos.

Os fazendeiros foram os indivíduos dos grandes nomes, aqueles que se tornaram nomes de ruas, escolas, praças. Foi a elite política e econômica, sanjoanense e regional, sendo também o grupo hoje esquecido e erroneamente refutado. Este grupo concentrava o maior número de ações *per capita*.

Os comerciantes foram os indivíduos de nomes também conhecidos, que também figuram como nomes de ruas, de fábricas, sendo o mais marcado pelos imigrantes: nele se encaixavam tanto o comerciante imigrante enriquecido quanto o pequeno dono de armazém de secos e molhados. É o grupo hoje exaltado e celebrado, símbolos vitoriosos de trabalho e enriquecimento e o que concentrava o maior número de acionistas, mas não o de ações.

Os manufatureiros/industriais compartilham parte das mesmas características do grupo dos comerciantes, só não sendo agrupados juntos por representarem diferentes graus de disponibilidade de capitais. É um grupo com um pequeno número de acionistas e de ações, mas já indicando a acumulação de capital devido às suas ocupações.

Do grupo dos demais profissionais, o mais diversificado de todos, fazia parte tanto os indivíduos com nomes que raramente aparecem em ruas, praças, escolas quanto os indivíduos que atingiam grande reconhecimento e prestígio social através de suas ocupações. Era composto pelo homem rico o suficiente para despender recursos num projeto arriscado e pelo remediado que empregava suas economias em um projeto ambicioso, porém potencialmente rendoso. É o grupo que, em sua maioria, nunca contou realmente na ordem geral das coisas e cujos nomes só aparecem em lacônicas descrições de ocupação dos almanaques daquele período, sendo o grupo que menos ações e acionistas possuía.

Dito isso, nos dedicaremos, para além de apenas apresentar os nomes e ocupações dos acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense, a fornecer dados desta configuração

---

<sup>43</sup> O grupo dos *demais profissionais* é composto pelos funcionários públicos, autônomos e afins, profissionais liberais e os desconhecidos.

acionária, no sentido de quantificar a participação daquelas quatro forças do período e dividi-las em sete grupos acionários<sup>44</sup> distintos e em dar uma maior atenção às minúcias deste quadro, que por este estudo foi alargado.

Devemos, antes de fornecer os dados dos grupos por nós criado, nos concentrar na formação da Diretoria da Companhia Theatral Sanjoanense. Os nomes foram escolhidos após um pedido do Dr. Theóphilo Ribeiro de Andrade para que fosse

aclamada a seguinte diretoria: presidente, coronel Joaquim Cândido de Oliveira; vice-presidente, coronel João Osório [de Oliveira]; secretário, capitão Manuel Raymundo Dutra Jr.; diretor-gerente, major José Evangelista de Almeida; diretor-técnico, Dr. Alfredo Emílio Pacheco de Mello; vogais, coronel Gabriel José Ferreira e major Joaquim Thereziano Vallim; e para Conselho Fiscal os Srs. major José Procópio de Azevedo Neto, José Joaquim da Silva Costa e Antônio Luis de Castro Delgado. Aprovado por unanimidade esta proposta, foram os diretores empossados nos seus cargos e o Sr. Presidente declarou legalmente constituída a Companhia Theatral Sanjoanense (AZEVEDO, 2009 : 319/320).

A passagem de Azevedo (2009) nos permite fazer algumas considerações. Em primeiro lugar devemos atentar para a enorme presença de patentes e outras formas de distinção que antecedem os nomes daqueles que estariam à frente da construção do Theatro Municipal. Em segundo lugar devemos atentar para os próprios nomes daqueles homens que compunham a Diretoria, uma vez que são detentores do poder econômico e político de São João da Boa Vista em sua grande maioria. Em terceiro lugar devemos resgatar certos dados que elucidam a aclamação que aparece em Azevedo (2009) e que foi sugerida por Dr. Theóphilo Ribeiro de Andrade.

Obviamente, a mesa diretora de um empreendimento de tão grande responsabilidade não poderia ser composta de nomes desconhecidos, muito menos de nomes que não inspirassem confiança aos demais acionistas. O Coronel Joaquim Cândido de Oliveira<sup>45</sup>, por exemplo, era o homem com um dos maiores capitais políticos da região, e sua escolha para presidente da Companhia Theatral Sanjoanense refletia a necessidade em se dotar a empresa de um lastro moral, ou seja, de uma confiança em que aquele

---

<sup>44</sup> “Fazendeiros”, “Comerciantes”, “Manufatureiros/Industriais”, “Profissionais Liberais”, “Autônomos/Outros”, “Funcionários Públicos”, “Desconhecidos”.

<sup>45</sup> Nascido em 06 de julho de 1865, no Distrito de São Thomé das Letras, Comarca de Baependy-MG, era o único filho sobrevivente do primeiro casamento do Coronel Joaquim José de Oliveira, o “Patriarca Republicano” da cidade. Veio com sua família para São João da Boa Vista no ano de 1870, permanecendo até seu falecimento. Homem de grande fortuna, acumulou imenso capital político, sendo um dos potentados locais e chefe do Partido Republicano Paulista na região até sua morte, em 07 de junho de 1924. Sua participação na constituição da CTS foi de imensa importância para o sucesso do empreendimento.



projeto de fato sairia do papel. O Coronel João Osório<sup>46</sup>, por exemplo, sendo um banqueiro, fazendeiro e comissário de café muito bem sucedido, garantiria a confiança na parte financeira do empreendimento. É nesse sentido que consideramos que a escolha principalmente do presidente e vice-presidente - dois dos maiores nomes da sociedade sanjoanense daquele período, membros dirigentes de ramos diferentes da família mais poderosa da região -, juntamente com outros expoentes políticos e econômicos, dão à Companhia Theatral Sanjoanense a solidez necessária para que outros indivíduos confiassem e investissem seu capital naquela empresa<sup>47</sup>.

Esta situação fica clara quando analisamos a ocupação da Diretoria e notamos a grande presença de fazendeiros e, mais precisamente, de políticos. Dos fazendeiros-políticos, destacamos: o mesmo Coronel Joaquim Cândido de Oliveira, eleito deputado estadual na Sexta Legislatura Estadual<sup>48</sup>; o mesmo Coronel João Osório de Oliveira, eleito para a Segunda, Nona e Décima Câmara Municipal; o Capitão Manoel Raymundo Dutra Júnior<sup>49</sup>, eleito para a Quinta Câmara Municipal; o Coronel Gabriel José Ferreira<sup>50</sup>, eleito para a Quarta Câmara Municipal; o Major Joaquim Thereziano Vallim<sup>51</sup>, eleito para a Segunda, Terceira, Sexta, Sétima, Nona e Décima Câmara Municipal; e o Major José

---

<sup>46</sup> Nascido em 03 de março de 1859, em São João da Boa Vista - SP, era membro das influentes famílias Andrade e Oliveira, o Coronel João Osório sempre esteve envolvido em projetos que visavam o desenvolvimento cultural e social sanjoanense, estando envolvido na criação do Gabinete Literário, do Clube Recreativo Sanjoanense, da Santa Casa de Misericórdia, do Grupo Escolar Joaquim José, do abastecimento de água (a partir do então “sistema Fazenda Aliança”) e da construção do Mercado Municipal. Com sua imensa fortuna, contribuiu ativamente para a viabilização de seus projetos, inclusive a construção de um teatro sanjoanense. Faleceu em 08 de junho de 1927, em São Paulo Capital.

<sup>47</sup> José Evangelista de Almeida também é importante neste processo, já que foi ele quem conseguiu da Câmara as leis de incentivo necessárias à implantação de uma casa de espetáculos na cidade, sendo em seu nome a concessão dada pelo poder público sanjoanense, conforme já exposto na transcrição da lei de 30 de setembro de 1912, assinada pelo então Prefeito Municipal, Major Joaquim Therezeano Vallim.

<sup>48</sup> Informação presente em sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em seu Acervo Histórico a partir do endereço disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/republicavelha/repvelha\\_deputados.html](https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/republicavelha/repvelha_deputados.html) Acesso em 14/05/2018. Também Martins (1910) aponta que o Coronel “por várias vezes têm ocupado cargos de eleição popular nesta localidade: deputado ao Congresso Estadual, na legislatura de 1904 – 1907 por este districto, sendo actualmente presidente do Directório Republicano” (MARTINS, 1910 : 43).

<sup>49</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas deste membro da Diretoria.

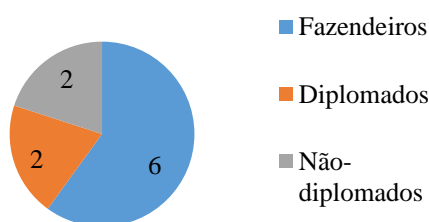
<sup>50</sup> Nascido em 24 de julho de 1859, em São João da Boa Vista - SP, era um membro distante da família Junqueira, sendo um dos republicanos de primeira hora, ao lado dos Coronéis Joaquim José de Oliveira, João Osório de Andrade Oliveira e Ernesto de Oliveira. De grande fortuna, foi o principal idealizador da urbanização do hoje município de Águas da Prata, anteriormente “Estação da Prata”, ao lotear uma gleba encravada no meio de sua propriedade rural. Faleceu em São João da Boa Vista em 08 de março de 1918.

<sup>51</sup> Nascido em 20 de junho de 1857, em São João da Boa Vista - SP, era proveniente de família prestigiosa na região. Um dos republicanos sanjoanenses de primeira hora, o Major exerceu diversas vezes os cargos de Vereador e de Prefeito (ou Vice-Prefeito) Municipal. Por sua prolífica vida pública, é considerado um dos mais importantes nomes da história da administração pública sanjoanense. Faleceu em 09 de dezembro de 1921, em São João da Boa Vista.

Procópio de Azevedo Neto<sup>52</sup>, eleito para a Terceira, Quinta, Sexta e Sétima Câmara Municipal.

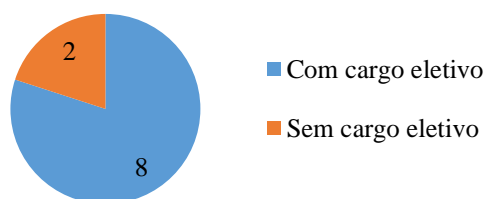
Além dos fazendeiros-políticos, vemos também o grupo dos diplomados e outros profissionais: um diplomado que exerceu cargo político, o engenheiro Alfredo Emílio Pacheco de Mello<sup>53</sup>, eleito para a Nona Câmara Municipal; um diplomado que não exerceu cargo político, o dentista José Joaquim da Silva Costa<sup>54</sup>; um não-diplomado que exerceu cargo político, o guarda-livros José Evangelista de Almeida<sup>55</sup> eleito para a Sétima Câmara Municipal; e um não-diplomado que não exerceu cargo político, o caixeiro Antônio Luiz Delgado<sup>56</sup>. Abaixo, demonstramos em gráficos a situação da Diretoria da Companhia Theatral Sanjoanense no que se refere à ocupação de seus membros e à sua condição de políticos.

**Gráfico 1 - A composição da Diretoria da CTS: ocupações.**



Fonte: Elaboração do autor.

**Gráfico 2 - A composição da Diretoria da CTS e a política.**



Fonte: Elaboração do autor.

Ao analisarmos a Diretoria da CTS, percebemos que ela não representa uma miniaturização da configuração acionária, já que mesmo sendo composta em sua maioria

<sup>52</sup> Nascido em 1866, em São Gonçalo do Sapucaí-MG, era membro da família Junqueira e, ao lado dos Oliveira, Andrade e Valim, os Azevedo muito influenciaram na vida política, socioeconômica e cultural sanjoanense. Muito presente nas vereanças do município, teve grande interesse pela instrução pública, construindo diversas escolas, sobretudo nas áreas rurais. Faleceu em São João da Boa Vista em 21 de março de 1955.

<sup>53</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas deste membro da Diretoria.

<sup>54</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas deste membro da Diretoria.

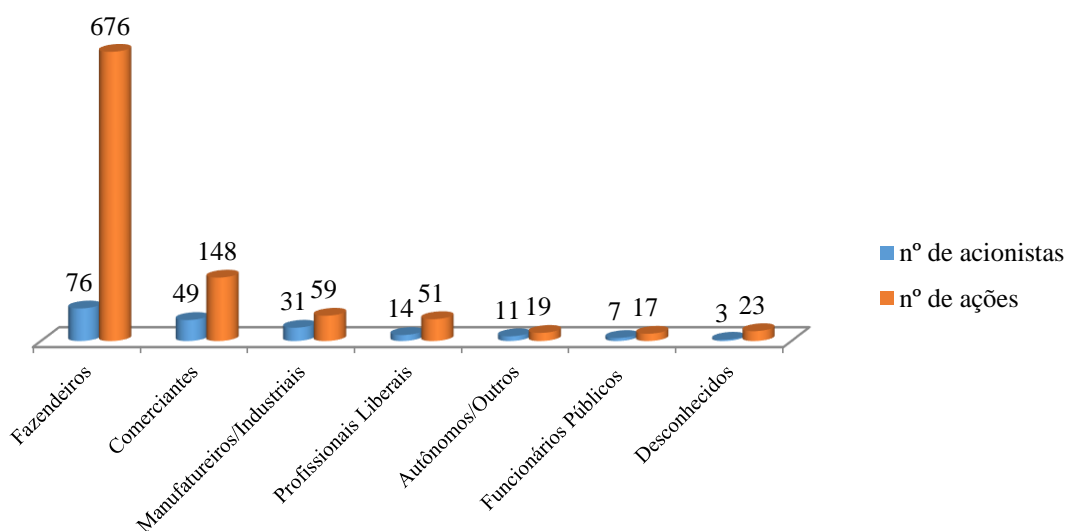
<sup>55</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas deste membro da Diretoria.

<sup>56</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas deste membro da Diretoria.

por fazendeiros, a presença de comerciantes é massiva, enquanto que as demais profissões, com exigência de diploma ou não, representam a minoria. Desse modo, devemos seguir para a análise dos sete grupos acionários, assim divididos: os fazendeiros; os comerciantes; os manufatureiros/industriais; os profissionais liberais; os autônomos/outros; os funcionários públicos; e os desconhecidos.

A partir da Tabela 1 (APÊNDICE A, p.349-355), no que se refere à composição acionária e número de ações, encontramos, respectivamente, 191 nomes e 993 ações<sup>57</sup> que compõem a Companhia Theatral Sanjoanense. Na Tabela 3 (APÊNDICE A, p.356), a ocupação, quantidade, número de ações, porcentagem de ações e de acionistas nas sete categorias e, a seguir, o gráfico referente à participação acionária dos grupos acionários.

**Gráfico 3 - Participação acionária CTS – n° de acionistas e ações por grupo.**



Fonte: Elaboração do autor.

A partir dos gráficos e tabelas, percebemos a grande presença de fazendeiros tanto no que se refere ao número de acionistas quanto no número de ações - este é o grupo com maior poder aquisitivo entre os habitantes sanjoanenses, não constituindo surpresa alguma os resultados. O resultado não esperado constitui-se no restante do número de porcentagens de acionistas e ações. Mesmo com uma baixa participação frente aos fazendeiros, os outros seis grupos acionários – comerciantes, manufatureiros/industriais, profissionais liberais, autônomos/outros, funcionários públicos e desconhecidos – são

<sup>57</sup> Aqui há uma diferença entre os Estatutos da Companhia Theatral Sanjoanense e o Livro de Accionistas da mesma Companhia no que se refere ao número de ações: no primeiro, em seu Artigo 6º, a CTS seria dividida em 1.000 ações; já no segundo consta a quantidade de ações integralizadas em 993.

constituídos de 115 acionistas e mantendo 317 ações, representado 60,2% de acionistas e 31,9% das ações. Longe de se constituir em números desprezíveis, afirmamos, por estes dados aqui apresentados, que não apenas a Companhia Theatral Sanjoanense foi cotizada por um amplo grupo de profissionais e ocupações, como também estes grupos, que não dependiam diretamente da lavoura, constituíram importante fonte de recursos à CTS com a compra de suas ações.

Estas considerações, portanto, mostram que o Theatro Municipal de São João da Boa Vista foi construído por recursos de homens e mulheres<sup>58</sup> que viam naquela construção a possibilidade de um investimento<sup>59</sup> para suas economias e patrimônios, e que não necessariamente vinham de uma elite cafeicultora. A interpretação vigente de que a construção do Theatro Municipal de São João da Boa Vista nasce de um “desejo” de jovens da elite<sup>60</sup> e de que ele apenas serviu como um marco, um simples monumento ao poder das elites cafeicultoras, também deve ser revista<sup>61</sup>. Na verdade, o mais correto seria afirmar, a partir deste levantamento, que os fazendeiros constituíram um dos diversos grupos que investiram seu capital neste projeto de construir um espaço de diversão e que constituiu, também, uma diversificação de investimentos<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup> Em um mundo dominado pelos homens, as mulheres acionistas aqui são contadas em número de oito, de um total de 196 acionistas, incluindo os desistentes.

<sup>59</sup> Neste aspecto, Zimmerman (2006) aponta uma fala de Bernardino de Campos, em 1903, ainda como presidente do Estado. Segundo a autora, “Bernardino de Campos propõe aos possuidores de capitais investisse em outras fontes de renda, com vistas para horizontes mais longínquos. Isso demonstra que, no início do século XX, os dirigentes do estado já se preocupavam em diversificar a produção econômica paulista, já que o declínio da monocultura era iminente. Neste século, crises de superprodução do café ocorreram consecutivamente no Brasil muito em função de reduções bruscas do mercado consumidor europeu (...)” (ZIMMERMAN, 2006, 74/75). Com estas considerações, surgiu, então, a dimensão de investimento na constituição e construção de um grande teatro em São João da Boa Vista para atender a um público que viria de fora da cidade através do turismo na região. Sobre isso, ver Estudo Incidental específico (APÊNDICE B, p. 547-550).

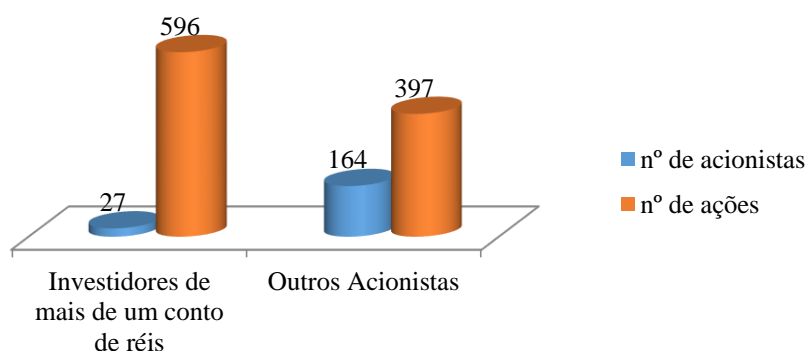
<sup>60</sup> Segundo Marcondes (2011), “Conta a história que as primeiras notícias de sua criação [Theatro Municipal] surgiram em 1911, quando um grupo de jovens foi estudar na Europa e voltou com a ideia de construir um teatro em nossa terra” (MARCONDES, 2011 : 354), seguindo a mesma interpretação de Beraldo (2004), que afirma que “a história do Theatro Municipal começou em 1911, quando jovens sanjoanenses retornaram dos estudos na Europa e nos Estados Unidos dispostos a incentivar a cultura em sua terra. Procuraram, em São Paulo, uma construtora que montava casas de diversões pelo interior de São Paulo” (BERALDO, 2004 : 5). É esta a versão mais difundida, o “mito fundador” do Theatro Municipal de São João da Boa Vista: jovens da elite regressos da Europa que tiveram a ideia e construíram este espaço de cultura, sem qualquer motivação econômica (lucro com a exploração do espaço) ou participação de outros grupos sociais como os imigrantes ou os indivíduos que não eram membros de uma elite cafeicultora sanjoanense.

<sup>61</sup> Como veremos adiante, o Theatro Municipal era comumente utilizado como marco *civilizacional*, *cultural* e de *poderio* sanjoanense nas páginas do periódico *O Município*, ou seja, era parte do poderio da coletividade, ou melhor, da cidade, e não de apenas um determinado grupo econômico.

<sup>62</sup> Antônio Álvares Leite Penteado, o conde Álvares Penteado, é um grande exemplo do fazendeiro que acumula capital na lavoura e o emprega em outras atividades econômicas, inclusive no ramo do

No que se refere à alta aplicação de recursos na CTS per capita, a partir das Tabelas 1 e 2, podemos determinar os 27 maiores acionistas da CTS, com investimento superior a um conto de réis, ou seja, com mais de 10 ações: entre os fazendeiros, Anna Gabriela da Silva Oliveira (10 ações), Antenor Gonçalves Vallim (11 ações), Antônio de Oliveira Fontão (10 ações), Domingos Theodoro de Azevedo (50 ações), Ernesto de Oliveira (25 ações), Gabriel de Azevedo Junqueira (10 ações), Gabriel Joaquim Ferreira Júnior (20 ações), Gabriel José Ferreira (40 ações), Ignácia de Azevedo Junqueira (15 ações), Joaquim Cândido de Oliveira (50 ações), Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade (40 ações), João Osório de Andrade Oliveira (50 ações), José Procópio de Andrade (20 ações), José Procópio de Azevedo Neto (10 ações), Lauro Maciel de Godoy (10 ações), Luis Rodrigues Teixeira (10 ações), Manoel Raymundo Dutra Júnior (10 ações), Procópio do Amaral Pinto (10 ações), Cristiano Osório de Oliveira (50 ações), Henrique Rehder (15 ações) e José Procópio de Azevedo Sobrinho (50 ações); entre os comerciantes, os Irmãos Filardi & Blasi (10 ações), J. D. Martins (10 ações) e Pedro Legaspe (20 ações); entre os profissionais liberais, José Evangelista de Almeida (10 ações) e Joaquim José da Silva Costa (10 ações); e entre os de ocupação desconhecida, Ana Contaldi (20 ações). Importante ressaltar que este grupo dos investidores de mais de um conto de réis corresponde a apenas 14,1% do total de acionistas e possui 596 ações, ou seja, 60% das ações da CTS. A seguir, dois gráficos que indicam a concentração de ações no grupo de acionistas de mais de um conto de réis:

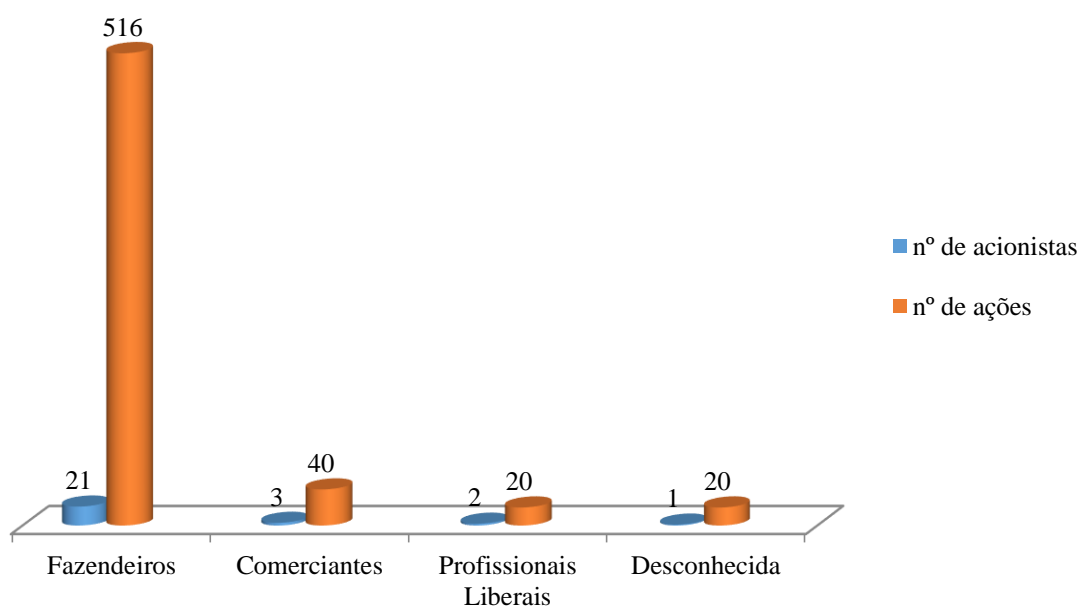
**Gráfico 4 - Participação dos acionistas com investimentos superiores a um conto de réis – nº de acionistas e ações**



Fonte: Elaboração do autor.

entretenimento. No caso, o rico fazendeiro acumulou capital proveniente da sua propriedade rural em Mogi-Mirim – SP, na segunda metade do século XIX, investindo já nos anos de 1890 em indústrias e, nos anos de 1900, em empreendimentos imobiliários e de entretenimento, como o Teatro Santana e o terreno onde funcionava um circo arrendado a Francisco Serrador (SOUZA, 2016 : 151).

**Gráfico 5 - Participação dos acionistas com investimentos superiores a um conto de réis por grupo de análise – n° de acionistas e ações.**



Fonte: Elaboração do autor.

Além de notarmos a grande concentração de ações em um grupo diminuto de acionistas, nos surpreende a presença, entre os acionistas de mais de um conto de réis, de quatro imigrantes e/ou descendentes de imigrantes identificados, indicando um claro acúmulo de recursos por estes indivíduos, principalmente no que se refere à relação deles com as atividades comerciais. Surge a necessidade de analisarmos brevemente, portanto, a presença dos imigrantes e/ou descendentes de imigrantes<sup>63</sup> na cotização da Companhia Theatral Sanjoanense.

Dos 191 acionistas, apuramos constar de imigrantes e/ou descendentes de imigrantes 72 nomes, totalizando 37,6% dos acionistas e possuindo esta categoria 205 ações, totalizando 20,6% das ações. Abaixo, o gráfico da participação acionária do grupo dos imigrantes e/ou descendentes de imigrantes:

<sup>63</sup> A presença de imigrantes e/ou descendentes de imigrantes na cotização da Companhia Theatral Sanjoanense foi determinada a partir do sobrenome em língua estrangeira ou de conhecimentos que possuímos acerca das famílias. Contudo, nossa análise não contempla aqueles indivíduos de sobrenome luso ou que foram aportuguesados.

**Gráfico 6 - Participação acionária de imigrantes e/ou descendentes de imigrantes– n° de acionistas e ações.**



Fonte: Elaboração do autor.

A participação de imigrante e/ou descendente de imigrantes identificados nos mostra um grande envolvimento deste grupo na construção do Theatro Municipal da São João da Boa Vista, muito embora seja modesta no que se refere à quantidade de ações pertencentes ao grupo, quando comparado aos demais. No quadro de acionistas imigrantes de grande representatividade social – e econômica -, podemos destacar a presença de Ângelo Mancini e Francisco Tragnone (integrantes da diretoria da Sociedade Italiana Príncipe di Nápoli), Francisco Previero (integrante da diretoria da Sociedade Italiana Conde di Torino), de Francisco Springer e Daniel Rickheim (integrantes da diretoria do Club Germânia), Francisco Palma (integrante da diretoria da Sociedade Beneficente Espanhola) além dos já referidos comerciantes com mais de um conto de réis de investimento, os Irmãos Filardi e Blasi e Pedro Legaspe, e da grande acionista de ocupação desconhecida, Ana Contaldi. Além destes nomes, figuram entre os imigrantes e/ou descendentes de imigrantes de projeção social e econômica os fazendeiros Henrique Rehder e Elisa Kühl Rehder.

No aspecto da participação feminina no quadro acionário, constatamos a baixa inserção deste grupo na cotização da CTS. Reflexo de uma sociedade extremamente centrada no poder dos homens, a lista de acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense nos dá apenas oito nomes de acionistas mulheres, entre os 191 acionistas. Contudo, interessante verificar que estão presentes, sendo elas: Anna Gabriela da Silva Oliveira<sup>64</sup>;

<sup>64</sup> Nascida em 04 de janeiro de 1852, em Caldas-MG, foi a segunda esposa do Coronel Joaquim José de Oliveira e mãe de Maria Ignez “Tita” de Oliveira. Mulher culta, dedicou grandes recursos para a caridade, principalmente no que se refere à Santa Casa de Misericórdia e ao Asilo São Vicente de Paula, substituindo

Elisa Kühl Rehder<sup>65</sup>; Hortência Horta Pereira<sup>66</sup>; Ignácia de Azevedo Junqueira<sup>67</sup>; Maria Ignez “Tita” de Oliveira<sup>68</sup>; Ana Contaldi<sup>69</sup>; Vitalina da Rosa Izzo<sup>70</sup>; e Maria Feliciano de Lima Reis<sup>71</sup>. Destas oito mulheres, cinco são fazendeiras, duas tem sua ocupação desconhecida e outra é viúva de um comerciante de joias, continuando o negócio de seu marido<sup>72</sup>.

Com todo o exposto até aqui, podemos considerar, resumidamente, três pontos: como primeiro ponto, que a garantia de juros, somados ao empréstimo que a Câmara contraiu para realizar investimentos por toda a cidade, impulsionou uma ação que de fato construiria um espaço de diversões de grande tamanho no município; como segundo ponto, percebemos que não foi apenas uma elite cafeicultora quem constituiu a Companhia Theatral Sanjoanense e, conseqüentemente construiu o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, mas sim a junção de diversos outros indivíduos, de ocupações e nacionalidades as mais diversas, conjuntamente à elite econômica e política sanjoanense do período; e como terceiro ponto, que jamais a dimensão simbólica do empreendimento

---

seu marido, falecido em 23 de abril de 1903, na atividade de benéficos. Faleceu em São João da Boa Vista em 02 de outubro de 1940.

<sup>65</sup> Nascida em Bovenau, Schleswig-Holstein (na época, província do Reino da Dinamarca), em 1847, era esposa de Guilherme Rehder (1840-1892). Adquiriu, com seu marido, partes das Fazendas Barreiro e Imbirussú, em 1880, de seu cunhado Nicolau Rehder. Após a morte do marido, tomou a frente dos negócios, tornando-se próspera fazendeira da região, ao lado de nomes da aristocracia sanjoanense. Faleceu em 06 de março de 1920, no então Distrito de Cascavel (hoje Aguai-SP).

<sup>66</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas desta acionista.

<sup>67</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas desta acionista, exceto que desempenhava a atividade de fazendeira.

<sup>68</sup> Nascida em 12 de abril de 1887, em Poços de Caldas-MG, era filha do Coronel Joaquim José de Oliveira e de Anna Gabriela da Silva Oliveira. Segundo Falconi (2010), “entre todos os descendentes do Coronel Joaquim José, ela foi a única que permaneceu solteira, tornando-se, por herança, detentora de imensa fortuna, pois além de receber a herança paterna, foi também a herdeira universal de seu tio e padrinho Coronel Ernesto Joaquim de Oliveira, que também era solteiro” (FALCONI, 2010 : 305). Faleceu em São João da Boa Vista em 27/06/1969.

<sup>69</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas desta acionista, exceto que possivelmente houve um erro de grafia e seu sobrenome seria “Cristaldi”, família italiana dedicada ao comércio de materiais de construção civil, com presença em São João da Boa Vista até os dias de hoje. Como não há elementos que comprovem que Ana “Contaldi” seja Ana “Cristaldi”, a referida continua a ser considerada como uma acionista de ocupação desconhecida.

<sup>70</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas desta acionista, exceto que se tratava da viúva do joalheiro Miguel Izzo e que deu continuidade ao negócio do marido.

<sup>71</sup> Não foram encontradas quaisquer notas biográficas desta acionista, exceto que provavelmente se tratava da viúva ou parenta do acionista José Silvério de Lima.

<sup>72</sup> Neste aspecto, além da viúva Vitalina da Rosa Izzo, vemos as viúvas Anna Gabriela da Silva Oliveira, Elisa Rehder, Ignácia de Azevedo Junqueira e Maria Feliciano de Lima Reis e como solteira Maria Ignez “Tita” de Oliveira. Não temos referências sobre o estado civil de Hortência Horta Pereira e Ana Contaldi.



deve ser ignorada desde seu princípio<sup>73</sup>, mas que também existe uma dimensão prática, o intuito primeiro de lucro, já que se trata de um espaço de propriedade de uma sociedade anônima que visava o lucro, com acionistas que investiram capital para receberem dividendos, dividendos estes dependentes do número de público que este espaço receberia. Há, portanto, um equívoco em apenas considerar a construção do Theatro Municipal de São João da Boa Vista em sua dimensão simbólica, ou mesmo de considerá-lo mero monumento de e para uma elite cafeicultora, como já demonstramos não ser o caso, e deixar de lado a sua dimensão de casa de espetáculos.

Tendo em mente estes três pontos, devemos avançar na análise da realização deste espaço, num percurso que vai da sua construção e chega até sua utilização enquanto local de diversões da população sanjoanense.

## II. 2. O TERRENO. OCUPAÇÕES ANTERIORES DE UM LOCAL CENTRAL.

### *II. 2. 1. Uma questão interessante: o terreno do Theatro Municipal de São João da Boa Vista antes do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.*

A questão sobre a ocupação anterior do terreno do Theatro Municipal deve agora ser levantada. De versões discrepantes, retomaremos brevemente o quadro de autores que afirmam ter funcionado um hospital em seu terreno; que em tal terreno, que correspondia a uma pequena parte de uma enorme propriedade no centro da cidade, havia uma construção que, servindo de moradia da antiga família proprietária, foi posteriormente demolida para dar lugar ao Theatro; ou que no local tenha funcionado provisoriamente o Grupo Escolar e depois abrigado um hotel de propriedade de um italiano.

No que se refere à afirmação de ter, no local onde se ergue o Theatro Municipal, funcionado a Santa Casa – antes da construção do edifício nos altos da Vila Conrado e inaugurado em 1899 -, as autoras Salomão e Silva (1976) defendem que

o lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia foi em 13 de maio de 1891, no local onde está hoje o Teatro Municipal; ali funcionou até 6 de agosto de 1899. D. Castorina Fermina de Andrade Tavares, ‘Nhá Mina’, segunda esposa de Misael Coimbra Tavares, tendo herdado de seu marido, Misael, os terrenos da antiga Chácara do Misael, como era chamada, fez a

---

<sup>73</sup> Esta dimensão simbólica a que referimos é a de ser um dos principais signos, senão o maior, de uma civilidade, de uma modernidade que São João da Boa Vista gozava e que foi recorrentemente expressa no periódico *O Município*, que mostraremos mais à frente.

doação destes terrenos à Câmara e a Câmara passou-os à Companhia Teatral Sanjoanense. (SALOMÃO E SILVA, 1976 : 394, grifo nosso).

Já Andrade (2003), no que se refere à Santa Casa no local, discorda, afirmando que

muitas tentativas foram feitas, antes [de 1899], para a fundação dessa instituição de caridade, chegando-se mesmo ao lançamento da primeira pedra de um edifício para tal finalidade em 13 de maio de 1891, entre a Rua Marechal Deodoro e os terrenos da Chácara de Misael Tavares, hoje separados pela Rua Dr. Carlos Kiellander, na quadra fronteira ao Fórum, lado esquerdo, nos fundos da casa do Sr. Francisco Vieira de Amorim Cortez, que constituía todo o terreno atualmente ocupado pelo Fórum (Almanaque Gomes Martins, Ed. 1910, pág.16). Essa tentativa não foi avante e nem foram encontradas atas das reuniões dos primeiros vanguardeiros da fundação desta instituição (ANDRADE, 2003 : 34, grifo nosso)<sup>74</sup>.

Não encontramos em nossa pesquisa no 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista qualquer documento de doação de fato de Dona Fermina Castorina à Câmara, nem tampouco qualquer documento que estabeleça que no local tenha funcionado de fato a Santa Casa de Misericórdia da cidade. Além disso, Salomão e Silva (1976) apontam que a Santa Casa funcionou no local entre 1891 e 1899, porém, os estatutos da irmandade foram aprovados somente em 1897, sendo inscritos em 1900 no Cartório de Registro Geral da Comarca (FALCONI, 2010 : 194).

Já Andrade (2003) fornece uma localização bem clara e distinta daquela das autoras acima citadas: ele assinala que a pedra fundamental foi lançada em terreno *entre* os terrenos da Chácara Misael Tavares e a Rua Marechal Deodoro e não *nos* terrenos da Chácara Misael Tavares.

Evocamos, sob o ponto de vista legal, a impossibilidade de funcionar qualquer hospital no centro de São João da Boa Vista, o que era vetado pelo Código Sanitário do Estado de São Paulo<sup>75</sup>, em Decreto nº 233, de 02 de março de 1894. No decreto, o capítulo

---

<sup>74</sup> “A 13 de maio de 1891, foi lançada a primeira pedra do edifício da Santa Casa de Misericórdia, entre as ruas Marechal Deodoro e os terrenos da Chácara do Misael, nos fundos da casa de residência do sr. Francisco Vieira de Amorim Cortez” (MARTINS, 1910 : 16). Nota-se que no período em que Martins (1910) edita seu Almanach, o Fórum que Andrade (2003) cita é o construído em 1920, no terreno onde hoje funciona o Departamento Regional de Saúde, mais conhecido por “Antigo Fórum”, dando ao seu leitor uma localização mais precisa que aquela dada pelo autor anterior.

<sup>75</sup> Em artigo intitulado *Teodoro Sampaio, o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e as exigências da modernidade*, de Luiz Augusto Maia Costa, o autor afirma que “(...) O código de 1894 vai além dessa ligação imediata com a ordem. As normas então estabelecidas disciplinavam os espaços, os hábitos, os corpos. Da limpeza do espaço público à higiene dos espaços da casa, do trabalho, da escola ou

XXI, que trata dos “Hospitales e Maternidades”, o artigo 416 determina “a situação dos hospitaes em relação ás cidades, villas e povoados deverá ser sempre afastada do centro”<sup>76</sup>. Nota-se que, se considerarmos a data fornecida por Salomão e Silva (1976) de 1891 como o hipotético início das atividades da Santa Casa na propriedade dos Tavares, o funcionamento de um hospital naquele lugar já estaria proibido pelo Decreto nº 233. O impeditivo legal do funcionamento de um hospital numa das principais vias da cidade, além da falta de documentação comprovando o funcionamento da Santa Casa – ou outro hospital – na propriedade dos Tavares, nos permite refutar a tese de funcionamento de hospital naquele terreno.

Outro entrave à tese de funcionamento de um hospital naquele terreno é, justamente, a propriedade do mesmo. Segundo documentos encontrados em nossa pesquisa, parte do terreno da Chácara do Misael foi desapropriada em 1906 para o prolongamento da Praça Coronel Joaquim José, além de a venda do sobrado da família ter sido realizada apenas em 1911. Dessa forma, o hospital funcionaria em terreno dos Tavares entre 1891 e 1899, segundo Salomão e Silva (1976), uma condição um tanto quanto estranha, já que não há nenhum documento que comprove a doação das terras citado pelas autoras. Nesse aspecto da referida doação, outra inconsistência reside na forma como as autoras definiram a mesma: Dona Fermina teria doado em 1891 um terreno herdado de seu marido, Misael Tavares, para a construção de um hospital. Quando pesquisamos no sítio eletrônico do Cemitério São João Batista<sup>77</sup>, de São João da Boa Vista, fica claro que Dona Fermina não poderia ter doado um terreno recebido da herança de seu marido em 1891, uma vez que o mesmo só faleceu em 19/05/1902, ou seja, onze anos depois da data que as autoras apontam como sendo feita a doação.

---

do lazer há uma noção de ordem que buscava constituir uma regulamentação da sociedade quanto à limpeza, a qual não permitia hesitação ou dúvida. Nesse sentido, o Código de 1894 cumpria de forma direta duas das ‘exigências da civilização’ que Freud apontava: ordem e limpeza comparecem aqui interligadas. Mas o que dizer da beleza? Indiretamente, há uma intenção de desenhar a cidade, na medida em que o Código Sanitário nesse momento parece querer ser também um Código de Obras, ao regulamentar dimensões e tamanhos de ruas, casas, hospitais, escolas, entre outros” (COSTA, 2016 : 20). Esse trecho nos fornece uma interessante consideração que cabe nesta breve análise sobre o local do Theatro Municipal e as obras urbanísticas de São João da Boa Vista: longe de serem apenas sanitárias, as obras que visaram à remoção do Cemitério do centro da cidade e à construção da Santa Casa, ambos já nos limites de então da cidade, o alargamento de ruas e avenidas e a criação de praças, e edifícios próprios para escolas etc. também continham o desejo em inserir a cidade na *modernidade*, e essa modernidade passava, de fato, por um amplo planejamento urbano.

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>. Acesso em 18/08/2018.

<sup>77</sup> Disponível em: <http://www.saojoao.sp.gov.br/home/cemiterio.php>. Acesso em 10/04/2019.

Além destas interpretações acerca do local ter abrigado um hospital, deve-se levar em conta que, por ter esta chácara de propriedade dos Tavares terreno extenso e muito bem localizado, foi ela alvo de expropriações visando à urbanização e à adequação das ruas sanjoanenses aos novos padrões construtivos da época. Talvez a maior desapropriação de terrenos desta chácara tenha se dado com a expansão da Praça Coronel Joaquim José, iniciada em 1904. Sobre o assunto, Azevedo (2009) dá pistas sobre a ocupação pregressa do terreno, ao apontar que

o terreno do antigo cemitério passou a constituir a maior parte da atual Praça Joaquim José (...) de toda a sua parte fronteira à praça que se ergue o Grupo Escolar e a mais quase meio quarteirão no sentido da direção da para a Praça da Matriz. A parte restante da Praça é constituída por terreno que pertenceu a D. Fermina Castorina de Andrade Tavares (Nhá Mina), viúva de Misael Tavares Coimbra. A aquisição deste terreno, para expansão e alinhamento da Praça Joaquim José, para seu embelezamento, tornara-se um anseio da comunidade (...) não tendo surtido efeito os entendimentos amigáveis (...) o vereador José Gomes Guimarães apresentou a seguinte indicação: ‘Art. 1º - Fica o intendente municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial dos terrenos pertencentes a d. Fermina de Andrade Tavares, confrontando com a Praça Joaquim José, desta cidade, e a rua que segue pelos mesmos até encontrar a rua Senador Saraiva, no Largo da Matriz’ (...) (AZEVEDO, 2009 : 172/173, grifo nosso).

E ainda que teria conhecido “o terreno assim desapropriado – uma dependência da casa de Misael Tavares Coimbra, localizada esta onde hoje se ergue o Theatro Municipal” (AZEVEDO, 2009 : 173, grifo nosso). Segundo o autor, no terreno do Theatro Municipal, antes de sua construção, havia uma edificação, porém o mesmo não a especifica, podendo ser interpretado tanto como casa da família Tavares quanto como apenas uma edificação nos limites da propriedade.

Menezes (2014), por sua vez, afirma que

a Companhia Theatral adquiriu um terreno na antiga rua das Lavadeiras, hoje Oscar Janson, pelo preço de 15 contos de réis, e permutou por outro, na região central, atrás da Matriz, em terreno de propriedade dos herdeiros do falecido Misael Tavares. Nesse local existiu um sobrado antigo, onde funcionou a primeira Santa Casa de Misericórdia, depois o primeiro Grupo Escolar e, por último, o Hotel dos Viajantes, de Bartolo Singale, de origem italiana (MENEZES, 2014 : 38).

A autora afirma existir um sobrado no terreno e segue a interpretação de Beraldo (2004) e de Marcondes (2011)<sup>78</sup> (ambas as publicações não referenciam a fonte da informação) sobre o funcionamento do hospital (como demonstramos, tal hipótese já pode ser descartada), do grupo escolar e de um hotel. Ainda nessa interpretação, uma tese bastante improvável está presente e devemos discuti-la antes de analisarmos as teses de funcionamento do grupo escolar e do hotel: a Companhia Theatral Sanjoanense, criada especialmente para prover São João da Boa Vista de uma casa de espetáculos à altura de sua “grandeza” e criar um rentável empreendimento, compra um terreno por 15 contos de réis em um local na então periferia da cidade, terreno de várzea, próxima ao bairro do Cubatão e o permuta com a Câmara Municipal, pelo mesmo valor, em um terreno na área central da cidade, no mais valorizado e movimentado local de São João da Boa Vista. Nem mesmo a metragem do suposto terreno da rua das Lavadeiras explicaria a igualdade de preços com aquele terreno em lugar central na cidade.

Nesse sentido, o contrato de venda do terreno onde se ergue o Theatro Municipal nada diz sobre permutas, apenas sobre a venda do terreno pertencente à Câmara, situado à Rua Marechal Deodoro, de antiga propriedade de Dona Fermina Castorina de Andrade Tavares, para a Companhia Theatral Sanjoanense, pelo valor de 14 contos de réis. No Documento Escrito 2 (Anexo C, p.629-631), trazemos a transcrição da escritura<sup>79</sup> de compra e venda do terreno à Rua Marechal Deodoro, que antes pertencia à Câmara Municipal de São João da Boa Vista, pela CTS e a declaração de liquidação de débitos, de 15 de abril de 1913 e de 22 de julho de 1913, respectivamente (Fotografias 7 a 13 – ANEXO B, p.621).

Também em documento do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista<sup>80</sup> referente à extinta Matrícula nº 2040 (Fotografia 14 – ANEXO B, p.623), não há menção a qualquer permuta, apenas sobre venda entre a Câmara Municipal e a CTS:

---

<sup>78</sup> *Arte e Cultura em São João da Boa Vista* é uma monumental obra de referência nos estudos socioculturais sanjoanenses. Abarcando um extenso período, o livro de Maria Célia de Campos Marcondes dá importantes indicações sobre a trajetória de artistas e das artes sanjoanenses.

<sup>79</sup> 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista, Livro 69, fls.59 – transcrito a partir de documento do Museu Histórico e Pedagógico Armando de Salles Oliveira, por questões de legibilidade.

<sup>80</sup> Gentilmente cedido por Adriana Tavares, funcionária responsável pelas averbações dos anexos do Cartório.

MATRÍCULA: Nº 2040 (DOIS MIL E QUARENTA) SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP, 29 DE SETEMBRO DE 1976.

IMÓVEL: UM TERRENO, situado nesta cidade, a rua Marechal Deodoro, dividindo com dita rua, com propriedade e terrenos de Fermina Catarina Tavares e o Capitão Gabriel de Azevedo Junqueira. PROPRIETÁRIA: CÂMARA MUNICIPAL, desta cidade de São João da Boa Vista, representada por seu Prefeito Municipal o Capitão Manoel Luiz Osório de Oliveira. Deixou de ser exigido o título anterior uma vez que a escritura é anterior a vigência do Código Civil Brasileiro. O Escrevente (Etevaldo Moreira da Silva). O Oficial [assinatura do oficial]

R.1/2040. São João da Boa Vista, SP, 29 de setembro de 1976. TRANSMITENTE: CÂMARA MUNICIPAL, de São João da Boa Vista, acima qualificada. ADQUIRENTE: COMPANHIA THEATRAL SANJOANENSE, neste ato representada por seu presidente o Cel. Joaquim Cândido de Oliveira. FORMA DO TÍTULO: Escritura de compra e venda de 15 de abril de 1913, das notas do 1º Tabelião local, livro 69, fls. 59v. VALOR: CR\$14,00 (quatorze cruzeiros). O Escrevente (Etevaldo Moreira da Silva). O Oficial [assinatura do oficial]

Não fica, portanto, comprovado que a tese de permuta de terrenos seja verdadeira. O tabelião do 1º Cartório, Orlando Ceschin Filho, é categórico: era necessário, mesmo antes da aprovação do Código Civil de 1916, conter no documento a natureza da transação, se compra e venda ou permuta. Logo, se fosse o caso, o contrato firmado entre a CTS e a Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista deveria conter essa informação já no título do documento. Assim, descartamos a versão de permuta de terrenos: não há documento que a comprove.

Também no excerto escolhido de Menezes (2014) há a indicação de que no local tenha funcionado, em edifício demolido para a construção do Theatro Municipal, o Grupo Escolar e um hotel. No que se refere à escola, Andrade (1973) afirma que

Na sessão de 8 de agosto do ano de 1882, ao ser debatida a questão da instrução primária no município, Joaquim José (...) propôs à Câmara construir, à sua custa, dele proponente, um edifício em terreno de propriedade da Municipalidade, situado no largo da Matriz, que seria destinado à instalação de escolas (ANDRADE, 1973 : 112, grifo nosso)

Surgiu daqui, provavelmente, a tese de que lá funcionou o Grupo Escolar em seus primeiros anos, em edifício construído pelo Coronel Joaquim José, no Largo da Matriz, no terreno da Municipalidade. A localização no “Largo da Matriz” parece um tanto quanto vaga, além de que se nos prendermos à data fornecida por Andrade (1973) e confrontar com Azevedo (2009) que afirma que o Grupo Escolar só foi criado em 1896, a partir “da supressão das escolas municipais, já que o Congresso Estadual, na última legislatura, havia criado várias cadeiras de ensino primário para a cidade e município de São João” (AZEVEDO, 2009 : 47), vemos um lapso de 14 anos que não é explicado. Neste aspecto, encontramos, por fim, a explicação de Falconi (2010), que esclarece a

impossibilidade de ter funcionado o Grupo escolar no edifício existente antes da construção do Theatro Municipal:

Este estabelecimento [construído pelo Coronel Joaquim José], que ficou conhecido como Casa Da Instrução, marcou por muitos anos a paisagem do município, sendo depois substituído pelo Palacete da Dona Lucinda Vasconcellos (...) No dia 3 de novembro de 1896, já com o nome de Grupo Escolar Coronel Joaquim José foi fundado o primeiro estabelecimento de ensino oficial de São João da Boa Vista (...) a escola inicialmente funcionou em um prédio alugado pela Câmara Municipal, situado na rua São João, até que foi finalmente inaugurado o suntuoso prédio do Grupo Escolar, localizado no antigo Largo do Cemitério, hoje Praça Roque Fiori (FALCONI, 2010 : 238, grifo nosso).

Aqui fica claro, portanto, que não poderia ter sido local nem da Casa da Instrução e nem do Grupo Escolar Coronel Joaquim José, instituições de ensino estabelecidas em lugares muito bem demarcadas pelo autor. Já no que se refere ao funcionamento de um hotel, nos documentos do 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista, não consta qualquer contrato de “arrendamento” (aluguel) de qualquer edifício de propriedade de Dona Fermina Castorina de Andrade Tavares para o funcionamento de hotel<sup>81</sup>. Novamente, consideramos minimamente válida a hipótese de um hotel ter funcionado em terreno que daria lugar ao Theatro Municipal pelo mesmo motivo da nossa negativa em aceitar a hipótese de permuta de terrenos: não há contrato de arrendamento entre as partes<sup>82</sup>.

Ainda assim, o questionamento sobre o que havia naquele terreno antes do Theatro Municipal persistia. Um exame comparativo que realizamos de fotografias existentes, datadas do período 1900-1920, mostra-nos que havia um edifício assobradado logo atrás da abside da Igreja Matriz – na verdade, foram estas fotografias que nos motivaram a

---

<sup>81</sup> Segundo pesquisa em 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista somente foi encontrada escritura, lavrada em 27/07/1916, com duração de dez anos, de arrendamento de um edifício de “Dona Capitolina dos Santos Mattos a Bartolo Senigaglia”, para funcionamento de um hotel, sendo o edifício de localização “sob número dezesseis, à rua Jorge Tibiriçá (antiga Santo Antônio), esquina da rua Quintino Bocaiúva” (Livro 77, fls.78).

<sup>82</sup> Em *Almanach de São João da Boa Vista para o anno de 1901* há apenas o Hotel de Luiz Ranzatto; no almanaque *O Município de S. João da Boa Vista (1910)* consta “Bartolo Sinigali” como hoteleiro, bem como Bisi Filippo e Dona Maria Ignez de Barros, porém eles não têm sua localização dada, nem o nome dos hotéis; no *Almanach do Amparo para 1912*, há o Hotel do Commercio – de Hermógenes Leocádio de Mello -, o Hotel Central e o Hotel dos Viajantes; no *Almanach do Amparo para 1914*, há como hoteleiro Ítalo Sartini, relacionado ao Hotel dos Viajantes; no *Almanak Henault de 1912/1913* há os hotéis do Commercio, das Famílias, dos Viajantes e de José Dias ; e no *Almanak Laemmert de 1924* há listado “Bartolo Senigale” como proprietário do Hotel dos Viajantes, situado à rua São João. Exceto os dois primeiros almanaques, todos estão disponíveis no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional, na seção Hemeroteca Digital.

determinar a antiga ocupação do terreno do Theatro Municipal. Nas fotografias 15, 16, 17 e 18 (ANEXO B, p.623), podemos vê-lo claramente. Na primeira imagem, à esquerda, a Igreja Matriz e seu jardim (c. 1900). Ao fundo desta imagem, vemos a silhueta de uma construção imediatamente atrás do templo, no local em que hoje se ergue o Theatro Municipal – na segunda imagem, à direita, se vê o pormenor deste edifício, com o círculo vermelho frisando a construção térrea e branca e ao lado direito desta, na imagem, o edifício que suscitou dúvidas. Na terceira imagem (c.1910) percebemos a extensão do terreno da Praça Coronel Joaquim José, sendo o jardim do lado direito da imagem pertencente ao Grupo Escolar, com a parte desapropriada da Chácara do Misael bem aparente, na curva da via, e, ao fundo, um edifício térreo de cor branca e outro, de dois andares, imediatamente atrás do primeiro, em cor escura. Na quarta imagem (c.1920), vemos praticamente o mesmo enquadramento e, agora, o Theatro Municipal, tendo ao seu lado o mesmo edifício térreo em branco. Entre a terceira e a quarta imagens, em quadrado e retângulo amarelos o local do edifício desconhecido e do Theatro Municipal e sublinhado e circulado em vermelho o edifício térreo e de cor branca. A partir da fotografia analisada, vemos que o terreno era, de fato, ocupado, e não era terreno baldio, restando saber o que era tal construção.

Na pesquisa nos documentos do 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista, encontramos, por fim, um documento de enorme importância para respondermos à questão da ocupação anterior do terreno (Fotografias 19 a 22 - ANEXO B, p.624), transcrito no Anexo C, p.632. É uma escritura que trata da compra e venda do terreno de 1911<sup>83</sup> entre Dona Fermina Castorina Tavares e a Câmara Municipal. Esta escritura contradiz, parcialmente, a versão de Azevedo (2009) sobre a desapropriação do terreno onde se erguia a casa da família Tavares – o autor afirma que tal desapropriação também atingiu uma dependência da casa da família e não o terreno da família ao lado da casa -; contradiz a versão de Menezes (2014) e Salomão e Silva (1976) – não houve Santa Casa, Grupo Escolar ou Hotel, apenas um imóvel de “morada” da família -; e confirma as versões de Andrade (1973) e Falconi (2010). Este documento cartorial apresenta-nos o valor, juntamente com os detalhes do imóvel a ser vendido pela Câmara Municipal, donde se percebe que era “uma casa de morada, assobradada, construção antiga” anexa à morada atual da proprietária.

---

<sup>83</sup> Livro 65, fls. 75, do 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista



De fato, na Planta 2 se vê a indicação de um imóvel exatamente onde foi construído o Theatro Municipal e que consta deste imóvel de Dona Fermina Castorina Tavares (circulado em vermelho, que consta no ANEXO A, p.606). Parece-nos que devido à enorme área da propriedade da referida família Tavares, seja pela Fazenda Jaguary, seja pela Chácara do Misael, há uma grande confusão de limites e de ocupações daquelas propriedades. A partir de Andrade (2003 : 34), sabemos que a referida Chácara partia do terreno do Antigo Fórum, tendo como limite frontal a Rua Marechal Deodoro, que passa atrás da Igreja Matriz, ocupando também grande parte do lado leste da rua Thereziano Vallim, tendo como limites, além da rua antes referida a oeste, o Rio Jaguari, a norte, a sul e leste. Segundo Guilherme Rehder<sup>84</sup>,

as terras que compreendem o atual centro da cidade de São João da Boa Vista pertenciam à Fazenda Campo Triste, do Guarda Mor José Antônio Dias de Oliveira. Alguns de seus herdeiros venderam terras para o Capitão Manoel Tavares Coimbra Cambeva. O patrimônio da Igreja veio dessas terras, tanto que o Capitão Manoel construiu seu sobrado atrás da Igreja. O Capitão Manoel tinha uma fazenda, chamada “Jaguary”, que começava no seu sobrado e se estendia até o rio Jaguari, compreendendo as regiões onde hoje estão o quarteirão do Teatro, a Rua Thereziano Vallim, a rua Ana de Oliveira, a rua Capitão Bronze, a rua Dom Pedro, a Sociedade Esportiva Sanjoanense e chegava até o bairro do São Benedito pelo menos. Bem provável que essa propriedade chegasse até a atual rodovia entre São João e Vargem. Misael Tavares Coimbra, que era filho de José Tavares Coimbra, o “Patriarca da Freguesia e da Vila” (SALOMÃO E SILVA, 1976 : 465, grifo nosso) e sobrinho e genro de Manoel Tavares Coimbra Cambeva (SALOMÃO E SILVA, 1976 : 112/115)], ficou com uma extensa chácara oriunda dessa fazenda, que compreendia pelo menos o quarteirão do Teatro, a Rua Ana de Oliveira, a Rua Thereziano Vallim e a Rua Capitão Bronze/Dom Pedro. Misael morava no sobrado onde hoje está o Teatro. Sua viúva vendeu o sobrado para a Câmara Municipal.

Devido ao seu dilatado tamanho, é compreensível que praticamente tudo o que estivesse naquela parte do centro de São João da Boa Vista entre os anos de 1870 e 1900 pertencesse aos Tavares, ora parte da Fazenda Jaguary<sup>85</sup>, ora parte da Chácara de Misael

---

<sup>84</sup> Estas considerações estão baseadas nas leituras de Rehder em Andrade (2003), Salomão e Silva (1976) e maços de documentos constantes no 2º Livro do Juízo de Paz, além de outros documentos cartoriais de seu acervo próprio referente à ocupação do atual centro Sanjoanense, sendo a mais completa em termos de localização, já que utiliza os nomes de ruas atuais.

<sup>85</sup> Agradecemos a gentileza e as preciosas indicações de documentos sobre o tema feitas por Antônio Carlos Lorette, profundo conhecedor da história sanjoanense, e que facilitaram a presente pesquisa.

Tavares. Segundo artigo publicado em 24 de junho de 1924, em suplemento<sup>86</sup> do *Jornal O São João*, Ano II, nº 68, em comemoração ao centenário da cidade,

o capitão Manoel Tavares Coimbra comprou as terras que eram ligadas ao patrimônio [de São João Batista], abrangendo a estrada que vai ao Campo Triste, limitando-se com a fazenda Glória, 21 de abril, Gramma e partes das terras da vila de S. Antônio. Tavares fez o sobrado que fazia frente ao terreno patrimonial, no qual morava, tendo ao fundo a sua fazenda (...) a primeira sessão de jury instalado na villa funcionou no salão dos baixos do sobrado que fôra do Misael Tavares, onde é actualmente o nosso Theatro Municipal (O SÃO JOÃO, 1924 : 8)

Podemos considerar, então, que este sobrado (sede da extensa propriedade rural) foi erguido por um dos primeiros grandes fazendeiros da localidade, permanecendo durante mais de 50 anos como um marco das primeiras fortunas sanjoanenses, erigida no período monárquico. A partir das diversas mudanças ao longo do tempo, a enorme Fazenda Jaguary deu lugar à ainda extensa Chácara de Misael Tavares, que ao final de diversas vendas, permutas e desapropriações, ficou reduzida ao diminuto terreno – em comparação aos tempos anteriores – do sobrado vendido em 1911.

De fato, a antiquíssima morada assobradada, construída nos tempos dos primeiros Tavares, não combinava com os jardins em estilo francês, ou com as avenidas largas, ou com as arrojadas construções em alvenaria e cimento e materiais importados pelos quais tanto ansiavam os sanjoanenses daqueles anos 1910 e, assim, foi demolida, dois anos após sua compra. No lugar do antigo sobrado, um imponente edifício público eclético surgiria. O antigo poder dos Tavares, constituído desde a monarquia, seria substituído pelo novo poder, republicano e cosmopolita, dos Oliveiras, dos Andrades e dos Azevedos.

Para encerrarmos a questão da ocupação anterior do terreno onde hoje se ergue o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, trazemos duas figuras em que constam os limites atuais e aproximados das duas propriedades dos Tavares, a Fazenda Jaguary e sua “sucessora”, a Chácara Misael Tavares, a partir das considerações orais de Guilherme Rehder e dos escritos de Salomão e Silva (1976), Andrade (2003) e Azevedo (2009), auxiliados pelo serviço de pesquisa e visualização de imagens e mapas de satélite da Terra, disponível gratuitamente na web. Trazemos, também, a comparação entre estas

---

<sup>86</sup> Especial agradecimento à Glória, do Arquivo Municipal Matildes Rezende Lopes Salomão, e a Guilherme Rehder, pela ajuda na localização e pesquisa deste suplemento, disponível para consultas no referido Arquivo Histórico de São João da Boa Vista.

duas propriedades em extensão e o mapa atual de São João da Boa Vista com demarcações aproximadas dos limites da cidade, concebidas a partir da planta de São João da Boa Vista de c.1900 (Fotografias 23 a 26 – ANEXO B, p.625).

A conclusão é de que o terreno onde hoje se ergue o Theatro Municipal de São João da Boa Vista não foi local de Santa Casa, ou Grupo Escolar, e, provavelmente, também não funcionou ali um hotel, mas sim solar de uma das famílias mais ricas e poderosas do período monárquico na cidade. Para além disso, este terreno, que constitui pequena parte de uma antiga grande propriedade rural no centro sanjoanense, viu ao longo de sua existência, as modificações profundas na urbanização sanjoanense – e também na economia e no jogo político e social, com a ascensão de novos grupos e a decadência daqueles que não souberam se atualizar durante a mudança do regime monárquico para o republicano -, ora sendo retalhado a partir de divisões e heranças, ora sendo desapropriado por um poder público republicano interessado em extinguir as grandes chácaras nas áreas centrais sanjoanenses e zonedar tais propriedades, retirando do centro da cidade os amplos espaços baldios e ocupá-los de casas, ruas, avenidas e praças. A decadência da família, o loteamento da propriedade realizado pelo poder público por meio de desapropriações e a construção de um teatro moderno no lugar de um velho sobrado de taipa se relacionam com as profundas modificações políticas, econômicas, socioculturais e urbanísticas do período, portanto.

## II. 3. O EDIFÍCIO, SUA CONSTRUÇÃO.

### *II. 3. 1. A CTS e os percalços financeiros iniciais na construção do empreendimento.*

Após a sua configuração, a CTS procurou colocar em prática o mais rápido possível o projeto de erguer nas terras sanjoanenses um Teatro. Em seguida à compra do terreno, a Companhia Theatral Sanjoanense contrata José Pucci<sup>87</sup> como projetista e a execução das obras ficaria a cargo do empreiteiro Antônio Lansac<sup>88</sup>, de origem espanhola.

---

<sup>87</sup> Sobre o projetista, ver APÊNDICE B (p.525-546).

<sup>88</sup> Antônio Lansac nasceu em 17 de janeiro de 1859 na vila La Almoda, Província de Zaragoza, Espanha. Construiu edifícios importantes em São João da Boa Vista, entre eles o Theatro Municipal e o Palacete João Osório. Ainda se dedicava às atividades fabris, sendo proprietário, desde 1906, da Fábrica de Sabão Afonso XIII, bastante conhecida na cidade. Faleceu em 10 de setembro de 1946 (FALCONI, 2010 : 837). Segundo sua bisneta, Eliana Malheiros, “meu bisavô fez especialização na Europa, e minha avó acabou nascendo em Vila Almoeda, Zaragoza, Espanha (...) especializou-se nas abóbodas, que deram uma acústica linda, e essas construções só especialistas na época que faziam! Ele construiu também o prédio que hoje é sede do Palmeiras [Palacete João Osório], na Avenida (...) Ele foi construtor, não arquiteto! Mas tinha

Sua pedra fundamental foi colocada em 13 de maio de 1913<sup>89</sup>, sendo noticiado num dos principais veículos de comunicação do município, o periódico *A Cidade de São João*. Neste periódico, do qual Menezes (2014) reproduz trecho da crônica laudatória de 13 de maio de 1913, onde as dimensões do edifício e suas tecnologias impressionam. A seguir, a transcrição da notícia, que será utilizada de base para uma análise do período de construção do Theatro Municipal de São João da Boa Vista:

Effectua-se hoje com toda a solemnidade a cerimonia do assentamento da pedra fundamental do theatro que se vai construir nesta cidade.

Não podia ser mais feliz a escolha do local que vae ser erigido o edificio, que, por si, segundo o projecto delineado pelo illustre architecto J. Pucci, de S. Paulo, uma bellissima concepção artistica, não deixando nada a desejar quanto à sua esthetica e as comodidades que poderá offerecer-se ao público, estando nós convencido de que será talvez o melhor edificio desse gênero no interior do estado.

A Companhia Theatral, cujo capital é de 100:000\$000, gosa da garantia de juros de 8% sobre a importância apenas de 80:000\$000, que lhe foi concedida pela Câmara Municipal, que por sua vez, não medindo sacrificio, tem sabido collocar-se na altura da sua missão civilisadora, não se recusando jamais a auxiliar as idéas cuja execução possa cooperar para o desenvolvimento progressivo da nossa cidade.

É assim que, por esse facto, aliás muito significativo a Companhia emprehende, a construção do Theatro Sanjoanense, e o povo da nossa *urbs* terá o direito de orgulhar-se por ficar possuindo um primor artistico de architectura, que, indubitavelmente, concorrerá extraordinariamente para demonstrar o grau do seu adiantamento e cultura.

O edificio que tem hoje seu início, segundo o projecto que nos foi mostrado, vae occupar uma área de 1130m, tendo de frente 22,6m e 50,0m de fundo. Comprehende uma platéa para 480 cadeiras de 1ª e 2ª classes, 22 frizas, 30 camarotes e uma galeria para cerca de 500 logares. O palco cênico, que é mais elevado que o corpo principal mede de largura 22,6m e 16,0m de fundo e contém 11 camarins para artistas e cabine para os aparelhos eléctricos.

O arco do proscênio tem 11,0m de abertura 8,0m de altura. É servido todo o edificio por aparelhos sanitários os mais modernos.

O panno de bocca subirá inteiro e será movido por aparelhos especiais, os mais modernamente em uso.

O local reservado à orchestra tem logares para 80 figuras.

O edificio fica isolado por duas passagens lateraes de 4,15m cada uma e tem na sua parte anterior um salão nobre, *bar* superior, *bar* inferior, com logares para 50 mesas e balcão para o serviço publico, bilheteria, sala da administração, toilette para senhoras, etc.

Todo o serviço de iluminação será feito pela Empreza Força e Luz desta cidade, a cargo do Sr. José Joaquim da Silva Costa, membro do conselho fiscal da Companhia.

---

essa especialidade (...)"'. Antônio Lansac, então, ao fazer cursos na Europa, possui créditos suficientes para construir um palacete para um dos homens mais poderosos de seu tempo, além de supervisionar as obras do maior empreendimento da época – o Theatro Municipal.

<sup>89</sup> Antes mesmo do lançamento da pedra fundamental, em abril de 1913, a questão do orçamento preocupava a Diretoria da CTS. Nesse sentido, foi pedido ao projetista indicações sobre quais cortes e substituições poderiam ser feitas visando à economia, antes que o projeto final fosse oficializado e aprovado. Para as Atas, VER ANEXO C (p.633-635).

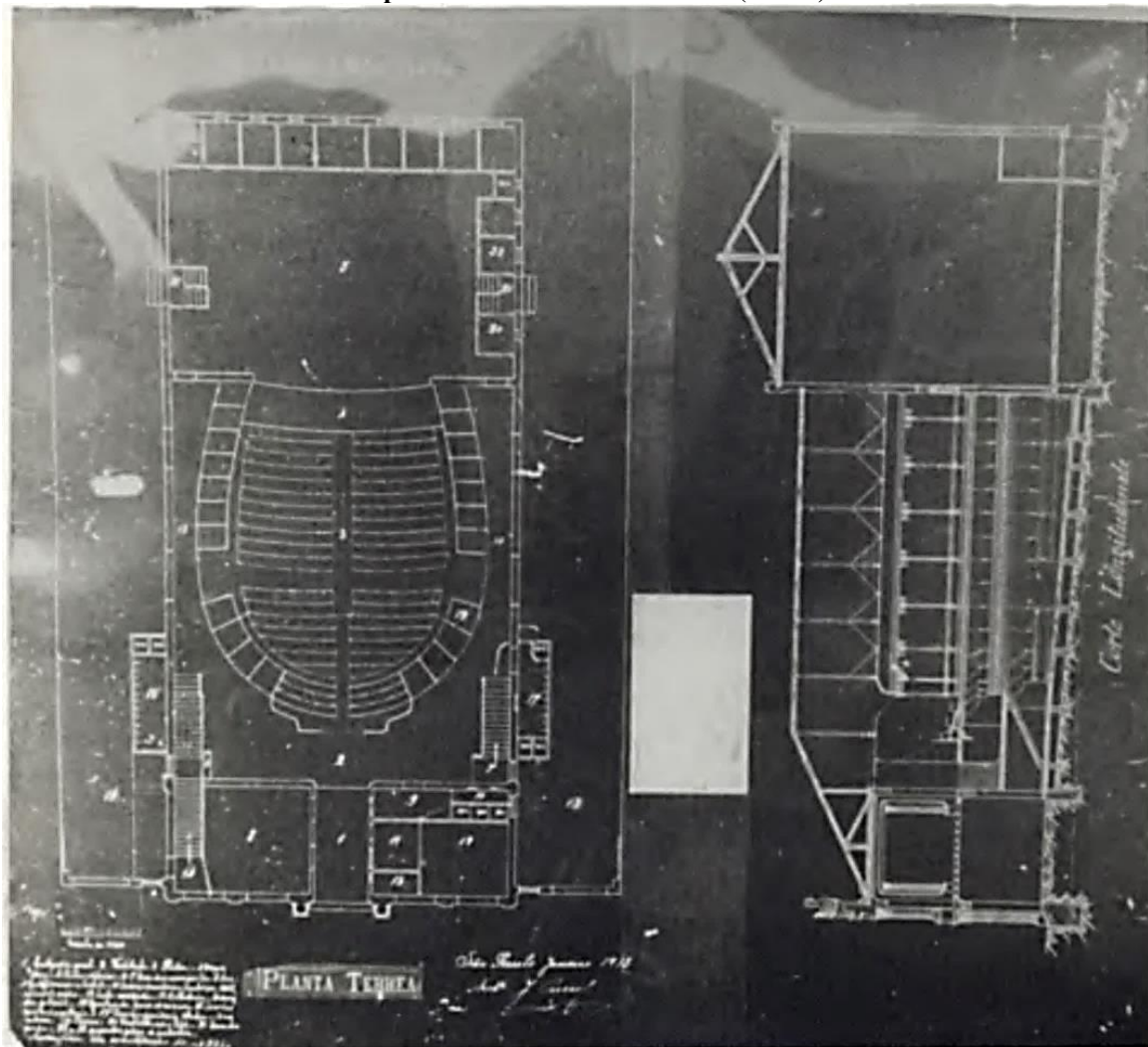
Não foram esquecidos os meios de segurança para o publico, pois, o edificio terá amplas sahidas; a cabine dos aparelhos cinematográficos será toda guarnecida de folhas de ferro, tendo seu respectivo deposito de água, havendo ainda registros para serem adaptadas mangueiras no caso de incêndio, e, finalmente, todas as comodidades de que o público poderá gosar dentro do praso de 14 mezes.

A execução das obras está confiada ao provector constructor, sr. Antônio Lanzaç, sob a immediata fiscalisação da directoria da Companhia.

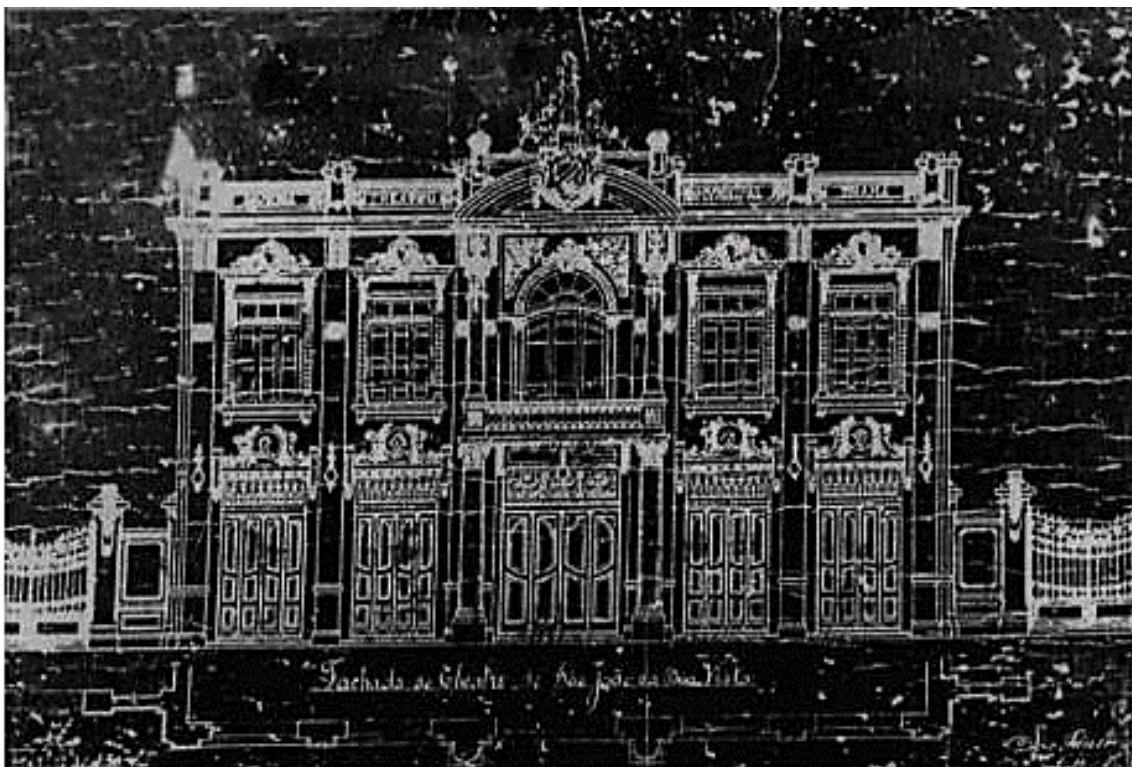
A benção da pedra fundamental será feita pelo Revmo. Padre Manoel José Marques, vigário da parochia, sendo orador official o sr. Dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho.

A Directoria da Companhia compõem-se dos srs. [etc.etc.etc.] (MENEZES, 2014: 41).

**Fotografias 60 e 61 – Planta do térreo e corte transversal e desenho da fachada do Theatro Municipal de São João da Boa Vista – (c.1913).**



Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (1984).



Fonte: Comunidade “Memória Sanjoanense” – Facebook

O cronista fornece, além de informações técnicas do empreendimento, o orçamento da obra e até mesmo o prazo final da construção, que constitui assunto interessante que devemos tratar. A parte financeira do empreendimento parece ter sido sempre uma questão difícil na história do Theatro Municipal de São João da Boa Vista. Tanto em Mattos Júnior (2000)<sup>90</sup>, quanto em Menezes (2014), angulares obras de referência, a questão financeira problemática é presente. Segundo Mattos Júnior (2000), em pouco tempo decorrido do início das obras,

ficou evidenciado que o orçamento era falho e o capital social insuficiente para as obras. Era imperioso buscar novas fontes de recursos para dar prosseguimento aos trabalhos. Já em 15 de dezembro de 1913, uma assembleia geral de acionistas era reunida para consulta. A confiança e o entusiasmo inicial estavam inalterados e a solução foi encontrada com novo aporte de dinheiro pelos acionistas (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 109)

---

<sup>90</sup> Jonathas Mattos Júnior dedica grande esforço em estudar a transformação da Igreja Matriz de São João Batista, em São João da Boa Vista, em seu livro *A Catedral de São João da Boa Vista* (1992). Este autor também produziu uma obra que visa dar subsídios a outros pesquisadores socioculturais com seu *Ensaio Historiográfico – Teatro Municipal e Trajetória das Artes em São João da Boa Vista*. Ao lado de Menezes (2014), é um dos pilares da historiografia sobre o Theatro Municipal sanjoanense.

A notícia dessa chamada de capital entre os acionistas foi tornada pública em edição de 20 de dezembro de 1913<sup>91</sup> no Jornal *O Município*, transcrita a seguir, e tida como símbolo do comprometimento dos acionistas com o projeto que ela beneficiava. Na mesma crônica (Fotografia 62 – ANEXO D, p.683), o orçamento insuficiente – causa da chamada de capital entre acionistas – não é abordado e o andamento das obras é sobrevalorizado, havendo inclusive a afirmação de ser o melhor do interior do estado de São Paulo, tendo ainda presente a previsão de inauguração do espaço para junho de 1914:

**Assemblea geral da Cia. Theatral Sanjoanense 20/12/1913**

**As obras do Theatro**

Na assemblea geral ordinária, realizada em 15 do corrente pela Cia. Theatral Sanjoanense, foi aprovado unanimemente o relatório apresentado pela Directoria e bem assim o balanço da sociedade com o parecer do Conselho Fiscal, lançado em acta um voto ao Zelo da Directoria.

Presidiu os trabalhos o sr. Cap. Joaquim Lourenço de Oliveira Andrade, secretariado pelos srs. Dr. Benedicto de Siqueira Cardoso e Joaquim Pinto Noronha.

Procedeu-se, depois, a eleição do Conselho Fiscal, sendo reeleitos os srs. José Procópio de Azevedo Neto, José Joaquim da Silva Costa e Antonio Luiz de Castro Delgado.

Passando-se, em seguida, à outra parte da ordem do dia, a Assembleia aprovou unanimemente a proposta de um empréstimo entre os accionistas de mais de 90 por cento do capital realizado, com um addendo appresentado pelo Dr. Antonio Cândido de Oliveira Filho.

Os accionistas presentes subscreveram immediatamente o empréstimo e, com isso, terminaram-se os trabalhos.

---

Visitamos, hontem, as obras do Theatro. A impressão que tivemos foi a melhor possível.

O nosso Theatro será de facto o melhor do interior do Estado e isto não deixa de ser bastante lisongeiro para esta cidade.

Os camarotes, frisas e geraes, sustentados por fortíssima armadura de ferro, acham-se promptos.

Faltam apenas os trabalhos de embelezamento, que não são poucos.

A Cia. espera que tudo esteja terminado em junho vindouro.

Cabe-nos, destas columnas, elogiar o ilustre Director-Gerente, o Major José Evangelista, ao qual S. João deve este importantíssimo melhoramento.

Menezes (2014) também se refere à chamada de capital entre acionistas, afirmando ter aquele aporte de recursos permitiu atingir “90% do capital social para o término das obras. O capital inicial de 100 contos de réis não foi suficiente para terminar a obra” (MENEZES, 2014: 40). Podemos então, considerar que, até dezembro de 1913, as obras do Theatro Municipal consumiram a vultosa quantia de 190 contos de réis. Outra importante captação de recursos que seria realizada pela CTS se refere ao empréstimo de 1915, feito para a cobertura dos gastos com a construção. Segundo Menezes (2014),

A Companhia Theatral Sanjoanense – CTS – ainda com dificuldades financeiras provindas da edificação do imóvel, realizou uma assembleia

<sup>91</sup> Imagem do Acervo “JOM 1913 – IMG\_7131” deste levantamento.

extraordinária em 15 de fevereiro de 1915, e nela foi demonstrada aos acionistas a posição da dívida remanescente. Ao mesmo tempo, a Diretoria apresentou proposta de levantamento de empréstimo mediante garantia do prédio, em forma de hipoteca, ou à base de debêntures, como empréstimo público. Esta última foi escolhida pela assembleia e, em 15 de outubro de 1915 foram lançadas 1.000 debêntures, no valor total de 100.000 contos [100 contos] de réis, por 10 anos, a juros de 6% ao ano. Esta operação permitiu levar a termo os compromissos sobrejacentes da edificação, cujo orçamento, refeito, situava em nível superior a 200 contos de réis o custo do teatro. Os problemas financeiros que recaíram sobre a execução das obras demonstram a penosa tarefa que representou a construção de nosso imponente Theatro Municipal (MENEZES, 2014 : 44).

Apuramos que a assembleia de acionistas do dia 15 de fevereiro de 1915 foi publicada no DOESP<sup>92</sup> em 20 de outubro de 1915, pág. 4066 (Documento Escrito 5 – ANEXO C, p.636), enquanto que a publicação da arrecadação de recursos no DOESP se deu em 09 de outubro de 1915, página 4.175 (Documento Escrito 6 - ANEXO C, p.637).

Dessa forma, somando-se o capital social inicial da Companhia Theatral Sanjoanense, com o capital levantado no empréstimo entre os acionistas feito em dezembro de 1913, mais a emissão de 1.000 debêntures em outubro de 1915, resultam os investimentos em cerca de 290 contos de réis, uma imensa quantia para a época<sup>93</sup>. Auxiliados por uma escritura<sup>94</sup> de divisão e demarcação de terras (Documento Escrito 7

---

<sup>92</sup> Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/#21/07/2018>. Acesso em 21/07/2018.

<sup>93</sup> Nos *Anuário Estatístico de São Paulo – Movimento da População e Estatística Moral* dos anos de 1916, 1919 e 1920, o “valor do edifício” é apontado como o de 200 contos de réis. Já no anuário do ano de 1914 o Theatro Municipal de São João da Boa Vista aparece com valor de 100 contos de réis. Não pudemos determinar a causa da discrepância entre os valores apresentados pelos anuários estaduais e entre aqueles valores apresentados pelos autores sanjoanenses em suas obras (provavelmente os anuários só consideravam os valores do edifício enquanto que os autores sanjoanenses se baseiam em cifras que levam em consideração o mobiliário e aparelhos de exibição do Theatro Municipal). Há, ainda, diferenças quanto ao valor que nós apuramos ter sido empregado na construção/aparelhagem do edifício, de 290 contos de réis – 100 contos de capital inicial e garantidos 80 contos pela Câmara Municipal, somados aos 90% levantados pela chamada de capital entre acionistas, em dezembro de 1913, totalizando ambos 190 contos de réis, acrescidos de 100 contos de réis lançados em debêntures, formando os referidos 290 contos de réis – e aquele de 257 contos de réis presentes no edital da emissão de debêntures publicado no DOESP em 20/10/1915.

<sup>94</sup> Esta escritura foi transcrita por Guilherme Rehder e gentilmente cedida pelo mesmo para nossa dissertação. Está presente no Livro nº 69, folhas 96, pertencente ao 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de São João da Boa Vista. Nessa escritura, de 23 de julho de 1913, podemos perceber que o preço estimado da Fazenda Girivá, em instrumento de demarcação e divisão de terras, chega a pouco mais de 47 contos de réis, em uma propriedade de cerca de 231 alqueires – provavelmente alqueires paulistas, com extensão total de 557,8 hectares. Se levarmos em consideração o valor da propriedade rural e aquele empregado na construção do Theatro Municipal ou levantado pela diretoria da CTS em diversas ocasiões, chegamos à conclusão de que seriam necessárias seis fazendas no mesmo valor que a Fazenda Girivá, acrescido de 8 contos de réis, para totalizar o capital levantando e investido para a construção do espaço de entretenimento. Em outra forma de comparação, os 290 contos de réis utilizados na construção do Theatro Municipal seriam suficientes para comprar 1.425 alqueires de terra do mesmo valor que aqueles da Fazenda Girivá.



- ANEXO C, p.638), podemos comparar o vultoso investimento na construção do Theatro Municipal com o valor de uma fazenda em São João da Boa Vista.

No que se refere ainda à chamada de capital entre acionistas, Mattos Júnior (2000) aponta que, embora a CTS anunciasse que o empréstimo já estava inteiramente subscrito em 28 de dezembro de 1913, tornava-se aconselhável o arrendamento<sup>95</sup> tanto do teatro quanto dos seus dois bares – um de uso externo e outro de uso interno dos frequentadores – a terceiros. Nesse sentido, as crônicas e anúncios que fazem parte do Jornal *O Município* (Tabelas 5 a 17 (APÊNDICE A, p.356-378) e os apontamentos de Menezes (2014) sobre o Theatro Municipal, são fundamentais para determinarmos algumas características no que se refere à operação da casa de espetáculos por arrendatários, prática comum em São Paulo Capital, onde

em troca do arrendamento, os empresários garantiriam aos proprietários um nível de rentabilidade mínima, via pagamento de aluguel dos imóveis. E, portanto, através dessa renda imobiliária que o segmento das casas comerciais articular-se-ia ao complexo cafeeiro (MORAES, 2013 : 153).

No caso do teatro sanjoanense, o arrendamento se dava com a publicação de editais nos jornais da cidade, anunciando o arrendamento por pregão, onde vencia a empresa que oferecesse o maior valor de arremate, que era composto por valor fixo acrescido de percentual baseado no lucro presumido, referente ao período de cobertura do arrendamento (geralmente 2 anos). Um exemplo é o arrendamento de 1925, arrematado por 52 contos de réis, pela empresa Sousa e Godoy, que se “propunha a pagar 40:000\$000 pelo prazo do arrendamento e mais 20% nos lucros, estes calculados em 60:000\$000, o que quer dizer que os proponentes pagarão 52:000\$000 pelos dois anos do arrendamento” (JORNAL O MUNICÍPIO, p.4, 12 de dez. 1925).

Os estatutos da Companhia Theatral Sanjoanense são omissos no caso de arrendamento das operações, mas percebemos que em seus primeiros anos, o

---

<sup>95</sup> A concorrência para o arrendamento da sala do Theatro Municipal foi vencida pela empresa Galotti, Santamarina & Companhia, já em novembro de 1914. A concorrência para o arrendamento dos bares do Theatro Municipal foi vencida por Antônio Balestrim, Francisco Galotti e Hermeto Piocchi (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 109). O arrendamento da sala, em 1914, está presente nas páginas do periódico *O Município* e foram brevemente listados por nós em tabela própria em nosso subcapítulo seguinte a este, que trata especificamente das informações sobre usos e funções do Theatro Municipal de São João da Boa Vista a partir dos periódicos *O Município* e *A Cidade de São João*. Nestas tabelas, organizadas por ano, percebemos que o arrendamento da sala e bares acabou se tornando prática comum nos primeiros anos de funcionamento do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.

arrendamento é uma realidade. Já em setembro de 1914, antes de sua inauguração, segundo Menezes (2014), há o arrendamento das operações à Empresa Galotti, Santamarina & Comp. A mesma autora aponta que em 1915, no mês de novembro, os dois bares do Theatro Municipal foram arrendados por Antônio Luiz de Castro e, logo depois, por Ângelo Pires Cardoso. Em novembro de 1916, arrendou-se o Theatro Municipal para a Empresa Cinematographica São-Joanense Filardi & Companhia. Em maio de 1918, a Empresa Cinematographica São-Joanense Filardi & Companhia inicia sociedade com Ermete Plocchi e Antônio Balestrin (proprietários do cinema Ideal). Novamente, em novembro de 1918, a Empresa Cinematographica São-Joanense Filardi & Companhia venceu o edital de arrendamento.

Ainda em setembro de 1918, a diretoria da CTS, a partir de decisão de assembleia acionária, decide não mais abrir concorrência para arrendamentos a partir de 1919, sendo que “a partir de então passaria a funcionar com gerentes. A 1ª gerência ficou a cargo do Capitão João Jacinto Pereira Júnior, e sub-gerência de Francisco Galotti” (MENEZES, 2014 : 254). A desistência em arrendar o teatro talvez possa ser explicada da seguinte forma: após os primeiros anos, a CTS, provavelmente vendo o negócio prosperar e tornando-se viável, decide assumir operacionalmente a casa, não abrindo edital de arrendamento em 1919. Provavelmente a tentativa não prosperou e a CTS voltou ao arrendamento da operação da casa de espetáculos. Em 1921 a CTS arrenda as operações para a Empresa Sanjoanense de Diversões, que acumula as operações do Theatro Municipal e do Cine Guarany (em 01/04/1922, o Jornal *O Município* noticia a retirada de alguns sócios da Empresa Sanjoanense de Diversões, sendo sua sucessora a Empresa Sousa e Godoy). Em 1923 é a Empresa Sousa e Godoy quem arremata o contrato, sendo a mesma a vencer o edital de dezembro de 1925, oferecendo os 52 contos de réis.

Ao longo do tempo, é interessante notar, a partir dos nomes dos arrendatários, uma presença marcante de imigrantes, sobretudo italianos – essa tendência é vista também na capital paulista<sup>96</sup>. Podemos, ainda, atentar para o fato de que em São João da Boa Vista dos anos de 1920 havia uma espécie de monopólio do entretenimento exercido pelas mesmas empresas que arrendam o Theatro Municipal e o Cine Guarany.

---

<sup>96</sup> Segundo Moraes (2014), ao tratar da concorrência entre empresas de cinema a partir da década de 1910 na capital paulista, afirma que “(...) boa parte dos empresários vinha de grupos imigrantes, a grande maioria era de origem italiana” (MORAES, 2014 : 153).

Sobre os arrendamentos, conclui-se que, ao construir um teatro, a Companhia Theatral Sanjoanense buscou evitar na maior parte do tempo os diversos riscos que a operação de uma casa de espetáculos do interior paulista (mesmo que numa cidade em franca expansão demográfica e econômica) podia oferecer. Além dos altos custos financeiros para se trazer companhias teatrais de qualidade, havia ainda o ônus simbólico de se assumir a operação do empreendimento e acumular baixos números de público, de rentabilidade e de aprovação por parte dos acionistas e até mesmo dos habitantes da cidade. Desse modo, arrendar o espaço serviu em grande parte para “blindar” a CTS de críticas quanto aos possíveis insucessos de espetáculos lá apresentados<sup>97</sup>, além de oferecer aos acionistas um mínimo confiável de rentabilidade em suas ações, sem correr os conhecidos riscos de uma má administração, uma vez que, como já apontado, nenhum acionista tinha relação direta com atividades de entretenimento, se dedicando à atividades econômicas alheias ao ramo de atuação de um teatro.

Outra questão que se relaciona às dificuldades financeiras iniciais é o do adiamento de inauguração da casa de espetáculos. A CTS determinaria, ao contrário do noticiado em 20 de dezembro de 1913, a inauguração do espaço não para julho de 1914, mas para outubro daquele ano – uma prorrogação de quatro meses em relação ao previsto anteriormente. Esse adiamento provavelmente causou uma má impressão – passageira, porém existente – tanto nos acionistas quanto na população em geral, levando até mesmo o periódico *O Município* a criticar a direção técnica da construção no tocante à possíveis erros de projeto ou execução. Cerca de duas semanas após a publicação da crônica de crítica à qualidade dos trabalhos no edifício, realizados os devidos “esclarecimentos” ao editor, nota-se a mudança de tom do jornal nesta crônica, que passa a louvar os esforços de construção daquele espaço. No Anexo D (p.683) estão as Fotografias 63 e 64 que dizem respeito às duas crônicas do periódico, a primeira em 21 fevereiro de 1914<sup>98</sup> e a segunda em 08 de março de 1914<sup>99</sup>:

---

<sup>97</sup> Segundo Moraes (2013), no que se refere aos arrendamentos de teatros na capital paulista, “ao que tudo indica, os proprietários teriam pouco, ou mesmo nenhum, poder na administração de seus teatros, após o arrendamento para os empresários” (MORAES, 2013 : 151). No que se refere ao Teatro Municipal, a CTS parece ter responsabilidades apenas nas questões físicas do edifício (conservação, por exemplo), enquanto que as críticas às atrações (qualidade de filmes e apresentações) são majoritariamente endereçadas às empresas que arrendam da CTS a operação.

<sup>98</sup> Imagem do Acervo “JOM 1914 – IMG\_7143” deste levantamento.

<sup>99</sup> Imagem do Acervo “JOM 1914 – IMG\_7155” deste levantamento.

**O Novo Theatro – 21/02/1914**

O novo Theatro, de propriedade da Cia. Theatral Sanjoanense, tem caguira... Há mezes a arcada da *bocca de scena*... curvou-se ante o Brazil e, somente após este fracasso, foi encontrado o meio de mante-la firme. Agora é a parede do fundo que se fende...

Pelas columnas deste jornal temos applaudido freneticamente a iniciativa da Cia., mas, falemos francamente, a Cia. tem a extrema necessidade de por à testa do serviço outro engenheiro mais competente. Aproveitamos a ocasião para chamarmos a atenção para o telhado, cuja sina é desabar... brevemente.

**NOTICIÁRIO 08/03/1914**

**O NOVO THEATRO**

Em nosso penúltimo número, noticiamos que o novo Theatro se achava fundido na parede do fundo. A informação, dada a nossa reportagem, partiu de origem reputada, segura e, por isso, damos crédito. Essa notícia, dada com toda a boa-fé, insultou a muita gente, si bem que nosso desejo não foi melindrar pessoa alguma. Antes, porém, de publica-la ouvimos a opinião de competente profissional, que nos declarou ter visitado, há um certo tempo, e descobriu uns *senões* na armação de ferro, que aguenta todo o peso do theatro.

Somente depois de muitos dias que tivemos tempos para visitarmos o theatro, onde encontramos o sr. Lausac, encarregado da fiscalisação geral das obras, e diversos membros da Directoria da Cia. Theatral Sanjoanense, que nos receberam muito gentilmente. Examinamos a construção e, felizmente, a parede do fundo não apresentava anormalidade; pudemos verificar, então, a solidez dos alicerces, sobre os quaes se apoia esse colossal macisso.

O Sr. Major Evangelista mostrou-nos duas fendas, sendo uma em cada parede lateral e demonstrou que estas não prejudicam a solidez do edifício, porque não partem dos alicerces.

O sr. Lausac levou-nos até o telhado e fez questão que examinássemos a disposição dos suportes, reforçados á madeira.

De construcções, mal entendemos... o francez e, acreditando piamente na autorisada opinião do sr. Lausac, e major Evangelista, que nenhum interesse tem em encobrir a verdade, retificamos parte da nossa última notícia. Dizemos *parte* porque havia de facto, fendas. Erramos apenas o número e os lugares. Dizemos *parte* porque attribuímos esse facto e o outro do abatimento da arcada da *bocca de scena* á incompetência do engenheiro que, muito logicamente, supúnhamos dirigir as obras. Não há engenheiro algum dirigindo o serviço, que é feito sob a directa responsabilidade do sr. Lausac.

As fendas existentes não offerecerem o mínimo perigo e são facilmente reparáveis.

Da nossa parte houve, portanto, apenas um simples engano de informações e não falta de critério. Destas columnas não temos poupado francos applausos a essa empresa, que, nesta cidade, é de arrojo *yankee*, e não seremos capazes de desmoralizar os constructores, concorrendo para o descredito da Directoria e da Companhia.

O nosso prazer é que vinguem nesta cidade todas as grandes e nobres iniciativas, e que se acabe de uma vez, com a célebre lenda da *caveira de burro*...

Podemos considerar que a família Lümann, detentora de ações da CTS e proprietária do periódico que dá voz às críticas quanto à qualidade dos trabalhos de construção do edifício, usa seu jornal para pressionar da Directoria da CTS uma posição no que se referia à conclusão das obras. Assim, a posição crítica da primeira crônica, muito mais interessante que aquela segunda crônica, reforça a ideia de que aquele espaço

era de um investimento para seus acionistas e que, a partir do adiamento de prazos de inauguração em cerca de quatro meses, levaria a um prejuízo ou, pelo menos, à falta de retorno financeiro no tempo esperado. Adiado-se em quatro meses o prazo de inauguração, adiou-se em quatro meses os retornos financeiros prometidos pela CTS. Ainda no aspecto do adiamento de prazo, podemos pensar até onde ele influencia no abandono por parte de alguns acionistas da cotização da CTS: num período entre maio e julho de 1913, 1 acionista transferiu suas ações<sup>100</sup> e 4 desistiram<sup>101</sup> de seus ativos.

De todo o exposto, nota-se, portanto, que a construção foi extremamente onerosa à Companhia Theatral Sanjoanense. De fato, como Menezes (2014) sabiamente aponta, o “calcanhar-de-Aquiles” do empreendimento foi seu alto custo inicial<sup>102</sup> e, obviamente, o custo de manutenção daquele espaço. Este custo operacional seria muito elevado e as Diretorias daqueles primeiros anos de funcionamento do Theatro Municipal decidiram, em vista de racionalizar os custos, transferir as operações a terceiros por meio de arrendamentos, como anteriormente citamos.

### *II. 3. 2. As características físicas de um edifício tradicional e moderno.*

O projeto de construção, apresentado na abertura deste subcapítulo, mostra um edifício moderno e de grandes proporções. No que se refere à sua capacidade, o autor da crônica de lançamento da pedra fundamental do Theatro Municipal em 13 de maio de 1913, afirma que na galeria e plateia somadas haveria capacidade para 980 espectadores, sem levar em consideração as 22 frisas e os 30 camarotes, que, multiplicadas pela capacidade média de uma frisa e camarote pequenos, de 4 lugares cada, como é o nosso caso, outros 208 espectadores poderiam ser acomodados em suas frisas e camarotes,

---

<sup>100</sup> Em 06/04/1913 o próprio diretor-gerente Major José Evangelista de Almeida transfere suas ações à CTS. Sua falta na inauguração do Theatro Municipal é justificada por Mattos Júnior (2000), que aponta que “[no camarote ocupado pela Diretoria da CTS] não se notava a presença do idealizador e dinâmico empreendedor José Evangelista de Almeida, que, por motivos profissionais, se tinha transferido para Santos. Suas despedidas de S. João se tinham tornado públicas em 20 de junho de 1913, quando ‘O Município’ acrescentou que ‘esta cidade deve muito ao major José Evangelista de Almeida, o iniciador das obras do novo teatro, da reforma da Igreja e das pomposas festas de São João’ (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 109).

<sup>101</sup> Desistiram das ações, sem justificativa apresentada: Carlos Kiellander, em 06/05/1913; Hygino Sottano, em 22/05/1913; e Leôncio de Oliveira, em 09/07/1913. Com justificativa apresentada de mudança, desistiu de suas ações o acionista Albertino Rocha, em 16/05/1913 (VER Apêndice A, Tabela 2, p.356).

<sup>102</sup> No Documento Escrito 4 (Anexo C (p.633-635) transcrevemos as atas retiradas do Livro De Actas da Companhia Theatral Sanjoanense e lá podemos ver sugestões, para contenção de gastos, de modificações no projeto, como a diminuição do edifício e a substituição de materiais e métodos de construção por alternativas de menor custo.

perfazendo um mínimo de 1.188 lugares<sup>103</sup>. É um número elevado para a população sanjoanense, e, nesse aspecto, tecemos algumas considerações sobre o possível motivo de construir tão grande teatro em São João da boa Vista. Tais considerações se encontram em estudo incidental específico (APÊNDICE B, p.547-550).

Nota-se, ainda na questão dos lugares, uma característica setorizada e com clara distinção de poder aquisitivo dos públicos a partir da ocupação de seus lugares e do preço dos mesmos como era habitual nesse tipo de casa de espetáculos. Nesse aspecto, uma das mais interessantes características arquitetônicas do Theatro Municipal sanjoanense é o formato de sua sala, com uma curvatura “em ferradura” e possuindo palco italiano<sup>104</sup>. Espaço altamente hierarquizado, são interessantes as considerações de Masseran (2012) sobre o tema:

não é segredo para ninguém, com efeito, que a sala italiana é o espelho de uma hierarquia social. Que a qualidade desigual das localidades, quer se trate da visibilidade, da acústica ou do conforto, não deriva de uma impossibilidade técnica: ela reproduz uma ordem da qual não convém que o pequeno comerciante se beneficie das mesmas facilidades que o príncipe. Da qual convém que o rico seja favorecido em relação ao menos rico. Uma pessoa vista na frisa central e uma outra vista num camarote lateral do terceiro balcão não estão situadas exatamente num mesmo nível social (...) [a sala italiana] perduraria pelo menos até o período do entre guerras (...) (MASSERAN, 2012 : 45/46, grifo nosso).

Neste sentido, é de se esperar que o Theatro Municipal apresente em sua estrutura uma setorização de lugares, onde cada indivíduo inserido numa determinada classe tinha e sabia seus respectivos lugares. Isto não significa uma posição pessoal do projetista, ou do encomendante (no caso a CTS) ou dos acionistas da CTS, mas sim uma forma, um modelo, que se mantinha e que era aceitável nas configurações das salas de espetáculo até o Entre Guerras, assim como aponta Masseran (2012). Esta hierarquização e diferenciação de lugares estavam presentes num restaurante, numa praça, num trem, numa

---

<sup>103</sup> As informações nos Anuários Estatístico são conflitantes. Nos anuários de 1914 e 1916, apontam-se 1.365 lugares; no anuário de 1919, o número salta para 1.500 lugares; no estatístico de 1920, vê-se apenas 700 lugares. Como não há concordância entre os números apontados e nem mesmo quaisquer informações sobre o número de lugares existentes nem na bibliografia consultada nem nos periódicos, apresentamos um número mínimo de 1.188 lugares a partir de cálculos levando em consideração a presença de 4 cadeiras em cada frisa e em cada camarote.

<sup>104</sup> “Palco retangular em forma de caixa aberta na parte voltada para a plateia. É provido de moldura, ou seja, boca de cena, que define aquilo que é chamado de quarta parede. Geralmente definido por vestimenta cênica, como pernas laterais, bambolinas ao alto e rotundas ao fundo. Normalmente tem cortina de boca que divide o palco e o proscênio, que é um avanço da boca de cena para a plateia. É o mais conhecido e usado no Brasil, sendo o que define aquilo que chamamos de Teatro Italiano” (SERRONI, 2002 : 340)

igreja etc., onde os melhores lugares eram reservados àqueles homens e mulheres que ocupavam o topo da pirâmide social. Essa setorização se dava inevitavelmente no seu teatro, na hierarquização e na divisão de espaços conforme seu poder econômico (e prestígio social) e em seu direito de fruí-los, potencializada pela configuração da sala, que não servia apenas como local de entretenimento, mas como uma vitrine social e local privilegiado de sociabilidade.

Podemos pensar que a lógica daquela sociedade, do ver e ser visto, dos grandes monumentos, da elegância das roupas, do refinamento dos gostos e gestos demandava e justificava um teatro no interior de São Paulo tão setorizado e de viés tão elitista quanto um Teatro Municipal de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Buenos Aires, de Paris, de Milão<sup>105</sup> etc. Assim, no modelo de sala italiana, “difícilmente a burguesia afronta a cena, isto é, não se posiciona frontalmente ao palco, preferindo aquela contradição angular dos camarotes, dispostos concentricamente ao redor da sala de espetáculos, mas com as divisórias, entre um e outro camarote, voltadas ao palco: ela volta sobre si mesma.” (MASSERAN, 2012 : 175).

Desse modo, o Theatro Municipal sanjoanense era composto de 4 níveis de lugares para 4 níveis sociais distintos: os piores lugares, na ampla galeria do 2º piso, de onde se ouvia e se via de forma reduzida, era ocupada pelos espectadores de menor poder aquisitivo; no 1º piso, os camarotes, muito confortáveis, eram os locais de destaque da sala e ocupados pela elite; no térreo, elevado em relação à plateia, as frisas, também muito confortáveis e reservados às elites; e, por fim, abaixo das frisas está a plateia, que partilhava com a galeria uma ocupação mais voltada aos indivíduos de menor poder aquisitivo. Nesta divisão, os sons, as imagens, o prestígio e os custos se alteram drasticamente, se elevam ou se rebaixam, na mesma razão que os cotovelos e braços se encontram ou não com os dos vizinhos de cadeira ao assistirem um espetáculo<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Aproximações e distanciamentos com outros teatros brasileiros do período podem ser vistos no Estudo Incidental “Símbolos de riqueza e modernidade: outras casas de espetáculos em São Paulo, Rio De Janeiro e Pará” (APÊNDICE B, p.551-569) desta dissertação.

<sup>106</sup> “A distribuição dos níveis sobrepostos de balcões, as chamadas ‘localidades’, no vão livre do auditório ocorreu, de certo modo, em conformidade às condições visuais e acústicas dos diversos posicionamentos possíveis para o espectador dentro da sala. Desse modo, quem estivesse muito acima do nível do palco teria seu campo visual e acústico reduzido e prejudicado, da mesma maneira que uma pessoa localizada pouco acima, frontalmente ao palco ocuparia uma posição privilegiada frente à cena. Verifica-se, então, a ocorrência de posições melhores e outras piores na configuração formal da sala. E, certamente, os melhores lugares eram destinados a elite” (MASSERAN, 2012 : 210).

Essa diferença entre os lugares pode ser comprovada pela diferença de preços nos ingressos e, para o caso sanjoanense, o balancete de prestação de contas do montante arrecadado num festival em benefício da Cruz Vermelha Italiana, em 27 de maio de 1916, serve de parâmetro para determinar tais diferenças:

**Fotografia 65: Diferença de preços praticados no Theatro Municipal em maio de 1916.**

<b>Balancete</b>		
Do espectáculo realizado no Theatro Municipal, quinta feira, em benefício da Cruz Vermelha Italiana.		
2	Frizas a 6\$000	12\$000
6	Camarotes a 5\$000	30\$000
143	Cadeiras a 1\$000	143\$000
24	Geraes a \$500	12\$000
	Baul	4\$100
		201\$100
	Por conta da Empresa	100\$000
	Saldo a favor do Comitato	101\$100

Fonte: Arquivo Jornal *O Município* (2017).

As “geraes” (galeria) eram vendidas a \$500, a plateia (cadeiras) a 1\$000, os camarotes a 5\$000 e as frisas a 6\$000, o que significa que o valor<sup>107</sup> de um camarote comprava 10 lugares nas galerias e 5 na plateia, enquanto que de uma frisa comprava 12 lugares nas galerias e 6 na plateia. Levando-se em consideração que tanto as frisas quanto os camarotes eram compostos em média de 4 lugares cada um, vemos que uma família que pagava uma frisa poderia assistir a 3 espetáculos com estes mesmos valores se optasse pela galeria ou a 2 espetáculos com estes mesmos valores na plateia.

Mesmo não possuindo material suficiente para análises sobre o preço dos ingressos ao longo do tempo aqui estudado, consideramos que o balancete reproduzido aqui garante pelo menos uma média de preços praticados (já que por ser um festival beneficente, tende a ser mais caro que o ingresso de uma sessão de cinema comum e bem mais barato que o ingresso de uma peça encenada por companhias conhecidas da época) e subsidia-nos na conclusão de que dentro do teatro, diferentes públicos se uniam para assistir ao mesmo espetáculo, porém com condições diversas de fruição pelas características heterogêneas da sala em relação à visão e à audição em seus diferentes

<sup>107</sup> Os valores, quando comparados à lista de preços do Mercado Municipal, em dezembro de 1917, presente no Apêndice B (Fotografia 77, p.576), equivalem a: 1kg de cebolas (gerais), 10 litros de farinha de milho (plateia), 10 litros de arroz agulha “bom” (frisas) e a 5Kg de café em pó “especial” (camarotes).



pontos. Assim, cristaliza-se uma fruição desigual, motivada por ocupações distintas, a partir de preços distintos de lugares dentro da sala de espetáculos, onde as desigualdades da sociedade são ressaltadas, inclusive dentro de um espaço de entretenimento<sup>108</sup>, jamais desvinculado de seu tempo e lugar.

Outro interessante ponto daquela crônica sobre o lançamento da pedra fundamental se constitui na presença de tecnologias de exibição da época, sendo o Theatro Municipal, já em seu projeto, equipado com aparelhos de cinematógrafos<sup>109</sup>. Isso significa que desde a sua concepção enquanto ideia de espaço de entretenimento, o seu uso enquanto cinema estava previsto. De fato, ser cinema mais do que foi teatro é uma característica que iremos abordar mais à frente, em subcapítulo próprio.

Ao lado das dilatadas dimensões e capacidade do edifício e da sua disposição interna bastante tradicional, a presença de certos elementos estruturais e tecnologias faziam-no ser impressionantemente moderno. Aplicando ao Theatro de São João as considerações de Reis Filho (2000), podemos perceber as inovações construtivas mais aparentes que se encontravam no edifício: a utilização de alvenaria e cal, que proporcionaria uma parede com largura uniforme e a possibilidade de dotar o edifício com portas e janelas<sup>110</sup> de produção mecanizada; as estruturas do telhado, que empregavam telhas de barro, indicando maior precisão de encaixe; e a presença de platibandas, que ocultavam os telhados, dando um aspecto mais imponente à estrutura. Sobre o aspecto da última, Lemos (1987) pontua a presença, nos telhados, de

telhas planas ditas de Marselha. E as indefectíveis platibandas. Platibandas trabalhadas de variadíssimas maneiras, mas sempre obedientes aos modelos eruditos copiados de álbuns e manuais importados. Sempre arrematadas por

---

<sup>108</sup> Não deixa de ser interessante pensar que esses teatros, principalmente os de programações múltiplas como o Theatro Municipal, mesmo sendo excludentes em sua estrutura e política de preços de lugares, de certa forma eram democráticos em suas ofertas e, assim, abrangendo diversos grupos de espectadores.

<sup>109</sup> “O cinema, em dinâmico processo de evolução técnica, ganhou espaços especiais, liberando-se dos antigos teatros; disto redundou, num primeiro momento, a edificação de cineteatros, ou seja, ambientes múltiplos, ansiosamente apropriados para espetáculos teatrais, mas que ainda mantinham a tipologia específica da arquitetura teatral (...) E os espetáculos líricos e dramáticos, balés e de música erudita, ficaram resguardadas nos teatros oficiais, reduto da aristocracia rural e da emergente burguesia industrial e comercial, proporcionada pelo incipiente processo de industrialização por que passava o país, e mais agudamente São Paulo, a partir do início do século XX” (MASSERAN, 2012 : 126).

<sup>110</sup> As vidraças das janelas ainda seriam externas e “as portas eram geralmente de duas folhas, com três almofadas cada uma (...) os batentes, nas portas de entrada, eram muitas vezes assentados sobre supedâneos de pedra, com proteção contra a infiltração e o desgaste da soda com que eram gravados normalmente os pisos” (REIS FILHO, 2000 : 163).

ânforas, taças, vasos, bustos, estátuas alegóricas, palmas, cachorros ou leões, tudo isso de porcelanas portuguesas, de cerâmicas europeias ou daqui mesmo ou de cimento moldado que oficinas da própria cidade ofereciam (LEMOS, 1987 : 81).

Mais à frente, neste mesmo subcapítulo, veremos em imagem a presença de platibandas no Theatro Municipal, justamente arrematadas por vasos e uma estátua de uma águia de asas abertas e moldadas em cimento, encobrindo um telhado com tesouras de metal europeu e telhas de Marselha. Além desses elementos construtivos, haveria ainda, segundo Reis Filho (2000), a introdução dos banheiros nos projetos, o que denotaria uma preocupação sanitária muito em voga no período.

Nas análises do mesmo autor, percebemos o crescimento da importância das luminárias, onde “instalavam-se estatuetas com funções de abajur e, em toda a parte, globos, mangas de cristal ou vidros coloridos tornaram-se um traço constante na arquitetura de interiores” (REIS FILHO, 2000 : 164). De fato, a iluminação do edifício seria de grande interesse numa construção que se prestava ao papel de símbolo da modernidade em São João da Boa Vista e, neste sentido, podemos supor que não é por acaso que a quantidade de lâmpadas à eletricidade que o Theatro Municipal de São João da Boa Vista possuía, aparece discriminada no *Anuario Estatístico de São Paulo – Movimento da População e Estatística Moral* dos anos de 1914 a 1920. Nas publicações entre os anos de 1914 e 1920, os anuários indicam que o Theatro Municipal era iluminado por 250 lâmpadas à eletricidade em 1914 – número que se repete nos anuários de 1916, 1919 e 1920<sup>111</sup>. Para efeito de comparação, o Teatro Municipal de São Paulo era iluminado por 2.300 lâmpadas elétricas, conforme registrado nos anuários consultados.

Reis Filho (2000) também faz considerações sobre outras características das construções do período em que o Theatro Municipal foi construído:

as mudanças socioeconômicas e tecnológicas ocorridas durante a segunda metade do século XIX implicaram, ao Brasil, em profunda transformações e nos modos de habitar e construir. As novas condições de transporte, criadas com a instalação das ferrovias e linhas de navegação fluvial, vieram permitir o aparecimento de um fenômeno completamente novo na arquitetura: os edifícios importados, produzidos pela indústria. Fabricados nos países europeus, vinham desmontados, em partes, nos porões dos navios. A importação era completa, pois compreendiam de estruturas e vedações até

---

<sup>111</sup> Os anuários de 1919 e 1920 trazem as seguintes informações: 250 lâmpadas elétricas, receita de 84 contos de réis, despesas de 72 contos de réis e saldo de 12 contos de réis, ainda apresentando 12 empregados que trabalhavam no Theatro Municipal.

coberturas, escadas e peças de acabamento, que eram aqui montadas, conforme as instruções e desenhos que as acompanhavam (...) As peças, numeradas, facilitavam a montagem, tornando a mais rápida e dispensavam em parte a mão de obra especializada no local (...) As ferrovias traziam, portanto, sobre o seus trilhos, novos recursos de construção, mas sobretudo uma nova maneira de construir (...) novas soluções arquitetônicas e construtivas eram assim difundidas pelo interior, influenciando sobre vários aspectos na arquitetura (...) a técnica era importada com os materiais (REIS FILHO, 2000 : 156/157).

No caso sanjoanense, todo o material importado cortou o Atlântico até chegar ao Porto de Santos, de onde foi embarcado num trem que subiu a Serra do Mar, passou pelo Planalto do Piratininga e, demoradamente, por entre cafezais, rios e planícies até chegar ao sopé da Serra da Mantiqueira, onde seria montado por um imigrante espanhol de sobrenome Lansac a partir do projeto de um italiano chamado Giuseppe Pucci – aporuguesado para José. Neste percurso, feito pelo ferro fundido na forma de tesouras, pilares aparentes e outros elementos estruturais<sup>112</sup>, percebemos ser praticamente o mesmo feito pelo imigrante europeu, que também por aqui chegava a partir da locomotiva, símbolo máximo do salto produtivo da economia movida pelo café daquele período. Tanto as técnicas quanto os materiais e o imigrante seriam assimilados na cidade sanjoanense como poderosos elementos constitutivos, seja da estrutura física do edifício, seja da estrutura cultural, econômica e social da cidade.

Nesse aspecto, um ponto interessante que percebemos nas crônicas da imprensa sanjoanense àquela época é a presença de profissionais de fora da cidade e imigrantes residentes na cidade na construção do Theatro Municipal. São estes profissionais os já citados José Pucci, de origem italiana e responsável pelo projeto arquitetônico e Antônio Lansac, de origem espanhola, responsável técnico pela montagem das estruturas importadas e pela construção do edifício; além deles, figura Antenor de Almeida, sem origem especificada, responsável pela pintura e decoração interna do edifício e o Professor Ettore Adriano Fabri, de origem italiana, responsável pela pintura do medalhão de Carlos Gomes acima do arco do proscênio. J. Pucci se tornou célebre na cidade

---

<sup>112</sup> Segundo Menezes (2014), toda a estrutura metálica do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, “que compreendia a sustentação dos mezaninos, as tesouras do telhado e pilares aparentes (...) foram pré-fabricados e numerados na Bélgica (...)” (MENEZES, 2014 : 40). Já Maria Luiza Tucci informa que “(...) a estrutura metálica e o cimento utilizados vieram da Alemanha, e as telhas, de Marselha (França), e a mão-de-obra especializada era estrangeira (...)” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 39). Sobre essa estrutura, o antigo proprietário, Dr. Oliveira Neto, aponta que “se tirarmos os tijolos, madeiras, ficará de pé um esqueleto de trilhos de ferro, a vigorosa estrutura do prédio em forma de ferradura” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 39).

justamente pelo Theatro Municipal, mas também sem qualquer relação com outras obras de engenharia na cidade. Já Lansac, residente em São João da Boa Vista, tem sua biografia repleta de referências a obras executadas na cidade, porém não constam quaisquer informações sobre as vidas ou obras de Fabri e Almeida<sup>113</sup>. Quanto aos dois pintores, não há menção às suas obras fora de São João da Boa Vista e até este momento não se tinha conhecimento da autoria dos trabalhos de pintura do edifício e do medalhão na bibliografia consultada.

Nas páginas do jornal *O Município*, o destaque ficaria para o pintor Professor Fabri, uma vez que o referido jornal faz questão de publicar uma carta do mesmo, dando o artigo grande destaque às credenciais do pintor do medalhão, que é um “conceituado pintor acadêmico” e “professor”, indicando altíssima especialização do indivíduo e notório domínio da técnica. Já a nota sobre Antenor de Almeida é bem mais breve, porém também lisonjeira. Abaixo, a nota sobre as decorações internas e pintura do edifício por Antenor de Almeida, de 11 de abril de 1914<sup>114</sup>, e a carta e nota sobre Ettore Adriano Fabri, ambos no Jornal *O Município*, em 18 de abril de 1914<sup>115</sup> (Fotografias 66 e 67 – ANEXO D, p.685):

**O Novo Theatro**

Estão quasi terminados os serviços de pintura e decoração interna do theatro, executados pelo hábil artista Antenor de Almeida

**O Novo Theatro**

Do conceituado pintor acadêmico prof. Ettore Adriano Fabri, recebemos a seguinte carta, que publicamos: “São João da Boa Vista, 14 de Aprile de 1914. Onorevole Redazione del giornale ‘O Município’. Leggo nel numero ultimo del pregiato suo Gionarle um articolo sui lavori del Teatro nuovo, e va benutto. Solo che me permetto farle osservare che come loveri di pittura ornamentale ne esiste, fino ad ora, uno solo e questo con suo permesso lo fato io, tanto per la veritá delle cose. Scusi e mi creda intanto, cola piú distinta osservanza.

Devotmo.

Prof. Ettore Fabri”

Gratos estamos ao nosso amigo Prof. Ettore pelo facto de dirigir-se directmente a esta redacção, que está sempre prompta a trabalhar para a “verdade das cousas”.

Iamos, contudo, noticiar neste número que o illustre e conhecido artista tinha executado a pintura do retrato do maestro Carlos Gomes na parte superior do proscênio. No entanto, para maior valor, ahí fica registrada a sua carta.

Approveitamos-nos do ensejo para informar nossos leitores, as geraes, camarotes e frizas já se acham completamente instalados, apresentando um bonito aspecto. Já foi encetada a construcção do palco e da plateia, que, até a fim deste mez, estarão concluídas. Além disso, está o Theatro munido de aparelhos contra incêndio, nos geraes, frizas e caixa.

<sup>113</sup> Utilizamos ferramentas de busca em sítios da internet, inclusive com adaptações de grafias de nomes. As buscas foram infrutíferas para Antenor de Almeida e Ettore Adriano Fabri.

<sup>114</sup> Imagem do Acervo “JOM 1914 – IMG\_7167” deste levantamento.

<sup>115</sup> Imagem do Acervo “JOM 1914 – IMG\_7169” deste levantamento.

Assim, seja nas técnicas construtivas, nos materiais utilizados ou nos profissionais empregados, a presença do “moderno” e do “importado” eram marcantes e constituíram a regra daquela sociedade do início do século. Aliada a esses elementos importados e às novas técnicas de edificação, sua arquitetura eclética, que busca elementos de diferentes períodos, representaria mais que tudo a fusão de culturas que tanto caracterizou aquele período.

### II. 3. 3. *A linguagem de sua arquitetura: um Theatro Municipal eclético.*

A partir de Reis Filho (2000), pudemos pensar em como o mundo *Belle Époque* cosmopolita já estava integrado grandemente e como uma simples construção se transforma numa alegoria de toda uma época. No caso do teatro sanjoanense, sua fachada apresenta uma arquitetura eclética com marcantes elementos barrocos e clássicos, conjuntamente ao uso de motivos florais em ferro fundido típicos do *Art Nouveau*<sup>116</sup>, ou a uma leitura dele, dada a liberdade aos cânones acadêmicos. Já em sua estrutura, vemos o progresso nas técnicas construtivas, com a possibilidade de construção de enormes edifícios<sup>117</sup> com altos pés-direitos apenas com alvenaria e estruturas de ferro fundido. Podemos pensar, aqui, na junção entre tradição e modernidade, entre aquilo que merece ficar e aquilo que é necessário incorporar.

Nesse contexto, vemos que o café que em São João da Boa Vista foi produzido e na Europa consumido geraria as divisas necessárias à importação de artigos europeus tais como aqueles em ferro fundido importados e utilizados em novas e tão modernas construções, introduzindo tecnologias construtivas europeias e fazendo com que se entranhasse esta noção de modernidade nas terras sanjoanenses. A grandeza do espaço, a

---

<sup>116</sup> “O *Art Nouveau* surgia com outra gramática e outro léxico, embora a simplicidade formal não fosse o seu forte. Foi uma novidade altamente inventiva e bem recebida. A verdade é que a enorme penetração dessa arte aqui entre nós não espantou a ninguém. Maçanetas, trincos, vidros lapidados, caixilhos, azulejos e ladrilhos, grades de ventilação de porões, guarda-corpos, grimpas, balaustradas etc. vinham da Europa para decorar as casas cujos interiores eram também formados de toda uma parafernália concebida na nova corrente” (LEMOS, 1987 : 86).

<sup>117</sup> “A característica morfológica [da cidade do século XIX, influenciada pelo urbanismo] foi o isolamento dos principais monumentos do passado (catedrais e palácios) que deviam dominar o espaço urbano reestruturado ao seu redor, e também o isolamento dos “novos monumentos”, os Ministérios, os Museus, os Teatros, etc. (...) [os monumentos] dominam a cena urbana, emergindo, não tanto em virtude do estilo ou da qualidade arquitetônica, como pela grandeza e pela exaltação das três dimensões” (PATETTA, 1987 : 23). Mesmo estando em um lote “encravado”, o Theatro Municipal se destacava e se monumentalizava pela sua cor (em amarelo), pelas suas dimensões e pela ornamentação de sua fachada, com cor (em branco) diferente do restante daquela.

eloquência de sua fachada, as lâmpadas, o ferro, o estuque, as altas paredes de alvenaria e o mármore são todos elementos físicos, palpáveis, que servem de base, assim como a cantaria para as paredes de tijolos, para um sentimento cosmopolita sanjoanense típico daquele período.

*Importar*<sup>118</sup> então, seria importante, talvez a forma mais rápida em se pensar cosmopolita, como se importando produtos e técnicas e estilos, essa sociedade pudesse se desvencilhar da condição de meros exportadores de commodities, numa região que dificilmente obteria qualquer sucesso econômico fora do ciclo do café naquele período<sup>119</sup>.

A discussão sobre o lugar da tradição no Ecletismo é uma das mais interessantes ideias que Fabris (1993) apresenta. Segundo a autora, o Ecletismo é um fenômeno mais vasto e que não se inscreve apenas nas fronteiras da Arquitetura, mas deve ser analisado sob a luz da interdisciplinaridade com a história das mentalidades, que estude o monumento não mais isolado, mas levando em consideração uma “concepção particular do espaço urbano, que deita raízes em ideais como magnificência, expressividade, monumentalidade e a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe” (FABRIS, 1993 : 135, grifo nosso). Podemos pensar, neste aspecto, que todo o trabalho de construção e remodelação arquitetônica sanjoanense com bases numa arquitetura eclética advém desse desejo de glorificação de uma modernidade conduzida por grupos bem delineados de cidadãos que, direta ou indiretamente, dependiam do comércio agroexportador.

---

<sup>118</sup> “Com a prosperidade do café chegaram os novos costumes. Os hábitos das camadas mais abastadas tornaram-se aristocratizados e perderam a antiga simplicidade. Para uso dessas, foram importados produtos europeus de toda ordem, que incluíam desde piano de cauda, vestuário, louças e cristais, até presunto, manteiga e água mineral. Para fins utilitários ou puramente culturais, importavam-se arquitetos, músicos, edifícios pré-fabricados e, às vezes, pintores europeus para decorar as construções. As casas rurais e como as urbanas, as matrizes como as capelas, as roupas, as carruagens, os oratórios, as imagens, móveis, as louças e todas as demais manifestações culturais sob influência da Europa e da corte do Rio de Janeiro, que as estradas de ferro e os navios tornava mais próximos, assumiram padrões excepcionais de refinamento e revelavam o desejo inconsciente de igualar modelos europeus” (REIS FILHO, 2000 : 202).

<sup>119</sup> “País mestiço que se sonha branco, país que começa a experimentar o processo industrial e já se crê plenamente moderno, o Brasil de fins do século XIX deseja romper de vez com o estatuto colonial, projetando-se integralmente num modelo econômico e cultural que lhe permitiria superar de imediato um passado com o qual não se identificava e que procura apagar, sem rodeios, como comprova a remodelação do Rio de Janeiro quando da construção da Avenida Central (...)” (FABRIS, 1993 : 137), e que podemos transferir para a abertura de avenidas, praças e a retificação de arruamentos e a construção de novos e belos edifícios em São João da Boa Vista. Neste sentido, as modificações urbanas e as adoções de um estilo novo de construção não estão apenas circunscritas à São Paulo, ou Rio de Janeiro, mas se espalha por todas aquelas localidades que se propõem a seguir este discurso de modernização.

Além disso, a autora ainda chama a atenção para o problema de tradição: enquanto a Europa olha para a sua tradição sem problemas e produz o Ecletismo, estilo próprio de uma modernidade e sem qualquer problema com o seu passado, no Brasil há uma situação completamente oposta. Há, pois, o rechaço completo da tradição, que é colonial, e não o diálogo com ela. Segundo Fabris (1993), a razão deste rechaço não reside apenas na presença maciça de imigrantes no país no final do século XIX, mas também nos gostos das elites dirigentes, que desejariam transportar para o Brasil os tipos e modelos que na Europa eram admirados, porém, este gosto não significa o mesmo que afirmar que aqui se produziu apenas imitação<sup>120</sup>, destituída de originalidade, do Ecletismo Europeu. Pelo contrário, devemos negar tal concepção, que recairia na “teoria da dependência”, e pensarmos nas

razões do "desejo de ser estrangeiro", daquela sede de cosmopolitismo que toma conta do Brasil sobretudo após o advento da República. Os lemas do Brasil republicano são progresso, indústria, capital, modernização. Neles inscreve-se uma noção de prosperidade que oblitera contrastes e conflitos, ao projetar nas criações culturais a vontade de mascarar ou cosmetizar as tensões que caracterizavam o período. Se esses são os pressupostos da noção de modernidade que se impõe no Brasil na virada do século, não cabe pensar num simples movimento mimético de caráter compensatório, nem na adoção pura e simples de um modelo cultural "inautêntico" porque a problemática é bem mais complexa (...)" (FABRIS, 1993 : 135/136, grifo nosso).

Dito isso, vemos que o aspecto<sup>121</sup> da construção inseriria, de uma vez por todas, o município de São João da Boa Vista num contexto de cosmopolitismo e modernidade. O

---

<sup>120</sup> “Nem imitação, nem submissão: Decididamente, havia uma conexão mútua, uma troca, e as pequenas localidades interioranas, antes rurais, tornaram-se partes do mundo civilizado, globalizado, do século XIX. Essa permuta recíproca não subentende, definitivamente, qualquer papel de submissão, de subordinação; não é possível entendê-la simplesmente como uma relação reduzida de direção unilateral, de lá para cá. As trocas eram ambivalentes, tudo que ia, voltava de algum modo, tanto para um quanto para o outro mundo. E as manifestações originadas aqui, não foram, numa leitura redutiva, a pura cópia de um modelo. Houve uma assimilação, houve a construção de outra situação, em todos os campos do conhecimento” (MASSERAN, 2012 : 236)

<sup>121</sup> Reis Filho (2000) situa o ecletismo para além de um mero estilo na fachada, mas também um *veículo* de aceitação de uma nova forma de construir, agora também regida pela indústria, com suas produções em série de elementos arquitetônicos: “(...) as paredes eram recobertas por decorações de massa, inspiradas no barroco francês e italiano, cuja superficialidade revelava a licença formal do ecletismo. Essa influência era observada também na crescente incorporação de elementos metálicos, produzidos pela indústria, portanto de origem mais recente, como arremates de cobertura ou elementos estruturais, cuja aceitação era facilitada pela onda de liberalismo estético (...) ressalvadas as restrições de gosto, é inegável que o ecletismo, manipulado pelos profissionais renovadores de seu tempo, apresentou-se durante a segunda metade do século XIX - e mesmo durante o início deste - como um veículo estético eficiente para a assimilação de inovações tecnológicas de importância aos padrões arquitetônicos já existentes, bem como um fator de dissolução dos limites mais rígidos desses mesmos padrões (...)” (REIS FILHO, 2000 : 178). Entre a ornamentação em estilos barroco e clássico, como é o caso do Theatro Municipal de São

Ecletismo, símbolo mais bem-acabado de toda a mistura de povos e realidades que aquela localidade via em seu interior, “(...) propunha a todos os sistemas um tratado de paz. Ele deveria conciliá-los, guardando deles aquilo que possuíssem de precioso, do mesmo modo que o governo representativo deveria ser um governo misto, que satisfizesse a todos os elementos da sociedade” (REIS FILHO, 2000 : 182). Ainda neste aspecto, devemos frisar que adotar as técnicas e os estilos<sup>122</sup> em voga na Europa não significava a cópia deles. Mesmo que o Theatro Municipal ostentasse motivos barrocos e clássicos típicos da arquitetura eclética misturados a elementos do *Art Nouveau*, ou que possuísse técnicas e elementos estruturais produzidos por uma indústria europeia em ascensão, ou que fosse de fato inspirado num teatro europeu, já se vê na sua fachada um diálogo entre o importado e o nacional, entre aquilo que vem de fora e que é “civilizado” e aquilo que vai para fora e se “civiliza”. Estamos falando principalmente dos quatro medalhões acima das quatro portas da fachada do edifício.

Os medalhões, um dos ornamentos da fachada, são as efígies de quatro grandes compositores de ópera, a nomear Wagner, Gounod, Verdi e o brasileiro Carlos Gomes<sup>123</sup>. Colocados todos no mesmo plano, significa que no mesmo nível de apresentação que ocupam os três mais famosos compositores europeus de ópera, há um brasileiro que também se notabilizou na Europa. A escolha desses compositores nos medalhões pode ser entendida como a representação daquele mundo cosmopolita que celebrava a

---

João da Boa Vista, e o emprego de tecnologias recentes de construção representava uma tentativa de conciliar o antigo com o novo. Se assim pudermos pensar, Lima (2008), em seu interessante artigo sobre a circulação de catálogos de tipos de ornamentos arquitetônicos, nos ajudaria neste aspecto ao afirmar que “o ornato funciona como o elemento capaz de conciliar a reprodutibilidade da escala industrial com o particular e singular da produção artística” (LIMA, 2008 : 163).

<sup>122</sup> É interessante frisar que o estilo e a localização contribuíam para a caracterização do espaço teatro, conforme aponta Masseran (2012): “A qualidade do edifício para o teatro, seja oficial – quando fruto da aspiração de uma elite, ou popular -, ou decorrente do anseio de um segmento social específico, era indicada principalmente, por dois fatores: a localização do edifício no meio urbano e sua caracterização arquitetônica. Certamente, um edifício constituído por elementos monumentalizantes e localizado junto ou próximo às instâncias do poder, caracterizar-se-ia como um espaço público oficial, elitizado; ao contrário, um edifício mais simples e localizado às margens da área central de uma cidade, pode ser considerado um teatro popular, marginal, utilizado por classes sociais mais baixas ou grupos segregados da sociedade. Há, portanto, uma relação entre a configuração arquitetônica e a localização, na trama urbana, do edifício para teatro, passível de identificá-lo, ou não, como marco referencial dentro de um determinado contexto urbano” (MASSERAN, 2012 : 178). Muito próximo da Câmara, do Fórum, da Catedral, das principais praças e ruas ocupadas pela elite cafeeira, o Theatro Municipal ostentava, além de sua localização, sua fachada eclética e moderna.

<sup>123</sup> A importância de Carlos Gomes é clara na representação da terra sanjoanense/brasileira uma vez que sua figura também seria homenageada com um afresco, belamente pintado por Ettore Adriano Fabri, emoldurado por ramos de café e arabescos, acima do arco do proscênio. Estas ramos lembram aos espectadores que, direta ou indiretamente, foi o café o responsável pelos recursos que erigiram o Theatro Municipal sanjoanense.



universalidade dos gênios musicais europeus e brasileiro, lado a lado, sem hierarquizações, mas, ao contrário, transmitindo a ideia de igualdade e uniformidade. Era, pois, a representação do discurso cosmopolita através da sua fachada e utilizando dos medalhões como principais atores dessa interessante cena.

Nesse sentido, pensamos em Costa (2001) que afirma que “(...) os processos de seleção, apropriação, ressignificação e discussão dos modelos europeus que caracterizaram as relações entre centros e periferias ao fim do século XIX, devem ser pensados também como marcos dos projetos de construção da Nação” (COSTA, 2001 :26, tradução nossa) e, se pudermos considerar aqui em nosso estudo aquela fachada como um local privilegiado onde se torna muito clara a seleção, apropriação, ressignificação e discussão dos modelos europeus, descolamos a época tratada pela autora e a transportamos para nossa interpretação situada já na segunda metade dos anos 1910.

Portanto, tal qual um vitral medieval, sua fachada contém uma narrativa, exprime um discurso<sup>124</sup> e este discurso reúne elementos estrangeiros e nacionais<sup>125</sup>, seja nos já referidos medalhões de compositores de óperas, seja dos ramos de café entrelaçados nas guirlandas que servem de moldura àqueles medalhões, ou mesmo a convivência pacífica entre estes mesmos ramos de café com as folhas de acanto, sendo possível ligarmos essa convivência, esse “tratado de paz” entre os diferentes estilos e elementos decorativos, como Reis Filho (2000) afirma, em um tratado de paz entre as culturas que viviam em São João da Boa Vista daquele período: árabes, italianos, espanhóis, suecos, nada tinham em comum a não ser sua origem imigrante e, no entanto, conviviam pacificamente entre si e com os naturais da terra, assim contribuindo na formação de um edifício de concórdia e respeito mútuos. Abaixo, na primeira imagem, um aspecto do formato em ferradura de

---

<sup>124</sup> “No palco da vida pública, a ênfase, portanto, passou do planejamento de cenários elaborados e variados, que podiam ser ‘lidos’ como uma história em quadrinhos ou tapeçaria, à movimentação dos próprios atores – ou, como nos desfiles militares ou reais, uma minoria ritual representando para proveito de uma massa que assistia, ou, conforme prenunciavam os movimentos políticos de massa da época (tais como as manifestações do 1º de maio) e as grandes ocasiões esportivas de massa, uma mescla de atores e públicos. Estas eram as tendências que se destinavam a um maior desenvolvimento após 1914. Sem mais especular sobre esta forma de ritualização pública, parece razoável relacioná-la à decadência da velha tradição e à democratização da política” (HOBBSWAN, 2008 : 314).

<sup>125</sup> “O que a atitude poliestilística do ecletismo denota não é apenas um fato artístico, mas uma nova organização social e cultural, que põe fim a toda e qualquer idéia de unidade para apontar para o múltiplo, o diversificado, para privilegiar o instável e o relativo em detrimento do absoluto e do eterno. Sua metodologia fundamental consiste na decupagem, na concepção da arquitetura como linguagem dotada de valores simbólicos e emotivos que deveriam ser transmitidos a todas as camadas da sociedade” (FABRIS, 1993 : 134).

sua sala e, na segunda imagem, um aspecto da fachada do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, que ostenta uma arquitetura eclética, mas já com elementos do *Art Nouveau*:

**Fotografias 68 e 69 – O formato em ferradura da sala de espetáculos (c. 1915) e a fachada do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c.1920).**



Fonte: Instituto Moreira Salles (1915).



Fonte: Comunidade “Memória Sanjoanense” – Facebook

Na primeira imagem, de c.1915 e de autoria de Guilherme Santos, disponível no Acervo do Instituto Moreira Salles, podemos notar a presença das divisórias das frisas e dos camarotes, uma espécie de arquibancada nas galerias da sala de espetáculos e a plateia equipada com cadeiras (que eram retiradas quando o espaço funcionava como local de bailes de carnaval), também podendo ser percebidos, na imagem, os pilares aparentes e gradis, todos de ferro fundido, produzidos na Europa, presentes nas frisas, nos camarotes e nas galerias, que repetiam padrões florais. Na segunda imagem, a imponente fachada do edifício, donde notamos elementos de estilo (Cole, 2011; Koch, 1996; Cragoe, 2014) tipicamente barrocos, neoclássicos e da *Art Nouveau*, além de outros elementos arquitetônicos (Lemos, 1987; Reis Filho, 2000) que demarcariam a construção eclética tais como: as portas duplas com três almofadas; as janelas com vidros para fora; os elementos em ferro fundido sinuosos e decorados – portões laterais e grades acima das portas do térreo -; o frontão cimbrado interrompido; as cornijas; as pilastras; os frisos escritos – “MVSICA”, “THEATRO”, “MVNICIPAL” e “DRAMA” – e ladeados por motivos florais; as janelas emolduradas com painéis de relevo; as consolas e mísulas; a falsa sacada com balaústres; as colunas coríntias; os acrotérios; os medalhões dos quatro compositores – Carlos Gomes, Verdi, Wagner e Gounod – acima das portas laterais, acima de sobrevergas e emoldurados por guirlandas entrelaçadas com ramos de café; os ramos de café em painéis; cártulas menores nas janelas do andar superior; a cártula maior, abaixo da águia de asas abertas – que no desenho de fachada realizado por José Pucci consistiria em três Cariátides, sendo uma de pé e duas ladeando a primeira e recostadas numa espécie de pódio - e ladeada por dois vasos com rostos femininos esculpidos acima da platibanda. Além destes elementos, outros dois são bastante interessantes: duas liras em relevo, “sustentadas” pelas colunas coríntias e que ladeiam o balcão principal; e oito pequenos altos-relevos donde reproduz-se, cada uma, duas trompas cruzadas com um bumbo sinfônico à frente, em perspectiva. As duas liras provavelmente simbolizam o DRAMA, enquanto que as dezesseis trompas e oito tamborins simbolizam a MVSICA, inscrições presentes na fachada.

Ao novamente voltarmos nosso olhar para aquela crônica do jornal *A Cidade de São João* no início desse subcapítulo, também fica clara a importância simbólica do empreendimento, visto como um marco arquitetônico que faria da cidade um local mais “civilizado”. Representando maximamente a modernização sanjoanense, o Theatro Municipal de São João da Boa Vista seria inaugurado em 31 de outubro de 1914, quatro meses após o previsto, atraso havido muito provavelmente em razão não apenas das dificuldades financeiras aqui já expostas, mas também de causas externas, com a deflagração do conflito mundial em julho de 1914. Menezes (2014), sobre a inauguração, afirma que a mesma

deu-se em 31 de outubro de 1914, sua festiva inauguração. Feita a abertura pela banda musical do maestro Joaquim Azevedo, assumiu a palavra o orador Dr. Antônio Cândido de Oliveira, que proferiu eloquente discurso, colocando em destaque o trabalho dos fundadores e sua luta em favor de uma causa que atendia aos desejos da população e correspondia à afirmação de progresso cultural da cidade de São João da Boa Vista (...) em cerimônia de gala, todos enfatizaram que o Theatro Municipal era, sem dúvida, o maior e melhor de todo o interior do Estado de São Paulo. Logo após, foi apresentada a peça “Uma Causa Célebre”, da Companhia Teatral Santos Silva. Assim, numa noite alegre e festiva, com casa lotada, com presença de sanjoanenses e entusiastas da arte de toda a região, foi inaugurado o Theatro Municipal de São João da Boa Vista (MENEZES, 2014 : 42/43).

Mesmo que a dimensão simbólica, como já expusemos, não justificasse sozinha a construção de um espaço de dilatado tamanho, capacidade e custo, tal dimensão sempre esteve presente nas crônicas dos jornais da época. Como forma de deixar mais clara esta sua dimensão de civilidade e desenvolvimento que a cidade de São João da Boa Vista chama para si após todos os enormes esforços em modernizar uma cidade enriquecida pelo café, e que vê na conclusão de seu teatro municipal o prelúdio de um áureo período, transcrevemos duas crônicas (Fotografias 70 e 71 - ANEXO D, p.685) publicadas no periódico *Jornal O Município*, a primeira, de 31 de outubro de 1914<sup>126</sup> e que trata especificamente da inauguração do muito desejado Theatro Municipal, e a segunda, de 07 de novembro de 1914<sup>127</sup>, que trata de sua dimensão civilizacional:

**Theatro Municipal – 31/10/1914**

Hoje com certeza teremos que assistir ao primeiro espectáculo realizado no bello Theatro Municipal. Uma Companhia de Variedades, chegada quinta-feira a esta cidade, irá apresentar ao público os seus trabalhos que, pelas informações que colhemos é composta de bons artistas e tem ensaiados dramas e comédias de reputados autores.

Duas *estréas* a um só tempo – a extréa da Companhia dirigida pelo sr. Santos Silva e a extréa do Theatro Municipal há muito desejada.

La estaremos e, na ocasião, oportuna diremos algo sobre a Companhia que ora nos visita e as bellezas do Theatro, que já tivemos occasião de esboça-la quando aquele edificio não estava completamente terminado.

**Theatro Municipal 07/11/1914**

Como um attestado indistructível do elevado grau de civilisação desta terra, ali se ergue magestosamente o Theatro Municipal, inaugurado a 31 de Outubro, cujo discurso inaugural foi feito pelo distincto advogado dr. Antônio Cândido de Oliveira Filho que, soube com eloquência inalterar os méritos dos homens que trabalharam com energia e enthusiasmo pela construcção do bello edificio, organisando a Companhia Theatral Sanjoanense.

Pouco antes de estar terminado o theatro, já foi elle arrendado a Empresa Galotti, Santamarina & Companhia que, não tem poupado esforços para agradar os seus frequentadores, tendo mandado vir uma companhia dramática para inaugura-lo. A Companhia Dramática é dirigida pelo actor Santos Silva e composta de elementos relativamente bons, tendo se salientado de modo extraordinário o sympathico actor Santos Silva que, como grande artista conhece os segredos da arte e tem conseguido empolgar a plateia em todas as suas representações. Sabe chorar e rir a um só tempo; ser trágico e cômico, arrebatando o espectador com os seus lances dramáticos e outras vezes entregando-o ao domínio de violenta crise de risos.

É, finalmente, um actor consummado.

Tivemos occasião também de admirar o bonito scenario, trabalho do notável pintor Rodolpho Mossello que muito o recommenda, assim como de ouvir a bôa orchestra regida pelo maestro Azevedo.

Felicitamos a Companhia Theatral e S. João da Boa Vista, por mais este passo no caminho do progresso.

A partir daquele 31 de outubro, São João da Boa Vista contava com um dos maiores palcos do interior paulista, sendo notório o uso que sua sociedade faria daquele

<sup>126</sup> Imagem do Acervo “JOM 1914 – IMG\_3157” deste levantamento.

<sup>127</sup> Imagem do Acervo “JOM 1914 – IMG\_3159” deste levantamento.

local, que tinha uma tripla função de símbolo de riqueza e modernidade para seu município, investimento para seus acionistas e casa de espetáculos para seus habitantes. Sobre esse último uso, apresentamos o subcapítulo a seguir.

#### II. 4. A IMPRENSA LOCAL E O THEATRO MUNICIPAL. A IMPRENSA EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX E OS PERIÓDICOS *O MUNICÍPIO* E *A CIDADE DE SÃO JOÃO*: NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO.

Além de todo um panorama que analisa os aspectos econômicos, políticos, socioculturais, de configuração acionária da Companhia Theatral Sanjoanense e da localização e construção do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, devemos analisar as apreensões da época, num período anterior à sua inauguração e após dez anos após a mesma, entre os anos de 1913 e 1925. Seu significado, sua importância, seus usos: isto se torna possível com a análise dos periódicos sanjoanenses *O Município* e *A Cidade de São João*.

Antes de fazermos a exposição dos dados encontrados, concebemos uma análise tanto no que se refere aos seus dados editoriais e técnicos como aos seus perfis político-ideológicos e mesmo às suas materialidades, que poderão ser encontradas no Apêndice B (p.570-587) deste trabalho, como um estudo incidental.

##### II. 4. 1. NAS PÁGINAS DOS JORNAIS, OS USOS, SIGNIFICADOS E A AGENDA DE APRESENTAÇÕES DO THEATRO MUNICIPAL.

No levantamento no periódico *O Município*, entre os anos de 1913 e 1925, analisamos 576 números e cerca de 3.000 páginas. Nestes 576 números, o Theatro Municipal está presente em 433 deles, ou seja, em 75,2%. Nestes 433 números, há 553 menções em 536 espaços ocupados: os anúncios publicitários – estreias, sessões, apresentações, previsões de atrações, contratações, previsões de contratações - são 476; as notas – tanto publicitárias, com previsão de estreias, quanto as reclamações – são 39; e as crônicas são 38. As tabelas 5 a 17 (APÊNDICE A, p.356-378) correspondem aos levantamentos dos registros sobre o Theatro Municipal nos periódicos semanais *O Município* (1913-1925) e *A Cidade de São João* (1912-1925).

No que se refere aos anúncios publicitários, pelas páginas do periódico *O Município*, notamos que havia exibições de filmes e realizações de espetáculos às quintas-feiras, às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos, mas também que havia espetáculos e filmes apresentados às segundas-feiras, às terças-feiras e às quartas-feiras, embora em menor quantidade. A maioria dos anúncios que apresentam o dia da semana da exibição de filmes ou espetáculo apenas traziam indicações em dias de sábado e de domingo – o que indica que estes eram os dias mais concorridos de público -, concentrando estes dias o interesse dos arrendatários, que investiam em publicidade, em grande parte, de tamanho médio, entre seis e dez linhas. As sessões ocorriam principalmente à noite, com início às 20h, sendo que, após o arrendamento do Theatro Municipal pela empresa proprietária do Cine Guarany, em dezembro de 1921, o Theatro Municipal passou a contar com sessões vesperais, enquanto que o Cine Guarany exibia filmes na sessão das 20h – não pôde ser determinado se esta forma de funcionamento perdurou e por quanto tempo.

Sobre os anúncios publicitários, sua estrutura não segue um padrão definido, podendo conter descrições genéricas, descrições extensas (constituindo verdadeiras sinopses de filmes) ou mesmo sem qualquer descrição dos filmes e espetáculos. Ora de três linhas, ora de meia página, sempre havia um tom positivo quanto aos espetáculos e filmes – como não poderia deixar de ser, visto ser pago para propagandear as exibições, e em nenhum deles apresentou quaisquer imagens. Mesmo quando da união entre o Cine Guarany e o Theatro Municipal, não há modificações nesta estrutura de anúncios. Nas fotografias 103 a 107 (ANEXO D, p.686) podemos perceber a diferença entre os anúncios, no que se refere ao seu tamanho e conteúdo, que constam na edição nº 480 de 24 de abril de 1915<sup>128</sup>, na edição nº 483, de 15 de maio de 1915<sup>129</sup>, na edição nº 502 de 25 de setembro de 1915<sup>130</sup> na edição nº 770, de 11 de dezembro de 1920<sup>131</sup> e na edição nº 1016, de 10 de outubro de 1925<sup>132</sup>, respectivamente.

O pequeno número total de exemplares (17) do periódico *A Cidade de São João* não impossibilitou a análise dos aparecimentos do Theatro Municipal e de seus anúncios de espetáculos – em número de 7 e 5, respectivamente. Eles seguem a mesma estrutura

---

<sup>128</sup> Imagem do Acervo “JOM 1915 – IMG\_3199” deste levantamento.

<sup>129</sup> Imagem do Acervo “JOM 1915 – IMG\_3208” deste levantamento.

<sup>130</sup> Imagem do Acervo “JOM 1915 – IMG\_7240” deste levantamento.

<sup>131</sup> Imagem do Acervo “JOM 1920 – IMG\_4801” deste levantamento.

<sup>132</sup> Imagem do Acervo “JOM 1925 – IMG\_8633” deste levantamento. Esta imagem já mostra o título dos anúncios publicitários como “Municipal e Guarany”, que será uma regra dos anúncios conjuntos, desde 10 de dezembro de 1921, das duas salas de cinema.

de seu concorrente, sem qualquer inovação ou ilustração ou organização diferente daquilo que vimos n'O Município. Eles não são iguais, mas sim semelhantes, permitindo supor, portanto, que seus respectivos redatores criavam as peças publicitárias a partir da indicação do anunciante. Nas Fotografias 108 a 113 (ANEXO D, p.688) todos os anúncios publicitários encontrados neste levantamento, em números d'A *Cidade de São João*, de 03 de fevereiro de 1924<sup>133</sup> – baile de carnaval e filmes -, 09 de março de 1924<sup>134</sup>, 23 de março de 1924<sup>135</sup>, 05 de outubro de 1924<sup>136</sup> e 21 de dezembro de 1924<sup>137</sup>, respectivamente. Por conter este periódico os anúncios dos mesmos espetáculos noticiados pelo seu congêner e por se tratar de uma fonte sem maiores contribuições ao estudo devido ao pequeno número analisado, tomaremos os números encontrados no levantamento d'O *Município* para as futuras análises sobre os usos da casa de espetáculos.

A partir dessa sistematização, elegemos como aspectos mais importantes a tratar, as interrupções de funcionamento do Theatro Municipal enquanto casa de espetáculos, dos quais trataremos a seguir, e a sua agenda de apresentações nos anos de 1914 a 1925, que trataremos depois.

#### II. 4. 1. 1. *Epidemia e Revolução: as interrupções de funcionamento.*

Os noticiários do periódico *O Município* proporcionaram uma visão bastante ampla dos usos, mas devemos ir além deste aspecto e também trazer as interrupções no funcionamento do Theatro Municipal em seus primeiros dez anos. Referimo-nos à Gripe Espanhola, a qual Mattos Júnior (2000) faz referência e que consiste em episódio pouco estudado da história sanjoanense e ocorrido em 1918<sup>138</sup> – embora a epidemia de gripe tenha ainda avançado pelo ano de 1919, como expusemos no APÊNDICE B, p.588-589). O outro acontecimento que determinaria não apenas o fechamento do Theatro Municipal, mas também um uso diferente desse espaço foi causado pela Revolução de 1924, de que trataremos mais adiante.

---

<sup>133</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_0949 e 0950” deste levantamento.

<sup>134</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_0958” deste levantamento.

<sup>135</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_0964” deste levantamento.

<sup>136</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_00973” deste levantamento.

<sup>137</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_0989” deste levantamento.

<sup>138</sup> O ano de 1918 é conhecido popularmente como o ano dos 4 “gês”: guerra, geada, gripe e gafanhoto. Os três últimos “gês” são conhecidos pelos seus impactos sociais e econômicos profundos na sociedade paulista do período.

O periódico *O Município* noticiou (majoritariamente em primeira página) desde a edição nº 660, de 19 de Outubro de 1918<sup>139</sup>, sobre a epidemia que vitimou milhões ao redor do globo. O assunto ainda ocuparia as edições de nº 661, de 02 de novembro<sup>140</sup> (onde se encontram: as críticas à administração pública sobre a demora em tomar providência; um manifesto do ex-vereador Manços de Andrade sobre a demora do poder público sanjoanense na contenção da doença; um resumo de uma reunião de emergência com autoridades da cidade, realizada no Theatro Municipal no dia anterior, sexta-feira 01 de novembro, que tratava de medidas profiláticas em relação à gripe<sup>141</sup>; e um pedido de desculpas aos assinantes pela suspensão da publicação em 26 de outubro, já que os tipógrafos do jornal estavam acamados devido a alguma doença, que provavelmente seria a Gripe Espanhola), de nº 662, de 09 de novembro<sup>142</sup> (com descrição de donativos aos “enfermos inválidos, desses infelizes colhidos pela epidemia em habitações immundas, sem alimento e sem recursos médicos”), de nº 663 de 16 de novembro<sup>143</sup> (com descrição de donativos aos enfermos e lista de doentes e falecidos), de nº 664, de 23 de novembro<sup>144</sup> (com descrição de donativos aos enfermos e lista de doentes e falecidos), de nº 665, de 30 de novembro<sup>145</sup> (com lista de doentes e falecidos, além da notícia que a epidemia declinava na cidade e aumentava nas fazendas), de nº 666, de 07 de dezembro<sup>146</sup> (com lista de doentes e falecidos, com previsão de fechamento do hospital montado no Grupo Escolar<sup>147</sup> em virtude da diminuição do número de vítimas e noticiando, na “próxima

---

<sup>139</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4376” deste levantamento.

<sup>140</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4381” deste levantamento.

<sup>141</sup> O uso de um teatro enquanto local de reunião diante da grande crise provocada pela Gripe Espanhola também pode ser visto em Magaldi e Vargas (2000). Os autores dão destaque à interessante reunião de artistas e empregados do paulistano Teatro Avenida para discutirem ações frente à crise, que incide diretamente na sobrevivência dos artistas teatrais: “Talvez o acontecimento mais característico de 1918 tenha sido a paralisação das casas de espetáculos por mais de um mês, no período agudo da febre espanhola. No dia 13 de novembro publicou-se uma nota desesperada acerca da situação: *No Teatro Avenida realizou-se ontem uma reunião de artistas e auxiliares de teatro [uma das primeiras assembleias de classe, convocada a fim de organizar medidas tendentes a aliviar as dificuldades com que luta toda a classe teatral em face da epidemia. Foram organizadas várias comissões com a incumbência de, uma a cada dia, solicitar auxílios do comércio em favor de muitos artistas que se acham enfermos e sem recursos de qualquer natureza para a sua manutenção e de suas famílias]*” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 89).

<sup>142</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4385” deste levantamento.

<sup>143</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4389” deste levantamento.

<sup>144</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4395” deste levantamento.

<sup>145</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4397” deste levantamento.

<sup>146</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4403” deste levantamento.

<sup>147</sup> Segundo Azevedo (2006), ainda teriam funcionado outros dois hospitais de emergência, além do Grupo Escolar: os salões da Loja Maçônica Templários da Justiça e os salões da Sociedade União Italiana. Não há dados que confirmem o início das atividades destes três hospitais de emergência, mas acreditamos que tenham sido montados mesmo antes do recrudescimento da epidemia, já que o autor afirma que “na sessão de 30 de outubro de 1918, depara-se o ofício da loja maçônica Templários da Justiça deliberou pôr à disposição da Câmara Municipal os seus salões para serem convertidos em enfermarias para indigentes,



semana” a reabertura do Theatro Municipal), de nº 667, de 14 de dezembro<sup>148</sup> (com lista de doentes e falecidos, e com considerações de quase extinção da epidemia), de nº 668, de 21 de dezembro<sup>149</sup> (noticia-se a normalização da vida na cidade e o recrudescimento da epidemia na zona rural, a reabertura efetiva do Theatro Municipal e fornece ainda lista de restabelecimentos), e de nº 669, de 28 de dezembro<sup>150</sup> (noticia-se a normalização do serviço de trens noturnos operados pela Companhia Mogiana e alguns restabelecimentos). Nas edições posteriores àquela de número 669, não houve mais qualquer matéria referente à epidemia, exceto por algumas breves notas de restabelecimento.

Azevedo (2006), tratando do tema, esclarece as medidas da Câmara em relação à epidemia

O Presidente da Câmara, Dr. Alípio Noronha, convocou uma sessão extraordinária para o dia 26 de outubro de 1918, para providenciar-se sobre as medidas de defesa que devem ser adotadas para evitar que se propague nesta cidade e município a pandemia reinante na capital e em outras cidades do Estado (...) Foram lembradas as seguintes medidas:

1) Determinar o fechamento do Theatro Municipal, cinemas e outras casas de diversões públicas.

2) Proibir a venda de refrescos, gelados e sorvetes.

3) Providenciar que cessem as novenas à noite, e que no dia 2 de novembro próximo não se realizem as missas de finados.

4) Proibir a romaria de finados ao cemitério municipal no dia 2 de novembro.

5) Mandar distribuir profusamente, em linguagem ao alcance de todos, os conselhos dados pela diretoria de Saúde Pública do Estado.

6) Aconselhar ao povo que não frequente bailes e outras festas onde haja aglomeração de gente

7) Autorizar o Sr. Prefeito municipal a contratar um médico para dar assistência a indigentes, mandar aparelhar isolamento para recolher pessoas pobres atacadas de moléstia e, se necessário, a alugar casas onde possam ser recolhidos os enfermos.

8) Suprimir música no jardim público aos domingos e feriados.

9) Solicitar do governo do Estado quinino e desinfetantes.

10) Pedir aos clínicos desta cidade a notificação de todos os casos que forem verificados

11) Autorizar o Prefeito Municipal a tomar providencias que sejam necessárias além das indicadas.

(...) Apesar de todas as providencias, a invasão da gripe espanhola em São João foi inevitável. Aqui propagou-se ela, não forte nem com consequências tão funestas como no Rio de Janeiro (...) (AZEVEDO, 2006 : 445/446, grifo nosso).

---

caso se dê a invasão da gripe espanhola nesta cidade (...) a Câmara oficiou agradecendo e aceitando o oferecimento” (AZEVEDO, 2009 : 446, grifo nosso).

<sup>148</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4410” deste levantamento.

<sup>149</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4415” deste levantamento.

<sup>150</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4418” deste levantamento.

Podemos perceber, com as crônicas e as ações do poder público, a importância do Theatro Municipal nesta epidemia de Gripe Espanhola. Seu fechamento, na tentativa de minimizar o contágio, demonstra um grande uso por parte da população, sendo ele um dos principais lugares de aglomeração de pessoas da época. Ao mesmo tempo, sua importância simbólica leva à sua escolha como local para a realização de uma reunião de emergência, contrariando todas as noções básicas de profilaxia já conhecidas na época, ao reunirem-se em local fechado e densamente ocupado pelo povo, em que seria mais indicado ter sido realizada em uma praça pública. Sua função central, tanto no fechamento quanto na escolha como local de reunião, passa, assim, por questões de uso prático e simbólico. Nas Fotografias 114 e 115 (ANEXO D, p.690), a previsão e a reabertura do Theatro Municipal e, nas Fotografias 116 e 117 (ANEXO D, p.690), a utilização do Grupo Escolar enquanto hospital de campanha, dando-nos dimensão da gravidade da situação.

Apenas um dos dezessete números a que tivemos acesso do periódico *A Cidade de São João* trata da epidemia de Gripe Espanhola. O número 25, de 03 de novembro de 1918<sup>151</sup> traz um boletim que se refere ao fechamento do Theatro Municipal, ao número de gripados na cadeia, solicitação do diretor do Grupo Escolar de uma remessa, do governo estadual, de quinino para os alunos, a suspensão de cartas para o Rio de Janeiro e a realização de uma reunião de emergência com autoridades da cidade no Theatro Municipal para tratar da crise – se assemelha muito ao boletim publicado n’*O Município* em edição de nº 661, de 02 de novembro. O tom é tranquilizador, preferindo o jornal elogiar a administração<sup>152</sup> e considerar São João da Boa Vista a salvo da epidemia. Neste mesmo boletim, o periódico afirma que “actualmente, não há em São João epidemia de gripe hespanhola, há muitos casos de constipações e resfriados devidos à anormalidade da estação, nada mais. Quando houver, esteja a população descansada, ella o saberá com toda lealdade e franqueza” (A CIDADE DE SÃO JOÃO, 1918, p.2). As Fotografias 118 e 119 (ANEXO D, p.691) constituem imagens do *A Cidade de São João*<sup>153</sup> e d’*O Município*<sup>154</sup> sobre a epidemia.

Mesmo que nada pudesse ser feito aos infectados, a demora do poder público sanjoanense em tomar as devidas providências para o fechamento de locais de grande

---

<sup>151</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_0916” deste levantamento.

<sup>152</sup> Enquanto o tom do *A Cidade de São João* é tranquilizador e minimiza a epidemia, o tom do *O Município* é o de cobrança e de apreensão quanto às medidas das autoridades e ao alastramento da Gripe Espanhola na cidade.

<sup>153</sup> Imagem do Acervo “A cidade de são joão - IMG\_0916” deste levantamento.

<sup>154</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4381” deste levantamento.

aglomeração de pessoas claramente colaborou para o elevado número de mortes na cidade<sup>155</sup>. Nesse aspecto, o Governo Estadual Paulista determinou, como medida de prevenção, a suspensão das aulas de todos os estabelecimentos de ensino em 18 de outubro de 1918, enquanto que o Theatro Municipal de São João da Boa Vista só teve suas atividades suspensas uma semana depois, em 25 de outubro de 1918, segundo nosso levantamento. Uma semana aparenta um tempo curto, porém, ao falarmos de uma doença respiratória que se propaga pelo ar, sete dias de sessões cheias, com pessoas despreocupadas e sem saber do risco corrido, parece ter sido uma imprudente demora. Além do mais, estamos analisando o Theatro Municipal, mas havia outros locais de aglomeração, tais como o Clube Recreativo, os salões de baile das associações de imigrantes e os hotéis, além dos templos religiosos. Este lapso de sete dias, conjuntamente à atitude de minimização do problema, exposto nas páginas do *A Cidade de São João*, pode ser entendido como uma falta de visão da gravidade que o problema apresentava.

Este quadro grave em São João da Boa Vista, portanto, ocorrido na cidade entre novembro e dezembro de 1918, e no município, entre novembro de 1918 e setembro de 1919, claramente afetou, como mostramos anteriormente, o funcionamento do Theatro Municipal, suspendendo-se as sessões de filmes. Porém, quando a epidemia feneceu, o ritmo da vida sociocultural e econômica voltou à normalidade.

O Theatro Municipal se encontra, então, centralmente na questão da Gripe Espanhola em São João da Boa Vista por dois motivos: primeiro, por ser local com grande aglomeração de pessoas, se transformando em importante foco de transmissão da doença, sendo necessário seu fechamento; e, depois, por ser o local central dentro da própria discussão de providências a serem tomadas pelo poder público sanjoanense. Escolher o Theatro Municipal, local fechado e com grande capacidade, em vez de uma das praças centrais, abertas e sem o mesmo perigo de transmissão da doença, para reunião tão importante e que definiria medidas para se evitar uma catástrofe epidêmica parece-nos que reforça toda uma centralidade daquele espaço no que tange à própria prática do poder.

---

<sup>155</sup> Não temos os dados referentes ao número de infectados, apenas dos óbitos causados pela epidemia. Acreditamos que o número de infectados seja alto, visto que, nas páginas do periódico *O Combate*, edição nº 1027 de 14 de Outubro de 1918, disponível no Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira - Biblioteca Nacional, ainda no início da epidemia, “segundo o cálculo de um illustre clínico desta capital, existem actualmente no Rio cerca de 20 mil pêssoas atacadas de grippe hespanhola”, numa população de 910.710 habitantes (sendo 697.543 na zona urbana da capital federal).

De todo o exposto, o que podemos concluir é que a cidade não pôde se preparar devidamente para aquilo que viria, até mesmo subestimando, num primeiro momento, uma doença devastadora, de desconhecida letalidade. Essa conjuntura desfavorável selaria o destino de dezenas de pessoas, que continuariam a padecer vitimadas pela Gripe Espanhola mesmo depois de quando se afirmavam estar controlada a epidemia.

O outro acontecimento que até este levantamento era desconhecido, se refere ao envolvimento do Theatro Municipal na Revolução de 1924. O edifício se transformaria, como escrito na edição nº 952, de 19 de julho de 1924<sup>156</sup>, em quartel da Guarda Municipal Provisória – GMP -, já que também era sede da Rádio Cultura<sup>157</sup>, inaugurada em abril de 1924, conforme anúncio em nº 938, de 13 de abril de 1924<sup>158</sup>. A escolha do local foi muito provavelmente motivada por tratar-se de edifício de altura incomum à época. Instalado em área por si mesma alta e então com vistas para todos os lados da cidade, na qual o Theatro Municipal está construído, o Theatro funcionaria como uma atalaia do município, além de ser sede de uma rádio que possuía os aparelhos necessários para comunicação<sup>159</sup>. Seu local, sua altura incomum, suas dimensões e suas instalações fizeram dele um ponto-chave dos mais importantes na defesa e controle da cidade. Abaixo, a transcrição da notícia de abertura da Rádio Cultura e um comunicado da GMP no que se refere ao serviço de policiamento da cidade (Fotografias 120 e 121 – ANEXO D, p.692):

**Rádio Cultura – 13/04/1924**

No salão superior do Theatro Municipal, já estão installados os aparelhos da Rio-Cultura desta cidade.

Quarta-feira foi escutado um discurso proferido no Rio de Janeiro, por notável cientista e um concerto musical realizado em Buenos Ayres.

Teve essa feliz iniciativa um punhado de progressistas cavalheiros desta cidade, aos quaes apresentamos os nossos sinceros parabéns.

<sup>156</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_8297” deste levantamento.

<sup>157</sup> Não obtivemos mais informações da *Rádio Cultura* que funcionou no edifício do Theatro Municipal, mas consideramos este fato como um dos muitos usos da edificação. Não apenas cinema, não apenas palco cênico, não apenas rádio, mas sim uma mistura de todas as expressões culturais que fervilhavam neste período.

<sup>158</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_8263” deste levantamento.

<sup>159</sup> Segundo Salomão e Silva (1976), o pioneiro das telecomunicações em São João da Boa Vista, “Newton de Castro (...) transferiu esse aparelho [de radiodifusão] para os altos do Theatro Municipal, com uma antena ligada à torre da Igreja Matriz” (SALOMÃO E SILVA, 1976 : 451).

**Noticias Locaes – 19/07/1924**

Communica-nos a direcção da G.M. Provisória, que o serviço de policiamento da cidade foi distribuído em três pontos:

1º - Fiscalisação da estrada estadual.

2º - Patrulhamento das ruas,

3º - Guarda da Cadeia respectivamente a cargo dos exmos. Srs. Pedro Maciel de Godoy, Alceu Benedicto Azevedo e Domingos de Assis Coelho.

Todos esses pontos, assim como a sede da GMP., no salão da Rádio Cultura, têm instalações de aparelhos telephonicos.

O serviço de informações está a cargo do exmo. Sr. Dr. Raul de Andrade.

**Guarda Municipal Provisória.**

A direcção da G.M. Provisória pede encarecidamente a todos os cidadãos que queiram prestar a seus concursos na GMP o obséquo de comparecerem na Séde do Commando na Rádio Cultura, entre as 19 e 10 horas, para assignarem o compromisso, receberem o cartão de identificação e as insígnias que os tornam reconhecidos, visando assim evitar que pessoas extranhas à GMP, se alvoreem em defensores da ordem quando talvez seus fins sejam diversos.

A raramente citada Revolução de 1924 foi um capítulo surpreendentemente complexo da história do município. Cinco dias após a deflagração do movimento, em 10 de julho de 1924 a Câmara se reúne, sob convocação de seu presidente, em “sessão permanente”, donde surgem as primeiras medidas referentes ao controle da situação, com a aprovação da declaração de livre venda de gêneros no Mercado Municipal, ainda que com a autorização do Prefeito de adquirir ou requisitar gêneros de primeira necessidade e vendendo-os por um preço acessível à população (AZEVEDO, 2006 : 599). Em 13 de julho é criada, pelo Prefeito Dr. José Procópio de Andrade Júnior, a Guarda Municipal Provisória, visando à garantia da ordem no município<sup>160</sup> (AZEVEDO, 2006 : 600), aquartelada, como apontamos, no Theatro Municipal, cujo uso inclusive foi cogitado como local de retiro dos refugiados das áreas ocupadas da capital paulista, ao lado dos edifícios do Fórum e Cadeia e do Grupo Escolar, sendo esta sugestão negada pela Câmara. Sobre isso produziu-se um texto, referente à já citada reunião de 20 de julho de 1924, publicado no periódico *A Cidade de São João*, que conclamava a população ao comedimento de gastos e, principalmente, ao racionamento de alimentos (AZEVEDO, 2006 : 602/603). Para algumas considerações acerca da Revolução de 1924 em São João da Boa Vista, ver APÊNDICE B, p. 593.

O levantamento dos periódicos permitiu trazer à luz a excepcionalidade de seus usos que não o de local de entretenimento, fosse como um local onde o poder público se reúne com a população num momento de crise, fosse como impressionante quartel de

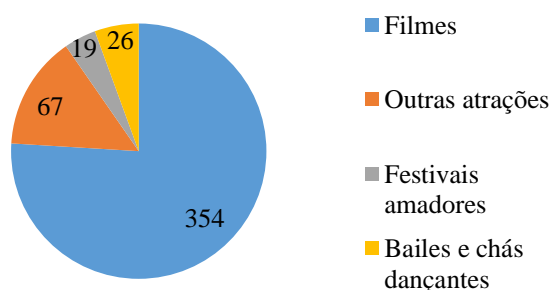
<sup>160</sup> Com protestos, o edil Gabriel de Oliveira, filho do “Patriarca Republicano” da cidade é contrário ao levante das Forças Armadas e declara que se o pai estivesse vivo, “seria o primeiro a protestar contra essa revolução, que é feita em nome dos interesses de parte de uma classe e cuja vitória seria o desaparecimento de todas as garantias” (AZEVEDO, 2006 : 601).

uma força pública criada às pressas, no molde de milícia, para a defesa da cidade. Após essa exposição, devemos analisar as atrações que tiveram lugar naquele espaço nos seus primeiros anos de funcionamento. O subcapítulo seguinte pretende tratar exclusivamente dos usos do Theatro Municipal, bastante heterogêneo, revelando traços importantes de sua história.

#### II. 4. 1. 2. Cinema, Teatro ou Politeama: os variados usos de um mesmo espaço.

Na análise dos números de anúncios publicitários encontrados no periódico *O Município*, contamos as apresentações de filmes em 354, enquanto que outras atrações – concertos, peças, apresentações e conferências – totalizam 67, os festivais amadores totalizam 19 ocorrências e os bailes e chás dançantes totalizam 26 ocorrências. Desta forma, podemos perceber que das 466 atrações de fato ocorridas no Theatro Municipal e presentes nas páginas d’*O Município* na forma de anúncios publicitários<sup>161</sup>, somente 24% delas não se referem às sessões ordinárias de cinema<sup>162</sup>. Abaixo, o gráfico 7 expõe a participação de filmes, festivais, bailes e outras atrações que tiveram lugar no Theatro Municipal de São João da Boa Vista entre os anos de 1914 e 1925 a partir dos levantamentos do periódico *O Município*:

**Gráfico 7 – Participação de filmes, outras atrações, festivais e bailes no Theatro Municipal entre os anos de 1914 e 1925:**



<sup>161</sup> Para não haver confusão, indicamos no subcapítulo anterior a existência de 476 anúncios publicitários de atrações que também contemplam as 10 previsões de apresentações e estreias

<sup>162</sup> Pelo que demonstra a pesquisa no periódico sanjoanense, podemos afirmar que desde praticamente seu primeiro mês de funcionamento há a exibição de filmes, sendo estas exibições provavelmente o esteio econômico das empresas que arrendavam o Theatro Municipal e, conseqüentemente, a principal fonte de recursos da Companhia Theatral Sanjoanense e de seus acionistas. Consideramos, então, que o Theatro Municipal não passou a funcionar quase que exclusivamente como cinema apenas em 1937, mas já o era desde 1914 – o que pode ter havido em 1937 foi a *especialização* do espaço em cinema, com a aquisição de novos equipamentos e poltronas, como citado anteriormente, mas não seu início enquanto cinema.

Fonte: Elaboração do autor.

Optar pela exibição de filmes em maior quantidade quando comparada com a realização de peças, concertos e óperas, não era apenas optar por uma forma de utilização do espaço considerada moderna, mas também visava à racionalização dos custos. Sobre esta questão, Moraes (2013) afirma que “as curvas de custos dos teatros eram não apenas superiores à curva de custos dos cinemas, mas também muito mais rígida, com custos variáveis muito elevados” (MORAES, 2013 : 134/135). Sobre estes “custos variáveis” do teatro, vemos

os custos de contratos com artistas (...) [e] Nunes levanta gastos com músicos, maestros, atores, coristas e mesmo com os cenários, muitas vezes confeccionados e transportados do exterior (Cf. 1956, p.30-31). Ora, se se tem em mente que todos estes gastos eram contraídos lá fora, isto é, em moeda estrangeira, a sensibilidade do setor teatral às variações cambiais seria enorme (...) outro custo interessante que se acrescenta aos gastos de transporte e de contratos seriam os pagamentos de direitos autorais (...) (MORAES, 2013 : 135)

Somando-se aos altos custos, há a incerteza do sucesso e do retorno dos espetáculos de palco. Dessa forma, “sabe-se que os contratos firmavam um número mínimo de récitas por companhias, o que obrigava a casa a abrir as portas todas as noites por um determinado número de noites. Ora, não são poucos os exemplos de espetáculos que não obtiveram casas cheias e continuaram a se apresentar, a despeito do insucesso junto ao público” (MORAES, 2013 : 136). Comparativamente ao cinema, os custos do teatro eram altíssimos e não se igualavam de modo algum. Segundo o mesmo autor, “a empresa cinematográfica exigiu um acúmulo de capital relativamente baixo para ser iniciada e desfrutaria da certeza de receitas obtidas através de uma política de preços bastante acessível” (MORAES, 2013 : 137).

Não se distanciando da questão dos custos, percebemos que “a primeira grande vantagem dos cinemas seriam os preços dos aparelhos cinematógrafos, bastante acessíveis ao pequeno e médio investidor” (MORAES, 2013 : 137). Mesmo que houvesse custos referentes aos músicos, operadores e pessoal, eles não chegavam ao nível dos músicos de palco (MORAES, 2013). Vemos, portanto, que um cinema era muito menos oneroso para sua abertura e operação que um teatro que funcionasse exclusivamente como

teatro, razão pela qual o Theatro Municipal se tornou um espaço polivalente<sup>163</sup>, complementando os espetáculos cênicos com suas exibições de filmes<sup>164</sup>.

Assim, é justificada a escolha das empresas às quais a CTS arrendou o espaço por manter uma programação alicerçada na exibição de filmes, mas que apresentava, também, nomes fortes de companhias teatrais ou atrações de palco mais populares. Diluindo-se os custos e oferecendo bons e variados espetáculos conjuntamente aos filmes, as empresas que arrendaram o Theatro Municipal puderam realizar uma exploração viável e economicamente atrativa, fundamental para a permanência do local enquanto edifício e enquanto local de diversões e cultura. Veremos, a seguir, que a diminuição dos investimentos e a racionalização dos custos dos espetáculos resultam numa presença relativamente tímida de grandes companhias, de grandes apresentações e óperas, e na priorização de espetáculos de menores custos e dimensões, porém mais atrativos ao grande público.

É interessante frisar que, no caso sanjoanense, outros espaços para encenações e apresentações existiam, tais como o Clube Recreativo Sanjoanense ou as associações de ajuda mútua de imigrantes, porém nenhum deles apresentava as dimensões físicas e simbólicas do Theatro Municipal, dimensões estas que conferiam centralidade ao edifício e a condição de principal palco da região. Essa centralidade contribuiria, decisivamente, para um interessante quadro multifacetado de apresentações, que pudemos sistematizar a partir da análise do jornal *O Município*. Essa multiplicidade de usos, que se conecta muito fortemente com a necessidade de viabilização financeira já apontada por nós e baseada nas considerações de Moraes (2013), também é compreendida por Masseran (2012), que afirma que

na maioria das vezes, o teatro era o único espaço existente nas cidades, apto a quaisquer atividades, fora do círculo eclesiástico e, talvez, por essa razão tenha se caracterizado também, como marco de referência dentro de uma determinada estrutura urbana, sedimentada durante o ciclo cafeeiro (MASSERAN, 2012 : 188/189, grifo nosso)

---

<sup>163</sup> Essa heterogeneidade de atrações não é vista apenas no Theatro Municipal sanjoanense, mas em muitos outros casos espalhados pelo país, onde teatros e cinemas se hibridizaram em “cineteatros” de grande importância para suas regiões.

<sup>164</sup> Uma interessante observação de Moraes (2013) e que cabe a nosso objeto de estudo é a de que devemos “deixar de olhar o gênero teatral como um ramo isolado. É preciso analisar a situação dos cinemas, atividade que foi tanto complementar quanto concorrente do teatro. É necessário compreender ambas atividades como mercados integrados” (MORAES, 2013 : 127).



Para uma melhor compreensão do que era apresentado naquele espaço entre os anos de 1914 e 1925, foram buscadas nas Tabelas 5 a 18, referentes ao levantamento de menções ao Theatro Municipal entre os anos de 1914 e 1925 no JOM, e em Menezes (2014), as citações às atrações que não fossem constituídas de filmes. Dessa busca às outras atrações da casa de espetáculos, surgiu o Quadro 1 (APÊNDICE A, p.379-381), que se refere à divisão das apresentações a partir de sua natureza e público-alvo.

Com essas informações, pudemos definir várias divisões para uma análise abrangente, ainda que rápida, dos espetáculos. Essas divisões em grupos puderam ser feitas a partir da natureza dos espetáculos (musicais, cênicas e diversas), do seu público-alvo (popular, erudito e específico) e a origem dessas apresentações (nacionais ou internacionais), porém, não devem jamais ser encaradas como divisões estanques, mas, ao contrário, combinam-se entre si em intersecções que podem definir um determinado espetáculo como sendo, por exemplo, cênico, erudito e nacional. Válido dizer que todas as informações que definem que um determinado espetáculo se encaixava nas características apontadas foram obtidas pela pesquisa no próprio Jornal *O Município*, em outros periódicos consultados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e em autores que tratam dessas atrações em outros teatros.

Iniciemos, portanto, pela divisão conforme a natureza dos 67 eventos, em 3 grupos (eventos musicais, cênicos, diversos). Os espetáculos musicais são 24 e correspondem a 35,8% das realizações e os espetáculos cênicos são 37 e correspondem a 55,2% das realizações. Por fim, temos as atrações de caráter diverso. É o grupo mais heterogêneo das atrações, com 6 atrações e respondendo a 9% das realizações.

Partindo para a análise dos três grupos quanto ao seu público-alvo (popular, erudito e específico) nas atrações do Theatro Municipal sanjoanense, vê-se que o primeiro grupo, das apresentações populares, é o mais numeroso em realizações, totalizando 44 episódios e representando 65,7% do total. O termo “popular” é aqui utilizado no sentido de ser o grupo com maior número de realizações e com uma diversidade muito grande de teatros, abarcando tanto as companhias de operetas<sup>165</sup> e companhias dramáticas de maior

---

<sup>165</sup> “Operetta (It., diminutive of 'opera'; Fr. *opérette*; Ger. *Operette*; Sp. *opereta*). A light opera with spoken dialogue, songs and dances. The form flourished in Europe and the USA during the second half of the 19th century and the early part of the 20th” in: The Guide to Light Opera & Operetta. Disponível em: <http://musicaltheatreguide.com/menu/introduction.htm>. Acesso em 21/05/19.

sucesso até ventríloquos e “prestidigitadores” e “bailarinas orientais”. Nesta ampla categoria, vemos um verdadeiro esforço das empresas arrendatárias em prover o público sanjoanense de espetáculos atrativos com lucrativas bilheterias, mesmo que estes apresentassem, em alguns casos, o exótico.

Ao contrário do segundo e terceiro grupos de atrações, destinadas a um público específico ou mais elitizado, o terceiro grupo tem um amplo oferecimento e se comporta majoritariamente como simples entretenimento, tanto quanto os filmes exibidos. Assim, os espetáculos de variedades<sup>166</sup>, operetas<sup>167</sup>, comédias e dramas tinham uma função mais de entretenimento do que engrandecimento do “espírito cultural” do público sanjoanense, contando inclusive com interessantes apresentações como as apresentações de telepatia do Prof. Joseph Kambeer e Madame Antoinette, ou as apresentações de ilusionismo do Dr. Themistocles e do ventríloquo Oswaldo<sup>168</sup>. Ainda sobre o primeiro grupo, esse contou com nomes célebres do período, seja apresentando espetáculos musicais como o Trio Phoca-Abigail-Moreira<sup>169</sup> e Cornélio Pires (ou de seu grupo), seja encenando peças de sucesso, como a Companhia Città di Napoli<sup>170</sup>, a Companhia de Operetas Clara Weiss, a

---

<sup>166</sup> Sobre o espetáculo de variedades, ele foi “um mecanismo de grande serventia aos empresários teatrais do período, agindo como poderoso atrativo junto ao público. A constante inserção de quadros novos e a diversificação das apresentações foram tendências muito valorizadas pelo público (...)” (MORAES, 2013 : 142/143). Ainda sobre estes espetáculos, o autor traz que “os teatros de variedades, cafés-concertos e quadros ligeiros aparentam ser uma cria, um tanto quanto sofisticada, do picadeiro (Cf. SOUSA: 1992, p.32) (...) E se o teatro de variedades se aproxima do circo em sua estrutura, aproxima-se do cinema em sua temática: a relação se estabelece justamente no sentido duma visão da realidade como uma sequência de quadros banais e instantâneos. Longe dos grandes palcos elitistas, os teatros ‘ligeiros’ dos anos de 1910 não se importavam com a disseminação de ideais ‘civilizatórios e moralizantes’; aliás, os cronistas dos jornais chegavam a dizer que a encenação de peças muito complexas era sinônimo de fracasso” (MORAES, 2013 : 143).

<sup>167</sup> “Enquanto os cinemas se encarregam dos dramas, o teatro se diverte com as operetas, a cargo das companhias italianas e portuguesas” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 55). Neste sentido, os autores ainda afirmam que, nos anos de 1910, em São Paulo Capital, “a superprodução das operetas e revistas deixa em segundo plano as apresentações dramáticas, inclusive o *grand guignol*, que tentava impor-se ao gosto popular” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 60).

<sup>168</sup> Estes espetáculos seguem a tendência apontada por Moraes (2013), vista a partir dos anos de 1910, em que “diversas outras formas de entretenimento passaram a ocupar os palcos paulistanos, fazendo com que o termo ‘teatro’ fosse associado a um repertório de atrações muitas vezes distintas das apresentações teatrais convencionais. São os shows de ‘magia e ilusionismo’, como os realizados no Teatro Apollo em 1914 (CP, 01/07/1914) ou os populares ‘festivais musicais’ que o Teatro São Pedro promoveu em diversas noites da temporada de 1917” (MORAES, 2013 : 142).

<sup>169</sup> Segundo Magaldi e Vargas (2000), o Trio apresentou em diversos teatros paulistanos as “suas conferências e canções, num gênero que teve vários adeptos” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 64), alcançado grande sucesso com suas apresentações populares.

<sup>170</sup> “(...) dialetal, dirigida por Carlos Nunziata” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 52, grifo nosso). Antes desta análise, quando tratamos da presença imigrante em São João da Boa Vista, demonstramos grande contingente de italianos do Sul da Península e até mesmo a existência de sua *Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles*.

Trupe Alberto Capozzi<sup>171</sup> e a Companhia Jercollis-Villar<sup>172</sup>, além de espetáculos de forte apelo popular de companhias com grande número de membros (como é o caso da Companhia Arruda<sup>173</sup>, “com 26 artistas de ambos os sexos” (MENEZES, 2014 : 253) e da “Companhia Dramática do ator Joaquim Oliveira, com 18 artistas” (MENEZES, 2014 : 254).

O segundo grupo, das apresentações eruditas, totaliza 17 episódios e representa 25,3% do total. Tem considerável presença dentro da programação, muito embora em menor número que as apresentações populares. Falamos, portanto, de tenores, primadonas, sopranos, bailarinos, violoncelistas e violinistas, mas não de montagens de grandes óperas e espetáculos eruditos.

É um engano relativamente recorrente na história do Theatro Municipal, acreditar que em seus palcos foram frequentemente encenadas grandes óperas por grandes companhias, quando, na verdade, as apresentações tenderam a ser de menor vulto, onde foram apresentadas diversas árias por diversos cantores líricos. Isso pode ser explicado pela falta de equipamentos no edifício para receber um grande espetáculo desse tipo<sup>174</sup>, pela falta de público e pela falta de interesse da própria direção e arrendatários em assumir riscos de bilheteria, de modo que grandes espetáculos líricos foram preteridos, sabiamente, por apresentações individuais ou em duetos de bons cantores líricos e de árias conhecidas e muito apreciadas. Prova disso são as apresentações de Rafael e Lucinda Salvaterra, “com canções e trechos de óperas La Bohème, de Puccini” (MENEZES, 2014 : 252), do tenor português José Osório, que apresenta “árias das óperas ‘Tosca’, ‘Favorita’, ‘Pagliacci’ e ‘Rigoletto’” (MENEZES, 2014 : 252), do tenor brasileiro Marçal Fernandes, que “cantou árias das óperas: ‘Rigoletto’ de Verdi, ‘La Gioconda’ de Ponchielli, ‘Pagliacci’ de Leoncavallo, ‘Lo Schiavo’ de Carlos Gomes e ‘Tosca’ de Puccini” (MENEZES, 2014 : 254). Até mesmo a famosa ópera de Donizetti, “Lúcia di Lamermoor”, foi encenada não por uma grande companhia mas pela Companhia Lyrica

---

<sup>171</sup> Magaldi e Vargas (2000) afirmam que, ao lado das companhias francesas Huguenet e Lebrey, “Capozzi e Salvini foram as presenças italianas mais destacadas” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 81).

<sup>172</sup> Segundo Magaldi e Vargas (2000), nos palcos paulistanos “não faltaram na temporada de 1924 revistas e burletas, como Arruda e Jercollis-Villar” (MAGALDI E VARGAS, 2000 : 102/103). Aqui podemos perceber que os espetáculos contratados para São João da Boa Vista eram, até certo ponto, “atualizados” em relação aos apresentados em sua capital.

<sup>173</sup> Magaldi e Vargas (2000) afirmam ser esta companhia dedicada ao teatro regional.

<sup>174</sup> Não falamos em déficits estruturais do edifício, mas em *equipamentos cenotécnicos* indispensáveis para a mobilidade de cenários elaborados típicos de óperas, como mecânica de cenários, equipamentos de luz etc., bastante caros já naquela época.

Juvenil Cittá di Roma<sup>175</sup>, que muito embora tenha alcançado sucesso e boas críticas na cidade, ainda assim era uma companhia juvenil de caráter popular e não de excelência erudita.

Estes espetáculos, com árias e trechos de óperas, são oferecidos e direcionados possivelmente para um público heterogêneo que congrega tanto uma elite (social, cultural, econômica) que tem acesso facilitado às óperas completas nos frequentados centros do período, nacionais ou internacionais, quanto um grupo de imigrantes citadinos que tiveram em suas terras natais contato com essas obras ou que delas se utilizam para reafirmarem identidades enquanto imigrantes (até mesmo a desejada assimilação destes quadros de imigrantes enriquecidos com a elite financeira da época pode ser vista aqui, uma vez que este grupo compartilha a sala dos espetáculos eruditos com os expoentes sociais do período, membros da elite agroexportadora). As apresentações mais destacadas deste grupo são as apresentações da Companhia Clara Della Guardia<sup>176</sup> e da Companhia de Bailados Russos, com Maria Olenewa<sup>177</sup>. Neste terceiro grupo também se encaixam as apresentações de artistas locais, caso do violoncelista João de Castro França e do violinista Clóvis de Queirós. É interessante notar que, desde o seu início, o Theatro Municipal oferecia aos artistas locais um ambiente propício para se lançarem em suas carreiras artísticas.

O terceiro grupo de atrações voltadas ao público específico, 6 atrações que representam 9% do total. Estão nesse grupo duas exposições de pintura de Abel Moreira e uma de Aléssio que utilizaram as dependências do Theatro Municipal (Foyer) para exporem suas obras, num uso bastante incomum e minoritário na casa de diversões. Também no terceiro grupo se encontram os três conferencistas, com uma conferência cada: o professor de atletismo Ulysses Reymar; o poeta Fernando Callage; e o poeta

---

<sup>175</sup> Na tese *“A cena musical paulistana: teatro musicado e canção popular na cidade de São Paulo (1914-1934)”*, de Virgínia de Almeida Bessa, a autora aponta para a apresentação de diversas companhias teatrais nos palcos paulistanos entre 1914 e 1934. Muitas das companhias teatrais presentes no levantamento de Bessa (2012) também estão presentes no levantamento para esta dissertação: Cittá di Roma, Cittá di Napoli, Companhia de Revistas, Orquestras e Vaudevilles de João Rodrigues, Companhia Arruda, Trupe Alberto Capozzi, Companhia Lucília Pires, Companhia de Operetas Clara Weiss, entre outras.

<sup>176</sup> Macedo (2011) nos lembra que Clara della Guardia “foi uma das maiores intérpretes da cobiçada cortesã parisiense Marguerite Gautier, a dama das camélias, papel que também consagraria Cacilda Becker, em 1951” (MACEDO, 2011 : 44).

<sup>177</sup> Maria Olenewa, russa e refugiada após a Revolução Russa de Outubro, fez parte da famosa companhia de balé de Ana Pavlova. No Brasil, desenvolve a arte da qual se fez conhecida, formando o corpo de baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

nacionalmente conhecido Martins Fontes<sup>178</sup>. O uso para conferências, assim como no caso das exposições de pinturas, foi um uso esporádico e bastante raro, provavelmente utilizando outras salas do Theatro Municipal que não a sala de espetáculos. Nesse terceiro grupo (composto), podemos considerar que essas apresentações não são voltadas às massas, mas apenas a um determinado estrato social (aqueles que poderiam adquirir pinturas e aqueles que poderiam se interessar pelo atletismo e poesia) e com público reduzido.

Um outro aspecto relevante para os espetáculos é a determinação da nacionalidade das companhias e artistas, seja para definir a natureza dos espetáculos, seja para definir a frequência e disposição dos arrendatários em assumir os altos custos envolvidos<sup>179</sup>. Nesse sentido, as nacionalidades encontradas foram, em ordem decrescente de aparecimento, brasileira, italiana, portuguesa, francesa, espanhola e russa, participando com 52,1%, 20,9%, 4,5%, 1,5%, 1,5% e 1,5%, respectivamente<sup>180</sup>. As companhias/atores que não puderam ter precisadas suas nacionalidades somam 18% do total. Portanto, as atrações de origem brasileira são em número de 35, as atrações de origem italiana são em número de 14, as atrações de origem portuguesa são em número de 3, as atrações de origem francesa, espanhola e russa somam 1 cada. Por fim, encontram-se as atrações de origem desconhecida, em número de 12. Nota-se, nesse grupo de atrações de nacionalidades desconhecidas, um grande número de nomes em português que dificultaram muito, somado à falta de informações sobre elas nas bases de dados dos quais dispusemos, o seu enquadramento nos outros grupos nacionais aqui tratados. Dessa forma, dentre as atrações desse último grupo, é muito provável que a maioria delas fosse brasileira ou portuguesa. O Quadro 2 (APÊNDICE A, p.381-383) demonstra a divisão das atrações a partir de sua nacionalidade.

A grande prevalência de atrações brasileiras pode ser entendida de diversas formas: em primeiro lugar, o contexto mundial nos anos de 1914/1918 dificulta grandemente a vinda de companhias europeias a São João da Boa Vista; em segundo lugar, relacionado ao item anterior, a falta de companhias internacionais alavanca um

---

<sup>178</sup> Os lucros obtidos com a venda dos ingressos para esta conferência seriam revertidos em prol da Santa Casa.

<sup>179</sup> Ficaram de fora as apresentações realizadas por atores sanjoanenses em festivais amadores ou em benefício à caridade.

<sup>180</sup> Esta proporção é variável, uma vez que ainda há quase 1/5 de companhias/atores sem determinação de nacionalidade, o que influenciaria os números anteriores.

mercado de companhias nacionais<sup>181</sup>, daí o grande oferecimento de atrações brasileiras em sua programação; e em terceiro lugar, pareceu haver por parte dos arrendatários o interesse em contratar companhias brasileiras, impulsionados, muito provavelmente, pelo conhecimento da predileção do público pagante sanjoanense por determinados espetáculos, mais populares e em língua portuguesa. Desta forma, situações como a conjuntura internacional (que dificultou, no período da Guerra Mundial, o trânsito de companhias europeias), o florescimento de companhias nacionais e a preferência do público definiram a programação do Theatro Municipal naquela segunda metade dos anos de 1910 e primeira metade dos anos de 1920.

Mesmo que tenha havido uma provável “predileção” pelas companhias brasileiras, há também a presença de companhias estrangeiras, sobretudo as italianas e portuguesas. Não é coincidência que as duas nacionalidades estrangeiras que mais apareçam se refiram, também, às nacionalidades com maior contingente de imigrantes em terras sanjoanenses<sup>182</sup>. Além disso, no que se refere às companhias italianas, devemos lembrar que sua alta presença também se relaciona com o fato de que os gêneros operísticos são por excelência italianos, sendo esse um fator determinante na contratação daquelas companhias em tão elevado número. No que se refere, então, às atrações internacionais, prezou-se por companhias com nacionalidades que tinham maior presença dentro do quadro de imigrantes em São João da Boa Vista e que poderiam oferecer espetáculos de maior qualidade (ainda que populares), no intuito de atrair esta faixa de público para os espetáculos no Theatro Municipal.

Por fim, temos a realização dos “festivais”, que podem ser divididos em dois grupos: o primeiro é composto daqueles que visam à apresentação de artistas amadores locais; o segundo é composto por aqueles com renda voltada à caridade e com realização mista (de amadores locais ou não). É necessário, ainda, dizer que esses festivais não

---

<sup>181</sup> “À maneira do que ocorreu no setor manufatureiro durante os anos de guerra, é possível que tenha ocorrido um processo de ‘substituição de importação’ de apresentações teatrais (Cf. SANTANA, 1956, p.53 e 1969). No período 1914-1918, os conflitos na Europa permitiram a maturação de diversos projetos teatrais brasileiros, um processo de ‘proteção aos artistas locais’ (...) Como consequência dessa maior inserção de brasileiros no panorama teatral, observar-se-ia uma redução dos custos de contratos, transportes etc. que poderiam ser refletidos numa diminuição dos preços (Cf. *idem, ibidem*)” (MORAES, 2013 : 121).

<sup>182</sup> “Sabe-se que as companhias de origem portuguesas, espanholas e italianas sempre tiveram um apelo popular maior. As razões disso são simples: em primeiro lugar, o público paulistano já estava acostumado a essas companhias (...) além disso, havia a questão da língua: os espetáculos em português, espanhol, ou italiano seriam muito mais acessíveis do que os falados em outras línguas (Cf. SILVEIRA: 1976. p.42)” (MORAES, 2013 : 118).

constam nas análises anteriores uma vez que são realizados por artistas locais, com pequeno orçamento e não fazem parte de circuitos de apresentações daquelas companhias e artistas citados anteriormente.

O primeiro grupo de festivais conta com 5 festivais de apresentação da Banda Infantil Guiomar Novaes, de apresentações de artistas sanjoanenses e de apresentações infantis do Jardim de Infância da Prof.<sup>a</sup> Anésia Martins. O segundo grupo, bem mais numeroso, conta com 14 eventos, que se concentram sobretudo na beneficência voltada à Santa Casa, à Banda Infantil Guiomar Novaes, ao Tiro de Guerra 313, à Sociedade Esportiva Sanjoanense, à Escola Paroquial e ao Asilo São Vicente. Contou também com eventos beneficentes em prol de artistas deixados pelo dono de um circo, por um artista específico sem maiores informações (“Pery”) e, em 1916, durante o conflito da Primeira Guerra Mundial, um festival em benefício da Cruz Vermelha Italiana, organizado pelo *Comitato Femini Italiano Pró-Pátria*. Tanto o primeiro quanto o segundo grupo eram compostos de peças curtas, apresentações de canto e instrumentos, danças, récitas, etc.

Como conclusão de nossa análise, podemos afirmar que os múltiplos usos do Theatro Municipal que se deram nos anos de 1914 a 1925 tenderam a ser, em sua maioria, cênicos, popularescos e voltados para o entretenimento de um público de baixo a médio capital cultural, porém o número de apresentações consideradas eruditas não é pouco e muito menos deve ser desprezado. Se não é verdade que grandes apresentações operísticas se deram em seu palco, os empresários arrendatários não descuidaram da faceta cultural erudita nas atrações. No que se refere às nacionalidades, as atrações, tanto eruditas quanto populares, são sobretudo brasileiras e italianas. Pode se notar claramente a multiplicidade de usos, de públicos, de programas, onde se conclui que o Theatro Municipal, muito longe de ser monopólio das elites, também não constituiu monopólio da Sétima Arte, constituindo um palco multifacetado e utilizado para diversos propósitos<sup>183</sup> e por múltiplos públicos naqueles 86 espetáculos, apresentações e festivais aqui analisados.

---

<sup>183</sup> “Espaço flexível, os teatros municipais destes primeiros anos do século XX eram um espaço polivalente, uma estrutura firme e sólida para a brigar a efemeridade dos eventos, dos espetáculos, das funções as mais variadas possíveis (...) uma polivalência que também implicava uma polissemia. Além de seu dignificado próprio, os teatros assumiam como atores (urbanos) uma nova personagem, conforme as atividades que abrigavam. Quando servia a uma companhia lírica, que atraía as classes mais ilustradas, o edifício expressava nobreza, luxo e riqueza; quando abrigava uma *troupe* mambembe de artistas circenses, o teatro se tornava risonho e bonachão, popular e vulgar. Tinha várias faces, vestia máscaras diversas, dignas ou não tanto, popularescas e folclóricas, aparatosas ou simplórias, sempre verdadeiras. Espaço mutante, completamente recriável, a cada nova função, a cada nova atividade e evento, por cada espetáculo sua roupagem variava, mas sem perder seu próprio caráter – era *theatro*, principal ou

#### II. 4. 1. 3. Algumas considerações acerca dos usos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.

Como se observou no subcapítulo anterior, a tese corrente de que o Theatro Municipal foi palco de montagens de grandes óperas (como se apenas as atrações grandiosas fossem importantes ou motivo de orgulho), mostra-se bastante distante do que consta nas páginas do periódico *O Município*. Reafirmamos, então, que mais que um compromisso com uma “casa de arte” ou de “cultura”, todos os arrendatários tinham um compromisso com o lucro. Dessa forma, a empresa arrendatária colocaria filmes, prestidigitadores e óperas se tais espetáculos atraíssem o público suficiente para auferir lucros na operação.

É claro que aqui devemos fazer um adendo ao parágrafo anterior: muito embora o Theatro Municipal de São João da Boa Vista fosse de uma empresa que visasse lucro, jamais poderíamos ignorar a sua dimensão simbólica, presente já naquele período. Mesmo sendo uma empresa, o Theatro Municipal guardava já antes de sua conclusão, e mais ainda na sua materialidade depois de concluído, um simbolismo forte. Não é como conhecemos hoje, símbolo de história e de memória, mas em seu tempo inicial, de civilização e de poder, uma vez que há, nas páginas do jornal, todo um trabalho laudatório dos redatores em relação àquele edifício.

Muitas vezes chamado “local onde a elite se reúne”, “grande assistência a mais nobre possível”, há um pertencimento e um poder emanados daquele edifício, seja dentro do grupo que o frequenta, seja daqueles que de fora o olham. É bem verdade que há chances de ser apenas uma galhofa à elite (já que o jornal *O Município*, nossa principal fonte, tinha uma orientação de esquerda) ou mesmo um enredo pré-estabelecido em publicações laudatórias a algo ou a alguém (sobretudo quando nos referimos aos anúncios publicitários dos dois periódicos, já que neste período o termo “elite” era um adjetivo de cunho positivo dentro da publicidade), mas, mesmo que este caminho interpretativo exista, não temos subsídios para contrariá-lo ou subscrevê-lo, porém, ao isolarmos os anúncios publicitários e ficarmos apenas com as crônicas, o valor que é dado ao Theatro é positivo, algo que engrandece a cidade e seus habitantes.

---

secundário, público ou privado, central ou periférico, rico ou pobre, era *theatro*” (MASSERAN, 2012 : 258/259).



Mesmo nas críticas, não há qualquer uma em que se ataque o Theatro diretamente enquanto construção física, a não ser sobre seu estado de conservação. Ainda assim, nesses casos, elas são sempre endereçadas à Companhia Theatral Sanjoanense – arrendadora - ou às empresas arrendatárias no que se refere à baixa qualidade dos filmes e espetáculos lá apresentados, ao manipulador dos filmes, à orquestra, etc. Jamais houve qualquer crítica à imagem simbólica do edifício: pelo contrário, elogios sobre sua “modernidade e acabamento”, a importância da construção e seu sentido de “civilização” que ela confere à cidade e aos seus frequentadores são todos muito frequentes naqueles episódios em que se faz crônicas ou notas sobre o espaço. Nas Fotografias 122 a 126 (ANEXO D, p.693) podemos perceber o sentido de civilização e de importância que o Theatro Municipal representaria para a cidade de São João da Boa Vista, presente nas edições nº 438, de 04 de julho de 1914; nº 688, de 17 de maio de 1919; nº 719, de 20 de dezembro de 1919; nº 737, de 24 de abril de 1920; e nº 913, de 06 de outubro de 1923<sup>184</sup>, muitas vezes aliado às críticas às empresas arrendatárias do Theatro Municipal. Abaixo, a transcrição dessas crônicas:

#### **O THEATRO – 04/07/1914**

Para nós, filhos desse querido S. João, que acompanhamos com sofreguidão e alegria a evolução vertiginosa da nossa cidade, é um verdadeiro orgulho a magnificência incomparável do nosso Theatro, o mais elevado expoente da cultura intellectual do povo sanjoanense, que n’uma impulsão nobre e patriótica mais uma vez mostrou o seu alto grau de civilização, coadjuvando a erecção de tão magestoso edificio. Para nós, que sentimos bater no peito um coração paulista, é um allívio immenso o possuirmos o mais bello e o mais amplo theatro do interior do estado de S. Paulo, pois com isso cooperamos grandemente para elevar bem alto o nome glorioso da pátria dos bandeirantes, a mais fina pérola do Brazil!

Piracicaba, a risonha “Noiva da Collina”, que até há pouco se desvanecia por possuir um theatro superior aos de Campinas e Ribeirão preto, vê-se agora refreada pelo nosso barbudo S. João!

O Theatro, malgrado a sua decadência nesse século das luzes, é o attestado irrefutável da civilização d’um povo; elle está diametralmente opposto à Igreja. É alli que sorvemos a saborosa ambrosia da Instrucção, desenvolvendo o nosso sentimento esthetico, que é o gosto pelo Bello.

Dignos de encômios são esses homens que se atiram à testa de tão louvável e arrojada empreza, removendo com calma e energia os grandes obstáculos que a princípio se lhes apresentaram, e que tentaram paralyser e desbaratar essa tão grandiosa obra, que nossa cidade tanto reclamava para preencher uma de suas graves lacunas. E agora que o Theatro alli se ergue altivo, é necessário que o público dessa terra continue a auxiliar a “Empreza Theatral Sanjoanense”, frequentando os futuros espetáculos que ella pretende dar em beneficio das obras do mesmo. É o que se espera do povo.

#### **O Theatro Municipal, – 17/05/1919**

Com sua fachada revestida de manchas causadas pelo tempo e pelo lápis amorral da garotagem, continua a impressionar desagradavelmente.

Midas tinha orelhas de burro e o Municipal, a única *coisa* verdadeiramente apresentável de S. João, tem o seu frontispício immundo “*prá burro*”!...

<sup>184</sup> Estas imagens estão em nosso acervo, em ordem de aparecimento, sob a inscrição “JOM 1914 – IMG\_7183”, “JOM 1919 – IMG\_4551”, “JOM 1919 – IMG\_4655”, “JOM 1920 – IMG\_4731/4732” e “JOM 1923 – IMG\_8152”.

**Rabiscos – 20/12/1919**

O Theatro Municipal desta cidade, um dos primeiros do glorioso Estado de S. Paulo, infelizmente ainda continua sujo, sem ser pintado! É entristecedor isso. A Companhia Theatral Sanjoanense é preciso que compreenda que assim não pode continuar. O Theatro Municipal, o único ponto de diversão desta localidade é preciso que seja limpo, e asseiado, para mais valor ter. É urgente que aquella Companhia mande limpá-lo.

JAMES!

**Rabiscos – 24/04/1920**

E a pintura do nosso elegante Theatro Municipal?

Ainda os *mandões* da Theatral não trataram deste assumpto, cremos nós. É pena! Um theatro tão lindo como o nosso, sem uma bôa pintura, sem um concertinho! Os Srs. directores da Companhia Theatral Sanjoanense precisava immediatamente mandar limpá-lo, porque enquanto que isto não acontecer constantemente, haverão de ouvir esta cantilena...

**SEMANAES – 06/10/1923**

O Theatro Municipal, o nosso orgulho, entrou em sérios reparos, desde há dias. Já estão sendo erguidas várias columnas para maior segurança do prédio, abalado com as grandes chuvas, devendo, em breves dias, ser coberto com telhas francezas.

A Directoria da Companhia Theatral Sanjoanense devia empregar maior esforço e mandar fazer uma cobertura de crystal nos lados do Theatro para a entrada de automóveis. O elegante prédio tomaria um aspecto ainda mais bello e offerceria, também, mais commodidade ao povo.

O poder simbólico reside, dessa forma, no pensamento facilmente identificável daquelas linhas, que quase nos diz: “*somos sanjoanenses tão cultos, tão civilizados, tão avançados em construções e em ideais quanto qualquer outra grande cidade*”. Além disso, se considerarmos que São João da Boa Vista poderia ser entendida como periferia em relação a centros como Campinas, Ribeirão Preto e São Paulo, por outro lado era ela mesma um centro dentro de sua própria região, que compreendia municípios importantes como Espírito Santo do Pinhal, Casa Branca e Poços de Caldas. A dimensão simbólica e de poder daquela construção e o seu uso pelos sanjoanenses, incluindo a imprensa, torna-se evidente: além do desejo de prover a cidade de uma boa casa de espetáculos, se viu uma cristalização do poderio simbólico sanjoanense na sua região a partir da materialidade, aliada à promessa de bons lucros aos seus acionistas.

Toda esta reflexão não surge com este levantamento, tendo origem ainda na Iniciação Científica, mas com os meios que contávamos ela ficava sem um referencial dentro da sociedade daqueles primeiros anos do século XX. Não sabíamos até que ponto sua construção se referia ao campo simbólico e até que ponto o uso prático do espaço Theatro Municipal se impunha sobre essa dimensão simbólica. A partir da análise feita para esta dissertação, temos pistas, ou melhor dizendo, um caminho: o lado prático e o

lado simbólico estão presentes naquele espaço, mas há diferentes apreensões - e abordagens - dos dois a partir do periódico. O lado prático é frequentemente atacado, alvo de questionamentos, enquanto que o lado simbólico é sempre subscrito, repetido, num processo de afirmação em que o Theatro é a construção que traduz o avanço, a cultura, a civilização e o poderio de São João da Boa Vista daquele início do século XX, muito embora não seja a única a evocar estes valores e estar ela inserida num conjunto de melhoramentos.

Os outros usos do edifício que não o de cinema e teatro também são interessantes neste estudo<sup>185</sup>. Podemos notar que o Theatro Municipal também servia como local de bailes de carnaval, chás dançantes e das já citadas conferências e exposições artísticas, como podemos perceber nas Fotografias 127 a 132 (ANEXO D, p.694)<sup>186</sup>. Nesse aspecto, o uso diversificado do espaço do Theatro Municipal não confere ao mesmo uma possível dimensão negativa de “casa de tudo”, onde qualquer atração era exibida – seja cinema, apresentação, baile ou conferência –, mas sim a dimensão positiva de ser o centro cultural da cidade. Assim, seja nos filmes, nos bailes, nas apresentações – mais ou menos sofisticadas, eruditas ou populares – ou nas conferências, lá estava o Theatro Municipal com suas portas abertas ao público, ocupando, invariavelmente, o local de centro cultural sanjoanense.

Isso posto, as análises em direções diferentes que realizamos das informações contidas nos periódicos possibilitam também a avaliação das considerações sobre o declínio de apresentações teatrais no do Theatro Municipal, ao qual Mattos Júnior (2000)<sup>187</sup> se refere, chamando de “desinteresse da população” pelo gênero teatral. Vamos

---

<sup>185</sup> O Estudo de Tombamento do Processo nº 23125/1984 do Condephaat aponta, em seu levantamento histórico, que a partir de 11 de outubro de 1918 “a Companhia Theatral conseguiu que fosse convertido em salão de jogos o bar do pavimento superior do Theatro, embora sob protestos de algumas famílias” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 26). O termo “salão de jogos” é um tanto quanto vago, porém a afirmativa da existência de “protestos de algumas famílias” deixa margem para que apontemos ter funcionado, no segundo pavimento do Theatro Municipal, um pequeno cassino, voltado para os frequentadores dos espetáculos.

<sup>186</sup> Estas imagens são, em ordem de aparecimento, retiradas do nº 472, de 27 de fevereiro de 1915 – “JOM 1915 – IMG\_3182”, do nº 588, de 19 de maio de 1917 – “JOM 1917 – IMG\_3913”, nº 624, de 09 de fevereiro de 1918 – “JOM 1918 – IMG\_4215”, nº 714, de 15 de novembro de 1919 – “JOM 1919 – IMG\_4619”, nº 773, de 01 de janeiro de 1921 – “JOM 1921 – IMG\_4806” e nº 872, de 09 de dezembro de 1922 – “JOM 1922 – IMG\_8027”.

<sup>187</sup> É necessário um estudo mais aprofundado para determinar se houve de fato um “desinteresse” e se assim for comprovado, determinar o que causou e como foi percebido. Nesse aspecto, podemos até mesmo considerar que este “desinteresse” tenha sido mal interpretado como “baixa audiência” devido até mesmo ao tamanho dilatado do edifício em comparação ao número de habitantes de São João da Boa Vista daquela época e a dificuldade em enchê-lo de espectadores.

rever a seguir o elenco de considerações que ele listou em seu livro, sendo o autor motivado pelo desejo de

analisar as circunstâncias reinantes que pudessem explicar o aparente desinteresse da população pelas apresentações no palco, aspecto, à primeira vista, comprometedor de nossa teoria de ser a construção do teatro uma consequência e não origem do clima artístico dominante em nosso meio. Teria de haver um fator sociológico (...) Assim, por exemplo:

**a)** a epidemia que se alastrou por toda a área, exigindo, além de resguardo, dispêndios extras, contenções de gastos adiáveis; (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110).

A Gripe Espanhola obrigaria ao fechamento do Theatro Municipal como medida de controle de contágio, mas este fechamento não explicaria, muito menos denotaria desinteresse, visto que, após o período de auge da epidemia, as atividades tanto da cidade quanto do Theatro Municipal foram retomadas sem quaisquer dificuldades.

**b)** a crise econômica que se abateu sobre o país e o mundo no final do século passado e que influenciou o retorno às suas origens de grande contingente de imigrantes, antes atraídos pela oferta de mão-de-obra em nossas lavouras; ('carros carnavalescos e fantasias de mascarados desfilavam pelas ruas protestando contra os impostos e as dificuldades geradas pela crise da imprensa local'); milhares de imigrantes italianos retornaram à Itália em 1899 e 1900 – e eles eram, sabidamente, os alimentadores das artes em nossa terra; (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110)

Ao afirmar que houve uma crise econômica que motivaria a saída de italianos seria uma das determinantes para a diminuição do gosto pelas artes de uma cidade inteira, não leva em consideração nem os imigrantes que aqui permaneceram, nem a realidade de que não apenas imigrantes italianos foram “motores” de nossa cultura, deixando de lado os alemães, portugueses, espanhóis etc., e também os brasileiros. Além disso, não se viu nenhum decréscimo populacional de imigrantes em São João da Boa Vista no contexto de nossos levantamentos que refletem os primeiros anos de funcionamento do TMSJ.

**c)** os efeitos psicológicos causados pela prolongada fase de tropeços financeiros sofridos pela Sociedade Teatral Sanjoanense na construção do teatro, desacreditando-a; (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110)

Os “tropeços financeiros” da CTS poderiam determinar a desistência dos acionistas enquanto o Theatro Municipal estava em fase de construção, mas não parece haver ligação entre aqueles “tropeços” e a assiduidade do público, determinada muito

mais pela qualidade das atrações que faziam parte da programação da casa de espetáculos do que por improváveis “efeitos psicológicos”.

d) épocas de colheita, que retinham nas propriedades agrícolas os fazendeiros e seus familiares (“o que ficava na cidade – dizia a imprensa – era um público de cinema a 300 réis”); (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110)

Nesse item, vê-se claramente a consideração de que o Theatro Municipal foi construído somente pelas elites cafeicultoras e para ser gozado por elas. Tal consideração ignora as outras dimensões simbólicas e práticas que motivaram sua construção, concluindo que a partir da ausência dos ricos da cidade por motivos de colheita, os menos ricos tomaram o lugar dos primeiros enquanto espectadores do Theatro Municipal, forçando a administração da casa de espetáculos a atender suas preferências de entretenimento. O autor ignora principalmente a faceta econômica, não fazendo sentido a colocação dos “300 réis”: a verdade é que se o público de “300 réis” desse o lucro almejado pelos arrendatários, eles não se importariam se os fazendeiros estivessem ou não em sua plateia. Além do mais, no intervalo entre as colheitas, muito provavelmente as elites cafeicultoras sanjoanenses prefeririam gozar de melhores espetáculos em centros como São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo Paris do que frequentarem suas sessões de cinema. Clara, portanto, está a desvalorização do público médio no Theatro (provável força motriz do empreendimento)<sup>188</sup> e a sobrevalorização do público de elite nas considerações do item.

e) influência danosa de filmes cinematográficos detratores da arte; (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110)

---

<sup>188</sup> Com base nos preços praticados no festival da Cruz Vermelha Italiana, já expostos anteriormente, podemos apontar que as ocupações mais populares se constituíam no esteio econômico das operações. Levando em consideração que o teatro podia ser dividido em duas partes básicas, a parte “popular” e a parte “de elite”, vemos que a parte “de elite”, composta de 22 frisas e 30 camarotes, a partir dos preços praticados naquele festival, renderia à casa, se todos fossem ocupados, a quantia de 282 mil réis (132 mil réis das frisas e 150 mil réis dos camarotes). Já a parte “popular” da casa de espetáculos, composta de 480 lugares na plateia e 500 lugares na galeria, renderia à casa, se todos fossem ocupados, a quantia de 730 mil réis (480 mil réis da plateia e 250 mil réis da galeria). Dessa forma, nesse exemplo, a parte popular corresponderia a 72,1% da renda total de um conto e doze mil réis. Em condições normais, essa participação da parte “popular” provavelmente tendia a ser ainda mais representativa, visto que é muito mais provável a maior venda dos lugares dessa referida parte que daquela outra, justamente pelos preços praticados.

Coloca o cinema não como uma arte, mas como um destruidor da “verdadeira” arte, que seriam as peças, óperas, etc., num estranho rebaixamento do cinema enquanto veículo importante de expressão cultural e principal produto de um contexto de modernidade no qual o próprio Theatro Municipal está inserido.

f) queda da qualidade, em alguns casos, dos espetáculos teatrais, em que eram substituídos os elencos por chamados “grupos”, e se desvirtuavam as sessões transformando-as em inexpressivos “atos variados”. Tudo isso pode ser invocado como causa do recuo dos espectadores do teatro seguida à euforia de sua inauguração. Tanto que prosseguiram mais tarde com sucesso as apresentações no palco de programas artísticos montados com recursos locais, como comédias, concertos, ballets, conferências, sempre com amadores sanjoanenses. O gosto pelas artes não tinha esmorecido. (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110). (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 110)

Este é o único item que parece ter respaldo na realidade vista na análise do JOM, já que realmente se vê nas páginas d’ *O Município* diversas reclamações referentes à qualidade de fitas de cinema e de espetáculos – inclusive, se nos colocarmos no lugar do espectador, melhor mesmo pagar o ingresso para assistir a um filme que sabidamente é sucesso que um espetáculo sobre o qual nada se sabe. A baixa qualidade pode, sim, determinar uma queda nas apresentações de espetáculos cênicos e também determinar um menor investimento em companhias teatrais e um maior investimento em fitas de cinema, estas menos onerosas e muito menos propensas a fracassos de bilheteria.

Muito embora seja por nós uma respeitada e muito importante fonte em nossa pesquisa – assim como todas as outras citadas neste nosso trabalho, sempre fruto de um interesse e zelo incondicional à rica história da cidade de São João da Boa Vista -, somos obrigados a discordar de Mattos Júnior em algumas de suas colocações.

O recuo de público teatral deve ser percebido não pela “fuga” de imigrantes, ou da inexistência dos ricos da cidade em época de colheita<sup>189</sup>, mas como aspecto de um contexto mais amplo e que não depende exclusivamente de mudanças econômicas, sociais, políticas ou demográficas, mas principalmente de mudanças culturais. Neste caminho, há numerosas críticas nas edições do periódico *O Município*, mas que apontam que, para o público do Theatro Municipal, o que realmente importava era a *qualidade* da atração mais do que a *natureza* da atração propriamente dita – fosse ela uma peça ou um

---

<sup>189</sup> O período da colheita poderia explicar os filmes para o público dos “300 réis” de maio a setembro, mas o que aconteceria entre outubro e abril?

filme. Abaixo (Fotografia 133 – ANEXO D, p.695), em edição nº 669 de 28 de dezembro de 1918<sup>190</sup>, percebemos a crítica do periódico no que se refere à baixa qualidade das fitas<sup>191</sup> e com um tom confortável em aceitar a falta de encenações no Theatro Municipal:

**Theatro Municipal – 28/12/1918**

O único divertimento numa cidade do interior é, geralmente o cinematographo! Mas isto apresenta um ar divertido quando os films agradam a assistência.

Importantes e atrahentes filmes não faltam, porém em São Paulo...

O Municipal, com a actual directoria, não está agradando muito a população os films exibidos no *écran* daquela casa de diversões não são magníficos nem atrahentes conforme anunciam os programmas, como também a projecção é um pouco desagradável, é preciso providenciar solução, porque quem perde é a Companhia, *dona da casa*, não a empresa, atraz, pela justa razão que naquelle tempo a empreza exploradora não poupava sacrificios em obter films de verdadeiro successo e o povo affluia para assistir aos maravilhosos films,

Esperando as providencias sobre este ponto, terminamos com essas reclamações a nós dirigidas pela maior parte dos “habitué”, quando *a coisa* melhorar no Theatro Municipal.

Além de fazer parte da preferência do público sanjoanense, o cinema era um entretenimento em sua essência *moderno*. Dois autores principais podem ser utilizados para tratar desta noção de cinema como parte e tradução de uma modernidade da qual o Theatro Municipal se incluía. Um deles é Pinto (1998), que trata das mudanças sobretudo culturais que o cinema produziu neste contexto de modernidade e afirma que a influência do cinema foi

decisiva para a construção de uma cultura cosmopolita de fachada, enveredou-se por vários caminhos: substitui a coroa dos Reis pela auréola efêmera das estrelas da terra, construindo um mundo idealizado e romântico, onde a moda e os costumes passaram a ser apreendidos não mais na tradição de família ou no contato com os meios tradicionais de educação (escola, igreja, catecismo etc.), mas antes através de uma grande tela, que figurava um mundo novo a ser imitado e reinventado (PINTO, 1998 : 69, grifo nosso).

Em outro texto de sua autoria, ao tratar mais precisamente dos momentos iniciais do cinema, Pinto (2000) afirma ser o cinema

uma linguagem totalmente nova, que estava começando a se entrelaçar à vida das multidões e se encontrava apta a imiscuir-se no recôndito mais íntimo dos

<sup>190</sup> Imagem do Acervo “JOM 1918 – IMG\_4420” deste levantamento.

<sup>191</sup> Não podemos nos esquecer de que o periódico *O Município* não poupava críticas aos arrendatários do Theatro Municipal, e as razões disso podem partir de sua inclinação socialista e seu apelo de jornal “popular”, ou mesmo por ser seus donos serem também acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense, por herança de Carlos Lühmann, contendo, assim, um interesse comercial e financeiro.

indivíduos. Nascia uma linguagem revolucionária e vertiginosa, surgida nos tempos modernos, que comportava a capacidade de montagem narrativa e da fluidez necessária para lidar com os novos ritmos sociais e temporalidades do mundo criado e imaginado pela burguesia. Dessa maneira, entre a arte e a indústria, estava nascendo a indústria cinematográfica (...) na configuração do moderno sistema de produção e consumo, introduzia-se na vida dos seres humanos um novo produto que possibilitava a criação de uma arte/indústria totalmente nova, filha insuspeita do avanço tecnológico e da ampliação de nova uma maneira de apreender/descrever o mundo, que, cada vez mais, incidiria sobre a vida cotidiana das populações urbanas. A arte e a indústria do cinema nasciam estreitamente relacionadas à vocação da criação de uma série de produtos e serviços novos para o mercado de massa. As imagens em movimento projetadas pelo cinematógrafo sobre o fundo de pano branco das telas imbricaram-se aos impulsos desiderativos e à popularização dos espetáculos triunfais e dos rituais solenes da modernidade. Estava aberta a caixa de Pandora (PINTO, 2000 : 230/231, grifo nosso)

Para a autora, nos primeiros anos, ou seja, logo que surge,

o cinema se destaca. Superando em interesse os espetáculos congêneres, tornava-se crescentemente diversificado em suas características. Tratava-se de uma nova arte de uma nova indústria, que se espraiavam internacionalmente. (...) Nas cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro e, também, em São Paulo, o cinema espraiava-se concomitantemente com sua expansão na Europa e nos Estados Unidos (...) Tratava-se de um momento em que São Paulo vivia tumultuário processo de urbanização, em que se entremeavam os fluxos da economia cafeeira em expansão com as características provincianas da cidade oitocentista, transformando-se numa urbe cosmopolita que expressava uma multiplicidade de ritmos socioculturais. Em sincronia com o cenário cinematográfico internacional, após um período de experimentação e fascínio, os cinemas passariam a ser um fenômeno urbano integrante da vida dos habitantes da cidade brasileira. (...) (PINTO, 2000 : 232, grifo nosso).

Nesse sentido, ao lado de compridas avenidas, ruas com calçamento e arborização, serviços de água, eletricidade e esgoto, acompanhando as linhas do telefone, lado a lado com as praças com paisagismo e todas as ideias e ideais que chegavam via linha férrea, “o cinema viria compor mais um ingrediente do ambiente cosmopolita que se formava (...) no período da Belle Époque” (PINTO, 2002 : 232). Isto ocorria não apenas nos grandes centros, mas também naquela São João da Boa Vista que se pretendia moderna.

A mesma dimensão de expressão da modernidade em que o cinema se constitui, também é dada por outro autor. No trecho a seguir, Hobsbawn (2015) identifica a inovação do cinema como uma verdadeira revolução no entretenimento, e seu viés tecnológico, representante do espírito de toda uma época. Segundo o autor,



o cinema, por sua vez, que dominaria e transformaria todas as artes do século XX (finalmente também via televisão e vídeo) era totalmente novo em sua tecnologia, em seu modo de produção e em sua maneira de apresentar a realidade. Trata-se de fato da primeira arte que não poderia ter existido a não ser na sociedade industrial do século XX e que não tinha paralelo ou precedentes nas artes anteriores – nem sequer na fotografia, que poderia ser considerada apenas uma alternativa ao desenho ou à pintura (...) pela primeira vez na história, o teatro ou o espetáculo estavam livres das restrições impostas pelo tempo-espaco e pela natureza física do observador, para não falar dos limites do palco em relação ao uso dos efeitos (...) nenhuma arte representa tão bem quanto o cinema as exigências e o triunfo espontâneo de um modernismo artístico não-tradicional. E o triunfo do cinema foi extraordinário e sem precedentes em termos de rapidez e de escala (HOBSBAWN, 2015 : 207).

O autor ainda faz consideração interessante sobre o público-alvo do cinema e da sua dimensão *sans frontiere* quando consideramos a sua linguagem. Sem dúvida, há aqui um importante detalhe quase esquecido daquele cinema do início do século XX e que define profundamente sua ascensão enquanto forma de entretenimento e que se refere à universalidade da sua “linguagem”, num primeiro momento, muda. Segundo Hobsbawn (2015), inicialmente tratando do público-alvo do cinema, afirma que este

era, sem a menor hesitação, os menos instruídos, os menos reflexivos, os menos sofisticados, os menos ambiciosos intelectualmente (...) O cinema desfrutou de uma vantagem não prevista, mas absolutamente crucial. Dado que até a década de 20 ele era apenas capaz de reproduzir imagens, mas não palavras, era forçado ao silêncio interrompido apenas pelos sons do acompanhamento musical (...) Livre das restrições da Torre de Babel, o cinema desenvolveu, portanto, uma linguagem universal que, de fato, lhe permitiu explorar o mercado mundial, independente do idioma (...) o que o público viu e adorou no cinema foi precisamente o que surpreendeu, animou, divertiu e movimentou todas as plateias desde que existe entretenimento profissional (...) (HOBSBAWN, 2015 : 208).

Nestas considerações acerca do cinema, mais uma vez afirmamos que não deve ser dado a ele qualquer caráter negativo ou de inferioridade quando o comparamos ao teatro. Como vimos, o cinema constituía poderoso símbolo de modernidade, de inserção dentro de uma cultura cosmopolita. Com duas grandes interpretações - o cinema de Pinto (1998) que possui um sentido de “escola de costumes da modernidade” e a de Hobsbawn (2015), que contém o triunfo da modernidade nas expressões artísticas - não podemos rebaixar o cinema um “rebaixador da arte”, uma vez que ele atende à demanda de um público específico e bastante expressivo naqueles anos analisados.

**Fotografia 134 - O Theatro Municipal e seu uso enquanto cinema (c.1928)**



Fonte: Menezes (2014).

Desde sua inauguração, em outubro de 1914, o Theatro Municipal de São João da Boa Vista também seria local onde o cinema teria um lugar de destaque na lista de atrações. Longe de se constituir uma manifestação menor de cultura, constituía, sim, uma forma de entretenimento moderna em sua essência, que seduziria multidões e era tida como garantidora de um lucro necessário à manutenção/existência daquele espaço, uma vez ser ele pertencente à uma Sociedade Anônima que foi constituída no objetivo de auferir lucros com o entretenimento na cidade. Na fotografia, podemos perceber a importância do cinema para aquele espaço: há treze cartazes de publicidade, inclusive com filmes tais como *Alta Traição*, *The Cameraman* e *O Verdadeiro Céu*. Nota-se, ainda, na porta principal do edifício, uma propaganda conjunta do Cine Guarany e o Municipal.

Nesse sentido, para o sanjoanense dos anos 1910 e 1920, aquele espaço majestoso, moderno, símbolo de riqueza e de civilidade era, por excelência, seu lugar de diversões. Ele não era, portanto, apenas simbólico, mas também utilitário. Este local de diversão oferecia, por questões de retorno financeiro, sobretudo filmes. Fruto e símbolo de um mundo novo, moderno, o cinema arrebatava multidões. Está aqui, provavelmente, o principal motivo para que aumentassem as exhibições das fitas. Não se tratava, portanto, de “desinteresse” da população pelo gênero teatral, mas de adaptação aos novos tempos, novos públicos e novas formas de entretenimento populares. Nesse novo tempo, companhias teatrais dividiriam o espaço com as estrelas internacionais exibidas nas películas e competiriam com elas pela preferência do público.

Vemos, então, que ser um politeama e não apenas um teatro lírico dedicado às atrações eruditas ou de palco, na época em que o cinema conhecia seu auge, não era

apenas a mais viável das opções, como a mais inteligente<sup>192</sup>. Longe de rebaixá-lo, mostramos o quanto o Theatro Municipal sanjoanense foi moderno e atento naqueles seus primeiros anos. Seria nessa ideia de espaço de uso heterogêneo, multifacetado, que o Theatro Municipal de São João da Boa Vista funcionaria pelos 55 anos seguintes, entre interrupções de funcionamento e tentativas de atualização, até a liquidação da Companhia Theatral Sanjoanense e seu fechamento definitivo, no início da década de 1980.

## **O SEGUNDO TEMPO: UM NOVO THEATRO SURGE DE UM RESTAURO MATERIAL E SIMBÓLICO. NELE, OS MÚLTIPLOS USOS POR MÚLTIPLOS PÚBLICOS SÃO NOVAMENTE UMA REALIDADE.**

### **CAPÍTULO III – O Espaço Restaurado: uma breve história da restauração do Theatro Municipal Sanjoanense.**

O período que abrange os anos de 1925, ano de o fechamento definitivo das atividades da Companhia Theatral Sanjoanense, até aproximadamente os anos 1982, em que se inicia um processo de sensibilização da população sobre a importância do espaço pelos cidadãos, foi considerado como o de um longo declínio tanto das atividades artísticas quanto das condições físicas do edifício. Devemos reconsiderar esta afirmação no que se refere aos usos do local, uma vez que estes usos, também polivalentes tanto quanto em sua fase inicial, demonstrada nesta pesquisa, apontam para um lugar vivo, que, indiferente à passagem do tempo, se conservou como um dos centros culturais e do entretenimento na cidade durante a maior parte de sua existência.

Esse mesmo lugar, ao ser ameaçado, viu-se no centro de uma ampla campanha e de um demorado processo para seu salvamento. Entre os anos de 1984 e 2002, vemos um esforço conjunto de cidadãos e poder público para o conservar aquele edifício que tanto marcou a vida cultural sanjoanense e que culminaria com o seu restauro, operando tanto no plano material, quanto no plano imaterial e simbólico<sup>193</sup> da construção, e o

---

<sup>192</sup> São dados que exaltam a visão dos acionistas da Companhia Theatral Sanjoanense e de seus arrendatários, que perceberam, já naquele período, o início de um lucrativo e longo negócio e indicam uma profunda mudança na forma como se dava o entretenimento de massas após a criação do cinema.

<sup>193</sup> Uma interessante consideração sobre o caráter simbólico das edificações, questão levantada frequentemente neste trabalho, é feita por Atique (2016), que afirma que "(...) as edificações não são meramente suportes de atividades ou abrigos. São, visivelmente, elementos simbólicos, capazes de servirem a materializações de discursos e de políticas; são espaços dotados de significados desde sua concepção até sua ocupação. São elementos discursivos, enfim. Assim, construir e demolir, embora pareçam neutros, desvinculados de tensões, pelo simples fato de se oporem, desvelam conflitos (...) as

reconhecimento oficial da importância desse bem, através do instrumento do tombamento, por meio do qual foi inscrito no Livro do Tombo do Condephaat, em 1987.

### III. 1. O THEATRO MUNICIPAL ENTRE OS ANOS DE 1925 E 1982: UMA EFERVESCÊNCIA CULTURAL RESISTE NUM ESPAÇO DESCARACTERIZADO.

O Theatro Municipal correspondia a um importante palco para apresentações de artistas sanjoanenses, sobretudo amadoras. Em diversos espetáculos cênicos, recitais e festivais beneficentes, professores e atores amadores sanjoanenses<sup>194</sup> ofereciam atrações que viriam a ocupar uma lacuna cada vez maior deixada pela ausência das companhias teatrais itinerantes, que já não vinham mais se apresentar no Theatro. Essas companhias, ainda que se não constituíssem numa presença em grande escala na programação do antigo teatro, como demonstramos anteriormente, passaram a ser ainda mais raras após a Crise de 1929, evento global com impactos locais bastante significativos, o que acabou por estimular o florescimento de atividades artísticas locais. Além das apresentações locais e da exibição de filmes, o edifício serviu de lugar para diversas outras atividades culturais e de entretenimento<sup>195</sup>.

Já em 1929, passa a funcionar como ringue de patinação, na tentativa de viabilizar financeiramente o espaço. Depois do ringue de patinação, o espaço serviria também como salão de bailes para festas populares, constituindo importante espaço dessa natureza na cidade até meados dos anos de 1930. Abaixo, uma das festas juninas que tiveram lugar no edifício:

---

edificações são, por essência, obra coletiva, que se inserem naquilo que diversos autores chamam de ‘produção social do espaço’, atitude processual e polissêmica” (ATIQUÉ, 2016 : 152).

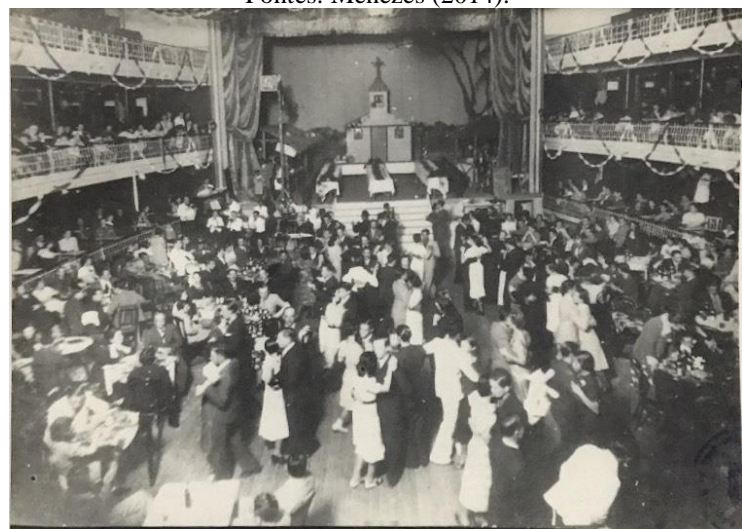
<sup>194</sup> Segundo Menezes (2014), variadas peças e festivais foram montados pelo Padre Josué Silveira de Mattos, Gabriela (Beloca) de Oliveira Costa, Zilah Mattos, Aurora Godoy, Herculano de Almeida, Ziza Andrade, Nascippe Mur, Padre Nicolau Miranda, entre outros. A maioria dos organizadores são religiosos e mulheres dirigindo festivais beneficentes e educadores expondo os seus trabalhos com seus alunos.

<sup>195</sup> Beraldo (2004) afirma que, ao longo do período entre a década de 1930 e 1980, o CineTheatro recebeu nomes como o Villa Lobos (juntamente com o pianista Sousa Lima, Lucília Villa-Lobos e Anita Gonçalves), o cantor e humorista José Luis Rodrigues Calazans (Jararaca) e seu grupo, o poeta Guilherme de Almeida, o ator Procópio Ferreira, os cantores Jorge Goulart, Carlos Galhardo, Roberto Carlos, Agnaldo Rayol e a comediantes Dercy Gonçalves. Nota-se, exceto pelo poeta Guilherme de Almeida, a inclinação da casa em receber artistas voltados às apresentações populares.

Fotografias 135 a 137 - Festa Junina em c.1930.



Fontes: Menezes (2014).



Fonte: Arquivo AMITE (2018).

Em 1937, com a maioria das ações da CTS adquiridas pelo Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, passaria a funcionar como cinema sem mais a ocorrência de bailes

populares. Para essa modificação de uso, a sala foi atualizada, assim como seus equipamentos. Segundo Beraldo (2004),

foram adquiridas poltronas novas e modernos equipamentos da Philips. O Theatro entrava em nova fase, passando a funcionar como cinema. A sétima arte entusiasmava o público sanjoanense (...) que enchiam a plateia com mais de três mil pessoas, divididas em quatro sessões: matinê, vespéral, duas sessões noturnas. (BERALDO, 2004 : 23).

No mesmo ano de 1937, o *Theatro Municipal* seria rebatizado com o nome de *CineTheatro*, assinalando em seu nome uma realidade de uso majoritário existente desde a sua inauguração<sup>196</sup>. Ainda em dificuldades financeiras, fecha pouco tempo depois desta primeira reforma, sendo reaberto em 1945, continuando a funcionar sobretudo como cinema.

Se a sala de espetáculos foi utilizada de formas diversas, as salas anexas do edifício também teriam um uso bastante variado ao longo dos anos. No andar superior funcionaria a Sociedade Cultura Artística, fundada em 1930, onde antes ficava o Bar. Esta associação “visava à prática da cultura através de saraus promovidos pelos artistas locais (...) Para as sessões, a Sociedade de Cultura Artística convidava artistas e autoridades famosos na época” (BERALDO, 2004 : 21)<sup>197</sup>. Foi sucedida a ocupação pela Sociedade Cultural de Debates, fundada em 1951, período em que “os intelectuais sanjoanenses e da região ali se reuniam para conversarem (...), declamar, cantar e tocar diversos instrumentos. Foi a precursora da Academia de Letras, fundada pelos mesmos idealizadores, em 1971” (MENEZES, 2014 : 107). Esta associação tinha “mais de 200 associados. Chegou a ter em seu acervo um piano de cauda, uma biblioteca com mais de 3.000 volumes, além de jornais e revistas editados no Brasil e no exterior” (MENEZES, 2014 : 109).

O espaço do antigo Bar do andar superior do CineTheatro ainda seria utilizado como sede do Teatro-Escola, em 1950, composto majoritariamente por jovens atores sanjoanenses, e como sede da Rádio Difusora ZYJ6, onde “funcionou durante cinco anos,

---

<sup>196</sup> Perduraria tal realidade de uso até o ano de 1982, com o fim das atividades de exploração pelo Dr. Oliveira Neto.

<sup>197</sup> Beraldo (2004) ainda aponta a existência, nesta Sociedade, de um “livro de ouro que trazia, entre outros, os nomes de Rangel Pestana, Guilherme de Almeida, Pedro de Toledo, Altino Arantes, Túlio de Lemos, Maria José Dupré, Caruso Neto, poeta esse que denominou São João a ‘Cidade dos Crepúsculos Maravilhosos’” (BERALDO, 2004 : 21).

de 1958 a 1963, no segundo andar do Theatro e num auditório. Durante sua programação, tinha apresentações musicais ao vivo (...)” (MENEZES, 2014 : 111). Depois, cedeu espaço para o funcionamento<sup>198</sup> da Biblioteca Municipal Jaçanã Altair, ficando nesse local até o início dos anos de 1980. Abaixo, o conjunto “Nin e seus Rocketes” no auditório da Rádio Difusora e um aspecto da Biblioteca Jaçanã Altair, próximo ao fim de suas atividades no edifício:

**Fotografia 138 - Auditório da Rádio Difusora em 1960.**



Fonte: Menezes (2014).

**Fotografia 139 - Biblioteca Jaçanã Altair c. 1980.**



Fonte: Menezes (2014).

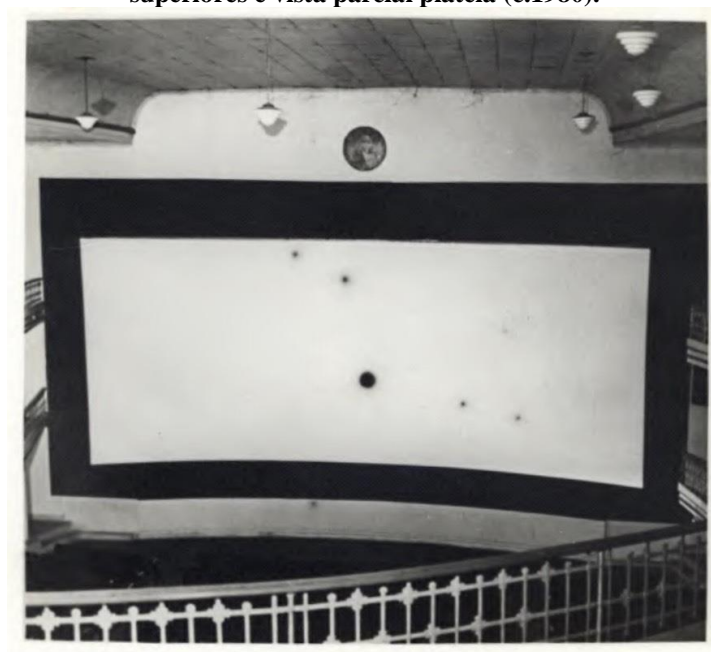
---

<sup>198</sup> As dependências do CineTheatro não seriam usadas apenas para atividades culturais e de entretenimento, mas também abrigariam na década de 1960 um laboratório de próteses dentárias do Dr. Anoar Taiga de Carvalho, segundo depoimento de Ademir Bielsa, e, por fim, o escritório da Transportadora Sertaneja, de propriedade do Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, acionista majoritário da CTS, nos anos de 1970. Agradecemos aos senhores Ademir Bielsa e Jefferson Palaia pelos importantes esclarecimentos.

Abrigando cinema, sociedades de cultura, rádio, e, por fim, biblioteca, em meio a filmes e apresentações de artistas famosos, de intelectuais, o CineTheatro avança em anos, completa décadas, se inclui em memórias e resiste. Seu múltiplo uso, ainda que menos frequente que nos anos anteriores a 1937, torna patente a natureza daquele lugar, um politeama, um local de múltiplas expressões culturais e de entretenimento onde não cabem definições excludentes.

Conjuntamente às mudanças no que se refere aos usos, a própria estrutura do edifício foi modificada. Ao longo dos anos entre 1914 e 1982, o edifício passou por diferentes reformas com graus diversos de comprometimento da estrutura e do aspecto originais. A mais profunda delas foi realizada em 1967, na qual se retiraram os últimos indicativos do esplendor antigo, substituindo mármore por meias paredes de chapiscos, a maioria dos lustres de cristal por lâmpadas de vapor de mercúrio, vidraças por grosseiros vidros foscos, portas de madeira da fachada por gradeados de ferro, e procedeu-se à remoção completa das divisórias das frisas e camarotes. Tal reforma visou à “modernização” do edifício, no sentido de fortalecê-lo frente à concorrência, principalmente do amplo Cine Avenida (inaugurado em 1944), que já há tempos havia se consolidado como sala de cinema mais confortável e com programação de melhor qualidade que o CineTheatro. Abaixo, o aspecto do CineTheatro ainda em funcionamento, no início da década de 1980:

**Fotografias 140 a 142 – Aspectos do CineTheatro – tela de projeção, vista parcial andares superiores e vista parcial plateia (c.1980).**







Fontes: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (1984).

Se essa reforma pôde ser considerada um desastre arquitetônico<sup>199</sup>, a “pá de cal” na bela arquitetura e acabamento do edifício, paradoxalmente pode ser considerada como

---

<sup>199</sup> Ao se atualizar o CineTheatro, possibilitava aos antigos proprietários a chance de lucros e a manutenção do espaço. Ao mesmo tempo, o CineTheatro ser *deficitário* auxiliou o edifício a chegar até o presente, uma vez que se a CTS fosse lucrativa, muito provavelmente haveria uma reforma bem mais profunda, incidindo sobre as áreas externas do edifício e em sua estrutura, descaracterizando-o de forma mais profunda e dificultando ainda mais o processo de restauro. Sobre o aspecto da reforma, é bastante importante frisar que nenhum ator social naquela época se opôs de forma organizada contra a referida reforma que descaracterizaria o edifício do CineTheatro, uma vez que ainda não havia surgido na

a viabilizadora da permanência, ao menos, do edifício no tecido urbano<sup>200</sup>. É a partir daquela tentativa de atualização, materialmente desastrosa, que o espaço faz frente, muito embora ainda em condição de inferioridade, aos novos locais de entretenimento da cidade. Já em 11 de março de 1970, surge outro concorrente ao CineTheatro, de maior envergadura que o Cine Avenida: o Cine Ouro Branco. Construído pela Construcine S/A, empresa sanjoanense dedicada à construção de salas de cinemas integradas a projetos de habitação e comércio, o Cine Ouro Branco oferecia não apenas som estéreo, equipamentos de ponta e poltronas mais confortáveis que aquelas do CineTheatro, mas inaugurava um novo ponto na sociabilidade sanjoanense, tornando-se um marco já em sua inauguração<sup>201</sup>. Frente a esta concorrência, o antigo CineTheatro, em seus momentos finais, amargaria prejuízos com exhibições de filmes de gosto duvidoso e de comédias pastelão, além de sessões de exibição de antigas séries de *Far West*, voltadas a uma faixa de público mais popular e de menor poder aquisitivo.

Somando-se as más condições de manutenção do edifício, a programação sem atrativos e o uso indevido de suas instalações, o CineTheatro foi sendo obliterado como

---

sociedade o anseio de ver aquele edifício recuperado e destinado novamente às funções de teatro. Aquela sociedade não estava sensibilizada com a questão preservacionista, apenas ocorrendo tal sensibilização mais de uma década mais tarde. Ainda na questão da reforma e do uso utilitário que o seu antigo dono fazia, e que incluía modificar o edifício conforme seu desejo e necessidade do momento, Riegl (2014) afirma que “Os autores dessas obras, que hoje em dia são consideradas históricas, pretendiam satisfazer certas necessidades práticas ou ideias deles próprios, de seus contemporâneos ou de seus herdeiros mais próximos e, em geral, não imaginaram deixar para as gerações dos séculos seguintes os testemunhos da sua vida artística e cultural, como criadores. A denominação de ‘monumentos’, usada para essas obras, deve ser entendida não em sentido objetivo, mas em sentido subjetivo. Seu significado e importância não provém da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles” (RIEGL, 2014 : 36). Podemos considerar, então, que não apenas os autores das obras, mas os donos subsequentes, ao reformarem sem qualquer cuidado as estruturas, visavam satisfazer necessidades práticas, e não configuravam tais ações, tentativas deliberadas de descaracterização do futuro patrimônio cultural, uma vez que a sociedade *ainda* não havia atribuído valor à construção.

<sup>200</sup> Muitos outros exemplos, espalhados pelo país, sucumbiram ante o peso da desatualização, da concorrência, da falta de vontade de seus proprietários em atualizá-los e da crise de público que se abateu nos antigos e desatualizados cinemas e cineteatros, deixando lacunas espaciais e simbólicas nestas cidades, frente ao vazio que tais construções, desaparecidas, deixaram para sempre. Nesse aspecto, é impossível mensurar a lacuna e o impacto da demolição de um edifício que possui um significado sentimental e/ou que carregue elementos identitários da comunidade em que se insere. Um trabalho bastante interessante sobre o desaparecimento de um teatro e o impacto social e cultural que adveio dessa demolição é retratado no livro organizado por Sônia Aparecida Fardin, *Fragmentos de uma demolição – História Oral do Theatro Municipal Carlos Gomes*, que reúne depoimentos de antigos frequentadores do Teatro Municipal Carlos Gomes, de Campinas-SP, demolido em 1965.

<sup>201</sup> O impacto da inauguração desse empreendimento foi tão grande que deslocou em grande parte o eixo de sociabilidade sanjoanense para o final da Avenida Dona Gertrudes, na direção oposta do CineTheatro, da Praça da Matriz e da Praça Cel. Joaquim José. O Cine Ouro Branco e o Cine Avenida, separados por umas poucas dezenas de metros, conjuntamente a outros empreendimentos comerciais e de diversões formariam, por longos anos, o novo centro social sanjoanense.

lugar de entretenimento da cidade. Essa perda de espaço na cena cultural sanjoanense encontraria sua culminância nos anos 1970, quando passaria a ser conhecido por alguns pela alcunha de “pulgueiro”. Como consequência da decadência física do edifício e da queda de qualidade dos filmes, a sala perdeu seu lugar central no entretenimento sanjoanense. Frequentar o “pulgueiro” não era mais interessante, e até mesmo passava a ser desencorajado por uma sociedade que desconfiava daquela quase-ruína bem no centro de sua cidade. Abaixo, a dimensão da degradação do espaço, tanto no plano externo quanto interno, após sucessivas reformas.

**Fotografias 143 e 144 - A deterioração física do edifício do CineTheatro, em sua fachada (c.1982).**



Fontes: Menezes (2014)

De início, podemos perceber nas imagens a falta de destaque do edifício em meio ao centro sanjoanense, com copas das árvores à sua frente e uma marquise das portas do bar e “espremido” pela ocupação de sua calçada por um ponto de ônibus e por um canteiro de árvores da espécie *ficus*. Na fotografia 144, vê-se a falta de critérios na substituição das portas e vidraças originais por outras, inclusive grades, descaracterizando sua fachada. Nota-se a divisão do térreo do edifício entre o foyer, do lado esquerdo do observador, e o BarTheatro, do lado direito do observador, sendo visível a chaminé improvisada da chapa do mesmo, na parede lateral direita, próximo aos *ficus*. Vemos, também, o ponto de ônibus à esquerda do observador, motivo pelo qual diversos veículos pesados estacionavam e, com a vibração, contribuíam para a degradação da estrutura e para uma experiência nada agradável dentro do edifício, de onde se ouviam os ruídos dos motores, segundo antigos espectadores.

**Fotografias 145 a 151: Descaracterizações internas do edifício – bar, foyer e sala de espetáculos (c.1982 e c.1984).**



Fonte: Menezes (2014).





Fontes: Arquivo AMITE (2018).

Nas imagens, presenciamos a descaracterização da parte interna do edifício, resultado de reformas anteriores. Nas imagens 145 e 146, vemos o BarTheatro, onde fica marcante a divisória gradeada entre este bar e o foyer do CineTheatro, e a chapa de preparo de lanches. As imagens 147 e 148 são do foyer, onde se vê, na primeira imagem, as portas da sala e, na segunda imagem, a bilheteria, notando-se a simplicidade da decoração e até mesmo a precarização da beleza do mesmo, com pisos encardidos e meias-paredes de um chapisco grosso. As imagens 149 e 150, de ângulos e locais diferentes, concentram-se na sala de projeção propriamente dita, onde se percebe a falta de nivelamento acústico nas janelas, além das escadas laterais colocadas nas reformas, que desestabilizaram a estrutura, e da ausência do gradil de ferro fundido que separava as frisas e a plateia, retirados no intuito de aumentar a capacidade da sala de projeção com o nivelamento dos níveis da plateia e da antiga área das frisas. Nestas imagens, é marcante a ausência das divisórias originais dos camarotes e das frisas. Na imagem 151 está o local da antiga tela de projeção, com as armações de madeiras ainda no lugar, onde se vê claramente a fixação da estrutura no arco do proscênio e a impossibilidade do espaço em receber outras atrações que não o cinema (a área da antiga boca de cena foi visivelmente aumentada, com a modificação da estrutura das lajes que sustentavam os camarotes e as galerias, e pintada de preto) Nas imagens 149 e 150, pode ser vista a adaptação nos andares superiores com a formação de um estranho ângulo que conferiu à estrutura não mais o formato de uma “ferradura”, mas com o formato parecido ao de um “ômega” maiúsculo. As fotografias, presentes no Arquivo AMITE, foram capturadas pela equipe de restauro, visando registrar o estado em que o edifício se encontrava no momento da compra pela Prefeitura Municipal, entre 1984 e 1985, e antes do início das obras de restauro.

Em maio de 1977 a Companhia Theatral Sanjoanense, praticamente toda pertencente ao Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, é extinta<sup>202</sup>. As operações do CineTheatro ainda se estenderiam até o ano de 1982, quando, desatualizado e decadente, fecha suas portas definitivamente. Sobre a desatualização da operação do cinema, vemos um grande contraste se considerarmos os tempos passados do edifício. Se o Theatro Municipal, enquanto ideia dos anos 1910, foi amplamente atento às demandas de público em sua história, vemos que a crescente inserção da tecnologia do entretenimento nas residências consistiu num desafio incontornável para este espaço, uma vez que promoveu uma mudança significativa de hábitos: se em 1914, data de sua inauguração, o espaço era apto a receber praticamente todo espetáculo de palco além do cinema, já em 1980 vemos que o mesmo não se sustentava, seja por questões físicas referentes às instalações, seja por questões conjunturais referentes aos novos tipos de entretenimento mais em voga<sup>203</sup>. Com as mudanças físicas no edifício, o espetáculo cênico já não tinha um “palco” de grandes dimensões na São João da Boa Vista dos anos de 1970 e o cinema, ainda que obtivesse sucesso em salas modernas, não tinha sucesso no CineTheatro, que, então, além de ser fisicamente ultrapassado, também era simbolicamente desprezado.

Sem utilidade prática, sem a manutenção devida, após o fim das operações, aquela construção parecia destinada ao desaparecimento. Surgia um problema sobre o futuro daquele espaço, problema esse que em pouco tempo mobilizaria politicamente um número expressivo de cidadãos.

### III. 2. A SOCIEDADE SE MOBILIZA E O PODER PÚBLICO RESPONDE: TEREMOS UM TEATRO SANJOANENSE.

A preservação do edifício do antigo Theatro Municipal seria impulsionada por notícias que circularam após o fechamento definitivo da casa de espetáculos, em 1982.

---

<sup>202</sup> Para a última ata da Companhia Theatral Sanjoanense, VER Anexo C (p.642-644).

<sup>203</sup> Nos anos de 1980, o indivíduo *remotamente* assistia ou ouvia músicas, óperas, comédias, da sala de sua casa, em televisores, videocassetes, toca-fitas e toca-discos. A revolução tecnológica do século XX no campo do entretenimento causou nestes espaços um impacto tão grande que dezenas deles desapareceram em questão de poucos anos, restando alguns poucos exemplos desses politeamas do início do século.

Essas notícias indicavam a intenção de demolir do edifício<sup>204</sup>, fosse para a construção de um supermercado, de uma igreja evangélica, de um estacionamento ou, por último, de um edifício de apartamentos. A ameaça de demolição (Fotografia 152, ANEXO D, p.695) chegou a ser publicada, inclusive, na *Folha de São Paulo*, em abril de 1983, conforme reproduzido abaixo:

**Teatro de S.J. da Boa Vista pode ser demolido. 28/04/1983**

O Teatro Municipal de São João da Boa Vista corre o risco de ser demolido, porque o proprietário do prédio, Joaquim José de Oliveira Neto pretende vendê-lo e, segundo os moradores, o provável comprador já informou que quer construir no local um prédio de apartamentos.

A Prefeitura se diz, está empenhada em impedir a destruição do teatro construído em 1913 e que é hoje “uma das poucas obras de tradição cultural da cidade”. Com a dissolução há algum tempo da Companhia Teatral Sãojoanense, o prédio foi usado como cinema e vem sendo, desde então, destruído aos poucos internamente, pela deterioração do palco, frisas, camarotes e galerias.

Estes rumores desempenharam um papel catalisador nas ações de preservação daquele edifício, sendo notório o anúncio que o artista sanjoanense Ronaldo Marin fez sobre permanecer em greve de fome ou, até mesmo, se acorrentar ao telhado caso o edifício não fosse preservado<sup>205</sup>. Menezes (2014) reproduz parte de uma entrevista com Maria José Freitas Marin (Zeza Freitas, esposa do artista) que explica a iniciativa:

Quando [Ronaldo Marin] chegou a São João, logo retornou para o Grupo de Teatro e Dança e, quando descobriu que o teatro ia ser vendido e demolido, ficou maluco (...) o Ronaldo com cabeça europeia, espírito jovem e destemido, encabeçou um movimento para não deixar isso acontecer... junto com outros jovens, colheu milhares de assinaturas de porta em porta, fizemos “*happening*” em frente ao Teatro... e não vendo resultado, deu uma entrevista para o jornal da cidade, falando que, se “não tomassem uma decisão ele iria se amarrar no topo do prédio e fazer greve de fome até decidirem não demolirem o prédio e pedirem seu tombamento. Chamou a atenção da mídia, o SBT divulgou no jornal televisivo e as coisas começaram a mudar... até que quatro anos depois (mais ou menos) tivemos a promessa dos políticos de que o Teatro seria, enfim, tombado (MENEZES, 2014 : 117).

<sup>204</sup> Essas notícias circulavam ainda que, em 1981, o Prefeito Nelson Mancini Nicolau tenha decretado o edifício de utilidade pública. Para a lei, VER Anexo C (p.645).

<sup>205</sup> Sobre a coragem desse artista, devemos lembrar que “não são os governos que tomam, na maioria das vezes, a iniciativa do tombamento. As solicitações quase sempre partem de cidadãos esclarecidos. Ou de grupos comunitários. Ou ainda, de estudiosos sensibilizados pela ideia de proteger o patrimônio da sociedade e da nação, de um modo inteiramente idealista e desinteressado, em contraposição às eternas expectativas de lucros dos especuladores de todos os naipes” (RODRIGUES, 2012 : 97).



Além da ameaça de greve de fome, Ronaldo Marin e Zeza Freitas protagonizaram a iniciativa de coletar dos cidadãos sanjoanenses, assinaturas em abaixo-assinados que declaravam apoio à iniciativa do poder público em proteger o edifício do antigo Theatro Municipal. O seu texto dizia:

**ABAIXO-ASSINADO EM APOIO AO SR. PREFEITO SIDNEY BERALDO NA ATIVAÇÃO DE UM ESPAÇO CULTURAL P/ S.J.B.VISTA.**

Os abaixo-assinados, vêm através deste dar seu total e irrestrito apoio ao Sr. Prefeito Municipal, no projeto de reativação do Teatro Municipal de nossa cidade, apoiando ainda as resoluções que visam dissolver o impasse quando da última proposta para a efetivação deste espaço.

Entendendo que essa efetivação irá trazer grandes benefícios ao desenvolvimento cultural do município, além de promover a conservação de importante monumento histórico, ratificamos nosso apoio ao Sr. Prefeito:

Os 4 abaixo-assinados, expostos nas Fotografias 153 a 156 (ANEXO B, p.627), reúnem 1.026 assinaturas (155, 160, 484 e 227 assinaturas, respectivamente), um número bastante expressivo numa sociedade que estava ainda se acostumando à democracia e às ações populares sem o cerceamento do poder público<sup>206</sup>. Nesses documentos, é muito interessante perceber a heterogeneidade das ocupações dos signatários, que vão desde “dona de casa” a “industrial”, passando por “doméstica”, “ator”, “estudante”. Essa abrangência de ocupações, de classes sociais, demarca bem a existência de um desejo francamente difuso pela preservação do espaço, sendo possível afirmar, então, que o processo de preservação do Theatro Municipal contou com uma importante mobilização de grupos da sociedade<sup>207</sup>.

<sup>206</sup> Essa iniciativa se dá num importante período da história recente brasileira: “Nos anos oitenta, em meio à pressão política para a redemocratização do país, o tema da cultura popular (manifestações artísticas, religiosas, saberes tradicionais, etc.) ganhou força nos debates sobre o patrimônio, simbolizando, em certa medida, a conquista da cidadania pelo povo brasileiro” (SILVA E OLIVEIRA, 2011 : 72). Pode-se considerar, portanto, que as mobilizações para a preservação e o posterior restauro do CineTheatro fazem parte de um movimento muito mais amplo em que o povo se livrava da tutela do Estado (opressor) e passava a assumir o papel de protagonista de suas histórias, se transformando em parte fundamental no processo de preservação dos bens culturais. Nesse aspecto, Fernandes (s/d) afirma que “desde meados dos anos 1980, os movimentos sociais populares, encetados por novos atores sociais na cena política (mulheres, índios, negros, sem-terra, homossexuais, etc.) veem no ‘resgate’ de sua memória um instrumento poderoso de afirmação de sua identidade e de luta pelos direitos de cidadania” (FERNANDES, s/d : 2/3). Dentro desses “direitos de cidadania” estão os direitos culturais, que “são aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que [são] o direito de produção cultural (...) o direito de acesso à cultura (...) o direito à memória histórica (...) o direito à informação (...) e o direito à participação nas decisões públicas sobre políticas culturais (...)” (FERNANDES, s/d : 4/5).

<sup>207</sup> Nesse aspecto de mobilização social, Micelli (1984) afirma que “A questão da mobilização social, como parte da questão da participação popular, é crucial para qualquer política de preservação patrimonial tenha um mínimo de eficácia. É a mobilização que lhe confere legitimidade e lhe reduz os custos (...) sem tal mobilização, dificilmente uma política de preservação será eficaz, quanto mais democrática.” (MICELI, 1984 : 36/37).

Diante da espontânea reação de grupos a partir dos abaixo-assinados e da repercussão negativa sobre o provável desejo de venda do edifício pelos seus donos, também houve manifestações contrárias àquilo que foi chamado de “tomar o alheio” por “mentirosos” e “sonhadores”. As manifestações contrárias ao tombamento e aos seus promotores tiveram eco na imprensa local a partir de um cronista de iniciais J.P.C. (as crônicas aqui reproduzidas e transcritas, retiradas do Arquivo AMITE, não indicam o periódico em que foi publicado). O argumento principal dos textos é a posição contrária a “tomar” um bem de um particular e, além disso, empregar recursos elevados e inexistentes na recuperação do edifício. Abaixo, as duas crônicas (ANEXO D, p.696):

**Teatro municipal – Tombar ou tomar... 11/05/1983.**

Dando continuidade à longa e ridícula série de inverdades, alguns cidadãos, marcados pela série de cometimentos os recomendam ao respeito público, para obterem, de qualquer modo a posse do prédio onde desde 1913 funciona o Teatro Municipal, obra de homens decentes, gente de vida limpa, voltaram à carga.

Conseguiram, numa das últimas edições da “Folha de S. Paulo”, notícia, cujo título mostra mais uma mentira: “Teatro de S. João da Boa Vista pode ser demolido”.

Outro trecho da notícia:

“Com a dissolução da Cia. Teatral Sanjoanense, o prédio foi usado como cinema e vem sendo, então, destruído aos poucos internamente, pela deterioração de palco, frisas, camarotes e galerias”.

Na verdade, o prédio, externamente intacto, internamente reclama obras profundas, altamente caras. Depois do Cinema, fechado pela falta de público, deu lugar, sem resultado, a outras diversões que exigiram modificações internas.

Nunca, e podemos afirmar sem receio de contestação, seus responsáveis pretenderam proceder alteração interna, porque o objetivo é de cooperar para que haja realmente, aproveitamento para algo que faculta cultura e promoções artísticas, objetivo de alçada de gente honesta, não de amigos de posse incorreta do alheio. **Tombar sim, tomar não.**

Gente que tenha, embora metida em serviços de Ensino e Cultura, usado material escolar para divulgação eleitoral.

Em tempo algum, os responsáveis pelo prédio sequer sonharam ou sonham em demolição. Somente se espera definição concreta, que surjam pessoas, entidades, propostas merecedoras de exame e recursos. Vejamos:

O atual Prefeito Municipal, cidadão reconhecidamente capaz, empresário e comerciante que julgamos responsável, neste ano de 1983, com um Orçamento empenhado, lutando com dificuldades econômicas, não tem recursos para sequer pensar em uma pintura que custaria alguns milhões, quanto mais aplicar, na aplicação de cem ou 150 milhões.

Exemplo temos na soma incluída a Orçamento, de **hum milhão de cruzeiros...**

O Fundo de Garantia – FGTS, de 1982, desde maio não é recolhido. Professorado da Escola de Comércio, não recolhido e que deve ser de muitos milhões, em atraso do FGTS.

Os que se arvoram em servos da Cultura e Arte deveriam se preocupar com direitos de aludidos professores e tentar, com decência do Tombamento, com a Secretaria de Cultura, também sem recursos, como é de conhecimento geral pelas afirmativas dos srs. Secretário e do Governador do Estado.

A boa moral, no caso recomenda: não se tomar coisa alheia, com mentiras e sem dinheiro.

**JPC**

### **A Volta do Teatro, às atividades. 24/09/1983.**

Surgiu no palco do diálogo, a possibilidade de novas atividades do teatro Municipal, há algum tempo envolto pela melancólica tristeza do silêncio apesar das glórias, desde 1913, sendo destaque “a presença de D. Pedro II” no ato inaugural, fato recém apontado como prova da importância para se justificar a tomada ou tombamento do prédio da Praça da Catedral.

Nesta nova tentativa, que julgada séria, deve ou deveria estar presente firma de cidade da Paulista e a nossa Prefeitura Municipal.

Surge então a figura do Cine Ouro Branco, a única casa que exhibe filmes, já que duas outras, inclusive o Teatro, silenciaram, este por motivos certamente financeiros (falta de frequência) forçaram o fim, talvez porque se julgou impossível transferir para qualquer organização, evitando o fechamento e a novela do toma ou tomba. E quem tombou foi o teatro como cinema ou Teatro.

O caso do verbal, que sabemos ser compromisso muito frágil deve ter levado o Ouro Branco a expor motivos, certamente oportunos do porquê, do que poderia fazer para realidade da reabertura do Teatro, trabalho da Prefeitura e de firma interessada.

No momento não temos cópia do documento, mas pretendemos obtê-la e publicá-la, salvo quem a tenha recebido der conhecimento. Realmente confiamos que, tanto Teatro como Cine não se oporiam ao plano de reabertura do teatro. Bastaria, ou basta, que as partes interessadas resolvam assegurar à cidade mais um centro de arte e alegria. Oxalá que essa vontade e recursos se manifestem de forma a que os “descobridores de D. Pedro II” se acalmem, porque é feio tomar o alheio, mesmo porque, sem dinheiro, bom é trabalhar e reunir recursos e servir a cidade, cujos habitantes não gostam de mentirosos.

Por falar em recursos para reconstrução do prédio do teatro, quanto seria preciso?

Fixemos em 200 milhões, mínimo, porque em 1982, as obras mais precisas eram avaliadas em 120 milhões. Mas é preciso entrar no interior do Teatro para se ver que somente as paredes externas poderão permanecer. Os 200 milhões apontados é o mínimo do preciso.

Desconhecemos as possibilidades financeiras da firma que se associa, mas da Prefeitura vamos a números: O orçamento de 1983 é de um bilhão e meio. Para 1984 deverá ultrapassar dos três bilhões!

Para os mentirosos nada é, mas para os contribuintes chicoteados pelo custo de vida, é de apavorar.

E o Sr. Prefeito, sem dúvida, que não desconhece os problemas do povo, como se arriscar a um negócio que na realidade não é bem seu.

O Sr. Prefeito Municipal não desconhece:

Que em 1982 pagava-se benefícios mensalmente de Cr\$ 12.012,00 a quinze pessoas, a familiares do Jornalista João Cristiano Luhmann, que foi Secretário da Prefeitura!

Temos uma lista de mais de 45 aposentados, que recebem uma ninharia, numa época tão difícil de se viver sem fome.

Sem dúvida que o Sr. Prefeito Municipal não se sente bem em não ter meios para fazer justiça a essa gente.

- Tivemos que abandonar o Distrito Industrial, pela falta de novas fábricas. Quantas obras a realizar na cidade e zona rural?

- Onde a Matadouro, que seria serviço, além de prioritário, de ordem econômica para o consumidor. E porque não o temos?

E quantos serviços de real utilidade desejaria o Sr. Prefeito realizar e, por falta de meios, embora com orçamento jamais previstos, não os concretiza?

Parece-nos que, não havendo dinheiro para tornar o prédio do Teatro digno da finalidade que se pretende, os sonhadores somente poderiam ajudar a Prefeitura Municipal a atingir serviços que facultem ao contribuinte, aos habitantes desta comuna, anos de tranquilidade, de normalidade econômica, para um Brasil com governantes mais próximos do povo.

Porque, tomar o alheio, sem dinheiro, é coisa feia, muito deselegante. Voltaremos com novos números que vão dizer do porquê devemos cooperar com os que respondem pelos destinos de São João da Boa Vista, recolocando-a onde 161 anos a construíram.

**JPC**

Pode-se perceber, nas crônicas, um equívoco no que se refere à compreensão do que significa o tombamento de um bem. Mesmo que o autor tenha feito um trocadilho entre “tomar” e “tombar”, a ignorância do que se tratava o último é bastante perceptível, e mais perceptível ainda é a veemência com a qual o cronista refuta o emprego de verbas

municipais para a recuperação do edifício. Na primeira crônica, acusa-se o movimento de produzir inverdades publicadas em jornal de reconhecimento nacional e desejar retirar do proprietário o seu direito de usufruir do bem, tomá-lo à força, a partir de um conluio visando impedir o seu dono de exercer seu direito de propriedade. Além disso, chama a atenção do leitor para a dificuldade econômica do município e a falta de recursos a serem empregados numa eventual obra de recuperação do edifício<sup>208</sup>. Já na segunda crônica, o cronista apresenta uma possível solução ao impasse sobre o destino do edifício, ao reabri-lo novamente como um cinema, por empresa vinda da cidade de São Paulo. Além de apresentar aquela possibilidade, não concretizada, o autor sobe o tom nas críticas aos defensores do tombamento e toma como argumento, para ridicularizá-los, um erro histórico. Ainda como forma de desacreditar o tombamento, repete-se incansável o bordão “é feio tomar o alheio” e demonstra-se mais profundamente as dificuldades financeiras do município, elencando um orçamento insuficiente, benefícios insuficientes e obras “de real utilidade” a serem feitas pelo Prefeito Municipal, sendo mais uma vez contrário ao emprego de recursos públicos na recuperação de um imóvel particular.

Nessas crônicas, vemos que o tombamento de um bem imóvel privado, tido como “tomamento do alheio” pelos cidadãos engajados na ação, é incompreendido pelo cronista, numa situação que até hoje perdura. A incompreensão sobre o valor para a comunidade de bens culturais, principalmente edificados, faz surgir em alguns proprietários<sup>209</sup> ou em parcelas da população um profundo rechaço ao aludido instrumento de preservação, como se o mesmo colocasse em questão o direito à propriedade privada. Por outro lado, as crônicas são, ainda que contrárias ao tombamento, um reflexo da opinião de parte parcela da população, ainda que menor e menos significativa do que aquela a favor da preservação do edifício. Essa opinião contrária demonstra duas situações importantes: a primeira, de que na democracia, o contrário, ainda que difícil de receber apoio ou com apoio muito restrito (principalmente por

---

<sup>208</sup> A falta de verbas e da existência de gastos “mais importantes” a serem realizados são argumentos comuns contra a preservação do patrimônio edificado. Nesse aspecto, devemos considerar que “as comunidades, no mundo, precisam, sem dúvida, de hospitais, escolas e emprego. Mas precisam também do passado e da administração do passado, isto é, do patrimônio cultural; pois suas identidades, em seus processos de elaboração e em suas variadas manifestações de diversidade, não prescindem do passado. Melhor seria dizer que não prescindem do presente, uma vez que patrimônio cultural é cultura viva” (FERREIRA E DOMANSKI, 2012 : 41).

<sup>209</sup> Felizmente, o caso do teatro sanjoanense foi diferente. O antigo proprietário, sabendo do valor cultural que seu imóvel possuía, deu preferência de compra à Prefeitura Municipal e facilitou a transação, conforme expresso em pronunciamento do prefeito Laert de Lima Teixeira, reproduzido mais à frente, quando tratarmos da criação da Fundação Oliveira Neto – FON.

especuladores imobiliários e construtores, que se beneficiam da destruição de parte da história e são prejudicados quando as construções são poupadas), merece existir tanto quanto a posição dominante; a segunda, de que mesmo que tenha havido uma importante mobilização da sociedade para a preservação do espaço, tal ideia de manter o Teatro Municipal de pé nunca foi unanimidade. Nesse aspecto, ainda que não fosse unanimidade, vemos também o estabelecimento cada vez mais consistente de um sentido atribuído àquele edifício pelo senso comum da população e de uma sensibilização cada vez maior da população sanjoanense quanto à importância do edifício<sup>210</sup>.

Mesmo não sendo unanimidade, as ações visando à preservação do edifício seguiram em frente, com apoio popular significativo. Ainda que a pressão realizada pelos abaixo-assinados e pela ameaça de greve de fome não tenham significado o início imediato do processo de tombamento do edifício (processo esse de que trataremos a seguir), impactou suficientemente o poder local a ponto de o prefeito municipal, Sidney Estanislau Beraldo, adquirir o edifício, por compra, do Dr. Oliveira Neto, autorizado pela Lei nº 87, de 29 de dezembro de 1983, transcrita no Documento Escrito 11, Anexo C (p.648-649). Esta compra se deu incomumente em duas partes. Em 5 janeiro de 1984 foi adquirida a metade do terreno no valor de Cr\$ 45.000.000,00<sup>211</sup>, que compreendia os atuais foyer, plateia e metade do palco, ficando ainda o fundo do palco, camarins e terreno do fundo para o antigo proprietário. Essa aquisição foi noticiada em duas crônicas (ANEXO D, p.696), sem indicação de periódico que as publicaram, disponíveis no Arquivo AMITE:

**Teatro Municipal: Definitivamente da municipalidade sanjoanense. 14/01/1984**

Em rápida cerimônia realizada nesta semana no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal que contou com a presença do Prefeito Sidney Beraldo, do Vice-Prefeito Gastão Cardoso Michelazzo, do Dr. Joaquim José de Oliveira Neto (ex-proprietário do Teatro Municipal), de representantes da imprensa escrita e falada, do representante do 2º Cartório de Registros do vereador José Oscar Matielo, de diversos diretores e funcionários da Prefeitura foi assinada a escritura de compra do Teatro Municipal pela Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista – Administração Sidney Beraldo.

Fazendo uso da palavra o Prefeito Municipal Sidney Beraldo destacou a importância dessa aquisição para a população sanjoanense; que com a mesma cumpria mais uma de suas propostas de governo; elogiou o Dr. Oliveira Neto pela maneira como atuou durante o período de negociações e sintetizou a forma de como será feita a restauração deste patrimônio histórico-cultural sanjoanense.

Em seguida Dr. Oliveira Neto fez um breve relato da história do Teatro Municipal (foi construído em 1913) e das suas esperanças na restauração do mesmo, permitindo assim a continuidade de programas culturais de alto nível, que certamente farão de nossa cidade o maior centro cultural da região.

<sup>210</sup> Vemos que essa sensibilização ainda não atinge *todos* os indivíduos. Muitos ainda o enxergam como um “elefante branco”, segundo crônica analisada no último capítulo.

<sup>211</sup> O pagamento foi feito em uma parcela de Cr\$ 20.000.000,00 e mais dez terrenos na Vila Santa Edwiges. O valor em dinheiro foi pago através de Crédito Adicional Especial autorizado pela Lei nº 76, de 07 de dezembro de 1983, transcrita no Anexo C, Documento Escrito 10 (p.646-647).

**Finalmente, o Teatro é nosso. 21/01/1984.**

Não se pode silenciar ante acontecimento que, desde 1980 passou a prender a atenção da população inclusive da Imprensa da Capital inocentemente utilizada para notícias ridículas, “o Teatro vai ser demolido”, ato que, no cérebro de alguns “papagaios” impediria sua posse (mesmo sem dinheiro) pelos participantes do grupo até então de falantes.

Bom e oportuno se façam elogios, aplausos ao grupo que chegaram a confundir Rocha Pombo e notáveis historiadores. Descobriram que o Teatro, em 1913 contou no ato inaugural com a presença do imperador D. Pedro II, acontecimento que passou a figurar como algo extraordinário, enriquecendo, o Teatro, de fato, descoberto pelo grupo que dizia: “o Teatro será de qualquer forma...”.

E a forma foi obtida bastando, substituir manchetes vazias da realidade, mediante um acordo entre os que respondiam pelo imóvel e a Prefeitura, já dona de 20 milhões de cruzeiros mais 10 lotes de loteamento urbano ainda que, sem obras marcadas por lei em vigência, que exige redes de Abastecimento e Esgotos; iluminação, e serviços imprescindíveis. Cedeu, a Prefeitura, metros do prédio, onde se localiza o velho palco e terreno confrontante.

**Amigavelmente, não desapropriação** mas compra tão comercial, como se faz em geral. Final que merece respeito, mesmo porque afastou os boateiros, os descobridores do Imperador em São João em 1913.

Bom que, dentre os atos pouco recomendáveis, apontemos a cessão, em 1980, de toda a calçada em frente ao Teatro e o prédio onde funcionam Banco e escritórios de advocacia, sem que nessa doação à Empresa de Transportes Urbanos, sequer se enviou aos responsáveis pelos ditos prédios uma comunicação do ato. Tudo pela fúria de tomar posse do alheio, que agora, em acordo bem mais digno, se concretiza.

- Julgamo-nos no direito de apontar, essa transação, o caso dos terrenos em loteamento da Prefeitura. Por força de Lei somente se pode vender lotes, nesse caso, quando a área estiver todos os serviços que a tornem habitáveis.

O impedimento foi solucionado, constando da escritura a obrigação da Prefeitura promover os serviços exigidos pela Lei. Com essa providencia, doravante, pensamos, os Loteadores podem vender lotes bastando-se a suma o compromisso de fazê-los assim que o dono do lote decidir construir. Ato que veio amenizar e regular a venda de áreas em loteamentos.

Assim, o prédio do Teatro é da Prefeitura que promoverá obras precisas para torná-lo sede da Arte, Cultura.

Para os “heróis”, como esperança, poderão entre gambiarras e luzes, restar alguns cabides.

Ambas as crônicas noticiam o mesmo fato, mas diferem na forma como o fazem. Na primeira crônica, um tom sóbrio narra a breve cerimônia de compra de parte do edifício do antigo Theatro Municipal pela Prefeitura Municipal e votos do antigo proprietário sobre o sucesso da iniciativa de recuperar aquele edifício. Nota-se que a compra do CineTheatro constituía um dos itens do programa de governo do prefeito Beraldo<sup>212</sup> e que já havia uma ideia de que aquele edifício seria condição *sine qua non* para a cidade se tornar um centro cultural regional. Já na segunda crônica, a notícia da compra é usada pelo cronista para mais uma vez atacar o grupo de cidadãos que se mobilizaram para evitar a demolição do edifício. Ataca aqueles a quem chama de “papagaios”, torna a citar um erro histórico e ironiza a vitória do grupo de cidadãos. Novamente, o cronista se mostra bastante insatisfeito com a aquisição e com o gasto

<sup>212</sup> Dvorák (2008), sobre os administradores, afirma que eles “têm obrigação de se esforçar para que nenhum sacrifício ou esforço seja poupado quando se trata do destino de antigas construções e áreas da cidade(...) por isso, cada monumento sacrificado sem absoluta necessidade deve constar como sinal de sua incompetência ou leviandade na condução dos negócios públicos” (DVORÁK, 2008 : 79).

público envolvido, porém admite ter sido melhor a compra<sup>213</sup> que o “tomamento” do edifício.

Após a compra da primeira parte, num inédito episódio de consulta popular, a Prefeitura disponibiliza, no foyer do edifício, urnas para que a população depositasse opinião sobre o destino do edifício, em abril de 1984. Nesta pesquisa de opinião, surgiram algumas sugestões como a de o edifício ser transformado numa biblioteca, casa de exposições de arte e discoteca. Venceu a que desejava a transformação do espaço novamente num teatro. Venceria também o desejo de restaurar o edifício o mais próximo possível de seu aspecto original. Abaixo, a transcrição dos periódicos<sup>214</sup> *A Gazeta de São João*, *Jornal O Município* e *Jornal O Município*, respectivamente (ANEXO D, p.697), que noticiam a consulta popular por meio de urnas:

**Painéis e Notícias no Teatro Municipal. 24/04/1984.**

No dia de ontem, foi aberta no Teatro Municipal, uma mostra de painéis com a reconstituição histórica ilustrada com fotos e notícias sobre o prédio, desde sua inauguração até sua desativação.

A partir do dia 30 será colocada no Teatro Municipal uma urna para coleta de opiniões de uma pesquisa, realizada pelo Setor Municipal de Cultura sobre o prédio.

Esta mostra de painéis e notícias poderá ser vista por toda comunidade até o dia 10 de maio, diariamente das 8 às 11 e das 13 às 18 horas.

**TEATRO MUNICIPAL. 05/05/1984**

Compareça à urna do Teatro Municipal e dê sua opinião sobre a restauração do mesmo. Sua participação é de muita importância para nossa cidade.

**Teatro Municipal: resultado da pesquisa popular. 26/05/1984.**

O Departamento de Cultura, Esportes e Turismo da Administração Municipal Sidney Beraldo realizou uma pesquisa popular para saber o que pensa a população sanjoanense sobre a restauração do Teatro Municipal: para que deve servir o prédio, de que forma deve ser utilizado e este é o resultado da mesma:

Dos 1651 questionários respondidos, 28 foram anulados por não serem aproveitáveis já que eram respostas na base da brincadeira; 80% das opiniões foram de que o Teatro deve ser restaurado em sua forma original e ser utilizado como um local público para atividades artísticas.

As demais respostas sugeriram que o Teatro Municipal seja utilizado para realização de leilões de arte, exposições artísticas, escolas de arte, cinema, promoções culturais, salão de baile, realização de formaturas, lugar de lazer para jovens, quadra de tênis, museu de discos, pinacoteca e até mesmo como hotel, clube, hospital, uma faculdade.

A maior parte das pessoas consultadas opinou que se deve evitar que o Teatro Municipal se torne uma local de diversão da elite, já que ele é público e como tal deve ser preservado.

<sup>213</sup> É muito importante esclarecer de onde surgiu o recurso referente à aquisição de parte do imóvel pela Prefeitura Municipal. A Lei nº 76, de 07 de dezembro de 1983, transcrita no Anexo C (p.646-647), autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial para o pagamento da parcela de Cr\$ 20.000.000,00 da transação de compra do edifício a partir da previsão de excesso da arrecadação para o exercício financeiro do ano de 1983. Isso significa que os recursos destinados à compra não trouxeram sobrecarga ao Orçamento do Município em suas obrigações já empenhadas. Dessa forma, nenhum setor enfrentou qualquer contingenciamento ou corte de verbas para que a referida operação se realizasse.

<sup>214</sup> Não há indicação sobre o número da edição dos periódicos.

Pode-se considerar que, ainda antes mesmo de um tombamento oficial e do início das obras de restauro, já havia desde o início da década de 1980, e antes desse período, um sentimento<sup>215</sup> dentro da comunidade sobre a necessidade de preservação e recuperação daquele espaço. Vemos uma sensibilidade sobre a importância daquele espaço enquanto referência<sup>216</sup> num momento como aquele em que a democracia ressurgia, de forma muito forte e ampla. Forte e ampla o suficiente para mobilizar 1.026 cidadãos em abaixo-assinados a darem seu apoio ao Prefeito Municipal para que o mesmo cumprisse sua obrigação para com sua cidade e para que 1.651 cidadãos participassem da escolha sobre a destinação e o aspecto que o novo espaço teria.

Dessa forma, vemos que uma parcela da população acreditava, mesmo com as dificuldades econômicas do período, na importância em se preservar seu passado<sup>217</sup>, sua cultura, e fazer daquele espaço um novo lugar, dar a ele um novo sentido, um sentido popular, sem os monopólios da elite (econômica, cultural), mas aberto a todo e qualquer cidadão<sup>218</sup>, conforme os desejos expressos pela consulta popular sobre a futura destinação

---

<sup>215</sup> “O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo” (POULOT, 2009 : 13).

<sup>216</sup> Em Marchesan (2007), vemos uma das possíveis definições do se trata o *patrimônio cultural* a ser preservado: “são dignos de repasse de uma para outra geração os bens valorados em seu papel de referência, ou seja, que tenham algo para ensinar, auxiliando dessa forma na construção do futuro. Essa constante irrigação entre passado, presente e futuro propicia o fluir civilizatório que terá condições de ser melhor planejado se puder contar com um acervo significativo dos tempos que forma. Partindo dessa decomposição, é possível construir um conceito de patrimônio cultural como sendo o conjunto de bens, práticas sociais, criações, materiais ou imateriais de determinada nação e que, por sua peculiar condição de estabelecer diálogos temporais e espaciais relacionados àquela cultura, servindo de testemunho e de referência às gerações presentes e futura, constitui valor de pertença pública, merecedor de proteção jurídica e fática por parte do Estado” (MARCHESAN, 2007 : 49/50).

<sup>217</sup> “O ambiente é o que sobrou de um tempo, testemunhou o passado, mas que desafia o novo e interage com o presente. A experiência do passado contribui para a compreensão do presente, pois não é um processo acabado, fechado aos significados sociais, pelo contrário, abre espaço para novas discussões, preserva um patrimônio edificado sem a pretensão de conservar o antigo ou fixar o moderno, mas promover a historicidade, trazer à tona valores simbólicos da cidade, com o sentimento de fazer parte, de interagir com o meio, de pertencimento, ‘é um lugar de todos’” (BIANCHI, 2015 : 154).

<sup>218</sup> Durham (1984) faz uma importante observação sobre a forma como os bens culturais eram (ou ainda são?) em sua maioria consumidos: “quando penso numa política cultural, não penso simplesmente em termo do folclore ou do populismo, numa simples valorização do popular, mas há que se ter, simultaneamente, a ideia de que os privilégios de classe têm de ser menos privilégios de classe. E aquilo que é um patrimônio coletivo deve estar à disposição de todos. As grandes obras arquitetônicas são produzidas pelos pedreiros, pelos azulejistas, pelas encanadoras. É essa mão-de-obra que produz todas essas coisas, mas é uma camada dominante que se apropria dela, que a utiliza, que a investe de significados e que a usa para enriquecer a sua existência cultural. Diminuir esse tipo de privilégio deve nortear uma concepção mais democrática do patrimônio cultural (e de patrimônio histórico também)”. (DURHAM, 1984 : 33).



do edifício após as obras de restauro. É essa parcela da população que engendrou uma campanha não apenas para que aquela construção não fosse demolida, mas recuperada e preservada naquele, no presente e para o futuro, através do instrumento do tombamento. São essas centenas de indivíduos que, ao contrário de tantos outros em outros lugares, não se calaram ante a especulação financeira, a destruição dos lugares<sup>219</sup> de suas memórias e a perda dos referenciais materiais para suas identidades<sup>220</sup>.

---

<sup>219</sup> Sobre o desaparecimento de vários lugares sanjoanenses ocorridos em anos anteriores, Carruthers (2011) afirma que “as construções podem despertar memórias de forma poderosa, mas não são elas próprias Memória. Mesmo quando uma construção foi destruída, o próprio sítio com frequência continua a desempenhar o mesmo papel nas memórias das pessoas, como um ‘lugar comum’ em seus mapas mentais e um sinalizador para suas imagens recordadas” (CARRUTHERS, 2011 : 77). No mesmo sentido, Bosi afirma que “destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza do indivíduo não muda o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de amigos de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas (...)” (BOSI, 2015 : 452).

<sup>220</sup> Algumas considerações devem ser feitas sobre o conceito de “identidade”, ainda que o conceito seja “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2006 : 8). Segundo Silva e Silva (2009), “partindo de uma definição filosófica a qual agrega conceituações antropológicas e psicológicas, Dominique Wolton define identidade como o caráter do que permanece idêntico a si próprio; como uma característica de continuidade que o Ser mantém consigo mesmo. Partindo dessa ideia, podemos compreender a identidade pessoal como a característica do indivíduo de se perceber como o mesmo ao longo do tempo. Tanto para a Antropologia quanto para a Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Tal sistema possui representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal, passamos para a identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos” (SILVA E SILVA, 2009 : 202). Ainda sobre identidade, Bauman (2005) afirma que devemos nos tornar “conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso -, são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2005 : 17). Menezes (1998), sobre o assunto, afirma que “a identidade pessoal, como todo processo de construção ou reforço de identidade, não remete a uma essência, mas a uma situação de interação: o ‘eu’ se define, sempre, diante do ‘outro’, de preferência na escala de grupos ou sociedades” (MENEZES, 1998 : 96). Sobre a relação entre a identidade coletiva e individual e o bem cultural, Gonçalves (2007) afirma que ela “é definida pela ‘posse’ determinados bens” (GONÇALVES, 2007 : 121), e que “os objetos que identificamos e preservamos enquanto ‘patrimônio cultural’ de uma nação ou de um grupo social qualquer, não existem enquanto tal senão a partir do momento em que assim classificamos em nossos discursos” (GONÇALVES, 2007 : 142). Com essa consideração, podemos perceber que há uma relação de dependência entre o bem e o seu público, no qual a identidade do último é definida pela posse do primeiro e que a preservação do primeiro só ocorre quando o último o incorpora nos seus discursos de identidade. O patrimônio serve como um componente da identidade dos indivíduos e é definido pelo discurso dos mesmos. Nesse aspecto, para Benhamou, “o patrimônio é uma construção social. Sua ‘produção’ depende dos agentes públicos e privados que concorrem na definição dos seus contornos” (BENHAMOU, 2016 : 15).

Após a compra da primeira parte, o edifício ainda seria aberto mais uma vez para abrigar, em março de 1984, a Noite de Música Popular Brasileira, a Semana do escritor (com palestras de Yola de Azevedo, Prof. João Luís Lafetá, Prof. Antônio Cândido de Mello e Souza, Prof. David Arrigucci Jr., Prof. José Miguel Wisnik, e da escritora Lygia Fagundes Telles) e peças encenadas por grupos amadores sanjoanenses. Após estas atrações, o edifício foi fechado para restauro e só reabriria 18 anos depois.

Percebendo a impossibilidade de qualquer obra de recuperação ou mesmo de operação do edifício pela faixa comprada em que se faltava todo o fundo do palco, novamente a Prefeitura entrou em contato com o Dr. Oliveira Neto e se ofereceu para comprar a segunda parte do edifício, desmembrada pela primeira transação. Apenas em 28 de maio de 1985 a segunda parte do palco e os fundos do edifício são adquiridas, ao custo de CR\$ 100.000.000,00, através da Lei nº 241, de 27 de maio de 1985, transcrita no Anexo C (p.650), resultando, por fim, na Matrícula nº 20.416, transcrita no Anexo C (p.651).

### III. 3. O PROJETO, O TOMBAMENTO E AS OBRAS: A RECUPERAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO.

#### *III. 3. 1. Novo chamado à população e o projeto de um novo teatro.*

A partir do resultado da consulta popular para o futuro uso do edifício, o Prefeito Municipal Sidney Beraldo nomeia uma equipe que se encarregaria da restauração<sup>221</sup> do edifício e das adaptações estruturais necessárias. Esta equipe foi composta pelo artista plástico José Marcondes, pelos engenheiros Nilson Zenun e João Batista Merlin e pelos arquitetos Joaquim Augusto Azevedo Costa e Ana Laura Barcellos do Amaral Zenun<sup>222</sup>.

---

<sup>221</sup>Brandi (2004) faz uma breve, mas muito importante definição sobre o momento da restauração: ela se constitui no “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica” (BRANDI, 2004 : 30), onde “o escopo essencial da restauração não é apenas assegurar a subsistência da obra no presente, mas também assegurar a transmissão no futuro” (BRANDI, 2004 : 146). Dentro desse aspecto de restauração, o autor esclarece, como primeiro axioma, que “restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 2004 : 31). Dessa forma, entende-se que restaurar materialmente um bem não significa o restauro do significado daquela obra de arte para a comunidade. É necessário, portanto, que a comunidade dê *sentido* àquele bem.

<sup>222</sup> Dessa equipe, o engenheiro Nilson Zenun e a arquiteta Ana Laura Zenun, funcionários da Prefeitura Municipal, acompanharam praticamente toda a obra de restauro, de seu início ao fim, em quase duas décadas de obras. A arquiteta Ana Laura Barcellos do Amaral Zenun reuniu um imenso acervo iconográfico e textual das obras de restauro, que abrange desde os memorandos às correspondências interdepartamentais, desde o clichê de impressão utilizado para folders de promoção do restauro às centenas de fotografias do andamento das obras. Também seu esposo, o engenheiro Nilson Zenun,

Além da mobilização dos cidadãos em abaixo-assinados e na escolha do uso futuro do edifício pela comunidade, a população foi instada a fornecer documentos ao projeto de restauro desenvolvido pela equipe responsável pelas obras. Ainda em 1984 esse convite foi feito, sendo tais materiais muito importantes para se reconstituírem aspectos originais da estrutura que não eram conhecidos. Abaixo, a transcrição dos chamados (ANEXO D, p.697) à população:

**AJUDE O TEATRO MUNICIPAL. 25/02/1984**

Documentos, fotos, filmes, peças ou histórias a respeito do Teatro Municipal, falar com Ana Laura pelo 23.1364.

**Vamos construir juntos o nosso Teatro Municipal. 22/11/1985**

A Administração Municipal Sidney Beraldo, tendo adquirido para nossa cidade o Teatro Municipal, necessita para a execução do Projeto de Restauração que está sendo preparado por uma equipe de especialistas, de fotos antigas do Teatro.

Você sanjoanense, nesse momento é peça fundamental na restauração de nosso Teatro.

Se você possui ou conhece quem possui fotos antigas, dê sua valiosa contribuição nos procurando para que possamos reproduzir ou ampliar, fazendo reviver o Teatro Municipal com suas características originais.

Estamos aguardando você na Prefeitura Municipal.

Esse chamado deixa bastante clara a importância do cidadão para a concepção do projeto de restauro. O sanjoanense passa a ser “peça fundamental” e corresponsável pela recuperação e pela revitalização do espaço, junto com a equipe do restauro, a partir da reconstituição de sua materialidade e aspecto original, em grande parte perdida. Nesse aspecto, uma das mais importantes contribuições foi uma fotografia que permitiu a descoberta de uma “moldura” de arabescos no medalhão de Carlos Gomes, acima do arco do proscênio. Essa moldura foi coberta com tinta numa das reformas e só pôde ser recuperada a partir de uma fotografia de c.1930 de uma convenção do Partido Republicano Paulista. Outras fotografias internas foram importantes para se recriar o aspecto das divisórias das frisas e camarotes e das antigas poltronas, além de elementos como portas, luminárias<sup>223</sup> e janelas. Abaixo, a fotografia da convenção do Partido

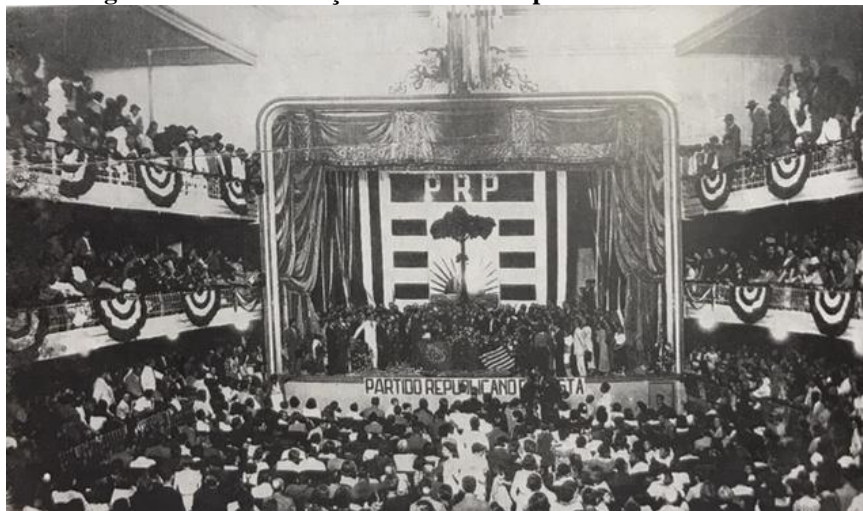
---

conservou documentação sobre o período das obras. Atualmente, o “Arquivo Ana Laura Barcellos do Amaral Zenun” se encontra nas dependências do Teatro Municipal, sob a guarda da AMITE, e nas dependências do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista. Grande parte deste acervo foi catalogado e organizado, de forma superficial, pelo autor, ao longo da produção desta dissertação. Para maiores informações sobre o restauro do Teatro Municipal Sanjoanense, VER: JERONIMO, Luis Pedro Dragão. *Em cena, o espetáculo: Restauro, Cultura e Memória no Centenário do Teatro Municipal de São João da Boa Vista*. 2015. 98p. Relatório Final de Iniciação Científica com Apoio FAPESP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>223</sup> As arandelas de parede em formato tulipa que se encontram nas tabeiras dos camarotes e frisas foram escolhidas a partir de fotografias em que indicavam presença de arandelas de estilo parecido. Já alguns

Republicano Paulista que possibilitou à equipe encontrar e recuperar os arabescos que emolduram o retrato de Carlos Gomes:

**Fotografia 166 - Convenção do Partido Republicano Paulista c.1919.**



Fonte: Menezes (2014).

A partir de materiais e estudos, foi concebido o “Projeto de Restauração e Reciclagem do Theatro Municipal de São João da Boa Vista”<sup>224</sup>, datado de janeiro de 1986, com texto de seu memorial descritivo de obras<sup>225</sup> reproduzido integralmente no Anexo C (p.652-663). Nesse texto, vemos um profundo respeito à matéria<sup>226</sup> e a preocupação em se fazer um restauro o mais fiel possível aos documentos levantados.

Neste aspecto, as recomendações são bastante claras: tanto na restauração dos panos da fachada quanto dos elementos decorativos, colunas e capitéis, obrigatoriedade

---

dos lustres originais de cristal foram recuperados pela empresa Olandim Consultoria, Perícias e Preservação de Obras de Arte S/C LTDA, a mesma que operaria a recuperação dos arabescos e retrato de Carlos Gomes, acima do arco do proscênio.

<sup>224</sup> Esse projeto era composto do histórico do edifício, fotografias antigas e atuais do edifício, memorial descritivo de obras, cronograma físico-financeiro, orçamento, fotografias da obra e plantas.

<sup>225</sup> Dezesseis das plantas produzidas para o Projeto de Restauração e Reciclagem estão reproduzidas nas plantas 3 a 18 no Anexo A (p.607-617).

<sup>226</sup> O projeto tinha um caráter bastante atual, respeitando os dois princípios fundamentais da restauração, o da reversibilidade e o da mínima intervenção. Neste aspecto, Kühl (2006) descreve esses princípios fundamentais, que para a autora devem ser pensados de forma concomitante: “[1] Distinguilidade: pois a restauração (que é vinculada às ciências históricas), não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia anteriormente, além de dever documentar a si própria. [2] Reversibilidade: pois a restauração não deve impedir, tem ,antes, de facilitar qualquer intervenção futura; portanto, não pode alterar a obra em sua substância, devendo-se inserir com propriedade e de modo respeitoso em relação ao preexistente. [3] Mínima intervenção: pois a restauração não pode desnaturar o documento histórico nem a obra como imagem figurada. (KÜHL, 2006 : 25/26).

de utilização de argamassa com o mesmo traço da original e sem adição de cimento Portland; as ferragens a serem substituídas deveriam ser feitas do mesmo material e feição das existentes (caso fosse impossível a reprodução da mesma feição, que fosse reproduzido o mais próximo possível do original); nas portas e batentes, recuperação e, se impossível, substituição por outros exemplares concebidos a partir dos originais; replicação das únicas três partes de portas originais das frisas, a serem instaladas nas frisas e camarotes, e a identificação das originais mediante placa de metal<sup>227</sup>; utilização dos gradis e portões de ferro existentes como modelo para a confecção de peças faltantes ou danificados, confeccionados no mesmo material; reconstituição dos portões laterais do edifício a partir de fotografias; e a reconstituição das divisórias de frisas e camarotes deveriam ser confeccionadas em madeira nobre e com portas “bang-bang”, conforme fotografias.

Os elementos, então, seriam substituídos ou recuperados a partir de fontes textuais e iconográficas e do uso dos próprios elementos originais do antigo Theatro Municipal. Dessa forma, a própria materialidade do edifício seria um dos mais importantes documentos para a realização das obras de restauro. Abaixo, alguns elementos-documentos originais que foram restaurados ou serviram de modelo para a criação de novas peças, a partir do levantamento fotográfico realizado pela equipe do restauro:

**Fotografias 167 a 169 – As janelas originais remanescentes – fachada principal e fachada lateral.**



---

<sup>227</sup> Durante as obras, acidentalmente foram misturadas as peças originais com as réplicas, sendo impossível a colocação de marcação para distingui-las. Ainda assim, as portas originais continuam fazendo parte do edifício centenário, porém sem notícia de qual das frisas ou camarotes as receberam.



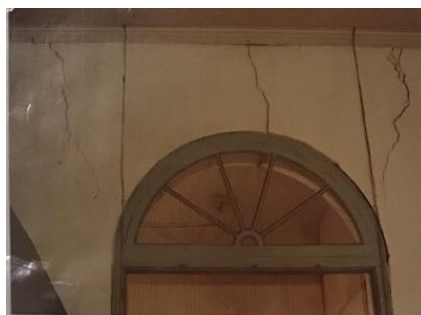
Fontes: Arquivo AMITE (2018)

**Fotografia 170 – Portão lateral - detalhe.**



Fonte: Arquivo AMITE (2018)

**Fotografias 171 a 173 – As portas originais remanescentes – fachada principal, Biblioteca Municipal e frisa.**



Fontes: Arquivo AMITE (2018)

Logo após a criação de projetos<sup>228</sup>, orçamentos, memoriais descritivos e estudos<sup>229</sup> produzidos pela equipe e indispensáveis para o sucesso das obras de restauro, tratou-se de buscar a concessão de verbas para viabilizar a execução das obras planejadas, sobretudo de órgãos das esferas estadual e federal, como poder ser visto em Beraldo (2004), que afirma que

o prefeito Beraldo já havia conseguido uma verba de 70 milhões de cruzeiros, da Secretaria de Estado da Cultura, para começar as obras (...). Em 13 de Abril de 1986, montou-se uma exposição com todos os projetos no foyer do Theatro. Na ocasião, o governador Franco Montoro e o secretário estadual de Planejamento, José Serra, visitaram o Theatro e se comprometeram em destinar dois milhões de cruzados à restauração. Em setembro de 1986, o secretário de Estado da Cultura, Jorge da Cunha Lima, veio a São João conhecer o Theatro e liberou os recursos prometidos pelo governador. Naquele ano, a Sphan, por intermédio do deputado federal Fernando Gasparian e do secretário para Assuntos Culturais do Ministério da Cultura, Fábio Magalhães, entregou cheque de Cz\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzados) (BERALDO, 2004 : 31).

---

<sup>228</sup> Segundo Benhamou, “Os projetos implicam modernização dos fluxos, adequação às normas e segurança em caso de acesso público e requerem muito tato. Combinam a restauração do antigo com a criação de novos patrimônios” (BENHAMOU, 2016 : 33). Dessa forma, é importante ressaltar que, ao modificar, atualizar, reestruturar, enfim, restaurar uma edificação antiga, um patrimônio, modificamos a sua matéria e criamos *novos* patrimônios. Assim, o Theatro Municipal de 2014 não é, de forma alguma, o mesmo que aquela do início das obras, na década de 1980: não apenas o seu significado simbólico foi ampliado (a partir de seu uso polivalente), mas sua materialidade foi alterada, ao adquirir aspectos atualizados e possibilitando novas apropriações, por novos públicos, num novo tempo. Esse caráter “novo” indica que, ao falarmos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, falamos de múltiplos espaços dentro do mesmo espaço físico.

<sup>229</sup> Sobre os estudos realizados, podemos considerar que “a restauração inclui-se como um procedimento extremo de conservação (...) Por esta razão, determina interferência profunda no objeto, realizada após pesquisa detalhada, tanto técnica quanto histórica, do artefato a ser restaurado (PINHEIRO E GRANATO, 2012 : 34). Segundo Cunha (2010), no aspecto da necessidade de se conhecer da melhor forma o bem a ser restaurado, “diversos são os meios para um amplo conhecimento do bem cultural sobre o qual se intervém: alguns se referem à pesquisa direta sobre o monumento e o que ele próprio ‘diz’ de sua condição, tal como a estratigrafia, prospecções, levantamento métrico-arquitetônico, análise dos materiais e de suas patologias, etc.; outras ações, ao contrário, referem-se aos levantamentos e estudos indiretos, a exemplo da pesquisa de fontes históricas, da pesquisa iconográfica, do levantamento de projetos de reforma sucessivas à conclusão da obra e de eventuais restaurações anteriormente executadas. Essas duas etapas, a de estudos diretos e a de estudos indiretos do bem cultural, devem ser cumpridas e têm caráter complementar e solidário” (CUNHA, 2010 : 53/54). A partir dos arquivos reunidos pela arquiteta Ana Laura Zenun, nota-se o enorme cuidado da equipe em produzir a maior quantidade possível de informações sobre o edifício, a fim de conhecê-lo de forma mais ampla e completa. Daquilo que Cunha (2010) cita, podemos afirmar, a partir dos documentos do acervo pesquisado, que a equipe sanjoanense realizou trabalhos em pelo menos 7 dos 8 tipos de pesquisa (não se viu evidências do emprego de estratigrafia), indicando grande comprometimento e seriedade dos profissionais que se dedicaram ao restauro.



Dessa forma, em meio às dificuldades financeiras que marcaram a década de 1980 brasileira, recursos substanciais, porém insuficientes, foram designados para o restauro do edifício nesses primeiros anos das obras. Após o início das obras, outro importante objetivo das ações de preservação seria alcançado: a proteção legal do futuro teatro sanjoanense.

### *III. 3. 2. O edifício reconhecido: o tombamento do Theatro Municipal sanjoanense pelo Condephaat.*

Não bastou, para a preservação, a compra do edifício pela Prefeitura Municipal e o desejo de recuperar o mesmo. Era necessária uma garantia de que aqueles esforços se perenizassem no tecido urbano, desafiando o tempo, as legislaturas, os mandatos, o abandono e a ruína<sup>230</sup>. Era necessário tomar o Theatro Municipal. Esse importante instrumento de proteção pode ser definido<sup>231</sup> como um

procedimento administrativo por meio do qual o poder público intervém na propriedade móvel, imóvel, material e imaterial, impondo-lhe restrições, na defesa do Patrimônio Cultural (...) é, pois, procedimento que se perfaz por meio de autoridade competente. Aludido ato é administrativo, revestido de todas as formalidades próprias e tem por finalidade distinguir os bens considerados de

---

<sup>230</sup> Contra a ruína e a perda desses importantes referenciais, Kühl (2006) faz a seguinte recomendação, considerando que “os monumentos históricos – é necessário repetir à exaustão – são únicos e não reproduzíveis e devem portar consigo para o futuro seus elementos caracterizadores e as marcas de sua translação no tempo; todo cuidado é pouco, pois esses monumentos, que são documentos históricos e instrumentos, suportes materiais, da memória individual e coletiva, permitem infinitas possibilidades de atualização e interpretação ao longo do tempo, por um grupo social ou por uma consciência individual, oferecendo, sempre, renovadas leituras, que serão cada vez percebidas e aprendidas de modo diverso, e podem, continuamente, de diferentes formas, por esta e pelas gerações do porvir, oferecer instrumentos importantes de reflexão para uma adaptação harmoniosa à realidade” (KÜHL, 2006 : 33).

<sup>231</sup> “Tão importante quanto assinalar o que é tombamento, seria esclarecer o que o tombamento não é. O tombamento não é um ato político-partidário e sim um ato administrativo, portanto o tombamento não deveria ser instrumento de interesses políticos. O tombamento não é uma medalha de mérito, de direito ou de justiça social, para ser distribuído pelo executivo ou legislativo de forma afirmativa. O tombamento não legisla sobre o uso e não é desapropriação. O tombamento não impede necessariamente mudanças e adaptações do bem protegido, portanto, tombamento não ‘engessa’ e nem ‘imobiliza’. O tombamento não é instrumento de combate à verticalização dos bairros. Não sendo arbitrário, o tombamento não pode estar fundamentado em critérios arbitrários como ‘afetividade’. Destinado a proteger coisas, bens móveis ou imóveis, o tombamento não pode ser aplicado a ‘relações sociais’, ou a ‘relações produtivas’ ou a ‘relações de vizinhança’ ou a ‘relações e referências afetivas’. Os objetos de tombamento não são eleitos pela população, a população elege seus representantes através do voto, esperando que estes escolham as equipes mais capacitadas para atuar nas diferentes esferas técnicas. O tombamento não trabalha com critérios maniqueístas ideologizados, portanto o tombamento não é passível de uma classificação do tipo ‘tombamento conservador’ ou ‘tombamento autoritário’ ou ‘tombamento elitista’ ou ‘tombamento reacionário’ ou ‘tombamento progressista’ ou ‘tombamento populista’ ou ‘tombamento inovador’” (SANTOS, 2011 : 252).

interesse para o Patrimônio Cultural do País nos três níveis da esfera administrativa. É com a inscrição no Livro do Tombo próprio que o mesmo adquire a condição de Patrimônio Cultural, para o efeito de proteção e conservação. Antes desse procedimento, mesmo que seja dotado de características culturais, não será considerado cultural, para os efeitos da Lei (art. 1º, § 1º do Decreto-Lei nº 25/37) (...) sujeita-se [a coisa] a controle e fiscalização pública especiais, por interessar à coletividade (FARIA, 2010 : 55/56)

O tombamento, então, é um ato administrativo do poder público, com ritos próprios, atuando em todos os níveis da esfera administrativa<sup>232</sup>, onde se intervém na propriedade (qualquer que seja) que é interessante à coletividade, no sentido de salvaguarda-la do desaparecimento. Só se tomba, portanto, algo de interesse coletivo, apenas pelo poder público e com procedimentos próprios que resultam na inscrição do bem num Livro do Tombo<sup>233</sup>. Sobre as formas de proteção legal, na qual o tombamento se inclui, Fonseca (2005) considera que o

(...) objetivo da proteção legal é assegurar a permanência dos valores culturais nelas identificados. Esses valores só são alcançáveis através das coisas, mas nem sempre coincide exatamente com unidades materiais (...) no caso do patrimônio, os valores não econômicos a serem protegidos (valores culturais) estão inscritos na própria coisa e em função de seu agenciamento físico-material, e só podem ser captados através de seus atributos (...) se os valores que se pretende preservar - conforme está explícito na abordagem jurídica da questão - são apreendidos na coisa e somente nela, não se pode deixar de levar em consideração o fato óbvio de que os significados nela não estão contidos, nem lhe são inerentes: são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social (FONSECA, 2005 : 40/41, grifo nosso).

Nesse aspecto, vemos que a proteção legal do tombamento não influi apenas na materialidade do edifício mas também na sua imaterialidade, uma vez que são

---

<sup>232</sup> Ainda que obrigação de todas as esferas administrativas, Pazzini e Sparemberger (2014) apontam que, sobre a questão da preservação do patrimônio, “mostra-se o ente municipal como sendo o mais importante na efetivação de políticas públicas, pois apresenta relação muito próxima com a comunidade e, por isso, tem condição de conhecer e delimitar o efetivo interesse local” (PAZZINI E SPAREMBERGER, 2014 : 4545).

<sup>233</sup> “O Decreto-Lei nº 25, de 30.11.37, Lei Federal Geral sobre Tombamento, institui os seguintes livros: a) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; b) Livro do Tombo Histórico; c) Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Além desses, outros livros podem ser instituídos de acordo com o interesse público e a conveniência regional ou local. O Estado de São Paulo, por exemplo, manteve os quatro livros previstos na Lei Federal e instituiu o quinto livro, o do *Tombo das Artes Folclóricas*” (FARIA, 2010 : 56). No caso da inscrição do Theatro Municipal no Livro do Tombo do Condephaat, ela só se deu em 19 de janeiro de 1987, ainda que o Colegiado do Condephaat tenha aprovado seu tombamento em 16 de dezembro de 1985, que abordaremos a seguir.

indissociáveis essas duas dimensões<sup>234</sup>. Ao se proteger legalmente um edifício, disciplinando a propriedade e evitando a sua destruição, protege-se igualmente os valores simbólicos que a materialidade do edifício encerra. No caso sanjoanense, não se tombaria o significado do edifício para a comunidade<sup>235</sup>, mas a materialidade do edifício Theatro Municipal para que, nessa materialidade, a identidade, a memória, enfim, todos os valores<sup>236</sup> que essa construção carrega fossem salvaguardados.

Além de legalmente proteger o edifício da destruição, o tombamento ainda proporcionaria maiores chances de concessão de recursos públicos destinados ao seu restauro. Foi pedido o estudo de tombamento pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) em 8 de junho de 1983, antes mesmo da compra do edifício pela Prefeitura Municipal, a partir da solicitação do então deputado estadual Nelson Mancini Nicolau. O depósito do pedido se deu em 20 de junho de 1984, tendo a abertura do mesmo ocorrido em 16 de outubro de 1984, sob o número 23.125/1984. Foi unanimemente aprovado pelo Conselho em 16 de dezembro de 1985, a partir dos pareceres técnicos dos arquitetos Aduino Moraes, Walter Luiz Fragoni e da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro. A notícia do tombamento foi bastante comemorada, o que pode ser visto pelas crônicas (Fotografias 174 a 177, ANEXO D, p.698) publicadas (não há identificação dos periódicos):

---

<sup>234</sup> Segundo Tostes (2008), “a própria materialidade do patrimônio é indissociável das suas características culturais e simbólicas, o que faz com que a ideia de materialidade e imaterialidade do patrimônio se tornem indissociáveis” (TOSTES, 2008 : 7).

<sup>235</sup> No Capítulo 4, a seguir, quando forem analisadas as crônicas presentes no Jornal *O Município*, veremos muitos desses significados atribuídos por indivíduos da comunidade.

<sup>236</sup> “Abordar nos dias de hoje o tema patrimônio significa, antes de qualquer coisa, refletir sobre *valores*, que por seu turno são conferidos por grupos sociais distintos e ao longo do tempo (...) o patrimônio (...) só faz sentido quando ele converge diferentes memórias, identidades, interesses. Assim como a história e a memória, a configuração do patrimônio se dá no presente e deve ter como norte a preservação não por ela mesma, mas como elemento de qualificação da vida em sociedade” (SILVA E OLIVEIRA, 2011 : 73). Dessa forma, a questão do valor do patrimônio é bastante importante para entendermos “o quê”, “por quê” e “para quem” preservar. Segundo Ahmed (2015), “o que se quer preservar não é o bem em si, mas os valores que a construção consagra (...) qualquer movimento para preservar a cultura será sempre direcionado a seu aspecto imaterial, valorativo” (AHMED, 2015 : 371). Ainda nesse aspecto da valoração do bem, Soares e Quinalha (2011) afirmam que “é a valoração contemporânea de certos bens, materiais ou imateriais, que deverão servir de referência para entender o passado, viver o presente e refletir sobre o futuro” (SOARES E QUINALHA, 2011 : 513). Rússio, na questão do valor atribuído ao patrimônio, aponta que “na medida em que atribuímos valores, nós criamos bens, transformamos as coisas, os objetos e os artefatos em bens, e os bens constituem o patrimônio – o patrimônio é suscetível de ser adquirido, de ser transmitido. Portanto, é condição necessária do patrimônio que ele seja preservado” (RÚSSIO, 1984 : 63). Para Carvalho, ao tratar da questão dos valores do bem, é necessário “um novo olhar sobre as questões envolvidas na preservação, principalmente no que se refere ao entendimento de que os bens culturais não possuem um valor absoluto, mas um valor relativo, que lhes é atribuído em função de um dado contexto cultural (...)” (CARVALHO, 2008 : 56).

**TEATRO MUNICIPAL: PATRIMÔNIO BRASILEIRO –  
22/12/1985**

O dia 16 de dezembro de 1985 marcou o tombamento histórico do Teatro Municipal de São João da Boa Vista. Desde que ele fora comprado de seu proprietário, Dr. Oliveira Neto, várias gestões foram feitas junto à CONDEPHAAT para que o tombamento histórico fosse feito. A partir de agora, ele passa a fazer parte do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

**VOTAR PEDIDO** – Segundo o Boletim Informativo da Prefeitura, de 16/12/85, exatamente às 17h00 haveria na sede do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, a apreciação e votação do pedido de tombamento (pedido que, segundo o boletim, estava praticamente “assegurado pelo Presidente daquele conselho”). Pouco mais de 16h00 havia um pequeno público, a Banda Infanto-Juvenil e componentes de vários setores da Prefeitura. Logo mais chegava as garotas da Guardinha Mirim com várias bandeiras, na tentativa de promover um visual mais festivo para a ocasião. No interior do Teatro (no saguão), alguns funcionários do Depto de Engenharia se apressavam em montar a Exposição com plantas de todo o projeto de restauração do Teatro. Eram coordenados por João Batista Merlin e José Marcondes (ambos na foto com o Sr. Prefeito).

**OS DISCURSOS** – Em primeiro lugar falou o anterior proprietário do prédio, Prof. Dr. Oliveira Neto, nome ligado à cultura em geral. Expôs um histórico do Teatro Municipal, numa linguagem sempre interessante e falou também da importância deste tombamento histórico.

Em seguida a ele, o Prefeito Municipal Sidney Beraldo citou a importância do CONDEPHAAT na preservação da memória cultural do país, falou sobre a importância particular de nosso Teatro e elogiou a equipe sanjoanense que cuida desse projeto aqui na cidade. Ainda o assessor de comunicações, Hélio Correa da Fonseca Filho, fez um breve resumo do projeto de restauração, fornecendo detalhes do que será o “novo” prédio.

**ABERTO AO PÚBLICO** – Desde o final da solenidade, o saguão do Teatro foi aberto à visitação pública e permanece até este domingo, dia 22, com fotos antigas do prédio e várias plantas arquitetônicas, numa espécie de “borboleta” giratória onde o público interessado pode ver o trabalho de Nilson Zenun (escolhido o “Engenheiro do Ano” aqui na cidade), Ana Laura Barcellos do Amaral, João Batista Merlin, José Marcondes e Joaquim Mello, a equipe encarregada de nos devolver aquilo que o tempo e os maus cuidados roubaram da beleza que foi o Teatro Municipal.

C.V.

**Teatro Municipal. 24/12/1985.**

O tombamento do Teatro Municipal pelo Condephaat significa o arremate final na preservação desse patrimônio cultural de nossa cidade. Desde sua aquisição pela Prefeitura Municipal até agora o nobre prédio está empolgando todo o pessoal ligado às artes não só em São João como em toda região. A importância histórica dessa realização só poderá ser avaliada com o correr do tempo, pois apenas o passar dos anos darão a muitos a maturidade para avaliarem o sentido dessa obra. Com o tombamento virão as verbas e a reforma já começou com pessoal trabalhando dia e noite.

A cidade de São João da Boa Vista conta com um marco na sua história preservado e principalmente, desde o começo do projeto voltado para uma estruturação da cultura como um todo.

**Solenidade de comemoração do Tombamento do Teatro Municipal. 25/12/1985**

No último dia 16 realizou-se em frente ao Teatro Municipal de nossa cidade, uma solenidade comemorativa do “tombamento” do prédio daquela antiga casa de espetáculos decidida na última reunião do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Com o “tombamento”, o prédio passou a fazer parte do patrimônio histórico-cultural brasileiro e receberá verbas para sua restauração.

**(Veja mais detalhes no 1º caderno)**

*O prédio do Teatro Municipal, após sua restauração, será um marco na paisagem urbana da cidade, com suas cores da época: amarelo ocre, como pano de fundo, e os relevos tais como pilares, colunas, ornatos, capitéis, medalhões, cornijas, em branco. (Cine foto São João)*

**Solenidade de comemoração do Tombamento do Teatro Municipal. 25/12/1985.**

O CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, na sua reunião do último dia 16, decidiu “tombar” o prédio do Teatro Municipal de nossa cidade, que a partir daquela decisão, passou a fazer parte do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

Para toda a cidade e região, a decisão do CONDEPHAAT é histórica, pois é o primeiro prédio a ser “tomado” nesta zona, e foi comemorada com uma solenidade realizada em frente ao prédio, que é um marco da história político-sócio-cultural de nossa comunidade.

Compareceram à solenidade: o prefeito Sidney Beraldo, o vice-prefeito Gastão Michelazzo, vereadores, autoridades, alunos do Centro de Instrução Profissional, da Guardinha Mirim, a Banda Infanto-Juvenil Municipal e representantes da comunidade.

Com o “tombamento”, virão os recursos necessários para a restauração do prédio do Teatro Municipal. A Prefeitura já iniciou, com recursos próprios, a demolição das partes acrescidas nestes 72 anos do Teatro e que o desfiguraram muito internamente.

**A RESTAURAÇÃO.**

Após a solenidade comemorativa, onde o prefeito Beraldo ressaltou a importância de um “tombamento”, do trabalho da equipe que elaborou o Projeto de Restauração e um histórico do trabalho desenvolvido para se chegar a esse resultado altamente benéfico. Foi inaugurada uma exposição no “hall” de entrada do Teatro, com fotos e detalhes de todo o projeto de restauração.

O prédio do Teatro Municipal, quando as obras estiverem concluídas, voltará a ser exatamente como era em 1914, com suas frisas, suas cortinas de veludo e suas obras de arte.

Sem alterar a arquitetura do prédio, o Teatro será dotado de melhoramentos que permitam sua melhor utilização nos dias atuais: um auditório com capacidade para 120 pessoas na parte superior ao foyer, com aparelhagem para slides, vídeos, conferências, teatro de fantoches e marionete e música de câmara. Sob o palco, haverá um salão de múltiplas atividades, oficinas, sanitários, casa de força, entrada de serviço e a administração do Teatro.

Em 26 de dezembro de 1985 o Prefeito Municipal Sidney Beraldo recebe a comunicação oficial do tombamento, sendo encaminhada já em 6 de janeiro de 1986 a decisão para aprovação do Secretário de Cultura e publicação no D.O.E.S.P, aprovação esta que virá apenas em 19 de janeiro de 1987, com a Resolução nº 3 de 19 de janeiro de 1987. Os documentos sobre o envio do pedido de tombamento de 8 de junho de 1983 até a Resolução nº 3 de 19 de janeiro de 1987 estão reproduzidas no ANEXO C – Documentos Escritos 16 a 19 (p.665-673) e constam do “Estudo de tombamento do prédio conhecido como Teatro Municipal situado à Praça da Catedral, nº 22 – em São João da

Boa Vista – CONDEPHAAT”, cedido pelo próprio órgão, através de solicitação para pesquisa.

Esse reconhecimento oficial do edifício como suporte referencial material de valores da sociedade sanjoanense, e presente nos documentos assinados pelas autoridades eleitas e os técnicos do Condephaat, no Processo nº 23.125/1984, deve ser examinado de forma mais detida.

Tal reconhecimento do valor do edifício se faz presente, inicialmente, quando Nelson Nicolau, então deputado estadual (o mesmo que declarou o edifício de utilidade pública enquanto prefeito) envia carta ao colegiado do Condephaat com pedido de abertura do processo de tombamento (VER Anexo C, p.665), uma vez que, no seu entender e concordando com grande número de cidadãos, “o referido prédio trata-se de obra de inestimável valor histórico e cultural, de importância fundamental na vida artística da cidade” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 2). Vemos, atribuído ao edifício, valores históricos e culturais, além de indicar uma importância tanto utilitária quanto simbólica para a comunidade sanjoanense.

O mesmo valor é encontrado no ofício do então Prefeito Municipal Sidney Beraldo (o responsável pela compra das duas partes do edifício), transcrito no Documento Escrito 17 (VER Anexo C, p.666), onde afirma ser imprescindível o tombamento do edifício pelo Condephaat “(...) pelo fato de se tratar de uma edificação das mais antigas e tradicionais do Município, cuja conservação iria propiciar a defesa de nosso maior patrimônio artístico (...)” (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 3).

No item “conveniência de seu tombamento” do Estudo de Tombamento, abaixo transcrito na íntegra, a justificativa se dá nos seguintes termos:

Preservação de um edifício considerado o mais tradicional da cidade, devendo ser tomadas medidas, urgentes nesse sentido, uma vez que o proprietário está manifestando interesse em vendê-lo, inclusive já existem pessoas propensas a adquirir o prédio para demolição e posterior construção de edifícios de apartamentos (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 5).

Os pareceres dos técnicos e autoridades do Condephaat também dão grande destaque à importância histórica, memorial e cultural do edifício e, também, importância ao próprio instrumento do tombamento perante a população. O parecer da historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro se concentra na raridade de exemplos arquitetônicos que

evocam períodos pretéritos da cidade, bem como no reforço da viabilidade e necessidade do tombamento para a salvaguarda de um espaço cultural a ser utilizado pelos sanjoanenses. Segundo a historiadora,

[O Theatro Municipal] representa hoje um dos poucos patrimônios de valor histórico-cultural da cidade. Além disso, a cidade enfrenta atualmente uma grande falta de local para apresentações de arte (...) a cidade de São João da Boa Vista conta com razoável número de grupos artísticos e uma escola de música e um público bastante motivado para as representações, o que vem comprovar a necessidade de se poder contar com um local adequado para isso (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 4)

Já o arquiteto Walter Luiz Fragoni ressalta o interesse da municipalidade na recuperação do edifício e a pressão política da população para o início das obras<sup>237</sup>. Segundo o arquiteto, no período do estudo do tombamento, havia

um clima propício por parte da comissão e, na figura do próprio prefeito para o desencadeamento da recuperação e restauro (...). Há também o aspecto político da situação criada pela população, no sentido de reabertura do Teatro para uso de espetáculos cênicos e atividades culturais ligadas à música, dança, etc... Um fato delicado, repousa na ansiedade gerada pelo Tombamento, onde a questão do tempo de apreciação pelo Conselho e a possibilidade de canalização de recursos são o destaque da expectativa (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 116)

---

<sup>237</sup> Nesse aspecto, Marchesan (2015) trata da articulação entre decisões do poder público e a politização da população em relação à proteção dos bens culturais: “Considerando-se a complexidade insita aos bens ambientais, qualquer processo de intervenção deve se integrar aos sentimentos da população local, primeira destinatária dessa política. O poder público não detém o monopólio da gestão, devendo compartilhá-la com a sociedade. A evolução da gestão patrimonial caminha no sentido da politização do processo de identificação dos diversos sentidos do patrimônio cultural, ampliando o leque de protagonistas envolvidos na questão em suas múltiplas etapas: construção, identificação, eleição, gestão, valorização etc. (...) quanto mais participativa for uma política de preservação, maior seu êxito e sua sustentabilidade” (MARCHESAN, 2015 : 322). O entendimento da autora demonstra o quanto se estava avançado em considerar, ainda nos anos 1980, a população como protagonista da preservação, num momento em que esta forma de participação ainda se iniciava, timidamente, após anos de repressão política e de organização. Compartilhando da mesma tese sobre a participação popular enquanto parte fundamental da preservação, Rodrigues (2012) afirma que a decisão da preservação “não deve caber apenas ao Estado, nem somente a dotados de notório saber. A participação da comunidade é fundamental, pois ela, como legítima produtora e beneficiária dos bens culturais, apresenta mais do que ninguém legitimidade para determinar a importância de um bem cultural, que não precisa ser apenas artística, arquitetônica ou histórica, mas pode também ser estética ou simplesmente afetiva. A identificação ou simpatia da comunidade por determinar do bem pode representar uma prova de valor cultural bastante superior àquela obtida através de dezenas de laudos técnicos plenos de erudição, mas muitas vezes vazios de sensibilidade. Além de significar, por si só, uma maior garantia para a sua efetiva preservação” (RODRIGUES, 2012 : 96).

O parecer final, também feito pelo arquiteto Walter Luiz Fragoni, decide pelo tombamento, fortemente influenciado pelos estudos da historiadora citada, onde enfatiza a importância do tombamento para a história local e estadual, além de ressaltar o aspecto memorial da construção para a cidade:

Levando-se em conta a importância da preservação do edifício do Theatro Municipal de São João da Boa Vista como testemunho objeto vital da Memória da cidade, assim como para a história do desenvolvimento cafeeiro e suas correlações no Estado de São Paulo, onde a construção de fastosas casas de ópera é parte integrante (...) gostaríamos de pedir o exame deste processo para a resolução de tombamento (...) (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 119)

O mesmo parecer final leva em consideração não apenas a importância material do bem, mas o desejo da comunidade em recuperá-lo e utilizá-lo:

o tombamento torna-se assim mais fortemente justificado, quer por seu valor intrínseco histórico e arquitetônico que por sua apropriação e significado entre os moradores da cidade que pretendem não apenas a restauração, mas novamente utilizá-lo para suas atividades culturais (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 119)

Por fim, os aspectos materiais e simbólicos do edifício são levados em consideração na publicação da Resolução Nº 03 de 19 de janeiro de 1987, assinada pelo então Secretário de Estado da Cultura, Jorge da Cunha Lima, que reproduzimos a seguir:

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 19 DE JANEIRO DE 1987.  
JORGE DA CUNHA LIMA, SECRETÁRIO DA CULTURA (...) RESOLVE  
Artigo 1º - Fica tombado como bem cultural de interesse histórico-arquitetônico, o edifício conhecido como Theatro Municipal de São João da Boa Vista (...) exemplar de casa de espetáculo característico do início do século em nosso estado, construído na fase de expansão econômica do Município com base na cultura cafeeira, que proporcionou considerável aprimoramento a nível sócio-cultural na cidade e região, cujos reflexos se mantêm e merecem estímulo (...) (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984 : 127)



Esse tombamento significou a garantia de permanência do esforço do presente na recuperação da história, da memória<sup>238</sup> e da identidade ou de qualquer outro valor que carrega o bem preservado (seja material, seja imaterial), além de reconhecer a importância do edifício e contribuir para sua ressignificação, tornando-a uma construção ainda mais prestigiosa, valiosa, importante, digna. O tombamento pelo órgão, portanto, não foi

---

<sup>238</sup> As relações entre lugar, memória e identidade são tratadas de forma bastante ampla por diversos autores. Segundo Halbwachs (2017), “se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, e porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante” (HALBWACHS, 2017 : 167). O autor ainda afirma que “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura (...) É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. Diremos que realmente não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar – ou seja, com uma parte do espaço – mas diremos também que isso está longe de ser o suficiente para explicar que, representando a imagem do lugar, sejamos levados a pensar em tal ação do grupo que lhe esteve associado. Todo quadro tem uma moldura, mas não há nenhuma relação necessária e estreita entre um e outra, e a moldura não tem como evocar o quadro. Essa objeção seria válida se, por espaço, entendêssemos somente o espaço físico, ou seja, o conjunto das formas e das cores tais como os percebemos a nosso redor” (HALBWACHS, 2017 : 170). Essa ligação entre memória e lugar é também vista por Assmann (2016), que afirma que “existe uma ligação inseparável entre memória e espaço. O cerne da *ars memorativa* consiste de *imagines*, a codificação de conteúdos da memória em fórmulas imagéticas impactantes, e *loci*, a atribuição dessas imagens a locais específicos de um espaço estruturado. A partir dessa qualidade topológica se está a apenas um passo de considerar complexos arquitetônicos como corporificações da memória. É o passo que vai de considerar espaços como *meios* mnemônicos a considerar prédios como *símbolos* da memória” (ASSMANN, 2016 : 170). Também para Candau (2018), memória, patrimônio e identidade se associam: “se identidade, memória e patrimônio são ‘as três palavras-chave da consciência contemporânea’ – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo (...)” (CANDAU, 2018 : 16). Ainda sobre a relação entre memória e identidade, o autor afirma que a “memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2018 : 19). Para o autor, então “a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar. O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma” (CANDAU, 2018 : 163/164). A mesma relação entre memória e identidade está em Nora (2009): “a identidade, como a memória, é uma forma de dever. Sou ordenado a me tornar o que sou: um *corso*, um *judeu*, um *trabalhador*, um *argelino*, um *negro*. É ao nível da obrigação que o elo entre recordação e identidade é decisivamente forjado. Desse ponto em diante, ambas são controladas pelos mesmos mecanismos. As duas palavras são agora praticamente sinônimas e caracterizam uma nova economia de dinâmica social (...) Como a memória e pelas mesmas razões, a afirmação da identidade tem tido uma força positiva e libertadora. A autenticidade da identidade tem reforçado a veracidade da memória” (NORA, 2009 : 9/10). Complementando a posição de Nora, Le Goff (2016) afirma que “a memória é um elemento essencial do que costuma se chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2016 : 435).

apenas uma das garantias de permanência e de existência<sup>239</sup>, mas contribuiu para a ressignificação do espaço. Longe de operar apenas no plano material, operou no sentido<sup>240</sup> da construção e no significado dela.

A partir do reconhecimento oficial do valor da construção, jamais tornou-se a nomear aqueles cidadãos engajados na preservação do bem, os primeiros a se levantarem contra a demolição, de “mentirosos”, “sonhadores” e muito menos de “tomadores do alheio”. Dessa forma, o tombamento não foi apenas um ato jurídico que possibilitava ao bem um acesso às verbas e à proteção do poder público necessárias à viabilização do espaço, mas foi a coroação de um esforço individual e, depois, coletivo de parte da população que não aceitava a simples destruição e desaparecimento de um lugar propício às artes e que fazia parte de suas memórias, de suas vidas. Além disso, o tombamento significou a revisão mais ampla da própria relação do sanjoanense para com o seu bem, uma vez que agora ele não seria mais um “pulgueiro”, mas um lugar de cultura, representando valores pessoais e de grupos da sociedade. Assim, testemunhando as glórias do passado, representando as gerações sanjoanenses de mais de 7 décadas, aquele edifício seria, a partir de então, considerado uma obra-prima que os sanjoanenses receberam das mãos do passado e que doravante teriam a obrigação de transmitir ao futuro<sup>241</sup>.

Ainda sobre a questão da proteção legal, após o pedido de tombamento pelo órgão paulista, houve tentativa de tombamento a nível federal, pela extinta SPHAN/Pró-Memória (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), onde se chegou a preencher os pedidos com levantamento fotográfico, elaboração de projetos e orçamentos etc., porém sem sucesso, exceto a destinação de verba por intermédio do deputado federal Fernando Gasparian e do secretário Fábio Magalhães, a que Beraldo (2004 : 31) cita. Uma menção a esse pedido de tombamento pela SPHAN/Pró-Memória pode ser encontrada no

---

<sup>239</sup> Podemos considerar, também, que o tombamento do Theatro Municipal possibilitou a preservação de sua área envoltória, que consiste de alguns dos edifícios mais antigos da área urbana do município. Dessa forma, longe de operar num único bem, o instrumento do tombamento acabou por conservar o aspecto parcialmente original dos arredores do antigo edifício.

<sup>240</sup> O sentido da construção foi alterado, não sendo, atualmente, um lugar de investimento, comercial, refém das bilheterias, mas voltado às artes, à cultura e, claro, ao entretenimento, mas sem a necessidade premente de satisfação de acionistas, arrendatários e empresários. De lugar de lucro e de entretenimento, passou a ser lugar de cultura e entretenimento.

<sup>241</sup> A transmissão ao futuro é uma das razões para a restauração contidas na Carta Italiana de Restauro de 1972. Segundo Kühn (2004), a restauração “tem por intuito ‘manter em eficiência, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro’ os bens culturais, sem apagar as marcas da translação da obra ao longo do tempo” (KÜHL, 2004 : 17)

Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Beraldo, em setembro de 1986, transcrito no Documento Escrito 15 (ANEXO C, p.664). Ainda sobre o pedido de estudo de tombamento pela SPHAN/Pró-Memória, uma visita do Diretor Regional do órgão foi programada para que o mesmo conhecesse o edifício, conforme notícia de 04 de junho de 1986:

**DIRETOR REGIONAL DO SPHAN VISITARÁ  
TEATRO – 04/06/86**

No mês passado, estiveram em São Paulo visitando a Delegacia Regional do SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura, o Prefeito Municipal em exercício Gastão Cardoso Michelazzo, a arquiteta Ana Laura Barcellos do Amaral e o engenheiro Nilson Zenun estes dois responsáveis técnicos pela restauração do Teatro Municipal de São João.

O encontro aconteceu após um convite do Diretor Regional da SPHAN, arquiteto Dr. Antônio Andrade e teve como objetivo discutir a possibilidade daquele órgão ajudar na restauração de nosso teatro, após solicitação feita nesse sentido pela municipalidade sanjoanense.

O projeto completo de restauração de nosso Teatro já havia sido entregue à SPHAN e destacou-se dos demais apresentados por outras cidades, uma vez que traria todos os elementos necessários à sua análise como: plantas, memorial descritivo, orçamentos, histórico e fotografias o que despertou o interesse dessa entidade em vir poder auxiliar nesta restauração.

Amanhã, dia 5, o Dr. Antônio Andrade estará em nossa cidade para uma visita a nosso Teatro Municipal e uma nova discussão de detalhes desse projeto para que em breve possa dar um parecer final sobre a liberação ou não de recursos para a sua restauração.

O processo nº 1.190-T-86 demoraria aproximadamente 30 anos para ser concluído, sendo indeferido após parecer técnico da arquiteta do IPHAN/SP, Juliana Mendes Prata, datado de fevereiro de 2017, por não possuir “(...) expressão e relevância em âmbito nacional. Ademais, o bem já se encontra protegido em âmbito estadual e municipal, não correndo risco de perecimento” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1986 : 45). Em fevereiro de 2019, o Presidente substituto do órgão, Marcos José Silva Rêgo, pede o arquivamento do processo em razão de seu indeferimento.

Após cerca de duas décadas da inscrição do Theatro Municipal no Livro do Tombo do Condephaat e do início do Processo de Tombamento a nível federal, seria

iniciado o Processo nº 1.556/08 de 17/07/2008, no órgão de proteção municipal, Condephic (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São João da Boa Vista). O Colegiado do órgão municipal decide pelo seu tombamento e a inscrição no Livro do Tombo Histórico se dá pelo Decreto no 3.334 de 27/11/2009. Dessa forma, nas esferas municipal e estadual, o Theatro Municipal conta com inscrição no Livro do Tombo dos respectivos órgãos de preservação. Para documentos referentes ao tombamento pelo Condephic, ver Documento Escrito 23 Anexo C (p.680-682).

### *III. 3. 3. Um longo processo: o restauro do Theatro Municipal*

Além da já referida equipe de engenheiros e arquitetos responsável pelos projetos e pelas obras, dezenas de outros profissionais tomaram parte nos esforços de recuperação do Theatro Municipal. Mattos Júnior (2000) fornece detalhada lista de pessoas que participaram das obras de restauro, a partir das incumbências dos mesmos nos trabalhos. Segundo o autor, nos projetos gerais participaram

Walter Cruz, Wilson de Souza Coelho Jr., Paulo Alves de Souza, Arlindo Costa (Carioca), Sílvio Tadeu Valim, Francisco Galdino Medeiros, José de Paula Silva, Aécio B. do Amaral, Luís Barcelos do Amaral, João Batista Merlin, Ana Laura Barcelos do Amaral, Joaquim Augusto de Azevedo Costa e Mello e Celso Alves dos Santos” (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 116/117).

Nos levantamentos do edifício, “trabalharam (...) Nilson Zenun, Silvio Tadeu Valim, Aécio Luis Barcelos do Amaral, Joaquim Augusto de Azevedo Costa e Mello, Celso Alves dos Santos, Lucien Donizetti Silva e Ana Laura Barcelos do Amaral” (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 117). Nos projetos específicos, vemos os projetos dos

Sanitários sociais – comissão nomeada pelo Prefeito; Camarins, Administração, Sanitários Privativos e Oficina – comissão nomeada pelo Prefeito; Sala de Múltiplo Uso, Pequeno Foyer e Bombonière – comissão nomeada pelo Prefeito e Igor Stresnewsky; Escada de Emergência e Caixa d’água para incêndio – comissão nomeada pelo Prefeito; Desenho das Fachadas – arquiteta Joyce, do Rio de Janeiro, sob orientação de João Batista Merlin; Desenhos das Esquadrias – Walter Cruz; Frisas (mediante fotos antigas) – comissão nomeada pelo Prefeito; Portões, Porteiras e Gradis (idem) – comissão nomeada pelo Prefeito; Porta entre Foyer e Ante-Câmara – Hilton Hernandes Faria; Instalações Hidro-sanitárias – Nilson Zenun; Aparelhos, Metais e Ferragens – comissão nomeada pelo Prefeito; Instalação Elétrica Predial – Carlos Lafayette Barcellos; Instalação Elétrica Cênica – Carlos Lafayette Barcelos; Mecânica Cênica – Carlos Lafayette Barcelos; Acústica –

Igor Stresnewsky; Estrutura metálica (palcos, fundações e reforço da fundação existente) – V. Garambone Projetos e Consultoria Ltda.; Proteção contra incêndio – Projector Projetos em Engenharia de Eletricidade e Hidráulica Ltda; Entrada de energia elétrica – José Renato Gianelli Bruno; Interfonia e Telefonia – José Renato Gianelli Bruno; Projetos Estruturais das construções adicionais – Nilson Zenun e Fred Marcon Westin; Memorial Descritivo – comissão nomeada pelo Prefeito; Orçamento – Nilson Zenun. (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 117).

Por fim, o autor ainda fornece os nomes de outros profissionais que trabalharam nas obras:

Mestre de Obras: Lúcio Parolim; Pedreiros, serventes, carpinteiros, eletricitas e carpinteiros: Eduino T. Parreira, Dirceu Matias, Antônio Matuci, Luis Romera, Benedito Inácio, Augusto Chiavegate Neto, Pedro Jorjet, Aurélio Cândido da Silva, Mizael B. Neto, Jairo Ridolfi, Sebastião Donizetti, Luiz Carlos Fernandes, Josué Chilivi, José Casaroto Cantos, José C. Domingues Soares, João Manuel de Souza, José Ulisses Santos Rosa, José Rubens Dutra, Otávio Francisco Ferreira, Leonardo Dearo Condi, Joaquim Pereira da Silva, João Bosco, Fernando Montouro, João Manoel de Souza, Gabriel A. de Mello, Vitor Tomé Alves, José Aleixo, Divino Capra Celso, João B. Ribeiro, Daniel Gomes, Sebastião Donizeti Teixeira, Pedro dos Reis, Antônio Amâncio, Milton Parolim, Turma do Catita e outros” (MATTOS JÚNIOR, 2000 : 118).

No que se refere às obras, os recursos iniciais de Cr\$70.000.000,00 e de Cz\$ 1.400.000,00<sup>242</sup>, levantados em 1985 e 1986, respectivamente, além de verba de Cz\$ 2.000.000,00<sup>243</sup> do Condephaat e Cz\$ 1.500.000,00 em 1986, e depois mais Cz\$ 2.500.000,00<sup>244</sup> de recursos da Prefeitura Municipal, foram empregados na parte estrutural do edifício, que demandaram ações de grande monta. Tais ações se iniciaram ainda em novembro de 1985, com a retirada das árvores que ladeavam a direita do edifício, uma vez que “as raízes destas árvores chegavam até o topo do prédio, pelas calhas” (JERONIMO, 2015 : 42), sendo os encanamentos pluviais de ferro entupidos de raízes substituídos por canos de PVC, e depois sendo executadas as obras das calçadas (JERONIMO, 2015). Após estas obras, os trabalhos foram concentrados na recuperação estrutural propriamente dita, sendo os desafios dessa etapa das obras bastante significativos. A partir de Jeronimo (2015), em entrevistas com o engenheiro da obra, Nilson Zenun, vemos que

<sup>242</sup> Convênio entre Prefeitura e SPHAN/Pró-Memória autorizado pela Lei nº 373, de 04 de agosto de 1986.

<sup>243</sup> Convênio entre Prefeitura e Condephaat autorizado pela Lei nº 366, de 22 de julho de 1986.

<sup>244</sup> Abertura de Crédito Adicional Suplementar proveniente de excesso de arrecadação autorizada pela Lei nº 470, de 15 de setembro de 1987.

as fundações originais do prédio eram de apenas 60 cm de profundidade, composta de pedras. Tal fundação, extremamente rasa, era obsoleta e não suportaria a adição de novos equipamentos cênicos. Além da fundação rasa, a equipe se deparou com problemas estruturais nas paredes, havendo trincas com largura “suficiente para caber a mão aberta” (...) Segundo o engenheiro relata, uma das partes mais críticas se encontrava na parede externa do fundo, posterior ao palco, que estava separada da construção devido a trincas verticais de grande espessura. Para evitar o desabamento desta parte, foram “amarradas” as paredes, de modo a fortalecer esta estrutura (JERONIMO, 2015 : 43/44).

A seguir a essas “amarrações”, procedeu-se ao fortalecimento dos alicerces do edifício em todo o seu perímetro, com a escavação e, depois, o preenchimento com concreto estrutural. Uma atenção especial se deu à caixa de palco, a de maior peso do edifício, onde

foram feitas as modificações para suportar 1.600kg/m<sup>2</sup> de equipamentos, além de suportar o peso dos camarins (demolidos na reforma de 1967 e reconstruídos na restauração). Nesta parte do prédio, foi escavado um fosso de cerca de dois metros de profundidade, constituindo uma espécie de “caixa” de concreto, logo abaixo da estrutura do palco/camarins (...) toda a caixa de palco, segundo Nilson Zenun, foi executada por trechos de 1 metro de comprimento por 2 metros de altura por 60/80 cm de espessura. (JERONIMO, 2015 : 45/46).

Os cerca de três anos dessa 1ª fase de obras também foram tratados por Beraldo (2004), que aponta, nesse período, a

retirada de todos os forros e demais madeiras com cupim, demolição das partes construídas na década de 70 que descaracterizavam o prédio, início das obras de solidificação da estrutura, pois havia grandes rachaduras, paredes fora de prumo e a necessidade de rebaixamento do piso do porão para que fosse aumentado o espaço e os recursos cênicos. O rebaixamento foi muito lento e bem feito. O perímetro de 102 metros consumiu um ano de trabalho (...) em seguida houve a contratação de uma empresa para calcular a estrutura metálica de sustentação do piso do palco, soffits, varandas de manobra e de contra-peso e feita a concorrência pública para a realização da estrutura, executada ao mesmo tempo em que eram construídos novos sanitários, escadas de emergência, caixa d’água de proteção contra incêndio e cabine de entrada de energia. Com o término da construção da estrutura metálica, iniciou-se a construção dos três andares de camarins e também a curva de visibilidade da plateia. Abriu-se concorrência para a execução das frisas, janelas, portas e demais elementos em madeira (BERALDO, 2004 : 34).

Fotografias 179 e 180 - Fase inicial de obras internas c.1987/1988.



Fontes: Arquivo AMITE (2018).

Há um vasto material referente aos processos de reforço estrutural e primeiras obras do Theatro Municipal nos Arquivos da Associação dos Amigos do Theatro Municipal, após cessão desse material pelo Departamento de Engenharia municipal, responsável pelas obras. Nesse material, composto de planilhas e levantamentos fotográficos, organizados de forma cronológica, se percebe a evolução e a dimensão das obras, que praticamente refizeram toda a parte estrutural do edifício. Além disso, pode ser vista a técnica utilizada e a perícia da equipe na realização dessa fase primordial do processo de restauro. Na fotografia 179, uma fotografia de 1987 que mostra a visão da plateia para o palco, vemos a perícia da equipe com a utilização de uma escavadeira para a abertura das fundações da caixa cênica e da curva de visibilidade da plateia (a execução da curva de visibilidade pode ser melhor compreendida analisando as duas plantas – Plantas 9 e 18, no Anexo A (páginas 611 e 616, respectivamente) – que trata do corte longitudinal do edifício antes e depois das obras de restauro). Na presente imagem também podemos ver os trabalhos de retificação da fundação do edifício, expostas na parede onde a faixa está fixada, mais precisamente na altura da “linha” de piso entre as janelas e o respiradouro de porão: antes da retificação estrutural do edifício, sua fundação contava com cerca de 60cm de fundações de cantaria, enquanto que na imagem já se vê (a contar pela altura dos operários na imagem) que a fundação conta com, pelo menos, 1.80m a 2.00m de profundidade. Vale ressaltar que esse processo foi realizado em todo o perímetro do edifício, com níveis de profundidade diferentes, dependendo do peso que a estrutura comportava, sendo a do palco a mais profunda e contando com o auxílio de uma espécie de “caixa estrutural” para melhor distribuição de peso. Na fotografia 180, uma fotografia de c.1988, mostra a visão do palco para a plateia, onde já se nota a curva de visibilidade em execução e a caixa cênica já concluída (onde os operários se encontram), com vigas de sustentação e fosso de orquestra instalados e prontos. Nota-se, também, nesta mesma fotografia, que toda parte de forro, piso da plateia, frisas e camarotes e todo o revestimento do edifício foram inteiramente removidos, restando apenas as quatro paredes externas e a parede divisória entre a sala de espetáculos e foyer, além da estrutura original de ferro fundido que sustenta os camarotes e galeria, com os gradis e os pilares originais.

**Fotografias 181 e 182 - Fase inicial das obras internas c.1988/1989.**







Fontes: Arquivo AMITE (2018).

Nas fotografias, que mostram visão do palco para a plateia e visão da plateia para o palco, respectivamente, vemos um estágio mais avançado das obras. Na fotografia 181, de c.1988, notamos ainda a falta de janelas e portas, mas já está presente o contrapiso da plateia. Já na fotografia 182, de c.1988, podemos identificar a conclusão da caixa cênica, da parede dos camarins e do fosso da orquestra, além da conclusão do contrapiso da plateia, com a curva de visibilidade da plateia terminada, além da conclusão do contrapiso dos camarotes e galeria e da recolocação das janelas. Um interessante detalhe da fotografia é o prolongamento realizado nos camarotes e na galeria em relação ao seu piso: nota-se a colocação de vigas de sustentação entre os contrapisos desses níveis e a parede do arco do proscênio, resultando na reconstituição do formato de ferradura da plateia.

**Fotografias 183 a 186 - os elementos estruturais de um teatro dos anos de 1910 – as tesouras do telhado, pilares aparentes, alvenaria e fundações de cantaria (c.1987).**





Fonte: Arquivo AMITE (2018).

O restauro do antigo Theatro Municipal se configurou num momento único em que foi possível conhecer profundamente a estrutura daquele edifício do início do século e os métodos construtivos daquele período. Na fotografia 183, se vê o final dos pilares aparentes de ferro fundido, importados da Europa, sustentando as estruturas originais de madeira e as tesouras de ferro fundido (igualmente importadas da Europa) do telhado, com a estrutura curva do teto da plateia no canto inferior direito. Já na fotografia 184, vemos o começo dos referidos pilares aparentes de ferro fundido, no nível das frisas, com o degrau das frisas bastante aparente nessa imagem. Na fotografia 185, podemos identificar nessa parede do foyer pelo menos 3 tipos de tijolos diferentes, indicando as várias reformas que o edifício passou durante as suas primeiras 7 décadas. Por fim, a fotografia 186, mostra o serviço de cantaria feito para o aumento do vão-luz do porão, na parede lateral direita da construção. Nessa imagem, podemos identificar a fundação de pedra de cantaria que surpreenderia a equipe de restauro, consistindo num dos grandes desafios nas obras. Menção a essa fundação se encontra na transcrição das primeiras atas da CTS, no Anexo C (p.633-635). Lá, fica claro que a adoção desse tipo de fundação visava à economia de materiais e, conseqüentemente, à diminuição de custos com as obras de construção.

Por ser essa primeira etapa composta de complexas obras, sua evolução não era percebida pela população, uma vez que se dava sobretudo no interior do edifício, e este permanecia cercado pelos tapumes de proteção. Tinha-se a impressão de que não havia progressos, ainda que toda a estrutura já estivesse praticamente consolidada com as referidas obras. A opinião pública pressionaria e em 2 de maio de 1987, em notícia publicada no Jornal *O Município* (ANEXO D, p.699), o Prefeito Sidney Beraldo anunciaria a reinauguração do espaço para 24 de junho de 1988, na data de aniversário de São João da Boa Vista, e ainda esclarecia as etapas realizadas e a realizar, conforme transcrevemos a seguir:

#### **O TEATRO – 02/05/87**

Esta semana a Prefeitura Municipal, através da Comissão designada para as obras de restauração do Teatro Municipal de nossa cidade, enviou a imprensa um histórico e um relatório sobre o andamento do processo de restauração que o prédio vem sofrendo desde 11 de novembro de 85, quando iniciaram-se as obras no local. Segundo o relatório, atualmente foi incorporado ao grupo o eng. Gastão Cardoso Michelazzo, chefe de gabinete e vice-prefeito. A SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, destinou verba de 1,4 milhões de cruzados; e mais a assessoria do arquiteto Antônio Andrade, do CONDEPHAAT, destinou mais 2 milhões, e a assessoria do arquiteto Flávio Luis M. B. de Moraes e da historiadora Ana Luiza Martins; juntamente com os recursos da própria Prefeitura, na base de 1,5 milhões. O teatro foi tombado pelo CONDEPHAAT no dia 19 de janeiro deste ano e as obras de etapa de solidificação da estrutura e fundações, já estão terminando. A estrutura metálica que irá sustentar a parte mecânica já se encontra no canteiro de obras, aguardando a etapa de montagem que deverá começar somente depois da concretagem das fundações da estrutura e do fosso da orquestra. Esta etapa de solidificação da estrutura do edifício é uma das mais demoradas, por se tratar de um edifício com mais de 70 anos, com paredes de mais de 14 metros de altura e quase nenhuma fundação.

A previsão para a conclusão das obras e conseqüente inauguração é para o dia 24 de junho de 1988, segundo divulgou no ano passado, durante a abertura da Semana Guiomar Novaes, o prefeito Sidney Beraldo, que com esta obra estará praticamente encerrando seu mandato de 6 anos à frente da Prefeitura de São João da Boa Vista.

Uma outra crônica, sem indicação de periódico, reverbera as críticas à demora na entrega do edifício para os cidadãos e o alto consumo de recursos que representava, com argumentos muito semelhantes àqueles vistos anos antes com o cronista J.P.C. Na seção “Algumas”, de periódico desconhecido, de 25/05/1987 (ANEXO D, p.700), vemos mais uma vez que a ideia de restauro estava longe de ser unanimidade e que, quando convinha, sempre era contestada sob a justificativa de falta de recursos. Nesse caso específico, o cronista ainda contesta a utilidade da construção sob o argumento de ser incerto o número de cidadãos beneficiados pela obra:

**ALGUMAS - 25/05/87**

A reforma do Teatro Municipal da cidade, está cada vez mais consumindo recursos. A Prefeitura já gastou uma verdadeira fábula, e muita gente já está contestando a “queima” de tantos recursos, numa época de tantas dificuldades financeiras. Mesmo porque muitos questionam a utilidade real do novo Teatro, perguntando a quantos munícipes ele irá servir. E, diante de tantas contestações, já houve quem apelidasse o nosso Teatro Municipal de: “A Ferrovia Norte-Sul de São João”

A despeito das críticas, os responsáveis deram continuidade às obras, embora em ritmo bastante lento, causado em grande parte pelas crises financeiras do período. Em 1989 foram concedidas verbas da SPHAN/Pró-Memória por intermédio do prefeito Gastão Michelazzo, encaminhadas para a conclusão das áreas frontais do edifício, compostas pelo foyer, sala de múltiplo uso e fachada. Nessa parte de obras, o artista plástico sanjoanense Romeu Pauluci Buzon Filho foi contratado em 1992 para a execução dos ornatos de fachada (VER APÊNDICE B, p.595-602), que na época estavam muito desgastados pelas intempéries e pelo passar dos anos (BERALDO, 2004). Além da recuperação dos ornatos das fachadas, também foram recuperados os tons originais do edifício, a partir de amostra de reboco pelos laboratórios da Sherwin-Williams (latas de látex branco foram compradas e enviadas ao referido laboratório para a pigmentação gratuita no tom original). Outros avanços da obra nesta fase, segundo relato da arquiteta Ana Laura Zenun, foram a compra

dos pisos para o foyer (mármore e granito), para a calçada (ladrilho hidráulico), para a sala de múltiplo uso (carpete) e foram comprados também as louças sanitárias e azulejos, para todos os banheiros. Executou-se toda a rede de esgoto e boa parte da rede elétrica. Construiu-se também uma laje de piso sobre o foyer, embutindo todas as colunas para que não interferissem no espaço original. Colocou-se forro de gesso no foyer e instalados os lustres de cristal (MENEZES, 2014 : 135)

Com a execução destas obras, ficou concluída a primeira fase de restauração do edifício, sendo a 1ª etapa inaugurada oficialmente em 31 de dezembro de 1992, com a inauguração do espaço do atual foyer (sem a presença dos espelhos e acabamentos artísticos atuais). Em 1993 assume o Prefeito Joaquim Simião “que não conseguiu verbas para o Teatro, mas, com recursos próprios da Prefeitura, adquiriu o transformador de energia e fixou o piso do palco” (MENEZES, 2014 : 135).

Passados os anos marcados pela falta de verbas e lentidão das obras, em 1998, já na administração do Prefeito Laert de Lima Teixeira, as obras ganharam grande fôlego, principalmente com a criação da Fundação Oliveira Neto (FON), especialmente criada para a arrecadação de recursos para a conclusão das obras. Segundo consta na Ata de Constituição da Fundação Oliveira Neto,

usando da palavra, o Prefeito Municipal destacou que o nome escolhido para a Fundação é uma homenagem que esta Administração presta a uma pessoa sanjoanense muito preocupada com a cultura e com a educação em nosso município, que deu preferência à Prefeitura na aquisição do prédio de sua propriedade, possibilitando com isto a preservação de um grande patrimônio cultural do município. Enalteceu ainda a importância do Teatro Municipal na cultura, na educação e no desenvolvimento do município e de nosso país, lembrando os artistas sanjoanenses que por aqui já passaram e que se destacaram na música, a exemplo de Guiomar Novaes, na poesia, como Patrícia Rehder Galvão “Pagú” e na escultura, o nosso artista Fernando Furlanetto. Destacou a importância da Fundação Oliveira Neto na educação e formação dos nossos jovens, e que na sua composição procurou garantir a representatividade dos setores na comunidade preocupados com o desenvolvimento cultural do município. Falando das atribuições da Fundação, o Prefeito Municipal realçou que primeiramente a entidade deve cadastrar-se junto ao Ministério da Cultura onde buscará incentivos para viabilizarmos os recursos necessários ao término das obras de restauração do Teatro Municipal. Numa segunda etapa, disse o Prefeito, devemos desenvolver programas, ações e atividades culturais compatíveis com os objetivos da Fundação e que, portanto, é fundamental a participação de todos para que possamos atingir nossos objetivos. “ALEA JACTA EST”.

Seguem-se as assinaturas:

Laert de Lima Teixeira – Prefeito Municipal.

Rudney Fracaro – Vice-Presidente Municipal.

Antônio Aparecido da Silva – Presidente da Câmara Municipal.

No dia da posse da primeira diretoria da FON (para membros dos conselheiros curador, consultivo e diretor na data de criação da entidade, VER APÊNDICE B, p.674-675), foi distribuído o seguinte texto, que Marcondes (2011) reproduz e que deixa bastante clara a ideia de recuperação do edifício no presente para legá-lo ao futuro, ou melhor, às futuras gerações:

ALEA JACTA EST

A sorte está lançada!

Com a posse dos membros que irão gerir a Fundação Oliveira Neto, temos a certeza de que estamos escrevendo a primeira página de um compromisso com o futuro. O compromisso com o livre pensar e com a cultura no seu sentido mais amplo. E hoje passa a ser o primeiro dia de um grande desafio.

Para enfrentar esse desafio, a determinação está na razão direta. É, então, o momento de resgatar, de retornar o tempo, de pensar e buscar soluções porque o futuro é agora! Não há tempo a perder, nem mãos a medir. A tarefa seria árdua, não fosse o objetivo tão nobre: as novas gerações não podem mais esperar.

Os que “vão chegar” junto com o novo século, poderão usufruir do tempo presente que começamos a construir hoje. Se o maior desafio desta Fundação Oliveira Neto, neste momento, é devolver o Theatro Municipal a São João da Boa Vista, a determinação passa a ser o compromisso de amor com esta cidade, principalmente com aqueles que vão chegar.

Portanto, a partir de agora:

“Que nasçam poemas.

Que nasçam canções.

Que nasçam filhos...

Alea Jacta Est.”

Hoje é apenas o primeiro dia. “Alea Jacta Est”.

São João da Boa Vista, verão de 1998. (MARCONDES, 2011 : 358)

Paralelamente às ações promovidas pela FON no sentido de sensibilizar o contribuinte sanjoanense, pessoas física ou jurídica, a reverterem seus impostos para a recuperação do edifício, outra importante ação junto à população foi realizada. O movimento chamado “Vestindo a Camisa” foi uma mobilização de estudantes, com participação das professoras Maria José Moreira, Fafá Noronha e Beatriz Castilho Pinto, membros da FON, em que se depositavam urnas para a contribuição livre de passantes das vias do centro, principalmente. Sobre essa nova mobilização popular em prol da recuperação do edifício, Menezes (2014) traz relato da professora Beatriz, que afirma que “era preciso despertar a população para a causa do Theatro, até então um prédio desfigurado no coração da cidade (...)” (MENEZES, 2014 : 162). Abaixo, as professoras e os alunos, com urnas e camisetas com estampas em que se lê “THEATRO MVNICIPAL”:

**Fotografia 206 - Os integrantes do grupo “Vestindo a Camisa” (1999).**



Fonte: Menezes (2014).

No alto, as professoras Maria José Moreira, Fafá Noronha e Beatriz Castilho e o aluno Flávio de Castilho Pinto; embaixo, João Pereira Lima Neto, Thiago Syrto Octávio de Souza, Mariana Braz, Felipe Tavares Nigro, Carolina Bologna e Renata Pirajá Martins e Balestrim. Mesmo que não tenha angariado grandes fundos, a iniciativa desses jovens deve ser apontada como uma nova demonstração de respeito e esforço em prol do restauro de um dos mais importantes bens culturais sanjoanenses. A importância simbólica dessa ação extrapola em muito o valor pecuniário das doações e indica a cristalização da ressignificação do espaço como algo que merecia o esforço desses jovens.

Com as verbas recebidas através dos esforços da FON, as obras se concentraram na execução da “parte fina” do restauro, como a execução das poltronas, cadeiras, colocação das frisas, camarotes, equipamentos de mídia, telefonia, ar-condicionado etc. É interessante frisar que muitos dos projetos feitos na época do início do restauro já estavam obsoletos e tiveram de ser reformulados, demandando mais tempo e, conseqüentemente, mais recursos para tais atualizações, como aponta Ana Laura Zenun em Menezes (2014).

Para esta fase, foram primordiais as ações do presidente da FON no que se refere ao cadastramento do Theatro Municipal para a captação de recursos federais junto ao Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet e Lei de Incentivo à Cultura (de onde foram levantados R\$ 45.000,00 com contrapartida da Prefeitura Municipal de R\$ 11.250,00 (MENEZES, 2014) e, pelo IPHAN, R\$ 49.420,00 (MENEZES, 2014)). No ano de 2000 foi realizada campanha entre os cidadãos para arrecadação de recursos através da Lei Rouanet, onde conseguiram “R\$ 70.000,00. Foram executados os revestimentos das paredes e dos pisos dos camarins e da escada de emergência. Também foram substituídas as madeiras da curva da ferradura e de apoio dos gradis” (MENEZES, 2014 : 136). Ainda

outros recursos chegariam, como Beraldo (2004) aponta: R\$ 120.000,00 via deputado Sílvio Torres e R\$ 150.000,00 via Cia. Furnas Centrais Elétricas. Já em 2001, o então Deputado Estadual Sidney Beraldo anuncia convênio com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo no valor de R\$ 250.000,00, que contribuíram para o término das obras, sendo concluídos os seguintes itens:

piso da sala principal; curva de visibilidade da galeria; poltronas da plateia e galeria e cadeiras para as frisas e camarotes; pintura interna e externa; restauro da pintura de Carlos Gomes no arco do proscênio; confecção das janelas do 1º piso e dos camarins” (MENEZES, 2014 : 159).

Os recursos empregados nessa fase totalizam, a partir da bibliografia citada, R\$ 695.670,00. Já o cronograma físico-financeiro das obras de restauro, assinado pela arquiteta Ana Laura Zenun, indicaria verbas no valor de R\$ 732.230,00, com a seguinte captação: R\$ 250.000,00 via Secretaria de Cultura; R\$ 152.230,00 via Minc/IPHAN; R\$ 170.000,00 via FON; e R\$ 160.000,00 via recursos próprios da Prefeitura. Para mais informações sobre os custos da restauração, ver Estudo Incidental dedicado à questão (Apêndice B, p.603-604).

**Fotografias 207 a 211 - Fase intermediária das obras internas do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c.2001).**







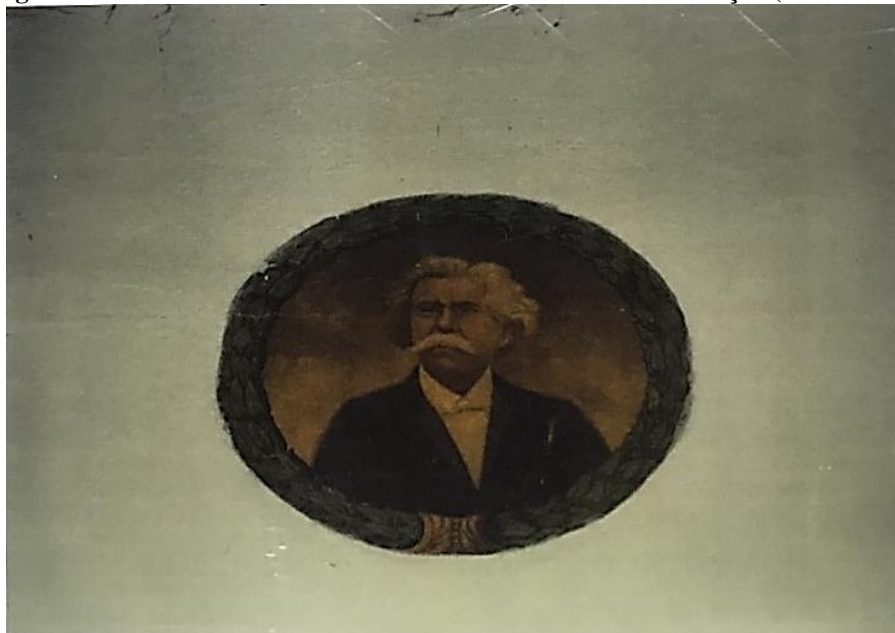


Fontes: Arquivo Ana Laura e Nilson Zenun (2018).

Na fotografia 207, vemos os andaimes montados para que o restaurador César Olandim trabalhasse na recuperação e restauro do medalhão de Carlos Gomes e dos arabescos que a emolduravam. A fotografia

208, corresponde a uma fase do restauro onde já contamos com as divisórias entre os corredores laterais e a sala de espetáculos, visíveis na imagem ainda sem a pintura de acabamento (nessa imagem, há portas banguê-banguê colocadas apenas nas frisas, sendo ainda faltantes nos camarotes). A instalação das arandelas de modelo “tulipa” estava concluída e se vê presentes os gradis que separariam as frisas da plateia. O piso da plateia ainda está por fazer, mas já vislumbramos a estrutura da cabine de controle de som e luz. Na fotografia 209, se vê a colocação das portas banguê-banguê nos camarotes, além da pintura (com ramas de café) nos frisos da laje do camarote. Nota-se, também, a colocação de tubulação metálica e eletrodutos no contrapiso da plateia. Na fotografia 210, se vê a pintura das frisas e a colocação parcial de piso na plateia. Por fim, na fotografia 211, vemos a instalação da curva de visibilidade dos assentos da galeria, a pintura das paredes (sem o friso dourado) e as instalações contra incêndio, com hidrante e porta de acesso da escada de emergência (porta branca ao fundo da imagem). Nesta imagem, tanto os gradis quanto os pilares aparentes não estão pintados, estando apenas com tinta antiferrugem.

**Fotografias 212 a 215 - o medalhão de Carlos Gomes e sua restauração (c.1984/c.2001).**



Fonte: Arquivo AMITE (2018).





Fontes: Arquivo Ana Laura e Nilson Zenun (2018).

A recuperação dos arabescos do medalhão de Carlos Gomes, de autoria de Ettore Adriano Fabri, consiste num dos mais notáveis trabalhos nas obras do Theatro Municipal. Estando as obras na fase final, o restaurador Cezar Roberto Olandim, com auxílio do engenheiro e artista plástico Maércio Mazzi (responsável pelo trabalho de douração de detalhes e elementos, inclusive os de ferro fundido como os capitéis dos pilares aparentes de ferro fundido) e de Elias Gervasi, trabalhou na recuperação tanto do medalhão quanto dos arabescos, em um processo bastante cuidadoso que compreendeu na decapagem (com bisturi), reintegração de lacunas, reintegração de pinturas e criação de película protetora sobre a obra (MENEZES, 2014). Na fotografia 212, podemos ver o medalhão de Carlos Gomes como encontrado pela equipe de restauro da Prefeitura Municipal em c.1984, estando visível apenas o próprio retrato e por uma moldura com ramos de café entrelaçadas, formando uma guirlanda. Na fotografia 213, a mesa de trabalho de Olandim, a mais de dez metros de altura, apoiada em andaimes. Nessa fotografia, vemos que apenas a parte esquerda e uma pequena parte da parte superior direita dos arabescos tinham iniciados seus processos de decapagem. Já na fotografia 214, vemos um estágio mais avançado do trabalho, onde se percebe que praticamente toda a parte esquerda dos arabescos estava já recuperadas, enquanto que a parte central

(retrato) e direita (dos arabescos) estavam para ser concluídas, ainda ostentando a pintura original do artista Fabri. Por fim, a fotografia 215 mostra o aspecto do medalhão e arabescos depois dos trabalhos, ainda com os andaimes e passarela, apresentando o esquema de cores original dos anos de 1910.

**Fotografias 216 e 217 - Adições no restauro – espelhos e ramas de café.**



Fontes: Arquivo Ana Laura e Nilson Zenun (2018).

A equipe de restauro introduziu dois elementos ornamentais que não eram comprovadamente partes originais do edifício: os espelhos do foyer e as ramas de café nas tabeiras das frisas e camarotes. Durante as obras, os profissionais tiveram contato com outros teatros restaurados para que pudessem trazer soluções a problemas e ações a serem implementadas no caso sanjoanense. No Theatro Municipal de São Paulo

registrou-se a existência de espelhos em áreas comuns e, no Teatro São Pedro, a existência de pintura artística nas tabeiras, conforme relato da arquiteta Ana Laura Zenun. Dessa forma, foram tais elementos adicionados, sendo os 6 espelhos (um no lado esquerdo do foyer, um no lado direito e quatro à frente do observador que entra para a sala de espetáculos) do foyer emoldurados por molduras de gesso, que depois receberiam tinta látex e douramentos, e a pintura artística das tabeiras foram realizadas representando ramos de café, inspiradas nas ramos de café da moldura do retrato de Carlos Gomes, acima do arco do proscênio. Mesmo que não sejam elementos originais, ainda sim respeitam o importante preceito da reversibilidade de intervenções, preconizados por Kühl (2006 : 25/26).

**Fotografias 218 a 221 - Fase final das obras internas do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c.2002).**





Fontes: Arquivo Ana Laura e Nilson Zenun (2018).

Na fotografia 218, vemos a sala de espetáculos com sua pintura concluída e a presença de douramentos, mais visíveis no arco do proscênio (há faixas douradas separando os dois tons das paredes dos camarotes, frisas e galeria), além da conclusão da pintura dos gradis e das ramas de café nas lajes dos camarotes e das galerias, com a instalação de arandelas em estilo *Art Nouveau*. No palco, se observa a substituição das tábuas de madeira que sustentavam o andaime do restaurador Olandim por um revestimento de madeira próprio para palcos cênicos, a caixa cênica quase totalmente concluída, já com instalação de equipamentos contra incêndios e faltando apenas reboco e pintura e, por fim, o resultado do primoroso trabalho do restaurador do retrato de Carlos Gomes e de sua moldura. Na fotografia 219, se vê a conclusão da pintura e douramento das paredes e frisos da galeria e, embaixo, o tratamento final do piso da plateia, para aguardar a colocação das poltronas, último passo dos trabalhos. Na fotografia 220, vemos o foyer e, em meio a andaimes, um pintor aplicando as últimas demãos de tinta: nota-se que os espelhos já estão descobertos, e suas molduras, juntamente ao douramento dos detalhes, estão concluídas, restando ainda os mármoreos do

piso passarem por lavagem especial e polimento (apenas o piso recebeu revestimento de mármore, sendo as paredes pintadas com *texturatto* visando imitar o mármore branco, visto que a aplicação da pedra elevaria em muito os custos da obra). Na fotografia 221, vemos a instalação de poltronas na plateia e galeria e a colocação de cadeiras nas frisas e camarotes.

Em 22 de setembro de 2002, iniciando a 25ª Semana Guiomar Novaes, o Theatro Municipal voltaria a abrir suas portas<sup>245</sup> e funcionar como local de apresentações, de cultura, de arte, mas também de memória e testemunha da história de todos os sanjoanenses.

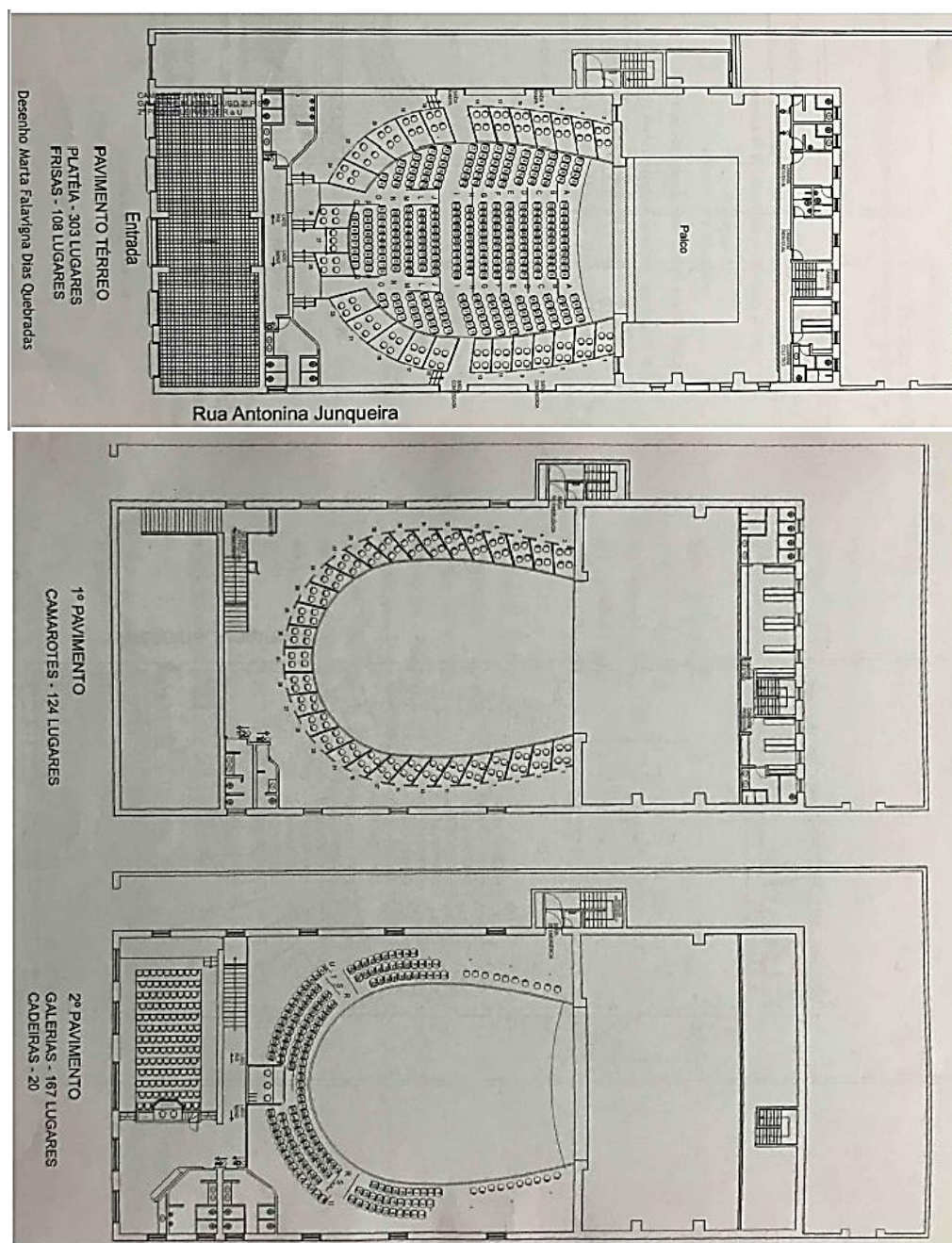
Ao se retirarem as adições dos anos 1960 e 1970 e reconstruir certos aspectos originais da construção (como a divisão das frisas e camarotes), além de inserirem novas divisórias (oficina de cenário, casa de força, camarins) e adequarem o espaço às novas demandas, o edifício ficou da seguinte forma, a partir de plantas-baixas disponíveis em Beraldo (2004), de autoria de Marta Falavigna:

---

<sup>245</sup> Antes de sua abertura, em meio às obras, o Theatro Municipal sanjoanense foi utilizado como local de peças e de exposições diversas vezes. Em 1984 foi realizado o último espetáculo de dança e teatro, intitulado “Aldeia de Cristal Conta a História de Visitantes de Outro Planeta que invadem a Terra e criam um Conflito na pequena Aldeia de Cristal” (MENEZES, 2014 : 125), com direção de Ronaldo Marin e Zeza Freitas. No mesmo ano foi realizada a Semana do Artista Sanjoanense e no ano seguinte, 1985, “a Escola de Música da Prefeitura passou a funcionar no local (...) em meio a ácaros, cupins e morcegos, assim como o Coral Vozes de São João, com o maestro Wildes Bruscato, que ensaiava naquele espaço, semanalmente” (MENEZES, 2014 : 164). Em 1992, já no curso das obras, pela inauguração do foyer na gestão do Prefeito Gastão Michelazzo, foi realizado recital musical com “as pianistas Vânia Noronha e Marly Michelazzo e os cantores Neusa Menezes, Jamil Cury. Também apresentou-se o Coral Vozes de São João (...) Foi marcante a presença do violoncelista italiano (...) Giorgio Bariolla” (MENEZES, 2014 : 165). Em 1995 foi realizado o show *Relembanças*, com apresentação de Sílvia Ferrante, Luis Carlos Pistelli e convidados. Em 1996 o foyer foi utilizado pela poetisa Orides Fontela para distribuir autógrafos de livro recentemente lançado, tendo no mesmo evento ocorrido uma apresentação “lítero-musical com Sílvia Ferrante, Zezinho Só e outros artistas sanjoanenses” (MENEZES, 2014 : 168). Na ocasião da 19ª Semana Guiomar Novaes, em 1996, foi utilizado para algumas apresentações artísticas. Em 1998 serviu de local para a Primeira Semana Fernando Furlanetto, que homenageava o famoso escultor sanjoanense, com a curadoria da artista plástica Samantha Moreira. Ainda em 1998 o Theatro Municipal abrigou a I Bienal de Artes Visuais, com de 118 artistas e curadoria de José Marcondes. Em 1999, novamente foi utilizado para a Segunda Semana Fernando Furlanetto, com curadoria de Fritz Nagib. No final do ano 2000, “a violonista sanjoanense Badi Assad e a percussionista Simone Soul, apresentam-se no palco do Theatro Municipal e promovem a campanha ‘Dê para São João parte do Leão’, incentivando a doação através da Lei Rouanet” (MENEZES, 2014 : 171). Por fim, em janeiro de 2001 apresentaram-se os sanjoanenses Sérgio e Odair Assad, irmãos de Badi Assad e que compõem o Duo Assad.



### Fotografias 222 e 223 - Plantas do Theatro Municipal após seu restauro.



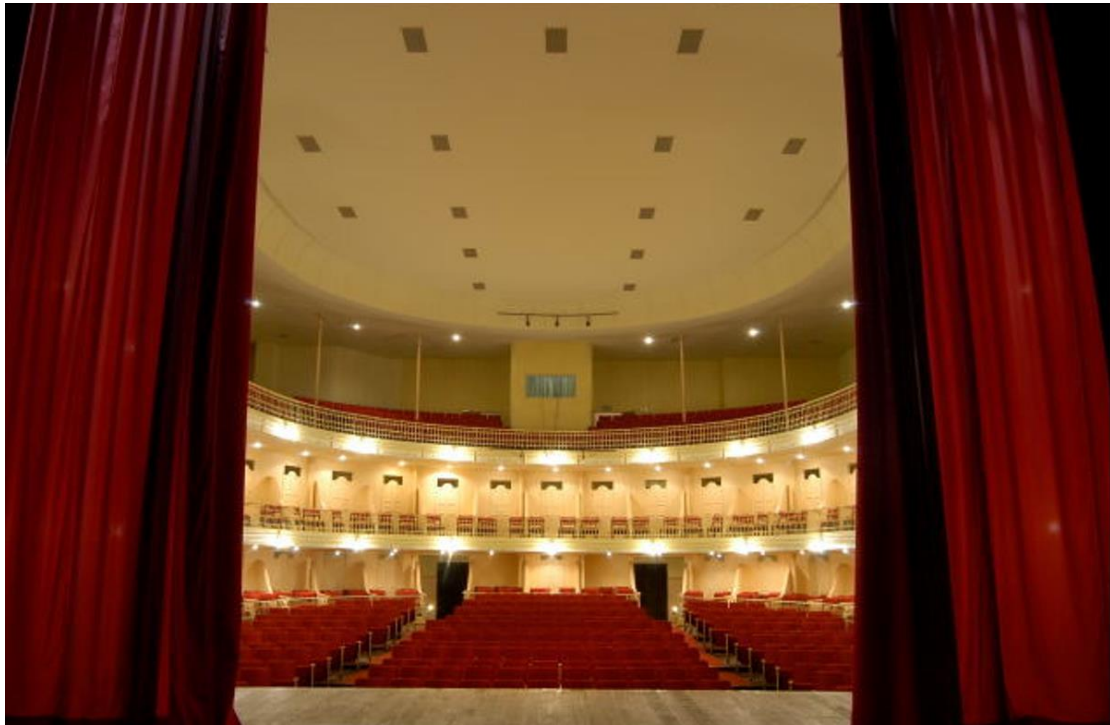
Fontes: Beraldo (2004).

As modificações estruturais podem ser percebidas nas plantas de Marta Falavigna Dias Quebradas contidas em Beraldo (2004). No pavimento térreo: o foyer passa a ocupar toda a parte frontal do edifício, com a remoção da compartimentação entre esse espaço e o bar, presente no projeto original de José Pucci; novamente é aberta a escadaria do foyer, que agora dá acesso aos demais pisos; foi criada uma antecâmara à sala de espetáculos, que dá acesso aos sanitários (adaptados e comuns) e de onde partem os corredores, que dão acesso às 27 frisas; a área das frisas passa a ser mais elevada que a plateia, com divisórias de madeira entre aquelas (acesso por portas estilo “bague-bague”) e com um gradil do mesmo padrão dos demais pisos; há a criação das saídas de emergência; o palco recebe um fosso de orquestra; e, por fim, nos fundos, foram reconstruídos e redimensionados os camarins. No 1º pavimento: foi construído sanitários de um lado do edifício; a escadaria foi refeita e é contígua à escada de ligação ao térreo; os 31 camarotes foram novamente divididos com divisórias de madeira e com acesso por portas estilo “bague-bague”; e ainda seriam construídos outros camarins. No 2º pavimento, há a criação: da Sala de Múltiplo Uso, com a eliminação das antigas divisões que eram ocupadas pela Biblioteca Municipal e pelo escritório da

Transportadora Sertaneja; dos sanitários; da cabine de controle de iluminação e som; da criação da curva de visibilidade da galeria, que proporciona melhor visibilidade do palco; e de acesso ao urdimento, através dos camarins. No subsolo, as modificações foram as seguintes: criação de ligação entre os camarins e o subsolo, por meio de escadas; casa de força; oficina de cenário; administração; refeitório; sanitários; depósito de cenário; e, por fim, nicho para o elevador de orquestra. Nas plantas do 1º e 2º pavimento podem ser mais bem observadas as retificações das curvas de visibilidade dos camarotes e galeria feitas no restauro: essas retificações novamente dão o formato “ferradura” à estrutura, retirando o anterior aspecto de um “ômega” maiúsculo.

**Fotografias 224 a 230 - Aspectos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista após sua reabertura (2006-2008).**









Fontes: Arquivo Ana Laura e Nilson Zenun (2018).

Após quase duas décadas de obras, o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, ainda inconcluso, reabriu suas portas na Semana Guiomar Novaes de 2002. Nas fotografias de Fritz Nagib, inclusas no Acervo digital “Arquivo Pessoal Arquiteta Ana Laura B. A. Zenun / Nilson Zenun”, podemos ver os frutos do imenso trabalho de quase duas décadas. Na fotografia 224, de 2006, vemos a fachada do edifício com todos os seus elementos restaurados (portas, janelas, colunas e ornatos). As fotografias 225 e 226, de 2006, nos dão a dimensão da qualidade dos trabalhos concluídos, onde se pode notar, principalmente, um diálogo entre o passado e o presente, na proximidade entre as modernas poltronas confortáveis de veludo e os centenários gradis de ferro europeu, entre o arco do proscênio que já recebeu vários vaudevilles do início do século e o moderno palco agora contando com fosso de orquestra e, por fim, as novas varas de luz, a cabine de som e os dutos de ar condicionado quase ao mesmo nível de um Carlos Gomes, impassível, a olhar do alto os mais de cem anos de história do edifício. Na fotografia 227, de 2006, também percebemos uma readequação profunda na estrutura do edifício e na atualização de seus usos e distribuição de espaços: vemos, no corredor de circulação do andar dos camarotes os novos sanitários, o piso acarpetado e a parede curva, acompanhando a “ferradura”, visando ambos a melhoria da acústica, além de sinalização e luzes de emergência, visando a segurança do seu público. Por fim, na fotografia 228, vemos a Sala de Múltiplo Uso “Dilo Gianelli”, voltada para pequenas apresentações, exibições de filmes e conferências, substituindo a antiga Biblioteca Jaçanã Altair. As fotografias 229 e 230, de 2008, são imagens do subsolo da caixa cênica, onde se vê, na fotografia 229, as grandes dimensões das vigas de sustentação, o piso do palco, os equipamentos de segurança contra incêndio (ao lado do hidrante se encontram a casa de força e duas saletas) e, à direita, em concreto armado, a curva de visibilidade da plateia e o fosso da orquestra. Na fotografia 230, além das vigas e do piso do palco, vemos a escada de acesso entre o porão e os camarins/palco e, naquela altura, ainda inacabadas, as instalações do refeitório, escritório e sanitários, à esquerda da imagem. Atualmente, neste grande espaço subsolo se encontra a sede administrativa da AMITE e está parcialmente concluído (apenas permanecem inconclusas as instalações do elevador de orquestra).

Assim, no “Novo Milênio”, o Theatro Municipal é inaugurado e usufruído. Seu projeto de restauro teve de ser totalmente refeito em alguns casos, novas tecnologias surgiram, prefeitos passaram, alguns foram culpados por parte da população pelos atrasos nas obras, outros, em épocas econômicas mais felizes, até hoje são lembrados por “darem” a São João da Boa Vista um de seus mais importantes bens culturais. Ainda

depois de todos os esforços pessoais, coletivos e financeiros para sua recuperação, o Theatro Municipal é um lugar, uma permanência, que deve ser constantemente construído e dotado de valores, embora hoje seja muito mais fácil justificar aquele espaço na cidade<sup>246</sup> do que quando era uma quase-ruína e quando se tinha de escolher entre destinar recursos para o edifício a ser restaurado ou para a construção de uma creche, por exemplo.

Como apontamos anteriormente, a única forma de se preservar de fato o edifício é fazer com que o mesmo tenha ressonância junto à comunidade, junto ao maior número possível de indivíduos, e que esses cidadãos integrem o edifício à sua identidade. Aí se encontra a necessidade de ser constantemente construído e dotado de valores: assim como a identidade não é fixa, nem o patrimônio de uma determinada sociedade o é. Ele deve sempre passar pelo crivo daquela sociedade, e, se não passar, jamais haverá novamente mobilização social (com direito a ameaças de greve de fome, abaixo-assinados e jovens pedindo contribuições nas praças) pela sua preservação, ou interesse de políticos em colocar nos seus programas de governo a preservação do espaço. A construção constante possibilita o chamamento de novos atores em novos grupos sociais para dentro do espaço e lograr êxito na permanência do mesmo, uma vez que, quanto mais pessoas atribuírem a ele um significado, maiores são suas chances de sobrevivência.

Como se viu neste subcapítulo, as obras, ainda hoje não concluídas<sup>247</sup>, além de criarem espaços novos dentro do antigo edifício, como o foyer unificado, a Sala de Múltiplo Uso “Dilo Gianelli”, ou os camarins e, depois de alguns anos, o subsolo (com espaço para oficina de cenários e salas de administração do Theatro Municipal). Essas obras criaram um espaço que, em sua materialidade reúne diversos elementos e técnicas, antigas e atuais, em simbiose. Muitos elementos originais permaneceram (como parte dos ornatos da fachada, os gradis da galeria e dos camarotes, poucas portas e janelas e a estrutura do telhado, por exemplo), outros foram adicionados (espelhos do foyer, pinturas nas tabeiras de frisas e camarotes, equipamentos cenotécnicos e contra incêndios, sanitários), enquanto outros foram substituídos por recriações à semelhança de originais,

---

<sup>246</sup> Parte importante da “facilidade” em explicar a permanência do edifício, além é claro de sua importância sentimental, identitária, memorialística e histórica, é a sua importância cultural, constituindo num espaço amplamente utilizado e bem gerido pela entidade que o administra, com um baixo consumo de recursos públicos para tal.

<sup>247</sup> Se o “restauração” de grande parte do edifício foi concluído em setembro de 2002, algumas outras obras ficaram inacabadas por mais alguns anos, como foi o caso do subsolo, onde hoje funciona a sede da AMITE e concluída apenas em 2010. Ainda hoje a “reciclagem” do espaço continua inacabada, faltando a aquisição de equipamentos de cenotécnica e dispositivos modernos contra incêndio, elementos de alto custo.

com base em documentos textuais, iconográficos e o próprio edifício (tais como as divisórias das frisas e camarotes e suas portas, a curva de visibilidade da galeria, o gradil das frisas, o piso do palco, os ornatos da fachada, o piso do foyer, seus lustres, as arandelas das tabeiras, entre outros). Como peças de um mosaico, esses múltiplos elementos se colocam à nossa frente, compondo um edifício centenário, mas que foi recriado, atendendo a desejos coletivos, com ajuda coletiva e apoio coletivo. Na materialidade restaurada, portanto, se operam os significados simbólicos, imateriais, os quais justificaram, justificam e justificarão todos os esforços para preservá-lo, enquanto houver um sanjoanense que faça dele uso e o utilize como suporte material de sua identidade, memória, história.

Neste terceiro capítulo, pudemos perceber que o restauro do Theatro Municipal, além de ter sido um momento de profundo conhecimento do edifício enquanto documento material, foi também um momento em que a própria sociedade operou um conhecimento sobre si mesma. Primeiramente, conheceu seu poder de mobilização e o impacto da opinião pública nos programas de governo e nas ações do poder público. Depois, (re)conheceu que a demolição havida dos antigos edifícios do início do século e anteriores, configurava a perda de referenciais importantes para suas identidades, memórias, e que tais perdas eram irrevogáveis e irreparáveis. Por fim, conheceu o desejo de legarem ao futuro um espaço cultural como este de que tratamos. Ninguém poderia saber que demoraria quase 18 anos para o edifício novamente ser um teatro completo, nem mesmo as estimativas mais pessimistas poderiam determinar os custos das obras e esse tempo necessário. Mas os usos atuais e a riqueza de expressões culturais que lá encontram espaço, demonstram que todo o esforço foi válido e hoje temos, de fato, um edifício de alto valor simbólico, um palco cultural que é referência em toda a região e, além disso, um paradigma de preservação<sup>248</sup>. Nesse aspecto, a luta pela preservação não terminou com as obras, mas avança até a atualidade. O pós-restauro é o momento em que se conservam esses esforços extraordinários, que só poderão se perenizar se um número

---

<sup>248</sup> O Theatro Municipal de São João da Boa Vista foi o primeiro bem cultural a ser tombado na região, servindo de exemplo para pedidos de tombamento junto ao Condephaat de outros bens, tanto sanjoanenses (edifício da Escola Estadual Joaquim José – Processo nº 27602/90 - e da Igreja Matriz de São João Batista – Processo nº 24929/96), quanto regionais. No último aspecto, o tombamento do Conjunto Urbano de Espírito Santo do Pinhal, Processo nº 26264/88, teve ainda a participação da arquiteta Ana Laura Zenun e do engenheiro Nilson Zenun nos estudos técnicos enviados ao Condephaat pela proponente, a Associação Pinhalense de Cultura.

cada vez maior de indivíduos<sup>249</sup> se sensibilizarem no sentido de reconhecerem aquele edifício como seus e fazerem dele um uso sustentável.

Ainda no começo de sua recuperação física, uma interessante crônica (ANEXO D, p.700) foi publicada em periódico desconhecido. Num tempo em que era uma quase-ruína e não se sabia quais usos o edifício abrigaria, antes do início das obras e apenas com a promessa de que um dia seria reaberto, o otimista cronista vaticina a importância atual daquele edifício, que a sociedade aprendeu a “amar”:

**Teatro Municipal. 16/08/1985**

Símbolo de toda uma tradição cultural, o Teatro Municipal de nossa cidade está retomando a antiga forma. Devagar e aos poucos, vem aparecendo o Teatro, que todos nós aprendemos a amar como um marco da História de São João. Por lá desfilarão grandes nomes da época, cantores, bailarinas, atores e atrizes, a famosa internacionalmente Guiomar Novaes. As paredes deste augusto edifício falam por si mesmas de décadas da formação da nossa cultura. Recuperado, adaptado aos tempos modernos, com recursos e ampliações deverá oferecer um incentivo aos novos representantes da cultura. Sempre, na memória do povo, haverá o Teatro Municipal e suas histórias e lendas, recheadas de muita emoção. De quando em quando ouviremos o ruge-ruge das sedas, o murmúrio abafado dos camarotes, um eco do passado vindo para o futuro aprisionando o presente entre o que houve e o que ainda será. A todos os que de alguma forma recuperaram essa dimensão mágica da cidade, um viva à sensibilidade e ao sentido histórico que permitiu que este patrimônio fosse preservado. Muitos cantores lá se ouvirão, muitos versos, trovadores, músicos, poetas, namorados, artistas, povo em geral. Correi, pois é chegada a hora de cantar, falar, recriar a fantasia de novo: o Teatro Municipal está chegando...

Assim, aprendendo a amar o edifício, e considerando que ele carregava importantes valores e que seria apto para as demandas culturais da sociedade, os sanjoanenses o salvaram. Hoje, tal luta e coragem nos ensina algo.

Em tempos em que orçamentos são esvaziados, contingenciamentos financeiros se tornam a ordem do dia, jamais se pode aceitar o desaparecimento de suportes materiais de nossas sociedades, justificados pela falta de recursos. O investimento em cultura, não o “gasto” em reformas, que essas ações de restauro representam, contribuem para a

---

<sup>249</sup> Sobre a participação da população, podemos afirmar que as ações de educação patrimonial visando sensibilizar um maior número de indivíduos possível sobre a importância do bem é de importância absoluta, uma vez que, “se trabalhada em paralelo com políticas públicas efetivas, [se constitui] o meio mais importante na busca da consolidação de um direito à memória, posto que só ela seria capaz de mudar profundamente a leitura dos cidadãos em relação à sua própria história e ao patrimônio decorrente dela” (PAZZINI E SPAREMBERGER, 2014 : 4548). Ainda sobre a Educação Patrimonial, Horta et al. (1999) traz uma importante definição sobre o que constitui tal iniciativa: “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens” (HORTA ET AL, 1999 : 5).



emancipação do indivíduo e para uma sociedade mais justa, com seus direitos culturais devidamente respeitados. Não se define o valor da construção pelo seu custo de recuperação ou pelo seu valor venal, mas pelos usos e valores simbólicos e documentais que ela carrega, que ela representa para sua comunidade. Nesse aspecto, Max Dvorák, já em 1916, defende que

as obras de arte antiga devem possuir para nós uma importância muito superior àquela determinada por seu valor material. Ainda maior, no entanto, muito maior do que simples antiguidades, padrões estilísticos ou fontes históricas. Elas precisam ser interpretadas e sustentadas como uma parte viva e integrada às nossas existências, ao nosso devir, à nossa pátria, à nossa cultura nacional (...) às nossas aquisições e prerrogativas espirituais e éticas (...) (DVORÁK, 2004 : 107).

Ao seguir a recomendação do historiador da arte, encontraremos, nas antigas materialidades, muito de nossas identidades e memórias.

### III. 4. UMA ADMINISTRAÇÃO PARA O THEATRO: A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO TEATRO - AMITE E SUAS ATRIBUIÇÕES.

Após o hercúleo trabalho de restauro, havia ainda um outro desafio, talvez maior que as próprias obras de recuperação: era necessária a viabilização do espaço enquanto local cultural e de entretenimento. O uso<sup>250</sup> é um dos maiores responsáveis pela

---

<sup>250</sup> Viollet-Le-Duc, já na segunda metade do século XIX, apontava a relação entre o uso e a preservação, ao afirmar que “(...) o melhor meio de conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação” (VIOLLET-LE-DUC, 2006 : 65). Quando essa implementação não ocorre “e o imóvel permanece fechado por vários anos até a obtenção de recursos para implementar o uso, a degradação passa a representar uma ameaça, considerando que imóvel sem uso é imóvel sem conservação e, portanto, fadado ao declínio” (COELHO, 2003 : 48). Nesse aspecto, Magalhães afirma que “não adianta você tomar uma casa, até mesmo restaurá-la, se ela não estiver vocacionada para um uso (...) um bem imóvel que for recuperado e não for usado convenientemente, dez anos depois volta a estar de novo deteriorado” (MAGALHÃES, 1997 : 185/186). Esse entendimento do autor sobre o uso conveniente é bastante importante: o uso por si só não é recomendado, mas sim aquele uso que respeita a estrutura e potencializa a sua permanência. Não apenas o uso, mas o uso *adequado*, devem pautar as ações pós-restauro. Ainda nesse aspecto, o autor afirma que “é preciso reinserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro, porque é assim que ele vale e, segundo, porque é assim que ele se conserva. Na verdade, não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência de vida” (MAGALHÃES, 1997 : 189). Nesse aspecto de usos, vemos que, mesmo inacabado em sua parte cenotécnica, o Teatro Municipal foi reaberto e, desde então, ainda hoje para ser concluída a sua “restauração e reciclagem”, permanece em pleno uso pela comunidade. Ainda nesse aspecto de atribuição de usos, Assmann (2016) faz uma importante observação sobre a perda desse valor: “Com a perda do valor de uso, tanto a função quanto o significado de um objeto também se perdem.

sobrevivência<sup>251</sup> do espaço Theatro Municipal. Para a viabilização de um uso plural, democrático e atrativo, surgiria a Associação dos Amigos do Teatro de São João da Boa Vista, a AMITE.

A AMITE foi criada cerca de seis meses após a reabertura do Theatro Municipal, em 28 de abril de 2003. Na mesma data, a AMITE celebrou convênio com a Prefeitura Municipal, oficializado pela Lei Nº 1.194, de 1º de Outubro de 2003 (VER ANEXO C, p.676-678), vigendo por 30 anos, segundo o qual a Prefeitura cede à AMITE<sup>252</sup> a tutela do Theatro Municipal, visando sua administração, gerenciamento e manutenção do espaço, autorizando cobrança de ingressos, venda de alimentos, bebidas e implantação de livraria com marca do Theatro Municipal, conforme previsto no artigo 2º, e ficando obrigada a receber eventos oficiais do Departamento de Cultura do município, de acordo com o artigo 9º. A referida lei ainda autoriza a Prefeitura Municipal a designar verbas (conforme consta no Termo de Concessão) do orçamento municipal, mediante autorização legislativa, além de regulamentar a prestação de contas da entidade.

A razão de existir da entidade, além da necessidade de viabilização do espaço Theatro Municipal, é a de ser responsável pela manutenção física do espaço e a administração de sua programação e recursos. Segundo seu website,

Seus atribuições são: promover a popularização do Teatro, realizar eventos com a participação de grupos e escolas locais, organizar a agenda de espetáculos do Theatro em parceria com o departamento de Cultura e Turismo e entidades culturais do município<sup>253</sup>.

---

Decaídos são, portanto, aqueles objetos aos quais a sociedade não presta mais atenção e pelos quais não se interessa mais. O que sobra é a sua pura materialidade” (ASSMANN, 2016 : 412). Sem valor de uso, e sem reconhecimento, portanto, o bem se esvazia de significado, passando a ser simples amontado de argamassa e tijolos, tal qual o CineTheatro o era antes das mobilizações de grupos a favor de sua restauração física, simbólica e de *uso*.

<sup>251</sup> Não apenas a entidade é responsável pelo Theatro, mas o poder público e a comunidade, tal como aponta Lopis (2017): “administração pública, órgãos de preservação, população e intelectuais de diversas áreas tem que manter um diálogo contínuo, objetivando a permanência de seus elementos identitários, que contam sua história através de seus bens/monumentos” (LOPIS, 2017 : 21). Sobre o envolvimento da comunidade na preservação, vemos que “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (HORTA ET AL., 1999 : 4).

<sup>252</sup> Em 2009, a AMITE foi declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 2.537, de 07 de Maio de 2.009 (VER Documento Escrito 22 – ANEXO C, p.679).

<sup>253</sup> Disponível em <http://www.theatromunicipalsjbv.com.br/amite>. Acesso em 08/08/2019.

A atual Presidente da AMITE, Ana Paula Rinaldi, complementa o elenco de atribuições da entidade, afirmando que sua missão é

administrar o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, objetivando: a) promover o aprimoramento e o desenvolvimento de atividades artísticas; b) auxiliar na manutenção do seu acervo patrimonial e cultural; c) realizar eventos visando incentivar e aprimorar a criação e divulgação de obras artísticas de autores brasileiros; d) colaborar com o poder público em benefício da educação artística e cultural da comunidade; e) estimular a formação e o aperfeiçoamento de artistas jovens de reconhecido valor, nacionais ou radicados no país, oferecendo-lhes, também, oportunidades para apresentações públicas; f) promover atividades, programas culturais e eventos, principalmente em parceria com a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Departamento Municipal de Cultura e Turismo e demais entidades culturais e educacionais da cidade, obedecida a legislação vigente, abrangendo as diversas áreas artísticas e culturais, tais como seminários, ciclo de palestras, mostras, oficinas, cursos, conferências, encontros, exposições, lançamento de livros, publicações e atividades consideradas afins pela Diretoria da Associação; g) levantar recursos financeiros junto a pessoas e entidades jurídicas, associações ou não, destinados a dar efetivo cumprimento aos objetivos socioculturais.

De atribuições complexas, a sobrevivência da entidade sem fins lucrativos<sup>254</sup> é garantida pela venda de ingressos ou locação do espaço para eventos e por um grupo de sócios contribuintes<sup>255</sup> (cerca de 280), segundo informação de sua presidente. Como forma de atender às demandas de suas atividades, a entidade conta com um corpo administrativo próprio<sup>256</sup>, eleito a cada dois anos pelos sócios (essas eleições são disputadas por chapas compostas pelos associados, e não há qualquer indicação ou influência política para tais cargos), composto por Presidente, Vice-Presidente, 2 Secretários, 2 Tesoureiros, 2 Assessores Jurídicos, Diretor Técnico e Diretor de Eventos. Ainda é amparada por um grupo de funcionários contratados para a administração da Associação e a manutenção do edifício, atualmente em número de 2 colaboradores: uma secretária e um encarregado de manutenção.

---

<sup>254</sup> De acordo com o Artigo 42 do Estatuto Social da entidade, “A instituição não tem finalidade lucrativa, não distribuirá dividendos, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou renda, a título de lucro ou participação no seu resultado. Os seus recursos e rendimentos serão revertidos exclusivamente em prol da Associação, no desenvolvimento de seus fins sociais”.

<sup>255</sup> A contribuição mensal varia entre Pessoa Física e Pessoa Jurídica: os primeiros, em número de cerca de 270, contribuem com R\$ 20,00 individual e R\$ 15,00 familiar por pessoa; já os segundos, em número de 8, contribuem com R\$ 250,00.

<sup>256</sup> De acordo com o Artigo 43 do Estatuto Social da entidade, “As atividades dos diretores e membros dos Conselhos não serão remuneradas, sendo vedada a distribuição de lucro, bonificação ou vantagem, sob nenhuma forma ou pretexto, quer direta ou indiretamente”.

No aspecto financeiro, além dos recursos provenientes da contribuição mensal de sócios interessados na promoção da cultura na região e do próprio aluguel do espaço para a realização de espetáculos, há também um apoio por parte da Prefeitura Municipal. A mesma tem bastante importância na manutenção da estrutura se responsabilizando pelo pagamento de contas de água, energia elétrica, manutenção de ar-condicionado, além de ainda contar a entidade com o poder público municipal para cobrir despesas de manutenção hidráulica, elétrica, de controle de pragas e outros reparos. Nota-se que o poder público cumpre com sua função ao contribuir ativamente para a conservação do espaço e para seu funcionamento, ao mesmo tempo em que mantém de forma bastante acertada a independência financeira e administrativa da entidade e a liberdade de ação na conformação das políticas culturais pela AMITE.

Muito embora esteja apta a receber eventuais aportes financeiros da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal, a AMITE tem estatuto próprio e independência para administração do espaço, criação de programas culturais, escolha do corpo administrativo e manejo de recursos. Tal situação de independência de ação frente ao poder público faz com que a entidade possa oferecer variados espetáculos a praticamente todos os públicos e contribui para o muito interessante e heterogêneo uso atual do Theatro Municipal.

No aspecto das atrações<sup>257</sup>, exceto naquelas datas específicas em que se tem a utilização do espaço pelo poder público, a entidade possuiu total independência também na formação de sua programação. O aluguel do espaço se dá por contato prévio entre produtor/artista e a própria entidade e, estando o evento dentro dos parâmetros de segurança da estrutura exigidos, escolhe-se uma data para a realização. No que se refere ao pagamento de aluguel do espaço, a entidade trabalha com um “mínimo garantido” (R\$ 1.000,00) e, se ultrapassar o valor de tal mínimo, cobra-se 10% do total da bilheteria. Nesse aspecto, há um preço diferenciado para aluguel para associados.

Por fim, atualmente, 9 eventos fixos figuram na agenda cultural do Theatro Municipal. Desses 9 eventos, 4 eventos de frequência semanal são mantidos pela AMITE (Projeto “6 da tarde”, “Quarta Teatral”, “Quinta Musical”, “Som do Sábado”) e 5 eventos

---

<sup>257</sup> A entidade não investe em publicidade de suas atrações. O que ocorre é o custeio das propagandas pelos próprios realizadores e da produção de um cartão de programação mensal custeado por uma “empresa amiga”, segundo a Presidente da Associação, Ana Paula Rinaldi. O público conhece as atrações a partir do referido cartão de programação, dos banners na fachada do edifício, das redes sociais mantidas pela entidade e pela publicidade contratada pelos realizadores. Nesse último aspecto, a publicidade dos espetáculos contidas nas páginas do periódico *Jornal O Município* foi uma importante fonte de pesquisa para se determinar, aproximadamente, os usos atuais do Theatro Municipal.

são mantidos pelo poder público (Abertura da Semana Fica Fica, Festival Estudantil de Theatro Amador Atílio Galo Lopes, Festival de Theatro Amador Leilah Assunção, Pontos MIS e Semana Guiomar Novaes), com frequência de realização em sua maioria anual (exceto Ponto MIS, que varia entre 4 e 6 realizações anuais).

No Capítulo 4, a seguir, se tornará mais clara a importância de tal entidade não apenas na preservação do edifício, a partir da promoção de seu uso, mas também da criação, na cidade, de um lugar extremamente importante para o entretenimento e a cultura dos cidadãos. Em última instância, a AMITE tem grande importância não apenas na questão da preservação da materialidade do edifício, mas também, sobretudo, na preservação da imaterialidade, do valor atribuído àquele edifício e o seu significado, uma vez que se comporta como a guardiã da estrutura e criadora de vínculos entre usuários e teatro a partir de suas políticas culturais. Como veremos, pela competência e empenho de suas diretorias, novamente entrega ao sanjoanense um espaço cultural multifacetado, notório pelo oferecimento cada vez maior de oportunidades para que os cidadãos se identifiquem com o espaço, criem laços com o mesmo e viabilizem a sua sobrevivência.

A seguir, veremos um estudo sobre os usos físicos (com análise de programação e público em espetáculos com bilheteria) e simbólicos do Theatro Municipal, em grande parte proporcionados pela Associação dos Amigos do Theatro.

#### **CAPÍTULO IV – O ESPAÇO APROPRIADO. Considerações sobre os novos usos e significados do Theatro Municipal Sanjoanense, a partir do Jornal *O Município* e no Borderô de Eventos da AMITE.**

A utilização multifacetada do espaço, vista no Segundo Capítulo desta dissertação, compõe uma característica marcante do espaço entre os anos de 1914 e 1925. Tal característica é também presente nas análises que se seguirão, demonstrando que a acertada prática de oferecer programações variadas resultam em uma maior capacidade do espaço em atender às demandas de seu público e manter-se atualizado e frequentado pelo mesmo. Para demonstrar esse uso plural, novamente a pesquisa se amparou no periódico *O Município* e em material inédito gentilmente cedido pela AMITE<sup>258</sup>, intitulado “Borderô de Eventos”.

---

<sup>258</sup> Agradecemos à atual Presidente da AMITE, Ana Paula Rinaldi, e à Secretária Geral da AMITE, Solange Barroso Silveira, a cessão e reunião deste material.

A análise do jornal *O Município* no Segundo Capítulo mostrou-se de grande importância para determinarmos a natureza das apresentações e o significado simbólico atribuído ao espaço. Repetindo o método utilizado no Segundo Capítulo, buscamos analisar naquele periódico, agora no recorte temporal entre maio de 2004 a janeiro de 2015, o aparecimento do espaço, sua utilização e seu significado num dos principais veículos de comunicação sanjoanense. Nesse sentido, buscamos determinar a frequência e a natureza de referências ao Theatro Municipal no Jornal *O Município*. Novamente, a presença do espaço se dá como no início do século: anúncios e crônicas de atrações e crônicas referentes ao espaço e à sua importância simbólica para a sociedade sanjoanense.

A seguir, analisaremos primeiramente a ocorrência de eventos a partir do jornal *O Município*, depois analisaremos os dados do Borderô de Eventos AMITE sobre a quantidade de público em atrações com bilheteria e, por fim, as crônicas sobre o Theatro Municipal presentes no periódico citado. Nos dois primeiros subcapítulos, portanto, analisaremos o uso utilitário, enquanto no terceiro subcapítulo, sobretudo o uso simbólico do edifício. Dessa forma, nos três subcapítulos seguintes, buscaremos analisar os usos, a preferência de público e a importância simbólica desse espaço centenário tanto no que tange à cultura e ao entretenimento dos sanjoanenses, quanto na construção de uma relação entre o espaço e seus usuários.

#### IV. 1. OS EVENTOS EM *O MUNICÍPIO*. A PRESENÇA E OS USOS DO THEATRO MUNICIPAL NOS ANOS DE 2004 A 2015 NO JORNAL *O MUNICÍPIO*.

##### *IV. 1. 1. Uma visão geral do periódico, entre os anos de 2004 a 2015, e do seu levantamento.*

Levando em consideração que as técnicas editoriais, a disposição das notícias e até mesmo o acesso ao material pesquisado apresentam notáveis evoluções ao longo do tempo, nos esforçaremos a demonstrar, em primeiro lugar, a análise editorial da publicação, depois sua análise física e, por fim, a análise de seu conteúdo.

O periódico mantém, desde sua criação, um perfil ideológico bastante inclinado para a defesa de grupos sociais e ideias de coletividade sanjoanense. Se não chega a expressar a mesma ideologia dos anos de direção da família Lühmann, mantém o mesmo caráter popular e voltado às massas, sendo um veículo que representa importante poder de pressão política na localidade. Entre as situações de pressão sobre o poder público

estão aquelas relacionadas à defesa dos bens culturais, tombados ou não<sup>259</sup>, do município. Esse compromisso social também está presente quando se analisam alguns editoriais do periódico, principalmente naqueles onde se vê menção ao Theatro Municipal.

Em se tratando de suas características editoriais, a publicação, que é impressa em formato *standard*<sup>260</sup>, tem sua primeira página comumente ocupada por manchetes e pequenas chamadas de diversos assuntos, tais como política, cultura, cidadania, crônicas policiais, além de anúncios publicitários. Um aspecto importante é a profusa utilização de imagens e figuras, que facilitam a compreensão do leitor da notícia relacionada. Tem grande presença de anúncios publicitários diversos, também com uso de arte gráfica, imagens e figuras.

Sua tiragem, em fevereiro de 2020, era de 5.000 exemplares às quartas e 5.000 exemplares aos sábados, e sua circulação é regional<sup>261</sup>. São duas edições semanais, sendo uma menor às quartas-feiras e uma maior aos sábados. O número de páginas varia ao longo dos anos: se em 2004 os números editados às quartas-feiras eram compostos de 8 páginas e as edições de sábado, compostas de 16 páginas, em 2010 os periódicos eram compostos de 16 páginas na quarta-feira e de 20 páginas aos sábados. Seu custo é baixo: R\$ 1,00 em 1º de maio de 2004 e R\$ 2,00 em 31 de janeiro de 2015, que representam data inicial e final, respectivamente, do presente levantamento.

Sua divisão interna é composta por quatro seções. A primeira seção geralmente é constituída de editorial, artigos de opinião, cartas de leitores e notícias gerais (culturais, policiais, esportivas, políticas e econômicas) da cidade. A segunda seção geralmente é composta de notícias da região e colunas sociais. A terceira seção se concentra em crônicas culturais, de entretenimento e de viagens. A quarta seção se concentra em classificados gerais. Em todas as seções, há presença de peças publicitárias que seguem o padrão de se localizarem nos quadrantes inferiores das páginas. A quarta seção

---

<sup>259</sup> Um exemplo desse compromisso foi a pressão exercida pelo periódico no caso do abandono do Sobrado Westin (entre os anos de 2005 e 2006), que resultou no seu restauro e posterior ocupação. O periódico promoveu uma verdadeira campanha de sensibilização sobre a importância do edifício tanto da opinião pública, quanto dos proprietários do edifício e do poder público sanjoanense, visando à recuperação de um dos mais antigos edifícios de alvenaria da cidade, alcançando grande êxito na sua campanha.

<sup>260</sup> O formato *standard* se refere às publicações de dimensões de 56x32cm. Disponível em: <http://diagramacao.blogspot.com/2009/12/formatos-de-jornais.html>. Acesso em 29/08/2019.

<sup>261</sup> Segundo seu expediente, a circulação se dá nas cidades de Aguai, Águas da Prata, Andradas, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Itobi, Mococa, Poços de Caldas, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul.

comumente se faz presente nas edições de sábado do periódico, enquanto que nas edições de quarta-feira não é comum a presença dessa seção. Concluindo essa breve caracterização do periódico, passaremos para o levantamento em si.

Para esse estudo, pretendíamos, inicialmente, tratar do período entre a reabertura do Theatro Municipal, em setembro de 2002, e seu Centenário, em outubro de 2014, perfazendo um total de 12 anos de análise do jornal *O Município*. Realizamos, porém, um levantamento que abrange o período entre maio de 2004 e janeiro de 2015 para ajustarmos nosso recorte em função das planilhas do Borderô de Eventos, recebidas da AMITE (e analisadas mais à frente), que se iniciavam em maio de 2004, para que não ficasse uma lacuna na análise da frequência ao espaço no período anterior àquela data inicial das planilhas. Para produzir um estudo em que fosse possível analisar as menções do Theatro Municipal no periódico e a realização de espetáculos lá retratadas, conjuntamente com a presença de público expressa no Borderô de Eventos, decidimos seguir a data inicial daqueles registros cedidos pela AMITE, enriquecendo a análise com o cotejamento de dados de uma e de outra fonte documental e oferecendo ao leitor a possibilidade de conhecer a quantidade de público da maioria das atrações com bilheteria que ocorreram no Theatro Municipal em mais de uma década.

Outra razão pela qual alteramos o recorte temporal inicialmente adotado, foi o fato de que as publicações em comemoração ao Centenário do Theatro Municipal extrapolavam a data da efeméride e adentravam, ainda, pelo mês de janeiro de 2015, com a publicação de uma última crônica referente aos 100 anos do edifício. Dessa forma, decidimos alterar o recorte temporal e adaptá-lo às fontes utilizadas, para os meses de maio de 2004 a janeiro de 2015.

Em se tratando da análise do periódico, a questão norteadora dos levantamentos do Segundo Capítulo também foi aproveitada aqui: visamos responder ao questionamento “Como o Theatro Municipal aparece no JOM entre os anos de 2004 e 2015?”. Para respondê-lo, foram analisados 1.123 números, entre os dias 1º de maio de 2004 e 31 de janeiro de 2015, perfazendo um total de aproximadamente 17.000 páginas.



O Jornal *O Município* oferece, de forma gratuita<sup>262</sup> em seu site<sup>263</sup>, acesso a todas as edições, a partir do mês de março de 2004. É proporcionada ao leitor uma navegação de fácil entendimento, com campos de busca por data de publicação e por palavra-chave. Essas características ofereceram à pesquisa uma grande ajuda no que se refere ao acesso dos dados, uma vez que oferece formas (através da busca por palavra-chave) de checagem quanto ao número de citações e quanto à natureza dessas citações – no que se refere à pesquisa, essa facilidade foi marcante, visto a maior quantidade de periódicos analisados e o maior número de páginas por edição, se comparados ao levantamento do Segundo Capítulo.

No que se refere à forma de organização e análise dos dados, utilizamos como modelo o levantamento dos anos de 1913 e 1925 dos periódicos *Jornal O Município* e *A Cidade de São João*, realizados no Segundo Capítulo, reutilizando o cabeçalho das Tabelas que organizam os dados dos anos de 1913 e 1925, excluindo, porém, o campo “Imagem no Acervo” – por se tratar de base digitalizada *online*, não foi constituído acervo fotográfico desse levantamento. Assim, os quadros expõem a data do periódico, seu número, o(s) assunto(s)<sup>264</sup> e a quantidade<sup>265</sup> de aparecimentos das citações.

#### *IV. 1. 2. Os números do levantamento: menções ao Theatro Municipal, suas características e frequências.*

Podemos analisar tanto quantitativa quanto qualitativamente a presença do Theatro Municipal no jornal *O Município* e que tratam da parte mais recente da história do edifício e de seu uso contemporâneo. Para tanto, usamos como base as Tabelas 22 a 33 (APÊNDICE A, p.383-444), sendo essa análise quantitativa referente a dois quesitos:

---

<sup>262</sup> A não-existência de cadastro ou pagamento de qualquer taxa de assinatura para acesso ao conteúdo digital pode ser tomada como um indicio da inclinação popular e o papel social da folha, que disponibiliza gratuitamente notícias da edição corrente e passadas. Por si só, essa atitude concede acesso à informação tanto para os cidadãos quanto para os pesquisadores interessados.

<sup>263</sup> Disponível em: <http://www.omunicipio.jor.br/wordpress/>. Acesso em 07/08/2019.

<sup>264</sup> No campo “assunto”, fizemos sumárias declarações dos conteúdos dos anúncios, com recorrências de termos como “apresentação” e “anúncio”, apenas a título de diferenciação entre os espetáculos ocorridos e os ainda a ocorrer a partir da data mencionada.

<sup>265</sup> No que se refere à “quantidade” expressa pelas tabelas, notificam-se as quantidades de menções ao Theatro Municipal contidos na edição: em uma edição que tenha apenas uma “apresentação”, pode ser que o Theatro Municipal seja referido duas ou três ou mais vezes na publicação, em lugares como a primeira página e no artigo principal (nos espetáculos mais destacados, de atores famosos, é comum que a mesma apresentação seja referida em três ou quatro lugares diferentes do periódico, como primeira página, rápida chamada, artigo principal e coluna social). Dessa forma, a “quantidade” se refere à totalidade de *espaços* ocupados por textos e representações relacionadas ao Theatro Municipal.

a quantidade de menções sobre o Theatro Municipal por número do periódico e a quantidade de espaços<sup>266</sup> do periódico ocupados pelas citações e os seus respectivos conteúdos.

O primeiro quesito se refere ao grau de presença do Theatro Municipal, ao longo dos cerca de 11 anos desse levantamento, nas páginas do jornal. Para mensurar tal presença, foram considerados desde anúncios e crônicas de grandes dimensões até pequenas chamadas de 3 linhas em cada um dos números do periódico no recorte temporal determinado. Já o segundo quesito visa analisar quantos espaços cada uma dessas menções ocupou no periódico. Dessa forma, mesmo a menor e mais breve das menções é contabilizada nesse segundo quesito de análise, e aparece numerada nas Tabelas 22 a 33, no campo “quantidade”. Com isso, deixamos claro que não apenas contabilizamos a quantidade de citações ao Theatro Municipal por número de periódico, mas contabilizamos, também, quantos espaços nesses números do periódico são dedicados às citações, o que se relaciona com a quantidade de publicidade que os eventos recebem nesse periódico. Em se tratando do primeiro quesito de análise, a Tabela 34 oferece uma exposição dos números encontrados:

**Tabela 34 – Menções anuais ao Theatro Municipal no periódico bissemanal Jornal *O Município* entre 2004 e 2015.**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE PERIÓDICOS ANALISADOS</b>	<b>PRESENÇA DE MENÇÕES</b>	<b>% DA PRESENÇA DE MENÇÕES</b>
<b>2004<sup>1</sup></b>	70	57	81,4%
<b>2005</b>	105	77	74,3%
<b>2006</b>	104	82	78,9%
<b>2007</b>	104	86	82,7%
<b>2008</b>	105	80	76,2%
<b>2009</b>	104	86	82,7%
<b>2010</b>	104	83	79,8%
<b>2011</b>	105	92	87,6%
<b>2012</b>	104	83	79,8%
<b>2013</b>	104	87	83,6%
<b>2014</b>	105	97	92,4%
<b>2015<sup>2</sup></b>	9	5	55,5%
<b>TOTAL/ MÉDIA</b>	<b>1.123</b>	<b>915</b>	<b>81,56%</b>

<sup>1</sup> A partir de 01/05/2004

<sup>2</sup> Até dia 31/01/2015

Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

<sup>266</sup> Mais à frente, elucidaremos a forma como essas citações ao Theatro Municipal aparecem no periódico, e sua variedade quanto à forma, lugar e extensão.

Vê-se acima que há menções ao Theatro Municipal em 915 dos 1.123 números analisados. Esses dados indicam uma grande presença de citações ao Theatro Municipal ao longo desses cerca de 11 anos, onde se chega à razão de aproximadamente 81,6% de citações nos 1.123 números analisados. Entre os anos de 2005 e 2014 (anos com dados completos), a presença de menções permanece em geral bastante elevada, com mínimo de 74,3% (2005) e máximo de 92,4% (2014). O ano de maior número de menções, 2014, foi marcado por intensas comemorações do Centenário de inauguração do Theatro Municipal<sup>267</sup>, produzindo um aumento significativo no número de citações ao Theatro para além da média de 81,6% de citações.

O segundo quesito visa determinar a presença do Theatro Municipal nas páginas do periódico a partir da quantidade de espaços que ocupa por edição. Neste aspecto, ainda há a possibilidade de determinar essa presença por seu conteúdo temático, dividido em três tipos: 1) eventos; 2) Theatro Municipal (edifício) e AMITE; e 3) diversos (utilização iconográfica do Theatro Municipal em anúncios, notícias relacionadas indiretamente ao Theatro Municipal).

O primeiro conteúdo diz respeito às crônicas, notícias e anúncios de eventos, sejam eles cênicos, musicais ou diversos, dando uma breve dimensão da intensidade com que os produtores e a AMITE utilizam o veículo de comunicação como difusor para propagandas das atrações. O segundo conteúdo diz respeito às crônicas e notícias referentes ao Theatro Municipal e à AMITE, seja por questões de cunho administrativo, seja por questões simbólicas ou financeiras, em que se teve como tema ou a utilização do espaço ou a administração do mesmo, que aponta, de uma forma bem geral, também a difusão junto à opinião pública da importância do edifício e de sua sobrevivência para o público e para o cidadão sanjoanense. Já o terceiro conteúdo se refere às utilizações diversas seja da figura, seja do lugar em que o Theatro Municipal ocupa nas peças publicitárias ou no cotidiano da cidade e dos cidadãos. Esclarecidos os quesitos de divisão, passemos à sua exposição.

Naqueles 915 números do Jornal *O Município* em que constam menções ao Theatro Municipal, o leitor se deparou, entre maio de 2004 e janeiro de 2015, com 2.072 espaços do periódico ocupados por crônicas, notícias, anúncios publicitários referentes às

---

<sup>267</sup> Esse ano de 2014 vai mostrar, nos cálculos e considerações a seguir, uma importante quebra nas constantes apresentadas, ora contribuindo para o aumento de determinado número de análise, ora contribuindo para a diminuição de determinado número de análise.

atrações, ao edifício ou utilizando sua imagem para ilustrar reportagens e anúncios afins. Se a presença em 81,6% dos números analisados mostra uma grande inserção do Theatro Municipal num dos principais veículos de comunicação da região, a quantidade de espaços do periódico ocupados reforça essa grande presença e demonstra uma preocupação tanto dos produtores de espetáculos quanto da AMITE em difundir a programação e as notícias referentes à administração do espaço. Dessa forma, é importante analisar a forma como essa presença se dá, para depois analisarmos a sua divisão por conteúdo.

Em mais de uma década, vemos que não há um padrão de apresentação dessas citações ao Theatro Municipal dentro do periódico, podendo variar grandemente tanto no que se refere à quantidade de espaços dedicados, quanto à forma, à extensão e à localização desses espaços ocupados. O que se pode notar é que, geralmente, as citações de anúncios de espetáculos se concentram em maior número no caderno específico da parte cultural do periódico, no caso o Segundo Caderno ou, nos anos anteriores a 2006<sup>268</sup>, no Caderno Lazer e nas Colunas Sociais. Para essas atrações, há também a presença de anúncios e crônicas tanto na primeira página do periódico quanto nas Colunas Sociais: em certas ocasiões, alguns espetáculos aparecem apenas na primeira página do periódico, como chamada publicitária de destaque; em outras ocasiões, alguns espetáculos aparecem apenas na área das Colunas Sociais, com fotografias de indivíduos que vão ao Theatro Municipal assistir uma determinada peça.

A própria forma como ocorrem as citações é bem diversa, uma vez que ora se apresenta acompanhado de uma pequena crônica sobre os espetáculos, ora se apresenta como um anúncio publicitário de fato, com textos em destaque, imagens, horários e, em alguns casos isolados, preços. A razão dessa variada apresentação dos anúncios provavelmente se deve ao fato de que se trata de espaços pagos dentro do periódico, onde o valor influi diretamente no tamanho do espaço ocupado. Neste aspecto, há uma relação

---

<sup>268</sup> Entre maio de 2004 e maio de 2005, os anúncios de atrações no Theatro Municipal tanto se localizam no Caderno Lazer quanto nas Colunas Sociais, muito embora aqueles que se encontram nessa última seção do jornal são pequenas chamadas sobre a realização dos “Concertos Matinais”. Não se viu frequentemente anúncios de espetáculos nas Colunas Sociais, sendo que raramente vemos anúncios daqueles concertos matinais no Caderno de Lazer, ao lado dos outros anúncios de atrações (nesse caso, ocorrem apenas quando a coluna se encontrava completada por um outro evento qualquer de destaque, a exemplo da Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial – EAPIC de São João da Boa Vista). Já a partir de junho de 2005, os anúncios dos “Concertos Matinais” se encontram em maior número na seção “Local” do periódico. Após reestruturação no layout do periódico, vemos de fato a quebra dessa compartimentação um tanto quanto rígida, sendo mais livre a localização de anúncios, muito embora ainda sendo raros nas Colunas Sociais.

direta entre os espetáculos mais concorridos e promovidos por artistas famosos e um maior espaço do anúncio desses espetáculos, inclusive chegando a ocupar páginas inteiras e ainda outros espaços ao longo do número em questão.

Assim, a análise demonstra que as formas nas quais os anúncios aparecem com maior frequência são: os anúncios de meia página com crônicas sobre os espetáculos; os anúncios de tamanho médio e ocupando  $\frac{3}{4}$  da página; os anúncios variados, de tamanho médio, e ocupando a totalidade da página; os anúncios que ocupam espaços de diferentes tamanhos na primeira página no Caderno cultural; os anúncios de página inteira; os anúncios que ocupam  $\frac{1}{10}$  da página; os anúncios que ocupam espaços de diferentes tamanhos na primeira página, no Editorial e no Caderno cultural (ou na coluna dos sociais); e, por fim, os anúncios localizados nas colunas sociais, ocupando ora espaço diminuto, ora destacado nelas, inclusive com o uso de imagens dos espetáculos. As Fotografias 232 a 242 (ANEXO D, p.701-711), obtidas por meio de salvamento eletrônico dos números do periódico em seu site, são exemplos da forma e do conteúdo de como os anúncios aparecem no periódico em relação à sua localização no periódico e estão ordenadas não cronologicamente, mas a partir da frequência em que seu tipo se apresenta ao longo do levantamento.

É necessário, por fim, atentarmos para o fato de que na grande maioria das vezes esses anúncios são acompanhados de imagens referentes ou às cenas do espetáculo ou aos seus artistas. Também na grande maioria das ocorrências, o evento anunciado não apresenta indicação de preços, mas vemos de forma bastante difundida as sinopses dos espetáculos ou as opiniões dos cronistas sobre os eventos ocorridos. Dessa forma, percebe-se que esses anúncios e chamadas publicitárias são tão variados em assunto, estilo, tamanho e localização dentro do jornal quanto as atrações que noticiam.

Já as crônicas sobre a AMITE e o Theatro Municipal se concentram no Caderno Segundo do periódico, sendo, como já visto, bem menos frequentes que os anúncios publicitários e crônicas de atrações, e bem menos variadas em relação à organização. Na grande maioria dos casos, são crônicas de pouco menos de meia página ou, no máximo, meia página. Já os anúncios e matérias com citações diversas, ou seja, que utilizam a imagem do Theatro Municipal e que não se referem aos espetáculos, ao edifício ou à AMITE diretamente, são os de menor número entre as ocorrências e se encontram em variados lugares do periódico, podendo ocorrer nas seções que elas fazem parte como a seção de política e cotidiano (nas seções “Cidade”, ou “Geral”) e até mesmo nas áreas de

classificados e editoriais. Também não possuem formatos nem extensões fixas, sendo o grupo mais heterogêneo encontrado (e que será analisado no subcapítulo referente às crônicas). As fotografias 243, 244 e 245 (ANEXO D, p.712-714) e as fotografias 246 e 247 (ANEXO D, p.715-716) se referem, respectivamente, ao aspecto das crônicas e das matérias variadas que usam o Theatro Municipal de maneira diversa àquelas já apontadas em crônicas e anúncios. Após essas considerações, que visam elucidar o formato, local e extensão das citações, avançaremos na análise expondo ano por ano como se divide essa ocupação de espaços no periódico a partir de seu conteúdo temático. Abaixo, a Tabela 35 expõe os dados referentes à natureza de aparecimento do Theatro Municipal, a partir das três categorias expostas, entre os anos de 2004 e 2015:

**Tabela 35 – Conteúdo temático dos espaços com menções ao Theatro Municipal no periódico bissetimanal *Jornal O Município* - 2004 e 2015.**

ANO	TOTAL DE ESPAÇOS OCUPADOS	ATRAÇÕES /EVENTOS	THEATRO/ AMITE	DIVERSAS	% ATRAÇÕES /EVENTOS	% CIT. THEATRO/ AMITE	% CIT. DIVERSAS
2004 <sup>1</sup>	137	119	15	3	86,8%	11%	2,2%
2005	167	140	18	9	83,8%	10,8%	5,4%
2006	179	172	5	2	96%	2,8%	1,2%
2007	187	175	10	2	93,5%	5,4%	1,1%
2008	181	177	3	1	97,8%	1,7%	0,5%
2009	189	176	13	.....	93,1%	6,9%	.....
2010	180	170	7	3	94,4%	3,9%	1,7%
2011	217	208	6	3	95,8%	2,8%	1,4%
2012	158	142	12	4	89,9%	7,6%	2,5%
2013	197	166	30	1	84,3%	15,2%	0,5%
2014	272	192	74	6	70,6%	27,2%	2,2%
2015 <sup>2</sup>	8	5	3	.....	62,5%	37,5%	.....
<b>TOTAL/ MÉDIA</b>	<b>2.072</b>	<b>1.842</b>	<b>196</b>	<b>34</b>	<b>87,4%</b>	<b>11%</b>	<b>1,6%</b>

<sup>1</sup> A partir de 01/05/2004

<sup>2</sup> Até dia 31/01/2015

Fonte: Arquivo Digital *Jornal O Município* (2019).

No que se refere aos números apresentados, o ano de menor número de espaços ocupados é o de 2012 e o de maior número de espaços ocupados é o de 2014, já referido como o ano do Centenário do Theatro Municipal. Essa efeméride, cujas comemorações iniciaram-se já em 2013, também impacta a contagem de referências ao edifício no que se refere às crônicas sobre ele e a AMITE, uma vez que as crônicas laudatórias sobre a importância material e imaterial do edifício veem seu auge de publicação nesse período propício dos anos de 2013 e 2014. Quanto ao número de citações e crônicas sobre atrações, constatamos ser o ano de 2005 o de menor quantidade e 2011 o de maior

quantidade. Sobre o número de citações sobre o Theatro e a AMITE, o ano de menor número de citações foi o de 2008, enquanto que o maior, como já afirmado, se refere ao ano de 2014. No que se refere às citações diversas, o ano de 2009 não apresenta ocorrências, enquanto que o ano de 2005 registou o maior número, de 9 citações.

Nota-se ainda, se considerarmos apenas os anos de registros completos (2005 a 2014), uma certa estabilidade de citações entre os anos de 2005 e 2010, crescendo em 2011, encolhendo drasticamente em 2012, depois apresentando aumento em 2013, para em 2014 atingir seu auge, relacionado ao Centenário do edifício. Para esses movimentos de estabilidade, crescimento, contração e novamente crescimento no número de citações, à parte o caso de 2013-2014, a única explicação possível é a influência dos anúncios e crônicas das atrações, levando a crer que os números maiores ou menores de citações no periódico estão intimamente ligados às peças publicitárias e às crônicas sobre espetáculos. Essa constatação também diz respeito aos anos de séries incompletas, como o ano de 2004 e o ano de 2015, onde se vê importante participação de peças publicitárias e crônicas referentes aos espetáculos.

Assim, podemos estabelecer uma relação dessa quantidade apurada no atual levantamento com os dados apresentados no levantamento dos periódicos analisados para os anos de 1913 a 1925, no Segundo Capítulo. Assim como no início do século XX, no início do século XXI o que influencia em maior grau, ao longo dos anos, o aparecimento do Theatro Municipal nos veículos de comunicação é, justamente, a publicidade daqueles espetáculos. Essa constatação faz surgir a necessidade de se considerar o Theatro Municipal, para além de seu valor histórico, memorial e cultural, como um lugar onde também funciona uma casa de espetáculos que obrigatoriamente deve oferecer espetáculos de interesse para atrair público (analisado a seguir, nos “Borderôs de Eventos” da AMITE), público este imprescindível para a sobrevivência do espaço, que além de atribuir valor simbólico à construção, também o financia<sup>269</sup>. Somente assim podemos compreender a massiva presença daquele edifício nas páginas do periódico, impulsionadas muito mais pelo seu uso físico que pelo seu significado simbólico, ainda

---

<sup>269</sup> Devemos salientar que o Theatro Municipal não oferece apenas espetáculos pagos, porém são deles, com a bilheteria e o aluguel do espaço pela AMITE, os principais recursos necessários para que os custos de funcionamento sejam pagos e o espaço seja viabilizado para o uso.

que por ocasião das comemorações do Centenário essa diferença diminua, com aumento da presença de citações ligadas ao seu uso simbólico em relação ao seu uso utilitário<sup>270</sup>.

#### *IV. 1. 3. Os eventos e sua publicidade.*

Se os dois períodos aqui abordados – o primeiro referente ao começo do século XX e o último referente ao início do século XXI –, guardam imensas diferenças conjunturais econômicas, políticas e sociais, há aproximações possíveis entre eles, quando analisamos o passado e o presente do Theatro Municipal nas páginas do Jornal *O Município*. Referem-se, em primeiro lugar, ao uso multifacetado do espaço por diversos grupos e, em segundo lugar, à posição de destaque que o edifício ocupa no entretenimento e na cultura sanjoanense, constituindo também num lugar simbólico importante para a cidade. Assim, se não podemos falar aqui em permanências, é possível estabelecermos a ideia de uma retomada do lugar central que o Theatro ocupava, principalmente no que se refere à cena cultural sanjoanense.

Analisaremos, a seguir, a participação nas crônicas e anúncios de atrações que tiveram lugar no Theatro Municipal, agora vistas não mais em espaços ocupados no periódico, como antes analisamos, mas de forma isolada, anúncio por anúncio e citação por citação. Como destacamos em vários momentos, nos primórdios da existência dessa casa de espetáculos, ainda sob a direção da CTS e há mais de um século, a realidade da programação do Theatro Municipal é a de uma inegável heterogeneidade, refletindo os esforços de realizadores das atrações e dos mantenedores da casa de espetáculos em atrair o maior número possível de espectadores a partir dos mais variados espetáculos. Como uma forma de mensurar, ainda que de forma geral, essa heterogeneidade de atrações e eventos, podemos dividi-los em 4 grupos, a partir de sua natureza: as atrações cênicas, as musicais, os cineclubes e os de natureza diversa.

---

<sup>270</sup> A mesma situação se deu no Segundo Capítulo: o Theatro Municipal esteve muito mais presente no periódico a partir de seu uso utilitário, enquanto casa de espetáculos, do que pelo seu valor simbólico para a comunidade. Isso não significa dizer que a dimensão utilitária é mais importante que a simbólica, mas permite afirmar que não devemos ignorar nenhuma delas em detrimento a outra. Dessa forma, o lado simbólico, cultural, não pode ser analisado unicamente em detrimento do lado prático, financeiro, do funcionamento do Theatro Municipal e, da mesma forma que fizemos no Segundo Capítulo, devemos deixar bem claro que essa dimensão prática *deve* ser considerada quando nos deparamos com os números elevados de anúncios e crônicas de atrações em relação às outras duas categorias de análise da natureza de aparecimento do edifício no periódico.



O grupo das atrações cênicas se refere às peças, óperas, shows circenses. O grupo de atrações musicais se refere aos recitais, shows de música, corais etc. Os cineclubes se referem às menções das programações e crônicas sobre o Cineclube Beloca – que funcionava na Sala de Múltiplo Uso do Theatro Municipal, denominada “Sala Dilo Gianelli”. Por fim, o grupo de atrações/eventos de natureza diversa se referem aos seminários, workshops, palestras, posses de eleitos, conferências etc., ou seja, a todos os eventos que não se encaixam nas três outras naturezas.

Nesse primeiro momento, brevemente serão expostas as participações publicitárias das atrações contidas no Jornal *O Município*, para depois analisarmos os números de realização dessas atrações. Nesse aspecto, portanto, é visível os elevados números de citações às atrações dos quatro grupos, mas que não refletem o número de realização de fato desses espetáculos. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que, diferentemente da análise anterior, onde expusemos a frequência de presença a partir da quantidade dos espaços que o Theatro Municipal ocupava no periódico e o conteúdo temático dessas citações, agora analisaremos apenas os eventos que tiveram lugar no Theatro Municipal em se tratando de sua publicidade<sup>271</sup>. Abaixo, a Tabela 36 se refere às participações publicitárias dos eventos, entre os anos de 2004 a 2015:

**Tabela 36 – As participações publicitárias dos eventos por natureza no periódico bissemanal Jornal *O Município* – 2004 a 2015.**

ANO	ESPETÁC. MUSIC.	%	ESPETÁC. CÊNIC.	%	CINECLUBES	%	EVENTOS DIVER.	%
2004	143	74	35	18,1	.....	.....	15	7,9
2005	84	58	43	29,7	.....	.....	18	12,3
2006	132	68,8	53	27,6	.....	.....	7	3,6
2007	91	50,9	59	33	5	2,8	24	13,3
2008	75	39,9	82	43,6	21	11,1	10	5,4
2009	70	39,5	58	32,8	35	19,8	14	7,9
2010	88	44,9	66	33,7	28	14,3	14	7,1
2011	115	50,9	69	30,5	29	12,8	13	5,8
2012	97	65,1	41	27,6	8	5,3	3	2
2013	106	59,2	44	24,6	21	11,7	8	4,5

Continua

<sup>271</sup> Vemos na quantificação de anúncios uma grande repetição dos mesmos, em chamadas de atrações que muitas vezes ocorreram semanas depois da sua primeira aparição. Em outros casos, vemos repetidas vezes os mesmos anúncios, com pequenas modificações, sobre os mesmos espetáculos. Nesse caso, o mais claro exemplo está nas edições dos periódicos que fazem menções à Semana Guiomar Novaes, onde o Jornal *O Município* tende a repetir, por várias vezes, a programação da referida semana ou publicar crônicas recapitulando as atrações já apresentadas – vemos que essa recorrente repetição de programação tem por objetivo dar ampla divulgação ao público das atrações ocorridas e reiterar o “convite” ao público no comparecimento às atrações.

ANO	ESPETÁC. MUSIC.		ESPETÁC. CÊNIC.		CINECLUBES		EVENTOS DIVER.	
		%		%		%		%
2014	95	52,2	49	26,9	14	7,7	24	13,2
2015	2	50	1	25	1	25	.....	.....
<b>TOTAL/ MÉDIA</b>	<b>1.098</b>	<b>54,5%</b>	<b>600</b>	<b>29,4%</b>	<b>162</b>	<b>9,2%</b>	<b>150</b>	<b>6,9%</b>

Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

Podemos perceber um elevado número de ações publicitárias desses espetáculos, em particular dos espetáculos musicais e artes cênicas, que concentram, somados, 83,9% do total. Isso quer dizer que a imensa maioria da publicidade de eventos do Theatro Municipal, nesse período, se relaciona aos espetáculos cênicos e musicais, e que tal percentual encontra eco nas realizações desses espetáculos, como veremos mais adiante. Quando comparamos os números de realização de espetáculos, comparação esta realizada a seguir, com os números de ações publicitárias, encontramos uma relação diretamente proporcional entre eles, onde o número maior de ações publicitárias de musicais é acompanhado de um número maior de realizações de musicais, enquanto que o número menor de ações publicitárias de espetáculos cênicos vem também acompanhado de menores realizações de espetáculos cênicos

A seguir, passaremos para a análise das realizações de espetáculos<sup>272</sup>.

#### *IV. 1. 4. Os eventos e suas realizações: musicais, cênicos, eruditos, infantis e infanto-juvenis.*

Para a análise dos eventos ocorridos no Theatro Municipal, foram confeccionados os Quadros 3 a 13 (APÊNDICE A, págs. 489-519), que expõem apenas as atrações musicais, cênicas e diversas<sup>273</sup> ocorridas entre maio de 2004 e dezembro de 2014. Baseados nas Tabelas 22 a 32 (APÊNDICE A, págs. 428-488), esses quadros foram criados, excluindo-se as informações referentes às notícias e crônicas sobre os eventos e o edifício, apenas havendo em consideração as realizações de fato dos eventos. Ainda nesse aspecto, os eventos foram apresentados naqueles quadros por ordem de

<sup>272</sup> Nesse caso das realizações de espetáculos, antes de sua análise, devemos nos lembrar que no presente subcapítulo analisaremos a *totalidade* de eventos, pagos ou gratuitos, constantes nas páginas do Jornal *O Município*, enquanto que no subcapítulo seguinte, referente à análise do Borderô de Eventos da AMITE, analisaremos apenas os espetáculos com bilheteria. Dessa forma, serão encontradas repetições de espetáculos aqui nesse subcapítulo e no subcapítulo de análise do Borderô de Eventos, embora este ainda traga, para a análise, alguns espetáculos não tratados pelo periódico.

<sup>273</sup> Excluíram-se as realizações dos eventos relacionados ao Cineclubes.

aparecimento no Jornal *O Município*, sendo que em algumas vezes a ordem temporal de realização possa ter sido diferente. Assim, o evento foi registrado nos campos dos quadros na ordem em que aparecem no periódico e não carrega qualquer ligação com a ordem com a qual foi realizada na agenda de eventos do Theatro Municipal.

Diante dos quadros e tabelas sobre a programação, é fato que o Theatro Municipal é palco de um grande número de eventos ao longo dos anos, constituindo importante lugar de cultura e entretenimento para a cidade e a região. Mas não é só isso. A utilização do Theatro Municipal enquanto palco cultural e lugar de entretenimento é paralela às utilizações que se referem aos eventos políticos, educacionais, religiosos ou de cidadania. Como forma de melhor analisar tantos e tão diferentes espetáculos, repetimos a divisão dos eventos expostos nos quadros em quatro grupos: os cênicos; os musicais; os cineclubes; e os diversos. Esses quatro grupos, portanto, serão o eixo de análise dos eventos em mais de uma década de funcionamento do Theatro Municipal de São João da Boa Vista entre maio de 2004 e dezembro de 2014<sup>274</sup>.

Antes de dividirmos as 1.175 realizações de eventos nas categorias de eventos cênicos, musicais, cineclubes e diversos e suas características, devemos rapidamente expor as características de alguns deles que se repetiram com frequência ao longo do levantamento.

A elevada realização de espetáculos musicais e cênicos foi impulsionada por um conjunto de atrações cativas na programação do Theatro Municipal e com organização da AMITE e/ou da Prefeitura Municipal. Essas atrações fixas são um aspecto tradicional<sup>275</sup> das programações do espaço e podem ser divididas em dois grupos: os festivais anuais e as apresentações semanais. O grupo de festivais anuais são compostos, em ordem de antiguidade, pela “Semana Guiomar Novaes”, pelo “Festival de Teatro Amador” (algumas vezes nomeado no periódico por “Festival Estudantil de Teatro”), pela “Semana

---

<sup>274</sup> Não analisamos os dados referentes a janeiro de 2015 uma vez que só há previsão de espetáculos e não a realização dos mesmos, visto que nesse mês o Theatro Municipal é fechado para manutenção e a programação é suspensa.

<sup>275</sup> A continuidade de programas é um reflexo de uma continuidade político-administrativa que evita rupturas e suspensões abruptas de programas. Neste aspecto, segundo Durand (2013), “a vontade política de fazer a cultura florescer em clima democrático e plural tem dois pré-requisitos institucionais. Primeiro, que haja um mínimo de continuidade político-administrativa; segundo, que se ofereça um mínimo de profissionalização aos técnicos e dirigentes da área. O nível adequado de continuidade político-administrativa para a área cultural será certamente aquele que evite a perpetuação de uma orientação conservadora extremada e esclerosada e, no extremo oposto, a substituição incessante, injustificada e anárquica, de diretrizes e prioridades, assim como a interrupção abrupta de eventos e programas” (DURAND, 2013 : 40).

do Theatro”, pelo “Monofest”, pela “Semana Assad”, pelo “Festival Regional de Teatro Amador ‘Leilah Assumpção’” e pelos “Festivais de Natal”. Já as atrações semanais, vemos, por ordem de antiguidade, o “Projeto ‘6 da tarde’”, o “Concertos Matinais” e o “Teatro de Quinta”. O projeto “Som de Sábado”, é importante dizer, embora não seja nomeado<sup>276</sup> nem nas Tabelas 22 a 32 nem nos Quadros 3 a 13, faz parte do grupo de atrações semanais com realização fixa na programação do Theatro Municipal. A Virada Cultural Paulista, organizada no âmbito estadual, também funciona como um dos grandes festivais fixos no calendário de apresentações da casa de espetáculos, estando presente entre os anos de 2008 e 2014.

Por serem atrações fixas, devemos fornecer brevemente suas características, a começar com os festivais anuais. A “Semana Guiomar Novaes” ocorre em setembro, e é formada em sua maioria por espetáculos musicais, com algumas exceções com espetáculos cênicos, e com participação de artistas locais e de reconhecimento nacional. O “Festival de Teatro Amador” ocorre em agosto e tem apresentações de peças encenadas por estudantes, em sua maioria sanjoanenses, em grupos teatrais que disputam premiações. A “Semana do Theatro”, muito embora não seja assim nomeada no periódico, é realizada por ocasião do aniversário do Theatro Municipal, em novembro, constituindo-se num conjunto de atrações musicais e cênicas “de qualidade, locais e sugeridas pela Secretaria de Estado da Cultura” (MENEZES, 2014 : 179).

O “Monofest” não possui um mês definido para sua realização, sendo apresentado alguns anos em agosto, outros em março e outros em abril e maio. Segundo Menezes (2014), o Monofest é realizado por “grupos amadores compostos por atores e atrizes da cidade e região, com textos de criação própria e duração máxima de quinze minutos” (MENEZES, 2014 : 181). A “Semana Assad”, realizada em julho, apresenta shows da família Assad de músicos sanjoanenses juntamente com oficinas de música. O “Festival Regional de Teatro Amador ‘Leilah Assumpção’” ocorre em outubro e visa, assim como o “Festival de Teatro Amador”, a apresentação de grupos não profissionalizados, com abrangência regional. Por fim, temos os “Festivais de Natal” que ocorrem no Theatro Municipal. Esses festivais ocorrem em dezembro e fazem parte de um programa maior de eventos em vários pontos da cidade e que incluem paradas de natal e apresentações em

---

<sup>276</sup> Nem o periódico analisado nem o Borderô de Eventos faz menção corrente ao programa semanal Som de Sábado, exceto três vezes no periódico quando de seu lançamento, e em apenas um evento, “Dandô”, pelo Borderô de Eventos.

praças. No caso dos eventos na casa de espetáculos, vemos grande quantidade de corais e peças natalinas.

Já sobre os eventos semanais, o de maior número de realizações é o “Projeto ‘6 da tarde’”, que apresenta sobretudo espetáculos musicais que variam entre os espetáculos eruditos e os espetáculos populares, com ingressos de “R\$ 10,00 inteira e R\$ 5,00 meia [em que] os músicos e bandas locais e grupos amadores de teatro podem apresentar-se no Theatro Municipal sem ter que arcar com os custos de aluguel do local. Neste Projeto toda a bilheteria é do artista” (MENEZES, 2014 : 179), sendo realizado aos domingos, às 18h. Nos “Concertos Matinais”, realizados nas manhãs de domingo às 10:30h, o público tem a oportunidade de assistir a espetáculos de música erudita por artistas sanjoanenses e, em alguns casos, artistas de fora da cidade. O “Teatro de Quinta”, realizado às quintas-feiras, “visa incentivar grupos amadores de teatro (...) o valor da bilheteria é do artista e os ingressos têm valor pré-estabelecido em R\$ 10,00 (inteira) e R\$ 5,00 (meia entrada)” (MENEZES, 2014 : 180). Por fim, o “Som de Sábado” possui a mesma concepção do “Teatro de Quinta” e visa, por meio de ingressos com preços acessíveis e bilheteria do artista, incentivar bandas e músicos amadores locais.

Também devemos mencionar, muito embora não se encaixe nas atrações musicais e cênicas, as apresentações semanais do cineclube. O Cineclube Beloca consistiu numa parceria entre a AMITE e organizadores do cineclube que visaram levar “até o público amante do cinema, filmes que não poderiam ser vistos no circuito comercial. O projeto gratuito permite ainda (...) debates sobre os filmes” (MENEZES, 2014 : 180).

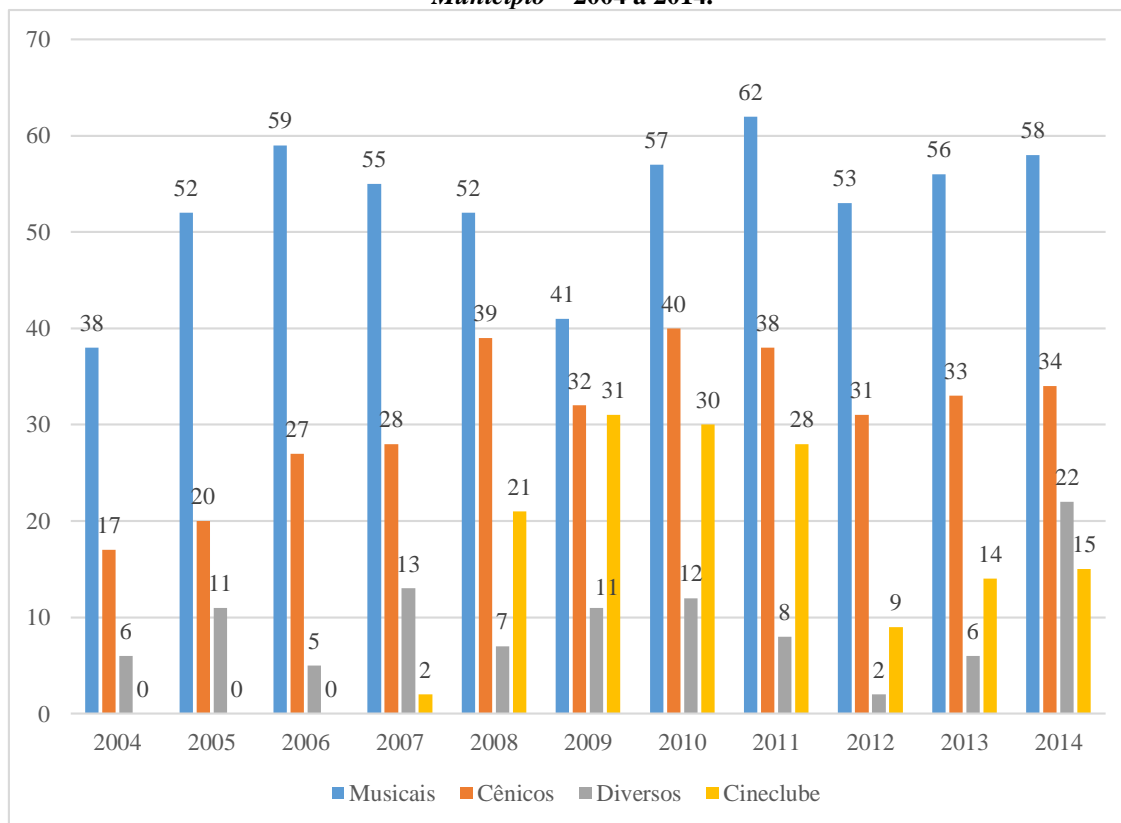
Ao lado dos projetos e festivais organizados pela AMITE e pelo poder público, também vemos a presença de outros festivais organizados por entidades da cidade ou grupo de pessoas e que tiveram lugar fixo na programação anual do Theatro Municipal. Essas atrações são os “Concertos de Aniversário do Jornal *O Município*”, os “Encontros Anuais de Bateristas”, os “Encontros Anuais de Guitarristas”, os “Encontros de Ginástica Rítmica da SES” e os “Festivais de Dança”.

O “Concerto de Aniversário do JOM” ocorre em março, data de aniversário da fundação do periódico, e visa oferecer, em troca de alimentos não perecíveis, shows com cantores sanjoanenses para a população. O “Encontro Anual de Bateristas” e “Encontro Anual de Guitarristas” são realizados próximos um do outro, em maio, e reúnem bateristas e guitarristas amadores locais em apresentações solo. O “Encontro de Ginástica Rítmica da Sociedade Esportiva Sanjoanense” ocorre em dezembro e exhibe espetáculos de dança

e ginástica de grupos de associados da SES. Por fim, o “Festival de Dança” é organizado por diferentes escolas de dança da cidade, geralmente ocorrendo em dezembro, onde as mesmas apresentam números de dança como balé clássico, musicais etc. Outros espetáculos se encontram repetidos ao longo dos anos, mas não encontramos uma periodicidade a ponto de determiná-los como fixos na programação do Theatro Municipal.

A seguir, iniciaremos a divisão dos espetáculos expressos nas Tabelas 22 a 32 - Quadros 3 a 13 – a partir de 4 grupos: cênicos; musicais; cineclube; e diversos. Partiremos para a exposição da quantidade de aparecimentos por ano e, depois, estabeleceremos, além de suas naturezas, o público-alvo desses espetáculos pela sua indicação etária/conteúdo e o teor, se erudito ou popular. As indicações dos espetáculos estão assinaladas nos Quadros 3 a 13, em campos específicos. Abaixo, o Gráfico 8 e a Tabela 37 detalham as participações dos eventos a partir de suas naturezas:

**Gráfico 8 - A participação de eventos no Theatro Municipal por sua natureza, a partir do Jornal O Município – 2004 a 2014.**



Fonte: Elaboração do autor.

**Tabela 37 – A participação de eventos no Theatro Municipal por sua natureza, a partir do Jornal *O Município* – 2004 – 2014.**

ANO	% PARTICIP. ESPETÁC. MUSICAIS	% PARTICIP. ESPETÁC. CÊNICOS	% PARTICIP. CINECLUBES	% PARTICIP. EVENTOS DIVERSOS
2004	62,3	27,9	.....	9,8
2005	62,6	24,1	.....	13,3
2006	64,9	29,6	.....	5,5
2007	56,1	28,5	2,1	13,3
2008	43,7	32,8	17,6	5,9
2009	35,6	27,9	26,9	9,6
2010	41	28,8	21,6	8,6
2011	45,6	27,9	20,6	5,9
2012	55,8	32,6	9,5	2,1
2013	51,3	30,3	12,9	5,5
2014	45	26,3	11,7	17
<b>MÉDIA</b>	<b>51,2</b>	<b>28,8</b>	<b>11,2</b>	<b>8,8</b>

Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

Nota-se uma grande atividade cultural no Theatro Municipal, com atrações as mais diversas possíveis, visando dar continuidade ao projeto de transformar aquele palco em um dos mais completos e variados da região. Além de podermos dividir os espetáculos por sua natureza, também podemos determinar a presença de espetáculos considerados como eruditos e aqueles voltados ao público infantil e infanto-juvenil. Primeiramente analisaremos os eruditos e, depois, os infantis e infanto-juvenis. Como forma de demonstrar os dados referentes aos espetáculos eruditos e infantis, confeccionamos a Tabela 38, a seguir, que apresenta, percentualmente, a participação de eventos eruditos e eventos voltados aos públicos infantis e infanto-juvenis frente à quantidade geral de realizações anuais de eventos e suas naturezas (musical ou cênica) ao longo dos anos:

**Tabela 38 – As participações de eventos eruditos e voltados aos públicos infantis e infanto-juvenis no Theatro Municipal a partir do periódico bissemanal Jornal *O Município* – 2004 – 2014.**

ANO	% PARTICIP. GERAL EVENTOS ERUDITOS	% MUSICAIS ERUDITOS	% CÊNICOS ERUDITOS	% PARTICIP. GERAL EVENTOS INF/INF-JUV	% MUSICAIS INF/INF- JUV	% CÊNICOS INF/INF- JUV
2004	24,6%	100%	0%	8,2%	0%	100%
2005	8,4%	100%	0%	4,8%	0%	100%
2006	11,1%	90%	10%	2,2%	0%	100%
2007	10,2%	100%	0%	6,1%	0%	100%
2008	9,3%	90,9%	9,1%	6,7%	0%	100%
2009	7%	100%	0%	5,2%	0%	100%
2010	8,6%	83,3%	16,7%	6,5%	0%	100%
2011	11%	86,6%	13,4%	6,6%	22,3%	77,7%

Continua

ANO	Continuação					
	% PARTICIP. GERAL EVENTOS ERUDITOS	% MUSICAIS ERUDITOS	% CÊNICOS ERUDITOS	% PARTICIP. GERAL EVENTOS INF/INF-JUV	% MUSICAIS INF/INF- JUV	% CÊNICOS INF/INF- JUV
2012	9,4%	100%	0%	9,4%	0%	100%
2013	11%	91,7%	8,3%	15,6%	17,7%	82,3%
2014	6,2%	100%	0%	14,7%	10,6%	89,4%
<b>MÉDIA</b>	<b>10,6%</b>	<b>94,7%</b>	<b>5,3%</b>	<b>7,8%</b>	<b>5%</b>	<b>95%</b>

Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

Na categoria de espetáculos eruditos, foram incluídas as atrações como orquestras, cameratas, óperas (ou trechos e adaptações) e alguns balés<sup>277</sup>. A partir do exposto nas crônicas e nas peças publicitárias do periódico, mapeamos quais espetáculos oferecidos (gratuitos ou não) à população sanjoanense se encaixam na categoria de eruditos. Também foram incluídas as atrações que parcialmente ofereceram espetáculos eruditos<sup>278</sup>, conforme noticiado nas crônicas e peças publicitárias. Vemos, portanto, que o número de realizações de espetáculos eruditos varia ao longo dos anos do levantamento, porém com uma grande maioria de realizações de atrações de natureza musical em relação às atrações de natureza cênica. Provavelmente essa prevalência de espetáculos musicais frente aos espetáculos cênicos eruditos se refere aos elevados custos de produção de cenários, figurinos e, em alguns casos, direitos sobre as obras que um espetáculo operístico demanda. Isso explica a razão de que apenas uma ópera, “Carmen”, foi apresentada de forma completa (nas duas vezes em que foi encenada, foi dirigida por Cléber Papa), que “O Barbeiro de Sevilha” e “Madame Butterfly” tenham sido apresentadas em trechos e que “La Traviatta” e “La Bohème” tenham sido “adaptadas”. Há ainda a apresentação, em uma ocasião, de trechos de óperas, em coletâneas de árias mais conhecidas. Válido lembrar que todas as apresentações de óperas (ou parte delas) contidas no periódico analisado, foram realizadas sob os auspícios do poder público, seja pela Secretaria de Estado da Cultura, seja pela Secretaria Municipal de Cultura, sendo, em sua maioria, realizadas na agenda anual fixa de atrações (Virada Cultural e Semana Guiomar Novaes).

<sup>277</sup> A partir de indicação expressa nas crônicas e anúncios referentes a esses espetáculos.

<sup>278</sup> Alguns dos festivais apresentaram números de balés e números de dança popular, mas foram contabilizados como eruditos, ainda que o fossem de forma parcial.



Além dos espetáculos referidos como eruditos, outro gênero se faz presente: o dos espetáculos voltados aos públicos infantis e infanto-juvenis. Essa presença é variável dentro dos anos analisados, mas demonstra um crescimento consistente de realizações nesse período. Podemos perceber que, ao contrário dos eventos eruditos, os eventos voltados ao público infantil e infanto-juvenil são em sua grande maioria de natureza cênica. Essas peças, por um lado, quando de realização local, são encenadas em cenários reaproveitáveis, com figurinos de baixo orçamento, o que diminui custos e racionaliza a produção, viabilizando suas realizações. Do outro lado, vemos peças de grandes produções, sobretudo voltadas ao público infantil, com personagens conhecidos do público e que fazem parte de turnês pelo interior do estado. Devemos novamente salientar que, mesmo decidindo-se enquadrar muitas dessas atrações como cênicas, essa categoria de eventos é muito mais fluida que qualquer outra aqui analisada no que se refere à sua natureza. Aqui encontramos eventos verdadeiramente híbridos, intersecções entre o musical e o cênico, mas onde prevalece o nome “peça” nos anúncios publicitários e a definição de “teatrais” (cênicos) nas crônicas.

Diante desses dados, podemos afirmar que a grande maioria dos espetáculos realizados no Theatro Municipal e que foram noticiadas pelo periódico *Jornal O Município* são, em sua maioria, musicais, de caráter popular e voltadas para um público adulto. Isso não significa, como demonstrado, afirmar a inexistência de outros espetáculos que não se encaixam nessas características dominantes. Pelo contrário, vemos desde espetáculos infantis com personagens famosos a apresentações da OSESP, desde circos e shows de mágica a apresentações de trechos de óperas e montagens de óperas por companhias famosas. Dessa forma, tal estudo endossa as políticas culturais que visam um maior aproveitamento do espaço, não permitindo um monopólio de um determinado gênero de apresentação, mas encorajando produtores, realizadores e administradores em esforçarem-se, em conjunto, num oferecimento cada vez maior de outras opções de entretenimento e cultura.

Deve-se ter em mente, sempre, que aquele espaço deve ser considerado e usado também como uma casa de espetáculos que pode e deve atender às diversas demandas do público sanjoanense<sup>279</sup>, a quem verdadeiramente se destina aquele Theatro Municipal.

---

<sup>279</sup> O periódico proporcionou, como já exposto, não apenas uma visão das realizações de eventos no Theatro Municipal, mas também as visões e as opiniões da comunidade sanjoanense em relação ao próprio edifício e em relação à sua programação, expressas em crônicas e editoriais. Dessas crônicas se pode ver claramente pedidos aos realizadores e à própria AMITE sobre determinado tema. Um exemplo

Para além dos eventos culturais, vemos um uso muito mais amplo do Theatro Municipal e, nesse aspecto, as análises dos “eventos diversos” são importantes na medida em que fortalecem a tese de uma apropriação extremamente multifacetada do espaço pela comunidade.

#### *IV. 1. 5. Os eventos diversos e algumas considerações gerais.*

Os eventos fora do âmbito cultural e do entretenimento são importantes na medida em que, frequentemente são o primeiro e, às vezes, o único contato de um número expressivo de cidadãos com o Theatro Municipal, ao proporcionarem a eles motivos para entrarem no edifício<sup>280</sup>. Uma outra consideração a ser feita para esses eventos é que todos eles poderiam ser feitos em locais diferentes<sup>281</sup> que não o Theatro Municipal, seja por questões de capacidade (722 lugares)<sup>282</sup>, seja por questão da visibilidade do público (prejudicada pela altura e forma de sua sala, em 4 níveis), mas não o foram. Nesse sentido, acreditamos que o significado simbólico e material do edifício constituem fatores preponderantes para a escolha do espaço para a realização desses eventos: a beleza e a integridade material do edifício, conjuntamente à ideia de lugar refinado e revestido de importância, leva as pessoas a desejarem vivenciar momentos marcantes de suas vidas naquele espaço.

A própria ocorrência de eventos no Theatro Municipal que se enquadram nessa categoria é variada. Em alguns casos, vemos esporádicos usos diversos. Em outros casos,

---

desses pedidos é uma crônica do periódico nº 8.961 de 21/08/2013 intitulada “Sanjoanenses sentem falta de peças teatrais ‘adultas’”, onde se aponta a falta de espetáculos cênicos voltados ao público adulto. É preciso, portanto, que realizadores, produtores e a própria AMITE permaneçam atentos a essas manifestações por parte do público expressas nas páginas do periódico, em outros meios de comunicação e, mais recentemente, em redes sociais.

<sup>280</sup> Ainda hoje não é incomum que muitos indivíduos venham a adentrar pela primeira vez ao Theatro Municipal já na sua fase adulta em função das atividades que se desenvolvem lá e que não são voltadas ao entretenimento. Um exemplo disso são os familiares de um formando que nunca assistiram a uma peça na sala de espetáculos ou, outro exemplo, um estudante que adentra o edifício pela primeira vez para assistir à uma palestra de seu curso.

<sup>281</sup> Um local que poderia ter recebido todos esses eventos diversos era o Cine Ouro Branco, a cerca de 430 metros do Theatro Municipal e que figurava entre as maiores salas de cinema na região. Na verdade, antes da reabertura do Theatro Municipal, aquele cinema era o principal local de formaturas sanjoanense, sendo superado pelo edifício aqui tratado após setembro de 2002.

<sup>282</sup> Esses números se referem à frisas e camarotes equipados com as 4 cadeiras, mas, em alguns casos isolados, se instalaram 6 cadeiras nas frisas e camarotes, elevando sua capacidade de público. Nesse aspecto, quando equipadas com 4 cadeiras, as 27 frisas e os 31 camarotes apresentam capacidade de 232 lugares, enquanto que equipadas com 6 cadeiras, se eleva a capacidade para 348, totalizando 838 lugares na sala de espetáculos, sem considerar a possibilidades de aumento de cadeiras nas galerias.

há repetição de eventos que não se enquadram em atividades artísticas, mas que compartilham com essas uma certa periodicidade. São esses eventos fixos a “Semana da Educação”, as “Diplomações dos Eleitos”, as “Colações de Grau”, a “Semana Jurídica UniFEOB” (Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos) e os “Festivais do Prêmio ALPHA” (associação beneficente ligada à promoção da cultura, educação, esporte e lazer a pessoas de baixa renda).

A referida “Semana da Educação” é realizada no mês de julho pelo Departamento de Educação da Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e é constituída por palestras para o corpo docente das escolas da cidade. As “Diplomações dos Eleitos” são realizadas no mês de dezembro e consistem em cerimônias de posse dos candidatos eleitos nas eleições municipais. São diplomados no Theatro Municipal os prefeitos e vereadores dos municípios de São João da Boa Vista - SP e Águas da Prata – SP.

As “Colações de Grau” ocorrem nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e são colações de grau das faculdades da cidade, a nomear UniFAE (Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino) e UniFEOB, na maioria de seus cursos (não apenas alunos de cursos superiores se formam lá, mas também estudantes do segundo grau da Escola Integral). Por fim, a “Semana Jurídica da UniFEOB” é realizada em agosto pelos coordenadores do curso de Direito para seus alunos, que assistem palestras com renomados nomes nacionais do meio. Por fim, Os “Festivais do Prêmio ALPHA” ocorrem em dezembro, visando premiar personalidades da cidade que tiveram destaque em determinadas áreas de atuação profissional. Acompanhando essa premiação há shows com cantores e músicos locais. A seguir, a Tabela 39 demonstra a realização de eventos diversos entre os anos de 2004 a 2014:

**Tabela 39 – Realização de eventos diversos entre 2004 a 2014**

<b>ANO</b>	<b>Nº DE REALIZAÇÕES</b>
<b>2004</b>	6
<b>2005</b>	11
<b>2006</b>	5
<b>2007</b>	13
<b>2008</b>	7
<b>2009</b>	11
<b>2010</b>	12
<b>2011</b>	8

Continua

<b>ANO</b>	<b>Nº DE REALIZAÇÕES</b>
<b>2012</b>	2
<b>2013</b>	6
<b>2014</b>	22
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>

Fonte: Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

É interessante pensar, a partir do quadro geral sobre os eventos ocorridos no Theatro Municipal entre os anos de 2004 e 2014, nas relações que podem ser feitas com o exposto no Segundo Capítulo sobre os eventos ocorridos na casa de espetáculos entre os anos de 1914 e 1925. Há proximidade e distâncias entre esses dois períodos.

A proximidade entre o Theatro Municipal nos seus primeiros anos de funcionamento e o Theatro Municipal nos dias atuais no que se refere aos eventos realizados diz respeito, claro, à diversidade dos mesmos. Mesmo que os números de realizações de eventos diversos entre 1914 e 1925 tenham sido bem menores em relação às sessões de cinema e aos espetáculos cênicos e musicais, somente o fato de aquele espaço ter recebido um evento fora daqueles “eventos culturais e de entretenimento”, já mostra seu uso multifacetado. Essa realização de eventos de natureza diversa exposta no Segundo Capítulo se relaciona grandemente com as realizações de eventos de natureza diversa deste Quarto Capítulo, uma vez que a razão para a ocorrência desses eventos é a mesma.

E aqui podemos refletir sobre essa questão. Por que o pintores e conferencistas na década de 1920 e conferencistas, policiais e políticos, na década de 2000, escolheram o Theatro Municipal como lugar de seus eventos? A resposta parece muito simples: tanto nos primeiros 11 anos de funcionamento (1914-1925) quanto nos seus anos mais recentes (2004-2014), o Theatro Municipal ocupa um lugar de prestígio dentro da sociedade sanjoanense e tudo o que lá se apresenta é revestido de importância e destaque. Nesse sentido, é como se cada evento lá apresentado reverberasse mais que em qualquer outro lugar e se tornasse mais importante e notório. E isso tanto é verdade que tratamos, cem anos depois, das mostras de pintores presentes no Segundo Capítulo que só não foram completamente esquecidas porque estavam inscritas nas páginas do jornal *O Município* e porque se apresentaram no Theatro Municipal. Não há menção a *vernissages* ou conferências em outros espaços que merecessem no periódico maior destaque que aqueles ocorridos no Municipal sanjoanense. Assim, um evento realizado naquele local entrava

(e até hoje entra) para um grupo seletivo de realizações, revestido de importância em parte apenas por terem utilizado aquele local. O local “Theatro Municipal” confere importância ao evento e o seu idealizador almejava/almeja esse prestígio, essa notoriedade, essa publicidade, explicando a diversidade de usos que não se encaixam apenas nos grupos de atrações culturais e de entretenimento, sejam eles musicais, cênicos ou de cinema. Isso é um inegável trunfo para os administradores do Theatro Municipal em relação aos outros lugares, uma vez que a exploração dessa notoriedade pode ser revertida num ainda maior aproveitamento do espaço, desde que respeitado seu caráter público e de bem tombado, para ainda outros usos além dos já implementados.

As distâncias, ou melhor, as diferenças entre o que foi exposto no Segundo e nesse Quarto Capítulo se referem, basicamente, aos números de realização de eventos e natureza dos mesmos. Como primeira diferença, em se tratando dos números de realização, enquanto no período de 1914 a 1925 vemos a realização de 24 eventos musicais, 37 eventos cênicos e 6 eventos de natureza diversa, no período de 2004 a 2014 vemos a realização de 584 eventos musicais, 338 eventos cênicos e 102 eventos de caráter diverso (há ainda 151 exposições do Cineclube “Dona Beloca”, totalizando os 1.175 eventos). Isso significa um aumento de 2.439% dos eventos musicais, 813,5% dos eventos cênicos e 1.600% dos eventos diversos. Entendemos que isto não se deve apenas à distância temporal entre os dois períodos, mas também ao impulso dado pela requalificação do espaço e sua transformação em um lugar mais democrático que aquele visto na sua primeira década de funcionamento, quando era uma espécie de “politeama” gerido por arrendatários e pertencente a uma sociedade anônima.

Dessa nova situação, de antigo estabelecimento privado para atual lugar público, deriva a outra diferença no que se refere à natureza dos espetáculos: naquele período abordado no Segundo Capítulo, o Theatro Municipal de São João da Boa Vista tinha na exibição de filmes a principal fonte de lucro dos arrendatários e, por isso, tais sessões de filmes ocuparam muito maior espaço na programação ao longo dos anos que outras atrações, fossem musicais, cênicos ou de natureza diversa<sup>283</sup>. Já no período estudado nesse Quarto Capítulo, vemos um uso do Theatro Municipal muito mais diversificado, com o espaço se constituindo num bem coletivo, gerido por uma entidade sem fins lucrativos, que tem como missão oferecer e garantir à população uma casa apta a receber as mais

---

<sup>283</sup> Como já apresentamos, os filmes representavam menores riscos de bilheteria e, portanto, maior segurança ao arrendatário, no que se refere ao retorno financeiro pretendido.

variadas formas de expressão cultural, para os mais variados tipos de entretenimento e para os mais diversos públicos<sup>284</sup>.

No que se refere à essa natureza dos eventos apresentados, levando em consideração também os de natureza “diversa”, podemos perceber 2 movimentos. O primeiro movimento é o de sua maior diversificação da temática. Se em 1914 a 1925 vemos a realização de eventos que mais ou menos se relacionam com o campo cultural, sejam *vernissages* ou conferências de poetas, já em 2004 a 2014 não há limites temáticos para aos eventos diversos, podendo eles apresentarem caráter político (diplomações, palestras sobre políticas públicas), caráter educacional (seminários, palestras, formaturas, cerimônias específicas de cursos) ou mesmo caráter religioso (eventos católicos, evangélicos etc.). Isso corrobora a tese de um uso mais democrático do espaço, já que praticamente todo e qualquer evento pode ser realizado, atualmente, naquele lugar. Essa democratização certamente faz dele o mais movimentado de todos os locais destinados à cultura, ao entretenimento e aos eventos coletivos da cidade, uma vez que une todas essas destinações em si mesmo, ultrapassando aquela condição de “politeama” voltado aos espectadores sanjoanenses do início de sua história.

Já o segundo movimento a ser notado é o da mudança da porcentagem dos eventos musicais frente aos cênicos nos dois períodos analisados, com o aumento das realizações musicais frente aos cênicos nos anos de 2004 a 2014. Quando comparamos apenas os eventos musicais, cênicos e diversos (excluindo os cineclubes, uma vez que não encontram paralelo nos dois momentos), vemos que, entre os anos de 1914 a 1925, a participação percentual de eventos por natureza era de 35,8% de musicais, 55,2% de cênicos e 9% de eventos de natureza diversa enquanto que nos anos de 2004 a 2014, a participação percentual de eventos por natureza era de 56,9% de musicais, 33,1% de cênicos e 10% de eventos de natureza diversa<sup>285</sup>. Se de um lado vemos que os eventos diversos não variaram grandemente, por outro lado vemos uma inversão na participação por natureza no que se refere à realização de eventos: se no primeiro recorte temporal os espetáculos cênicos formam maioria, no segundo recorte temporal vemos uma maioria de espetáculos musicais realizados.

---

<sup>284</sup> Isso não significa dizer que (perigosas) sugestões de requalificação dos usos do espaço ou sugestões de restrição de público não sejam, vez ou outra, propostas por usuários bem-intencionados, como veremos mais à frente.

<sup>285</sup> Essas porcentagens se referem ao número de atrações cênicas, musicais e diversas reunidas, excluídos, portanto, os cineclubes, uma vez que não tinham essas atrações um equivalente no primeiro tempo.

Esse movimento de inversão de realização de espetáculos a partir de sua natureza pode ser explicado pela própria característica de produção das programações apresentadas. Entre 1914 e 1925, vemos que a grande maioria, quase a totalidade dos espetáculos, são de fora da cidade, realizados por companhias teatrais e musicais e cantores líricos, com orçamento considerável, e que cumpriam uma agenda de apresentações pelo interior do estado de São Paulo. São espetáculos itinerantes, especializados no ramo do entretenimento a que se dedicam, seja musical ou cênico, e possuindo elaborados figurinos e cenários (conforme as descrições no jornal *O Município*). Com isso, podemos concluir que a maior realização de espetáculos cênicos se relaciona à preferência do público a essa natureza de espetáculos e ao retorno financeiro aos arrendatários da casa de espetáculos provocado por aquela preferência.

Já quando observamos os espetáculos dos anos de 2004 a 2014, percebemos que na sua maioria são realizações locais, com orçamentos menores. Por esse motivo, e pelo custo envolvido em cenários e figurinos, provavelmente surgiu a necessidade de se realizar mais espetáculos musicais que cênicos, uma vez que eles demandam menos investimentos de realização e atraem uma quantidade de público mais ou menos garantida<sup>286</sup>. O maior número de realização de eventos musicais nesse período atual foi, portanto, influenciado pelos custos envolvidos nessas realizações<sup>287</sup>. Isso explica também o alto número de espetáculos tanto musicais quanto cênicos de baixo orçamento frente aos espetáculos de maior custo de produção envolvido. Vemos, desse modo, que não apenas a preferência do público influencia no número de realizações de eventos por sua natureza<sup>288</sup>, mas que a dimensão econômica da produção desses eventos deve ser considerada<sup>289</sup>.

---

<sup>286</sup> Aqui vemos o mesmo que apontamos no Segundo Capítulo no que se refere à opção dos arrendatários do Theatro Municipal em oferecerem programas com exibição de filmes que espetáculos de palco: os custos envolvidos de montagem, pessoal e atores podem se tornar proibitivos e impossibilitarem a realização de uma peça ou de um musical de maiores dimensões. Nos dias de hoje, uma situação semelhante ocorreu em 2010, conforme anunciado na edição nº 8.667, em que o grupo teatral sanjoanense Cena IV foi obrigado a cancelar uma apresentação por não conseguir arcar com custos de aluguel do espaço e montagem da peça pretendida.

<sup>287</sup> Quando prestamos maior atenção na realização dos espetáculos cênicos, podemos perceber uma marcante *repetição* na realização das mesmas ao longo dos anos, o que possibilitaria um maior reaproveitamento de figurinos e cenários por parte dos realizadores.

<sup>288</sup> Mais à frente, quando analisarmos o Borderô de Eventos da AMITE, veremos que a predileção de eventos por natureza pelo público (a partir de espectadores por evento) *não* garantiu uma maior realização desses eventos.

<sup>289</sup> Para se ter um espetáculo cênico, é necessário que um produtor se comprometa a realizá-lo e a arcar com os custos de produção, aliados aos riscos da bilheteria, custos esses menores no caso de

Dessa forma, conclui-se que o uso do Theatro Municipal de hoje é tão multifacetado quanto era em seus primeiros anos de funcionamento, porém, é mais democrático. Se antes já era perceptível um uso múltiplo de suas dependências para apresentações de filmes e de atrações de natureza musical, cênica ou diversa, hoje vemos o crescimento exponencial desse uso múltiplo, com participação importante de outros públicos que não eram vistos nos seus primeiros anos de funcionamento, que não apenas frequentam o Theatro Municipal para o seu entretenimento, mas para sua formação social, educacional e mesmo religiosa.

Nesse sentido, colação de grau, seminários, palestras, formação de jovens em programas de Estado, cerimônias de posse de eleitos, são os “outros” usos, alheios à cultura e ao entretenimento, do espaço Theatro Municipal. Tais usos demonstram uma centralidade do espaço, que é simbólica, e demonstra uma ligação com aquele Theatro Municipal analisado no Segundo Capítulo, dos anos de 1914 e 1925. Naquele período, existiram, também, outros usos e uma centralidade simbólica daquele espaço nas principais ocasiões da história da cidade naquele período, conforme vimos anteriormente.

No período atual, de que esse Quarto Capítulo trata, o Theatro Municipal novamente se vê revestido de uma aura de construção sublime, utilizado e significado pelo poder público e pela própria sociedade como um lugar privilegiado para os grandes e notórios eventos, públicos e particulares. Todos esses outros usos coexistiram pacificamente com os espetáculos cênicos, os espetáculos musicais e as atrações de natureza fílmica. Neste aspecto, vemos principalmente um lugar do encontro de formas de expressão cultural e social e de públicos, e além de lugar de encontro, é também lugar de compartilhamento.

Este novo Theatro Municipal pode ser definido, de fato, por essa palavra: compartilhamento. O lugar compartilhado por diversos grupos e por diversas razões, com programações as mais variadas possíveis, servindo de polo artístico e simbólico, onde os principais eventos culturais e de entretenimento ocorrem e dividem espaço com usos diversos daquele pensados pelos seus idealizadores de mais de um século atrás. Nesse

---

apresentações musicais. Na grande maioria dos eventos musicais locais, vemos no máximo 3 artistas no palco, acompanhados de instrumentos tais como violão ou bateria e em alguns casos, de violino ou piano, de propriedade dos mesmos. Quando dos eventos maiores, vemos uma banda contratada e pouco mais de uma dezena de artistas, porém sem cenários elaborados ou equipamentos de sonorização de alto custo, utilizando aqueles oferecidos pelo próprio Theatro Municipal mediante o aluguel do espaço. Comparativamente, fica claro que os espetáculos musicais locais são realizados sob um orçamento menor e mais flexível que uma peça.



sentido, as posições adotadas hoje de uso do espaço não são conflitantes com as posições de uso daqueles seus primeiros anos. Pelo contrário. Vemos ainda no Segundo Capítulo um uso também diverso, não monopolista, daquele espaço, onde a diversidade de usos como imprescindível para a sobrevivência presente e futura daquele espaço. É fato que tal diversidade de usos é um caminho trilhado desde o dia da inauguração do Theatro, em 31 de outubro de 1914, constituindo uma antiga e muito acertada prática de sobrevivência daquele centenário lugar. Sublinhamos, mais uma vez, que a sobrevivência do edifício depende do sentido que ele tem para a comunidade e esse sentido se dá, entre outras formas, pelos usos que os grupos e indivíduos fazem dele. Dessa forma, quanto mais usado, e por um maior número de pessoas, maiores são as chances de sobrevivência do espaço no futuro.

Se tratamos até aqui de espaços ocupados pelo Theatro Municipal no periódico e analisamos os eventos lá ocorridos, resta analisar as preferências desse público nos eventos com bilheteria. No subcapítulo a seguir, trataremos das informações constantes no Borderô de Eventos da AMITE, no período correspondente aos anos de 2004 e 2014, com dados sobre a natureza dos eventos musicais e cênicos, o número de realização dos mesmos, e o número de público desses eventos com bilheteria. Esses dados possibilitaram delinear a preferência do público por natureza de apresentação no período analisado, onde se propõe a servir como uma reflexão aos gestores culturais para as futuras elaborações de programações de atrações<sup>290</sup>.

#### IV. 2. O PÚBLICO A PARTIR DO BORDERÔ DE EVENTOS AMITE. A FREQUÊNCIA DO PÚBLICO ENTRE OS ANOS DE 2004 E 2014.

Ao analisarmos o jornal *O Município*, foi realizada uma análise quanti-qualitativa sobre os eventos ocorridos no Theatro Municipal entre os anos de 2004 e 2014 e que tiveram publicidade no periódico. Apresentamos números sobre a realização de eventos

---

<sup>290</sup> Durand (2013) afirma a necessidade de "(...) montar pesquisas que retratem a 'paisagem cultural' do lado da população, isto é, estudos metodologicamente consistentes, sensíveis o suficiente para captar traços de comportamento cultural até mesmo em grupos minúsculos e repetidos regularmente a cada década ou quinquênio" (DURAND, 2013 : 28). Neste aspecto, analisando a preferência de público através da frequência registrada no Borderô de Eventos, ainda que correspondendo a uma parte do público apenas, contribuimos na elucidação do comportamento cultural do público pagante do Theatro Municipal, inclusive oferecendo subsídios para a criação de programas mais atraentes ao público daquele lugar, o que resultaria numa maior frequência e numa maior sensibilização da comunidade sobre a importância daquele lugar, através de seu maior uso.

e o conteúdo desses eventos, a partir de suas naturezas (“cênica”, “musical”, “cineclube” ou “diversa”), inclusive chamando a atenção para a diversidade de usos e realizações naquele espaço cultural. Apresentamos, portanto, um quadro geral, composto por todos os anúncios de eventos contidos no periódico. E, se antes expusemos em grande medida as preferências de realização da casa de espetáculos e dos organizadores de eventos diversos, agora exporemos as preferências do público em atrações<sup>291</sup> musicais e cênicas com bilheteria<sup>292</sup>. Para tanto, utilizaremos um inédito conjunto de documentos que expõem a forma como o público pagante usufrui de seu espaço e sua predileção por determinado tipo de atração: as planilhas do Borderô de Eventos da AMITE, cedidas gentilmente pela própria associação.

O Borderô trata das atrações exploradas pela AMITE, ou seja, atrações que locaram o espaço para sua realização. Dessa forma, ficam excluídos da análise de público aqueles espetáculos e atrações gratuitos, geralmente promovidos pelo Departamento de Cultura do município. Também ficam excluídos das listas os eventos promovidos por sócios da AMITE, que alugam o espaço por valores diferenciados e que não compartilham com o Borderô de Eventos as informações de público. Assim, os números de público não expressam a totalidade de público nem a totalidade de atrações apresentadas, mas fornecem importantes dados sobre a preferência de público nas atrações com bilheteria.

O referido Borderô de Eventos foi disponibilizado em planilhas, editadas pela equipe da AMITE. Por uma questão de confidencialidade com os produtores, foram omitidas as informações que identificavam o produtor e o faturamento total do espetáculo, ainda conservando informações referentes à data do evento, o nome do evento, o número de pagantes e o número de cortesias das atrações listadas. O recorte temporal do Borderô de Eventos refere-se ao período de 02/05/2004 a 23/12/2014, contendo dados de 568 espetáculos ao longo desse período. As Tabelas 40 a 50 (APÊNDICE A, p.474-491), que retratam as informações de público, seguiram a mesma divisão das planilhas examinadas, onde constam a data, o evento, o número de pagantes, o número de cortesia e o número total de público.

---

<sup>291</sup> Ocorrências isoladas de eventos de natureza diversa foram encontradas no Borderô de Eventos, mas a grande maioria dos eventos registrados são de atrações culturais e de entretenimento.

<sup>292</sup> Não nos interessa definir um quadro de preferências do público *pagante* apenas, mas oferecer um panorama sobre a recepção de público pelas diferentes atrações com bilheteria. Nesse sentido, consideraremos sempre a somatória entre público pagante e cortesia para desenvolvermos o presente subcapítulo.

Antes da análise dos dados obtidos, devemos fazer duas ressalvas para evitar distorções na interpretação das análises seguintes. A primeira delas se refere ao fato de que muitas das datas que constam nas planilhas, depois transportadas para as tabelas, não correspondem ao exposto nas Tabelas 22 a 32 de análise do jornal *O Município* (JOM), uma vez que o periódico trata sobretudo de anúncios de espetáculos, ou seja, ainda a se realizar (em alguns casos, semanas antes da data do evento). Dessa forma, há um espaço de tempo entre a publicidade de determinado evento e a realização do mesmo. A segunda ressalva se refere ao fato de que os quadros baseados nas planilhas do Borderô vêm para complementar, e não confrontar os dados obtidos na análise do JOM, na qual salientamos a diferença de propósito na exposição destes dois levantamentos (JOM e AMITE): se na análise do JOM visamos demonstrar principalmente a frequência e a natureza da presença do Theatro Municipal num dos principais veículos de comunicação da cidade, na análise do Borderô de Eventos da AMITE visamos demonstrar a frequência do público ao Theatro Municipal e a preferência desse público a partir da natureza dos espetáculos musicais e cênicos com bilheteria.

Após essas breves considerações sobre a composição do Borderô de Eventos e algumas observações quanto ao levantamento, devemos nos concentrar na análise dos dados obtidos. A partir dos dados das Tabelas 40 a 50 (APÊNDICE A, p.474-491), os resultados tratados de realização e de público parecem ser bastante discrepantes entre si, oferecendo o seguinte cenário: em 2005, primeiro ano completo<sup>293</sup> analisado, a quantidade total de espectadores chega a 8.774, decaindo para 6.642 espectadores em 2007 e sofrendo aumentos consecutivos a partir de 2008, chegando em 2013 ao número de 15.064 espectadores, para novamente decair em 2014, quando registra 11.257 espectadores. Abaixo, trazemos a Tabela 51, referente aos números de público e a quantidade de espetáculos ao longo dos anos, e a Tabela 52, referente às concentrações de realização e público de acordo com a natureza dos eventos do Borderô de Eventos AMITE:

---

<sup>293</sup> O ano de 2004 só pôde ser analisado parcialmente, a partir de maio.

Tabela 51 – Total de realização de espetáculos e número de público entre os anos de 2004 e 2014.

ANO	QUANTIDADE TOTAL DE ESPETÁCULOS	NÚMERO TOTAL DE PÚBLICO
2004 <sup>1</sup>	20	2.373
2005	70	8.774
2006	39	7.785
2007	41	6.642
2008	57	10.134
2009	52	10.214
2010	55	11.314
2011	68	13.651
2012	55	13.875
2013	62	15.064
2014	49	11.257
<b>TOTAL</b>	<b>568</b>	<b>111.083</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

<sup>1</sup>A partir de 01/05/2004.

Tabela 52 – As concentrações de realização e de público nos espetáculos a partir de sua natureza – 2004 a 2014.

ANO	REAL. EVENTOS MUSICAIS	REAL. EVENTOS CÊNICOS	REAL. EVENTOS DIV./DESC.	PÚBLICO EVENTOS MUSICAIS	PÚBLICO EVENTOS CÊNICOS	PÚBLICO EVENTOS DIV./DESC.
2004	11	6	3	704	915	754
2005	36	31	3	2.979	5.707	88
2006	23	16	---	2.496	5.289	---
2007	19	20	2	2.534	3.941	167
2008	21	36	---	2.552	7.582	---
2009	22	30	---	3.156	7.058	---
2010	24	31	---	4.185	7.129	---
2011	33	35	---	5.915	7.736	---
2012	26	29	---	4.687	9.188	---
2013	27	35	---	5.113	9.951	---
2014	22	27	---	5.162	6.095	---
<b>TOTAL</b>	<b>264</b>	<b>296</b>	<b>8</b>	<b>39.483</b>	<b>70.591</b>	<b>1.009</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

Com o exposto na Tabela 52, vemos que as realizações musicais responderam por 46,5% do total, enquanto que as realizações cênicas responderam por 52,1% e as diversas/desconhecidas, por 1,4%. Há um certo equilíbrio entre as realizações, porém, o mesmo não se pode afirmar quando analisamos a concentração de público entre as naturezas de eventos: os eventos musicais respondem por 35,5% do público, enquanto os eventos cênicos respondem por 63,6% e os eventos diversos/desconhecidos, por 0,9%.

Percebendo na análise dos registros do Borderô de Eventos a grande diferença de público entre um e outro tipo de atração, notamos a necessidade de um estudo mais aprofundado que esmiuçasse os dados e oferecesse uma análise mais completa do público dos eventos com bilheteria, no período estudado. Dessa forma, além da preferência de

público de forma geral, buscamos analisar o grupo de atrações com maiores públicos e o grupo de atrações com menores públicos. Para isso, buscou-se encontrar uma fórmula que determinasse quais espetáculos seriam considerados de maior ou menor público dentro da análise. A fórmula encontrada, então, consistiu em realizar a divisão do número total de público pela quantidade de espetáculos anuais nos anos de análise, resultando numa média anual de espectadores/espetáculo

A partir das médias de público encontradas, pudemos definir os espetáculos acima e abaixo da média de público e a natureza desses espetáculos ano a ano, a fim de construir um perfil de público e não apenas a preferência de público geral. Abaixo, a Tabela 53 indica as médias de público obtidas a partir da divisão do total de público pelo total de espetáculos realizados<sup>294</sup>:

**Tabela 53 – Média de público entre os anos de 2004 a 2014**

<b>ANO</b>	<b>MÉDIA DE ESPECTADORES</b>
<b>2004</b>	118
<b>2005</b>	125
<b>2006</b>	199
<b>2007</b>	162
<b>2008</b>	178
<b>2009</b>	196
<b>2010</b>	205
<b>2011</b>	200
<b>2012</b>	252
<b>2013</b>	243
<b>2014</b>	229
<b>MÉDIA</b>	<b>191</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

#### *IV. 2. 1. Os espetáculos com público acima e abaixo das médias anuais: dados gerais e as naturezas das atrações.*

Partiremos, portanto, para o primeiro grupo de análise, a dos espetáculos com público acima da média anual. Em se tratando da porcentagem na somatória geral anual a partir desses espetáculos que ultrapassaram a média de público, chegamos aos seguintes resultados expostos na Tabela 54 a seguir:

<sup>294</sup> Foram incluídos nos cálculos os espetáculos com total de público pagante e cortesias com dados desconhecidos e os espetáculos de nome desconhecido, mas com total de público discriminado nas planilhas do Borderô de Eventos.

**Tabela 54 – As atrações com público acima da média entre os anos de 2004 e 2014: participação na realização total e no público geral**

<b>.ANO</b>	<b>Nº DE ATRAÇÕES COM PÚBL. ACIMA DA MÉDIA</b>	<b>MÉDIA DE PÚBLICO POR ATRAÇÕES /ANO</b>	<b>% DE PARTICIP. ATRAÇÕES COM PÚBL. ACIMA DA MÉDIA</b>	<b>TOTAL DE PÚBLICO ATRAÇÕES ACIMA DA MÉDIA</b>	<b>% DE PARTICIP. PÚBLICO ATRAÇÕES ACIMA DA MÉDIA</b>
<b>2004</b>	7	118	35%	1.809	76,6%
<b>2005</b>	27	125	38,6%	6.676	76,1%
<b>2006</b>	14	199	35,9%	5.822	74,8%
<b>2007</b>	17	162	41,5%	5.093	76,7%
<b>2008</b>	25	178	43,8%	7.650	75,5%
<b>2009</b>	18	196	34,6%	6.958	68,1%
<b>2010</b>	22	205	40%	7.882	69,6%
<b>2011</b>	28	200	41,1%	10.250	75,1%
<b>2012</b>	22	252	40%	9.263	66,8%
<b>2013</b>	26	243	41,9%	10.240	68%
<b>2014</b>	18	229	36,7%	7.504	66,6%
<b>TOTAL/ MÉDIA<sup>1</sup></b>	<b>224</b>	<b>191</b>	<b>39%</b>	<b>79.147</b>	<b>71,2%</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

<sup>1</sup> Médias dos anos do levantamento, inclusive do ano de 2004, com dados iniciados em maio.

Dessa forma, dos 111.083 espectadores do público total geral entre os anos de 2004 e 2014, 79.147 espectadores são contados nos espetáculos que ultrapassaram a respectivas médias anuais, ou seja, 71,2% do total de público em cerca de 39% do total de espetáculos, apontando para uma concentração de espectadores em alguns espetáculos específicos – a expectativa, não realizada, era a de que houvesse um quadro de equilíbrio de público, visto a grande quantidade de atrações oferecidas, não uma concentração tão grande em número relativamente baixo de espetáculos.

Esse quadro exposto apresenta um nível relativamente elevado de público para os espetáculos e apresentações realizados numa cidade do interior, com uma tradição recente em frequentar um teatro (lembramos que o Theatro Municipal passou por um restauro que durou quase duas décadas, permanecendo fechado na maior parte deste período, além de que, antes dessas obras de restauração, o espaço funcionava sobretudo como cinema, sendo parcamente utilizado como teatro propriamente dito). Em uma cidade onde o espaço teatral de grandes dimensões era algo recente, diferentemente do que se podia supor, o “efeito novidade” não teve grande influência no quadro geral de espectadores, mas, pelo contrário, parece ter surgido um hábito de frequentá-lo por diferentes grupos sociais (vê-se tal diversidade de público pela própria diversidade de programações).

Mesmo estabelecendo uma forma de comparação entre os anos do levantamento, não há explicação, além da afinidade do público com o espetáculo apresentado, para a flutuação do percentual de público superior à média anual respectiva - em alguns anos, esses espetáculos representam o máximo de 76,7% (2007) de participação no total de público enquanto que outros registram o mínimo de 66,6% (2014) de participação no total de público anual. Ainda assim, é necessário se ater à natureza dos espetáculos<sup>295</sup> que conseguiram atingir número superior às médias anuais<sup>296</sup>, para definir os contornos de uma preferência de público. Com esses dados, podemos determinar a preferência do público dessas atrações acima da média anual em relação às naturezas desses espetáculos. Isso se dá de duas formas diferentes: a primeira, analisando o número de atrações por sua natureza; a segunda, pela quantidade de público dessas atrações a partir de sua natureza. Essas duas análises podem ser trabalhadas juntas, no sentido de fornecer importante confirmação de preferência de público por natureza da atração. As análises a seguir se amparam nos Quadros 14 a 24 (APÊNDICE A, p.492-509) e estão expostas nas Tabelas 55 e 56 abaixo:

**Tabela 55 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público acima da média – 2004 a 2014.**

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	QTD. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTD. PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS	QTD. PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.
2004	1	5	1	261	915	633
2005	6	21	.....	1.676	5.000	.....
2006	5	9	.....	1.452	4.370	.....
2007	4	13	.....	1.355	3.738	.....
2008	5	20	.....	1.421	6.229	.....
2009	6	12	.....	1.993	4.965	.....
2010	8	14	.....	2.774	5.108	.....
2011	11	17	.....	3.841	6.409	.....
2012	5	17	.....	1.657	7.606	.....
2013	7	19	.....	2.769	7.471	.....
2014	7	11	.....	3.108	4.396	.....
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>158</b>	<b>1</b>	<b>22.307</b>	<b>56.207</b>	<b>633</b>

<sup>295</sup> As atrações listadas no Borderô de Eventos foram divididas em três categorias: os “musicais”, os “cênicos” e os “diversos/desconhecidos”. Os musicais são shows, ballets, dança, orquestras etc. Os cênicos são peças, stand-ups, monólogos etc. Os diversos/desconhecidos são aqueles eventos onde nem no Borderô de Eventos nem no levantamento do Jornal *O Município* se obteve qualquer informação que pudesse incluí-las nas duas categorias anteriores.

<sup>296</sup> Foram considerados os dados referentes ao público da *sessão* do espetáculo e não do público total dos espetáculos com diversas exibições. Dessa forma, o leitor pode perceber que, mesmo que algumas peças se repitam, entra na contagem apenas as sessões com público maior que a respectiva média anual. Um exemplo disso é o caso da peça “O Cortiço”, encenada em 13 de maio de 2010: foi considerada apenas a sessão que acumulou 323 espectadores, ficando de fora a outra sessão, com 151 espectadores.

Fonte: Borderô AMITE (2018).

**Tabela 56 – % de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público acima da média – 2004 a 2014.**

ANO	% REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	% REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	% REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	% PARTICIP. DE PÚBLICO – MUSICAIS	% PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS	% PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.
2004	14,3%	71,4%	14,3%	14,4%	50,6%	35%
2005	22,2%	77,8%	.....	25,1%	74,9%	.....
2006	35,7%	64,3%	.....	24,9%	75,1%	.....
2007	23,5%	76,5%	.....	26,6%	73,4%	.....
2008	20%	80%	.....	18,5%	81,5%	.....
2009	33,3%	66,7%	.....	28,6%	71,4%	.....
2010	36,4%	63,6%	.....	35,2%	64,8%	.....
2011	39,3%	60,7%	.....	37,5%	62,5%	.....
2012	22,7%	77,3%	.....	17,9%	82,1%	.....
2013	26,9%	73,1%	.....	27,1%	72,9%	.....
2014	38,8%	61,2%	.....	41,4%	58,6%	.....
<b>MÉDIA</b>	<b>28,5%</b>	<b>70,2%</b>	<b>1,3%</b>	<b>27%</b>	<b>69,8%</b>	<b>3,2%</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

O mesmo método pode ser utilizado para se determinar as preferências de público dos outros espetáculos que não atingiram essas médias de público. Abaixo, as Tabelas 57 e 58 expõem os dados de realização e de público dos espetáculos abaixo das respectivas médias anuais:

**Tabela 57 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público abaixo da média – 2004 a 2014.**

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	QTDADE. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTDADE. PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS	QTDADE. PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.
2004	10	1	2	443	121	.....
2005	31	9	3	1.488	527	83
2006	18	7	.....	1.044	919	.....
2007	16	6	2	881	501	167
2008	16	16	.....	1.131	1.353	.....
2009	19	15	.....	1.494	1.762	.....
2010	16	17	.....	1.411	2.021	.....
2011	24	16	.....	2.125	1.276	.....
2012	20	13	.....	2.661	1.951	.....
2013	21	15	.....	2.424	2.400	.....
2014	14	17	.....	1.638	2.115	.....
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>132</b>	<b>7</b>	<b>16.740</b>	<b>14.946</b>	<b>250</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).



**Tabela 58 – % de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público abaixo da média – 2004 a 2014.**

<b>ANO</b>	<b>% REAL. ESPETÁC. MUSICAIS</b>	<b>% REAL. ESPETÁC. CÊNICOS</b>	<b>% REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.</b>	<b>% PARTICIP. DE PÚBL. – MUSICAIS</b>	<b>% PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS</b>	<b>% PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.</b>
<b>2004</b>	76,9%	7,7%	15,4%	78,5%	21,5%	.....
<b>2005</b>	72,1%	20,9%	7%	70,9%	25,2%	3,9%
<b>2006</b>	72%	28%	.....	53,2%	46,8%	.....
<b>2007</b>	66,6%	25%	8,4%	56,9%	32,3%	10,8%
<b>2008</b>	50%	50%	.....	45,5%	54,5%	.....
<b>2009</b>	55,8%	44,2%	.....	45,9%	54,1%	.....
<b>2010</b>	48,5%	51,5%	.....	41,1%	58,9%	.....
<b>2011</b>	60%	40%	.....	62,5%	37,5%	.....
<b>2012</b>	60,6%	39,4%	.....	57,7%	42,3%	.....
<b>2013</b>	58,3%	41,7%	.....	50,2%	49,8%	.....
<b>2014</b>	45,2%	54,8%	.....	43,6%	56,4%	.....
<b>MÉDIA</b>	<b>60,5%</b>	<b>36,7%</b>	<b>2,8%</b>	<b>55,1%</b>	<b>43,6%</b>	<b>1,3%</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

Com as planilhas referentes ao Borderô de Eventos da AMITE, cedidas pela mesma, pudemos determinar um perfil de espetáculo preferido pelo usuário do Theatro Municipal em mais de uma década de dados. Numa forma de simplificar a exposição, consideraremos apenas as médias da realização de espetáculos e a média de público por natureza de atração, nos dois grupos de atrações analisados anteriormente, a nomear as atrações acima da média anual de público e as atrações abaixo da média anual de público. Começaremos pelo 1º grupo.

Nas atrações com público acima da média, podemos apontar que a participação de público por natureza de espetáculo é diretamente proporcional ao número de espetáculos realizados dessa natureza, e isso se comprova pelas médias muito próximas entre o número de espetáculos musicais e cênicos realizados e os seus respectivos públicos: entre 2004 e 2014, a média de realização de espetáculos musicais foi de 28,5% e a média de participação de seu público foi de 27%; e a média de realização de espetáculos cênicos foi de 70,2% e a média de participação de seu público foi de 69,8%.

Nos anos de dados completos (2005 a 2014), vemos que a preferência do público pelos espetáculos cênicos em certos casos é tão grande que esse tipo de espetáculo conseguiu concentrar até 80% de realizações anuais (no ano de 2008) e até 82,1% de preferência de público anual (no ano de 2012). Essa preferência fica clara quando se considera os menores percentuais de participação de público nas atrações de natureza

cênica, quando encontramos participação de realizações de espetáculos mínima de 60,7% (no ano de 2011) e participação de público mínima de 58,6% (no ano de 2014). Já a participação de realizações de espetáculos musicais permanece baixa, com máxima de 39,3% (no ano de 2011) e mínima de 20% (no ano de 2008), sendo também baixa na preferência de público por atrações, chegando a um máximo de 41,4% (no ano de 2014) e um mínimo de 17,9% (no ano de 2012).

Assim, no que se refere aos espetáculos acima das médias anuais, vemos que: 1) a realização de espetáculos musicais é inversamente proporcional à realização de espetáculos cênicos e vice-versa; 2) o público de espetáculos musicais é inversamente proporcional ao público de espetáculos cênicos e vice-versa; 3) o público de espetáculos musicais é diretamente proporcional à realização de espetáculos musicais e vice-versa.

No caso dos espetáculos abaixo da média anual de público estabelecida por esse estudo, a relação inversamente proporcional entre a realização de espetáculos de uma natureza em relação a outra natureza se repete, assim como a relação diretamente proporcional entre realização de uma determinada natureza e o público da mesma, apenas no que se refere à média geral descrita na Tabela 58. Nesse grupo de espetáculos, as diferenças percentuais de realização de espetáculos musicais e cênicos ficam em 23,8 pontos percentuais e as diferenças de participação de público ficam em 11,5 pontos percentuais, enquanto que no grupo antes analisado essa diferença correspondia a 41,7 pontos percentuais e a 42,8 pontos percentuais, respectivamente. Dessa forma, vemos nas atrações com público abaixo da média, um cenário mais equilibrado que aquele das atrações com público acima da média, indicando menor grau de preferência do público nas atrações que fazem parte daquele primeiro grupo.

De fato, é um cenário mais equilibrado e também mais complexo. Se antes vemos razões (diretamente ou inversamente) proporcionais na análise realizada ano a ano, no caso exposto na Tabela 58, não há uma regra geral nas razões de participação. Nos anos de dados completos de 2005, 2006, 2007, 2011, 2012 e 2013, o percentual de realização e público de espetáculos musicais foram inversamente proporcionais ao número de realização e público dos espetáculos cênicos. Por outro lado, também vemos que os percentuais de realização e público eram diretamente proporcionais nos casos dos espetáculos cênicos e dos musicais.

A ruptura desse padrão de relação, já visto nas atrações acima da média, se dá de 3 formas diferentes. A primeira se refere ao ano de 2008, onde vemos um mesmo

percentual de realização de musicais e espetáculos cênicos, mas, ao contrário dos anos analisados anteriormente, traz números maiores de público nas atrações cênicas frente às atrações musicais, contrariando a média geral do grupo de análise. A segunda se refere ao ano de 2009, em que a realização de espetáculos musicais se dá de forma superior à realização de espetáculos cênicos frente aos musicais, porém o número de público fica inversamente proporcional à realização, com número superior de público nos espetáculos cênicos frente aos musicais. A terceira e última se dá com os anos de 2010 e 2014, quando vemos uma menor realização de espetáculos musicais frente aos cênicos, contrariando a média geral do grupo analisado, e uma relação diretamente proporcional no que se refere aos percentuais de realização e público, com as atrações cênicas recebendo número superior de espectadores que as atrações musicais.

Ao concluirmos a análise de espetáculos acima e abaixo da média, devemos nos concentrar na análise da participação que os programas eruditos e infantis tinham ao longo dos anos de levantamento na agenda cultural do Theatro Municipal.

#### *IV. 2. 2. Os espetáculos eruditos e infantis e infanto-juvenis e algumas considerações.*

Para a divisão deste subcapítulo, devemos recapitular o que foi considerado “erudito” e “infantil e infanto-juvenil”. A definição do que é erudito e do que é voltado ao público infantil e infanto-juvenil seguiu, sobretudo, as próprias definições de anúncios publicitários contidos no JOM e outras informações contidas no Borderô de Eventos. Dessa forma, as definições sobre o que é erudito e o que é infantil e infanto-juvenil vieram de informativos dos espetáculos.

Esses espetáculos eruditos, nos anos de 2004 a 2014, foram realizados em número de 54 (média de 9,5% do total geral de realizações) e reuniram um público de 5.660 espectadores (média de 5,1% do total geral de público). Já no que se refere às naturezas desses espetáculos, também relativo aos anos de 2004 a 2014, todos os eventos voltados ao público erudito foram considerados de natureza “musical”. Isso significa dizer que não houve, no período, nenhuma montagem de óperas, classificadas nesse estudo no grupo de apresentações de natureza “cênica”. Abaixo, a Tabela 59 oferece um quadro geral da participação dos espetáculos eruditos em relação à realização total de espetáculos e em relação à participação no total de público anual:

**Tabela 59 – Participação na realização e público dos espetáculos eruditos no Theatro Municipal – 2004 a 2014.**

<b>ANO</b>	<b>QTDDE REAL. ESPETÁC. ANUAIS</b>	<b>% PARTICIP. REAL. ESPETÁC. ANUAL</b>	<b>QTDDE PÚBL. ESPETÁC. ANUAIS</b>	<b>% PARTICIP. NO PÚBL. GERAL ANUAL</b>	<b>% MUSICAIS</b>	<b>% CÊNICOS</b>
<b>2004</b>	7	35%	301	12,7%	100%	.....
<b>2005</b>	9	12,8%	820	9,3%	100%	.....
<b>2006</b>	4	10,2%	131	1,7%	100%	.....
<b>2007</b>	3	7,3%	302	4,5%	100%	.....
<b>2008</b>	2	3,5%	268	2,8%	100%	.....
<b>2009</b>	6	11,5%	633	6,2%	100%	.....
<b>2010</b>	4	7,3%	448	4,3%	100%	.....
<b>2011</b>	4	5,9%	612	4,5%	100%	.....
<b>2012</b>	4	7,3%	588	4,3%	100%	.....
<b>2013</b>	8	12,9%	1.002	6,6%	100%	.....
<b>2014</b>	3	6,1%	555	4,9%	100%	.....
<b>TOTAL/ MÉDIA</b>	<b>54</b>	<b>9,5%</b>	<b>5.660</b>	<b>5,1%</b>	<b>100%</b>	<b>.....</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

Se considerarmos apenas os dados referentes aos anos completos (2005 a 2014), a participação na realização de espetáculos em relação ao total geral chega a apenas 8,5% e a participação de público em relação ao total geral não ultrapassa os 4,9%. Esses números apontam para duas conclusões. A primeira é o baixo número de realizações de espetáculos eruditos na média geral. A segunda é o da baixa participação de público nos espetáculos eruditos na média geral. Não se pode precisar se a baixa realização é causada pela falta de público ou se a falta de público é causada pela baixa realização de espetáculos eruditos, mas está claro que apenas uma fração bem pequena da programação é dedicada a esses espetáculos e que não há, ainda, um público expressivo para tais apresentações.

Também lembramos, para além da falta de um público expressivo, dificuldades para a realização de tais espetáculos, o que causaria a diminuta presença de realizações e de participação de público em atrações eruditas que podem ser explicadas: pelo alto custo de aquisição dos instrumentos musicais necessários em relação a outros, pela muitas vezes necessária presença de mais músicos no palco para a execução dos concertos e a falta deles na cidade, pelo frequente baixo público desses espetáculos, pelo baixo retorno financeiro deles (já que analisamos sobretudo um público pagante conjuntamente ao público presente através de cortesias), pela falta de familiaridade do grande público sanjoanense com espetáculos dessa natureza e até mesmo pelo oferecimento gratuito de

espetáculos eruditos de maior renome, através de uma calendário fixo de apresentações<sup>297</sup>.

Ainda nesses espetáculos eruditos, é importante dizer que os 5 maiores públicos de espetáculos considerados eruditos – 9º Festival anual do Studio Joellen”, com 378 espectadores; “Studio Joellen Ballet Copélia”, com 367 espectadores; “Studio Joellen O Circo” com 257 espectadores; “Projeto ‘6 da tarde’ – Camerata de cordas 1º movimento e orquestra, com 246 espectadores; e “Noite Cigana – Studio Joellen”, em 2014, com 217 espectadores -, são produções locais, de escola de dança e projeto social, com grande presença de integrantes infantis e infanto-juvenis em suas montagens, o que impulsiona de forma determinante a venda de ingressos para os próprios familiares dos integrantes daqueles espetáculos.

No outro extremo, dos 5 menores públicos - “Orquestra de Cordas Stravaganza”, com 16 espectadores; “Gustavo Bussi – Piano”, com 17 espectadores; “Concertos Matinais”, com 17 espectadores; “Projeto ‘6 da tarde’ – Piano e Voz, com 20 espectadores; e “Paulo Lampedusa Piano”, com 21 espectadores – embora também produções locais, são, ao contrário das 5 atrações mais vistas, compostos/apresentados por artistas já adultos e sem o grande apelo de familiares na plateia. Isso mostra que a quantidade de público está menos relacionada à qualidade do espetáculo - visto que os com menor público também são de excelente montagem e execução, tanto quanto os de maior público – e mais relacionado à composição do espetáculo e à natureza dos mesmos – dos 5 espetáculos com maior público, 4 são balés, e, por isso mesmo, são mais inteligíveis e com menor necessidade de familiaridade de público que os demais espetáculos musicais eruditos.

É necessária uma ressalva, relativa aos espetáculos de menor público. Alguns eventos com baixo público não foram realizados na sala de espetáculos do Theatro Municipal, mas na Sala de Múltiplo Uso Dilo Gianelli, com capacidade (50 cadeiras) muito inferior à capacidade da sala de espetáculos, o que determinaria um menor número de público por espetáculo. Também determinam um baixo público nas atrações a hora em que são realizadas, como por exemplo, as atividades do “Concertos Matinais”, realizados em manhãs de domingo, ou as atividades do Projeto “6 da tarde”, realizados nas tardes de

---

<sup>297</sup> A Semana Guiomar Novaes e a Virada Cultural Paulista, retratadas no subcapítulo anterior, ofereceram espetáculos de grande porte, com orquestras famosas, e que puderam ter a preferência do público frente aos espetáculos pagos de menores dimensões.

domingo. Dessa forma, os baixos números de público numa determinada atração não se referem à uma baixa qualidade das apresentações, mas sim às variações do horário da apresentação e do local em que ela é realizada. Mais à frente, na análise das crônicas do periódico relacionadas ao Theatro Municipal, um dos autores afirma não existir em São João da Boa Vista um “hábito” de ir ao teatro aos domingos, usando dessa tese para explicar o público diminuto de algumas atrações.

Há uma última consideração a ser feita nessa interpretação dos dados de espetáculos eruditos. Dois espetáculos, ambos de 2005, “Missa Theresa – Joseph Haydn” e “Orquestra Arpeggione”, conseguiram levar até o Theatro Municipal 216 e 210 espectadores, respectivamente, representando os maiores números após aqueles 5 espetáculos locais mais vistos (figuram em 6º e 7º lugares de espetáculos eruditos com maior público). Essas duas apresentações foram realizadas por corais e orquestra de fora da cidade (“Missa Theresa” foi apresentada pelo Coral Exsultate, de São Paulo, e pelo Coral Ars Musicalis, de Campinas, e a “Orquestra Arpeggione” é austríaca) e mobilizam de forma expressiva uma faixa bastante específica do público sanjoanense, a ponto de configurarem essas apresentações no grupo com público acima da média anual para o ano de 2005, que foi de 125 espectadores/espetáculo. Isso significa que há uma demanda significativa, ainda que pequena em relação a outros tipos de espetáculos populares, por espetáculos eruditos de grandes montagens ou de renome.

Nota-se, por fim, nessas considerações, que até mesmo a menor faixa de público do Theatro Municipal, responsável por uma média de 5,1% da participação de público e 9,5% do total de realizações, não configura uma massa homogênea de consumidores, mas contém nuances que a diferenciam tanto no que se refere à principal motivação para ir ao espetáculo (inclusive acompanhar apresentações de filhos e parentes) quanto à demanda por espetáculos específicos e com natureza específica.

Resta, ainda, determinar a presença de atrações/participação de público a partir da faixa etária indicada para os espectadores. Para isso, nos concentraremos, brevemente, em determinar a realização de espetáculos e o público presente em atrações voltadas para o público infantil e infanto-juvenil frente aos espetáculos voltados para o público de jovens e adultos. Essa análise deriva do fato de constatarmos uma crescente e importante presença dos espetáculos infantis e infanto-juvenis, o que indicaria uma demanda de público captada tanto pela AMITE quanto pelos realizadores desses espetáculos. Os parágrafos a seguir analisam ano a ano a participação de realização e público das atrações

voltadas ao público infantil e infanto-juvenil. Abaixo, a Tabela 60 oferece um quadro geral da participação dos espetáculos infantis e infanto-juvenis em relação à realização total de espetáculos e em relação à participação no total de público anual:

**Tabela 60 – Participação na realização e público dos espetáculos infantis e infanto-juvenis no Theatro Municipal – 2004 a 2014.**

ANO	QTDADE REAL. ESPETÁC. ANUAIS	% PARTICIP. REAL. ESPETÁC. ANUAL	QTDADE PÚBL. ESPETÁC. ANUAIS	% PARTICIP. NO PÚBL. GERAL ANUAL	% MUSICAIS	% CÊNICOS
2004	3	15%	269	11,3%	.....	100%
2005	9	12,8%	1.251	14,2%	.....	100%
2006	2	5,1%	224	2,8%	.....	100%
2007	5	12,2%	825	12,4%	.....	100%
2008	7	12,3%	872	9%	.....	100%
2009	4	7,7%	1.130	11%	.....	100%
2010	12	21,8%	3.293	29,1%	.....	100%
2011	10	14,7%	3.085	22,6%	.....	100%
2012	15	27,3%	5.197	37,5%	13,3%	86,7%
2013	24	38,7%	6.971	46,3%	8,4%	91,6%
2014	16	32,6%	4.312	38,3%	6,3%	93,7%
<b>TOTAL/ MÉDIA</b>	<b>107</b>	<b>18%</b>	<b>27.429</b>	<b>21,3%</b>	<b>2%</b>	<b>98%</b>

Fonte: Borderô AMITE (2018).

No que se refere às naturezas desses espetáculos, nos anos de 2004 a 2011, todos os eventos voltados ao público infantil e infanto-juvenil foram considerados de natureza “cênica”. No ano de 2012, 13 espetáculos (86,7%) foram considerados cênicos e 2 espetáculos (13,3%) foram considerados musicais. No ano de 2013, 22 espetáculos (91,6%) foram considerados cênicos e 2 espetáculos (8,4%) foram considerados musicais. No ano de 2014, 15 espetáculos (93,7%) foram considerados cênicos e 1 espetáculo (6,3%) foi considerado musical. Com esses dados, vemos que os espetáculos voltados ao público-alvo dessa análise totalizam 107 realizações, sendo que a grande maioria destes se referem aos espetáculos de natureza cênica<sup>298</sup>, somando 102 eventos e com participação de público de 26.260 espectadores.

Nessa análise, pudemos perceber dois momentos no que se refere à realização de espetáculos infantis e infanto-juvenis e a participação de público desses espetáculos nos anos de dados completos (2005 a 2014). O primeiro momento, que vai de 2005 e 2009,

<sup>298</sup> Em 2012, os musicais somaram 521 espectadores, em 2013, somaram 232 e em 2014, 416, totalizando 1.169 espectadores.

apresenta discretos números: números de realização que oscilam de 5,1% (2006) a 12,8% (2005) e números de participação de público que oscilam de um mínimo de 2,8% (2006) a um máximo de 14,2% (2005). Suas programações oferecem grande número de espetáculos cênicos, porém feitas localmente, com companhias de teatro ou de balé da cidade e que também se apresentavam em outros lugares (escolas, teatros menores, praças etc.).

O segundo momento, de 2010 a 2014, mostra um crescimento muito consistente na realização de espetáculos infantis e do seu público, quando se nota uma variação da participação na realização desses espetáculos entre os 14,7% (2011) e os 38,7% (2013) e uma participação de público que varia entre 22,6% (2011) e 46,3% (2013). Há, porém, uma queda no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 de 33,3% e de 38,1% no que se refere à realização e ao público, respectivamente, dos espetáculos infantis e infanto-juvenis. Essa queda é compreendida, novamente, pelo fato de ser comemorado em 2014 o Centenário do edifício e o aumento de realização de espetáculos promovidos pela Prefeitura Municipal, o que acarretaria a diminuição dos dias disponíveis na agenda do Theatro Municipal para realização de espetáculos com bilheteria, registrados pelo Borderô de Eventos da AMITE.

O aumento das atrações infantis e infanto-juvenis no período de 2010 a 2014 foi impulsionado, provavelmente, pela presença de espetáculos promovidos por companhias e artistas famosos, tais como “Grupo Saltimbancos”, “Circo Roda”, “palhaços Atchim e Espirro” e “Danny Pink”. As franquias de desenhos animados, tais como “Doki”, “Cocoricó”, “Os Smurfs”, “Toy Story”, “Galinha Pintadinha”, “Dora Aventureira”, “The Backyardigans”, “Alvim e os esquilos”, “Meu malvado favorito”, “Lolaloopsy” e “Frozen”, de amplo sucesso junto a esse público, também tiveram espaço nas programações do Theatro Municipal e impulsionaram esses números expressivos.

Nota-se, portanto, um aumento de realização e de público desses espetáculos e uma maior preocupação dos produtores em atender a esse importante grupo de usuários. Nesse aspecto, também devemos atentar para o fato de que há, no oferecimento desses espetáculos infantis e infanto-juvenis, um chamado aos pequenos espectadores e, também, para suas famílias, o que impulsionaria a venda de ingressos, uma vez que certamente as crianças seriam acompanhadas por um ou mais de seus responsáveis. Para além do retorno financeiro, o oferecimento de um espetáculo tipicamente voltado às famílias, possibilita o surgimento de um sentimento de afinidade com o espaço “Theatro



Municipal”, já na tenra idade daqueles novos espectadores. Dessa forma, esses espetáculos infantis são importantes financeiramente e simbolicamente, no sentido de oferecer ao público mais jovem os primeiros espetáculos de suas vidas e possibilitar a formação de memórias afetivas com aquele espaço, assim como outros anteriormente o fizeram, e que serão analisados no próximo subcapítulo.

Desse levantamento do Borderô de Eventos da AMITE, quatro considerações podem ser feitas. A primeira consideração se refere ao público em si, mostra uma clara preferência do sanjoanense pelo espetáculo cênico em relação ao espetáculo musical, conforme apontamos na Tabela 52. Retomamos que as maiores concentrações de preferência se referem às atrações com público acima da respectiva média anual e as menores concentrações de preferência geralmente se encontram nas atrações com público abaixo da respectiva média anual, apresentando números de 70,2% de realização e 69,8% de participação de público para os espetáculos cênicos frente a 28,5% de realização e 27% de participação de público para os espetáculos musicais no grupo de atrações com público acima da média e, no grupo de atrações com público abaixo da média, apresentando números de 36,7% de realização e 43,6% de representação de público para os espetáculos cênicos frente a 60,5% de realização e 55,1% de participação de público para os espetáculos musicais.

A segunda consideração, que deriva da primeira, se refere ao fato de que as participações musicais e cênicas, seja no que se refere ao número de espetáculos realizados seja no que se refere à quantidade de público, guardaram relações inversamente proporcionais, onde quando uma se expande, a outra se retrai, embora a intensidade dessa diferença varie em anos e em grupos de análise. Em um caso apenas (no ano de 2008, nas atrações com público abaixo da média, conforme demonstrado na Tabela 58) se vê um equilíbrio entre realização de eventos musicais e realização de eventos cênicos, não sendo registrado um equilíbrio entre os públicos dos eventos musicais e dos espetáculos cênicos.

A terceira consideração é que a inserção de espetáculos infantis na programação do Theatro Municipal se mostrou um grande sucesso e apresentou importante crescimento tanto no que se refere ao número de realizações quanto no que se refere ao número de público. O fato de incluir espetáculos infantis produz não apenas um aumento de público e importante impacto financeiro positivo ao atrair essa fatia do mercado, mas também

representa uma importante iniciativa de produzir significado afetivo daquele espaço para aos pequenos espectadores<sup>299</sup>.

Já a quarta e última consideração se refere à necessidade de buscar apresentações de nomes consagrados da música erudita (seja orquestras ou artistas solo) para a consolidação de um público, ainda tímido, que proporcionaria uma maior ocupação do Theatro Municipal – tal inserção pode ser feita do mesmo modo com que foi realizada a inserção dos espetáculos infantis e infanto-juvenis, com testes de público e acompanhamento do retorno desses espetáculos através da opinião pública. Nesse mesmo aspecto, também se abre a oportunidade de inserção de espetáculos eruditos cênicos (óperas ou adaptações das mesmas, por questões de viabilidade financeira) na agenda cultural da instituição, que, como se viu, ainda é bastante baixa (inexistente nos espetáculos com bilheteria e raríssima nos espetáculos gratuitos vistos na análise das páginas do periódico *Jornal O Município*).

Por fim, reiteramos que esse subcapítulo trata de espetáculos registrados no Borderô de Eventos da AMITE e não abrange a totalidade de eventos que se realizaram naquele teatro. Em resumo, os valores aqui retratados se referem a um número parcial, de atrações que lá foram apresentadas, mas, ainda assim, apresentam um amplo e multifacetado uso das instalações do Theatro e diferentes dinâmicas de fruição do espaço por parte do público sanjoanense.

#### IV. 3. AS CRÔNICAS SOBRE O THEATRO MUNICIPAL E SEUS DIFERENTES SENTIDOS.

Ao lado de um uso físico, nos deparamos repetidas vezes com usos simbólicos do espaço Theatro Municipal. Esses usos simbólicos denotam um significado para a cidade, para seus cidadãos e para a própria atividade cultural e tais significados são expressos com grande recorrência no jornal *O Município*, inseridos em textos, crônicas e anúncios publicitários. Além disso, também vemos textos que fornecem informações sobre lançamentos de programas e de atrações, os desafios de administração do local, as

---

<sup>299</sup> No próximo subcapítulo, veremos alguns autores de crônicas considerarem de suma importância o contato de novas gerações com o Theatro Municipal por meio dos espetáculos lá apresentados.

demandas do público, entre outros temas, e que são bastante importantes para constituir um panorama dos usos atuais do Theatro Municipal.

Nos concentraremos, nesse subcapítulo, na análise sobre a presença desses textos e seus assuntos. Para isso, os dividimos em 3 grupos: o primeiro grupo se refere aos textos sobre os eventos; o segundo grupo se refere aos textos específicos sobre o Theatro Municipal e a AMITE; o terceiro grupo se refere às menções variadas ao Theatro Municipal, que podem ser tanto a utilização da sua imagem quanto a sua citação e que não se encaixam nos dois outros grupos analisados. Antes, porém, da análise de conteúdo, nos ateremos à análise quantitativa dos textos.

#### *IV. 3. 1. Os textos no Jornal O Município de acordo com suas temáticas.*

Já analisamos anteriormente a quantidade de espaços no periódico sanjoanense ocupados por menções ao Theatro Municipal e à AMITE, aos eventos e às citações diversas. Naquele momento, tais menções foram quantificadas conjuntamente aos anúncios de eventos relacionados aos três grupos. Já neste subcapítulo, aprofundaremos a análise anterior e levaremos em conta apenas a quantidade de textos e iconografia<sup>300</sup>, excluindo, portanto, os anúncios publicitários de eventos<sup>301</sup>. Nesse sentido, visa-se determinar a participação de cada um dos três grupos de análise (Theatro Municipal e AMITE, eventos e usos diversos, inclusive o uso da imagem do edifício em textos e peças publicitárias que não se relacionam com atividades culturais e de entretenimento), no que se refere aos usos (simbólicos e materiais) do edifício.

Em se tratando dos números dos 3 grupos, podemos considerar que a quantidade de textos ao longo dos anos de 2004 a 2015 totaliza 288 ocorrências. Dessas 288 ocorrências, por ordem de participação, vemos que os textos sobre os eventos no Theatro Municipal foram contabilizados em 149 ocorrências, sobre os textos referentes ao Theatro Municipal e a AMITE foram contabilizados em 113 ocorrências e, por fim, os textos diversos do Theatro Municipal foram contabilizados em 26 ocorrências. Abaixo, o

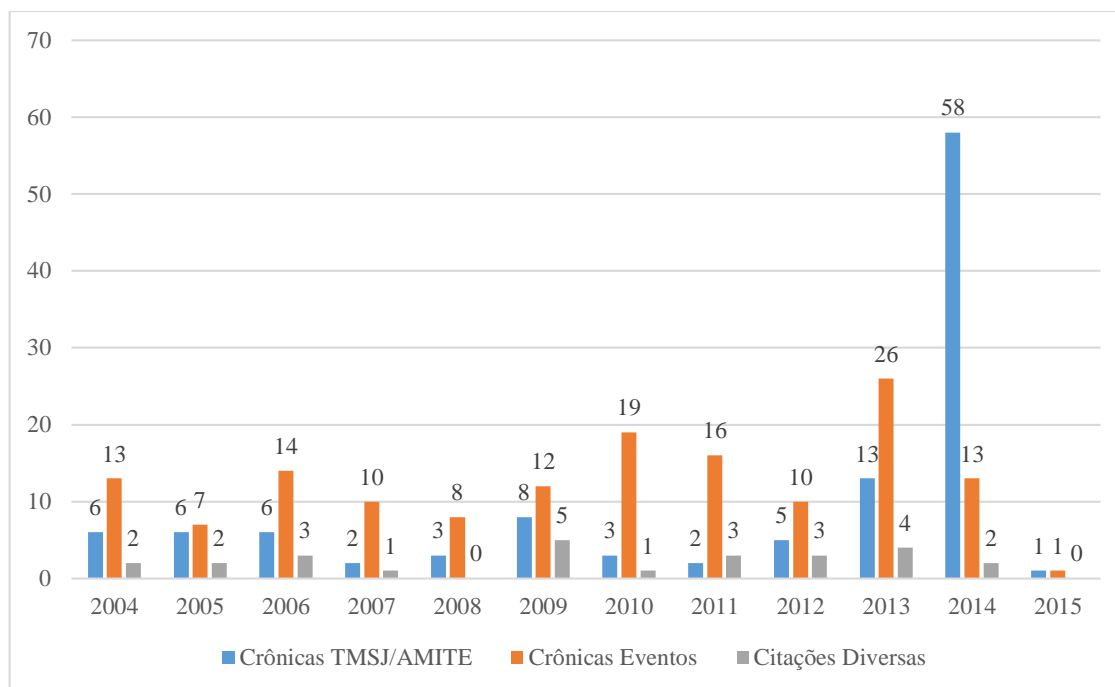
---

<sup>300</sup> Por ser essa análise muito maior em números que aquela empreendida no Segundo Capítulo, não transcreveremos as crônicas abordadas, mas forneceremos descrições detalhadas ou sumárias, quando for o caso, e as devidas análises.

<sup>301</sup> Os anúncios publicitários de eventos se caracterizam sobretudo pelo menor tamanho do texto, pela presença de horários e, em alguns, pelo indicativo de preço. Já as crônicas sobre os eventos se diferem dos primeiros pelo maior espaço ocupado no periódico e por apresentarem sinopses ou opiniões dos eventos que constam na programação.

Gráfico 9 e a Tabela 61 expõem os números da análise quantitativa ano a ano da participação daqueles 3 grupos:

**Gráfico 9 – Crônicas e textos sobre o Theatro Municipal no Jornal *O Município* – 2004 a 2015.**



Fonte: Elaboração do autor.

**Tabela 61 – As participações de grupos nos textos analisados no Jornal *O Município* – 2004 a 2015.**

ANO	CRÔNICAS TMSJ/AMITE	CRÔNICAS EVENTOS	CITAÇÕES DIVERSAS
2004	28,6%	61,9%	9,5%
2005	40%	46,6%	13,4%
2006	26,1%	60,9%	13%
2007	15,4%	76,9%	7,7%
2008	27,3%	72,7%	0%
2009	32%	48%	20%
2010	13%	82,6%	4,4%
2011	9,5%	76,2%	14,3%
2012	27,8%	55,6%	16,6%
2013	30,2%	60,5%	9,3%
2014	79,4%	17,8%	2,8%
2015	50%	50%	0%

Fonte: Arquivo Digital Jornal *O Município* (2019).

Ao analisar o Gráfico 9 e a Tabela 61, podemos perceber as variações dos aparecimentos de crônicas ao longo dos anos com dados completos (2005 a 2014). Vemos que as crônicas sobre o TMSJ/AMITE apresentam uma oscilação de mínimo de 2

ocorrências/ano e máximo de 58 ocorrências/ano (variação de 2.800%), atingindo seu ápice no ano de 2014, ano do Centenário. Os números das crônicas sobre eventos apresentam oscilação entre o mínimo de 7 ocorrências/ano e o máximo de 26 ocorrências/ano (variação de 271,4%). Já as citações diversas ao Theatro Municipal apresentam oscilação de ocorrência maior que as crônicas de espetáculos, entre o mínimo de 1 ocorrência/ano e o máximo de 5 ocorrências/ano (variação de 400%), excluindo ainda o ano de 2008, em que não houve ocorrências de textos do tipo.

Nota-se que a ocorrência de crônicas sobre o TMSJ/AMITE é impulsionada pelas comemorações da efeméride do Centenário, enquanto que as demais crônicas de realização de espetáculos e as citações diversas não são atingidas por esse movimento comemorativo. Elas não crescem no mesmo nível que as primeiras, mas, ao contrário, decrescem, se comparados os dados do ano de 2013 e 2014: de 26 crônicas de eventos em 2013 para 13 crônicas de eventos em 2014 e de 4 citações diversas em 2013 para 2 citações diversas em 2014. Ambas apresentaram redução de 50% no número de ocorrências quando comparados os dados de 2014 com os de 2013. É particularmente interessante esse movimento de queda quando se compara a ausência de destaque aos espetáculos lá apresentados em razão das comemorações em relação ao destaque ao Centenário contido no periódico.

Também se viu que a utilização da imagem do edifício em textos e nas peças publicitárias que não se relacionam com atividades culturais e de entretenimento não passou, mesmo com os eventos de comemoração, por um processo de utilização massiva muito própria de efemérides, mas conservou-se sobretudo relacionada ao conteúdo das crônicas referidas ao próprio Theatro Municipal. Por outro lado, em praticamente todas as crônicas sobre o Centenário do Theatro Municipal houve a utilização de fotografias do edifício em si (fachada e interiores) ou relacionadas a ele.

Feitas essas considerações, podemos concluir que, embora o Centenário não tenha interferido grandemente na presença de crônicas sobre espetáculos (uma vez que não se viu incremento de realização de eventos culturais a partir do noticiado no periódico)<sup>302</sup>

---

<sup>302</sup> Se lembrarmos do já exposto no Gráfico 8 sobre a presença de anúncios de eventos no Theatro Municipal, vemos que as realizações dos mesmos entre os anos de 2013 e 2014 aumentaram apenas 3,6% (de 56 para 58 realizações) para os musicais, apenas 2,9% (de 33 para 34 realizações) para os cênicos e de 7,1% (de 14 para 15 realizações) para os cineclubes, enquanto que o crescimento de realização de eventos diversos subiu 266,6% (de 6 para 22 realizações). O que se vê, então, é que o aumento de citações ao Theatro Municipal e aos espaços ocupados pelo mesmo no periódico, entre os anos de 2013 e 2014, vem do fato de que a própria redação do JOM decidiu produzir espaços de comemoração dentro dos números

ou nas citações diversas em peças publicitárias (já que não se utilizou de forma intensa a sua imagem), por outro lado ele influenciou de forma determinante no aumento do número de crônicas referentes ao Theatro Municipal ou à AMITE.

Desta forma, nota-se que o grande destaque ao Centenário do Theatro Municipal dado pelo periódico não ficou nos eventos lá realizados (que ficaram dentro de uma média de realização igual a de outros anos anteriores, ainda que reunissem, pelas contas da presidência da AMITE, cerca de 4.500 espectadores entre fevereiro e novembro de 2014, conforme veremos a seguir), mas sim na forma como o próprio periódico tratou dessa efeméride, indicando uma importância dada pelos editores daquele jornal ao edifício e um interesse em demonstrar uma valorização do mesmo pelos sanjoanenses<sup>303</sup>. A seguir, trataremos das crônicas sobre eventos, das citações diversas e da análise das crônicas sobre o Theatro Municipal e sobre a AMITE.

#### *IV. 3. 2. As crônicas dos eventos no Theatro Municipal.*

Das 149 crônicas sobre eventos ocorridos no Theatro Municipal, 115 (77,2%) se referem especificamente à realização dos mesmos, se dividindo da seguinte forma ao longo dos anos: 10 textos em 2004; 7 textos em 2005; 13 textos em 2006; 7 textos em 2007; 7 textos em 2008; 9 textos em 2009; 12 textos em 2010; 13 textos em 2011; 8 textos em 2012; 16 textos em 2013; 12 textos em 2014; e 1 texto em 2015. Nessas crônicas, a autoria é de jornalistas do próprio periódico e o uso de ilustrações varia conforme o assunto abordado, podendo constar tanto os cartazes de peças quanto as imagens internas do Theatro Municipal (essas, muitas vezes durante o espetáculo abordado). Tomadas externas do Theatro Municipal são infrequentes.

Quando comparamos a frequência dessas crônicas com aquela dos anúncios de espetáculos no JOM, não vemos influência dos últimos sobre as primeiras. Dessa forma, o aumento de realizações de eventos não se reflete no aumento de crônicas sobre esses eventos, ainda que os números variem de ano para ano. Abaixo, as 114 ocorrências de

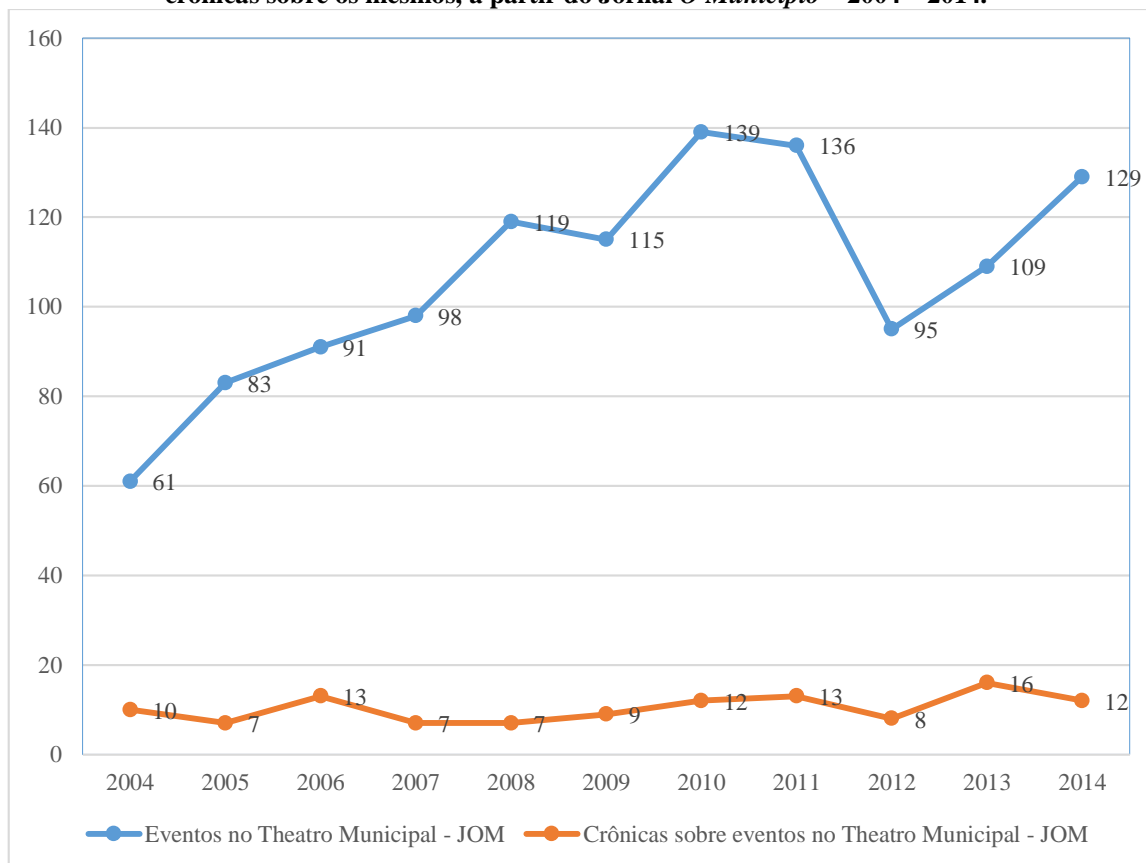
---

editados através de crônicas, e não foi causado por um grande aumento de apresentações de atrações cênicas ou musicais. Na verdade, o único grande salto de uso do Theatro Municipal foi aquele dos eventos diversos, que não se relacionam ao perfil cultural do edifício.

<sup>303</sup> Foi a partir dessa deferência ao edifício (não apenas no seu Centenário, mas que esteve presente ao longo dos anos do levantamento) que um número extenso de articulistas foi convidado para escrever sobre suas experiências e memórias sobre o Theatro Municipal ou sobre a AMITE, e é a partir dessas crônicas que podemos notar os significados *simbólicos* atuais daquele espaço.

crônicas e textos sobre espetáculos comparadas aos 1.175 eventos realizados, entre os anos de 2004 a 2014:

**Gráfico 10 - Comparativo entre a menção à realização de eventos no Theatro Municipal e as crônicas sobre os mesmos, a partir do Jornal *O Município* – 2004 – 2014.**



Fonte: Elaboração do autor.

Aquelas 115 crônicas (entre os anos de 2004 a 2015) estão vinculadas na maioria das vezes às seções de cultura e entretenimento do periódico, possuindo extensões bastante diversas. Pode ser notada uma divisão delas em dois grupos: o primeiro trata das realizações futuras, indicando a sinopse dos eventos, os seus realizadores e as considerações do cronista sobre o referido evento; e o segundo, que trata de crônicas de realizações passadas, também contendo as considerações do cronista acerca do evento e sobre a qualidade/importância do mesmo dentro do grupo de atrações do qual faz parte.

Não fazendo parte daquele conjunto de crônicas específicas a eventos, estão 34 crônicas e editoriais que tratam de lançamentos de programas da AMITE, dos programas já instaurados e das necessárias mudanças de caminhos na concepção da agenda de

apresentações do Theatro Municipal<sup>304</sup>. A seguir, faremos uma exposição dos assuntos abordados nessas 34 crônicas e editoriais, organizados em ordem cronológica e que são importantes para compor o panorama dos usos atuais que se pretende abordar neste Capítulo.

Em 2004, na edição nº 8.036, de 09 de outubro, a crônica intitulada “Festivais de dança e teatro podem não ocorrer”, cita as dificuldades pelas quais a cena cultural sanjoanense passava no momento, com o possível corte nas verbas municipais destinadas à realização do Festival de Dança e do Festival de Teatro por questões de austeridade fiscal na passagem de gestão. Visando mitigar os efeitos negativos de tal cancelamento, foram criados eventos menores, uma “Mostra de Dança” e uma “Mostra de Teatro”, a primeira a se realizar no Theatro Municipal, nos dias 25, 26 e 27 do mês corrente. No mesmo ano de 2004, na edição nº 8.050, em 27 de novembro, a crônica intitulada “AMITE fecha o ano com saldo positivo”, trata da apresentação dos espetáculos mais vistos no ano de 2004, os custos de ingressos e a forma como são divididos os lucros entre o realizador e a AMITE, apresentando um saldo positivo de apresentações e um breve resumo dos projetos da AMITE. Ainda em 2004, na edição nº 8.058, de 25 de dezembro, a crônica intitulada “Programação cultural agrada população” trata do saldo positivo de realização de eventos culturais na cidade e no Theatro Municipal no final do ano. As três matérias são assinadas por Daniela Bertoldo.

No ano de 2006, na edição nº 8.213, de 21 de junho, a pequena crônica intitulada “Bate Coração”, assinada por Vera Oliveira, elogia o espetáculo musical de mesmo nome da crônica e dá felicitações à AMITE pela boa utilização do Theatro Municipal e pelo oferecimento de bons espetáculos ao público sanjoanense.

Em 2007, na edição nº 8.323, de 11 de julho, a crônica intitulada “Cinéfilos ganharão o ‘Cineclube Beloca’”, assinada por Clóvis Vieira, trata da criação do Cineclube Beloca (explicando o nome do mesmo a partir de uma grande incentivadora sanjoanense da Sétima Arte e do batismo da Sala de Múltiplo Uso como “Sala Dilo Gianelli”, outro nome sanjoanense bastante conhecido na produção de filmes) e das características da exibição desse cineclube que, a partir de parceria com a AMITE e com outros parceiros particulares, se constituiria num dos mais importantes e estáveis usos do Theatro

---

<sup>304</sup> Esse tipo de crônica foi importante na pesquisa ao oferecer informações muito específicas sobre dia de realização de projetos, seus realizadores e outras minúcias que não estão presentes em outras publicações referentes ao Theatro Municipal ou espaços dentro do periódico analisado.



Municipal<sup>305</sup> ao exibir filmes fora do circuito comercial. A crônica ainda deixa clara a situação inicial do cineclubes e conclama parceiros a contribuírem para a aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento. Ainda no ano de 2007, na edição nº 8.326, de 21 de julho, em crônica intitulada “Cineclubes” e assinada por Clóvis Vieira, trata da inauguração do Cineclubes Beloca, no dia 17 de julho, e as primeiras experiências do espaço junto ao público sanjoanense.

Também em 2007, na edição nº 8.348, de 06 de outubro, a crônica intitulada “Cineclubes Beloca exibe cultura”, assinada por Diego Mendes, trata da gradativa consolidação do Cineclubes na cena cultural sanjoanense, ao afirmar que, em três meses de exibição, mais de 350 pessoas assistiram às sessões. Reafirma a necessidade de equipamentos próprios do Cineclubes (que naquele momento funcionava ainda com equipamentos emprestados da Prefeitura Municipal, Colégio Anglo, TV União e IdeiaMídia) e de doações para tais aquisições. Ainda estabelece, nessa crônica, a programação geral do cineclubes até novembro, por meio da divisão de blocos de exibição nos quais o público também tem influência na escolha.

No ano de 2008, na edição nº 8.452, de 04 de outubro, a crônica intitulada “Cultura (parte II)”, assinada por Sílvia Ferrante, trata da boa utilização do Theatro Municipal e da realização de variados espetáculos.

Em 2009, na edição nº 8.524, de 13 de junho, a crônica intitulada “Cineclubes quer formar cineastas”, assinada por Clóvis Vieira, trata da ideia dos idealizadores do Cineclubes de expandirem as atuações do projeto para além da exibição, com a formação de cineastas a partir de cursos. Cita brevemente a aquisição de sistema de som (“há um ano”, segundo o autor) e reafirma a necessidade de um projetor próprio ao Cineclubes. Segundo os idealizadores, o motivo de se ter apenas um dia de apresentação se deve ao fato de que apenas naquele dia da semana, terça-feira, o projetor emprestado da Prefeitura Municipal estava disponível.

Ainda em 2009, na edição nº 8.548, de 05 de setembro, o editorial intitulado “A Semana de Arte” refere-se à Semana Guiomar Novaes e se posiciona a favor da inserção de artistas sanjoanenses no evento, além de apontar para a necessidade de uma maior divulgação da Semana e de suas atrações. Ainda chama a atenção para a pertinência do uso da Semana Guiomar Novaes para viabilizar e aumentar o fluxo de visitantes à cidade,

---

<sup>305</sup> Conforme pudemos constatar no subcapítulo referente aos usos do edifício retratados no periódico.

visando criar um circuito cultural e turístico na cidade. Também no ano de 2009, na edição nº 8.564, de 31 de outubro, em crônica intitulada “AMITE lança o ‘Ensaio Aberto’ com o apoio a grupos de teatro amador”, assinada por Clóvis Vieira, trata da criação do projeto “Ensaio Aberto” pela AMITE, que visava oferecer aos grupos amadores de teatro, um local para ensaios, seja no palco da sala de espetáculos, seja na Sala de Múltiplo Uso.

Em 2010, na edição nº 8.587, de 20 de janeiro, o editorial intitulado “Um projetor para o cineclube” se refere à dificuldade de aquisição do projetor de filmes para o Cineclube Beloca. Essa dificuldade residiria tanto nas negativas da Prefeitura Municipal em conceder verbas para tal, ao não responder aos pedidos formais dos idealizadores, quanto na “avareza” de gerentes de lojas que vendiam tal projetor e que não se sensibilizaram com os pedidos de doação do equipamento para que a cidade possuísse um cineclube completo. É também bastante assertivo na defesa do projeto de criação de um Festival de Cinema que, conjuntamente com a Semana Guiomar Novaes, configuraria um atrativo turístico do município. Na mesma edição nº 8.587, a crônica intitulada “Cineclube Beloca deseja projetor, pensando em festivais de cinema”, assinada por Clóvis Vieira, trata basicamente do mesmo tema do editorial, abordando dificuldades quanto à aquisição do projetor de filmes tanto pelo poder público sanjoanense quanto pela iniciativa privada. Com a aquisição do projetor, afirmaria o cronista, as sessões seriam realizadas em maior número e, conseqüentemente, haveria um ganho cultural bastante importante nessa expansão de dias de exibição. Por fim, apresenta o projeto de criação de um festival de cinema como um incremento da área turística da cidade.

Também em 2010, na edição nº 8.624, de 29 de maio, em crônica intitulada “Projeto Seis da Tarde reúne grandes espetáculos para pequenos públicos”, assinada por Clóvis Vieira, tratou-se da característica acessível do Projeto “6 da Tarde” ao artista sanjoanense, visto que a AMITE não cobrava o aluguel do espaço naquela faixa de horário e dia, e da qualidade das apresentações que se davam nesse projeto, ainda que fossem apreciadas por um público diminuto. Nesse aspecto, o articulista aponta como possível motivo daquela baixa frequência a falta de “tradição” do público sanjoanense em assistir espetáculos nas tardes de domingo. Por fim, o autor ainda faz uma espécie de retrospectiva dos maiores espetáculos apresentados naquele projeto (nessa lista constam desde apresentações de bossa-nova a orquestra de violas, passando por pianistas e espetáculos cênicos).

No mesmo ano de 2010, na edição nº 8.667, de 27 de outubro, em crônica intitulada “Aniversário do Theatro Municipal”, assinada por Clineida Jacomini, trata da boa utilização do Theatro Municipal com a escolha de bons espetáculos para as comemorações do aniversário de 96 anos. Continuando no ano de 2010, na edição nº 8.670, de 06 de novembro, em crônica intitulada “AMITE comemora o sucesso do aniversário do Theatro”, assinada por Clóvis Vieira, trata da boa audiência ao programa de comemorações dos 96 anos do Theatro Municipal e pequena explicação sobre os projetos “6 da tarde” e “Concertos Matinais”. Ainda em 2010, na edição nº 8.673, de 17 de novembro, a crônica intitulada “AMITE comemora o sucesso das comemorações a Pagú – 100 anos”, assinada por Clóvis Vieira, trata da boa audiência ao programa de comemorações do centenário da modernista sanjoanense Patrícia Rehder Galvão. Por fim, na edição nº 8.682, de 18 de dezembro, a crônica intitulada “AMITE fala do ano cultural na cidade e anuncia a sua ‘Semana Assad’”, assinada por Clóvis Vieira, apresenta um pequeno histórico de eventos no ano de 2010 e criação do projeto da “Semana Assad” que seria realizada no ano seguinte.

No ano de 2011, na edição nº 8.694, de 29 de janeiro, a crônica intitulada “AMITE precisa de doações para projeto”, sem identificação de autoria, trata de um chamamento aos empresários sanjoanenses para a doação de recursos, através da Lei Rouanet, para a realização da Semana Assad. No mesmo ano de 2011, na edição nº 8.765, de 05 de outubro, a crônica intitulada “Parceria da AMITE abre mais 40 vagas para o Projeto 1º Movimento”, assinada por Clóvis Vieira, trata da ampliação de vagas de projeto relacionado a instrumentos de cordas friccionadas (violino, viola, violoncelo e contrabaixo acústico), em parceria com AMITE e Prefeitura Municipal e patrocínio da Seguradora Aliança do Brasil.

No ano de 2012, na edição nº 8.865, de 19 de setembro, o editorial intitulado “Nova elite cultural”, trata da baixa frequência na abertura da Semana Guiomar Novaes e a necessidade de modificações das atrações culturais para atender às novas demandas dos novos públicos que se formaram na cidade. Também no ano de 2012, na edição nº 8.867, de 26 de setembro, a crônica intitulada “Solução para Semana Guiomar pode ser a formação de novos públicos”, assinada por Clóvis Vieira, também trata da baixa frequência de público na Semana Guiomar Novaes e reproduz a entrevista com Francisco Bezerra, dono da Livraria Papyrus (considerada um importante ponto cultural da cidade), onde se reafirma a necessidade de sensibilizar os jovens da cidade sobre a importância da

pianista sanjoanense. Também apresenta tons elogiosos ao Projeto “Concertos Matinais” e de crítica negativa à programação da Semana Guiomar Novaes, que parecia distante do grande público sanjoanense.

Em 2013, na edição nº 8.914, de 09 de março, a crônica intitulada “Os desafios de um cineclube”, assinada por David Ribeiro, trata de uma aproximação entre a história de Dona Beloca e de sua paixão pelos filmes e a história do cineclube com seu nome e de seus idealizadores, também movidos pela paixão pelo cinema. Para além disso, o articulista trata, como seu título diz, de desafios do cineclube em sua existência, apontando traços de timidez do público em frequentá-lo, o que o levaria a ter menos espectadores que o desejado. Também faz um resumo das atividades de discussão dos filmes e da importância dessa atividade para a cultura sanjoanense e para a formação dos indivíduos. Conclui estendendo um convite ao leitor para a frequência ao espaço, e fornecendo uma sinopse do próximo filme a ser exibido.

Também em 2013, na edição nº 8.923, de 10 de abril, em crônica intitulada “Os concertos matinais voltam”, assinada por Clóvis Vieira, trata da estreia dos projetos “Teatro de Quinta” e “Som de Sábado” e a volta do projeto “Concertos Matinais”. Na edição nº 8.938, de 1º de junho, em crônica intitulada “AMITE estreia hoje o ‘Som de Sábado’”, assinada por Clóvis Vieira, trata da estreia do referido projeto, visando dar aos cantores e bandas amadoras um espaço de divulgação e apresentação. Na edição nº 8.945, de 26 de junho, o editorial intitulado “Sertanejo e samba no Theatro”, trata da defesa da criação de festivais de samba e sertanejo no Theatro Municipal, abrindo-o para novos públicos, que impulsionariam tanto a sua popularização junto à comunidade quanto o seu faturamento, fazendo-o autossuficiente de recursos. Na edição nº 8.950, de 13 de julho, o editorial intitulado “Novas plateias”, relaciona a perda de público da Semana Guiomar Novaes com a perda de “consciência cultural” e do despreparo das novas gerações para conhecer e apreciar os espetáculos clássicos.

Continuando em 2013, na edição nº 8.959, de 14 de agosto, a crônica intitulada “O Theatro e a Cidade”, assinada por Lilian Splettstoser, trata da escassez de realização de espetáculos cênicos para adultos nos palcos do Theatro Municipal, apontando para a grande realização de musicais e peças infantis. Por fim, também em 2013, na edição nº 8.961, de 21 de agosto, em crônica intitulada “Sanjoanenses sentem falta de peças teatrais ‘adultas’”, assinada por Daniela Prado, reverbera o artigo de Lilian Splettstoser e faz uma entrevista com Carlos Augusto Castilho (ator, gestor cultural e Diretor do Conselho

Técnico da AMITE, responsável pela programação do Theatro Municipal), questionando-o sobre a relativamente baixa realização de peças para o público adulto.

Ainda em 2013, na edição nº 8.969, de 18 de setembro, a crônica intitulada “Respeitável Público!”, assinada por Clóvis Vieira, trata do número de público aquém do esperado pelos organizadores da Semana Guiomar Novaes e da necessidade de formação de novos públicos que apreciem a cultura que aquela Semana representa. Compara a atual Semana Guiomar Novaes com a primeira, de 1977, que, apesar de bastante precária em produção, teve resultados de público bastante satisfatórios. Na edição nº 8.994, de 14 de dezembro, a crônica intitulada “AMITE analisa 2013 e vê como positivo o ano que termina”, assinada por Clóvis Vieira, trata da primeira parte do balanço positivo da AMITE feito pela sua presidente no que se refere ao ano de 2013. A segunda parte desse balanço de eventos da AMITE está presente na edição seguinte, nº 8.995, de 18 de dezembro, em crônica intitulada “AMITE faz balanço de suas atividades em 2013 – 2ª parte”, assinada por Clóvis Vieira.

Em 2014, na edição nº 9.086, de 1º de novembro, a crônica intitulada “‘Festival de Teatro Amador’ termina com balanço positivo”, assinada por Clóvis Vieira, trata da realização do 2º Festival Regional de Teatro Amador “Leilah Assumpção” e dos bons espetáculos lá apresentados por grupos amadores de 5 cidades da região. No mesmo ano, na edição nº 9.091, de 19 de novembro, em crônica intitulada “Theatro 100 anos, um saldo positivo”, assinada por Clóvis Vieira, trata do balanço positivo feito pela AMITE dos espetáculos oferecidos à população em comemoração ao Centenário do edifício, apontando público de 4.500 pessoas. Frisa que as comemorações se iniciaram ainda em fevereiro, com a realização de um espetáculo mensal gratuito e culminaram com as festividades da Semana do Theatro, totalizando 20 espetáculos oferecidos.

Em 2015, na edição nº 9105, de 07 de janeiro, a crônica intitulada “Balanço da AMITE soma 150 espetáculos no ano de 2014”, assinada por Clóvis Vieira, trata dos eventos ocorridos ao longo do ano de 2014, com bastante destaque aos espetáculos que fizeram parte da agenda Semana do Theatro. Trata ainda brevemente das ações da AMITE no que se refere à conservação física do edifício realizadas no ano de 2014.

Como se percebe, essas 34 crônicas são de grande importância para determinarmos os lançamentos de programas culturais da entidade, além de demonstrar que os programas do Theatro Municipal não tiveram um tratamento apenas burocrático, mas foram alvo, por parte da AMITE, de uma preocupação em apresentá-los e detalhá-

los à comunidade nas crônicas de lançamento de programas, como parte da gestão cultural que lhe compete. Além dessa preocupação com a apresentação dos programas em seus lançamentos, é possível notar, em pequeno número, críticas à programação cultural da entidade, que é inquirida não apenas por um colunista do periódico, mas por espectadores dos eventos, aos quais a AMITE deve sempre estar atenta.

As crônicas também tratam de desafios no oferecimento de novos programas, dificultados pelo insuficiente caixa e pela falta de verbas, como é o caso do Cineclube no momento de sua fundação. Nesse caso, notam-se as dificuldades financeiras que seus idealizadores enfrentaram e que se refletiram na programação oferecida. Essas crônicas ainda fornecem reflexões importantes sobre a necessidade de novos caminhos quanto à agenda cultural da casa de espetáculos e a necessidade de uma maior diversificação de atrações, além da conquista de novos públicos para os eventos que lá tem lugar e da criação de novos programas mais populares, como um Festival Sertanejo. Vemos também textos que elogiam a boa utilização da casa, e isso mostra que a entidade administradora, a AMITE, apesar das dificuldades materiais e de reivindicações sobre novos espetáculos, oferecia uma agenda cultural atraente a uma faixa de público e cumpria seu dever de administrar um dos mais importantes espaços culturais e de entretenimento da cidade.

#### *IV. 3. 3. As diversas citações ao Theatro Municipal.*

Outra interessante forma de presença do Theatro Municipal nas páginas do periódico são as crônicas diversas e algumas peças publicitárias, que citaram o edifício ou usaram sua imagem, não se relacionando os mesmos com aspecto cultural ou de entretenimento do edifício. A autoria da maioria dos textos é de jornalistas do próprio periódico, mais precisamente da área da cultura. Em outros casos, como os usos em publicidade e homenagens, não se pôde determinar a autoria, apesar de ser percebida uma proximidade muito grande entre algumas delas, o que nos permite supor serem de um mesmo autor, de fora ou não do periódico.

Esses textos, então, podem ser tomados como importantes indicativos de um valor simbólico do bem já assimilado pela comunidade e que ora está mais explicitado numa peça publicitária, ora menos explicitado, como no uso de uma imagem do edifício para ilustrar alguma notícia que não o aborde diretamente enquanto assunto principal. A

seguir, analisaremos cada uma das 26 ocorrências de citações diversas ao Theatro Municipal, nos mesmos moldes da análise das crônicas dos espetáculos.

Em 2004, na edição nº 8.011, de 14 de julho, a notícia intitulada “Alunos de cidades litorâneas conhecem São João”, assinada por Thaís Elisa Balielo, trata da visita de estudantes de 9 a 11 anos de idade das cidades de Bertioga-SP e São Vicente-SP aos pontos turísticos sanjoanenses. Podemos notar um destaque, pela menção da autora, à visita ao Theatro Municipal, como um dos principais pontos turísticos da área urbana. A fotografia que ilustra a matéria foi tirada na Praça Coronel Joaquim José, provavelmente quando estavam ou se dirigindo aos pontos turísticos ou voltando dos mesmos. Na mesma edição nº 8.011, a notícia intitulada “Comissão visita a cidade”, assinada por Daniela Bertoldo, trata da visita técnica da Comissão de Roteiros do Consórcio Regional de Turismo do Nordeste Paulista, em que seus respectivos membros traçaram um roteiro turístico tanto na área urbana quanto na área rural do município sanjoanense e do município de Águas da Prata - SP. Esse roteiro inclui o Theatro Municipal, visando sua materialidade e o conjunto que ele forma com outras edificações da cidade tais como a Estação Ferroviária, o Museu de Arte Sacra e o Cemitério Municipal. Nota-se que o Theatro não é incluído como casa de espetáculos, mas como edifício histórico, tal como foi utilizado na visita dos alunos do litoral paulista a São João da Boa Vista.

Em 2005, na edição nº 8.112, de 02 de julho, a notícia intitulada “100 anos impulsionando São João”, assinada por Daniela Bertoldo, trata da importância do arquivo do jornal *O Município* para a história da cidade de São João da Boa Vista e das reivindicações do periódico tanto no que se refere aos problemas da população quanto aos problemas da cidade em si, dando destaque para a defesa da criação de um Plano Diretor ainda no início da década de 1990, e para a defesa do Theatro Municipal no período anterior e posterior ao seu tombamento, quando o veículo de comunicação exercia pressão sobre o poder público e mobilizava a opinião pública quanto às questões do restauro. À época da escrita do artigo, as obras do Theatro Municipal ainda estavam incompletas, restando ainda a conclusão do subsolo e a aquisição de tecidos (cortinas cênicas e de gala) e da iluminação cênica, ocorridas anos depois. Para ilustrar a matéria, uma fotografia da fachada do edifício, com stands montados para o Encontro de Comércio Exterior.

No mesmo ano de 2005, na edição nº 8.113, de 06 de julho, a nota intitulada “Aniversário de São João”, assinada pela editora-chefe Ana Clara Câmara, trata das

redações comemorativas ao aniversário da cidade recebidas na sede do periódico e escritas por estudantes da escola estadual Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade. Dos três textos, dois fazem menção ao Theatro Municipal e indicam o uso do edifício enquanto atração turística, ao lado de outros pontos importantes da cidade, tais como a Igreja Matriz e outras igrejas, o Rio Jaguari, o Museu Histórico e Pedagógico Armando de Salles Oliveira e a Serra da Paulista. Mais uma vez, o Theatro Municipal não é citado por seu uso enquanto casa de cultura e local de entretenimento, mas como edificação histórica e atração turística.

No ano de 2006, na edição nº 8.177, de 15 de fevereiro, a crônica “Restauro do Theatro, grande bandeira”, assinada por Daniela Bertoldo, trata do restauro do Theatro Municipal, apresentando um histórico sumário do edifício, desde sua construção até os dias atuais, porém dando um enfoque maior na utilização do próprio periódico enquanto fonte de pesquisa para os restauradores<sup>306</sup>. Utiliza como ilustração uma fotografia da sala de espetáculos e do restaurador da moldura do medalhão de Carlos Gomes, trabalhando na sua recuperação.

Também no ano de 2006, na edição nº 8.181, de 01 de março, a crônica “Preservação histórica é foco do jornal”, assinada por Daniela Bertoldo, trata do compromisso do periódico com a preservação de bens culturais do município, com a defesa do restauro do Theatro Municipal, reabertura do Museu Histórico e Pedagógico, instalação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São João da Boa Vista – Condephic e restauro do Sobrado Westin. Dá bastante destaque às coberturas do periódico sobre as ações em prol da preservação ao seu acervo enquanto fonte para as pesquisas sobre a história da cidade. Ainda no ano de 2006, na edição nº 8.266, de 23 de dezembro, a crônica “‘Encanto de Natal’ é apreciado em São João”, assinada por Ana Cláudia Câmara, trata da decoração natalina de pontos centrais da cidade, inclusive do Theatro Municipal. Para ilustrar o texto, uma fotografia do edifício enfeitado com luzes de LED ao lado de locais decorados.

No ano de 2007, na edição nº 8.322, de 07 de julho, a crônica “Prédios e monumentos históricos e culturais”, assinada por Eliandra Barbosa, trata dos pontos turísticos da cidade, entre os quais foram incluídos o Cemitério Municipal, o Paço

---

<sup>306</sup> Essa crônica faz parte de um conjunto de crônicas produzidas com o intuito de celebrar o Centenário do Jornal *O Município* e não o restauro ou a história do edifício propriamente dito, por isso foi incluída no grupo de citações diversas e não no grupo de crônicas sobre o Theatro Municipal ou a AMITE.



Municipal, a Estação Ferroviária, o Theatro Municipal e as praças Coronel Joaquim José e Coronel José Pires, a pista de caminhada da Avenida Dr. Durval Nicolau, o Cine Ouro Branco, a boate Amnesya e outras atrações na zona rural do município. Nessa crônica, o edifício se faz presente nas considerações da articulista menos pelo seu uso enquanto centro cultural e de entretenimento e mais como um exemplar arquitetônico digno de apreciação pela sua beleza – a autora faz menção aos programas culturais, mas seu foco é mesmo a materialidade do edifício e não seu uso cultural.

No ano de 2009, na edição nº 8.527, de 24 de junho, há quatro registros iconográficos do Theatro Municipal em anúncios de empresas que atuavam na cidade<sup>307</sup> e estavam associadas às comemorações do aniversário de São João da Boa Vista: a primeira é a do anúncio da empresa de segurança “Fortress”, na qual se lê, em primeiro plano, uma mensagem de felicitação aos cidadãos, com a imagem de fundo da fachada do edifício iluminado de forma bastante imponente, de baixo para cima, dando-lhe grande destaque; a segunda é a do plano odontológico “Uniodonto”, no qual se lê em primeiro plano uma frase de felicitações à cidade e uma lista de conveniados e, ao fundo, em segundo plano, vê-se a mesma imagem da fachada do edifício iluminada de baixo para cima e que ilustrou a primeira ocorrência, agora bastante ampliada; a terceira é a do anúncio do plano de saúde “Mais Saúde”, no qual se lê em primeiro plano uma frase de felicitações e logos da empresa, e como imagem de fundo uma fotomontagem do Theatro Municipal visto em sua fachada e lateral direita, com um homem carregando nos ombros uma criança, ambos sorridentes; e, por último, a quarta ocorrência, que é a do anúncio da empresa “Soufer”, onde se lê em primeiro plano duas estrofes do hino da cidade e uma frase de felicitações ao aniversário, e em segundo plano se vê a mesma imagem da fachada do edifício iluminada de baixo para cima e que ilustrou a primeira ocorrência, também bastante ampliada tal qual a segunda ocorrência.

---

<sup>307</sup> Esses anúncios se dão por ocasião do aniversário de 188 anos da cidade e formam um bloco de homenagens em que se apresentaram algumas imagens de pontos importantes como a *imagem* de São João da Boa Vista. Alguns anunciantes optaram pelo uso da “Ponte de Arco”, outros, pela imagem da Igreja N. Senhora do Perpétuo Socorro e outros, ainda, optaram pelo uso de imagens aéreas da cidade. A maioria não fez uso de fundo em suas felicitações aos sanjoanenses, mas dentro daquele grupo dos que o fizeram, o maior uso de imagens que denotassem a imagem-símbolo da cidade foi, de fato, a do Theatro Municipal.

Fotografias 248 a 251 - Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – empresas Fortress, Uniodonto, Mais Saúde e Soufer.



**Parabéns São João da Boa Vista pelos seus 188 anos!**

**Confira nossos cooperados na sua região:**

<p><b>SÃO JOÃO DA BOA VISTA</b></p> <p><b>Ortopedia e Traumatologia Boca-Maxilo-Faciais</b> Tomás de Aquino Pava Simoni - Tel: 3623-3482</p> <p><b>Clinica Geral</b> Adriana David Murrugola - Tel: 3622-3041 Alexandra Cristine R. Carvalho - Tel: 3633-3635 Elaine de Oliveira B. J. Mendonça - Tel: 3633-6956 Larissa Peres Costa - Tel: 3623-1490 Paulo Roberto G. Ferreira - Tel: 3431-6483 Rejane de Paula G. M. Mattos - Tel: 3633-2709</p> <p><b>Distúrbio Temporomandibular e Dor Orofacial</b> Alexandra Cristine R. Carvalho - Tel: 3633-3635</p> <p><b>Endodontia</b> Larissa Peres Costa - Tel: 3623-1490 Rejane de Paula G. M. Mattos - Tel: 3633-2709</p> <p><b>Implantodontia</b> Tomás de Aquino Pava Simoni - Tel: 3623-3482</p> <p><b>Otodontia</b> Esterrelita Brazão de Souza - Tel: 3631-6586 Fábio Vergel Recchia - Tel: 3623-1562 Felipe Nascimento Zan - Tel: 3623-5266</p>	<p><b>Ortopedia Funcional dos Maxilares</b> Felipe Nascimento Zan - Tel: 3623-5266</p> <p><b>Periodontia</b> Regina Helena M. L. Nogueira - Tel: 3623-1562</p> <p><b>Radiologia</b> Fábio Vergel Recchia - Tel: 3623-1562</p> <p><b>ESPÍRITO SANTO DO PINHAL</b></p> <p><b>Clinica Geral</b> Adley Pequeno - Tel: 3651-1676 America Tenente Roazzi - Tel: 3651-2993 João Bosco Sauerweber Fidalgo - Tel: 3651-4791 Luiz Carlos Morfardini - Tel: 3651-4791 Mônica Maria Soares de Melo - Tel: 3661-1381</p> <p><b>Endodontia</b> José Giordano Filho - Tel: 3661-5036 Luiz Carlos Morfardini - Tel: 3651-4791</p> <p><b>Ortodontia</b> Antonio Morandi - Tel: 3651-4791</p>	<p><b>Periodontia</b> Adley Pequeno - Tel: 3651-1676 Luiz Carlos Morfardini - Tel: 3651-4791</p> <p><b>Prótese Dentária</b> João Bosco Sauerweber Fidalgo - Tel: 3651-4745</p> <p><b>Radiologia</b> José Giordano Filho - Tel: 3661-5036</p> <p><b>AGUAS</b></p> <p><b>Clinica Geral</b> Leopoldo Pellegrini Defaveri - Tel: 3652-2291 Maikara Barbosa C. E. Seiber - Tel: 3652-3494 Márcia Valim Soares Uchida - Tel: 3652-1811</p> <p><b>Prótese Dentária</b> Maikara Barbosa C. E. Seiber - Tel: 3652-3494</p> <p><b>ÁGUAS DA PRADA</b></p> <p><b>Clinica Geral</b> Beatriz Fonseca Pinajo Martins - Tel: 3642-1629</p>
--	---	--

**Também fazemos parte desta história.**

**UNIODONTO**  
PLANOS ODONTOLÓGICOS

S - n.º 350494



Fontes: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

Ainda em 2009, na edição nº 8.552, de 19 de setembro, há também uma fotografia do Theatro Municipal, agora não mais relacionado às comemorações do aniversário da cidade, mas como imagem de fundo para a publicidade da empresa de telefonia “Vivo”,

na qual se lê em primeiro plano o texto e uma promoção em que se oferecem ligações a custo de R\$ 0,05 a cinco amigos da escolha do contratante, e na qual uma imagem de frente ao quarteirão do Theatro Municipal aparece dentro da letra, símbolo, sinal de pontuação e numerais “R”, “\$”, “0”, “,””, “0” e “5”. Abaixo dos mesmos, a legenda “Theatro Municipal”. Fica bastante clara a intenção do publicitário em considerar o edifício como símbolo da cidade e, por essa razão, tê-lo reproduzido em sua peça publicitária.

**Fotografia 252 - Usos iconográficos do Theatro Municipal na representação de São João da Boa Vista – empresa Vivo.**



Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

No ano de 2010, na edição nº 8.589, de 27 de janeiro, a notícia “Turismo sanjoanense recebe verba estadual para sinalização turística”, assinada por Clóvis Vieira, trata da instalação de mais de 80 pontos de sinalização turística por meio de verbas estaduais a serem distribuídas pela cidade. Informando que seria tal sinalização composta desde placa a totens resumindo a história do lugar em que seriam instalados, nota-se bastante destaque à região onde o Theatro Municipal se encontra (central). Para ilustrar a notícia, foi usada uma fotografia que exhibe a fachada e a lateral direita do Theatro Municipal. Como se viu repetidas vezes e agora, há a utilização do Theatro Municipal não como palco cultural e de entretenimento, mas como local turístico.

No ano de 2011, na edição nº 8.734, de 18 de junho, a notícia intitulada “Águas da Prata pode ter associação para cuidar de seu Balneário”, assinada por Maria Isabel Pereira, trata da revitalização do Balneário Teotônio Vilela nos mesmos moldes do realizado na restauração do Theatro Municipal de São João da Boa Vista, com a criação de uma entidade com o objetivo de angariar fundos para as reformas (assim como a Fundação Oliveira Neto sanjoanense) e administrar suas atividades (assim como a AMITE), que se chamaria ABA (Associação dos Amigos do Balneário). Nessa crônica,

é interessante notar o uso do teatro sanjoanense como paradigma no que se refere à mobilização da população local para a recuperação de construções regionais que também sofreram com o abandono e a falta de verbas públicas para sua reabilitação, ainda que tais construções fossem destinadas a usos diferentes daqueles que eram dados ao exemplar caso sanjoanense.

Também no ano de 2011, na edição nº 8.738, de 02 de julho, a crônica intitulada “Panfletos raros”, assinada por Hediene Zara, trata das experiências profissionais do encarregado geral William Rickhein, em que demonstra sua trajetória de atuação dentro do Theatro Municipal, suas experiências sobrenaturais passadas no edifício, as experiências com espetáculos e as relações com os artistas. Dá destaque à coleção de *flyers*, folhetos, cartões de programação e fotografias utilizadas em campanhas de divulgação. Ainda em 2011, na edição nº 8.744, de 23 de julho, a notícia intitulada “Conselho divulga lista de patrimônios e regras de reformas e modificações”, assinada por Reinaldo Benedetti, faz a divulgação dos bens tombados e em vias de tombamento pelo Condephic, entre os quais o Theatro Municipal é citado, ainda noticiando o debate de um projeto que prevê regras para novas edificações e usos no entorno de bens protegidos.

No ano de 2012, na edição nº 8.822, de 21 de abril, a notícia intitulada “Avaped aponta piores repartições para portadores de deficiências”, assinada por Hediene Zara, o Theatro Municipal é apontado pela presidente da Associação de Valorização e Promoção das Pessoas com Deficiência como um dos piores lugares em acessibilidade para portadores de necessidades especiais, concentrando as críticas na omissão do poder público em instalar um elevador de acesso à Sala de Múltiplo Uso, no andar superior do edifício<sup>308</sup>. Para ilustrar a reportagem, uma imagem da longa escadaria que liga o foyer do Theatro Municipal ao seu primeiro piso.

Também em 2012, na edição nº 8.833, de 30 de maio, a notícia intitulada “Prédio do Clube ‘Luiz Gama’ será entregue no próximo dia 6 de junho”, assinada por Clóvis

---

<sup>308</sup> Essa é uma das mais contundentes críticas ao projeto de restauração, porém, a falta de acessibilidade aos andares superiores do Theatro Municipal não adveio da insensibilidade dos executores das obras, mas da questão do impacto desses equipamentos para a estrutura. Nesse aspecto, devemos sempre ter em mente que “é necessário encontrar o equilíbrio entre o respeito à preexistência e a acessibilidade plena para o maior número de pessoas, minimizar o impacto estético de intervenções sobre as características históricas e estruturais do bem sem constituir de fato prejuízo de imagem para identidade original da construção. Assim, a questão não é definir se a preservação do bem histórico deve prevalecer sobre os requisitos de acessibilidade e utilização e vice-versa, mas sim encontrar uma harmonia e o ponto ideal de contato entre o projeto acessível e melhoria do bem histórico” (DUARTE ET AL., 2016 : 323).

Vieira, trata da transferência de administração do edifício do Clube Luiz Gama (que foi vendido para quitar dívidas com a Prefeitura e depois desapropriado), para a Associação dos Amigos do Clube Luiz Gama. Mais uma vez, o exemplo da administração do Theatro Municipal torna-se um paradigma, tendo-se como referência aquela situação em que, com o objetivo de assegurar a manutenção e utilização do edifício, a Prefeitura Municipal transfere sua administração a uma entidade sem fins lucrativos, gerida de forma independente.

Ainda em 2012, na edição nº 8.893, de 26 de dezembro, a notícia intitulada “Luz no fim do túnel”, assinada por Hediene Zara, trata da recepção das pessoas à decoração natalina da cidade, inclusive do Theatro Municipal, e também trata das vendas do comércio, que registraram movimento abaixo do esperado. Com o subtítulo “Iluminação natalina está prestes a ser retirada, mas comerciantes querem mais ‘brilho’ nas vendas”, o articulista escolheu uma fotografia do Theatro Municipal para estampar a primeira página do periódico e a própria matéria, na qual se vê o edifício com decoração natalina e iluminado em verde com pisca-piscas.

No ano de 2013, na edição nº 8.938, de 01 de junho, a notícia intitulada “Placas informativas desapareceram de metade dos pontos turísticos”, assinada por Hediene Zara, trata do desaparecimento de placas de indicação turística que foram colocadas na cidade, em razão tanto de vandalismo, como por inação da Prefeitura, com retiradas planejadas de placas (em função de erros históricos e gramaticais) mas substituições não concluídas. Para ilustrar a reportagem sobre o sumiço de várias placas em vários pontos da cidade, uma fotografia tomada de baixo para cima do poste de sustentação da placa de informações históricas em frente ao Theatro Municipal e a sua fachada ao fundo, com enfoque no piso superior do edifício. No mesmo ano, na edição nº 8.939, de 05 de junho, a notícia intitulada “Duas placas turísticas foram furtadas em São João”, assinada também por Hediene Zara, retorna ao problema do sumiço das placas turísticas, agora afirmando que a Prefeitura Municipal estuda novas formas de implementação dessas sinalizações. Para ilustrar a reportagem, uma outra fotografia do poste de sustentação da placa de informações históricas em frente ao Theatro Municipal, com as inconfundíveis colunas e portas do edifício ao fundo. Nota-se o lugar central do edifício na denúncia do sumiço das placas, tanto quanto na época das instalações, em 2010.

Também no ano de 2013, na edição nº 8.958, de 10 de agosto, em notícia intitulada “Alunos da Francisco Paschoal visitam o O Município”, assinada por Daniela Prado, trata

da visita de alunos do 6º ano da escola estadual Francisco Paschoal à sede do periódico, onde tiveram contato com sua equipe de jornalistas e editores e com seu arquivo. Para ilustrar a notícia, 5 fotografias indicando: a chegada dos alunos; sua caminhada até a sede do periódico; a apresentação do arquivo; o kit oferecido por um supermercado, uma empresa de engenharia e uma universidade da cidade; e, por fim, em maior dimensão e centralizada na matéria, uma fotografia da turma de estudantes em frente ao Theatro Municipal com a legenda “Estudante do 6º ano e a prof.ª Rose: grupo diante do Theatro Municipal para fotógrafos registrarem a ocasião”. Quanto a esta última fotografia, é interessante notar que a visita foi à sede do periódico, mas se escolheu “registrar a ocasião” em frente ao Theatro Municipal, que não se relacionava ao circuito de visitação. Esse “registro da ocasião” poderia ter sido feito em frente ao edifício que é a sede do jornal, distante duas ruas do Theatro, mas presume-se, pela opção escolhida, que o Theatro foi considerado mais significativo como imagem representativa da visita.

Ainda em 2013, na edição nº 8.996, de 21 de dezembro, a notícia intitulada “Pedal de Natal reúne cerca de 55 ciclistas”, assinada por Daniela Prado, trata da campanha que reúne ciclistas para percorrer trajetos e pontos importantes de São João da Boa Vista e distribuir balas e doces para as crianças no caminho e tirando fotos com o Papai Noel ciclista. Criada para sensibilizar a comunidade sobre a importância do bom convívio entre automóveis e bicicletas, a campanha “Pedal de Natal” fez da frente do Theatro Municipal um dos pontos de encontro do circuito. Para ilustrar a matéria, uma fotografia dos ciclistas parados diante do Theatro Municipal, que na ocasião estava decorado com enfeites natalinos.

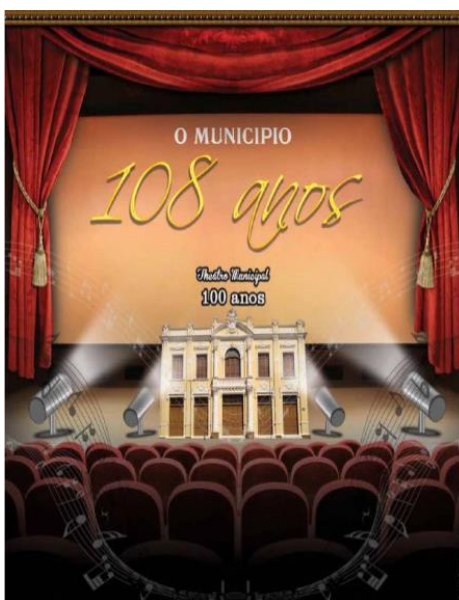
No ano de 2014, na edição nº 9.018, de 08 de março e que consiste num suplemento comemorativo ao aniversário do periódico e ao Centenário do Theatro Municipal<sup>309</sup>, a sua figura aparece em variados lugares, uma vez que serviu de tema para o show de aniversário do periódico. A primeira página desse suplemento tem a fachada do edifício em escala reduzida, como se estivesse em um palco, vendo-se no primeiro plano as silhuetas de poltronas, um arco do proscênio, refletores focalizados na figura da fachada do edifício e uma partitura fazendo um meio círculo, indicando que a “estrela do show” é o edifício. No editorial, lê-se um texto em que se mostra que o show de aniversário do periódico terá como tema o Centenário e, novamente, em segundo plano,

---

<sup>309</sup> Não foi incluído na análise sobre as crônicas referentes ao Theatro Municipal ou à AMITE uma vez que trata mais precisamente do aniversário do periódico do que do edifício em questão.

a fachada do Theatro Municipal sendo reproduzida, com essa reprodução bastante semelhante àquelas figuras que ilustraram as peças publicitárias das empresas “Fortress” e “Soufer”, em 2009. Nas páginas seguintes, foram reproduzidas letras de músicas desde os anos de 1910 até a década de 2000, numa homenagem ao aniversário do Theatro Municipal, sendo a mesma figura da fachada, em escala menor, reproduzida em todas essas páginas de letras musicais, com a inscrição na horizontal “Theatro Municipal 100 anos” e na vertical “O Município 108 anos”. Após a seção de letras musicais, um histórico em duas páginas do edifício pode ser lido em 6 colunas de textos encabeçadas por 6 imagens referentes ao edifício - desenho da fachada por J. Pucci, folha de rosto dos Estatutos da CTS, fachada do edifício (c.1950), festa junina no interior do edifício (c.1930), tomada interna com a plateia ainda em reformas e quando da Semana Furlanetto (c.1997), e uma aquarela representando a fachada do edifício. Esse histórico vem em primeiro plano e uma imagem da fachada do edifício em tomada frontal é reproduzida em segundo plano, emoldurada por cortinas, fazendo com que os limites superior e laterais das páginas sirvam de arco do proscênio. A seguir a essa montagem, há 14 anúncios publicitários e, na página final, um agradecimento do periódico aos leitores e parceiros. Essas menções ao Theatro Municipal são bastante interessantes e mostram o desejo do periódico em relacionar sua história com a do edifício, exaltando-o ainda mais ao utilizá-lo como tema do show de 108 anos. Abaixo, um aspecto dos usos da imagem do Theatro Municipal no suplemento de aniversário do JOM:

**Fotografias 253 a 256 – Usos iconográficos do Theatro Municipal no aniversário do JOM – março de 2014 – 1ª página, editorial, arte lateral e histórico do edifício.**







## Editorial

**A**lguns eventos são muito esperados pelo público. Para que tenham sucesso, precisam reunir algumas características importantes que fazem o público querer ir ao teatro: o tempo, porque promovem a convivência e a proximidade de pessoas com o mesmo gosto e expectativa. Queremos acreditar que os shows musicais que o jornal O MUNICÍPIO vem realizando se encaixam nessa classificação: a dos eventos muito esperados pelo público. Essa modalidade vem logo ao término de cada espetáculo: a partir daí, começamos a trabalhar e damos aos cantores, músicos e equipe promotora do evento.

O MUNICÍPIO, mais uma vez, realizou um grande show musical para comemorar o seu aniversário (3 de março). Já são 100 anos informando e contribuindo com a sociedade sorocense.

O show deste ano, que será realizado no dia 8 de março, traz como tema o Centenário do Teatro Municipal, espaço cultural que tanto orgulha os sorocenses. Uma comemoração dupla - a do jornal O MUNICÍPIO e a do Teatro Municipal.

Mais uma vez a direção musical fica a cargo de maicista Célia Bertoldo, que escolheu um belo grupo de cantores e músicos para se apresentarem no palco do Teatro.

O MUNICÍPIO conta, também, com importantes parceiros, sem os quais este show não seria possível.

A eles a nossa gratidão e estímulo: muito obrigado pela confiança em nossa decisão de promover esse excelente artístico, nossa maravilhosa casa de espetáculos.

Neste Suplemento Especial você, leitor, terá um excelente show, com todos os artistas e músicos que serão interpretados, além de um breve histórico do Teatro Municipal.

Boa leitura e um excelente espetáculo a todos.

**EXPEDIENTE**

<b>DIRETOR</b> Joaquim Cândido de Oliveira Neto	<b>EDITOR-CHEFE</b> Renaldio Berardini MTB 50.557 - SP	<b>DIAGRAMAÇÃO E ARTE</b> Juliano de Souza Alex Zanetti
---	--	---

8 de março de 2013

# O MUNICÍPIO

108 anos

*Teatro Municipal*  
100 anos





Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

Por fim, como última aparição diversa do Theatro Municipal, vemos ainda no ano de 2014, na edição nº 9.084, de 25 de outubro, a crônica intitulada “Selo Postal do Theatro Municipal poderá se tornar uma raridade”, assinada por Clóvis Vieira, que trata do lançamento de um selo comemorativo do Centenário, em número de apenas 500 exemplares, e da provável raridade que esse selo viria a ter, tendo em vista sua tiragem restrita (a maior parte da crônica se dedica às impressões de um filatelista sanjoanense, prevendo a provável futura raridade do selo).

Dentro do exposto, podemos concluir que esse fenômeno tanto do uso iconográfico do Theatro Municipal como símbolo da cidade de São João da Boa Vista quanto da utilização do edifício como paradigma para ações de preservação ou de citações diversas a ele, é causado pela atribuição de valor, por parte da comunidade, para aquele bem. Por sua vez, o periódico, o anunciante e os cidadãos, ao utilizarem essa imagem do Theatro Municipal como símbolo da cidade, acabam alimentando essa representação. É um círculo virtuoso, em que a ideia de representação da cidade é colocada no edifício pelos habitantes e tal representação encontra aval no periódico, que fecha o ciclo de

representação e propaga essa imagem de centralidade cultural e de representatividade da cidade. Além disso, nos deparamos com outras facetas de um mesmo edifício. Vemos a representação de um “Theatro turístico”, diferente do “Theatro cultural” ou “Theatro da minha memória” ou “Theatro da nossa história” expressos nas crônicas sobre os eventos e crônicas sobre a AMITE e sobre o edifício (estas últimas analisaremos mais à frente). Aqui neste caso, o “Theatro turístico” é um edifício que primeiramente se torna importante pelo seu aspecto antigo e belo, mas que só depois passa a ser compreendido pelo turista como um dos principais palcos culturais da cidade, importante centro de entretenimento e inestimável lugar de memória.

Dessa forma, ainda que encontrando novas formas de valorizar ou retratar o edifício, a análise dessas crônicas não descobriu um lugar diferente do Theatro Municipal. Tal lugar sempre é central na representatividade sanjoanense, em qualquer situação a que ele possa ser incorporado. O que se encontrou de diferente foi um uso da imagem ou da sua história, que extrapola aquela ideia de lugar de memória, de pertencimento e identidade ou símbolo da cultura sanjoanense, mas que exhibe um lugar central também nas ações turísticas, na tomada daquele espaço como um paradigma para a preservação<sup>310</sup> e na tomada daquele espaço como um símbolo da cidade inteira, e não apenas de grupos. Nesses textos e imagens, brevemente analisados, vemos um Theatro Municipal polivalente, ultrapassando as representações tão bem conhecidas, mas abrangendo outros aspectos e chegando a representar, mais uma vez, toda uma cidade.

#### *IV. 3. 4. As crônicas sobre a AMITE e o Theatro Municipal.*

No que se refere aos textos sobre o Theatro Municipal de São João da Boa Vista e sobre a AMITE, nos anos de 2004 a 2015, seria muita pretensão crer que em apenas uma seção de um subcapítulo poderíamos analisar detidamente todos eles. Tal situação é impossível, dada a extensão dos mesmos, sua quantidade e a sua importância. Por esse motivo, esses textos referentes ao Theatro Municipal e à AMITE foram colocados nos Quadros 25 a 36 (APÊNDICE A, p.510-524), que pretendem dar uma visão geral dos assuntos abordados pelos cronistas no periódico *Jornal O Município* entre os anos de 2004

---

<sup>310</sup> Mesmo que seja para edifícios com finalidades completamente diferentes da finalidade do Theatro Municipal, como o Clube Luiz Gama e o Balneário Teotônio Vilela.

e 2015. Esses quadros contêm informações dos 113 textos no que se refere à data de publicação, o número do periódico, o assunto da crônica, o título e o autor.

Sobre o quesito “assunto”, praticamente todos fazem referências ao “Theatro” e à “AMITE”, aparecendo apenas uma vez<sup>311</sup> o assunto dedicado inteiramente<sup>312</sup> à Fundação Oliveira Neto (FON) : o assunto “Theatro” se refere às crônicas que tratam principalmente do edifício em seu aspecto físico e simbólico; já o assunto “AMITE” se refere às crônicas que tratam principalmente da administração do edifício e às ações dessa entidade. Nota-se que são assuntos bastante relacionados entre si, mas que recebem abordagens diferentes pelos articulistas, exploradas mais à frente.

Levando-se em consideração o exposto nos Quadros 25 a 36, vemos que a frequência de aparecimento de um ou de outro assunto variam bastante quando analisamos suas participações nos anos levantados. Nesse sentido, é importante estabelecer a divisão dessas crônicas entre um assunto e outro. Abaixo, a Tabela 62 fornece os percentuais de participação de um assunto e outro nesses textos:

**Tabela 62 - Participação por assunto nas crônicas do periódico *O Município* – 2004 a 2015.**

ANO <sup>1</sup>	QTDADE REF. “AMITE”	% PARTICIP. “AMITE”	QTDADE REF. “Theatro”	% PARTICIP. “Theatro”	QTDADE REF. “FON”	% PARTICIP. “FON”
2004	1	16,6	5	83,4	.....	.....
2005	5	83,4	1	16,6	.....	.....
2006	4	66,6	1	16,7	1	16,7
2007	2	100	.....	.....	.....	.....
2008	2	66,6	1	33,4	.....	.....
2009	5	62,5	3	37,5	.....	.....
2010	2	66,6	1	33,4	.....	.....
2011	1	50	1	50	.....	.....
2012	2	40	3	60	.....	.....
2013	4	30,8	9	69,2	.....	.....
2014	2	3,4	56	96,6	.....	.....
2015	.....	.....	1	100	.....	.....
<b>TOTAL/ MÉDIA</b>	<b>30</b>	<b>48,9%</b>	<b>82</b>	<b>49,7%</b>	<b>1</b>	<b>1,4%</b>

Fonte: Arquivo Digital Jornal O Município (2019).

<sup>1</sup> A partir de 01/05/2004 e até 31/01/2015.

<sup>311</sup> Notícia sobre a posse da nova diretoria da entidade.

<sup>312</sup> A entidade é mencionada como antecessora da AMITE em algumas ocasiões, não havendo crônicas específicas a ela.

Podemos perceber, nos anos completos analisados (2005 a 2014), uma regularidade no que se refere ao número mais elevado de textos que tratam da AMITE em relação aos que tratam do Theatro Municipal. Essa tendência se inverte em maior grau no ano anterior e no próprio ano do Centenário, 2013 e 2014, respectivamente, quando vemos uma grande concentração dos textos sobre o Theatro Municipal em relação à AMITE.

Assim como já visto no Gráfico 9, que encabeça esse subcapítulo, e em outras situações de análise deste Capítulo, o Centenário do Theatro Municipal exerce uma grande influência nos números apresentados. No caso dos textos sobre a AMITE e o Theatro Municipal, as celebrações tem uma influência determinante tanto no que se refere ao número de crônicas quanto à divisão das mesmas pelo assunto abordado. A mesma influência de uma efeméride pode ser vista nos números de 2004, ano em que há mais textos referentes ao Theatro Municipal do que à AMITE, em função das comemorações dos 90 anos da inauguração do edifício, ainda que este ano tenha uma análise parcial, a partir do mês de maio.

Vemos, portanto, que nos anos de 2005 a 2011, os textos em sua maioria têm como tema a AMITE, enquanto que nos anos de comemorações mais abrangentes do aniversário do edifício (2004, 2012, 2013, 2014 e 2015), há uma maior incidência de textos referentes ao Theatro Municipal em si. Após tratarmos dos percentuais de participação de um e outro assunto, passaremos para a análise desses textos, iniciando pelo conjunto de textos que se referem à AMITE e, depois, aos textos que se referem ao Theatro Municipal.

#### IV. 3. 4. 1. As crônicas referentes à AMITE.

Dentre os 30 textos referentes à AMITE, conforme pode ser visto nos Quadros 25 a 36, a grande maioria se refere às ações administrativas da entidade, tais como cerimônias de posse, pronunciamento dos presidentes eleitos sobre o futuro da entidade e seus planos de trabalho, consecução de projetos e prestações de contas, além de felicitações ao corpo administrativo pelo trabalho e chamamento de cidadãos e empresários para contribuir com doações de recursos para o funcionamento do edifício.

Podemos notar que esses textos referentes aos pronunciamentos de presidentes, apresentação de programas e instauração de novos projetos, constituem uma forma de diálogo entre as diversas administrações da AMITE e os cidadãos sanjoanenses, e em

alguns casos, numa forma de prestação de contas sobre as ações desse corpo administrativo ante à sociedade. Também pode ser notada uma certa periodicidade na ocorrência dos textos referentes aos pronunciamentos e planos de administração, geralmente próximos às cerimônias de posse ou processos eleitorais da entidade, e, dos textos referentes às prestações de contas das administrações, geralmente ocorrendo nas últimas semanas do exercício da função. As outras ocorrências não apresentam periodicidade, vinculando-se aos momentos em que se dão os fatos que narram, tais como as concessões de verbas ou apresentações de projetos de novos programas culturais<sup>313</sup>.

Levando-se em conta que esses textos que tratam de ações diretas da AMITE e do seu planejamento são de grande importância para o conhecimento do público sobre as políticas culturais implementadas, é correto inferir que a maioria dos sanjoanenses têm acesso aos planejamentos e ações da entidade que administra seu Theatro Municipal, principalmente através do publicado no periódico analisado. Tal situação aponta para a importância do próprio periódico e da imprensa, de uma forma geral, como um dos principais meios de diálogo entre a AMITE e a população sanjoanense. E realmente é um diálogo de fato entre a entidade que administra o Theatro Municipal e os cidadãos, uma vez que não se estabelece apenas um único emissor e um único receptor nos textos do periódico.

Até aqui, poderia parecer que, na verdade, o jornal *O Município* seria praticamente um órgão de propaganda do Theatro e que atuaria em parceria com a AMITE, o que colocaria em dúvida sua isenção. Em sentido contrário, porém, vemos questionamentos em certas ocasiões, vindos da população à AMITE, e que tiveram espaço no jornal, tendo por tema a preservação do bem cultural e a defesa de sua integridade, principalmente<sup>314</sup>. Neste aspecto, 3 textos são bastante expressivos e deverão ser analisados de forma detida, segundo sua importância, uma vez que são bastante diferentes daquele quase homogêneo grupo de crônicas sobre as ações da AMITE. Abaixo, a transcrição dos três textos:

---

<sup>313</sup> Decidimos dividir as crônicas que tratam de *lançamentos* de projetos, tratados anteriormente, dessas que tratam de *apresentação* de projetos uma vez que nem sempre as apresentações de projetos propostos pela AMITE foram instituídas no seu programa.

<sup>314</sup> Houve questionamentos sobre a programação, mas estes foram incluídos na seção que trata das crônicas sobre eventos. Para essas crônicas, ver subcapítulo “As crônicas dos eventos no Theatro Municipal”.

### **Artistas pedem controle no uso do Theatro - 01/01/2005**

Alguns dias atrás, um incidente no Theatro Municipal levantou uma discussão entre os artistas sanjoanenses. O questionamento deles está na necessidade de se alugar o local para formaturas de faculdades. Eles defendem que o aluguel do Theatro seja restrito aos eventos culturais.

A discussão gira em torno da preservação e do respeito com o Theatro. O incidente, referido acima, foi a algazarra de uma turma de formandos, de um curso universitário da cidade, que estava ensaiando para a cerimônia de formatura no local.

O grupo de alunos estava fumando no palco do Theatro e deixaram lixo jogado por diversas partes do local. Alguns alunos desta turma tocavam corneta e gritavam. A atriz, Maria José de Freitas Marin, a Zeza, presenciou tudo e chegou a discutir com os formandos, juntamente com o seu grupo de teatro.

Segundo Zeza, os alunos haviam extrapolado o horário destinado ao ensaio [da formatura] e precisavam liberar o local para o ensaio de uma peça teatral. Como não queriam ir embora e estavam fazendo bagunça, a briga começou entre os formandos e os atores da peça.

**REVOLTA** - Os artistas ficaram revoltados e tristes com o que viram. “É triste ver um patrimônio como o Theatro Municipal ser desrespeitado assim”, disse Zeza, enquanto mostrava um maço de cigarros jogado no palco.

O ator Alex Gruli disse que demorou muito para ser reformado o local, além disso ele ressalta que essa é a única casa que o artista sanjoanense tem. “Para formaturas existem outros espaços. Depois, para arrumar fica muito mais difícil”, falou.

Alex acredita que a manutenção do Theatro não tem altos custos.

Ele considera que deve ser implantada uma política cultural para intensificar a atual programação. Desta forma, na opinião do ator, o Theatro conseguirá sobreviver sem o dinheiro do aluguel das formaturas.

“São várias alternativas: aluguel para eventos culturais ou mesmo para ensaios de grupos teatrais. Alugar para formaturas não é o melhor modo de utilizar o espaço”, argumentou Alex.

Entretanto, o também ator Leandro Gulin afirma que a arrecadação de recursos com as formaturas não pode parar. Para ele, uma organização maior, com mais segurança, é a solução. “Se fosse depender apenas das peças teatrais, o Theatro já tinha fechado”.

**AMITE** - O presidente da Amite – Associação de Amigos do Teatro, José Rubens Blasi Carvalho Rosas, explicou que existe uma agenda com horário rígido e que esta turma que passou do horário e fez bagunça poderá ser punida. Blasi está aguardando uma comunicação oficial sobre o incidente, assim que isso acontecer ele tomará as devidas providências.

“A falta de educação de cada um não temos como cuidar. Temos como penalizar, mas o Theatro não deixa de ser um local público”, comentou o presidente. Blasi também explicou que quando locam o Theatro para formaturas é necessário que tenha alguma apresentação cultural durante a cerimônia, justamente para preservar o espírito cultural e artístico deste espaço.

O presidente disse ainda que investigará qual turma de formandos fez a bagunça mencionada. “Não nos interessa locar para pessoas assim por dinheiro nenhum. Quem não respeita o Theatro não merece se formar nesse local”, disse.

**CONTRATO** - O diretor técnico da Amite, Francisco de Assis Martins Bezerra, é quem cuida da parte de contratos de locação para formaturas e eventos, além de cuidar da programação cultural do Theatro Municipal. Ele esclareceu que diversas medidas serão tomadas na hora da locação para garantir a preservação do Theatro.

Francisco contou que chamou a comissão de formatura e a empresa responsável pelo evento para uma reunião. A partir de agora, eles terão que se responsabilizar em contratar mais seguranças para o evento e dar garantias adicionais, já que apresentaram esse comportamento. “Se percebermos que eles não têm capacidade para cumprir o contrato, o evento será cancelado”, afirmou o diretor.

Em todos os contratos de locação do Municipal de São João consta que as pessoas são responsáveis pelo respeito e preservação do local. Francisco esclareceu que o texto do contrato cita que o Theatro foi recentemente restaurado e que é um patrimônio histórico cultural da cidade.

[Boxe anexo ao texto “Artistas pedem controle no uso do Theatro”]

### “Nosso Theatro Municipal”

O prédio do Theatro Municipal de São João da Boa Vista é de 1914. Teatros como este, patrimônio histórico, tombado e recuperado, em todo o país são apenas 20, contando com o de São João.

Segundo dados da Assessoria de Imprensa da Prefeitura, se levarmos em consideração que o Brasil possuiu 5.507 municípios, temos apenas 0,3% de teatros em todo país. Sendo que no Estado de São Paulo, onde temos 645 municípios, apenas 1% deles possuem teatro.

O Theatro Municipal foi comprado pela Prefeitura em 5 de janeiro de 1984. Os projetos de restauração do Theatro foram desenvolvidos em 1984 e 1985. No ano de 1986, as obras de restauração tiveram início.

Em 1987, o Theatro foi tombado pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

As obras prosseguiram. No entanto, foram interrompidas por volta de 1993, em virtude da falta de recursos. Com a entrada do prefeito Laert de Lima Teixeira, em 1997, foi criada a Fundação Oliveira Neto (uma instituição sem fins lucrativos, destinada ao desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, em todas suas áreas e níveis) e iniciou-se, novamente, as obras de restauração e reciclagem do Theatro Municipal.

O objetivo da Fundação em relação ao Theatro foi o de captar recursos por meio da Lei Rouanet e empregá-lo nas obras de restauração.

No dia 23 de setembro de 2002, o Theatro foi reaberto, com a execução da parte física do prédio (obras civis) praticamente concluída, incluindo a Sala de Múltiplo Uso, com capacidade de 94 lugares, destinada à exibição de filmes, workshops e palestras.

O local dispõe de 721 lugares (entre 303 lugares da plateia, 108 lugares das frisas, 124 lugares dos camarotes e 186 lugares na galeria). É interessante ressaltarmos que a arquitetura do prédio é algo bem eclética, em razão de uma mistura de estilos, assim mescla elementos neoclássicos e art nouveau.

Agora, a administração do Theatro está por conta da Amite, a qual foi constituída em 28 de abril de 2003. As atribuições da Associação são: realizar eventos com a participação de grupos e escolas locais, organizar a agenda de espetáculos do Theatro em parceria com o Departamento de Cultura e Turismo e entidades culturais do município.

No passado, o Theatro Municipal de São João foi palco de apresentações de grande peso, tais como: um concerto com o tenor brasileiro Marçal Fernandes (em 1917), que apresentou trechos das famosas óperas: “Ballata da Opera”, “Rigoletto”, de Verdi, “Romanza da Opera”, “La Gioconda”, de Ponchinelli, “Arioso da Opera”, Pagliacci, de Leoncarvalho; “Grande Romanza da Opera”, “Lo Schiavo”, de Carlos Gomes e “Solo da Opera Tosca”, de Puccini; uma apresentação da companhia dramática italiana “Clara Della Guardia” (1919); um drama interpretado pela famosa artista Fannie Ward (1919); a apresentação da Companhia Lyrica Juvenil Città de Roma, em tourné pelo interior do Estado de São Paulo (1919); a grande pianista Guiomar Novaes (1919 e 1946); visita do maestro Villa-Lobos (1931); do poeta Guilherme de Almeida (1931); do ator Procópio Ferreira (1952); de Cacilda Becker e Walmor Chagas (1966), além de Dercy Gonçalves, Roberto Carlos, entre outros.

### Os banners do Theatro Municipal - 20/06/2009

“Estou escrevendo ao jornal, porque há dias venho questionando uma coisa que vi no nosso maravilhoso Theatro Municipal. Aqueles *banners* estendidos (e que muito enfeiam a fachada) pertencem a quem? Será mesmo necessário estes *banners* enfeando a fachada do nosso teatro?”

Estes questionamentos do leitor do O MUNICÍPIO foram esclarecidos por Fafá Noronha, diretora técnica da Amite – Associação dos Amigos do Teatro Municipal: “eu concordo com o leitor e penso que isso polui o visual: mas nós colocamos os *banners* dos espetáculos na fachada porque não dispomos de um suporte apropriado para colocá-los em outro lugar”.

A diretora informa que já foi experimentada a instalação dos banners ao lado do Theatro, no espaço do portão próximo à agência bancária, mas o público reclamou que “não enxergava” os *banners* e acabava perdendo shows.

“Com relação aos *banners*, eu gostaria que as pessoas nos dessem ideias para solucionar essa questão”, sugere. E mais: Fafá gostaria que, além de ideias, o público pudesse ajudar a pôr em prática o que for decidido: “nós temos poucos voluntários, daqueles que correm atrás de verbas ou de soluções”, afirma.



**Fachada do Theatro sofre perfurações sem autorização do Condephaat - 26/11/2014**

Na manhã desta terça-feira chegou a denúncia à redação do Jornal O MUNICÍPIO dando conta de que a fachada do Theatro Municipal foi perfurada em diversos locais pelo Departamento Municipal de Cultura.

O motivo seria para a instalação de enfeites natalinos, os quais estavam sendo sustentados por estruturas de ferro presas com parafusos. A reportagem do O MUNICÍPIO esteve no local e constatou as intervenções feitas.

Ocorre que o Theatro Municipal é um patrimônio público tombado pelo Condephaat (O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), que tem a função de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo.

Desde 1968, o Condephaat já tombou mais de 500 bens. Eles formam um conjunto de representações da história e da cultura do Estado de São Paulo entre os séculos XVI e XX. As cidades que possuem bens tombados encontram-se representadas no mapa do Estado de São Paulo.

Portanto, qualquer intervenção dessa natureza feita no Theatro Municipal precisa ter aprovação do Condephaat, o que não ocorreu.

Jamille Menezes Ferreira, da assessoria de imprensa da Secretaria de Estado da Cultura, informou que o Conselho não autorizou tais medidas e que enviará um técnico para avaliar os prejuízos causados ao patrimônio. “O Condephaat não foi consultado para tal obra e vai designar um técnico ao local para fazer uma vistoria. Após esta vistoria é que serão determinadas as medidas cabíveis”, diz a nota.

A Amite (Associação dos Amigos do Theatro Municipal) e o Condephic (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São João da Boa Vista) também dizem que não sabiam da ação e que foram pegos de surpresa.

O MUNICÍPIO entrou em contato com a Prefeitura em busca de um posicionamento, porém o diretor de cultura estava em atividades externas e não pode responder nesta terça.

Vale lembrar que o Theatro Municipal de São João da Boa Vista foi tombado pelo Condephaat em 1987.

No primeiro texto, de 01/01/2005 (nº 8.060), intitulado “Artistas pedem controle no uso do Theatro”, há uma crítica à falta de zelo de alguns usuários em relação ao Theatro Municipal e o seu desrespeito ao bom uso do espaço, além de apontar para uma possível inação da AMITE em coibir tais atos danosos ao edifício. Nesse aspecto, há até mesmo a sugestão de uma restrição de usos do edifício no que se referia às atividades alheias ao âmbito cultural e de entretenimento do mesmo. O motivo foi uma desinteligência entre um grupo de teatro amador (autor da crítica) e um grupo de formandos que ensaiavam sua colação, este último tocando cornetas, jogando lixo nas dependências, além de fazer uso de cigarros de tabaco e passar da hora de agendamento de uso de palco, impedindo as atividades do primeiro grupo. Com essa crítica, inquireu-se o presidente da entidade mantenedora sobre a validade de locação do edifício às atividades fora de sua destinação original. O presidente, José Rubens Blasi Carvalho de Rosas, rapidamente prometeu penalidades à turma de formandos, porém deixou clara a impossibilidade de restrição de usos a quaisquer grupos, desde que respeitadas as regras do local.

Já o segundo texto, de 20/06/2009 (nº 8.526), intitulado “Os banners do Theatro Municipal”, um leitor não identificado questiona a real necessidade de afixação de banners de eventos na fachada do Theatro Municipal, encobrendo, assim, parte de sua fachada. A crítica foi respondida pela presidente da entidade, Fafá Noronha, que apontou

a falta de visibilidade dos banners em outros lugares que não na fachada do edifício, mantendo as afixações, que motivaram o questionamento.

Por fim, o terceiro texto, de 26/11/2014 (nº 9.093), intitulado “Fachada do Theatro Municipal sofre perfurações sem autorização do Condephaat”, trata de uma denúncia à redação do periódico sobre perfurações da fachada do Theatro Municipal para a afixação da decoração de Natal, que enfeita as principais construções sanjoanenses nessa época do ano. Tanto a AMITE quanto o Condephic desconheciam as ações de perfuração, realizadas pela Prefeitura Municipal, responsável pelas decorações. Diferentemente das outras duas ocasiões passadas, onde se teve um profundo descontentamento com ações de grupos de estudantes desleixados ou mesmo um considerável desconforto com banners, dessa vez o próprio Condephaat foi acionado, com a designação de um técnico do órgão para uma vistoria sobre as avarias na alvenaria do edifício.

Esses três casos, além de cobrarem da entidade mantenedora um zelo pelo Theatro Municipal, indicam uma importante mudança de comportamento da própria sociedade em relação ao seu bem cultural ao longo dos anos. Os atores envolvidos, os motivos de suas queixas e os desdobramentos delas são bastante diferentes nesses casos e demonstram a evolução do sentido daquela construção, seu significado e sua importância, indicando uma maior sensibilidade dos cidadãos sobre a necessidade de sua preservação e uma maior participação da sociedade como um todo na preservação daquele edifício ao longo do tempo.

No ano de 2005, a queixa dos artistas sobre os usos do Theatro Municipal fora do âmbito cultural e a sua preocupação com o bom uso do edifício é ofuscada por um dos agravantes da reclamação: se hoje é bastante improvável que se consumam bebidas e alimentos no interior do edifício, é inimaginável a temeridade de se fazer uso de cigarros de tabaco dentro da estrutura. Tal fato demonstra a falta de noção daqueles estudantes sobre os impactos negativos de suas condutas reprováveis, que poderiam ter consequências desastrosas e fazer perder cerca de 2 décadas de trabalhos de restauro e as então 9 décadas de história do edifício. Outro ponto interessante da crônica foi a resposta do presidente da AMITE, que promete punições ao grupo de formandos, mas que deixa claro que o problema se relaciona aos indivíduos de um grupo de estudantes e não ao fato de se promover formaturas no local. Deixa claro também a necessidade de aluguel do espaço para as receitas da entidade mantenedora e do aspecto público do edifício, ou seja, da impossibilidade de se vetar usos do mesmo, desde que respeitadas as regras do local.

Essa posição do presidente se dá pela necessidade de equilibrar as contas da entidade (a partir da locação do espaço para diversos eventos) e, concomitantemente, harmonizar os diversos usos do Theatro Municipal, oferecendo à população sanjoanense um espaço multifacetado e que abrigaria eventos diversos a esse uso cultural e de entretenimento.

Avançando na análise, vemos que a certa passividade da comunidade ante a atos que pusessem em risco o edifício no ano de 2005 já não existe no caso da queixa de 2009. Nele, um leitor incomodado com banners obstruindo a visão dos ornamentos de fachada do Theatro Municipal, questiona a própria AMITE sobre a necessidade desse tipo de publicidade. Nesse caso, já se vê uma ideia mais bem formada da necessidade de se tornar o cidadão um protetor do edifício, que deve ser preservado e jamais descaracterizado. Essa fiscalização viria especificamente da população e fora do círculo de artistas sanjoanense, grupo tradicionalmente ligados à preservação e manutenção do espaço, tal qual se viu nas primeiras mobilizações a favor de sua preservação, ainda no início dos anos de 1980 e na crônica analisada anteriormente. O próprio questionamento à AMITE sobre a necessidade dos banners pode ser entendido como a cristalização da população da comunidade tanto no que se refere ao seu papel na fiscalização das ações da entidade quanto na necessidade de esclarecimentos das ações da própria entidade à comunidade, mesmo que seja a utilização da fachada como *outdoor* de eventos. Dessa forma, entende-se que as ações da entidade podem, devem e serão auditadas pela comunidade dali para frente. Tal atitude teria ponto culminante na denúncia de 2014.

Essa denúncia de 2014 é a mais importante das queixas endereçadas à AMITE que foram vistas no periódico nesses cerca de 11 anos de levantamento. Queixas sobre a manutenção/preservação do espaço são bastante raras, como se percebe, mas nenhuma delas chega a mobilizar diversas esferas de poder visando dar resposta à denúncia quanto essa. Nesse caso de 2014, a discussão não ficou restrita à mera queixa ao periódico, mas buscou-se respostas da AMITE, do Condephic, da Prefeitura Municipal e, por fim e em mais alto grau, do próprio Condephaat. Dessa forma, entidade mantenedora, órgão municipal de preservação, administração municipal e órgão estadual de preservação, respectivamente, foram mobilizados para dar respostas à comunidade, para investigar e, se necessário, punir os responsáveis pelos atos de perfuração da fachada.

E não é apenas isso. Essa denúncia carrega uma admoestação, ainda que velada, à AMITE e ao Condephic, entidade e órgão responsáveis pela administração, no primeiro caso, e preservação, nos dois, do bem cultural “Theatro Municipal”, e também à Prefeitura

Municipal, “proprietária” do bem cultural e igualmente responsável por sua preservação. A existência de perfurações da fachada significa, para o denunciante, que esses agentes não estariam cumprindo totalmente com seus papéis e, portanto, deveriam ser apuradas suas responsabilidades no caso. Essa apuração caberia ao Condephaat e, nesse aspecto, haveria uma noção de hierarquia e competência do órgão estadual de proteção, ao comunicá-lo e exigir dele uma posição, alçando-o como última instância para os reclamantes serem atendidos.

Dessa forma, há uma clara mudança de posição entre a queixa do ano de 2005 e a denúncia de 2014 referente à extensão da crítica, ao assunto da mesma, à realização da denúncia e à causa pela qual foi realizada. Se em 2005 a crítica era endereçada ao grupo de formandos e se buscavam respostas e satisfações apenas da AMITE, em 2014, a denúncia se estendeu à AMITE, à Prefeitura Municipal e ao Condephic. Nota-se que, no primeiro caso, a AMITE se comportava como a juíza da ação, enquanto que no segundo caso, ela é colocada como “ré” da ação, ainda que por omissão, visto que nas declarações, a entidade afirmava desconhecer as perfurações. Além disso, em 2005, o assunto se delimitava mais ao uso do Theatro Municipal, enquanto que em 2014 ele se configura na conservação/preservação material do espaço, já tendo a comunidade assimilado o seu uso democrático e variado, mas jamais tolerando qualquer depredação de sua matéria. Há também diferenças no que se refere ao autor da crítica: no ano de 2005, um grupo teatral que fazia uso profissional do espaço; em 2014, um leitor anônimo que, sem identidade, representaria todo um grupo de cidadãos mobilizados em preservar seu teatro.

Por fim, vemos uma diferença bastante significativa nas causas das denúncias. Se em 2005 a causa foi o desrespeito ao próprio grupo de artistas e ao bem cultural coletivo exposto a riscos potenciais, em 2014 uma denúncia aos órgãos responsáveis pela conservação do edifício foi feita por perfurações, ainda que discretas, da fachada do mesmo. Se compararmos as ações, nota-se uma discrepância no que se refere ao potencial de destruição e comprometimento da estrutura nos dois casos e a resposta que as autoridades deram aos fatos nas duas ocasiões. Ainda que um edifício tombado jamais deva ser perfurado para afixação de enfeites de Natal, podemos perceber que o dano à estrutura foi bastante menor do que o dano potencial das ações do grupo de estudantes e, no entanto, a resposta à perfuração foi muito mais contundente que a resposta à exposição ao risco de incêndio. Nesse sentido, vemos uma maior sensibilização da população quanto à necessidade de preservação, provavelmente potencializada pelas comemorações do

Centenário do edifício<sup>315</sup>. Essa sensibilização aponta para a intransigência no que se refere a qualquer dano potencial à estrutura e a busca, se tais danos ocorrerem, de respostas dos órgãos competentes, inclusive do Condephaat.

Ainda que se considere esses três casos, fica bastante notória a pouca presença de críticas à AMITE e também a ausência total de críticas ao Theatro Municipal em si, enquanto construção. Esse quadro é bastante próximo àquele visto no Segundo Capítulo, quando as críticas se referem à CTS ou aos arrendatários e jamais ao edifício em si. Mesmo quando se tem uma crítica bastante importante, como por exemplo aquela que se refere à falta de acessibilidade do edifício e movida pela presidente da Avaped (presente na edição nº 8.822, de 21 de abril de 2012), em última análise se responsabiliza a administração pública em não providenciar elevador para pessoas com necessidades especiais e não a estrutura do edifício, bastante limitadora. Nunca se fala contra o edifício em si, não se faz críticas à sua estrutura ou à forma como o espaço foi concebido (em 4 andares, com frisas e camarotes estreitos, com escadaria bastante íngreme), mas sim ao poder público que é seu “proprietário” e que não o adequa às demandas justas de pessoas que se sentem excluídas por questões de falta de mobilidade dentro do Theatro Municipal.

De uma maneira bastante clara, o Theatro Municipal enquanto construção física paira acima das críticas e não é alvo de nenhuma admoestação ou comentários negativos. Aquele que se propõe a receber todas as críticas são as sociedades/entidades que o administram e que viabilizam seu uso para o público sanjoanense. Isso ocorreu entre 1914 e 1925, conforme visto no Segundo Capítulo, e ocorre nos anos de 2004 a 2015, como vimos há pouco. E essa concepção da estrutura física sublime se relaciona profundamente com o significado do edifício que é atribuído por grupos de cidadãos. A seguir, trataremos dessa dimensão simbólica, que coaduna com a dimensão física do espaço, produzindo aquele sentido sublime da construção.

#### IV. 3. 4. 2. As crônicas referentes ao Theatro Municipal.

Vimos que numerosos textos referentes à AMITE seguem certos padrões quando de alguma ocasião importante no calendário da entidade e que outros textos se distribuem

---

<sup>315</sup> Essa maior sensibilização se refletirá na própria forma como o Theatro é retratado por alguns cidadãos e por cronistas no periódico e que são tema da próxima análise.

de forma bastante aleatória pelo periódico. Essa tendência mista também é vista, de modo geral, quando analisamos os 82 textos referentes ao Theatro Municipal. Nessa tendência de ocorrência mista, podemos perceber a existência de dois períodos de aparecimento de crônicas sobre o Theatro Municipal no jornal *O Município*: o primeiro período se refere às ocorrências dos anos de 2004 a 2012, onde, das 16 crônicas, 5<sup>316</sup> se relacionam aos períodos de comemoração do aniversário do edifício e 11<sup>317</sup> aparecem fora do âmbito da temática comemorativa; e o segundo período, que se refere às ocorrências dos anos de 2013 a 2015, no qual, das 66 crônicas, apenas 2<sup>318</sup> se encontram fora do âmbito da temática comemorativa. Os Quadros 25 a 36 (APÊNDICE A, p.510-524) servem de base para a presente análise.

Nota-se também que as celebrações do Centenário possuem uma participação bastante expressiva na quantidade de referências ao Theatro Municipal entre os anos de 2013 a 2015, respondendo por 64 textos (78% do total de 82 textos) referentes ao Theatro Municipal nos anos de 2004 a 2015. Se levarmos em consideração também os números dos textos comemorativos do primeiro período de análise, entre os anos de 2004 a 2012, chegamos à somatória de 69 ocorrências ou 84,1% de referências ao Theatro Municipal por meio de textos comemorativos, entre os anos de 2004 e 2015.

É bastante interessante olharmos para esses números de aparecimentos de crônicas sobre o Theatro Municipal e acompanharmos o crescimento dos mesmos ao longo dos anos do levantamento. Podemos afirmar que aquela sensibilização da sociedade vista nas crônicas sobre críticas à AMITE nos anos de 2005, 2009 e 2014 se conectam perfeitamente com a evolução do número de crônicas sobre o Theatro Municipal e influenciam esse aumento. Quando um bem é reconhecido como relevante e digno de preservação pela sociedade, é bastante comum que sejam celebradas suas efemérides e o crescimento das celebrações aponta para essa realidade. Dessa forma, a sensibilização sobre a importância da preservação pela comunidade e a valorização do bem pela mesma influenciam positivamente na forma como ele é celebrado e no aumento da quantidade dessas celebrações.

---

<sup>316</sup> Crônicas dos dias 16/10/2004, 20/11/2004, 20/10/2010, 27/10/2012 e 10/11/2012.

<sup>317</sup> Crônicas dos dias 20/11/2004, 24/11/2004, 22/12/2004, 26/11/2005, 21/01/2006, 28/06/2008, 21/01/2009, 15/04/2009, 30/09/2009, 28/12/2011 e 28/01/2012.

<sup>318</sup> Crônicas dos dias 24/08/2013 e 05/11/2014.

Nesse sentido, é bastante notório o alargado âmbito comemorativo do aniversário do Theatro Municipal no segundo período de ocorrências, entre os anos de 2013 e 2015. Nesse período, os textos ocorrem quase semanalmente, em edições às quartas-feiras, do dia 23/10/2013 até o dia 03/01/2015, em série de crônicas intitulada “Theatro 100 Anos”. Essa série ocorre em edições regulares de 23/10/2013 a 11/12/2013 (6 crônicas) e de 08/01/2014 a 03/01/2015 (53 crônicas), totalizando 59 ocorrências. Isso significa dizer que o Theatro Municipal foi “presenteado” pelo periódico com uma série de crônicas com duração de mais de um ano de crônicas, com frequência semanal (às quartas-feiras), para a celebração do seu aniversário. Essa cobertura tão ampla, é inédita e revela uma importância do Theatro Municipal dada pelo periódico, refletindo a própria importância do local para um grupo de cidadãos sanjoanenses.

Fora da série comemorativa “Theatro 100 Anos”, ainda se encontram 5 textos<sup>319</sup> referentes ao Centenário do Theatro Municipal, sendo 4 crônicas escritas pelo colunista do periódico, Clóvis Vieira, e um de autoria da Prefeitura Municipal. Feitas essas considerações gerais sobre os dados referentes às ocorrências/período e sobre a concentração de textos na temática da celebração de aniversários do Theatro Municipal, devemos analisar os textos encontrados nos dois períodos do levantamento, a começar pelo período entre os anos de 2004 a 2012 e, depois, os do período de 2013 a 2015.

Se os textos desse primeiro período variam em extensão e natureza (crônica, editorial ou notícia), é justamente os seus sentidos que proporcionam uma divisão entre eles. Dessa forma, os 16 textos que vão de 16/10/2004 a 10/11/2012 podem ser divididos em 2 grupos, sendo o primeiro grupo composto por textos laudatórios (11 textos<sup>320</sup>) e o segundo grupo composto por textos não-laudatórios (5 textos<sup>321</sup>).

Os textos laudatórios possuem uma estrutura bastante comum, tratando o Theatro Municipal como um local imprescindível para a cidade e seus cidadãos, seja no campo da cultura, seja na identidade do povo sanjoanense ou na condição de símbolo da história daquela localidade. Há um grande esforço em se comprovar toda essa carga simbólica através de repetições de passagens da história do edifício desde a sua fundação até o

---

<sup>319</sup> Publicadas nos dias 30/10/2013, 02/11/2013, 05/07/2014, 22/10/2014 e 01/11/2014

<sup>320</sup> Publicadas nos dias 16/10/2004, 20/11/2004, 22/12/2004, 28/06/2008, 21/01/2009, 15/04/2009, 20/10/2010, 28/12/2011, 28/01/2012, 27/10/2012 e 10/11/2012.

<sup>321</sup> Crônicas dos dias 20/11/2004, 24/11/2004, 26/11/2005, 21/01/2006 e 30/09/2009

tempo presente<sup>322</sup> e da singularidade do espaço na escala local e regional, exibindo-o como um trunfo cultural frente às outras cidades da região, repetindo uma narrativa de centralidade regional sanjoanense no campo da cultura que já é vista entre os anos de 1914 e 1925, como apontamos no Segundo Capítulo).

Relacionada à essa singularidade do espaço na escala local e regional está a repetição do fato de ser, naquela altura, o Theatro Municipal o único bem do município tombado pelo Condephaat. O tombamento do edifício por aquele órgão aprofundou, conforme visto nos textos, a noção de singularidade e de importância, além do significado de elevação do bem cultural dentro de um conjunto de outros bens culturais da cidade. O Theatro Municipal, a partir de seu tombamento pelo Condephaat, pôde ser considerado *primus inter pares* de um conjunto sanjoanense de construções que devem ser legadas às futuras gerações.

Embora em número muito reduzido, também fazem parte deste grupo aqueles textos que oferecem memórias pessoais dos seus autores para a corroboração da ideia de símbolo sanjoanense e lugar de memória. Eles dialogam bastante com os demais textos no uso do pronome possessivo *nosso*: mesmo em se tratando de experiências pessoais, de memórias próprias, elas são usadas para a interiorização de um sentimento coletivo onde uma memória traduz o significado simbólico daquele edifício e convida o leitor fazer o mesmo com a sua própria memória e construir relações com o edifício. Esses textos potencializam a narrativa de que o edifício é importante tanto no campo cultural quanto no campo identitário e memorialístico do próprio indivíduo e de grupos.

Já os textos não-laudatórios tratam de situações técnicas e de orçamento do Theatro Municipal, mas que não estão relacionadas às atuações da AMITE. São voltadas à informação da comunidade sobre ações a serem realizadas no edifício, tais como instalação de luzes de Natal por uma concessionária de luz, ou a limpeza técnica das instalações ou a dotação de vestimenta cênica do palco e investimentos em obras, além de balanços positivos de realização de espetáculos por ONGs. Aproximam-se bastante de crônicas sobre a administração da AMITE que visam comunicar as realizações da entidade, antes citadas.

---

<sup>322</sup> Alguns textos reproduzem as versões equivocadas sobre os fundadores da CTS e a escolha do terreno para erigir o edifício, além de outros equívocos como os usos iniciais, muitas vezes referidos como sendo palco de óperas e grandes espetáculos e não o associando à exibição de filmes desde a sua fundação. Esses equívocos são temas do Segundo Capítulo.



Por fim, a autoria da grande maioria dos textos é de jornalistas empregados no periódico, exceto nos textos de Alex Gruli e de Maria Célia Campos Marcondes<sup>323</sup>. Esses dois autores mantêm vínculos com o periódico, porém sua contribuição é esporádica, não mantendo colunas próprias e não fazendo parte da equipe de jornalistas do periódico<sup>324</sup>. Não por acaso, esses são textos com maiores índices de reminiscências pessoais, porém, no caso desse primeiro grupo de análise, não estão atrelados às comemorações de aniversário do edifício.

Dessa forma, podemos concluir que, em linhas gerais, os textos desse primeiro grupo, entre os anos de 2004 e 2012, são de autoria em sua maioria de jornalistas do próprio periódico, não estão relacionados apenas às comemorações de aniversário do Theatro Municipal, contêm valoração do edifício, mas não expõem ao leitor um traço memorialístico ou excessivamente pessoal (exceto em casos isolados de crônicas com o propósito de exibir a trajetória pessoal do autor). Como veremos a seguir, os textos do segundo grupo de análise majoritariamente não carregam essa característica de distanciamento pessoal com relação ao Theatro Municipal, mas, pelo contrário, são escritos justamente para expor as relações pessoais dos autores com o edifício.

O segundo período, de 2013 a 2015, é composto por 66 textos, sendo somente 2 textos<sup>325</sup> não se relacionando com a temática do Centenário do Theatro Municipal. Contribui ativamente para esse considerável número de textos (e o crescimento desse número em relação ao primeiro grupo), como já vimos, a série de crônicas “Theatro 100 Anos”<sup>326</sup>, espaço reservado para a publicação de crônicas comemorativas sobre o edifício. É válido dizer, embora seja bastante perceptível nas Tabelas 22 a 33 (APÊNDICE A, p.383-444), que outras seções do periódico continuaram apresentando textos referentes à programação do Theatro Municipal, sendo a série comemorativa de crônicas produzida paralelamente aos textos habitualmente publicados.

---

<sup>323</sup> Crônicas dos dias 22/12/2004 e 28/06/2008.

<sup>324</sup> Nos Quadros 25 a 36, os articulistas com vínculos diretos ao periódico são marcados com um asterisco sucedendo o nome do autor. Esse vínculo foi definido pela regularidade e número de publicações das crônicas por autor, além de informações sobre a equipe do periódico fornecida pelas próprias páginas do jornal.

<sup>325</sup> Crônicas dos dias 24/08/2013 e 05/11/2014.

<sup>326</sup> As crônicas que fazem parte dessa série são apontadas nos Quadros 34, 35 e 36 referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015 sombreados de cinza.

Em se tratando da autoria desses textos do segundo período, há uma participação de colaboradores<sup>327</sup> em número superior ao encontrado no primeiro grupo, além da introdução de novos autores, alguns sem participação prévia no periódico. De um modo geral, dos 66 textos, 48 (72,7%) são escritos por colaboradores esporádicos ou de primeiro texto enquanto que 18 (27,3%) textos são escritos por jornalistas do periódico.

Sobre a temática desses textos e de sua autoria, vemos que os 3 textos não-laudatórios são escritos em sua totalidade por jornalistas do periódico, enquanto que nos textos laudatórios, 15 (23,8%) são escritos por jornalistas do periódico e 48 (76,2%) são escritos por colaboradores esporádicos ou de primeiro texto do Jornal *O Município*. Se considerarmos ainda apenas os textos da série “Theatro 100 Anos”, com 59 crônicas, a participação de colaboradores esporádicos chega a 47 ocorrências (79,7%), enquanto que os textos de jornalistas do periódico são apenas 12 ocorrências (20,3%).

Relacionado à ideia de pessoalidade no tom dos textos, vemos um alto grau de diversificação no que se refere à autoria dos mesmos. Os autores dos 66 textos do período entre os anos de 2013 e 2015 são em número de 51, enquanto que os autores da série comemorativa são em número de 49<sup>328</sup>. Dos autores da série comemorativa, muitos deles estão ligados diretamente às artes e à educação, a partir de suas formações: 10 professores (variadas disciplinas, incluindo aquelas ligadas às artes), 8 atores, 4 advogados, 4 jornalistas, 2 arquitetos, 2 empresários, 2 publicitários, 2 artistas plásticos, 2 produtores culturais, 2 administradores de empresas, 1 restaurador, 1 engenheiro, 1 cineasta, 1 fotógrafo, 1 dona de casa, 1 enfermeira, 1 dramaturga, 1 ecóloga, 1 cientista social, 1 produtor rural e 1 funcionário público. Muitos desses profissionais ainda se dedicam amadoramente às artes, tanto no meio cênico quanto no meio musical.

Por fim, 4 dos autores também desempenharam funções públicas e políticas relacionadas ao Theatro Municipal, sendo 2 secretários de cultura (ex-secretária de Cultura Mônica Trajan da gestão Laert de Lima Teixeira e secretário de Cultura João Roberto Simões da gestão Vanderlei Borges de Carvalho) e 2 prefeitos (ex-prefeito Laert de Lima Teixeira e prefeito Vanderlei Borges de Carvalho). Nota-se, portanto, um grupo

---

<sup>327</sup> A definição “colaborador” foi adotada para designar autores que não possuem vínculo formal com o periódico, mas que contribuem de forma esporádica ao longo dos anos de 2004 a 2014. Definir quem é ou não um “colaborador” dependeu da quantidade de crônicas assinada pelo referido autor, obtida a partir de pesquisa do nome no site do periódico Jornal *O Município*, e da periodicidade de publicações de sua autoria. Dessa forma, autores esporádicos foram considerados *colaboradores esporádicos*.

<sup>328</sup> Os únicos autores que não contribuem para a série comemorativa são Franco Júnior e Lilian Splettstoser.

quase homogêneo de indivíduos bem esclarecidas, com nível cultural bastante elevado e prévio e contínuo contato com o Theatro Municipal, seja antes ou após a sua restauração, e que se tornam autores da série comemorativa.

Com poucas repetições de autoria<sup>329</sup>, percebemos um amplo e variado conjunto de autores diferentes, principalmente no caso da série comemorativa. Essa dilatada participação de escritores não vinculados ao periódico na série “Theatro 100 Anos”, demonstra uma importante abertura do mesmo às histórias pessoais de indivíduos, deslocando o eixo comemorativo do Theatro Municipal da pena dos seus articulistas para a dos seus leitores e a transformação deles em autores de importantes crônicas. Nesse aspecto, ainda que vimos, em muitos casos, textos de colaboradores esporádicos, seus textos possuem um tom muito mais pessoal que aquelas outras de suas respectivas autorias, visto a maior liberdade concedida a eles para redigirem suas considerações.

Dessa forma, o que pode ser depreendido é que o tom da crônica e seu caráter pessoal está relacionado à inclusão do texto nessa série comemorativa de crônicas sobre o edifício e não ao autor da crônica. É importante ressaltar que, muito provavelmente, grande parte dos autores dessas crônicas jamais teriam a oportunidade de contar as histórias do lugar, registrar suas memórias e prestar homenagens ao Theatro Municipal se não fosse a iniciativa do periódico em oferecer-lhes tal espaço, visto não fazerem parte da equipe de jornalistas do periódico, nem do grupo de colaboradores fixos.

Não havendo um direcionamento dos textos, apenas um tema proposto pelo periódico aos autores, podemos afirmar que a série resulta num quadro variado de apreensões do edifício, dando ao leitor a oportunidade de também fazer a reflexão sobre a sua relação com o Theatro Municipal. Cientes, portanto, das características sobre a autoria dos textos desse segundo grupo de análise e da influência que a liberdade conferida pelo periódico aos articulistas na série “Theatro 100 Anos”, passaremos para a análise dos conteúdos dos textos dos anos de 2013 a 2015, iniciando mais detidamente pelos textos não-laudatórios e, depois, mais resumidamente, para os textos laudatórios.

---

<sup>329</sup> Alguns poucos desses autores contribuíram mais de uma vez nesse quadro geral de textos dos anos de 2013 a 2015 aqui retratados, como é o caso do articulista do periódico, Clóvis Vieira, e dentro do quadro da série de artigos em comemoração ao Centenário, como é o caso de Thaís Araújo (4 textos), João Roberto Simões (3 textos), Helyda Gomes (3 textos), Ana Laura Zenun (2 textos), Lucelena Maia (2 textos), Carlos Augusto Castilho (2 textos) e Clineida Jacomini (2 textos).

Como apontamos, a existência dos 3 textos não-laudatórios consiste numa minoria dentro dos textos do segundo grupo de análise. Os temas deles são concessão de verbas, realização de vídeo com a história do edifício e uma crítica aos espectadores “mal-educados” do Theatro Municipal<sup>330</sup>. Apesar de não-laudatórios, eles guardam claras relações com o período comemorativo do Centenário. Abaixo, a transcrição dos 3 textos:

**Deputado Estevam Galvão também visita O MUNICÍPIO – 24/08/2013**

Na tarde desta sexta-feira, o deputado Estevam Galvão, líder do DEM na Assembleia Legislativa, esteve na redação do O MUNICÍPIO, acompanhado do vereador Fernando Betti.

Estevam foi prefeito de Suzano por 4 mandatos, deputado federal e está no seu terceiro mandato como deputado estadual. Pelo sétimo ano consecutivo foi reconduzido ao posto de líder do DEM na Assembleia.

Na redação do jornal disse que já liberou R\$ 80 mil, através de verba parlamentar, para reformas do Theatro Municipal. Estevam também pediu ao governador Alckmin R\$ 295 mil para reforma do CSU DER e R\$ 200 mil para arrumar a quadra do Jardim Almeida.

**Alunos do UNIFAE produzem vídeo com a história do Theatro Municipal – 05/07/2014**

Um dos pontos altos do coquetel de lançamento das comemorações dos 100 anos do Theatro Municipal foi a exibição de um vídeo contando a história daquela casa de espetáculos.

A partir do roteiro do professor José Dias Paschoal Neto (também diretor do filme), os alunos Vinicius Ideste e Thiago Luz (de Publicidade e Propaganda) e Matheus Salvi (de Jornalismo) captaram uma série de imagens fotográficas e de depoimentos para compor a obra.

“O tempo gasto entre pesquisa e conclusão foi de 3 meses”, informa Paschoal Neto. De acordo com ele, o critério principal que norteou o seu roteiro foi “contar parte da história do Theatro Municipal de São João da Boa Vista através de fotos e depoimentos de alguns personagens que tiveram alguma relação com o local”.

O vídeo procurou ressaltar a importância do Theatro para a cultura e a arte não só de São João como de toda a região. Para obter esse intento, mas colaboradores fizeram parte da equipe criativa: Ana Paula Malheiros (Professora Assistente), Marcelo Gonçalves (Colaborador) e Fábio Vilela (do LabCom [laboratório de comunicação do UNIFAE]).

Merecem destaque a locução do experiente Antônio Magalhães e trilha sonora do talentoso Zezinho Só. As imagens foram selecionadas por Rafael Brunelli e Ana Paula Malheiros (Professores Assistentes).

**THEATRO**

O vídeo produzido pelo UNIFAE conta um pouco da história da construção do Theatro. Uma obra que foi orçada em 200 contos de réis em 1913, quantia cotizada por 113 empresários. Todos receberam incentivos fiscais da prefeitura para tocar o projeto.

O dinheiro, no entanto, não foi suficiente e o Theatro foi inaugurado em 1914 “com muitas dívidas”, revelam historiadores. Na inauguração, um dos discursos mais inflamados foi o do empresário Antônio Cândido de Oliveira, um dos incentivadores do projeto. Houve ainda a apresentação da primeira peça: “Uma Causa Célebre”, da Companhia portuguesa Santos Silva.

Em 2002, o Theatro Municipal recebe melhorias e é reinaugurado, mesmo sem a reforma ter sido concluída. Na ocasião, o local abrigou a 25ª Semana Guiomar Novaes. Em 2003 foi necessária a criação de uma Associação para que o Theatro fosse administrado. Nascia assim a Amite – Associação dos Amigos do Theatro Municipal de São João da Boa Vista.

Em 2004, o Theatro foi finalmente inaugurado já com as reformas concluídas. “esse é um dos poucos teatros do estado de São Paulo que ainda permanecem em pé”, disse a secretária da Amite, Neusa Menezes, que prepara um livro contando a história do Theatro sanjoanense.

<sup>330</sup> Crônicas dos dias 24/08/2013, 05/07/2014 e 05/11/2014.

**Guia de Comportamento no Theatro – 05/11/2014.**

O nosso Theatro Municipal está completando cem anos. As comemorações já vêm acontecendo esporadicamente, mas esta semana está repleta de atrações. Mas isso todo mundo já sabe, então focarei em algo que realmente me incomodou na última vez que fui ao Theatro.

Sábado passado teve Orquestra Jazz Sinfônica de São Paulo. Teatro lotado até lá em cima, orquestra tomando conta de todo o palco, acústica maravilhosa. Mas aconteceram vários tipos de inconvenientes e eu fiquei com muita vergonha alheia. Vou citá-los aqui porque acho importante ter respeito por aqueles que estão no palco.

Fiquei sentada, eu e meu pai, bem perto das baias de baixo. Em uma delas, um grupo de senhoras amigas ocupavam todas as cadeiras. E não pararam de falar um minuto. Quer conversar, vá para o bar tomar uns drinques, na hora do espetáculo, é silêncio. Um comentário ou outro às vezes precisamos fazer, mas coisa rápida e em baixo volume.

No meio de uma música, toca o celular de um indivíduo. Está tão difícil assim desapegar do celular? Isso porque nem precisa desligar, se colocar pra vibrar já está de bom tamanho. E o pior é que a pessoa não deligou o toque, levantou e foi atender. O que será que era tão importante assim?

Por fim, um espetáculo desses, na minha opinião, não é para crianças. E estava lotado delas. Lotado de crianças gritando, chorando. E de mães não tomando providências. O Theatro já tem várias atrações para crianças, não precisa leva-los em atrações que, para eles, podem ser cansativas.

Cultura é para todos. Vamos apreciar de forma mais agradável possível.

No primeiro texto, que se refere à notícia de uma concessão de verbas, vemos que tal aporte de verbas é potencializada em significado quando o seu objeto completa 100 anos e quando a população está sendo mobilizada para celebrar essa ocasião do que em outra época. Haveria uma ampliação da importância dessa concessão de verbas no momento das comemorações, uma vez que o próprio periódico tratava quaisquer notícias referentes ao Theatro Municipal com bastante destaque, o que não necessariamente significa conduta eleitoreira, já que obtida através de um deputado estadual conhecido pela atuação no meio cultural.

Já a realização de um vídeo sobre a história do Theatro Municipal produzido por estudantes e professores dos cursos de Publicidade e Propaganda e Jornalismo da UniFAE, presente no segundo texto, claramente foi motivado pelas comemorações e feito para as comemorações. Esse vídeo indica uma contribuição da universidade para o conjunto de homenagens, mobilizando cursos para a criação de vídeo e fazendo parte das ações de extensão da instituição. Além disso, se vê a produção de um vídeo com memórias de pessoas ligadas ao Theatro Municipal, espalhando os sentidos e significados daquele espaço a partir de testemunhos pessoais. Uma nova forma de abordar o edifício, ouvindo pessoas e gravando depoimentos, é feito pela primeira vez<sup>331</sup>, coadunando com a série de crônicas em tons memorialísticos da série “Theatro 100 Anos”.

---

<sup>331</sup> Outro documentário, dirigido por Eduardo Menezes e intitulado *Música & Drama – A História do Theatro Municipal de São João da Boa Vista*, foi produzido no âmbito comemorativo do Centenário e lançado em outubro de 2015. Tal documentário contém diversos depoimentos de antigos frequentadores

Por fim, no 3º texto, vemos a intenção de produzir uma crítica aos espectadores “mal-educados” naquele momento de celebrações de aniversário do Theatro Municipal. Na verdade, essa crônica, umas das mais interessantes no plano geral de análise, aponta um problema que não é o da falta de respeito de uma parte do público para com os demais, como a autora propõe, mas o preocupante problema da falta de familiaridade daquele público com o Theatro Municipal por um grupo de usuários e da falta de uma moderação das críticas por parte de outro grupo de usuários, o que poderia sugerir uma atitude de monopólio do último grupo nos usos da casa de espetáculos.

Principalmente no caso das crianças levadas ao espetáculo pelos pais<sup>332</sup>, a consideração que “o Theatro Municipal já tem várias atrações para crianças, não precisa levá-los em atrações que, para eles, podem ser cansativas” (SPLETTSTOSER, 2014, Artigos, p.2) vai de encontro com as queixas dos agentes culturais e articulistas culturais sobre a falta de novos públicos e a baixa inserção dos valores culturais nos mais jovens. Ainda nessa crônica, na parte que faz crítica a uma parcela do público – às mulheres falantes e ao homem do celular -, vemos que tal posição, ao ser entendida de forma distorcida (já que certamente não foi a intenção da autora), pode desencorajar os indivíduos menos sensibilizados com as regras do local de o frequentarem. Além disso, a partir dessa interpretação distorcida das palavras da cronista, pode-se pensar que, ao se cobrar uma conduta de respeito jamais aprendida pelos indivíduos, haveria tanto a criação de um abismo entre os cidadãos menos sensibilizados e o próprio espaço quanto a criação duma situação de polarização entre um público “preferencial”, composto pelos “educados que devem ficar por saberem se portar no Theatro”, e um público “dispensável”, formados pelos “mal-educados, que devem se retirar por não saberem se portar no Theatro”.

---

e personalidades artísticas sobre suas experiências naquele local, principalmente no período anterior e vigente das obras de restauro. Obra magistral, está disponível integralmente e de forma gratuita no link <https://www.youtube.com/watch?v=e2stgoHtIAQ>. Acesso em 26/11/2019.

<sup>332</sup> Mantecón (2017) afirma que “los públicos no nacen como tales, se forman y transforman permanentemente por la acción de la familia, los amigos, la escuela, los medios de comunicación, los intermediarios culturales, entre otros agentes que influyen – con diferentes capacidades y recursos – en las maneras cómo se acercan o se alejan de las experiencias de consumo cultural. Si las ventajas o desventajas sociales pesan tan fuertemente en toda la vida cultural es porque son acumulativas y porque en el prolongado proceso de transmisión del capital cultural se van borrando las huellas de su adquisición” (MANTECÓN, 2017 : 124). Nesse sentido, Benhamou (2007) também afirma que “A importância do aprendizado familiar, prolongado e consolidado pela escola, determina a reprodução dos comportamentos em relação à cultura; segundo Pierre Bourdieu e Alain Darbel [1969], o ‘amor à arte’ está mais ligado ao capital cultural herdado, às predisposições cultivadas no seio da família, do que a inclinações naturais e espontâneas. Assim, a frequência e, mais ainda, as modalidades de consumo cultural são consequência direta da inculcação de todo um modo de vida” (BENHAMOU, 2007 : 27/28).

A falta de noção comportamental naquele espaço incomoda e muito, como acertadamente a autora aponta, mas, repetimos, está relacionada menos à falta de educação do indivíduo que à falta de vivência, intimidade, com aquele espaço. Com o Centenário, senhoras empolgadas e falantes, homens sem conhecimento do impacto dos ruídos de seus celulares e crianças barulhentas dividem o espaço com pessoas familiarizadas com a norma de boa convivência no espaço e tal convivência demonstra um uso multifacetado, por um público diversificado. Tentar extirpar da sua plateia elementos que não se encaixem nas regras da etiqueta ao invés de sensibilizá-los, só torna o espaço menos frequentado, menos ressonante, menos protegido e com menores chances de permanecer no tecido urbano. A solução, portanto, não é a exclusão, mas a sensibilização dos indivíduos, enquanto público, das regras do lugar e da importância de segui-las.

No caso da experiência nada agradável numa das apresentações em comemoração ao Centenário, é claro que a articulista não desejou uma censura aos cidadãos, nem objetou sobre a democratização do espaço, mas é preciso muito cuidado com sugestões, ainda mais contidas em veículos de comunicação de grande alcance, que podem criar comportamentos de hostilidade e de propriedade daqueles grupos mais familiarizados com as regras de um teatro para com aqueles menos familiarizados, causando relações assimétricas de uso do bem coletivo.

Também devemos, com o mesmo grau de dedicação, refutar as ações que podem engessar os usos e, assim, impedir a fruição plena do espaço (durante a análise do periódico, não tivemos contato com nenhuma tentativa nesse sentido, uma vez que o uso polivalente do espaço já está cristalizado e dificilmente seria aceito o contrário pela população). Nesse aspecto, é impossível não ligar a crônica sobre os públicos sobre aquela de 2005 em que foi expresso o desejo de alguns poucos artistas em se vetar o uso do Theatro Municipal de São João da Boa Vista para atividades fora do âmbito cultural. Limitar tanto os usos quanto os públicos é torná-lo subaproveitado, elitizado, descolado das realidades da população e com um alto potencial de criar e aprofundar o abismo entre o que é apresentado lá naquela sala de espetáculos e os outros grupos que não o frequentam.

As consequências de uma impensável tentativa de monopolização de espaço é a diminuição de número de público, o que causaria o enfraquecimento do lugar do bem cultural no imaginário da comunidade, e a diminuição das suas chances de sobrevivência,

como já apontado. Dessa forma, é preciso se tomar cuidado com zelos exagerados que acarretam imobilismos e aceitar os diversos usos por diversos públicos (desde que não ponham em risco a integridade da estrutura e sua permanência, obviamente), já que o uso democrático é condição necessária para a sobrevivência do edifício.

Agora devemos analisar os textos laudatórios que fazem parte das comemorações do Centenário. Se os textos não-laudatórios podem ser analisados sob outras luzes, os textos laudatórios são bastante claros quanto ao seu sentido e motivação: a celebração do Centenário do Theatro Municipal e a reafirmação de valores consagrados da construção para a cidade e para os cidadãos - no caso, na visão dos próprios autores. É flagrante a proximidade dos textos laudatórios do primeiro período (2004 a 2012) com esse segundo período. Dessa forma, nota-se que as crônicas laudatórias, principalmente aquelas da série comemorativa ao Centenário do Theatro Municipal, carregam sentidos pessoais bastante claros (apropriações daquele espaço pelo indivíduo, que por sua vez faz parte de um grupo) e correspondem a uma importante fonte de compreensão sobre o significado da construção para os autores. Esse significado é utilitário, conforme visto nos subcapítulos anteriores (lugar de diversos eventos) e, ao mesmo tempo, simbólico (lugar de memória, história, cultura, entretenimento, pertencimento e identidade).

Os temas das crônicas são bastante variados, mas estão contidos em sua maioria dentro de um limite pessoal de significados. De modo geral, retratam as reminiscências dos cronistas, de acordo com a profissão/ocupação dos autores e de suas trajetórias pessoais. Outras oferecem ainda pequenos históricos do edifício, das entidades AMITE e FON e reflexões sobre os papéis da arte, da cultura, do Theatro Municipal e importância da opinião pública, além de outros assuntos mais bem delimitados nos Quadros 34, 35 e 36 referentes à série comemorativa (APÊNDICE A, p.516-524). Apenas 4 crônicas inscritas na série comemorativa e de autoria de Thaís Araújo não se enquadram nessas duas tendências, tendo por tema as atividades do Theatro Municipal no mês de março (1 texto) e a realização da Semana Assad (3 textos)<sup>333</sup>. Dessa forma, vemos tanto crônicas elucidativas de passagens da história do Theatro Municipal, principalmente ligadas aos profissionais do restauro e aos administradores, e crônicas que falam sobre sentimentos e memórias dos autores que os conectam ao edifício.

---

<sup>333</sup> Crônicas do dia 05/03/2014, 04/06/2014, 02/07/2014 e 06/08/2014.



Como não há a possibilidade de se tratar de cada uma das crônicas, podemos perceber tendências em seus temas e sentidos a partir de uma breve análise dos títulos das mesmas. Títulos da série comemorativa como “Theatro Municipal: difusor regional de cultura”, “Feliz da cidade que tem um teatro...”, “Um sonho que se tornou realidade”, “Marco arquitetônico, arte atemporal”, “Theatro Municipal, pérola centenária” e “O Templo”, entre outros, são bastante claros no que se refere ao tom laudatório das crônicas que se seguem e analisam, além das memórias dos autores, a ligação desse espaço com a cultura e com a comunidade sanjoanense. Em outras crônicas, com títulos como “As minhas lembranças do Theatro”, “Nosso Templo”, “O ‘meu’ Theatro”, “Meu velho amigo”, “Nosso Theatro”, “O Theatro e eu” há um lado pessoal mais a florado, bem mais claro do que nas outras crônicas<sup>334</sup>. O uso de pronomes possessivos no singular e no plural indica a reafirmação da ideia de um bem que é ao mesmo tempo coletivo e individual.

Em diversos textos se nota a ideia da fruição do espaço no plano individual e da responsabilidade coletiva na conservação do mesmo e da sua perpetuação. E essa ideia de bem coletivo, mas de fruição individual, é refletida nas séries quando vemos um indivíduo testemunhar seu envolvimento nas obras de restauro, ou na sua primeira apresentação no palco, ou na primeira vez que foi até o mesmo, ainda quando ele era CineTheatro. Essa confluência entre o “meu” e o “nosso” definiria o motivo da restauração, da preservação, do uso.

Se vemos em algumas crônicas da série comemorativa a tendência a serem mais sóbrias em sentimentos e outras a tendência a serem mais carregadas nas lembranças afetivas com aquele edifício, em todas vemos o esforço dos autores em expressarem a ligação de sua trajetória profissional e pessoal com a história do edifício, sendo o Theatro Municipal, portanto, parte da história do indivíduo e o indivíduo parte da história do Theatro Municipal<sup>335</sup>. Em todas elas, pessoas das mais diferentes áreas expressam

---

<sup>334</sup> Outras crônicas não são intituladas de forma tão clara quanto essas, mas carregam elevados traços de personalidade, onde os autores definem o Theatro Municipal como o “lugar” de suas infâncias, mocidades e maturidades. Uma delas, de Sílvia Ferrante, intitulada “Centenário do Theatro Municipal de São João – onde mora a imagem do artista” e publicada em 13/08/2014, de uma forma bastante interessante abre seu texto afirmando que se alguém a perguntasse sobre o *sabor* do Theatro Municipal, ela diria ser o de “bala Chita”, fazendo uma importante reflexão sobre a presença daquele edifício em sua vida desde a infância em que era espectadora de filmes de faroeste até os dias atuais, quando se tornou cantora. Nesse caso, é bastante característica essa memória afetiva, que liga os sentimentos aos lugares e aos sentidos.

<sup>335</sup> O interesse central nessa série é a construção de um entendimento do que “é” o “Theatro” para esses cidadãos e o elevado número de pessoas que, com formações tão heterogêneas e com idades tão diferentes, afirmam praticamente os mesmos valores e significados de um edifício que parece imutável.

ligações concretas com aquele espaço, e não são apenas sujeitos ativos em relação ao Theatro, mas também são influenciados por ele, pela sua carga simbólica, pelo seu prestígio: dançar num palco não é o mesmo que dançar naquele palco; restaurar um edifício não é o mesmo que restaurar aquele edifício; e assistir um espetáculo num outro teatro não é o mesmo que assistir a um espetáculo naquele lugar. Essas trocas entre indivíduos e o edifício são alimentadas pela ideia de lugar vivo, ativo, quase humano e não causa estranhamento quando um dos autores, João Roberto Simões, escreve uma dessas crônicas como se o próprio Theatro Municipal lhe mandasse uma carta (crônica “Prezado João Roberto”, presente no nº 9.099, de 17/12/2014).

Dessa forma, podemos considerar que o exposto nas crônicas da série comemorativa e, para além delas, de todas as crônicas referentes ao Theatro Municipal nos anos de 2004 a 2015, é a sedimentação do sentido criado ainda no restauro do edifício, de lugar de memória, de pertencimento, de cultura e de história, digno de reverência e louvores. Esse sentido histórico evoca uma época longínqua, tratada em nosso Segundo Capítulo, quando o sentido positivo da construção também era expressado na pena dos articulistas, muito embora em menor número de aparecimento e em menor número de mãos.

Assim, o Theatro Municipal dos “anos 2000” novamente é visto como construção sublime, acima de qualquer crítica, tendo sua história digna de celebração e pleno de significados simbólicos, ainda que seja diferente daquele Theatro Municipal dos anos de 1910 e 1920. Nesse aspecto, também o sentido de valorização é diferente entre as duas épocas retratadas no Segundo Capítulo e nesse presente. Nas décadas de 1910/1920 celebrávamos a repetição ou mesmo a homogeneização trazida pela existência de um teatro moderno nas terras sanjoanenses. Via-se e comparava-se São João da Boa Vista com as cidades que possuíam tais construções, e se notava esse tom homogeneizador do cosmopolitismo. Já nos anos 2000, celebra-se a unicidade de uma construção como aquela, em uma cidade como São João da Boa Vista, no interior do estado de São Paulo. O global deu lugar ao local, à valorização do exclusivo em relação ao difundido, ao replicado. Várias crônicas da série comemorativa evocam a ideia de unicidade daquela construção, afirmando que os sanjoanenses podem usufruir de um bem cultural raríssimo

---

Não é um simples “mais do mesmo”, mas um quase consenso dentro do grupo sobre os valores que dão sentido à construção.

que une características de edifício cultural e edifício histórico centenário e bem conservado.

Tanto entre 1914 e 1925 quanto em 2004 e 2015, o cronista contribuiu para a replicação da ideia de construção com valor simbólico positivo. Se no primeiro momento o Theatro Municipal representava a civilização que chegava com o café, no segundo momento ele representa a história da cidade, a memória dos seus públicos e até mesmo a identidade sanjoanense contida na representação do local. Dessa forma, cronistas de diferentes épocas agem sobre o mesmo objeto, ressignificando-o de acordo com o seu tempo, e perpetuam esses sentidos de acordo com seus significados e utilidade, apenas tendo como premissa a ideia de que aquele teatro não é apenas uma construção da cidade, mas é *a* construção sanjoanense por excelência.

Assim, o periódico reflete a ideia de um Theatro Municipal sublime, mas não a engendra. Ele a reforça e a propaga. Nenhum periódico poderia criar sentimentos de memória, pertencimento, identidade e valorização de um determinado bem, uma vez que esses sentidos ao mesmo tempo coletivos e individuais do espaço já estão entranhados naqueles grupos e indivíduos que se propõem a significar aquele espaço. Porém, um periódico pode ampliar esses discursos de determinados grupos sociais para formar consensos e trabalhar para sua manutenção, assim como foi feito desde os primeiros anos de existência daquele teatro. Nesse aspecto, aquelas páginas refletem usos, ideias, ideais e sentidos daquela construção centenária e, a partir de seu desvelamento e análise, se mostra, além de construção física, construção simbólica, ocupando lugar ímpar na vida (de parte) dos sanjoanenses.

Após todo o exposto nesse quarto capítulo, para que aquele espaço continue vivo, devemos apontar para a necessidade sempre premente da administração da AMITE em oferecer incentivos, a partir da criação de uma agenda sempre atraente de espetáculos, para que mais indivíduos possam democraticamente frequentar e (re)significar o Theatro Municipal. Também se deve compreender que indivíduos como a senhora da crônica transcrita a seguir, de 22/10/2014, de Clóvis Vieira, que achava aquele edifício amarelo de nome “THEATRO MVNICIPAL” um “elefante branco” sem qualquer utilidade<sup>336</sup>,

---

<sup>336</sup> O único texto que expressamente trouxe uma ideia fora do consenso visto nas outras crônicas e que nos faz refletir sobre os caminhos futuros daquele edifício centenário não poderia ter vindo de outra pessoa. Clóvis Vieira foi cronista do periódico e conheceu muito bem a necessidade da “formação de novos públicos” tanto para o Theatro Municipal como um todo, quanto para algumas atrações específicas que sofreram esvaziamento de público ao longo dos anos. Essa importante crônica trata da necessidade

constituem a “última fronteira” no tocante ao envolvimento de novos públicos e na construção dos tão necessários novos sentidos do espaço dentro da comunidade sanjoanense evocados anteriormente:

**Um elefante incomoda muita gente – 22/10/2014**

Quantos sanjoanense – de fato – aproveitam esse benefício cultural chamado Theatro Municipal? Se considerarmos uma população em torno dos 90 mil habitantes, e se considerarmos o Theatro lotado pelo menos uma vez na semana, no final de um mês teremos 2800 espectadores beneficiados (a lotação da casa abriga 700 pessoas de uma só vez).

Haverá, então, 3,11% de sanjoanenses entrando no Theatro para se divertir ou para ampliar seu conhecimento cultural e artístico. Não é pouco? Tanto esforço e investimento naquela casa de espetáculos não deveria atrair mais gente para o seu movimento?

Certa vez, em tom de brincadeira, julguei que “São João da Boa Vista é muito mais EAPIC, um evento agropecuário, do que Semana Guiomar Novaes (de apresentações clássicas)”. Peço desculpas por essa avaliação preconceituosa, que em seu significado pode apontar o sanjoanense como incapaz de agregar ao seu gosto pessoal múltiplas manifestações artísticas.

Esta cidade, igual a muitas outras, sempre manteve firme suas linhas delimitantes, seja no *status* social, seja na Cultura etc. A convivência entre todos vem se mantendo boa porque cada um de nós acabou “aprendendo o seu lugar” e quase ninguém invade o território alheio.

No entanto, vivemos outros tempos, com oportunidades próximas agraciando o grosso da população. Com as já conhecidas exceções, São João da Boa Vista está composta de gente melhorando dia a dia sua condição econômica. Mas não a sua condição cultural.

Desta forma, se ficar mais fácil e agradável para uma família entrar e aproveitar a festa que é a EAPIC, em contraposição a assistir à Semana Guiomar Novaes, é claro que chegará a um dia em que o público da Semana (entre outras manifestações similares) desaparecerá. Porque não se convida a periferia para entrar no Theatro, nem a sua ida a ele é facilitada.

Tenho amigos sanjoanenses, humildes em sua origem, que nunca entraram no Theatro Municipal. Não conhecem o interior de um prédio público que também é deles. Moram longe do centro da cidade, trabalham duro durante a semana, muitos não têm veículo próprio. Um desses amigos, a Angélica, em sua divertida forma de apontar os desequilíbrios, brada de vez em quando: “Ah, fica aquele elefante branco do lado da praça, nem sei pra que serve aquilo!”

Atrair o maior público e sensibilizar o maior número de cidadãos possíveis sobre a importância daquele lugar, portanto, parecem ser ações imperiosas a serem tomadas para que o Theatro Municipal continue a ser celebrado como “templo” da cultura, “lugar” da memória, “símbolo” da cidade e não se torne um “elefante branco”, podendo, assim, teimosamente, resistir à passagem das dinastias, das estações e do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nessa dissertação, não se pretendeu produzir um trabalho sobre memória e nem um trabalho sobre restauração, mas se buscou apresentar as relações daquela construção, hoje restaurada em sua materialidade e imaterialidade, na pedra e na cal e nos seus usos utilitários e simbólicos, com a sociedade nos seus primeiros anos e no seu momento atual, desde as obras de seu restauro até as comemorações de seu Centenário. Consideradas as relações indissociáveis entre espaço (lugar) e memória e entre as dimensões materiais e imateriais, surge um estudo que visa contribuir para a historiografia sobre o tema. Este trabalho, portanto, após uma pesquisa de caráter exploratório, dentro de um emaranhado de informações inéditas e dispersas em acervos públicos e particulares, lançou luzes sobre eventos obscuros, reviu teses e apresentou um espaço muito mais complexo que se supunha anteriormente, com novas considerações acerca das relações do edifício com a história, a memória, a identidade, a cultura, enfim, com as sociedades sanjoanenses.

Essas sociedades sanjoanenses, que se modificam tal qual o seu tecido urbano, são tratadas neste trabalho partindo do edifício centenário, um privilegiado espectador. Foram escolhidos, para tanto, dois *tempos*: no primeiro tempo, entre o início do século XX e o ano de 1925, construímos um panorama da sociedade sanjoanense daquele período e a realização do projeto de construção de um teatro na localidade, discutindo os usos utilitários e simbólicos da construção; já no segundo tempo, tratou-se do período mais recente da história do edifício, a partir de sua restauração, em meados dos anos de 1980, até os usos utilitários e simbólicos da construção na atualidade. Dessa forma, o primeiro e segundo capítulos, no primeiro tempo, e o terceiro e quarto capítulos, no segundo tempo, pretenderam analisar o edifício e as complexas relações com as sociedades sanjoanenses nos seus primeiros anos de existência e na sua fase mais recente de múltiplos usos pela comunidade.

Em se tratando do Primeiro Tempo, no primeiro capítulo, ofereceu-se uma visão sobre a sociedade do início do século XX, com todas as permanências e rupturas características daquela época. Naquela cidade, enriquecida pelo café e ligada aos grandes centros pela locomotiva, a ideia de um teatro é gestada em meio à adoção de valores de progresso e civilização, traduzidos em melhoramentos urbanos tais quais a macadamização de ruas, o alargamento de avenidas, a implantação de praças, a remoção de cemitérios e a construção de edifícios que fariam uma cidade enriquecida pelo café se figurar moderna, sendo o Theatro Municipal o ápice da modernização urbana

sanjoanense. Todo esse processo foi conduzido por fazendeiros que detinham o poder político, econômico e alto prestígio social, e que tencionavam transplantar naquela localidade nas franjas da Serra da Mantiqueira os ideais da modernidade.

No segundo capítulo, outras importantes contribuições para a historiografia foram apresentadas e se relacionam diretamente com o edifício. Ao analisar os livros da Companhia Theatral Sanjoanense, expôs-se um número maior de acionistas e, nesse aspecto, uma muito heterogênea composição acionária, denotando uma dimensão prática da construção, do teatro enquanto empreendimento e não apenas “monumento” à uma elite (com a análise do teatro enquanto empreendimento, surge a faceta prática da construção, em grande parte encoberta por explicações que só levavam em conta a dimensão simbólica do lugar). Discutiu-se, depois, a questão da ocupação pregressa do terreno do edifício teatral, onde tratou-se brevemente da urbanização da cidade e do desaparecimento de símbolos de potentados locais dos tempos imperiais, dando lugar ao mais novo e destacado melhoramento da cidade.

Após estas análises iniciais do segundo capítulo, examinou-se a construção do edifício. Foram apontadas as dificuldades financeiras iniciais, e, depois, a construção em sua materialidade. Nesse aspecto, analisou-se o edifício enquanto documento, onde as modernas técnicas da sua estrutura se uniam com a linguagem clássica de sua fachada e do seu interior, e de onde os itens importados se misturavam com elementos nacionais, produzindo uma alegoria daquela sociedade onde tradição e modernização compunham o discurso cosmopolita. Concluindo este vasto capítulo, foram analisados, por meio de periódicos, os primeiros anos de funcionamento daquele espaço tanto no que se refere aos usos utilitários quanto simbólicos. Eventos que impactaram no funcionamento do teatro também foram apresentados, tais como a Gripe Espanhola e a Revolução de 1924, demonstrando uma centralidade do edifício nesses eventos. Depois, foram determinados os eventos que ocorreram no espaço, entre os anos de 1914 a 1925, a partir dos anúncios presentes no Jornal *O Município*, chamando a atenção para o seu uso enquanto cinema e da relativamente baixa realização de espetáculos de palco, apontando ainda para uma realidade de programação variada e, sobretudo, popular, daí surgindo novas considerações sobre os usos utilitários do espaço.

Já no que se refere ao Segundo Tempo, no terceiro capítulo, foram apresentados de forma muito breve os usos variados do espaço entre os anos de 1926 e 1982, quando do seu fechamento, e do estado de conservação da estrutura naqueles últimos anos de

funcionamento. Depois, foram expostos os esforços empreendidos pelos cidadãos contrários ao seu desaparecimento e da equipe de restauro no que se refere à necessidade de sua preservação e nas obras de restauração, respectivamente. Analisando essas obras e seu tombamento, pôde-se perceber um restauro operado tanto na dimensão material do edifício quanto na sua dimensão imaterial, ressignificando-o e tornando-o novamente representativo para parte da sociedade sanjoanense.

Por fim, no quarto capítulo, expôs-se os usos atuais do Theatro Municipal. Tal qual feito no segundo capítulo, analisou-se a muito heterogênea realização de eventos e a presença de crônicas sobre o edifício nas páginas do periódico sanjoanense *Jornal O Município*, estabelecendo relações entre essa realidade atual e aquela do início de operações da casa de espetáculos, entre os anos de 1914 a 1925. Também foi analisada a frequência de público pagante a partir dos registros do Borderô de Eventos da associação mantenedora do Theatro Municipal, AMITE, apresentando as preferências desse público a partir das diversas categorias de espetáculos analisadas.

No Primeiro Tempo, portanto, podemos apontar como principais contribuições desse estudo para a historiografia: 1) a consideração de que o Theatro Municipal não foi uma construção isolada no contexto de sua construção, mas parte de uma reestruturação urbana muito mais ampla de onde ele é o exemplo mais longo; 2) a consideração de que a CTS não era constituída apenas pela elite política, econômica e social da cidade, mas também por uma classe remediada urbana, apresentando essa companhia um variado quadro acionário que reflete aspectos importantes da sociedade do período; 3) a consideração de que o número de acionistas participantes da cotização da CTS era consideravelmente superior àquele apontado pela historiografia, trazendo à luz nomes que jamais foram referenciados em outras publicações; 4) a consideração de que a ocupação anterior do terreno foi a de uma simples casa de morada de uma família que não mais gozava de prestígio político em meio àquela sociedade republicana e cosmopolita, revendo hipóteses amplamente difundidas; 5) a consideração de que, ainda que o Theatro Municipal tenha sido construído num estilo eclético importado mas já com elementos do *Art Nouveau*, viu-se na materialidade do edifício um diálogo entre aqueles estilos e os materiais importados com os elementos nacionais e locais, compondo uma amálgama entre os ideais e ideias de fora com o contexto local, não compondo o edifício sanjoanense mera cópia, mas interpretação desse discurso cosmopolita do qual faz parte; 6) a consideração de que o teatro sanjoanense, ocupando o ápice da série de melhoramentos

urbanos possíveis a partir do enriquecimento vertiginoso proporcionado pela economia agroexportadora, se relacionaria com diversos casos de outros teatros em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, partes de um mesmo discurso cosmopolita, mas que carregam traços particulares, tal qual o exemplar sanjoanense; 7) a consideração de que o Theatro Municipal não teve seu uso apenas como casa de espetáculos, mas se figurou num importante centro de decisão nos momentos em que a cidade era impactada por eventos exteriores com consequências locais importantes; 8) a consideração de que a realidade de programação da casa de espetáculos era muito mais ampla que o esperado, com o cinema se constituindo na principal fonte de lucro do empreendimento, porém dividindo espaço com espetáculos de palco, em sua maioria populares e, em menor número, eruditos; 9) a consideração de que o valor simbólico do Theatro Municipal estava presente desde antes mesmo da conclusão de sua construção, constituindo num símbolo de cultura, de civilização, de modernidade e de inserção da localidade num grupo de localidades enriquecidas e suficientemente desenvolvidas para ostentar tal construção; 10) a consideração de que se deve tomar aquela construção moderna como um empreendimento, como um “*Theatro Municipal*” no nome e na fachada, um *teatro lírico* em sua forma arquitetônica, mas de fato se constituindo num *politeama* pelo seu uso, onde as expressões culturais e de entretenimento daquela sociedade se davam de forma multifacetada.

Já no Segundo Tempo, podemos apontar como principais contribuições desse estudo para a historiografia: 1) a consideração de que o que determinou a sobrevivência do espaço não foi uma declaração do Poder Público, mas a mobilização social de artistas e cidadãos em meio a um momento em que se dava a redemocratização e o povo se tornava parte ativa dos processos de preservação; 2) a consideração de que a preservação do edifício não foi uma unanimidade, pelo menos no que se refere ao emprego de altas somas de verbas públicas para a recuperação de uma propriedade privada; 3) a consideração de que o instrumento do tombamento, ainda que não tenha sido suficiente para a preservação, contribuiu para que houvesse uma maior sensibilização da sociedade sobre a importância daquele bem, inclusive transformando o processo de tombamento do edifício num paradigma para outros processos de tombamento na cidade e na região; 4) a consideração de que o respeito da equipe nas obras de restauro pela materialidade do edifício foi determinante para que o Theatro Municipal subsistisse enquanto um documento material inestimável e insubstituível da história sanjoanense; 5) a



consideração de que a demora em se concluir as obras de restauro se deveu não à “incompetência” de administradores e da equipe de restauro, mas sim ao longo período de crise econômica generalizada; 6) a consideração de que a criação de entidades independentes do poder público produziu importantes resultados no caso sanjoanense, seja para angariar fundos para as obras de restauro, com a FON, seja para administrar tão importante bem cultural, com a AMITE; 7) a consideração de que a AMITE representaria não apenas uma entidade que organizaria a agenda de eventos do teatro, mas se constituiria numa das guardiãs de sua existência (juntamente ao Poder Público e aos usuários), sendo responsável pela conservação material e pela definição de parte de seu uso utilitário, que tem relação direta com seu uso simbólico pela comunidade; 8) a consideração de que o evento que tem lugar no Theatro Municipal se reveste de uma ampla importância simbólica, o que determinaria que algumas das principais ocasiões da vida de parte importante de um grupo de cidadãos tenha lugar naquele edifício; 9) a consideração de que, mesmo em contextos históricos diferentes, a posição do Theatro Municipal é sempre central quando o tomamos como um lugar dotado de valores imateriais, ainda que apresente significados diferentes ao longo do tempo, primeiramente como principal marco civilizacional e de modernidade, depois, mais recentemente, como principal marco identitário, histórico, cultural e memorialístico; 10) por fim, a consideração de que há muito mais permanências que rupturas se comparados os dois tempos aqui tratados, com a conservação da centralidade do edifício tanto nos discursos que produzem valores simbólicos quanto na sua importância como palco de cultura e entretenimento, quando, neste último aspecto, se viu como característica principal, nos seus primeiros anos assim como na atualidade, o seu uso utilitário multifacetado.

Outra contribuição dessa dissertação, além é claro da ampla documentação inédita apresentada, foi a série de “Estudos Incidentais”, que visaram complementar análises e oferecer importantes e inéditas considerações sobre assuntos variados referentes ao edifício e à sociedade sanjoanense: o primeiro estudo incidental, dedicado às questões sobre o autor do projeto do Theatro Municipal, José Pucci, visa esclarecer equívocos sobre as relações desse projetista com outros teatros paulistanos e sobre a identidade do mesmo, erroneamente atribuída a um homônimo que se dedicou à arte da marmoraria, além de levantar a hipótese sobre a ligação do projetista do caso sanjoanense com um bem-sucedido engenheiro de São Paulo; no segundo estudo incidental, vemos apontamentos relacionando à grande capacidade do edifício com o movimento de turistas

na região, mais precisamente em Poços de Caldas – MG e no então distrito da Prata, que se previa tornar-se um grande destino turístico tal qual a referida cidade mineira; no terceiro estudo incidental, foi demonstrado que o Theatro Municipal sanjoanense pode ser relacionado com outras casas de espetáculos paulistas, fluminense e paraense, fazendo parte de um conjunto mais ou menos semelhante de edifícios com a mesma linguagem arquitetônica e construídos sob o mesmo discurso modernizante e civilizatório, ainda que com particularidades que os definissem como partes e símbolos de suas sociedades; o quarto estudo incidental se refere à análise detida dos periódicos *Jornal O Município* e *A Cidade de São João*, tratando desde temas como os caracteres utilizados, passando pelas suas dimensões, até o tema de suas inclinações políticas; o quinto estudo incidental se refere à análise do impacto da Gripe Espanhola no aumento dos óbitos registrados no município, entre os meses de janeiro de 1918 a dezembro de 1919, indicando forte impacto dessa epidemia na agenda de eventos do Theatro Municipal; o sexto estudo incidental se refere à análise do impacto da Geada de 1918, entre os dias 25 e 27 de junho, na economia do município; o sétimo estudo incidental se refere à análise dos impactos da Revolução de 1924 no município; o oitavo estudo incidental se refere à análise da recuperação das fachadas do edifício no momento de sua restauração, em 1992, pelo artista plástico sanjoanense Romeu Paulucci Buzon; por fim, o nono estudo incidental se refere à análise dos custos envolvidos no restauro do Theatro Municipal, em valores corrigidos, a partir de informações na bibliografia e nos documentos analisados.

Com os esforços empreendidos, se conseguiu responder à pergunta que motivou esse trabalho: o Theatro Municipal representa para São João da Boa Vista não apenas um de seus principais palcos culturais, mas se comporta como importante lugar de memória, de identidade e inestimável documento histórico, de onde se torna possível conhecer as diversas sociedades que o centenário edifício esteve inserido.

A partir de sua história, pôde-se conhecer melhor as características socioculturais, políticas e econômicas daquela cidade nos períodos abordados, e na relação do local com o global, quando movimentos de grande escala influenciaram o cotidiano da cidade, tais como a onda de modernização no país no início do século XX, a tentativa de criação de uma sociedade cosmopolita e a imposição de modelos arquitetônicos e urbanísticos em conjunto com valores de “civilização” e “progresso”, o surgimento do cinema como entretenimento das massas, a redemocratização e a mobilização de parte da população, que ganha fôlego na década de 1980, na busca e preservação dos seus referenciais

identitários. Se comportando como um privilegiado testemunho, as mudanças locais e globais ao longo do tempo puderam ser percebidas naquela estrutura reconstruída e salva da ruína.

Assim, foram trabalhadas as relações do Theatro Municipal sanjoanense com sua(s) sociedade(s), com a conjuntura política, econômica e social dos dois tempos abordados, além de construir relação desse exemplar sanjoanense com outros exemplares em outras regiões. Foi apresentado, portanto, um espaço pleno de significados e sentidos se relacionando com os acontecimentos e mudanças nos tempos aqui tratados. Esses dois tempos, tão diversos entre si, se conectam nas pedras e na cal do edifício, na sua materialidade que abarca mais de um século de história, de memórias, de significados atribuídos pelas sociedades sanjoanenses.

Além disso, o presente estudo indicou a necessidade de novas pesquisas, havendo ainda um vastíssimo campo a ser explorado. Se viu a necessidade de um estudo sobre o funcionamento da casa de espetáculos entre os anos de 1926 e 1982, apenas introduzido nessa dissertação. Utilizando da história oral (a partir do grande número de antigos frequentadores em grande parte sempre solícitos a darem sua contribuição), além da análise de periódicos, pode-se produzir novas considerações sobre os usos utilitários e simbólicos do edifício naquele período. Se viu também a necessidade de um estudo mais amplo sobre a cena cultural sanjoanense, e sobre os diversos locais de sociabilidade e entretenimento, no primeiro tempo abordado. Igualmente apontou-se para a possibilidade de estudos sobre a cena cultural atual, inclusive oferecendo subsídios para a continuação do levantamento de públicos do próprio Theatro Municipal, a partir da criação de uma metodologia e da consolidação de dados de mais de uma década de ocorrências de eventos e de preferência de público em espetáculos com bilheteria.

Finalmente, torna-se importante frisar que as considerações feitas neste estudo não devem tomadas como uma história definitiva do edifício, mas que sirvam de inspiração e referencial aos futuros pesquisadores do tema, tanto quanto os outros estudos sobre o edifício foram para o presente. Ainda que tema de variados trabalhos, o Theatro Municipal, importante marco material e imaterial sanjoanense, se constitui num objeto de estudo extremamente complexo e que ainda deve ser examinado nas suas várias dimensões, constituindo amplo terreno para futuras pesquisas. Há sempre uma história por se fazer, e desse objeto de estudo, as histórias são muitas. Aos futuros pesquisadores, faz-se necessário apresentar a consideração da historiadora Régine Robin, que afirma que

há acontecimentos que deixam traços em cujos arquivos são conservados, mas nenhuma narrativa lhe é incorporada, porque elas não interessam a ninguém, a nenhum historiador, a nenhum curioso. As pilhas e caixas de arquivos estão à espera, mas não há ninguém para abri-los ou consultá-los. Eles não são nunca abertos, nem consultados, porque ninguém apareceu para tirar os seres do anonimato e os fatos da submersão, para fazer a história daquilo que um dia aconteceu (ROBIN, 2016 : 86).

Deseja-se que este trabalho sirva de inspiração para futuros estudos que tirem, enfim, os seres do anonimato e os fatos da submersão.

## BIBLIOGRAFIA

### **Referencial Teórico-Methodológico.**

- AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.24-79.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa - Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- BETTERHAM, David. *The World of Ornament*. Taschen, 2015.
- BONFAIT, Olivier. *Périphérie versus centre, ou problématiques de domination symbolique. L'essai d'Enrico Castelnuovo et Carlo Ginzburg*. In: *Histoire Sociale de l'art. Une anthologie critique (vol.2)*. Paris: Les Presses du Réel, 2016
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAGA, Marcia. *História e evolução conceitual dos critérios do restauro arquitetônico*. In: BRAGA, Márcia (Org.). *Conservação e restauro*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003, p.2-12.
- BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais: a Longa Duração*. [1958]. In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p.87-127.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Aspectos do Mercado Imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: EDUSP, 2016.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro*. In: *A escrita da história. Novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992, p.7-38.
- BURKE, Peter. *Formas de História Cultural*. Madri: Editora Alianza Cultural, 2000.
- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural: Reflexiones sobre a Teoría e Historia*. Madri: Ediciones Azal, 2010.
- BURKE Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Maurício Santana Dias [et. al.]. 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.
- CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo. *Domination symbolique et géographie artistique [dans l'histoire de l'art italien]*. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 40, n. 1, p.51-72, 1981.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. *“Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p.179-192, 1995.

- COELHO, Cristina. *O projeto de intervenção em bens culturais imóveis arquitetônicos e urbanos*. In: BRAGA, Márcia (Org.). *Conservação e restauro*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003, p.13-50
- COLE, Emily. *História Ilustrada da Arquitetura*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- COSTA, Laura Malosetti. *Los Primeros Modernos: Arte y Sociedad en Buenos Aires a fines del siglo XIX*. Fondo de Cultura Economico, 2001.
- CRAGOE, Carol Davidson. *Como decifrar arquitetura – um guia visual completo dos estilos*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.
- DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.
- DROPA, Marcia Maria; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SOUZA, Luiz Fernando de; LARA, Larissa Mongruel Martins. *A educação patrimonial como instrumento efetivo na preservação do patrimônio cultural*. X Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguaçu, 2016.
- FONSECA, Letícia Pedruce. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século 20*. 2008. 241 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Departamento de Artes e Design do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- HILDY, Franklin J. *Arquitetura teatral histórica: história do teatro em três lições*. Trad. Evelyn Furquim Werneck Lima. O Percevejo, Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p.1-17, jan/jul.2012.
- HOPKINS, Owen. *Arquitetura – Guia visual de estilos arquitetônicos ocidentais do período clássico até o século XXI*. São Paulo: Publifolha, 2017.
- HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.
- HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.
- IPHAN. *Educação Patrimonial – Histórico, conceitos e processos*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.
- JEANNENEY, Jean-Nöel. *A mídia*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFGV, 2003. p.213-230
- JONES, Denna. *Tudo sobre Arquitetura*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- JOYEUX-PRUNEL, B. *Nul n'est prophète en son pays? L'internationalisation de la peinture des avant-gardes parisiennes, 1855-1914*. Paris : Musée d'Orsay (prix), 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEPETIT, B. *Arquitetura, Geografia, História: Usos da Escala*. In: SALGUEIRO, H. (Org.). *Por uma nova História Urbana - Bernard Lepetit*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.191-226.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita – teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História, vol. 23, nº 45, jul. 2003, p.11-36.
- MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- REIS, José Carlos. *Teoria e História - tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Nelson Pôrto. *Técnicas construtivas das alvenarias históricas no Brasil*. In: BRAGA, Márcia (Org.). *Conservação e restauro*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003, p.51-92
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.
- RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico – Relativo à Antiga Construção Civil no Brasil*. 5ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.
- SCANTIMBURGO, João de. *Os Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- SCHORSKE, Carl. *Viena fim-de siècle. Política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú – História e urbanismo*. São Paulo: Editora Senac: Imprensa Oficial, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- THOENES, Christof. *Teoria da Arquitetura – Do Renascimento aos nossos dias*. Taschen, 2003.
- TREVISAN, Rosina. *Patologias nas construções históricas*. In: BRAGA, Márcia (Org.). *Conservação e restauro*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2003, p.94-126.
- TRIZOTTI, Patrícia T. *Almanaques: história, contribuições e esquecimento*. Diálogos, Ribeirão Preto, v.4, n.1, p.307-313, 2008.
- TRIZOTTI, Patrícia T. *Os almanaques como instrumento de pesquisa: balanços e perspectivas historiográficas*. In: *XX Encontro Regional de História, 2010, Franca*. Anais do XX Encontro Regional de História, 2010.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.
- WILLIAMS, Raymond. *Palabras-clave – un vocabulario de la cultura y la sociedad*. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.
- WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFGV, 2003. p.271-294.
- ZIMMERMANN, Cintia Alen. *Memória e identidade da praça Pádua Salles em Amparo - SP*. 2006. 169 f. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Revista Brasileira de História, v. 5, n. 8/9, p.35-68, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COLISTETE, Renato Perim. *Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX*. Revista Brasileira de Economia, v. 69, n. 3, p.331-354, 2015.
- COSTA, Luiz Augusto Maria. *Teodoro Sampaio, o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e as exigências da modernidade*. Risco, São Paulo, v.14, n.2, p.15-22, 2016.
- DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, vol.1, n.1, p.131-143, 1993
- FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. Tomo III, Vol. 8.
- FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. Tomo III, Vol. 9.
- FONTANARI, Rodrigo. *Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira e as teias do crédito na economia cafeeira paulista (1890-1937)*. 2015. 296 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças De São Paulo - o Interior Paulista Nos Cartões-Postais e Álbuns De Lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2003.
- GUZZELLI, Eloar. *São Paulo em guerra – 1924: baseado em A Coluna da Morte, de João Cabanas*. São Paulo: Editora Unesp: Prefeitura Municipal: Imprensa Oficial, 2012.
- HOBBSAWN, Eric; ROGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.
- LEMONS, Carlos. *Eclétismo em São Paulo*. In: *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1987, p.69-101.
- LIMA, Solange Ferraz de. *O trânsito dos ornatos – Modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?)*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.16, n.1, p.151-199, jan./jun. 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MILLIET, Sérgio et al. *Roteiro do café e outros ensaios*. 3ª Ed. Coleção Departamento de Cultura. Vol. XXV. São Paulo, 1941.
- MORAES, Júlio Lucchesi. *São Paulo Capital Artística – A cafeicultura e as artes na belle époque (1906-1922)*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.
- PATETTA, Luciano. *Eclétismo na arquitetura brasileira – considerações sobre o eclétismo na Europa*. In: *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1987, p.9-27.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *A reinvenção das tradições no cenário da modernidade*. ArtCultura (UFU), Uberlândia - MG, v. 9, p.130-150, 2004.



- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Celebração Onírica da Modernidade, Urbanização e Cultura de Massas*. Dimensões – Revista de História da UFES, Vitória, n.10, p.215-239, 2000.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cultura de massas e papéis femininos na construção de ícones da modernidade, na Paulicéia dos anos 20*. Revista de História, n. 139, p.63-73, 1998
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.
- ROSSETTO, Pedro Francisco. *Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiaes” no trecho da atual mancha urbana de Campinas*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, vol.14, no.2, p.131-151, jul./dez. 2006
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 4ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999
- SEYFERTH, Giralda. *A dimensão cultural da imigração*. Revista brasileira de ciências sociais, v. 26, n. 77, p.47-62, 2011.
- SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos (org.). *Olavo Bilac: Registro – crônicas da Belle Époque carioca*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras – Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

#### ***História de São João da Boa Vista.***

- ANDRADE, Theóphilo de. *Subsídios à História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S. A., 1973, vol. 1.
- ANDRADE, Theóphilo de. *Subsídios à História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Scortecchi, 2003, vol. 2.
- AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *História Administrativa e Política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Sarandi, 2009.
- FALCONI, Rodrigo. *Logradouros de São João da Boa Vista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- MATTOS JÚNIOR, Jonathas. *A Catedral de São João da Boa Vista – História*. São João da Boa Vista, 1992.
- MARCONDES, Maria Célia de Campos. *Arte e Cultura em São João da Boa Vista*. São João da Boa Vista: Editora do Centro Universitário da UniFEOB, 2011.
- SALOMÃO, Matildes Rezende Lopes; SILVA, Maria Leonor Alvarez. *História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1976.
- SPLETTSTOSER JÚNIOR, Jaime. *Alemães, Suecos, Dinamarqueses e Austríacos em São João da Boa Vista*. São João da Boa Vista: Graph Company Editora, 2003.
- SPLETTSTOSER JÚNIOR, J.; SARES, M. I. F; DRAGÃO, S. V. *Cem Anos de Indústria em São João da Boa Vista 1850-1950*. Itu: Ottoni Editora, 2008.
- UMA RECORDAÇÃO de família. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”, 1929.

#### ***História do Theatro Municipal de São João da Boa Vista e de outros Teatros.***

- AMARAL, Antônio Barreto do. *História dos Velhos Teatros de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BERALDO, Sidney E. *90 anos Teatro Municipal*. São João da Boa Vista: Virtual Arte Digital, 2004.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Teatro Municipal de São Paulo – Grandes Momentos*. São Paulo: DBA Artes Gráficas; Gráfica Círculo, 1993.
- CICCACIO, Ana Maria. *Theatro Pedro II – Espaço Reconquistado*. Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora Ltda, 1996.
- ERMAKOFF, George. *Theatro Municipal do Rio de Janeiro 100 anos*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2010.
- FARDIN, Sônia Aparecida (Org.). *Fragmentos de uma demolição – História Oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*. Campinas: Editora Átomo, 2000.
- JERONIMO, Luis Pedro Dragão. *Em cena, o espetáculo: Restauro, Cultura e Memória no Centenário do Teatro Municipal de São João da Boa Vista*. 2015. 98p. Relatório Final de Iniciação Científica com Apoio FAPESP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LEONE, Matilde. *Theatro Pedro II – Palco da Cultura de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora Ltda., 2010.
- MACEDO, Carlos Eduardo Martins (Org.). *Theatro Municipal de São Paulo 100 anos – Palco e Plateia da Sociedade Paulista*. São Paulo: Editora DMP, 2011.
- MAGALDI, Sábado; VARGAS, Maria Thereza. *Cem anos de Teatro em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.
- MARTINS, Penha Maria Camunhas; FERRAZ, Marcelo Carvalho; FANUCCI, Francisco. *Teatro Polytheama de Jundiaí*. Jundiaí: Hamburg, 1996.
- MASSERAN, Paulo Roberto. *Theatro Paulista (1840-1930) – Fundamentos da arquitetura teatral em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MATTOS JÚNIOR, Jonathas. *Theatro Municipal e Trajetória das Artes em São João da Boa Vista*. São João da Boa Vista, 2000.
- MENEZES, Neusa Maria Soares de. *Theatro Municipal de São João da Boa Vista – 100 anos (1914-2014)*. São João da Boa Vista, 2014.
- MODESTO, Cecília. *Theatro Municipal do Rio de Janeiro – O Restauro*. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2013.
- NOSEK, Victor (org.). *Teatro Polytheama de Jundiaí*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
- PEREIRA, Taís Assunção Curi. *Theatro Guarany – o renascer de um palco centenário*. Santos, SP: Comunnicar Editora, 2008.
- SANTOS, Nubia Melhem (Org.). *Theatro Municipal do Rio de Janeiro – um século em cartaz \* running for a century*. Rio de Janeiro: Editora Juá; Editora Senac Rio, 2011.
- SERRONI, J. C. *Teatros – uma memória do espaço cênico no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- SILVEIRA, Rose. *Histórias Invisíveis do Teatro da Paz*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
- SOUZA, José Inácio de Mello. *Salas de Cinema e História Urbana de São Paulo (1895 – 1930): o cinema dos engenheiros*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.
- WALKER, José Roberto (org.). *Theatro São Pedro: resistência e preservação*. São Paulo: Retrato Imaginário Publicidade e Comunicação, 2000.

### **Memória, Identidade.**

- AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral*. História, São Paulo, v. 14, p.125-136, 1995.

- ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. Trad. Jacy Alves de Seixas. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.15-36.
- ANSART-DOURLEN, Michèle. *O ressentimento – as modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência*. Trad. Iara Lis Souza. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.347-365.
- ARÉVALO, Marcia Conceição Da Massena. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. Revista História Hoje, Rio de Janeiro, vol. 3, n.7, julho de 2005.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- BAUMANN, Zygmunt. *Identidade – entrevista com Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENJAMIN, W. *A imagem de Proust*. In: *Obras escolhidas, vol. 1*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996 (10ª reimpressão), p.36-49.
- BENJAMIN, Walter. *Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador*. In: *Rua de mão única*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.227-235.
- BENTO, Arthur Moreira. *Memória, Espaço e Identidade: a experiência de imigrantes cabo-verdianos (1950-1973)*. 2009. 203f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- BIANCHI, Sílvia Soler. *Casa Godinho: um lugar de memória na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.
- BORGES, J. *Funes, el Memorioso*. In: *Jorge Luis Borges: Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, vol. 1, págs. 477 – 484.
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de Velhos*. 18ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BRESCIANNI, Stella. *Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.399-425.
- CALVINO, Ítalo. *Coleção de areia*. In: *Coleção de areia*. Tradução: Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.11-16.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CANTON, Kátia. *Tempo e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARRUTHERS, M. *The book of memory. A study of memory in medieval culture*. Univesity of Cambrigde Press, 2008.
- CARRUTHERS, M. *A técnica do pensamento*. Tradução José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- COSTA, António Firmino. *Identidades culturais urbanas em época de globalização*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17, n.48, p.15-30, 2002.
- DODEBEI, Vera Doyle. *Memória e Patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço*. Aurora, São Paulo, n.10, p.36-50. 2011.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política do patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)*. Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d.
- FREUD, S. *Sur les souvenirs écrans*. In: *Huit études sur la mémoire et ses troubles*. Éditions Gallimard, 2010.

- FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930 – 1936)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- FRUGOLI JÚNIOR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas: EDUSP, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. 9ª reimp. São Paulo: Centauro Editora, 2017.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Camadas da memória patrimonial de uma cidade*. In: KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi; POLONI, Rita Juliana Soares (Orgs.). *Memória & Patrimônio – temas e debates*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p.47-60.
- KONSTAN, David. *Ressentimento – História de uma emoção*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.59-80.
- KOUBI, Geneviève. *Entre sentimentos e ressentimento: as incertezas de um direito das minorias*. Trad. Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.525-550.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 7ª ed., 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2016.
- LEIRIS, Michel. *O sagrado na vida cotidiana*. Dossiê: texto e comentários. Debates do NER, UFRGS, ano 18, número 31, jan./jun. 2017, p.7-136.
- MACHADO, Igor José de Renó. *Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação*. Revista de Antropologia, São Paulo, vol.47, n.1, p.207-234, 2004.
- MANTECÓN, Ana Rosa. *Infraestructura Cultural Desigual: Retos para la inclusión en los recursos de la Ciudad de México*. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz M. *Patrimônio Cultural – Memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p.113-131.
- MATTAR, R. *A Memória Como Forma de Justiça no Pensamento de Paul Ricoeur e Tzvetan Todorov*. *Humanidades Em Diálogo*, São Paulo, vol. 4, n. 2, p.105-124, 2012.
- MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p.89-103, 1998.
- NORA, Pierre. *Memória: da liberdade à tirania*. Revista Musas, Rio de Janeiro, n.4, p.6-10, 2009.
- OLIVEIRA, Eliene Dias de; TEDESCHI, Losandro Antônio. *Nos Caminhos da Memória, nos Rastros da História: Um Diálogo Possível*. Rascunhos Culturais, Coxim, vol.2, n.4, p.45-54, jul./dez. 2011.
- PAZZINI, Bianca; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. *O direito à memória e à identidade no Brasil: perspectivas de efetivação do patrimônio cultural*. RIDB, Ano 3, n. 6, p.4527-4555, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et. al.]. 7ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento – seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado - Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de Memórias em terras de História: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.37-58.
- SERRA, Olympio. *Questões de identidade cultural*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.97-123.
- SILVA, F. Leopoldo. *Bergson, Proust: tensões do tempo*. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.141-154.
- VERNANT, J-P. *Aspectos míticos da memória*. In: Mito e pensamento entre os gregos. Tradução Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, 2ª edição, p.135-166.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. *Cidade, Memória e Hipermodernidade: apontamento pra entender a sociedade contemporânea*. In: KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi; POLONI, Rita Juliana Soares (Orgs.). *Memória & Patrimônio – temas e debates*. Porto Alegre: Editora Fi, p.27-45, 2018.
- TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de La Memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.
- WARBURG, A. *Introdução: Mnemosyne*. In: *Histórias de Fantasmas para gente grande*, São Paulo: Cia. das Letras, 2015, p.363-376.
- YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Reflexões sobre o esquecimento*. In: YERUSHALMI, Yosef Hayim; LORAUX, Nicole; MOMMSEN, Hans; MILNER, Jean-Claude; VATTIMO, Gianni. *Usos do esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2017, p.9-28.
- ZAWADSKI, Paul. *O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia*. Trad. Jacy Alves de Seixas e Luciano Lopreto. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. 2ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2014, p.367- 397.

***Patrimônio, Cultura Material, Preservação, Restauo, Direito do Patrimônio e Educação Patrimonial.***

- ABREU, Regina. *Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.263-285.
- AHMED, Flávio. *Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Zoneamento Urbano como instrumentos de proteção dos bens culturais*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.371-388.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A melancolia dos objetos – algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural*. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *História Oral e patrimônio cultural – potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.137-163.
- ALENCAR, José Almiro. *Isso é bonito e isso é feio*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah

- Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.15-19.
- ANASTASSAKIS, Zoy. *Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural*. 2007. 187f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ANDRADE, Roberto Cezar de. *O público e o privado na preservação dos bens materiais: reflexões*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.286-292.
- ARANTES, Antônio Augusto; SAIA, Helena; RÚSSIO, Waldisa; BOLLE, William. *Mesa Redonda*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.79-95.
- ARANTES, Antônio Augusto. *Revitalização da capela de São Miguel Paulista*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.149-174.
- ASSIS, Wilson Rocha. *O Patrimônio Cultural e a tutela jurídica das identidades*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.63-78.
- ASTORGA, Jorge. *Projeto de Restauração – Prática e Modernidade*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Cláudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.160-219.
- ATIQUE, Fernando. *A mediação da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 24, n. 3, p.149-175, 2016.
- AZEVEDO, Paulo Ormino. *O caso Pelourinho*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.219-255.
- BARBOSA, Frederico. *Direitos Humanos, Patrimônio Cultural e Políticas Públicas*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.73-104.
- BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BARROS, Júlio César Victoria; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio (orgs.). *Restauração do Patrimônio Histórico – Uma proposta para a formação de agentes difusores*. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2013.
- BATISTA, Desidério Sares; MATOS, Rute Sousa. *A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea*. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Orgs.). *Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p.15-46.
- BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade. *Outras memórias, outros patrimônios – Desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos*. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *História Oral e patrimônio cultural – potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.31-53.

- BEHLING, Milena; RIBEIRO, Diego Lemos. *Construindo um patrimônio afetivo*. In: KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi; POLONI, Rita Juliana Soares (Orgs.). *Memória & Patrimônio – temas e debates*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p.453-466.
- BELTRÃO, Jane Felipe; CAROSO, Carlos. *Patrimônio, linguagens e memória social: problemas, estudos e visões no campo da antropologia*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.45-55.
- BENCHETRIT, Sarah Fassa. *Preservar por quê? Preservar para quem?* In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.20-24.
- BENHAMOU, Françoise. *A Economia da Cultura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- BENHAMOU, Françoise. *Economia do patrimônio cultural*. Trad. Fernando Kolleritz. São Paulo: Edições SESC, 2016.
- BESSA, Altamiro Sérgio Mol. *Preservação do Patrimônio Cultural – nossas casas e cidades, uma herança para o futuro!* Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.
- BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- BOLLE, William. *Texto I*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.11-23.
- BOURDEAU, James. *Avanços em conservação preventiva: pesquisa científica aplicada, estratégias de risco, estruturas e governo*. In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.201-217.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CAMPELLO, Glauco. *Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, 1996, p.117-125.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. *Proposições para o Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2015.
- CANCLINI, Nestor García. *O Patrimônio Cultural e construção imaginária do Nacional*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, 1996, p.95-115.
- CARLOS, Claudio Antônio S. Lima. *Entre conservação e espetáculo*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Cláudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.96-125.
- CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues. *Conservação Preventiva de Edifícios e Sítios Históricos- uma experiência didática*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Cláudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.240-253.
- CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues. *Preservar para conhecer*. In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.56-74.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; SOUSA, Vilmar Pereira de. *A força do lugar: patrimônio cultural e memória urbana*. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Orgs.). *Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p.47-74.

- CHAGAS, Mário. *Memória política e política da memória*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.136-167.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. *Pensées sur la ville, arts de la ville*. In: *Histoire de la France Urbaine*. Paris: Éditions du Seuil, vol. 4, 1983.
- CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad.: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011
- CHUVA, Marcia. *Entre vestígios do passado e interpretações da História – Introdução aos estudos sobre o Patrimônio Cultural*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.37-49.
- CHUVA, Márcia. *Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma Perspectiva Histórica, Ética e Política*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p.67-78.
- COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da. *Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: afinal, com qual patrimônio nos preocupamos?* In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.119-129.
- COUREAU, Sandra. *Dimensões das Práticas Culturais e Direitos Humanos*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.105-125.
- CRAWFORD, Ronaldo Assis. *Os principais instrumentos utilizados pelo Ministério Público na tutela do patrimônio cultural*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.262-273.
- CULLETON, Alfredo Santiago. *A vida entre a lembrança e o esquecimento (ou a Lembrança como Virtude)*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.29-36.
- CUNHA, Claudia dos Reis e. *Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”*. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006.
- CUNHA, Cláudia dos Reis e. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. 2010. 171 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos Culturais no Brasil: dimensionamento e conceituação*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.27-35.
- DE PAOLI, Paula Silveira. *Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p.181-190.



- DOLAK, Jan. *Cultura do patrimônio e sua conservação*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.218-230.
- DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, Regina; BIOCCA, Luigi. *Acessibilidade ao Patrimônio no Brasil e na Itália – exemplos, conflitos e reflexões*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.296-327.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Memória e reflexividade na cultura material*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.305-316.
- DURAND, José Carlos. *Política Cultural e Economia da Cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.
- DURHAM, Eunice. *Texto II*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.23-58.
- DVORÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- FARIA, Edimur Ferreira de. *O tombamento e seus reflexos*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.53-91.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. *História e poder local*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.125-147.
- FERREIRA, Lúcio Menezes; DOMANSKI, Andressa. *Do Reino de Macbeth à Construção de Kafka: Abordagem Arqueológica sobre Patrimônio Cultural e Diversidade*. In: PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). *História, Memória e Patrimônio*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p.31-46.
- FERREIRA, Lusia Angelete; MACHADO NETO, Manoel Marcondes. *Economia da Cultura – Contribuições para a construção do campo e histórico da gestão de organizações culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2011.
- FLORES FILHO, Edgar Gastón Jacobs. *Direito e Cultura: um novo regime jurídico para os bens culturais imóveis em Centros Históricos*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.36-51.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc-IPHAN, 2005
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. Porto, *Trabalhos de antropologia e etnologia*, vol. 41, 2001, p.23-32.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.25-33.
- GUIMARAENS, Cêça. *Os caminhos do patrimônio e a cidade moderna*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.82-93.

HENNING, Priscilla. *A preservação do patrimônio entre a teoria e a prática: conflitos contemporâneos na sociedade*. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 27 a 31 de julho de 2015.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. *Acervos de História Oral. Um patrimônio silencioso?* In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *História Oral e patrimônio cultural – potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.11-29.

HEYMANN, Luciana Quillet; LACERDA, Aline Lopes. *Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 48, julho-dezembro de 2011, p.405-431.

JOKILEHTO, Jukka. *Patrimônio Mundial e perspectivas futuras*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.338-360.

KERN, Arno Alvarez; MUTTER, Débora. *Discussões acerca do patrimônio cultural*. In: PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). *História, Memória e Patrimônio*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p.183-198.

KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). *Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos*. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.1, p.16-40, nov.2005/abr. 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.18, n.2, p.287-320, jul./dez. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação de Bens Culturais*. Revista Pós, São Paulo, v.19, n.31, p.202-209, Jun. 2012.

KÜHL, Beatriz. *O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.12, p.309-330, jan./dez. 2004.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Unidade conceitual e metodológica no restauro hoje*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.75-86.

LEMOS, Carlos A. C; LIRA, José (Org.). *Da taipa ao concreto – crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico?* 5ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. *A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.21-43.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

LINS, Ana Cristina Bandeira. *A paisagem ameaçada*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.269-281.

- LIRA, Fláviana Barreto. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. 2009. 250f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco.
- MICELI, Sérgio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel - Difusão Editorial, 1984.
- LOPES, Sérgio Nunes; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. *Considerações acerca do Patrimônio Histórico e Cultural na legislação brasileira*. In: PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). *História, Memória e Patrimônio*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p.165-181.
- LOPIS, Erivânia Azevedo. *Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa*. Mosaico, vol.8, n.12, 2017, p.9-23.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. *Historiografia e Patrimônio: Singularidades Narrativas e Práticas*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p.79-92.
- MACHADO, Gina Gomes. *A sociedade civil e a preservação do patrimônio – desafios e perspectivas*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.276-285.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do Direito Ambiental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.317-331.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *Os princípios específicos da tutela do meio ambiente cultural*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.101-122.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.
- MEDEIROS, Mércia Carréra; SURYA, Leandro. *A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p.293-301.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2009, p.25-39.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *O Estatuto Da Cidade e os novos instrumentos urbanísticos de proteção ao Patrimônio Cultural*. In: RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, p.269-287.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; NOVAIS, Andrea Lanna Mendes. *Acessibilidade aos bens culturais: Direito Humano fundamental*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.389-401.

- MONNET, Jérôme. *O Álíbi do Patrimônio: Crise da cidadania, gestão urbana e nostalgia do passado*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural, 1996, p.220-228.
- MONNIER, Gérard. *O patrimônio construído do Século XX: memória, história, território*. Trad. Trad. Alina Sckoieczny [et. al.]. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.44-55.
- MUNAIER, Luiz Henrique. *O patrimônio cultural e a memória: uma visão dos moradores de Sabará – MG*. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. *A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira – SP*. Revista CPC, São Paulo, n.10, p.29-48, maio/out. 2010.
- NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. *A preservação do patrimônio em Assis-SP: as disputas diversas em cena (1984-1989)*. Patrimônio e Memória, vol.5, n.2, 2007, p.195-212.
- NÓBREGA, Claudia C. L.; PETINATTI, Laís M. R. Reis. *O debate sobre o patrimônio e turismo*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.224-237.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio – um guia*. 4ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- OLIVEIRA, Raquel Diniz. *Teoria e Prática da Restauração*. Patrimônio: Lazer & Turismo, Santos, v.6, n.7, jul./ago./set. 2009, p.75-91.
- ONO, Rosaria. *Patrimônio Material – riscos e ameaças do mundo contemporâneo*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.315-322.
- PAIVA, Carlos Magno de Souza. *A (in)eficácia da desapropriação de bens culturais edificados*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.21-33.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26, nº51, p.115-140, 2006.
- PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.
- PEREIRA, Júlia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de Nação*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p.159-170.
- PERES, Arlis Buhl. *Paisagem, preservação patrimonial e plano diretor em Florianópolis*. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Orgs.). *Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p.235-255.
- PESSOA, José. *Reflexões sobre a preservação de áreas urbanas no Brasil*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia

- Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.51-62.
- PINHEIRO, Ethel. *Cidade e Memória – Abordagens transversais para a construção de propostas projetuais sobre o patrimônio histórico e cultural das cidades*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.66-79.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. *Para pensar a interdisciplinaridade na preservação*. In: *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PIRES, Maria Coeli Simões. *A proteção do patrimônio cultural como contraponto à desterritorialização*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.59-72.
- PIRES, Maria Coeli Simões. *Direito Urbanístico, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.138-181.
- PIOVANO, Rubens. *O público e o privado na tutela do patrimônio: o caso italiano*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.293-302.
- POULOT, Dominique. *Um ecossistema do patrimônio*. Trad. Alina Sckoieczny [et. al.]. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.26-43.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRATA, Juliana Mendes. *Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo*. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- QUEIROZ, Marco Aurélio Nunes Ferreira de. *Ouro Preto e Mariana*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.193-218.
- RANGEL, Marcio Ferreira. *O museu e o patrimônio no mundo contemporâneo*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.323-329.
- RIBAS, Giovanna Paola Primor. *O papel do Judiciário na proteção do patrimônio cultural*. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) – Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- RIBEIRO, Nelson Pôrto. *Ética e Restauração: a reconstrução do monumento edificado*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p.171-180.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Possibilidades e Limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.255-267.

- RIBEIRO, Rosina Trevisan M. *Projeto e intervenção – Definições e posturas*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.14-33.
- RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ROCHA, Paulo Mendes. *A Casa das Retortas*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.175-192.
- RODRIGUES, José Eduardo. *Aspectos polêmicos em torno do Patrimônio Cultural*. In: RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Estudos de Direito do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, p.89-112.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 – 1987*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- ROTMAN, Mônica; CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. *Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.57-79.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano Teoria e Prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural*. 2009. 336 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- RÚSSIO, Waldisa. *Texto III*. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado – estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p.59-78.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. *O Constitucionalismo Democrático e Cultural (ou Constitucionalismo da Fraternidade)*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.37-57.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. *Patrimônio Cultural e função social da propriedade*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.283-291.
- SANT’ANNA, Márcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.49-58.
- SANTOS, Cecília Helena Godoy Rodrigues dos. *Patrimônio Cultural – documentação e reflexões necessárias*. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.239-254.
- SCHIRRU, Ana Clara C. *A importância do patrimônio cultural para a cidade: identidade social e planos urbanos*. Belo Horizonte, IX Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio, 2017.
- SERRA, Daniela Campos de Abreu. *A Participação da Sociedade Civil Organizada na Gestão do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto: O Conppac/RP*. 2006. 259 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social: trabalho e sociedade) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista.

- SILVA, Maria Angélica da. *Centralidades em movimento: a cidade contemporânea e o tempo histórico*. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Orgs.). *Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p.317-333.
- SILVA, Patrícia Reis da. *A postura da Municipalidade na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano*. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília.
- SILVA, Rodrigo; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Memória da Cidade. História e patrimônio urbano no Brasil*. São Paulo: Conceito Humanidades, 2011.
- SILVA, Suzana Maria Calvo Loureiro Tavares da. *Para uma nova dinâmica do patrimônio cultural: o patrimônio sustentável*. In: DIAS, Maria Thereza Fonseca; PAIVA, Carlos Magno de Souza (Orgs.). *Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p.276-291.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. *Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.81-97.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. *Lugares de Memória: bens culturais?* In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado; LAGE, Claudia Márcia Freire Lage (Orgs.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p.509-535.
- SOUZA, Luciana Christina Cruz. *Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas*. Mosaico, vol.8, n.12, 2017, p.44-60.
- STEIGLEDER, Annelise Monteiro. *A destruição de bens culturais, o princípio da restitutio in integrum e a vedação de falsos históricos*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015, p.403-426.
- TAVARES, Regina Márcia Moura. *Mudança de rumo, já! Herança cultural, preservação e desenvolvimento*. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Proteção ao patrimônio cultural brasileiro: análise da articulação entre Tombamento e Registro*. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- TOMAZ, Paulo Cesar. *A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, ano 7, v. 7, nº 2, p.1-12, mai./jun./jul./ago. 2010.
- TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. *Um olhar, muitas questões*. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.7-9.
- VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p.249-261.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugéne Emmanuel. *Restauração*. Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2006.
- ZAMIN, Frinéia. *Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores de uma memória coletiva edificada para o estado*. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em

História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ZANIRATO, Sílvia Helena. *O lugar da paisagem cultural no patrimônio*. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; FIGUEIREDO, Lauro César (Orgs.). *Lugares: Patrimônio, Memória e Paisagens*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014, p.293-316.

ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita Regina. *Paradoxos do valor artístico e a definição de critérios de preservação na arquitetura, inclusive moderna*. Revista Arquitectos, ano 9, p.1-10, jul./2008.

ZONNO, Fabíola do Valle. *Intervenções artísticas e arquitetônicas em lugares de memória – valor artístico e modos de interpretação do lugar*. In: RIBEIRO, Rosina Trevisan M.; NÓBREGA, Claudia (Orgs.). *Projeto e Patrimônio – Reflexões e Aplicações*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, p.36-63.

## FONTES

### *Arquivos consultados.*

Acervo “Arquivo 1º Tabelião e Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Associação dos Amigos do Theatro - AMITE”.

Acervo “Arquivo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Cemitério São João Batista do município de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto – Jornal *O Município*”.

Acervo “Arquivo Fundação Oliveira Neto - FON”.

Acervo “Arquivo Histórico Matildes Rezende Lopes Salomão”.

Acervo “Arquivo Histórico Municipal de São Paulo”.

Acervo “Arquivo Morto da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista”.

Acervo “Arquivo Museu Histórico e Pedagógico Armando de Salles Oliveira”.

Acervo “Arquivo Pessoal Jurandyr Belli Passos”.

Acervo “Arquivo Pessoal Rodrigo Pucci Müller”.

Acervo digital do “Arquivo Cemitério São João Batista do município de São João da Boa Vista”.

Acervo digital “Iniciação Científica FAPESP – 2015”.

Acervo digital “Jornal *O Município*”.

Acervo digital “Levantamento Dissertação Luis Pedro Dragão Jeronimo”.

Acervo digital “Arquivo Pessoal Arquiteta Ana Laura B. A. Zenun / Nilson Zenun”.

Acervo digital “Arquivo Pessoal Guilherme Rehder”.

### *Almanaques e Anuários.*

*Anuario Comercial, Industrial, Agrícola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1918. Obra Estatística e de Consulta fundada em*



- 1844 com o título *ALMANACK LAEMMERT 74º anno*. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do ALMANACK LAEMMERT, 1918. Vol. 4.
- Anuario Comercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1922-1923. Obra Estatística e de Consulta fundada em 1844 com o título ALMANACK LAEMMERT 78º e 79º anno*. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do ALMANACK LAEMMERT, 1923. Vol. 1.
- Anuario Comercial, Industrial, Agricola, Profissional e Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1924. Obra Estatística e de Consulta fundada em 1844 com o título ALMANACK LAEMMERT 80º anno*. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do ALMANACK LAEMMERT, 1924. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo (Brazil) 1901*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1904
- Anuario Estatístico de São Paulo 1914 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1916. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo 1915 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1917. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo 1916 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1918. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo 1917 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1919. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo 1918 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1921. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo 1919 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1923. Vol. 1.
- Anuario Estatístico de São Paulo 1920 – Movimento da População e Estatística Moral*. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1923. Vol. 1.
- Anuario Estatístico do Brazil, 1º Anno (1908 – 1912)*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Vol. 1.
- Anuario Estatístico do Brazil, 1º Anno (1908 – 1912)*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Vol. 2.
- Anuario Estatístico do Brazil, 1º Anno (1908 – 1912)*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Vol. 3.
- Almanach da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo para o anno de 1917*. São Paulo: Typographia Brasil, 1917.
- GODOY, Jorge Pires de. *Almanach do Amparo para 1912- Contendo informações sobre cerca de 25 municípios do Est. de São Paulo e alguns de Minas*. Campinas: Typographia Casa Mascote, 1911.
- GODOY, Jorge Pires de. *Almanach do Amparo para 1914 – Organizado e Publicado por Jorge Pires de Godoy. Contendo informações sobre cerca de 60 localidades de S. Paulo e seis de Minas além de selecta parte literária*. Campinas: Typographia Casa Mascote, 1913.
- GODOY, Jorge Pires de. *Almanach do Amparo para 1918 – Contém este livro informações sobre municípios e cerca de 20 districtos dos estados de S. Paulo, Minas Geraes e Goyaz*. Amparo: Casa Pindorama, 1918.
- HÉNAULT, A. *Anuario Brasileiro Commercial Illustrado - Almanak Hénault*. Rio de Janeiro, 1913.
- KIELLANDER, Carlos. *Club dos Lavradores: O Município de São João da Boa Vista na Exposição Nacional – 1908*. São João da Boa Vista: C. Kielander & Irmão Editora, 1908.
- MARTINS, Antônio Gomes. *Almanach de São João da Boa Vista para o Anno de 1901*.

São João da Boa Vista, 1901.

MARTINS, Antônio Gomes. *O Município de S. João da Boa Vista*. São João da Boa Vista, 1910.

*Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1901*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.

*Relatório Dos Presidentes Dos Estados Brasileiros - SP*, 1919.

TUCCI, Rogério Lauria. *Álbum de São João da Boa 1891-1950*. Rogério Lauria Tucci – Mogi-Mirim: Publicações de Jornais e Revistas, 1950.

### **Dicionários.**

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: ProEditores, 1997-1998, 2v.

KOCH, Wilfried; DE REZENDE, Neide Luzia. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

### **Filmes.**

*MÚSICA & Drama (Documentário) - A História do Theatro Municipal de São João da Boa Vista*. Direção: Eduardo Menezes. Roteiro: Neusa Maria Soares de Menezes. Direção de Fotografia: Marcelo Gonçalves. Produção: Adriana Torati. Edição e Finalização: Eduardo Menezes. Mixagem de Áudio: Diogo Felipe. Assistência de Fotografia: Filipe Della Torre. Imagens Adicionais: Leonardo Nogueira e Leonardo Beraldo. São João da Boa Vista, 2015, 108 min.

### **Manuscritos.**

AMITE. *Borderô de Eventos AMITE*. 2018.

CARBONARA, Waldenir N. S. *Ensaio sobre a História de São João da Boa Vista*. 1998. 78p.

### **Outros.**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: *Casa: Teatro Municipal, no município de São João da Boa Vista, estado de São Paulo – processo de tombamento nº 1.190-T-86*.

Secretaria de Estado da Cultura – Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo: *Estudo de Tombamento do prédio conhecido como Teatro Municipal, situado à Praça da Catedral nº 22, em São João da Boa Vista – processo 23125 /ano 1984*.

### **Sítios eletrônicos.**

ACERVO DIGITAL ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>. Acesso em 28/01/2018.

ACERVO DIGITAL HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 28/01/2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/>. Acesso em 14/05/2018.

BIBLIOTECA DIGITAL INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>. Acesso em 01/08/2018.

ACERVO DIGITAL INTERNET ARCHIVE. Disponível em: <https://archive.org/index.php>. Acesso em 28/01/2018.

ACERVO DIGITAL JORNAL O MUNICÍPIO. Disponível em: <http://omunicipio.hospedagemdesites.ws/banca.asp>. Acesso em 12/12/2019.

ACERVO DIGITAL MEMÓRIA ESTATÍSTICA DO BRASIL NA BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://memoria.org.br/>. Acesso em 28/01/2018.

ACERVO DIGITAL REDE MEMÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/1>. Acesso em 28/01/2018.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL – Arquiamigos. Disponível em: <http://arquiamigos.org.br/blog/>. Acesso em 07/03/2020.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO THEATRO – AMITE. Disponível em: <http://theatromunicipalsjbv.com.br/amite>. Acesso em 06/02/2020.

BIBLIOTECA DIGITAL SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Acesso em 02/08/2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. Disponível em: <http://www.saojoaodaboavista.sp.leg.br/>. Acesso em 03/08/2018.

CIDADES@ IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 19/07/2018.

COMUNIDADE MEMÓRIA SANJOANENSE EM REDE SOCIAL “FACEBOOK”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/memoriasanjoanense/>. Acesso em 01/08/2018.

CONDEPHAAT - CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/>. Acesso em 03/08/2018.

DIAGRAMAÇÃO DESIGN EDITORIAL. Disponível em: <http://diagramacao.blogspot.com/>. Acesso em 02/08/2018.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/TipoBuscaDO.aspx#02/08/2018> Acesso em 02/08/2018.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em 02/08/2018.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH UNICAMP. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/>. Acesso em 03/08/2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 03/08/2018.

LETRAS, TIPOS E TEXTOS. Disponível em: <http://rickardo.com.br/tutoriais/Letras,%20Tipos%20e%20Texto.pdf>. Acesso em 06/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. Disponível em: <http://www.saojoao.sp.gov.br/>. Acesso em 03/08/2018.

PROJETO INVENTÁRIO DA CENA PAULISTANA. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/cdt-inventario/home>. Acesso em 01/02/2020.

PROJETO SIRCA – SISTEMA DE REGISTRO, CONTROLE E ACESSO AO ACERVO. Disponível em: <http://www.projetosirca.com.br/>. Acesso em 01/02/2020.

REVISTA TECNOLOGIA GRÁFICA. Disponível em: [http://revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=152:a-impresao-offset-no-brasil&catid=68:materias-especiais&Itemid=188](http://revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=152:a-impresao-offset-no-brasil&catid=68:materias-especiais&Itemid=188). Acesso em 06/12/2017.

SÃO PAULO CITY. Disponível em: <https://spcity.com.br/>. Acesso em 01/02/2020.

TIPOGRAFIA Disponível em: <http://www.tipografos.net/tipos/bodoni.html>. Acesso em 06/12/2017.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS JUDICIAIS. Disponível em <https://www.tjsp.jus.br/Download/Tabelas/TabelaDebitosJudiciais.pdf>. Acesso em 11/02/20.